

ANISTIA

INTERNACIONAL –

INFORME 2017/18

**O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS
NO MUNDO**



ANISTIA
INTERNACIONAL



ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional é um movimento global de mais de 7 milhões de pessoas que se mobilizam para criar um mundo em que os direitos humanos sejam desfrutados por todos. Nossa visão é de que todas as pessoas usufruam de todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais de direitos humanos. Somos independentes de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões, e financiados principalmente por nossos membros e por doações públicas.

Publicado originalmente em 2018 por Amnesty International Ltd

Peter Benenson House
1 Easton Street
Londres WC1X 0DW
Reino Unido

© Amnesty International 2018

Índice: POL 10/6700/2018

ISBN: 978-0-86210-499-3

Idioma original: inglês

A menos que indicado o contrário, o conteúdo deste documento é disponibilizado de acordo com uma licença Creative Commons (Atribuição-NãoComercial-SemDerivação 4.0 Internacional).

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Para mais informações, visite a página de permissões em nosso site:

amnesty.org

Este relatório documenta o trabalho e as preocupações da Anistia Internacional no ano de 2017.

A ausência de uma seção sobre algum país ou território neste relatório não significa que nesse local não tenham ocorrido violações de direitos humanos que preocupem a Anistia Internacional. Tampouco a extensão de uma determinada seção deve servir de base para que se compare a dimensão e a gravidade das preocupações da Anistia Internacional em algum país.

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2017/18

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO



ÍNDICE

INFORME ANUAL 2017/18

Prefácio	vi	Itália	175
Abreviaturas	vii	Jamaica	178
Introdução	10	México	180
Em Foco	14	Mianmar	185
África	17	Moçambique	189
Américas	27	Nicarágua	191
Ásia e Oceania	37	Nigéria	193
Europa e Ásia Central	48	Palestina	198
Oriente Médio e Norte da		Paquistão	201
África	57	Paraguai	205
Afeganistão	68	Peru	206
África do Sul	72	Porto Rico	208
Alemanha	75	Quênia	210
Angola	78	Reino Unido	213
Arábia Saudita	81	República Democrática do	
Argentina	85	Congo	216
Bolívia	87	Rússia	220
Brasil	88	Síria	225
Catar	93	Somália	229
Chile	96	Sudão	231
China	98	Sudão do Sul	233
Colômbia	104	Turquia	237
Coreia do Norte	108	Ucrânia	242
Cuba	111	Uruguai	247
Egito	113	Venezuela	248
El Salvador	118		
Equador	120		
Emirados Arábés Unidos	121		
Espanha	123		
Estados Unidos da América	126		
Filipinas	131		
França	134		
Grécia	136		
Guatemala	139		
Haiti	141		
Honduras	143		
Hungria	145		
lêmen	147		
Índia	151		
Indonésia	156		
Irã	160		
Iraque	166		
Israel e Territórios Palestinos			
Ocupados	170		

PREFÁCIO

O *Informe 2017/18 da Anistia Internacional* traz à luz a situação dos direitos humanos no mundo em 2017.

A introdução, os cinco panoramas regionais e as pesquisas sobre 159 países e territórios de todas as regiões documentam a luta de inúmeras pessoas para reivindicar seus direitos, e as omissões dos governos em respeitar, proteger e realizar os direitos humanos.

Em meio a esse cenário, é possível perceber progressos duramente conquistados, mostrando que a defesa dos direitos humanos realmente produz resultados positivos. Este relatório presta homenagem aos defensores dos direitos humanos que continuam a lutar por mudanças, seguidamente arriscando suas próprias vidas no processo.

Num ano em que medidas de austeridade e desastres naturais aprofundaram ainda mais a pobreza e a insegurança de tantas pessoas, este Informe também focaliza os direitos econômicos, sociais e culturais.

Embora tenhamos nos esforçado ao máximo para assegurar o rigor das informações aqui apresentadas, elas sempre estarão sujeitas a mudanças de última hora.

ABREVIATURAS

ACNUR, o órgão da ONU para refugiados

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AI

Anistia Internacional

CEDAW

Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CEDEAO

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CERD

Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

CIA

Agência Central de Informações dos EUA

CICV

Comitê Internacional da Cruz Vermelha

Comitê CEDAW

Comitê da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Comitê CERD

Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial

Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura

Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Cruéis ou Degradantes

Convenção da ONU contra a Tortura

Convenção da ONU contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes

Convenção da ONU sobre Desaparecimentos Forçados

Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados

Convenção da ONU sobre Refugiados

Convenção relativa ao Status dos Refugiados

Convenção Europeia dos Direitos Humanos

Convenção [Europeia] para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais

EUA

Estados Unidos da América

FPNU

Fundo de População das Nações Unidas

LGBTI

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexos

ONG

Organização Não Governamental

OEA

Organização dos Estados Americanos

OIT

Organização Internacional do Trabalho

OMS

Organização Mundial da Saúde

ONU

Organização das Nações Unidas

OSCE

Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa

OTAN

Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIDCP

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

PIDESC

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais

Relator especial da ONU sobre a liberdade de expressão

Relator especial sobre a promoção e a proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão

Relator especial da ONU sobre povos indígenas

Relator especial sobre a situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos povos indígenas

Relator especial da ONU sobre o racismo

Relator especial da ONU sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias relacionadas

Relator especial da ONU sobre a tortura

Relator especial da ONU sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes

Relator especial da ONU sobre a violência contra a mulher

Relator especial sobre a violência contra a mulher, suas causas e consequências

SADC

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

UA

União Africana

UE

União Europeia

UNICEF

Fundo das Nações Unidas para a Infância

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2017/18

INTRODUÇÃO, EM FOCO E PANORAMAS REGIONAIS



INTRODUÇÃO

“Ao entrarmos em 2018, quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 70 anos, é perfeitamente claro que nenhum de nós pode considerar que os direitos humanos estejam garantidos.”

SALIL SHETTY, SECRETÁRIO-GERAL

Ao longo de 2017, milhões de pessoas em todo o mundo provaram os frutos amargos das emergentes políticas de demonização. Suas consequências derradeiras foram expostas na implacável campanha militar de limpeza étnica contra o povo rohingya em Mianmar. Investida que provocou o êxodo de aproximadamente 620.000 pessoas para o vizinho Bangladesh no período de algumas semanas, desencadeando a crise de refugiados que mais rapidamente cresceu em 2017. No fim do ano, as perspectivas de futuro dessas pessoas ainda eram muito incertas, e a persistente omissão dos líderes mundiais em proporcionar soluções concretas para os refugiados deixou pouco espaço para otimismo.

Esse episódio entrará para a história como mais um testemunho das consequências trágicas do fracasso global em lidar com as condições que preparam o terreno para a prática desenfreada de crimes atrozes. Em Mianmar, os sinais de alerta há muito eram visíveis: a discriminação e a segregação em grande escala se institucionalizaram em um regime análogo ao *apartheid*, em que o povo rohingya, por muitos anos, vinha sendo criminalizado e destituído das condições mínimas necessárias para viver com dignidade. A transformação da discriminação e da criminalização em violência coletiva é um fenômeno assustadoramente familiar, cujas consequências devastadoras não podem ser revertidas facilmente.

Embora as terríveis injustiças infligidas aos rohingya só tenham ganhado maior visibilidade em 2017, a tendência de líderes e políticos criminalizarem grupos inteiros de pessoas com base em sua identidade já ecoava em todo o globo. O ano que passou nos fez enxergar uma vez mais o que acontece quando a estratégia de criminalização se torna a corrente política dominante, com sombrias consequências para os direitos humanos.

Ao entrarmos em 2018, quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 70 anos, é perfeitamente claro que nenhum de nós pode considerar que os direitos humanos estejam garantidos. Certamente, não podemos ter a certeza de que seremos livres para nos reunir em protesto ou para criticar nossos governos. Tampouco podemos estar certos de que haverá seguridade social quando estivermos idosos ou incapacitados; de que nossas crianças poderão crescer em cidades com ar limpo e saudável; ou de que, sendo jovens, poderemos concluir os estudos e encontrar um emprego que nos possibilite comprar uma casa.

A batalha pelos direitos humanos jamais será totalmente vencida em qualquer lugar ou em qualquer época. As fronteiras se deslocam continuamente, e não podemos nos dar ao luxo de nos acomodar. Na história dos direitos humanos, isso talvez nunca tenha sido tão evidente quanto agora. Ainda assim, confrontadas com desafios sem precedentes em todo o mundo, as pessoas têm mostrado, repetidas vezes, que sua sede de justiça, dignidade e igualdade não será saciada. Elas continuarão a encontrar maneiras novas e ousadas de manifestar essa

aspiração, mesmo pagando um preço muito alto por isso. Em 2017, essa batalha mundial de valores atingiu um novo patamar de intensidade.

As investidas contra os valores básicos que alicerçam os direitos humanos – e que reconhecem a dignidade e a igualdade de todas as pessoas – tomaram proporções preocupantes. Conflitos alimentados pelo comércio internacional de armas continuam a ceifar uma quantidade trágica de vidas civis, muitas vezes intencionalmente. Seja na crise humanitária do Iêmen, exacerbada pelo bloqueio da Arábia Saudita, ou na matança indiscriminada, por forças internacionais e do governo, de civis que são usados como escudos humanos pelo grupo armado que se autodenomina Estado Islâmico no Iraque e na Síria, ou, ainda, na prática de crimes de direito internacional que provocam vastas ondas de refugiados no Sudão do Sul, as partes nos muitos conflitos em curso no mundo abdicaram até mesmo de fingir respeitar suas obrigações de proteger a população civil.

Os líderes das nações mais abastadas continuam a tratar a crise global de refugiados com um misto de evasivas e de pura indiferença, considerando os refugiados não como seres humanos detentores de direitos, mas como um problema que deve ser evitado. A iniciativa do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de proibir a entrada nos EUA de todos os cidadãos de diversos países de maioria muçulmana, com base em sua nacionalidade, foi um procedimento nitidamente execrável. A maioria dos líderes europeus não está disposta a enfrentar o grande desafio de regular as migrações de forma segura e legal, tendo decidido que farão praticamente qualquer coisa para manter os refugiados longe das costas do continente. As consequências inevitáveis dessa postura foram expostas nos revoltantes abusos sofridos pelos refugiados na Líbia, com total conhecimento dos líderes europeus.

Em partes da Europa e da África, o espectro do ódio e do medo pairou sobre várias eleições importantes. Na Áustria, na França, na Alemanha e nos Países Baixos, alguns candidatos tentaram converter ansiedades sociais e econômicas em medo e culpa, dirigidos principalmente contra migrantes, refugiados e minorias religiosas. No Quênia, as eleições presidenciais de agosto e outubro foram marcadas por intimidações e violências, inclusive em razão de identidade étnica.

Apesar de tudo, 2017 também mostrou que as pessoas continuam bastante dispostas a ir à luta para defender seus direitos e os valores que querem ver no mundo. Novas e graves ameaças injetaram um sopro de ar fresco no espírito de protesto. Na Polônia, sérias ameaças à independência do Judiciário levaram grande número de pessoas às ruas. No Zimbábue, em novembro, dezenas de milhares de pessoas saíram em passeata com a determinação de consumir décadas de luta contra a política de homens fortes do país, e exigir uma eleição genuína em 2018 – uma eleição em que a vontade das pessoas seja livremente expressada. Na Índia, a crescente islamofobia e uma onda de linchamento de muçulmanos e dalits causou indignação e protestos das pessoas que decidiram dizer: “Não em meu nome”. Uma fantástica caminhada pelo Dia Internacional da Mulher, concentrada nos EUA, mas replicada em muitas partes mundo, tornou-se uma das maiores manifestações da história; e no âmbito global, o fenômeno da hashtag #MeToo conseguiu mobilizar a atenção mundial para a extensão dos abusos e assédios sexuais.

Mas o custo de se insurgir contra a injustiça é cada vez maior. Na Turquia, as agressões brutais e arbitrárias contra a sociedade civil, que se seguiram à tentativa de golpe de Estado em 2016 prosseguiram em ritmo acelerado, atingindo o presidente e a diretora da Anistia Internacional na Turquia, entre outros milhares de pessoas. A China iniciou uma onda de repressão sem precedentes contra indivíduos e organizações tidos como críticos ao governo, em nome da “segurança nacional”. Na esteira de protestos generalizados e de grandes dimensões na Rússia, centenas de manifestantes pacíficos, transeuntes e jornalistas foram presos; muitos foram submetidos a maus-tratos, detenções arbitrárias e pesadas multas depois de julgamentos injustos. Em grande parte da África, a intolerância com as

manifestações públicas era visivelmente inquietante, com proibições arbitrárias em Angola e no Chade, e repressões severas na República Democrática do Congo, Serra Leoa, Togo e Uganda. Na Venezuela, centenas de pessoas foram detidas arbitrariamente, e um número ainda maior sofreu as consequências do uso excessivo e abusivo da força pelas forças de segurança, em resposta aos protestos públicos generalizados contra o aumento da inflação e a insuficiência de alimentos e suprimentos médicos. No Egito, as autoridades coibiram severamente a liberdade de criticar o governo com o fechamento de ONGs e o congelamento de seus ativos, promulgando leis draconianas que previam cinco anos de prisão para quem publicasse pesquisas sem a permissão do governo, e com a condenação de jornalistas e centenas de opositores políticos a penas de prisão. Quando o ano já chegava ao fim, começou no Irã uma onda de protestos contra o sistema como não se via no país desde 2009. Surgiram relatos de que as forças de segurança mataram e feriram manifestantes desarmados com o uso de armas de fogo e outros excessos da força. Centenas foram presos e detidos em cadeias já notórias pela prática de tortura e outros maus-tratos.

O ano de 2018 marcará os 20 anos da adoção por consenso pela ONU da Declaração sobre Defensores de Direitos Humanos, que dispõe sobre sua proteção e apoio, encorajando a todos a defender os direitos humanos. Passadas duas décadas, pessoas que assumem a missão de defender os direitos humanos costumam sofrer as mais graves consequências. Em 2017, a morte trágica do ganhador do Nobel da Paz Liu Xiaobo, na China, simbolizou o desprezo com que muitos governos tratam os defensores de direitos humanos. Ele morreu na prisão, devido a um câncer de fígado, no dia 13 de julho, depois que as autoridades chinesas se recusaram a permitir que ele recebesse tratamento médico.

Enquanto isso, narrativas sobre segurança nacional e combate ao terrorismo continuam a proporcionar justificativas aos governos que tentam reconfigurar o equilíbrio entre o poder do Estado e as liberdades individuais. Os Estados têm a responsabilidade clara de proteger as pessoas contra atos de violência concebidos para aterrorizar; porém, cada vez mais, o exercício dessa responsabilidade tem levado à destruição de direitos ao invés de sua proteção. A Europa seguiu caminhando na direção de um estado de segurança quase permanente. A França, por exemplo, encerrou seu estado de emergência em novembro, mas só depois de adotar uma lei antiterrorismo que incorporou às leis ordinárias muitas das disposições do regime de exceção.

No entanto, apesar da gravidade desses ataques aos direitos humanos, a compreensão do que significa a luta global pelos valores de igualdade e dignidade humana exige que resistamos à equação simplista que opõe de um lado governos repressores e de outro o poder popular baseado em princípios. Os espaços públicos são hoje disputados com base na polarização de extremos. Tanto na Polônia quanto nos Estados Unidos aconteceram importantes manifestações pedindo que as proteções aos direitos humanos não fossem debilitadas, enquanto uma grande marcha fascista em Varsóvia e um protesto de supremacistas brancos em Charlottesville demandavam políticas profundamente contrárias aos direitos humanos. Políticas e práticas abusivas que negam direitos humanos a certos grupos desfrutaram de apoio popular em vários países.

Atualmente, muitos de nossos principais espaços públicos estão estabelecidos na internet, onde as ferramentas disponíveis para lidar com os novos desafios desse meio têm se mostrado totalmente inadequadas para essa tarefa. A avalanche de agressões cometidas na rede, principalmente contra as mulheres, e o incitamento do ódio contra as minorias, suscitaram reações débeis e inconsistentes das empresas de mídias sociais e quase nenhuma ação por parte dos governos. A influência das “fake news” como instrumento de manipulação da opinião pública foi amplamente debatida ao longo de 2017. Avanços tecnológicos que ofuscam a distinção entre ficção e realidade só tendem a aumentar no futuro, trazendo à tona importantes questões sobre o acesso das pessoas à informação. São questões que se tornam

ainda mais preocupantes quando pensamos no número ínfimo de empresas que concentra em suas mãos as informações que recebemos on-line, e quando percebemos a enorme assimetria que existe entre as empresas e governos que controlam quantidades gigantescas de dados e as pessoas que lhes fornecem esses dados. A capacidade que tal poder proporciona para moldar as atitudes da população é imensa, e inclui o potencial praticamente ilimitado de incitar o ódio e a violência.

À medida que o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos se aproxima, em dezembro de 2018, o desafio que se coloca à nossa frente é inequívoco. Chegou o momento de resgatar a ideia fundamental da igualdade e da dignidade de todas as pessoas, de nutrir esses valores e de exigir que se tornem o alicerce para a elaboração de políticas e práticas públicas. As barreiras artificiais erguidas pelas políticas de criminalização só nos conduzem ao conflito e à brutalidade, uma visão distópica da humanidade governada por puro interesse próprio e pela indiferença com as aflições dos outros. Muitos líderes mundiais permitiram que expoentes da opressão ditassem sua agenda, e fracassaram em articular uma visão alternativa.

Está na hora de mudar essa situação. Precisamos nos recusar a aceitar narrativas de criminalização e construir, em vez disso, uma cultura de solidariedade. Devemos cultivar nossa capacidade de ser generosos com os outros. Devemos afirmar o direito de todas as pessoas de participar da construção das sociedades às quais pertencem. E devemos buscar formular respostas – fundamentadas nos direitos humanos – às frustrações, à raiva e à alienação que fertilizam o terreno em que tóxicas narrativas políticas de culpa florescem.

O ano que se inicia oferece uma oportunidade vital de renovarmos o compromisso com a ideia transformadora dos direitos humanos, quando nos perguntamos em que tipo de sociedade queremos viver. É uma oportunidade que não podemos desperdiçar.

FOCO NA AUSTERIDADE

“Me sinto sozinha, como se tivesse sido deixada no escuro sem ter onde me apoiar... Tenho medo do que vai acontecer com meus filhos.”

– Sarah

Quando o governo do Reino Unido cortou as verbas para a assistência judiciária em 2012, Sarah não tinha mais o apoio de que precisava para custear um processo legal complexo sobre a guarda de seus filhos. Ela é apenas um dos milhões de pessoas afetadas em todo o mundo pelas políticas de austeridade dos governos. Mas a dimensão das medidas de austeridade e as estatísticas em torno delas podem nos impedir de enxergar o drama que se passa diariamente na vida de cada uma das pessoas e famílias atingidas.

Desde a crise financeira de 2008, a palavra austeridade passou a ser conhecida e vivida por milhões de pessoas. O fenômeno a que esse termo se refere – a tentativa, por parte dos governos, de reduzir o déficit orçamentário, tipicamente diminuindo a dívida pública – geralmente envolve cortes nas despesas do governo, às vezes combinados com aumentos de impostos que costumam atingir duramente os mais pobres, pois fazem subir os preços dos produtos de necessidade básica como a comida.

A austeridade é uma questão de direitos humanos. Prejudica o acesso das pessoas à educação, à saúde, à moradia, à previdência social e a outros direitos econômicos e sociais. Além disso, conduz a abusos dos direitos civis e políticos, pois os governos reagem de forma despótica diante de protestos e outras formas de oposição, ou cortam serviços que afetam o acesso à Justiça, como a assistência judicial gratuita. Com bastante frequência, os governos desprezam esses direitos e tomam decisões que, embora atingindo de forma mais severa as pessoas que vivem em situação de pobreza, ameaçam o bem-estar de toda a sociedade. A austeridade é uma questão mundial. Em 2017, medidas de austeridade foram aplicadas extensamente em países de todos os continentes, restringindo, sobretudo, os direitos econômicos e sociais da população.

Na Europa, as pessoas saíram às ruas para protestar contra os efeitos nocivos dessas medidas na Grécia, na Sérvia, na Espanha e no Reino Unido. Com relação a este último país, uma pesquisa realizada na Inglaterra relacionou cerca de 120.000 mortes aos cortes nas políticas sociais e de saúde.

A Anistia Internacional está estudando o impacto das medidas de austeridade sobre a proteção e a realização dos direitos socioeconômicos em alguns países específicos. O primeiro trabalho vai investigar os efeitos das políticas de austeridade sobre o direito à saúde na Espanha, dedicando atenção especial aos idosos, às mulheres, às meninas e às pessoas portadoras de deficiências. Conforme relatou à Anistia Internacional uma enfermeira que trabalha no sistema público de saúde espanhol: “Todos nós sofremos com os cortes, enfermeiras, médicos, pacientes, familiares, todos”.

Na África subsaariana, as subvenções para a população carente e para programas sociais foram todas cortadas, ao mesmo tempo em que os impostos sobre o consumo foram aumentados, gerando consequências desastrosas para os mais pobres. Países como Botsuana, Burundi, Maurício, Moçambique, Namíbia e Togo continuaram sendo “aconselhados” pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a seguir aplicando medidas de

austeridade – apesar de o próprio FMI ter admitido em 2012 que esse método nem sempre é garantido e pode comprometer o crescimento econômico necessário para custear serviços. No Norte da África, o governo da Argélia reagiu à queda nos preços do petróleo fazendo cortes profundos no orçamento de 2017, combinados a um aumento de 2 a 19 por cento no imposto sobre o consumo. As políticas de empréstimos do FMI também fizeram com que o governo egípcio elevasse o preço dos produtos e serviços essenciais.

No Brasil, uma decisão sem precedentes tomada no fim de 2016 impôs o congelamento dos investimentos públicos por um período de 20 anos, provocando críticas contundentes tanto dentro quanto fora do país. Ao condenar a medida, o relator especial da ONU sobre pobreza extrema e direitos humanos afirmou: “A lógica mostra ser praticamente inevitável que a realização progressiva dos direitos econômicos e sociais se torne impossível”.

As economias das regiões do Oriente Médio, da Ásia e da Oceania foram similarmente prejudicadas por medidas de austeridade. Ao longo de 2017, a Indonésia, a Mongólia e o Sri Lanka sofreram cortes nos investimentos públicos. Mesmo os orçamentos de países ricos em recursos, como o Catar e a Arábia Saudita, encolheram, numa tentativa de reduzir o déficit público, priorizando a eficiência econômica em detrimento da proteção social.

Com a falta de redes de proteção social adequadas, essas medidas podem violar as obrigações dos governos em termos de direitos humanos, assim como os compromissos assumidos com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Olhando para frente, mesmo num cenário de curto prazo, alguns analistas preveem o que está sendo chamado de “apocalipse da austeridade”. As previsões são especialmente negativas com relação aos efeitos dessas medidas em regiões como o sudeste da Ásia e a África subsaariana. Conforme previsto em um relatório, nos próximos três anos mais de dois terços de todos os países sofrerão os impactos das políticas de austeridade, que atingirão mais de 6 bilhões de pessoas e subtrairão 7% do Produto Interno Bruto global. Entre os custos humanos, calcula-se que milhões de pessoas ficarão desempregadas, das quais 2,4 milhões em países de baixa renda, com poucas perspectivas de encontrar outros empregos.

Como os governos devem reagir e o que eles têm que fazer para honrar suas obrigações de direitos humanos? Tais obrigações não necessariamente proíbem as políticas de austeridade, mas requerem que outras opções também sejam consideradas pelos governos ao tomar suas decisões econômicas e fiscais. Acima de tudo, os direitos humanos enfatizam a importância de que os governos prestem contas das decisões que tomam. Quando confrontadas com essas políticas, as pessoas detentoras dos direitos deveriam fazer perguntas fundamentais sobre seus governos: Que grau de supervisão foi aplicado? Quão participativo e transparente foi o processo? Que impactos potenciais, principalmente sobre os setores social e economicamente marginalizados, foram levados em conta e que medidas mitigadoras foram postas em prática?

As normas de direitos humanos requerem a adoção de medidas para assegurar que ninguém escape à proteção de uma rede de segurança mínima que garanta uma vida com dignidade. Infelizmente, essas questões estão sendo rotineiramente ignoradas até mesmo nas maiores economias, onde vemos uma quantidade cada vez maior de pessoas sem teto e o crescimento dos bancos de alimentos – as comunidades e as organizações sem fins lucrativos estão entrando em cena para evitar que as pessoas passem fome.

Não há dúvidas de que muitos orçamentos nacionais estejam sobrecarregados. Mas estariam os governos aproveitando ao máximo todos os recursos potenciais que têm disponíveis, como os tratados de direitos humanos requerem que façam? A divulgação dos chamados “Paradise Papers”, em novembro de 2017, revelou a vasta dimensão da sonegação de impostos e a agressiva evasão fiscal que ocorrem em todo o mundo, demonstrando o fracasso sistemático dos governos em corrigir essas lacunas e monitorar e combater os

abusos. Calcula-se que somente no Brasil cerca de 80 bilhões de dólares por ano sejam perdidos em consequência de evasão fiscal (o que põe em dúvida a necessidade de congelar por 20 anos os investimentos), enquanto que os países africanos poderiam coletivamente recuperar pelo menos o mesmo montante a cada ano. Além dos paraísos fiscais já conhecidos, um estudo de 2017 mostrou que países como a Irlanda, os Países Baixos, Cingapura, a Suíça e o Reino Unido estão facilitando que pessoas de outros países pratiquem evasão. Estima-se que, no âmbito mundial, esse número chegue a 10 trilhões de dólares.

Tempos extraordinários requerem que se pense em alternativas radicais. Diversas ideias ganharam força ao longo de 2017. Entre elas, a adoção de uma renda básica universal – já sendo testada em alguns países – que assegure que todas as pessoas tenham dinheiro suficiente para sobreviver, independentemente das circunstâncias. Outra proposta envolve o pagamento por parte do Estado de todos os principais serviços essenciais, em vez de deixá-los nas mãos da iniciativa privada. É claro que tais ideias têm suas críticas: De onde virá o dinheiro? Isso poderia incentivar as pessoas a viver à custa do Estado, mesmo que tenham condições de trabalhar? Ainda assim, os proponentes dessas ideias chamam a atenção para a potencial redução de custos sociais e econômicos para as sociedades, e também para a necessidade de se reconhecer que ninguém deve ser deixado para trás mesmo nos tempos mais difíceis. Os governos devem avaliar muito seriamente essas ideias, pois oferecem possibilidades para que eles cumpram suas obrigações de direitos humanos.

Enquanto as políticas de austeridade seguem avançando sobre as populações, indivíduos e comunidades começam a reagir em defesa dos direitos humanos. Suas vozes e as visões alternativas que articulam precisam ser escutadas e examinadas com atenção.

PANORAMA REGIONAL: ÁFRICA

O cenário de direitos humanos na África foi marcado por repressão violenta contra manifestantes pacíficos e ataques coordenados contra opositores políticos, defensores de direitos humanos e organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo, a violência implacável contra civis, no contexto de antigos conflitos, agravou-se pela estagnação dos esforços políticos para resolver essas crises. Perdurou o ciclo de impunidade para violações e abusos de direitos humanos cometidos no âmbito dos conflitos – que incluem crimes contra o direito internacional.

A intolerância contra as divergências pacíficas e um profundo desrespeito ao direito à liberdade de manifestação pacífica foram, cada vez mais, a norma na região. De Lomé a Freetown, de Cartum a Kampala e de Kinshasa a Luanda, ocorreram prisões em massa de manifestantes pacíficos, além de agressões, uso excessivo da força e homicídios.

O impasse político e o fracasso de órgãos regionais e internacionais em lidar com antigos conflitos e suas causas fundamentais também corriam o risco de se tornarem a norma, conduzindo a mais violações impunes.

Tais tendências tiveram lugar em um contexto de avanços lentos e intermitentes na redução da pobreza, e de limitado progresso no desenvolvimento humano. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Sustentável na África, a taxa de redução da pobreza extrema foi lenta; mulheres e jovens arcaram com o maior impacto da pobreza.

Contudo, houve sinais de esperança e avanços, que raramente alcançaram as manchetes globais: a coragem de cidadãs e cidadãos, de defensoras e defensores de direitos humanos, que se ergueram em defesa da justiça, da igualdade e da dignidade diante da repressão.

Reformas significativas foram feitas em alguns países. A Gâmbia revogou sua decisão de retirar-se do Tribunal Penal Internacional (TPI), libertou presos políticos e prometeu abolir a pena de morte. O projeto de Constituição de Burkina Faso incluiu dispositivos para fortalecer a proteção dos direitos humanos.

São dignas de nota também algumas marcantes decisões judiciais sobre direitos humanos. A decisão do Tribunal Superior do Quênia de impedir os planos do governo de fechar o Dadaab, o maior campo de refugiados do mundo, evitou a devolução forçada de mais de 250 mil refugiados para a Somália, onde eles corriam risco de sofrer graves abusos. Na Nigéria, duas decisões estabeleceram que ameaças de remoção forçada sem notificação prévia eram ilegais, e que remoções forçadas e sua ameaça correspondiam a tratamento cruel, desumano e degradante.

O Tribunal Constitucional de Angola declarou inconstitucional uma legislação destinada a reprimir o trabalho das organizações da sociedade civil.

REPRESSÃO ÀS DIVERGÊNCIAS

REPRESSÃO AOS PROTESTOS

Em mais de 20 países, a população teve negado seu direito de protestar pacificamente, inclusive por meio de proibições ilegais, uso excessivo da força, perseguição e prisões arbitrárias. O direito à liberdade de associação foi antes exceção do que a regra.

Em países como **Angola, Chade, República Democrática do Congo (RDC), Etiópia, Sudão, Togo** e outros, medidas legislativas, administrativas e de outra ordem foram utilizadas para impor restrições e proibições ilegais a protestos pacíficos.

Em **Angola**, as autoridades repetidamente impediram manifestações pacíficas, embora a lei não exigisse qualquer autorização prévia para os eventos. No **Chade**, pelo menos seis reuniões pacíficas foram proibidas, e vários organizadores e participantes desses encontros foram presos. Na **RDC**, protestos pacíficos, especialmente os relacionados à crise política provocada pelo adiamento das eleições, foram proibidos e reprimidos. Organizações da sociedade civil, opositores políticos e estudantes de Darfur, no **Sudão**, foram impedidos de realizar eventos.

O uso de força excessiva e outros abusos para dispersar protestos pacíficos resultaram em mortes, ferimentos e prisões ilegais, em muitos países. Em **Angola**, as poucas manifestações que puderam acontecer foram alvos de prisões arbitrárias, detenções e maus-tratos pela polícia e pelas forças de segurança. As forças de segurança de **Camarões** reprimiram com violência manifestações nas regiões anglófonas. A polícia do **Quênia** usou força excessiva contra os manifestantes da oposição, após as eleições gerais – até mesmo com o uso de munição real e gás lacrimogêneo, deixando dezenas de mortos, pelo menos 33 dos quais por tiros da polícia, inclusive duas crianças.

No **Togo**, pelo menos 10 pessoas, entre as quais três crianças e dois membros das forças armadas, foram mortas durante uma repressão por parte das forças de segurança, que com frequência espancaram, lançaram gás lacrimogêneo e dispararam com munição real contra manifestantes. As forças de segurança de **Serra Leoa** abriram fogo contra estudantes que protestavam contra uma greve de professores na cidade de Bo, matando um deles e ferindo outros. O governo de **Uganda** recorreu a batidas policiais, prisões, intimidação e perseguição para impedir reuniões pacíficas e silenciar os opositores de uma emenda que visava remover da Constituição o limite de idade para candidatar-se à Presidência.

ATAQUES CONTRA DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, JORNALISTAS E ATIVISTAS DE OPOSIÇÃO

A repressão generalizada às divergências também se manifestou por meio de ataques contra defensores de direitos humanos, organizações da sociedade civil, jornalistas e blogueiros.

Em **Camarões**, ativistas da sociedade civil, jornalistas, sindicalistas e professores foram presos arbitrariamente, e alguns enfrentaram julgamentos perante tribunais militares. O governo proibiu as atividades de partidos políticos e de organizações da sociedade civil. Muitos permaneceram detidos com base em acusações falsas relacionadas à segurança nacional.

As autoridades do **Chade** prenderam e processaram defensores de direitos humanos, ativistas e jornalistas, para silenciar as críticas ao governo, inclusive em resposta à crescente indignação diante da crise econômica.

Na **Guiné Equatorial**, a polícia prendeu ativistas, evidenciando a disposição das autoridades de fazer uso abusivo da lei para intimidar e silenciar as divergências.

Na **Eritreia**, milhares de prisioneiros de consciência e presos políticos estavam detidos sem acusação ou acesso a advogados ou familiares, muitos deles havia mais de 10 anos.

Na **Etiópia**, detenções arbitrárias continuaram ocorrendo desde que o estado de emergência foi decretado, até sua suspensão em junho. O governo ordenou a libertação de 10 mil das 26 mil pessoas detidas em 2016 em função do estado de emergência. Enquanto isso, centenas de pessoas foram detidas com base na draconiana Proclamação Antiterrorismo, utilizada com frequência para atacar críticos do governo.

Na **Mauritânia**, Mohamed Mkhaitir, um blogueiro acusado de apostasia, teve sua sentença de morte comutada, mas permaneceu detido mesmo depois de cumprir sua sentença. Ao mesmo tempo, dois ativistas antiescravagistas permaneciam na prisão.

As autoridades de **Madagascar** intimidaram e perseguiram jornalistas e defensores dos direitos humanos na tentativa de silenciá-los. Aqueles que se atreveram a falar contra o tráfico

ilegal e a exploração de recursos naturais foram atacados, de forma crescente, por meio de acusações criminais.

O governo do **Sudão** continuou reprimindo as divergências, por meio de crescente perseguição a membros de partidos políticos de oposição, sindicalistas, defensores de direitos humanos e estudantes por parte das forças de segurança; essas pessoas enfrentaram prisões arbitrárias e detenções baseadas em acusações forjadas, além de tortura e outros maus-tratos de forma rotineira.

Na **Zâmbia**, a Lei da Ordem Pública foi usada para reprimir os direitos à liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica, particularmente contra ativistas da sociedade civil críticos ao governo e contra líderes de partidos políticos da oposição. A polícia usou força excessiva contra manifestantes pacíficos, ao mesmo tempo em que ignorava a violência praticada por partidários do governo contra ativistas da sociedade civil.

No **Zimbábue**, o Pastor Evan Mawarire – fundador do movimento #This flag – foi alvo de perseguição política e assédio, até ser absolvido em novembro, após a mudança de governo.

A acadêmica **ugandense** Stella Nyanzi foi detida por mais de um mês em razão de suas postagens no Facebook criticando o Presidente e sua esposa, e também o ministro da Educação.

RETROCESSOS LEGAIS E REDUÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO

Alguns governos atuaram no sentido de introduzir novas leis para restringir as atividades de defensores dos direitos humanos, jornalistas e adversários.

O Parlamento de **Angola** aprovou cinco projetos de lei contendo dispositivos que restringem a liberdade de expressão, e estabelecendo um órgão regulador da mídia com amplos poderes de supervisão.

Legislação aprovada na **Costa do Marfim** contém dispositivos restritivos do direito à liberdade de expressão – com referências à difamação, a ofensas ao presidente e à disseminação de notícias falsas.

Um projeto de lei na **Nigéria** e uma proposta de emendas à lei das ONGs no **Malawi** introduziram controles excessivos, invasivos e arbitrários sobre as atividades das ONGs e de grupos de direitos humanos.

LIBERDADE DE IMPRENSA

Em pelo menos 30 países – mais de metade dos países monitorados – a liberdade de imprensa foi limitada e os jornalistas enfrentaram criminalização.

O uso abusivo do sistema de justiça para silenciar as divergências foi prática comum em **Angola**, onde o governo lançou mão de leis de difamação, especialmente contra jornalistas e acadêmicos.

Em **Uganda**, a jornalista Gertrude Uwitware foi presa por apoiar Stella Nyanzi. No **Quênia**, as autoridades fizeram uso de perseguição e intimidação para silenciar a imprensa.

Em **Botswana**, jornalistas enfrentaram perseguições e intimidações constantes em razão de seu jornalismo investigativo; três jornalistas foram detidos e ameaçados de morte por agentes de segurança à paisana depois de investigarem a construção da casa de férias do presidente Ian Khama.

Camarões e **Togo** bloquearam a internet para impedir jornalistas de fazer seu trabalho, e fecharam órgãos de imprensa.

Ativistas, inclusive jornalistas e blogueiros, foram detidos na **Etiópia** e muitos foram condenados com base na Proclamação Antiterrorismo, que contempla definições vagas de atos terroristas.

Um tribunal militar em **Camarões** condenou um jornalista da Radio France Internationale, Ahmed Abba, a 10 anos de prisão, após um julgamento injusto, pelo exercício de seu direito à liberdade de expressão. Ele foi libertado em dezembro, após decisão de um tribunal de apelação, que reduziu sua sentença a 24 meses.

REPRESSÃO POLÍTICA E VIOLAÇÕES NO CONTEXTO DE ELEIÇÕES

Medo, intimidação e violência arruinaram as eleições presidenciais do Quênia. Após o pleito, a polícia usou força excessiva contra manifestantes da oposição, deixando dezenas de mortos, pelo menos 33 deles baleados pela polícia. Altos funcionários do partido governista ameaçaram repetidamente a independência do poder Judiciário depois que o Supremo Tribunal anulou o resultado das eleições. O Conselho de Coordenação das ONGs ameaçou com fechamento e outras medidas punitivas as organizações de direitos humanos e de governança que criticaram o processo eleitoral.

Nas eleições presidenciais de agosto em **Ruanda**, o presidente no poder, Paul Kagame, venceu com uma vitória esmagadora, após reformas constitucionais que lhe permitiram disputar um terceiro mandato; a eleição ocorreu em um clima tenso, criado por duas décadas de ataques à oposição política, à mídia independente e aos defensores de direitos humanos. Os potenciais candidatos à Presidência também foram atacados, inclusive através de campanhas de difamação.

O período que antecedeu as eleições de agosto em **Angola** foi marcado por abusos dos direitos humanos – jornalistas e defensores de direitos humanos foram seguidamente intimidados por exporem a corrupção e as violações desses direitos. Manifestantes enfrentaram prisão e uso excessivo da força pela polícia.

Em **Burundi**, a repressão política foi generalizada, com a ocorrência de homicídios ilegais, prisões arbitrárias e desaparecimentos forçados em todo o país.

CONFLITO ARMADO E VIOLÊNCIA

Embora os conflitos na África variem em natureza e intensidade, de um modo geral, eles se caracterizam por graves violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário – envolvendo atos que configuram crimes segundo o direito internacional.

Em meio à imobilidade dos esforços regionais para solucionar o impasse político, tiveram continuidade o sofrimento intenso e a perda de vidas no âmbito do conflito armado que se estende por 14 anos no **Sudão do Sul**, e que forçou milhões a deixarem suas casas. Na região do Alto Nilo, dezenas de milhares de civis foram expulsos de seus locais de moradia quando as forças do governo queimaram, bombardearam e saquearam sistematicamente suas casas; a violência sexual não diminuiu. Um acordo de cessação de hostilidades foi assinado em dezembro, depois que a Autoridade Intergovernamental de Desenvolvimento (IGAD) criou um fórum para renovar o acordo de paz anterior. No entanto, logo depois, novos combates irromperam nas imediações de Yei.

No **Sudão**, a situação humanitária e de segurança nos estados de Darfur, Nilo Azul e Cordofão do Sul permaneceu aterradora, com violações generalizadas do direito internacional humanitário e das normas de direitos humanos.

Um novo conflito eclodiu na **República Centro-Africana (CAR)**, provocando violações e abusos de direitos humanos em grande escala, além de crimes contra o direito internacional. Fora da capital controlada pelo governo, grupos armados levaram a cabo uma série de abusos, enquanto persistiam os relatos de exploração sexual e de abusos praticados pelas tropas de paz da ONU.

Na **RDC**, a violência sem precedentes na região de Kasai deixou milhares de mortos; desde 25 de setembro, 1 milhão de pessoas foram deslocadas internamente; mais de 35 mil pessoas fugiram para o país vizinho, Angola. Os soldados do exército congolês usaram força excessiva, matando dezenas de supostos membros e simpatizantes do grupo insurgente armado Kamuenta Nsapu que, por sua vez, recrutou crianças e realizou ataques contra civis e forças governamentais. O grupo de milícias Bana Mura, ligado ao governo, foi responsável por

dezenas de ataques por motivos étnicos, que envolveram assassinatos, estupros e destruição de propriedades de civis.

Em resposta às ameaças do grupo armado Boko Haram e seus constantes crimes de guerra, as forças de segurança de **Camarões** e da **Nigéria** continuaram cometendo graves violações dos direitos humanos e crimes contra o direito internacional. Foram execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, detenções em regime de incomunicabilidade, tortura e outros maus-tratos que, em alguns casos, causaram a morte das pessoas em custódia. Pessoas acusadas de apoiar o Boko Haram foram condenadas à morte em **Camarões**, após julgamentos injustos perante tribunais militares, mas nenhuma foi executada durante o ano. Na **Nigéria**, os militares prenderam arbitrariamente e detiveram em regime de incomunicabilidade milhares de mulheres, homens e crianças em condições hediondas. No **Níger** – onde o governo declarou estado de emergência nas áreas ocidentais na fronteira com o Mali e renovou o estado de emergência na região de Diffa – mais de 700 supostos membros do Boko Haram foram a julgamento.

ATAQUES DE GRUPOS ARMADOS

Grupos armados, inclusive o al-Shabaab e o Boko Haram, cometeram abusos e ataques contra civis em países como **Camarões**, **RCA**, **RDC**, **Mali**, **Níger**, **Nigéria** e **Somália**. Em alguns casos, os ataques constituíram graves abusos do direito internacional humanitário e da legislação de direitos humanos.

Na região da Bacia do Lago Chade, o Boko Haram cometeu crimes de guerra em larga escala. Os ataques do Boko Haram foram dirigidos contra os civis, causaram mortes e exacerbaram os deslocamentos populacionais. O ressurgimento dos ataques em Camarões e na Nigéria deixou centenas de civis mortos. Embora 82 das estudantes sequestradas em Chibok, no nordeste da Nigéria, tenham sido libertadas em maio, milhares de mulheres, meninas e jovens rapazes sequestrados seguiam desaparecidos e em perigo de sofrer graves abusos, inclusive estupros. Em todo o nordeste da Nigéria, 1,7 milhão de pessoas foram deslocadas à força, levando muitas delas a uma situação de fome.

No **Mali**, os ataques de grupos armados contra os civis e as forças de paz estendiam-se do norte para o centro, e o estado de emergência foi prorrogado em outubro por mais um ano.

Em outubro, o al-Shabaab realizou o ataque mais mortal dos últimos tempos contra civis, na capital da **Somália**, Mogadíscio, deixando mais de 512 pessoas mortas.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Tortura e outros maus-tratos foram relatados em vários países, como **Burkina Faso**, **Camarões**, **Eritreia**, **Etiópia**, **Mauritânia**, **Nigéria** e **Sudão**.

As forças de segurança de **Camarões** torturaram pessoas suspeitas – muitas vezes sem evidências – de apoiar o Boko Haram; essas violações configuraram crimes de guerra e foram perpetradas com impunidade.

Na **Etiópia**, os detidos acusados de terrorismo queixaram-se recorrentemente aos tribunais de que a polícia os torturou e maltratou durante os interrogatórios. Embora, em alguns casos, os juízes tenham ordenado à Comissão Etíope de Direitos Humanos que investigasse as denúncias, as investigações não atenderam às normas internacionais de direitos humanos.

Em uma iniciativa positiva, um projeto de Lei de Combate à Tortura – destinado a proibir e criminalizar o uso da tortura – foi promulgado na **Nigéria** em dezembro.

PESSOAS EM MOVIMENTO

Prolongados conflitos, combinados a recorrentes crises humanitárias e persistentes violações de direitos humanos, forçaram milhões de pessoas a fugirem de suas casas em busca de proteção. Refugiados e migrantes defrontaram-se com abusos e violações generalizadas. Milhões de refugiados acolhidos por países africanos não foram suficientemente apoiados pela comunidade internacional.

O continuado conflito e a seca na **Somália** deixaram metade da população do país necessitada de assistência humanitária, segundo informações do ACNUR, o órgão das Nações Unidas para os refugiados. Mais de um milhão de pessoas foram deslocadas internamente por conflitos e secas ao longo do ano – somando-se aos 1,1 milhão de deslocados internos que viviam em condições deploráveis em assentamentos informais inseguros.

No **Quênia**, mais de 285 mil refugiados e requerentes de asilo da Somália continuavam necessitando urgentemente de proteção. Em fevereiro, uma decisão do Supremo Tribunal sustou a decisão unilateral do governo queniano de fechar o campo de refugiados de Dadaab. A decisão do governo, em flagrante violação do direito internacional, colocava mais de 260 mil refugiados somalis em risco de devolução forçada. Embora Dadaab tenha permanecido aberto, o governo queniano continuou se recusando a registrar novas chegadas da Somália. Mais de 74 mil refugiados foram repatriados de Dadaab para a Somália entre dezembro de 2014 e novembro de 2017, no âmbito do sistema de repatriação voluntária. As repatriações foram efetuadas a despeito das preocupações sobre a natureza “voluntária” dos retornos e do receio de que as condições para garantir um retorno seguro e condições dignas ainda não existissem na Somália devido a conflitos em curso e à grave seca no país.

Centenas de milhares de pessoas da **RCA** tentaram se refugiar dos conflitos em países vizinhos ou acabaram deslocadas dentro do país, passando a viver em acampamentos improvisados.

As operações militares e o conflito com o Boko Haram na região da bacia do Lago Chade forçaram milhões de pessoas a deixar suas casas. Na **Nigéria**, pelo menos 1,7 milhão de pessoas foram deslocadas internamente nos estados nordestinos de Borno, Yobe e Adamawa. Segundo o ACNUR, 5,2 milhões de pessoas no nordeste necessitavam de assistência alimentar urgente, e 450 mil crianças com menos de cinco anos estavam em situação de desnutrição. No **Chade**, mais de 408 mil refugiados da RCA, da RDC, da Nigéria e do Sudão viviam em condições críticas nos acampamentos para refugiados.

Botswana negou aos refugiados liberdade de circulação, direito ao trabalho e integração local; os requerentes de asilo enfrentaram detenção e processos intermináveis para determinação do *status* de refugiado.

Milhares continuaram a fugir da **Eritreia**, onde a situação dos direitos humanos e a imposição de serviço militar por prazo indeterminado criavam grandes dificuldades para muitas pessoas. Os que fugiam enfrentaram graves abusos, tanto em trânsito como em alguns países de destino, e muitos foram submetidos à detenção arbitrária, sequestro, abuso sexual e maus-tratos a caminho da Europa. Em agosto, infringindo o direito internacional, o **Sudão** devolveu à força mais de 100 refugiados para a Eritreia, onde eles correm o risco de graves violações dos direitos humanos.

No **Sudão do Sul**, cerca de 340 mil pessoas fugiram da escalada dos combates na região de Equatória, que provocaram atrocidades e fome entre os meses de janeiro e outubro. Tropas que atuam no sul do país – principalmente governistas, mas também da oposição – cometeram crimes que violam o direito internacional, além de outros abusos graves e violações envolvendo crimes de guerra contra civis. Mais de 3,9 milhões de pessoas – aproximadamente um terço da população – foram deslocadas desde o início do conflito em dezembro de 2013.

Outros Estados pouco fizeram para ajudar os países vizinhos a acolher os mais de 2 milhões de refugiados do Sudão do Sul. **Uganda** acolheu mais de 1 milhão de refugiados, na maioria crianças, e enfrentou dificuldades para implementar sua progressista e amplamente respeitada política de refugiados, devido ao problema crônico da falta de financiamento por parte da comunidade internacional. Por essa razão, o governo ugandense, o ACNUR e as ONGs empreenderam árduos esforços para atender às necessidades básicas dos refugiados.

IMPUNIDADE

A incapacidade de garantir justiça e reparação, bem como a detenção dos supostos perpetradores a fim de que sejam responsabilizados, continuou sendo uma das principais causas das violações e abusos dos direitos humanos em diversos contextos e países.

Na **RCA**, houve algum avanço na operacionalização do Tribunal Penal Especial, estabelecido para julgar indivíduos suspeitos de graves violações de direitos humanos e de crimes contra o direito internacional cometidos durante o conflito que se estende por 14 anos no país. O Procurador Especial do Tribunal assumiu o cargo em maio, mas o Tribunal ainda não estava operando e a impunidade seguia sendo a norma.

No **Sudão do Sul**, três órgãos transitórios de justiça previstos no acordo de paz de 2015 ainda não foram estabelecidos. Em julho, foi acordado entre a Comissão da União Africana (UA) e o governo um roteiro conjunto para o estabelecimento do Tribunal Híbrido para o Sudão do Sul; seguia-se debatendo os instrumentos para a criação do Tribunal, sem que nenhum fosse adotado formalmente.

Na **Nigéria** – em meio a preocupações sobre independência e imparcialidade – uma Junta Especial de Inquérito, criada pelo exército para investigar denúncias de graves violações dos direitos humanos, isentou oficiais militares graduados das acusações de crimes contra o direito internacional. O relatório da junta não foi divulgado. Em agosto, o Presidente interino instituiu uma comissão de investigação presidencial para sondar as denúncias de violações de direitos humanos cometidas pelas Forças Armadas; a comissão realizou audiências públicas entre setembro e novembro, sem resultados até o final do ano. Ao mesmo tempo, as autoridades nigerianas realizaram julgamentos coletivos secretos de supostos membros do Boko Haram; 50 réus foram sentenciados a penas de prisão variadas, em um julgamento que durou quatro dias.

Na **RDC**, o assassinato de uma consultora e um consultor da ONU e o desaparecimento de seu intérprete congolês e de três de seus motoristas, na província central de Kasai, em março, ilustram a necessidade urgente de pôr fim à violência na região. A investigação das autoridades congoleesas não foi transparente nem fidedigna. Em junho, o Conselho de Direitos Humanos da ONU decidiu enviar uma equipe de consultores internacionais à RDC para ajudar nas investigações. Em julho, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos nomeou uma equipe de três especialistas, cujas conclusões são esperadas para junho de 2018.

Na **Etiópia**, a polícia e o exército continuaram gozando de impunidade pelas violações cometidas em 2015 e 2016. O governo rejeitou os pedidos de investigações independentes e imparciais sobre as violações praticadas no contexto dos protestos ocorridos em vários estados do país.

As Câmaras Extraordinárias Africanas no **Senegal** confirmaram a condenação do ex-presidente do Chade, Hissène Habré, à pena de prisão perpétua por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e tortura.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Em outubro, o **Burundi** tornou-se o primeiro Estado Parte a se retirar do Estatuto de Roma do TPI. Ainda assim, em novembro, a Câmara Preliminar do TPI tornou pública sua decisão de autorizar o Gabinete da Procuradora a abrir uma investigação relativa aos supostos crimes cometidos no Burundi – ou por cidadãos burundianos fora do país - entre abril de 2015 e outubro de 2017, que recaem na competência desta Corte.

No entanto, os acontecimentos na África sugeriam uma moderação da retórica que defende a retirada do TPI. A UA adotou em janeiro uma decisão que, apesar de seu título enganador, esboçava planos para um diálogo com o TPI e outras partes interessadas. Numa perspectiva mais alentadora, Estados-membros – como **Senegal, Nigéria, Cabo Verde, Malauí, Tanzânia, Tunísia, Zâmbia e Libéria** – expressaram seu apoio ao TPI e rejeitaram qualquer intenção de retirada coletiva.

O novo governo da **Gâmbia** revogou sua retirada do Estatuto de Roma, enquanto o Parlamento de Botswana aprovou um projeto de lei que incorpora o Estatuto de Roma à legislação nacional.

Em março, o governo da **África do Sul** anunciou que revogaria sua notificação de 2016, da intenção de retirar-se do Estatuto de Roma, depois que o Superior Tribunal de North Gauteng julgou inconstitucional e inválida a retirada do TPI sem consulta prévia ao Parlamento. No entanto, um projeto de lei para revogar a Lei de Nacionalização do Estatuto de Roma foi apresentado ao Parlamento no início de dezembro de 2017, sinalizando a intenção do governo de prosseguir com sua decisão de deixar o TPI.

Por outro lado, a Câmara Preliminar do TPI julgou que a África do Sul deveria ter executado o mandado de prisão contra o presidente sudanês Omar Al-Bashir durante a visita que fez ao país em 2015. A decisão confirmou que o Presidente Al-Bashir não tinha imunidade de prisão, e que qualquer Estado-parte do Estatuto de Roma tinha a obrigação de prendê-lo caso ele entrasse em seu território, e de entregá-lo ao Tribunal.

Em seu relatório preliminar de dezembro, o Gabinete da Procuradora do TPI anunciou que ainda estava analisando os possíveis oito crimes identificados anteriormente que teriam sido cometidos na **Nigéria**, bem como reunindo evidências sobre novos crimes, mas que ainda não havia decidido sobre a abertura de uma investigação.

DISCRIMINAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

Discriminação, marginalização e abuso contra mulheres e meninas – muitas vezes decorrentes de tradições culturais institucionalizadas em leis injustas – continuaram ocorrendo em vários países. Mulheres e meninas foram submetidas a estupros e outras violências sexuais, inclusive no contexto de conflitos e em países com grande número de refugiados e populações deslocadas internamente.

Adolescentes grávidas continuaram a ser excluídas da escola, em países como **Serra Leoa e Guiné Equatorial**. Em junho, o Presidente da Tanzânia anunciou a proibição do retorno de adolescentes grávidas às escolas públicas – insuflando o estigma e a discriminação contra meninas e vítimas de violência sexual.

A violência de gênero contra mulheres e meninas prevaleceu em vários países, entre os quais a **Libéria, o Malauí, Moçambique, a África do Sul e a Suazilândia**.

Em outros países, como **Burkina Faso**, a falta de equipamentos médicos, medicamentos e funcionários nos hospitais deixou mulheres grávidas e crianças em grave perigo de complicações, infecções e óbitos. As taxas de mutilação genital feminina diminuíram; no entanto, apesar de ter sido proscrita, a prática continua difundida.

Os abortos inseguros contribuíram para que a **Libéria** apresentasse uma das taxas mais elevadas da África de morte e sequelas maternas, em razão da indisponibilidade de serviços de interrupção da gravidez acessíveis às vítimas de estupro.

Apesar das leis de aborto progressistas, mulheres e meninas se defrontaram com enormes barreiras para acessar os serviços de aborto legal na **África do Sul**, enfrentando sérios riscos de saúde, e mesmo de morte, por causa de abortos inseguros. O governo não tratou da questão dos profissionais da saúde que se recusam a realizar abortos.

Em **Angola**, o governo propôs uma emenda ao Código Penal que descriminalizaria o aborto em determinados casos, mas o Parlamento rejeitou a proposta. Após um clamor público, a votação parlamentar da legislação foi adiada por tempo indefinido.

PESSOAS COM ALBINISMO

Superstições sobre os poderes mágicos de pessoas com albinismo alimentaram uma onda de ataques contra elas; no **Malawi** e em **Moçambique**, elas foram sequestradas e mortas para uso de partes de seu corpo. Em **Moçambique**, um menino de sete anos foi assassinado depois de sequestrado em sua casa por homens não identificados. Apesar do clamor público, o governo pouco fez em relação à questão.

DIREITOS DE LÉSBIICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

As pessoas LGBTI enfrentaram discriminação, processos judiciais, assédio e violência no **Senegal**, em **Gana**, no **Malawi** e na **Nigéria**, entre outros países. Em **Gana**, o presidente do Parlamento propôs uma emenda constitucional para tornar a homossexualidade ilegal e punível com a lei. Na **Libéria**, um homem preso em 2016 e acusado de "sodomia intencional" com base no Código Penal continuava detido aguardando julgamento. Na **Nigéria**, foram denunciadas prisões, humilhações públicas, extorsões e discriminação contra indivíduos em razão de sua orientação sexual.

Em uma decisão histórica em **Botswana**, um Tribunal Superior ordenou ao governo que alterasse a identificação de gênero no documento de identidade de uma mulher transexual, julgando que tal recusa era injustificada e violava seus direitos.

DIREITO À MORADIA E REMOÇÕES FORÇADAS

Em meio ao crescimento da urbanização, do desemprego, da pobreza e da desigualdade, muitos países não lograram assegurar à população moradias acessíveis e em condições habitáveis.

Mais de 115 pessoas morreram devido a um deslizamento de terra em um grande depósito de lixo na periferia da capital da **Etiópia**. A maior parte das vítimas vivia próximo ao depósito e ganhava a vida com a coleta e reciclagem do lixo.

Pelo menos 10 pessoas, entre as quais duas crianças, também foram mortas em um deslizamento de terra em um lixão na **Guiné**.

No estado de Lagos, na **Nigéria**, as autoridades removeram à força pelo menos 5 mil pessoas dos bairros costeiros Otodo-Gbame e Ilubirin, enquanto os serviços de segurança disparavam com munição real e lançavam gás lacrimogêneo para evacuar a área. As remoções forçadas violaram uma medida protetiva emitida por um Tribunal Superior, que proibia as autoridades de realizarem demolições nessas comunidades.

Por outro lado, um Tribunal Superior na **Nigéria** declarou ilegal o plano de demolição do assentamento de Mpape em Abuja, proporcionando, assim, apoio a centenas de milhares de moradores. O tribunal proibiu as autoridades de realizarem remoções forçadas e determinou que elas formulassem políticas para concretizar o direito à moradia adequada.

EMPRESAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Na **RDC**, crianças e adultos arriscaram suas vidas e sua saúde trabalhando em minas de cobalto por um dólar ao dia. Na **África do Sul**, a Lonmin Plc, uma empresa gigante de mineração de platina do Reino Unido, permitia que sua força de trabalho vivesse em condições de miséria em Marikana, embora tivesse assumido judicialmente, 10 anos antes, o compromisso de construir 5.500 casas novas. Ninguém foi responsabilizado pelo assassinato, em 2012, de 34 pessoas que protestavam contra as condições precárias na mina.

Por outro lado, em vários países, houve sinais crescentes de pressão, ações e demandas públicas para que empresas prestassem contas de suas ações.

Em junho, uma histórica ação civil foi impetrada contra a Shell nos Países Baixos, acusando a empresa de cumplicidade na prisão, detenção e execução ilegais dos 'nove de Ogoni', enforcados pelo governo militar da Nigéria em 1995. Organizações internacionais pediram que a Shell fosse investigada por sua participação nessas graves violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança nigerianas em Ogoniland na década de 1990.

Alguns governos adotaram medidas positivas. O governo da **RDC** se comprometeu a acabar com o trabalho infantil no setor de mineração até 2025, o que poderia ser um passo significativo para erradicar o trabalho de crianças, desde os sete anos de idade, em perigosas atividades de mineração. **Gana** ratificou a Convenção Minamata da ONU sobre mercúrio, que visa a proteger os trabalhadores dos efeitos tóxicos do metal líquido, reduzindo o uso de mercúrio na mineração artesanal e de pequena escala do ouro, e a proteger crianças de exposição ao mercúrio.

MIRANDO O FUTURO

Se 2017 testemunhou prolongados e por vezes crescentes desafios à situação dos direitos humanos na África, também ofereceu esperança e oportunidades de mudança. Uma importante fonte de esperança está nas inúmeras pessoas da região que defenderam os direitos humanos, a justiça e a dignidade – muitas vezes arriscando suas vidas e sua liberdade.

Os organismos regionais da África continuaram sendo fundamentais para a realização de mudanças positivas, ao mesmo tempo em que também tiveram muitas oportunidades. Nesse ano, a UA aprovou um plano ambicioso para cumprir seu compromisso de "silenciar as armas" até 2020. Iniciou uma importante agenda de reforma institucional, que inclui a mobilização de recursos significativos para suas operações, bem como para a paz e as intervenções de segurança. Esta abordagem holística e a aspiração da UA de tratar das causas fundamentais do conflito oferecem oportunidades reais para mobilizar uma resposta regional efetiva que ofereça mais proteção à população civil, respeito aos direitos humanos e o enfrentamento da arraigada cultura de impunidade.

O ano também marcou o 30º aniversário da criação da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, que, apesar de muitos desafios, contribuiu significativamente para a promoção e proteção dos direitos humanos, inclusive com a elaboração de um rol impressionante de instrumentos e normas. Somente em 2017, a Comissão adotou pelo menos 13 desses instrumentos, os quais atribuíram conteúdo específico às disposições gerais da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e ao Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África.

A Comissão deve aproveitar esses avanços e trabalhar para refinar e fortalecer seus processos e mecanismos; precisa consolidar um conjunto único de diretrizes para os relatórios dos Estados e aplicar de forma consistente os procedimentos da Comissão para monitorar a aplicação de suas decisões e recomendações aos Estados.

PANORAMA REGIONAL: AMÉRICAS

A discriminação e a desigualdade continuaram predominando em todo o continente. Altos níveis de violência ainda assolavam a região, com ondas de assassinatos, desaparecimentos forçados e detenções arbitrárias. Defensores de direitos humanos sofreram níveis de violência crescente. A impunidade continuou disseminada. A política de demonização e divisão se expandiu. Povos indígenas enfrentaram discriminação e continuaram tendo negados seus direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito à terra e ao consentimento livre, prévio e informado para os projetos que os afetam. Os governos avançaram pouco na proteção dos direitos das mulheres e das meninas, assim como de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos (LGBTI).

Um número imenso de pessoas em toda a região das Américas enfrentou um aprofundamento da crise de direitos humanos, impulsionado pelo esvaziamento desses direitos nas leis, nas políticas e na prática, bem como pelo uso crescente da política de demonização e de divisão. Esse retrocesso ameaçava se tornar endêmico em muitos países. Isso agravou a falta de confiança nos governos – expressa nos baixos níveis de participação em eleições e referendos – e nas instituições, como os sistemas nacionais de justiça.

No lugar de promover direitos humanos, de forma a garantir um futuro mais justo e sustentável, muitos governos apoiaram-se de táticas de repressão – abusando das forças de segurança e dos sistemas de justiça para silenciar as divergências e as críticas; deixando impunes a tortura generalizada e outros maus-tratos; e governando sobre desigualdade, pobreza e discriminação galopantes, sustentadas pela corrupção e por omissão na responsabilização e na justiça.

O grave retrocesso em relação aos direitos humanos resultou também de uma série de ordens executivas emitidas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, como a que ficou conhecida como "proibição muçulmana" e a que prevê a construção de um muro ao longo da fronteira dos EUA com o México.

A violência extrema e persistente foi corriqueira em países como Brasil, El Salvador, Honduras, México e Venezuela. Em toda a região, a violência foi muitas vezes impulsionada pela proliferação de armas de pequeno porte ilícitas e pelo crescimento do crime organizado. A violência contra pessoas LGBTI, contra mulheres e meninas, e contra povos indígenas estava disseminada.

Segundo um relatório da ONU, a América Latina e o Caribe continuaram sendo a região mais violenta do mundo para as mulheres, apesar de leis rigorosas destinadas a enfrentar a crise. A região apresentou a maior taxa mundial de violência contra as mulheres cometida por outros que não o parceiro íntimo e a segunda maior taxa de violência praticada por parceiro íntimo.

O México testemunhou uma onda de homicídios de jornalistas e defensores de direitos humanos. A Venezuela enfrentou sua pior crise de direitos humanos na história moderna. Assassinatos de líderes de povos indígenas e de afrodescendentes na Colômbia expuseram as deficiências na implementação do processo de paz do país.

Os ativistas do direito à terra foram alvo de violência e de outros abusos em muitos países. A região continuou experimentando um aumento alarmante no número de ameaças e ataques contra defensores de direitos humanos, líderes comunitários e jornalistas, inclusive com o uso abusivo do sistema de justiça.

Um grande número de pessoas teve que abandonar suas casas para escapar da repressão, da violência, da discriminação e da pobreza. Muitas sofreram outros abusos em trânsito ou ao chegar a outros países da região.

O indulto concedido ao ex-presidente do Peru, Alberto Fujimori, que em 2009 foi condenado por crimes contra a humanidade, passou uma mensagem preocupante sobre a disposição do Peru de enfrentar a impunidade e respeitar os direitos das vítimas.

O fracasso dos Estados em defender direitos humanos abriu espaço para atores não estatais cometerem crimes que violam o direito internacional, além de outros abusos. Entre esses atores estavam entidades do crime organizado que por vezes controlavam territórios inteiros, com a frequente cumplicidade ou aquiescência das forças de segurança. Grandes empresas nacionais e transnacionais buscaram assumir o controle da terra e do território de grupos como os povos indígenas e, em países como o Peru e a Nicarágua, dos camponeses agricultores.

O fracasso em assegurar os direitos econômicos, sociais e culturais causou sofrimento generalizado. Uma inversão da retórica política dos EUA no governo do Presidente Trump reduziu as chances de o Congresso aprovar uma legislação para suspender o embargo econômico a Cuba – perpetuando, assim, os impactos adversos do bloqueio sobre os cubanos. As autoridades do Paraguai não garantiram o direito à moradia adequada após remoções forçadas. No Haiti, ocorreram milhares de novos casos de cólera.

Dezenas de milhares de pessoas foram deslocadas de suas casas e tiveram que se defrontar com infraestruturas seriamente danificadas em países do Caribe como a República Dominicana e Porto Rico, depois de dois grandes furacões, entre outros desastres naturais. No México, dois terremotos devastadores que custaram centenas de vidas comprometeram o direito das pessoas à moradia e à educação adequadas.

Na Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Cancun, no México, em junho, ficou evidente a falta de liderança política para abordar algumas das questões mais urgentes de direitos humanos na região. Um grupo de países tentou condenar a crise na Venezuela sem reconhecer seus próprios fracassos em respeitar e proteger os direitos humanos. Após a crise financeira do ano anterior, a OEA tomou a medida positiva de duplicar a dotação orçamentária para o sistema interamericano de direitos humanos – embora a alocação do financiamento deva obedecer a certas condições, o que poderia limitar a capacidade da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos de responsabilizar os Estados por violações dos direitos humanos.

Nos EUA, o Presidente Trump não perdeu tempo para colocar em prática sua retórica discriminatória e xenofóbica contrária a direitos, provocando grande retrocesso em termos de justiça e liberdade, ao emitir uma série de ordens executivas repressivas que põem em risco os direitos humanos de milhões de pessoas, no próprio país e no exterior.

Tais medidas incluíram práticas abusivas de controle da fronteira EUA-México, como o aumento das detenções de requerentes de asilo e de suas famílias; restrições extremas ao acesso das mulheres e das adolescentes aos serviços de saúde sexual e reprodutiva nos EUA e em outros lugares; revogação de proteções para trabalhadores LGBTI e estudantes transgênero; e permissão para a conclusão do oleoduto Dakota Access, ameaçando a fonte de água da tribo Sioux de Standing Rock e de outros povos indígenas, além de violar seu direito ao consentimento livre, prévio e informado.

A crescente privação de direitos, contudo, não se refletiu em desmobilização. A insatisfação social emergente incentivou as pessoas a saírem às ruas para defender seus direitos e exigir o fim da repressão, marginalização e injustiça. Entre os exemplos, as manifestações massivas em apoio ao ativista Santiago Maldonado, encontrado morto depois de desaparecido no contexto de uma manifestação marcada por violência policial em uma comunidade Mapuche na Argentina, e o expressivo movimento social "Ni Una Menos", denunciando o feminicídio e a violência contra mulheres e meninas, difundido em vários países da região.

As imensas mobilizações populares e de oposição política nos EUA fizeram frente a algumas políticas e decisões do governo Trump que solapavam os direitos humanos, como as tentativas

de proibir pessoas de vários países de maioria muçulmana de entrar nos EUA, e de reduzir o número de refugiados elegíveis para admissão; as ameaças de aumentar o número de detidos no centro de detenção da base dos EUA em Guantánamo; e a tentativa de confiscar a cobertura de saúde de milhões de pessoas no país.

SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

CRISE DA VENEZUELA

A Venezuela enfrentou uma das piores crises de direitos humanos de sua história recente, instigada por uma escalada de violência patrocinada pelo governo. Ocorreram crescentes protestos gerados pelo aumento da inflação, e uma crise humanitária causada pela escassez de alimentos e de suprimentos médicos. Ao invés de abordar a crise alimentar e de saúde, as autoridades instauraram uma política premeditada de repressão violenta a qualquer forma de oposição. As forças de segurança usaram força excessiva e cometeram abusos contra os manifestantes, lançando gás lacrimogêneo e disparando balas de borracha, causando mais de 120 mortes. Milhares de pessoas foram detidas de forma arbitrária, e houve muitas denúncias de tortura e outros maus-tratos. O sistema judicial foi usado para silenciar as divergências, inclusive processando civis em tribunais militares e perseguindo e atacando defensores de direitos humanos.

VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE NO MÉXICO

A crise de direitos humanos do México persistiu, exacerbada pelo aumento da violência e dos homicídios, registrando um número recorde de assassinatos de jornalistas. Prisões e detenções arbitrárias continuaram generalizadas – muitas vezes levando a novas violações de direitos humanos, a maioria das quais não foi devidamente investigada. Mais de 34 mil pessoas desapareceram depois de terem sido levadas à força, e as execuções extrajudiciais se propagaram. Tortura e outros maus-tratos seguiram sendo práticas generalizadas e cometidas com impunidade pelas forças de segurança, com falsas "confissões" sendo rotineiramente extraídas desse modo. No entanto, a aprovação pelo Senado de uma nova lei sobre desaparecimentos forçados – após o clamor público nacional em torno do desaparecimento forçado de 43 estudantes, cujo destino e paradeiro continuava desconhecido – foi um possível avanço, embora sua efetiva implementação venha a exigir um sério compromisso político para garantir justiça, verdade e reparação. O Congresso finalmente aprovou também uma nova lei geral sobre tortura. Mais preocupante foi a promulgação de uma lei sobre segurança interna que permite a presença prolongada das forças armadas em funções policiais regulares, uma estratégia que tem sido associada ao aumento das violações de direitos humanos.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

No Brasil, as autoridades ignoraram o aprofundamento da crise de direitos humanos que elas próprias criaram. Na cidade do Rio de Janeiro, um surto de violência foi acompanhado de uma onda de homicídios ilegais pela polícia. Taxas elevadas de homicídios e de outras violações de direitos humanos prevaleceram em todo o país. Pouco se fez para reduzir o número de homicídios, controlar o uso da força pela polícia ou garantir os direitos dos povos indígenas. As condições caóticas, superlotadas e perigosas das prisões brasileiras resultaram em mais de 120 mortes de presos durante motins registrados em janeiro.

Em Honduras, apesar de decrescerem as taxas de homicídios, persistiram preocupações relacionadas aos altos níveis de violência e insegurança; a prevalência da impunidade debilitou a confiança pública nas autoridades e no sistema de justiça. Houve protestos massivos em todo o país – denunciando a falta de transparência nas eleições presidenciais de

novembro – que foram reprimidos com violência pelas forças de segurança, resultando em pelo menos 31 pessoas mortas e muitas feridas, e em dezenas de detenções arbitrárias.

Na República Dominicana, onde persistiram taxas de homicídios elevadas, houve denúncias de dezenas de homicídios ilegais. A polícia da Jamaica continuou a cometer impunemente homicídios ilegais – alguns dos quais podem configurar execuções extrajudiciais.

PROTESTOS

Os protestos foram defrontados com o uso desnecessário e excessivo da força pelas autoridades em países como Colômbia, Paraguai e Porto Rico.

No Paraguai, protestos irromperam após uma investida secreta de senadores para emendar a Constituição a fim de permitir reeleições presidenciais. O edifício do Congresso foi incendiado por alguns manifestantes e o ativista da oposição Rodrigo Quintana foi morto pela polícia. Dezenas de pessoas ficaram feridas, mais de 200 foram detidas e organizações locais denunciaram tortura e outros maus-tratos pelas forças de segurança.

Na Nicarágua, policiais impediram comunidades rurais e povos indígenas de participar de manifestações pacíficas contra a construção do Grande Canal Interoceânico.

Na Argentina, mais de 30 pessoas foram detidas arbitrariamente por policiais na capital, Buenos Aires, por participarem de uma manifestação provocada pela morte do ativista Santiago Maldonado. Em dezembro, força excessiva foi usada contra manifestantes em Buenos Aires, que participavam de demonstrações massivas contra as reformas governamentais.

ACESSO À JUSTIÇA E A LUTA PELO FIM DA IMPUNIDADE

A impunidade continuou disseminada e sendo um dos principais impulsores de violações e abusos dos direitos humanos em muitos países.

Na Guatemala, a impunidade e a corrupção em curso corroeram a confiança pública nas autoridades, colocando obstáculos ao acesso à Justiça. Houve grandes protestos em agosto e setembro, e o país enfrentou uma crise política quando membros do governo renunciaram ante a tentativa do presidente Jimmy Morales de expulsar do país o chefe da Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala, um órgão independente estabelecido pelo governo e pela ONU em 2006, para fortalecer o Estado de direito pós-conflito.

No Chile, a impunidade para violações dos direitos humanos passadas e presentes continuou causando preocupação. O encerramento pelas autoridades de uma investigação sobre o suposto sequestro e tortura denunciados pelo líder Mapuche Víctor Queipul Hueiquil transmitiu uma mensagem preocupante a defensores dos direitos humanos em todo o país, pois, ao que parece, não houve uma investigação abrangente e imparcial. A líder indígena e xamã Francisca Linconao e outros 10 indígenas Mapuche foram absolvidos das acusações de terrorismo, devido à falta de provas para implicá-los na morte de duas pessoas em janeiro de 2013. No entanto, em dezembro, o Tribunal de Apelações declarou nulo aquele julgamento. Um novo julgamento foi marcado para 2018.

ENFRENTANDO VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DO PASSADO

Os esforços para tratar das violações de direitos humanos não solucionadas, de modo geral, continuaram lentos e ineficientes, dificultados pela falta de vontade política.

No Peru, o presidente Pedro Pablo Kuczynski concedeu indulto humanitário e anistia ao ex-presidente Alberto Fujimori, condenado em 2009 a 25 anos de prisão por sua responsabilidade nos crimes contra a humanidade cometidos por seus subordinados, e que ainda enfrentava outras acusações por sua suposta responsabilidade em outras violações de direitos humanos passíveis de configurar crimes contra a humanidade. Milhares de pessoas saíram às ruas para protestar contra a decisão.

No Uruguai, defensores dos direitos humanos que investigaram violações ocorridas durante o regime militar (1973-1985) relataram ter recebido ameaças de morte cujas fontes não foram investigadas. Em novembro, o Supremo Tribunal julgou que os crimes cometidos durante o regime não configuravam crimes contra a humanidade e que, portanto, estavam sujeitos a prescrição.

Ainda assim, houve algum progresso. Na Argentina, 29 pessoas foram condenadas à prisão perpétua por crimes contra a humanidade cometidos durante o regime militar de 1976-1983 e um tribunal federal emitiu uma decisão histórica, sentenciando quatro ex-membros do Judiciário à prisão perpétua por terem contribuído para que crimes contra a humanidade tivessem sido perpetrados durante aquele período.

Na Bolívia, criou-se uma Comissão da Verdade para investigar as graves violações de direitos humanos cometidas sob os governos militares, entre 1964 e 1982.

Houve avanços nos processos de alguns crimes contra a humanidade cometidos durante o conflito armado interno da Guatemala (1960-1996), com o julgamento de cinco ex-militares por acusações de detenção ilegal, violência sexual e outras formas de tortura. Depois de várias tentativas fracassadas, desde 2015, os julgamentos do ex-líder da Junta Militar, José Efraín Ríos Montt, e do ex-chefe da inteligência, José Rodríguez Sánchez, finalmente foram retomados em outubro.

REFUGIADOS, MIGRANTES E PESSOAS APÁTRIDAS

RECUSA DE PROTEÇÃO PELOS EUA

Em meio a uma crise global de refugiados, na qual mais de 21 milhões de pessoas foram forçadas a fugir de suas casas devido à guerra e à perseguição, os EUA tomaram medidas extremas para negar proteção às pessoas necessitadas. Nas primeiras semanas de seu governo, o Presidente Trump emitiu ordens executivas suspendendo por 120 dias o programa de reassentamento de refugiados do país, impondo uma proibição por prazo indeterminado ao reassentamento de refugiados da Síria e reduzindo o teto anual de admissão de refugiados para 50 mil.

O Presidente Trump também assinou uma ordem executiva para a construção de um muro ao longo da fronteira dos EUA com o México. Essa ordem, que prometia destacar 5 mil novos agentes para patrulhamento da fronteira, traz consigo o risco de que mais migrantes – inclusive muitos que precisam de proteção internacional – sejam ilegalmente forçados a regressar através da fronteira ou deportados para locais onde suas vidas estão em risco. A injustiça das ações do Presidente Trump ganhou relevo com a atual crise de refugiados na América Central e a desastrosa situação na Venezuela, que provocou um aumento no número de venezuelanos que buscam asilo no exterior. Enquanto se deterioravam as condições para refugiados e migrantes nos EUA, aumentou significativamente o número de requerentes de asilo que cruzaram irregularmente a fronteira dos EUA para o Canadá.

CRISE DE REFUGIADOS

Segundo o ACNUR, a agência de refugiados da ONU, mais de 57 mil pessoas de Honduras, Guatemala e El Salvador buscaram asilo em outros países. Muitos foram obrigados a regressar

a seu país, onde a falta de um sistema efetivo de proteção os colocava diante dos mesmos perigos e condições de que haviam fugido. Milhares de famílias e de crianças não acompanhadas desses países migraram para os EUA através do México, e foram apreendidas na fronteira estadunidense.

O México recebeu um número recorde de pedidos de asilo de pessoas vindas principalmente de El Salvador, Honduras, Guatemala e Venezuela, mas com frequência não concedeu proteção para os que precisavam, fazendo, ao contrário, as pessoas regressarem a situações de alto risco, mesmo de morte.

O sistema de acolhimento de requerentes de asilo da Argentina continuou lento e insuficiente, e sem um plano de integração que auxiliasse os requerentes de asilo e refugiados a acessarem direitos básicos como educação, trabalho e cuidados de saúde.

Muitos cubanos continuaram abandonando o país, pressionados por baixos salários e restrições excessivas à liberdade de expressão.

APÁTRIDAS E DESLOCADOS INTERNOS

A crise de apátridas na República Dominicana continuou a afetar dezenas de milhares de pessoas de ascendência haitiana que nasceram no país, mas perderam sua cidadania depois que uma lei de 2013 as privou arbitrariamente e de forma retroativa da sua nacionalidade dominicana. Os atingidos tiveram negada uma série de direitos humanos e ficaram impedidos de ter acesso ao ensino superior, a emprego formal e a cuidados de saúde adequados.

No Haiti, quase 38 mil pessoas continuavam deslocadas internamente em razão do terremoto de 2010. Há informações sobre o aumento de casos de deportação na fronteira dominicano-haitiana.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Os direitos dos povos indígenas continuaram sendo violados em países como Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Honduras, Nicarágua e Peru.

VIOLÊNCIA CONTRA POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas continuaram a ser criminalizados e discriminados na Argentina, onde as autoridades recorrem a processos judiciais para persegui-los; houve relatos de ataques policiais, inclusive com agressão física e intimidação. Rafael Nahuel, da comunidade Mapuche, foi morto em novembro durante uma remoção executada pelas forças de segurança.

Na Colômbia, uma onda de assassinatos de indígenas de comunidades historicamente afetadas pelo conflito armado expôs deficiências na implementação do acordo de paz. O assassinato de Gerson Acosta – líder do conselho indígena Kite Kiwe em Timbio, Cauca, morto a tiros ao sair de uma reunião na comunidade – foi um exemplo trágico da ineficácia das medidas oficiais para proteger a vida e a segurança dos líderes comunitários e de outros indígenas.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos documentou as diferentes formas de discriminação enfrentadas pelas mulheres indígenas nas Américas e destacou como sua marginalização política, social e econômica contribuía para a discriminação estrutural permanente que as coloca sob risco aumentado de violência.

DIREITO À TERRA

No Peru, novas leis enfraqueceram a proteção do direito dos povos indígenas à sua terra e território, e minaram seu direito ao consentimento livre, prévio e informado. O governo violou o

direito à saúde de centenas de indígenas cujas únicas fontes de água foram contaminadas com metais tóxicos e que não tiveram acesso a cuidados de saúde adequados.

No Equador, o direito ao consentimento livre, prévio e informado dos indígenas seguiu sendo violado, inclusive com a intrusão do Estado em seus territórios para futura extração de petróleo.

Os povos indígenas do Paraguai também continuavam tendo negados seus direitos à terra e ao consentimento livre, prévio e informado sobre os projetos que os afetam. Apesar da recomendação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o governo não assegurou à comunidade Yakye Axa o acesso às suas terras e tampouco solucionou o caso sobre a propriedade das terras expropriadas da comunidade Sawhoyamaya.

O Supremo Tribunal da Guatemala reconheceu a falta de consulta prévia aos povos indígenas Xinca de Santa Rosa e Jalapa, que sofreram os impactos negativos das atividades de mineração.

No Brasil, disputas de terra e invasão de madeireiros ilegais e de garimpeiros em territórios de povos indígenas resultaram em ataques violentos contra comunidades indígenas.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS E JORNALISTAS

Os riscos e perigos extremos a que se expõem os que defendem direitos humanos ficaram evidentes na região, onde defensores de direitos humanos enfrentaram ameaças, perseguição e ataques em países como Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Honduras, México, Nicarágua e Paraguai.

ASSASSINATOS E PERSEGUIÇÃO NO MÉXICO

No México, defensores de direitos humanos foram ameaçados, agredidos e mortos, sendo alvos constantes de ataques e vigilância na internet. Ao longo do ano, pelo menos 12 jornalistas foram mortos – o maior número registrado desde 2000 – muitos em lugares públicos, à luz do dia, e sem que as autoridades fizessem qualquer esforço apreciável de investigação e julgamento dos responsáveis. As vítimas incluíram o premiado jornalista Javier Valdez, morto em maio, perto do escritório do jornal *Ríodoce*, fundado por ele. Há indícios de que uma rede de pessoas estava usando a internet para assediar e ameaçar jornalistas em todo o México. Também surgiram indícios de monitoramento de jornalistas e defensores de direitos humanos, com o uso de um software que se sabe ter sido adquirido pelo governo.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS EM PERIGO EM HONDURAS

Honduras continuou sendo um dos países mais perigosos da região para defensores de direitos humanos – especialmente para os que atuam em defesa da terra, do território e do meio ambiente. Eles foram perseguidos por agentes estatais e não estatais, submetidos a campanhas de difamação para desacreditar seu trabalho e enfrentaram regularmente intimidações, ameaças e agressões. A maioria dos ataques registrados contra defensores de direitos humanos ficou impune. Pouco avançaram as investigações sobre a morte da ambientalista indígena Berta Cáceres em março de 2016. Desde seu assassinato, vários outros ativistas ambientais e de direitos humanos hondurenhos foram perseguidos e ameaçados.

ESCALADA DE ATAQUES NA COLÔMBIA

Cresceu o número de ataques contra defensores de direitos humanos na Colômbia, especialmente de líderes comunitários, defensores do direito à terra, ao território e ao meio ambiente, e dos que atuam em favor de um acordo de paz. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, quase 100 defensores de direitos humanos foram

assassinados durante o ano. Muitas ameaças de morte contra ativistas foram atribuídas a grupos paramilitares, mas, na maioria dos casos, as autoridades não conseguiram identificar os responsáveis pelos assassinatos que se seguiram às ameaças.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS, AMEAÇAS E PERSEGUIÇÃO

Em Cuba, muitos defensores de direitos humanos e ativistas políticos continuavam sendo perseguidos, intimidados, demitidos do emprego estatal e detidos arbitrariamente para calar suas críticas. A censura na internet e fora dela prejudicou avanços na educação. Entre os prisioneiros de consciência, estava o líder do Movimento de Libertação Cristã pró-democrático Eduardo Cardet Concepción, preso por três anos por criticar publicamente o ex-presidente Fidel Castro.

Os defensores de direitos humanos da Guatemala, especialmente os que atuam sobre o direito à terra, ao território e ao meio ambiente, foram alvos de ameaças e ataques regulares e de campanhas de difamação. Com frequência, também o sistema de justiça foi usado de forma abusiva para atacar, perseguir e silenciar defensores de direitos humanos.

Uma decisão do Supremo Tribunal do Peru, confirmando a absolvição da defensora de direitos humanos Máxima Acuña Atalaya, após cinco anos de processos criminais infundados por usurpação de terras, tornou-se referência para os defensores de direitos ambientais.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Mulheres e meninas em toda a região continuaram sendo submetidas a uma série de violações e abusos, como violência e discriminação de gênero e violações de direitos sexuais e reprodutivos.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A violência contra mulheres e meninas continuou prevalente. A impunidade arraigada para crimes como estupro, assassinato e ameaças continuou generalizada, sendo muitas vezes sustentada por uma fraca vontade política, por recursos limitados para investigar e levar os perpetradores à Justiça, e por uma cultura patriarcal incontestada.

A violência de gênero prevalente na República Dominicana resultou em aumento no número de feminicídios. A violência de gênero contra mulheres e meninas também foi um grande problema no México, e se agravou na Nicarágua.

Na Jamaica, movimentos de mulheres e de vítimas de violência sexual e de gênero tomaram as ruas para protestar contra a impunidade por tais crimes.

Houve um aumento no número de assassinatos de mulheres em papéis de liderança na Colômbia, e nenhum avanço perceptível para assegurar acesso à justiça para mulheres vítimas de violência sexual. Contudo, as organizações de mulheres conseguiram incluir no Acordo de Paz o compromisso de que pessoas suspeitas de terem cometido crimes de violência sexual sejam levadas a responder perante os tribunais de justiça de transição.

Em Cuba, as Damas de Branco – um grupo de mulheres familiares de pessoas detidas por razões políticas – continuou sendo um dos alvos principais da repressão oficial.

O governo federal do Canadá lançou uma estratégia para combater a violência de gênero e se comprometeu a colocar os direitos das mulheres, a igualdade de gênero e direitos sexuais e reprodutivos no cerne de sua política externa. Uma lei para combater a violência contra as mulheres entrou em vigor no Paraguai, em dezembro, embora ainda não se tenha definido como seria financiada sua implementação.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

A “REGRA GLOBAL DA MORDAÇA” DOS EUA

Em janeiro, dois dias depois das grandes manifestações mundiais em favor da igualdade e da não discriminação, o Presidente Trump, dos Estados Unidos, colocou em risco a vida e a saúde de milhões de mulheres e meninas em todo o mundo, ao reabilitar a chamada "regra global da mordaça". A regra impede a ajuda financeira dos EUA a todos os hospitais ou organizações que prestem informações sobre o aborto, ou possibilitem o acesso a abortos seguros e legais, ou que defendam a descriminalização do aborto ou a expansão de serviços de aborto.

Na América Latina – onde os especialistas estimam que 760 mil mulheres sejam tratadas anualmente por complicações de abortos inseguros – a posição do Presidente Trump coloca mais vidas em risco.

CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

Uma decisão do Tribunal Constitucional do Chile de apoiar a descriminalização do aborto em certos casos reduziu para sete o número de países em todo o mundo que persistem com a proibição total do aborto mesmo quando a vida ou a saúde da mulher ou da menina esteja em risco. Seis desses países estavam na região das Américas: República Dominicana, El Salvador, Haiti, Honduras, Nicarágua e Suriname.

Em El Salvador, Evelyn Beatriz Hernández Cruz, jovem de 19 anos que foi vítima de estupro, foi presa e sentenciada a 30 anos sob acusação de homicídio premeditado, após sofrer complicações obstétricas resultantes de um aborto espontâneo. Em dezembro, um tribunal confirmou a sentença de 30 anos de Teodora, uma mulher que sofreu uma morte fetal em 2007.

O Senado da República Dominicana votou contra um projeto de lei para despenalizar o aborto em certas circunstâncias. Em Honduras, o Congresso também manteve a proibição do aborto em todas as circunstâncias no novo Código Penal.

Na Argentina, mulheres e meninas enfrentaram obstáculos no acesso ao aborto legal quando a gravidez representava um risco para a saúde ou resultava de estupro; a descriminalização total do aborto estava em discussão no Congresso. No Uruguai, o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva nas áreas rurais foi difícil, e os objetores à prestação de serviço de aborto continuaram a obstruir o acesso a abortos legais.

Em outubro, o Ministério da Educação e da Ciência do Paraguai emitiu uma resolução que proíbe a inclusão em materiais didáticos de informação básica sobre direitos humanos, educação em saúde sexual e reprodutiva e diversidade sexual, entre outros temas.

Na Bolívia – onde os abortos inseguros foram uma das principais causas de mortalidade materna – o Código Penal foi alterado para expandir significativamente o acesso ao aborto legal.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Pessoas LGBTI enfrentaram persistentes discriminações, assédio e violência na região, particularmente no Haiti, em Honduras e na Jamaica.

Na Bolívia, o Tribunal Constitucional invalidou parte de uma lei que concedia direitos de matrimônio civil a pessoas transgênero que haviam mudado de gênero em seus documentos

de identidade. O Defensor Público do país propôs uma emenda ao Código Penal para criminalizar os atos de ódio contra pessoas LGBTI.

Na República Dominicana, o corpo de uma mulher transgênero, Rubi Mori, foi encontrado desmembrado em um terreno baldio. Até o fim do ano, ninguém havia sido responsabilizado por sua morte.

O Uruguai continuou carecendo de uma política abrangente contra a discriminação, para proteger pessoas LGBTI de violência nas escolas e em espaços públicos, ou mesmo para assegurar seu acesso aos serviços de saúde.

CONFLITO ARMADO

Apesar das oportunidades apresentadas pelo Acordo de Paz na Colômbia, a maioria dos pontos da legislação continuou não sendo aplicada, fazendo persistirem sérias preocupações em relação à impunidade pelos crimes cometidos durante o conflito.

Persistentes violações e abusos de direitos humanos também demonstravam que o conflito interno entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e as forças de segurança estava longe de terminar, parecendo inclusive ter se intensificado em algumas áreas. As populações civis continuaram sendo as principais vítimas do conflito – especialmente os indígenas, as comunidades afrodescendentes e de agricultores e camponeses, e os defensores de direitos humanos.

Uma alta no número de ativistas de direitos humanos mortos no início do ano evidenciou os riscos enfrentados pelas pessoas que denunciavam os constantes abusos na Colômbia.

PANORAMA REGIONAL: ÁSIA E OCEANIA

O cenário dos direitos humanos na região da Ásia e da Oceania se caracterizou principalmente por falhas governamentais. Em contraste com essas lacunas, porém, emergiu um crescente e inspirador movimento de defensores e ativistas de direitos humanos.

Em muitos países, o espaço para a sociedade civil encolheu. Defensores de direitos humanos, advogados, jornalistas e outros profissionais acabaram eles próprios sendo alvos da repressão do Estado – manifestada na supressão sem precedentes da liberdade de expressão na China, na intolerância generalizada com as divergências no Camboja e na Tailândia, e nos desaparecimentos forçados em Bangladesh e no Paquistão.

A impunidade prevalecia, alimentando e sustentando violações como homicídios ilegais e tortura, negando justiça e reparação a milhões de pessoas e fomentando crimes contra a humanidade ou crimes de guerra em países como Mianmar e Afeganistão.

A crise global de refugiados recrudescceu. Centenas de milhares de pessoas na região foram forçadas a fugir de suas casas para enfrentar futuros incertos e muitas vezes violentos. Esses números foram inflados pelos crimes contra a humanidade perpetrados pelo exército de Mianmar no estado de Rakhine, no norte do país, onde os militares queimaram aldeias rohingya inteiras, mataram adultos e crianças e estupraram mulheres e meninas. As violações em massa obrigaram mais de 655 mil rohingyas a escaparem da perseguição fugindo para Bangladesh. Os que ficaram continuaram a viver em um sistema discriminatório análogo ao apartheid, que restringiu implacavelmente quase todos os aspectos de suas vidas, segregando-os do resto da sociedade.

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), presidida pelas Filipinas em 2017, completou seu 50º aniversário. Os governos e as instituições da ASEAN mantiveram silêncio sobre as extensas violações ocorridas nas Filipinas, em Mianmar e em outros países da região.

Nesse contexto, os apelos crescentes por respeito e proteção aos direitos humanos na Ásia e na Oceania, sobretudo por parte dos jovens, foram um sinal de avanço e de esperança. Houve progressos em termos de atuação policial e de decisões judiciais positivas sobre responsabilização empresarial na República da Coreia (Coreia do Sul), de igualdade no casamento em Taiwan, e do direito à privacidade na Índia.

LESTE DA ÁSIA

As autoridades do Japão, da Mongólia e da Coreia do Sul não asseguraram proteção adequada aos defensores de direitos humanos. Na China, defensores de direitos humanos foram alvos específicos de perseguição. Diminuiu significativamente o espaço para a sociedade civil, de forma muito evidente na China, e de modo preocupante em Hong Kong e no Japão.

Reduziu-se a proteção dos direitos humanos no Japão, onde, apesar de intensas críticas da sociedade civil e de acadêmicos, o parlamento aprovou uma lei excessivamente abrangente para combater o "terrorismo" e outros crimes graves. Esta lei conferiu às autoridades amplos poderes de vigilância, que poderiam ser mal utilizados para restringir direitos humanos.

Na Coreia do Sul, após a mudança de governo, a polícia nacional aceitou recomendações de mudança na abordagem geral do policiamento, no sentido de permitir o pleno e livre exercício do direito à liberdade de manifestação pacífica. Também na Coreia do Sul, ao mesmo tempo

em que centenas de objetos de consciência eram presos, um número crescente de tribunais de primeira instância emitia decisões reconhecendo o direito à objeção de consciência, e a jurisprudência dos tribunais superiores reconhecia a responsabilidade das corporações multinacionais por mortes ou doenças relacionadas ao trabalho.

A consagração do presidente Xi Jinping como líder mais poderoso da China se deu por muitos anos num contexto de opressão da liberdade de expressão e de informação. As autoridades recorreram de forma crescente à "segurança nacional" como justificativa para restringir direitos humanos e deter ativistas. Essa tática aumentou significativamente na Região Autônoma Uigur do Xinjiang (RAUX), onde, sob a liderança do novo secretário do Partido Comunista Regional, Chen Quanguo, as autoridades colocaram nova ênfase na "estabilidade social" e aumentaram a vigilância tecnológica, o policiamento ostensivo das ruas e os pontos de controle da segurança, além de implementarem uma série de políticas intrusivas que violam os direitos humanos. As autoridades criaram instalações de detenção dentro da RAUX com diferentes denominações, como "centros de combate ao extremismo", "centro de estudos políticos" ou "centros de educação e transformação", nos quais as pessoas são detidas arbitrariamente por períodos indeterminados, sendo obrigadas a estudar as leis e políticas chinesas.

Os cidadãos da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) seguiram enfrentando graves violações de direitos humanos, algumas das quais configuram crimes contra a humanidade. Os direitos à liberdade de expressão e de circulação foram implacavelmente restringidos, e cerca de 120 mil pessoas continuavam detidas arbitrariamente em campos de detenção política, onde eram submetidas a trabalho forçado, tortura e outros maus-tratos.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

As autoridades chinesas persistiram com a repressão sem precedentes das expressões de divergência, com uma implacável campanha de detenções arbitrárias, prisões, encarceramento, além de tortura e outros maus-tratos de advogados e ativistas de direitos humanos. As autoridades seguiram utilizando "vigilância residencial em local designado", uma forma de detenção secreta em regime de incomunicabilidade que permite à polícia manter pessoas por até seis meses fora do sistema regular de detenção, sem acesso a um advogado de sua escolha, a familiares ou outras pessoas, colocando os suspeitos em risco de tortura e de outros maus-tratos. Essa forma de detenção tem sido usada para conter as atividades dos defensores de direitos humanos, inclusive de advogados, ativistas e religiosos.

O governo também continuou aprisionando pessoas que tentaram comemorar pacificamente os eventos da Praça da Paz Celestial, de 3 a 4 de junho de 1989 na capital, Beijing, onde centenas, senão milhares, de manifestantes foram mortos ou feridos depois que o Exército Popular de Libertação abriu fogo contra civis desarmados. Liu Xiabo, ganhador de um prêmio Nobel da Paz, morreu em custódia em julho.

Em Hong Kong, o uso frequente de acusações vagas contra figuras proeminentes do movimento pró-democrático pareceu ser uma campanha orquestrada e retaliatória do governo para punir e intimidar aqueles que defendem a democracia ou desafiam as autoridades.

PESSOAS EM MOVIMENTO

No Japão, enquanto cresciam os pedidos de asilo, o governo informou em fevereiro que foram aprovados 28 dos 10.901 pedidos registrados em 2016 – quantidade de pedidos 44% maior que no ano anterior. Ao mesmo tempo, para enfrentar a escassez de mão-de-obra no país, o Japão começou a aceitar os primeiros 10 mil vietnamitas que deverão ser admitidos ao longo de três anos, no âmbito de um programa de migração trabalhista duramente criticado por defensores de direitos humanos por facilitar uma série de abusos.

Na Coreia do Sul, mortes de trabalhadores migrantes suscitaram preocupações quanto à segurança no local de trabalho. As autoridades norte-coreanas continuaram a enviar trabalhadores para outros países, entre os quais a China e a Rússia, embora alguns países tenham deixado de renovar ou emitir novos vistos de trabalho para os norte-coreanos, em cumprimento às novas sanções da ONU sobre as atividades econômicas da Coreia do Norte no exterior, em resposta aos testes de mísseis do país.

DISCRIMINAÇÃO

Na China, a repressão religiosa continuou grave, especialmente na RAUX e em áreas de população tibetana.

A discriminação contra a população LGBTI continuou disseminada na vida pública da Coreia do Sul. Homens gays enfrentaram violência, *bullying* e ofensas verbais durante o serviço militar obrigatório. Um soldado em serviço foi condenado por prática sexual com pessoa do mesmo sexo.

Embora a discriminação com base na orientação sexual ou na identidade de gênero, real ou percebida, continuasse generalizada no Japão, houve certo progresso em alguns municípios. Pela primeira vez, na cidade de Osaka, as autoridades aprovaram uma adoção por casal do mesmo sexo, e dois outros municípios adotaram medidas positivas para o reconhecimento de parcerias do mesmo sexo.

Uma decisão histórica do Supremo Tribunal colocou Taiwan perto de se tornar o primeiro país asiático a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, em um passo importante para os direitos LGBTI. Os juízes julgaram inconstitucional a lei do casamento do país, por discriminar os casais de mesmo sexo, concedendo aos legisladores dois anos para alterar ou promulgar legislação sobre o tema. Um projeto de lei sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo estava em análise pelo legislativo de Taiwan.

PENA DE MORTE

A China continua sendo o país campeão mundial em execuções, embora as estatísticas sobre a pena capital ainda sejam tratadas como segredo de Estado.

O Supremo Tribunal de Taiwan rejeitou um recurso extraordinário do procurador-geral para novo julgamento do preso condenado à morte mais antigo na história moderna de Taiwan; Chiou Ho-Shun, no corredor da morte desde 1989, afirmou que foi torturado e forçado a "confessar" durante interrogatórios policiais.

Em julho, a Mongólia se tornou o 105º país do mundo a abolir a pena de morte para todos os crimes, embora, em novembro, o Presidente tenha proposto sua reintrodução ao Ministério da Justiça, em resposta a dois violentos casos de estupro e assassinato.

SUL DA ÁSIA

Em toda a Ásia Meridional, os governos invocaram a lei e a ordem, a segurança nacional e a religião para atacar minorias religiosas, criminalizar a liberdade de expressão, praticar desaparecimentos forçados, fazer uso extensivo da pena de morte e aniquilar os direitos dos refugiados. A impunidade era generalizada.

A liberdade de expressão estava sob ataque em todo o Sul da Ásia. Usando conceitos vagos como o de "interesse nacional" como pretexto para silenciar pessoas, os governos atacaram jornalistas, defensores de direitos humanos e outros indivíduos por expressarem pacificamente suas ideias.

Uma nova tendência era a criminalização da liberdade de expressão na internet. No Paquistão, cinco blogueiros críticos ao governo foram submetidos a desaparecimento forçado ou foram presos por comentários críticos aos militares ou por supostas observações "anti-

islâmicas". Críticas ao governo de Bangladesh ou à família do primeiro-ministro também motivaram processos criminais. O governo propôs uma nova Lei de Segurança Digital, que colocaria restrições ainda maiores ao direito à liberdade de expressão, impondo penas mais severas. Além disso, quatro blogueiros críticos ao governo foram vítimas de desaparecimento forçado. No Afeganistão, onde a penetração da internet está entre as mais baixas da região da Ásia e da Oceania, uma nova Lei sobre Crimes Cibernéticos passou a criminalizar a liberdade de expressão.

O fracasso em assegurar direitos econômicos, culturais e sociais teve impactos profundos. A omissão do Paquistão em adequar suas leis aos padrões internacionais resultou na discriminação generalizada de sua população, na restrição dos direitos dos trabalhadores e na insuficiência da seguridade social. A Índia ratificou duas convenções fundamentais da OIT sobre o trabalho infantil, mas os ativistas continuaram a criticar as emendas às leis sobre trabalho infantil do país, que permitiram o trabalho de crianças em empresas familiares. Dois anos depois que um gigantesco terremoto abalou o Nepal, o governo ainda não atendera aos milhares de vítimas do desastre, que se encontravam marginalizadas enquanto padeciam em precários abrigos temporários.

Em outubro, o Paquistão foi eleito para o Conselho de Direitos Humanos da ONU, prometendo assumir um compromisso com os direitos humanos. No entanto, o país falhou em abordar de forma direta suas graves questões de direitos humanos, como os desaparecimentos forçados, a pena de morte, as leis de blasfêmia, o uso de tribunais militares para julgar civis, os direitos das mulheres e as ameaças ao trabalho dos defensores de direitos humanos.

Assassinatos, sequestros e outros abusos foram cometidos por grupos armados no Afeganistão, em Bangladesh, na Índia e no Paquistão, entre outros países. O número de vítimas civis, em particular entre as minorias religiosas, permaneceu alto no Afeganistão. No Paquistão, grupos armados atacaram muçulmanos xiitas, inclusive bombardeando uma mesquita xiita em Quetta, e matando pelo menos 18 pessoas.

As violações relacionadas às históricas eleições locais do Nepal incluíram prisões e detenções arbitrárias, e disparos das forças de segurança contra manifestantes em um comício eleitoral.

No estado indiano de Jammu e Caxemira, as forças de segurança mataram oito pessoas, na esteira dos protestos ocorridos durante uma eleição parcial para um assento parlamentar; um eleitor foi espancado pelos militares, amarrado à frente de um jipe do exército e conduzido pelas ruas na dianteira do veículo por mais de cinco horas, aparentemente como um aviso para outros manifestantes. As forças de segurança também continuaram utilizando espingardas de pressão de pouca precisão durante protestos – cegando e ferindo várias pessoas.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Na Índia, as autoridades criticaram abertamente os defensores de direitos humanos, contribuindo para um clima de hostilidade e violência contra eles. Leis repressivas foram usadas para reprimir a liberdade de expressão, enquanto jornalistas e liberdade de imprensa experimentavam ataques crescentes.

Defensores de direitos humanos no Afeganistão enfrentaram constantes ameaças às suas vidas e segurança por parte de grupos armados e atores estatais, e jornalistas foram submetidos a violência e censura.

As autoridades paquistanesas se omitiram em proteger jornalistas, blogueiros, a sociedade civil e ativistas, todos os quais enfrentaram constantes perseguições, intimidações, ameaças, campanhas de difamação e ataques por parte de atores não estatais. Ao invés de dar

proteção, as autoridades aumentaram as restrições às atividades de dezenas de ONGs, e submeteram muitos ativistas a ataques, inclusive tortura e desaparecimentos forçados.

Em Bangladesh, o governo intensificou a repressão ao debate público e às críticas. Profissionais da imprensa foram perseguidos e processados por meio de leis draconianas. O governo deixou de responsabilizar grupos armados que perpetraram uma série notória de assassinatos de blogueiros laicos. Ameaças de morte foram uma constante para os ativistas, forçando alguns deles a sair do país.

Nas Maldivas, as restrições ao debate público se intensificaram. As autoridades perseguiram jornalistas, ativistas e meios de comunicação. O governo, aparentemente, estava por trás de um ataque implacável ao Estado de direito, que comprometeu a independência do Judiciário.

IMPUNIDADE

A impunidade estava disseminada e se intensificou em todo o sul da Ásia. Entretanto, no Nepal, um tribunal distrital condenou três oficiais do exército à prisão perpétua pelo assassinato, em 2004, de Maina Sunuwar, uma menina de 15 anos. Ela morreu depois de ser torturada em custódia do exército, durante o conflito armado que se estendeu por uma década entre maoístas e forças do governo, e que terminou em 2006. As condecorações representaram um avanço importante na capacidade do sistema de justiça de lidar com os graves abusos da época do conflito, e proporcionou um primeiro sinal de justiça para as vítimas.

Na Índia, a Suprema Corte ordenou ao Escritório Central de Investigações que investigasse mais de 80 supostas execuções extrajudiciais praticadas por policiais e por forças de segurança no estado de Manipur entre 1979 e 2012, afirmando que o tempo decorrido não era justificativa para não apurar os casos.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Desaparecimentos forçados continuaram a ocorrer no Paquistão; suas vítimas corriam risco considerável de tortura e outros maus-tratos, e até de morte. Entre agosto e outubro, a Comissão de Inquérito sobre Desaparecimentos Forçados recebeu quase 300 denúncias. Não há notícia de que algum perpetrador tenha sido levado à Justiça pelas centenas ou milhares de casos denunciados em todo o país nos últimos anos.

Apesar da promessa do governo do Sri Lanka, em 2015, de promover verdade, justiça e reparação às vítimas do conflito armado no país, e de implementar reformas para prevenir violações, essas ações progrediam muito lentamente. Persistiu a impunidade para os desaparecimentos forçados. O governo protelou seu compromisso de revogar a draconiana Lei de Prevenção do Terrorismo, que permitia a detenção secreta e incommunicável. No entanto, o parlamento aprovou uma lei para a criação de um Serviço para Pessoas Desaparecidas, destinado a ajudar familiares de desaparecidos a procurar por eles.

Vários desaparecimentos forçados foram cometidos em Bangladesh; as vítimas, com frequência, pertenciam a partidos políticos da oposição.

PESSOAS EM MOVIMENTO

Em diferentes partes do sul da Ásia, os refugiados e os migrantes foram privados de seus direitos.

Bangladesh abriu suas fronteiras para mais de 655 mil membros da comunidade rohingya que fugiam de uma campanha de limpeza étnica em Mianmar. Contudo, se os refugiados rohingya fossem obrigados a retornar a Mianmar, estariam à mercê dos mesmos militares que os expulsaram, e continuariam a enfrentar um sistema de discriminação e segregação equivalente ao apartheid.

O número de deslocados internos no Afeganistão aumentou para mais de 2 milhões, e cerca de 2,6 milhões de refugiados afegãos estavam vivendo fora do país.

DISCRIMINAÇÃO

Em todo o sul da Ásia, as vozes dissidentes e os membros das minorias religiosas estavam cada vez mais expostos aos ataques de hordas agressoras. Na Índia, vários casos de linchamento de muçulmanos foram relatados, provocando indignação com a crescente onda de islamofobia durante o governo nacionalista hindu. Manifestações contra os ataques a muçulmanos foram realizadas em várias cidades, mas o governo pouco fez para expressar desaprovação à violência. As comunidades indígenas adivasis na Índia continuaram a ser deslocadas por projetos industriais.

Em Bangladesh, os ataques contra minorias religiosas praticamente não receberam qualquer atenção por parte do governo. Pessoas que buscaram a ajuda das autoridades depois de receberem ameaças foram seguidamente rechaçadas.

O Sri Lanka sofreu um aumento do sentimento nacionalista budista, que resultou em ataques contra cristãos e muçulmanos. O governo das Maldivas usou a religião para encobrir suas práticas repressivas, que incluíram ataques contra membros da oposição e planos para reintroduzir a pena de morte.

As comunidades marginalizadas do Paquistão enfrentaram discriminação com base no sexo, religião, nacionalidade, orientação sexual ou identidade de gênero tanto na lei, quanto nas políticas e na prática. As leis de blasfêmia do Paquistão, que impõem pena de morte obrigatória para "blasfêmia contra o Profeta Maomé", persistiram apesar de serem incompatíveis com uma série de direitos. Leis utilizadas frequentemente de forma abusiva foram aplicadas de modo desproporcional às minorias religiosas e outras, mediante acusações muitas vezes falsas e que violavam as leis internacionais de direitos humanos. Um homem foi condenado à morte por supostamente publicar conteúdo considerado "blasfematório" no Facebook – a sentença mais severa até então aplicada no Paquistão para uma acusação relacionada a crimes cibernéticos.

DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO

Embora a Suprema Corte da Índia tenha banido a prática do "tripla talaq" (divórcio instantâneo islâmico), outras decisões judiciais prejudicaram a autonomia das mulheres. A Suprema Corte enfraqueceu uma lei promulgada para proteger as mulheres da violência no casamento. Várias vítimas de estupro, inclusive meninas, buscaram os tribunais para obter permissão para interromper gravidezes com mais de 20 semanas, conforme exigido pela lei indiana; embora os tribunais tenham aprovado alguns abortos, eles recusaram outros. O governo central encarregou os estados de estabelecerem conselhos médicos permanentes para decidir prontamente esses casos.

No Paquistão, o estupro de uma adolescente, encomendado por um chamado conselho de aldeia em "retaliação" por um estupro supostamente cometido por seu irmão, foi apenas um de uma longa série de casos abomináveis. Embora integrantes do conselho tenham sido presos por ordenar o estupro, as autoridades não conseguiram pôr fim à impunidade pela violência sexual, nem abolir os ditos conselhos de aldeia que prescreveram crimes de violência sexual como vingança. O Paquistão também manteve criminalizadas as relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo.

A violência contra mulheres e meninas persistiu no Afeganistão, onde se registrou um aumento no número de mulheres punidas publicamente por grupos armados, em nome da lei Sharia.

PENA DE MORTE

No contexto de uma crise política que se aprofunda, as autoridades das Maldivas anunciaram que as execuções seriam retomadas após mais de 60 anos. Até o final do ano, nenhuma havia se efetivado.

O Paquistão executou centenas de pessoas, desde que suspendeu, em 2014, uma moratória informal das execuções; em muitos casos, havia sérias preocupações de que os executados tivessem sido privados do direito a um julgamento justo. Violando o direito internacional, alguns tribunais impuseram a pena de morte a pessoas com deficiência mental, ou com menos de 18 anos quando o crime foi cometido, e a outras cujas condenações se baseavam em "confissões" extraídas sob tortura ou outros maus-tratos.

CONFLITO ARMADO

A situação no Afeganistão continuou a se deteriorar, com um número ainda elevado de vítimas civis, uma crescente crise de deslocamento interno, e os talibãs controlando mais território do que nunca desde 2001. Desde 2014, dezenas de milhares de refugiados afegãos foram repatriados contra sua vontade pelo Paquistão, pelo Irã e por países da UE.

O governo do Afeganistão e a comunidade internacional mostraram muito pouco interesse na difícil situação dos civis. Quando multidões se manifestavam contra a violência e a insegurança, após um dos ataques mais mortíferos no país – um bombardeio em Cabul, no dia 31 de maio, que custou a vida de mais de 150 pessoas e feriu centenas –, as forças de segurança abriram fogo contra a multidão, matando vários manifestantes.

Em uma iniciativa animadora, a Procuradora do Tribunal Penal Internacional solicitou a abertura de um inquérito preliminar sobre crimes supostamente cometidos por todas as partes no conflito armado em curso no Afeganistão. A decisão foi um passo importante para garantir a responsabilização por crimes que violam o direito internacional cometidos desde 2003 e para oferecer verdade, justiça e reparação às vítimas.

SUDESTE DA ÁSIA E OCEANIA

Muitos que se mobilizaram para exigir respeito pelos direitos humanos e responsabilização por violações foram demonizados e criminalizados, o que levou ao encolhimento do espaço cívico. Polícia e forças de segurança perseguiram defensores de direitos humanos. Execuções extrajudiciais, tortura e outros maus-tratos e desaparecimentos forçados persistiram com impunidade.

As operações violentas das forças de segurança de Mianmar contra o povo rohingya no norte do estado de Rakhine, que configuram crimes contra a humanidade, geraram uma crise humanitária e de direitos humanos no país e no vizinho Bangladesh.

Nas Filipinas, a criminalidade e a violência aumentaram ainda mais. O descaso do Presidente pelos direitos humanos evidenciou-se em uma “guerra às drogas” caracterizada por homicídios em massa, principalmente de pessoas de grupos pobres e marginalizados, inclusive crianças. A dimensão dos assassinatos e a impunidade desenfreada levaram a repetidos pedidos de investigação em nível internacional. O prolongamento da lei marcial na província sulista de Mindanao, em dezembro, suscitou preocupações de que o regime militar fosse usado para justificar novos abusos de direitos humanos. O governo se mobilizou para reintroduzir a pena de morte.

Na Indonésia, houve um aumento acentuado de mortes de supostos traficantes de drogas por ação da polícia.

A Austrália continuou dando pouca importância aos direitos humanos ao submeter requerentes de asilo e refugiados a tratamento cruel, desumano e degradante.

Os governos do Sudeste Asiático e da Oceania não conseguiram sustentar os direitos econômicos, sociais e culturais. No Laos, comunidades foram forçadas a mudar seu local de residência para dar lugar a projetos de desenvolvimento. O direito à moradia adequada no Camboja foi prejudicado pela apropriação de terras. Em Cingapura, as condições de moradia para trabalhadores estrangeiros foram descritas por ONGs como sendo precárias.

Foram realizadas eleições nacionais em Papua Nova Guiné, em meio a denúncias de corrupção e ações opressivas por parte das autoridades, inclusive violência e prisões arbitrárias.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Defensores de direitos humanos, ativistas políticos pacíficos e fiéis religiosos foram submetidos a diversas violações, inclusive detenção arbitrária, tendo enfrentado acusações vagas e sendo julgados em tribunais que não atendiam aos padrões internacionais de justiça. Prisioneiros de consciência foram torturados ou maltratados.

No Camboja, a repressão implacável do governo sobre a sociedade civil e ativistas políticos se intensificou em vista das eleições gerais previstas para 2018. Defensores de direitos humanos foram monitorados, presos e encarcerados; veículos de imprensa foram fechados; a perseguição à sociedade civil através do uso abusivo do sistema de justiça criminal se intensificou; e uma nova legislação conferiu às autoridades novos poderes sobre os partidos políticos. O Judiciário foi utilizado como instrumento político para silenciar a dissidência, e num ato de flagrante repressão política, a Suprema Corte decidiu dissolver o principal partido da oposição antes das eleições.

O governo militar da Tailândia deu continuidade à supressão sistemática das divergências, impedindo as pessoas de se expressar ou de se manifestar pacificamente, bem como criminalizando e perseguindo a sociedade civil. Dezenas de defensores de direitos humanos, ativistas pró-democráticos e outros enfrentaram investigações e processos, com base em leis e decretos draconianos, muitos deles suportando processos longos e injustos em tribunais militares.

A contínua repressão aos direitos civis e políticos pelo governo da Malásia incluía: perseguição, detenção e julgamento de críticos do governo por meio de leis restritivas; aumento das proibições arbitrárias e por tempo indeterminado de viagens, tolhendo a liberdade de circulação de defensores de direitos humanos; e prisão e investigação de ativistas de direitos indígenas e de jornalistas por se manifestarem pacificamente contra a prática de abusos.

O governo de Fiji usou legislação restritiva para calar a mídia e limitar a liberdade de expressão e manifestação pacífica. As acusações contra funcionários do *Fiji Times* se transformaram em crime de sedição, em uma jogada com motivação política visando a silenciar um dos poucos órgãos de imprensa independentes do país.

As emendas à Lei de Ordem Pública de Cingapura conferiram maior poder às autoridades para restringir ou proibir as manifestações públicas; defensores de direitos humanos foram investigados pela polícia por participar de protestos pacíficos. Advogados e acadêmicos que criticaram o Judiciário e as restrições impostas à liberdade de imprensa foram processados criminalmente.

No Laos, os direitos à liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica permaneceram seriamente limitados, e dispositivos do código penal foram utilizados para encarcerar ativistas pacíficos.

A repressão às divergências se intensificou no Vietnã, forçando vários ativistas a fugir do país.

O espaço para uma imprensa livre ficou mais limitado em Mianmar, onde jornalistas e outros profissionais da área enfrentaram intimidações, processos judiciais, prisões, detenções e ações penais por causa de seu trabalho.

IMPUNIDADE

Na Malásia, persistiu a impunidade por mortes em custódia e pelo uso desnecessário ou excessivo da força e das armas de fogo. Ocorreram muitas mortes em custódia, como a de S. Balamurugan, que teria sido espancado pela polícia durante seu interrogatório.

Na província de Papua, na Indonésia, não houve qualquer responsabilização pelo uso desnecessário ou excessivo da força durante protestos ou em outras operações de segurança. O governo de Fiji não prestou contas dos casos de tortura e outros maus-tratos a detidos por parte das forças de segurança.

No Timor-Leste, as vítimas de graves violações de direitos humanos cometidas durante a ocupação indonésia (1975-1999) continuaram a exigir justiça e reparação.

A VIOLENTA OPERAÇÃO DE MIANMAR CONTRA O POVO ROHINGYA

As forças de segurança lançaram uma operação persecutória de limpeza étnica, que incluiu assassinatos, estupros e queima de aldeias – ações que configuram crimes contra a humanidade – contra o povo rohingya no norte do estado de Rakhine. As atrocidades – que foram uma resposta ilegal e desproporcional aos ataques em agosto contra postos de segurança por um grupo rohingya armado – criaram a pior crise de refugiados das últimas décadas no Sudeste Asiático. As fortes restrições impostas por Mianmar aos grupos de ajuda humanitária que atuam no estado de Rakhine agravaram o sofrimento.

Mais de 655 mil rohingyas fugiram para Bangladesh. No fim do ano, cerca de 1 milhão de refugiados rohingya estavam espalhados pelo distrito de Cox Bazar em Bangladesh, incluindo os que haviam fugido de ondas de violência anteriores. Os que permaneceram em Mianmar continuaram vivendo sob um regime equivalente ao apartheid, em que seus direitos, inclusive de igualdade perante a lei e de liberdade de circulação, assim como de acesso à saúde, educação e trabalho, estavam seriamente restringidos.

As forças de segurança de Mianmar foram as principais responsáveis pela violência contra os rohingyas. No entanto, a administração civil liderada por Aung San Suu Kyi se omitiu em falar ou intervir. Pelo contrário, condenou os trabalhadores de ajuda humanitária, acusando-os de ajudar "terroristas", enquanto negou a ocorrência de violações.

Apesar das crescentes provas das atrocidades em Mianmar, a comunidade internacional, inclusive o Conselho de Segurança da ONU, não adotou medidas efetivas nem emitiu uma mensagem inequívoca de que haveria responsabilização pelos crimes contra a humanidade perpetrados por militares.

PESSOAS EM MOVIMENTO

A Austrália manteve sua rígida política de confinar centenas de pessoas que requerem asilo em centros de triagem longe da costa, em Papua Nova Guiné e Nauru, e de devolver refugiados que tentam chegar à Austrália por barco – deixando de cumprir seu dever internacional de protegê-los.

Os refugiados e os requerentes de asilo continuavam presos em Nauru, enviados à força para lá pelo governo australiano – muitos deles há mais de quatro anos – apesar dos informes generalizados de abusos físicos, psicológicos e sexuais. Várias centenas de pessoas que viviam em centros de triagem afastados da costa, inclusive dezenas de crianças, enfrentaram humilhações, abusos, e precários cuidados de saúde física e mental. Mais de outros 800 refugiados que viviam em sociedade enfrentaram sérios riscos de segurança, bem como acesso inadequado a oportunidades de atenção à saúde, educação e emprego.

O governo australiano suprimiu serviços de suas instalações na Ilha de Manus, em Papua Nova Guiné, no final de outubro, para forçar os refugiados a se aproximarem do centro da cidade, onde eles temem, com razão, por sua segurança. Em novembro, os refugiados foram trasladados à força para instalações novas, mas inacabadas. Eles continuaram se defrontando com cuidados de saúde inadequados, violência na comunidade e ausência de planos definidos para seu futuro.

Fiji devolveu pessoas a países onde elas estariam sob risco de graves violações.

O Camboja rejeitou 29 pedidos de *status* de refugiado para requerentes de asilo vindos de Montagnard, devolvendo-os à força ao Vietnã, onde possivelmente enfrentariam perseguição.

DISCRIMINAÇÃO

O sistema de justiça australiano continuou a negligenciar os povos indígenas, especialmente as crianças – apresentando índices elevados de encarceramento e denúncias de abuso e mortes em custódia. Os maus-tratos contra crianças indígenas no Território do Norte, inclusive com uso de gás lacrimogênio, asfixia, detenção e confinamento solitário, foram expostos por imagens que vazaram para o público.

Pessoas LGBTI sofreram discriminação na Malásia, em Papua Nova Guiné e em Cingapura. Aumentaram os relatos de discursos de ódio contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexos e *queers* (LGBTIQ) na Austrália, apesar das penalidades recentemente introduzidas. Na província de Aceh, na Indonésia, dois homens foram espancados publicamente com bastões, 83 vezes cada um, pela prática de sexo consensual com pessoa do mesmo sexo.

Muitas mulheres ativistas de direitos humanos foram perseguidas, ameaçadas, aprisionadas e sofreram violência.

Papua Nova Guiné continuou sendo um dos países mais perigosos do mundo para ser mulher, com crescentes denúncias de violência contra mulheres ou meninas, às vezes seguidas de acusações de feitiçaria.

Com base nas leis de blasfêmia da Indonésia, ocorreram condenações de pessoas pertencentes a comunidades religiosas minoritárias que praticavam pacificamente suas crenças.

Em dezembro de 2018, o Parlamento australiano aprovou legislação para estabelecer o casamento igualitário. O processo de consulta pública postal escolhido pelo governo não reconhecia explicitamente a igualdade matrimonial como um direito humano e gerou um debate público polarizador e prejudicial.

PENA DE MORTE

Pelo menos quatro execuções ocorreram na Malásia. Em Cingapura, a execução por enforcamento continuou sendo aplicada para assassinato e tráfico de drogas; entre os executados estava o malásio Prabakaran Srivijayan, cuja execução foi realizada apesar de um recurso estar pendente na Malásia.

CONFLITO ARMADO

Embora recebessem menos atenção internacional do que a situação no estado de Rakhine, padrões similares de violações foram praticados pelos militares de Mianmar no norte do país. Crimes de guerra e violações de direitos humanos foram cometidos contra civis nos estados nortistas de Kachin e Shan, inclusive execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, tortura, bombardeios indiscriminados, trabalho forçado e restrições à ajuda humanitária. Grupos étnicos armados cometeram abusos, como sequestros e recrutamento forçado. Tanto o exército como os grupos armados usaram armas semelhantes a minas terrestres que feriram civis.

Nas Filipinas, uma batalha de cinco meses entre o exército e o grupo Maute, que prometeu fidelidade ao grupo armado que se autodenomina Estado Islâmico (EI), em Marawi, causou o deslocamento de centenas de milhares de civis, dezenas de mortes de civis e a destruição generalizada de casas e infraestruturas. Os combatentes perseguiram os cristãos, praticando execuções extrajudiciais e tomada de reféns em massa, e as forças armadas detiveram e maltrataram civis em fuga.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

As comunidades que viviam próximas da gigantesca mina de cobre Letpadaung, em Mianmar, continuaram requerendo a suspensão de suas operações. Milhares de famílias que vivem perto da mina corriam o risco de serem expulsas de suas casas ou terras de cultivo, enquanto as autoridades recorriam a leis repressivas para assediar ativistas e moradores locais.

Na Indonésia, ocorreu a exploração de trabalhadores nas plantações de fornecedores e de subsidiárias da Wilmar International, o maior comerciante de óleo de palma do mundo. Os abusos incluíram forçar mulheres a trabalhar longas horas sob ameaça de cortes em seu já míngua salário, empregar crianças com menos de oito anos em trabalho físico perigoso, e danos à saúde dos trabalhadores pelo uso de produtos químicos tóxicos. A subsequente campanha da Wilmar International para encobrir os abusos, inclusive intimidando funcionários para negarem as acusações, foi auxiliada pela omissão do governo indonésio em investigar as denúncias contra a empresa.

PANORAMA REGIONAL: EUROPA E ÁSIA CENTRAL

O espaço para a sociedade civil continuou a ser reduzido em toda a região da Europa e da Ásia Central. Na Europa do Leste e na Ásia Central, continuou prevalecendo um discurso hostil aos direitos humanos. Defensores de direitos humanos, ativistas, meios de comunicação e a oposição política com frequência foram perseguidos pelas autoridades. Em toda a região, os direitos à liberdade de associação e de manifestação pacífica, e o direito à liberdade de opinião e de expressão sofreram ataques. Manifestações públicas enfrentaram uma série de medidas restritivas e o uso excessivo da força pela polícia. Os governos continuaram a implementar diversas medidas antiterroristas que restringem excessivamente os direitos das pessoas em nome da segurança. Milhões de pessoas vivenciaram o enfraquecimento de seus direitos econômicos, sociais e culturais, o que levou à redução da proteção social, ao aumento da desigualdade e à discriminação sistêmica. Os Estados repetidamente deixaram de cumprir suas responsabilidades na proteção de refugiados e migrantes. Mulheres e meninas continuaram a sofrer violações e abusos sistemáticos de direitos humanos, inclusive tortura e outros maus-tratos, e enfrentaram a violência de gênero disseminada. A discriminação e a estigmatização das minorias continuou corriqueira, com os grupos minoritários enfrentando assédio e violência. **Alguns prisioneiros de consciência foram libertados.**

Em 2017, pela primeira vez nos quase 60 anos de existência da Anistia Internacional, tanto o presidente quanto a diretora de uma seção da Anistia Internacional tornaram-se prisioneiros de consciência. Em junho, Taner Kılıç, presidente da Anistia Internacional Turquia, foi preso. Em julho, outros 10 defensores de direitos humanos, conhecidos como os "10 de Istambul", entre os quais İdil Eser, diretora da Anistia Internacional Turquia, foram detidos quando participavam de um encontro rotineiro de formação em Istambul. Os 10 de Istambul e Taner Kılıç foram posteriormente julgados por delitos relacionados ao terrorismo, com suas prisões se enquadrando num padrão mais amplo de repressão contra a sociedade civil, que se seguiu à fracassada tentativa de golpe em julho de 2016. No fim do ano, os 10 de Istambul foram liberados enquanto aguardavam julgamento, mas Taner Kılıç permaneceu detido. Embora o promotor não tenha fornecido qualquer evidência incriminadora contra eles, todos corriam sério risco de ser julgados com base em acusações absurdas que podem levar a até 15 anos de prisão.

A repressão às vezes divergentes na Turquia se insere em uma tendência mais ampla de redução do espaço para a sociedade civil em toda a Europa e Ásia Central. Os defensores de direitos humanos enfrentaram grandes desafios, e os direitos à liberdade de associação e de manifestação foram, em particular, alvos de ataques.

No leste, persistiu um discurso hostil aos direitos humanos, levando com frequência à repressão de defensores de direitos humanos, opositores políticos, movimentos de protesto, ativistas anticorrupção e minorias sexuais. Esse discurso hostil também avançou gradualmente para o oeste, encontrando sua primeira expressão legislativa na Hungria, com a adoção de uma lei que efetivamente estigmatiza as ONGs que recebem financiamento estrangeiro.

Ataques violentos deixaram mortos e feridos em Barcelona, Bruxelas, Londres, Manchester, Paris, Estocolmo, São Petersburgo e vários locais na Turquia, entre outros. Em resposta, os

governos continuaram a implementar uma série de medidas antiterroristas que restringem exageradamente os direitos das pessoas em nome da segurança.

Milhões de pessoas viram seus direitos econômicos, sociais e culturais se enfraquecerem. Em consequência, em muitos países, diminuiu a proteção social e aumentou a desigualdade e a discriminação sistêmicas. Os mais afetados com o crescimento da pobreza eram as mulheres, as crianças, os trabalhadores jovens ou de baixa remuneração, as pessoas com deficiência, os migrantes e os requerentes de asilo, as minorias étnicas e as pessoas aposentadas e solteiras.

Em toda a região, os governos sistematicamente deixaram de cumprir com suas responsabilidades em relação a refugiados e migrantes. O número de chegadas irregulares de refugiados e migrantes à UE caiu significativamente na segunda metade do ano, em grande parte como resultado de acordos de cooperação com as autoridades da Líbia, acordos que ignoraram e até contribuíram para os abusos sofridos pelas pessoas retidas no país. As que chegaram à UE enfrentaram um maior risco de devolução forçada a países como o Afeganistão, onde sua vida ou liberdade estavam em risco.

No Conselho de Segurança da ONU, a Rússia usou seu poder de veto pela nona vez para proteger o governo sírio das consequências de cometer crimes de guerra e crimes contra a humanidade. O uso rotineiro de veto pela Rússia se tornou equivalente à anuência aos crimes de guerra, possibilitando que todas as partes no conflito da Síria ajam com impunidade, e fazendo a população civil pagar por isso.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em todo o leste da Europa e em toda a Ásia Central, a sociedade civil enfrentou uma série de perseguições e restrições. Dezenas de pessoas foram presas por seu ativismo pacífico, e se tornaram prisioneiras de consciência na Bielorrússia e na Rússia, em meio a constantes restrições legais impostas aos meios de comunicação, às ONGs e às manifestações públicas.

A deterioração do respeito à liberdade de opinião e de expressão no Tajiquistão se aprofundou ainda mais, com as autoridades fixando restrições radicais para silenciar as vozes críticas. A polícia e os serviços de segurança intimidaram e perseguiram jornalistas. Os advogados de direitos humanos sofreram prisões arbitrárias, ações judiciais politicamente motivadas, duras sentenças de prisão e perseguição.

No Cazaquistão, jornalistas e ativistas enfrentaram ações judiciais e ataques politicamente motivados. Já tendo asfixiado todos os órgãos de imprensa independentes, as autoridades usaram métodos cada vez mais elaborados e agressivos para aniquilar as vozes divergentes na internet e nas mídias sociais. No Azerbaijão, uma campanha cibernética estava sendo travada contra as vozes críticas.

O governo do Uzbequistão utilizou vigilância ilegal sobre seus cidadãos no país e no exterior – reforçando o ambiente hostil para jornalistas e ativistas e promovendo um clima de medo para os cidadãos uzbeques na Europa. Defensores de direitos humanos e jornalistas continuaram a ser convocados para interrogatórios em delegacias de polícia, colocados em prisão domiciliar e espancados pelas autoridades.

Na Crimeia, as autoridades *de facto* continuaram a reprimir as opiniões divergentes. Líderes da comunidade tártara da Crimeia, que se manifestaram contra a ocupação russa e a anexação ilegal da península, enfrentaram o exílio ou a prisão.

A Turquia continuou a deter dezenas de milhares de pessoas percebidas como críticas ao governo, na esteira da tentativa de golpe de Estado de 2016. As críticas ao governo praticamente desapareceram da mídia convencional. Mais de 100 jornalistas estavam esquecidos na prisão – mais do que em qualquer outro país – muitos durante vários meses, com base em acusações falsas.

Os principais avanços positivos na Europa do Leste e na Ásia Central envolveram a libertação de prisioneiros de consciência e de outras pessoas presas havia muito tempo, especialmente no Uzbequistão. No Azerbaijão, alguns prisioneiros de consciência foram libertados; no entanto, outros os substituíram em uma interminável política de repressão. Na Rússia, o prisioneiro de consciência Ildar Dadin – a primeira, e até agora única, pessoa encarcerada com base numa lei recente que criminaliza infrações repetidas das restrições draconianas às manifestações públicas na Rússia – foi libertado e absolvido da acusação, depois de uma decisão da Corte Constitucional.

LEIS RESTRITIVAS

Em toda a região da Europa e da Ásia Central foram aprovadas leis restritivas. Inspirando-se em legislação similar adotada na Rússia em 2012, a Hungria adotou uma lei sobre a transparência das organizações com financiamento estrangeiro, a qual força as ONGs que recebem financiamento direto ou indireto do exterior em montante superior a 24 mil euros a se registrarem novamente como "organização cívica com financiamento externo" e a colocar este rótulo em todas as suas publicações. A medida foi acompanhada de uma retórica governamental altamente estigmatizante. Legislação similar foi submetida a discussões na Ucrânia e na Moldávia, mas retirada neste último país devido a objeções da sociedade civil e de organizações internacionais.

Em novembro, ocorreram grandes protestos em toda a Polônia, quando os membros do parlamento votaram duas mudanças legislativas que ameaçam a independência do poder Judiciário e colocam em risco o direito a um julgamento justo e outros direitos. O presidente Andrzej Duda vetou as emendas em julho, mas posteriormente reformulou o projeto, reapresentando-o ao Parlamento em setembro.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E DE MANIFESTAÇÃO

Na Europa do Leste e na Ásia Central, as autoridades reprimiram manifestações pacíficas. Na Rússia, a polícia usou força excessiva durante os protestos em massa contra a corrupção, ocorridos em março em todo o país, e prendeu centenas de manifestantes majoritariamente pacíficos, na capital, Moscou, e mais de mil em todo o país, incluindo o líder da oposição, Aleksei Navalny. Novamente, centenas de pessoas foram detidas e maltratadas durante os protestos contra a corrupção em todo o país, em junho e 7 de outubro, dia do aniversário do presidente Vladimir Putin.

No Cazaquistão, organizar ou participar de uma manifestação pacífica sem a autorização prévia das autoridades continuou sendo um crime. No Quirguistão, a polícia dispersou uma manifestação pacífica na capital Bishkek, organizada para protestar contra a deterioração da liberdade de expressão, e prendeu vários participantes. As autoridades bielorrussas reprimiram violentamente as manifestações massivas contra um imposto sobre os desempregados.

Na Polônia, uma emenda legislativa discriminatória levou à proibição de certas manifestações e favoreceu as reuniões pró-governo. Pessoas que participaram de manifestações contra as políticas governamentais foram processadas, perseguidas por agentes da polícia e por adversários políticos e foram impedidas de exercer seu direito à liberdade de manifestação pacífica.

Em vários países do leste da Europa, os protestos públicos enfrentaram uma série de medidas restritivas e diversos abusos. Na Alemanha, na França, na Polónia e na Espanha, a resposta dos governos às manifestações contra as políticas restritivas ou os abusos de direitos humanos incluiu o fechamento de espaços públicos, o uso excessivo da força pela polícia, a

contenção de manifestantes pacíficos por meio de cordões policiais, a vigilância e as ameaças de sanções administrativas e penais. O governo da França continuou recorrendo a medidas de emergência para proibir manifestações públicas e restringir a liberdade de circulação a fim de impedir que indivíduos participem de manifestações.

Em outubro, as forças de segurança espanholas, que tiveram ordens de impedir a realização do referendo de independência da Catalunha, usaram força desnecessária e desproporcional contra manifestantes, ferindo centenas deles, havendo evidências de que os policiais espancaram manifestantes pacíficos.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Na Europa do Leste, uma série de leis excessivas e discriminatórias de combate ao terrorismo continuou sendo aprovada de forma acelerada. A adoção de uma Diretiva da UE relativa à luta contra o terrorismo, em março, pareceu levar à proliferação de tais medidas em 2018, pois os Estados deveriam transpor a diretiva para a legislação nacional.

Definições amplas de terrorismo na legislação e a aplicação inadequada de leis antiterroristas a um grupo extenso de pessoas – defensores de direitos humanos, ativistas ambientais, refugiados, migrantes e jornalistas – continuaram ocorrendo, especialmente na Turquia, mas também em toda a Europa Ocidental. Leis vagas que punem a “glorificação” ou a “apologia” ao terrorismo foram usadas para processar ativistas e grupos da sociedade civil por opiniões expressas na internet e nas mídias sociais, inclusive na França, na Espanha e no Reino Unido.

O estado de emergência da França terminou em novembro, tendo durado quase dois anos. Em setembro, a França adotou uma nova lei de combate ao terrorismo, incorporando à legislação ordinária muitas das medidas permitidas sob o regime de emergência.

Ao invés de investigar e processar supostos perpetradores de ataques violentos, muitos Estados implementaram medidas de controle administrativo que limitam os direitos de todos e, muitas vezes, aplicaram essas medidas com base em motivações vagas, ligadas à adoção de crenças ou a vínculos religiosos. A detenção sem acusação ou julgamento foi proposta em vários países, entre os quais França, Países Baixos e Suíça, sendo introduzida na Baviera, na Alemanha.

Muitos Estados membros da UE também tentaram estabelecer vínculos entre a crise dos refugiados e as ameaças relacionadas ao terrorismo. Embora a condenação de "Ahmed H", um sírio residente no Chipre, por um tribunal húngaro, com base em acusações falsas de terrorismo, tenha sido anulada, Ahmed H continuou detido enquanto transcorria seu novo julgamento. O julgamento ainda estava em curso no fim do ano. Ele foi condenado por "ato terrorista" por jogar pedras e falar com um megafone diante de uma multidão durante confrontos com a polícia de fronteira.

Vários países na Europa e na Ásia Central intensificaram a vigilância sobre as atividades na internet, temendo que a rede pudesse impulsionar ações “extremistas” ou relacionadas ao terrorismo. O Reino Unido propôs criminalizar o acesso repetido a conteúdo “relacionado ao terrorismo” na internet, com pena de prisão de até 15 anos. Medidas semelhantes já existiam e foram consideradas inconstitucionais na França.

Na Europa do Leste e na Ásia Central, as respostas dos governos às ameaças reais ou percebidas colocadas pelo terrorismo e pelo extremismo seguiam um padrão muito similar. A extradição e a entrega de suspeitos a destinos que os expõem ao risco de tortura e outros maus-tratos foram frequentes e rápidas, com as pessoas sendo devolvidas à força, em violação ao direito internacional. No norte do Cáucaso, na Rússia, desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais, detenções ilegais, torturas e outros maus-tratos de detidos foram relatados no contexto de operações de segurança. Na Crimeia ocupada pela Rússia, as autoridades de fato perseguiram todas as formas de divergência, e continuaram a atacar

arbitrariamente a comunidade tártara da Crimeia, com base em legislação de combate ao extremismo e ao terrorismo.

REFUGIADOS E MIGRANTES

Em 2017, 169.452 refugiados e migrantes chegaram à Europa, em comparação com 387.895 em 2016. Essa diminuição se deveu principalmente à cooperação dos países da UE com a Líbia e a Turquia. Pelo menos 2.982 pessoas morreram tentando atravessar o Mar Mediterrâneo em direção à Europa. Os Estados membros da UE intensificaram seus esforços para evitar entradas irregulares e aumentaram as devoluções, inclusive por meio de políticas que expuseram os migrantes e as pessoas necessitadas de proteção a maus-tratos, tortura e outros abusos, nos países de trânsito e de origem.

Utilizando-se de ajuda internacional, do comércio e de outras vantagens, os governos europeus estimularam e apoiaram os países de trânsito – mesmo aqueles em que se documentaram violações generalizadas e sistemáticas contra refugiados e migrantes – a implementar medidas mais rígidas de controle de fronteiras, sem garantias adequadas de respeito aos direitos humanos. Essas ações encurralaram milhares de refugiados e migrantes em países onde eles não tinham proteção adequada e estavam expostos a graves violações de direitos humanos.

As ONGs, principais responsáveis pelos resgates no Mediterrâneo central no primeiro semestre de 2017, foram desacreditadas e atacadas por formadores de opinião e políticos, e enfrentaram restrições a suas atividades por meio de um novo código de conduta imposto pelas autoridades italianas.

A Rússia e outros países da Europa e da Ásia Central continuaram a devolver requerentes de asilo e refugiados a países onde eles corriam risco de tortura e outros maus-tratos.

COLABORAÇÃO EUROPEIA COM A LÍBIA

Como a maioria dos refugiados e migrantes que cruzam o mar em direção à Europa embarcam na Líbia, os governos europeus e da UE, com a Itália à frente, procuraram fechar esta rota cooperando com a guarda costeira da Líbia e com outros atores do país. Eles estabeleceram uma série de acordos de cooperação com autoridades líbias responsáveis por graves violações de direitos humanos, em particular a Guarda Costeira e a Direção Geral de Combate à Migração Ilegal (DCIM) da Líbia.

A Itália e outros governos deixaram de incluir nesses acordos garantias fundamentais de direitos humanos, e fecharam os olhos aos abusos, inclusive às práticas de tortura e extorsão contra refugiados e migrantes pelas próprias instituições com as quais estavam cooperando. As ações dos países europeus levaram ao aumento no número de pessoas detidas ou interceptadas ao buscar refúgio. Com esses procedimentos, os governos europeus, e particularmente a Itália, violaram suas próprias obrigações internacionais e tornaram-se cúmplices das violações cometidas pelas autoridades da Líbia, que patrocinavam e com as quais cooperavam.

ACORDO DE MIGRAÇÃO UE-TURQUIA, CONDIÇÕES NA GRÉCIA

O acordo de migração UE-Turquia, de março de 2016, continuava vigente e seguiu restringindo o acesso ao território e ao asilo na União Europeia. O acordo visava a devolução dos requerentes de asilo à Turquia, sob o pretexto de este ser um país de trânsito “seguro”. Os líderes europeus sustentaram a ficção de que a Turquia proporcionava proteção equivalente àquela da UE, apesar de o país ter se tornado ainda mais inseguro para os refugiados desde a tentativa de golpe de Estado em 2016. A remoção de salvaguardas procedimentais no estado de emergência da Turquia colocou os refugiados que lá estavam em maior risco de

refoulement, a devolução forçada a países onde estariam em risco de enfrentar graves violações de direitos humanos.

Ao longo de 2017, o acordo deixou milhares de pessoas expostas a condições de superlotação, privação e insegurança nas ilhas gregas que foram transformadas, na prática, em zonas de contenção. Os migrantes e os requerentes de asilo esperavam durante meses pela tramitação de seus pedidos de asilo. Alguns foram vítimas de crimes de ódio violentos. Em comparação com 2016, as chegadas às ilhas gregas diminuíram muito, principalmente em razão do acordo; mas um aumento relativo das chegadas durante o verão tensionou, uma vez mais, a já insuficiente capacidade de recepção das ilhas. Em dezembro, cerca de 13 mil solicitantes de asilo permaneciam no limbo, encalhados nas ilhas.

As condições de acolhimento, tanto nas ilhas como na Grécia continental, continuavam insuficientes, com muitas pessoas ainda sendo obrigadas a dormir em barracas impróprias para o inverno, com as mulheres e meninas em situação especialmente vulnerável nos alojamentos inseguros.

Durante o ano, o tribunal superior administrativo da Grécia abriu o caminho para a devolução de pessoas das ilhas para a Turquia, ao respaldar as decisões das autoridades de asilo gregas, que consideravam a Turquia segura para os refugiados. Em novembro, pela primeira vez desde a adoção do acordo UE-Turquia, um requerente de asilo sírio foi devolvido à Turquia sob a alegação de este ser um país seguro para ele.

PROGRAMAS DE RELOCALIZAÇÃO

A solidariedade com os países na linha de frente da recepção da maior parte das chegadas continuou escassa. Os países europeus deixaram de realocar o número acordado de requerentes de asilo da Grécia e da Itália, no âmbito do programa de realocação de emergência adotado em setembro de 2015. Desde novembro, os países europeus haviam cumprido apenas 32% do seu compromisso legal. Ao final de 2017, 21.253 de 63.302 requerentes de asilo haviam sido transferidos da Grécia, e 10.065 de 34.953 haviam sido transferidos da Itália.

Entre os piores infratores estavam a Polônia e a Hungria, que se recusaram a aceitar um único refugiado da Itália e da Grécia até o final do ano.

O Tribunal de Justiça da União Europeia rejeitou a queixa da Eslováquia e da Hungria contra o regime obrigatório de realocação de refugiados. A Comissão Europeia também abriu processos por infração contra a Polônia, a Hungria e a República Tcheca por estes países não cumprirem suas obrigações de realocação.

RESTRIÇÃO DE ACESSO AO ASILO E REGRESSOS FORÇADOS

A Hungria novamente decepcionou ao aprovar legislação que permitia forçar o regresso de todas as pessoas encontradas em situação irregular no país, bem como ao introduzir a detenção automática de requerentes de asilo, em flagrante violação da legislação da UE. As autoridades prenderam em contêineres os requerentes de asilo que chegavam às suas fronteiras. O sistemático desdém da Hungria em relação aos direitos de refugiados, requerentes de asilo e migrantes também envolveu uma severa restrição em termos de acesso, com a limitação da admissão a duas "zonas de trânsito" que funcionavam na fronteira, nas quais apenas 10 novos pedidos de asilo podiam ser submetidos a cada dia útil. Com isso, milhares de pessoas tiveram que ficar em campos abaixo dos padrões na Sérvia, onde corriam o risco de ficar sem teto ou serem devolvidas à força para lugares mais ao sul, como a Macedônia e a Bulgária.

Abusos e regressos forçados continuaram ocorrendo nas fronteiras externas da EU – a partir da Bulgária, da Grécia, da Espanha e da Polônia. O governo polonês propôs uma legislação para legalizar os regressos forçados, prática já comum num posto de fronteira entre a Polónia

e a Bielorrússia. Em uma decisão histórica, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos condenou a Espanha por violar a proibição de expulsões coletivas e por violar o direito à reparação efetiva, no caso de dois migrantes que foram sumariamente devolvidos do enclave espanhol de Melilla para o Marrocos.

A Eslovênia adotou emendas à legislação que permitem negar entrada às pessoas que chegam a suas fronteiras, e expulsar automaticamente migrantes e refugiados que entraram de forma irregular, sem avaliar seus pedidos de asilo.

DEVOLUÇÕES FORÇADAS

Os Estados membros da UE também continuaram a pressionar outros governos a aceitar readmissões – em alguns casos sem incluir garantias adequadas contra a devolução forçada.

Quando as fatalidades civis no Afeganistão registravam seus níveis mais baixos, governos europeus forçaram um número cada vez maior de requerentes de asilo afegãos a retornar aos perigos de que haviam fugido no país. As devoluções forçadas para o Afeganistão foram feitas de países como a Áustria, os Países Baixos e a Noruega.

IMPUNIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS NA EX-YUGOSLÁVIA

O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia emitiu sua decisão final em 29 de novembro de 2017, encerrando 23 anos de esforços em grande parte bem-sucedidos de responsabilizar os perpetradores de crimes de guerra. Também em novembro, condenou o comandante sérvio-bósnio Ratko Mladić à prisão perpétua por crimes contra o direito internacional, que incluíam genocídios, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

No âmbito nacional, com exceção da Bósnia e Herzegovina, onde houve alguns progressos modestos, a impunidade continuou sendo a norma, e os tribunais dispunham de escassos recursos e capacidade, além de enfrentarem pressões políticas indevidas. Em toda a região, os promotores careciam de apoio do Executivo, e seu trabalho estava comprometido por um clima de retórica nacionalista e falta de compromisso político com uma cooperação regional sustentada.

No fim do ano, as autoridades não haviam feito qualquer progresso na determinação do destino de mais de 11.500 pessoas desaparecidas durante os conflitos armados nos Balcãs. As vítimas de desaparecimento forçado e suas famílias continuaram privadas de acesso à justiça, à verdade e à reparação. Diversos países continuaram aplicando melhorias cosméticas às leis que regulam a reparação para vítimas de violência sexual em tempos de guerra.

DISCRIMINAÇÃO

O PRETEXTO DOS "VALORES TRADICIONAIS" NO LESTE DA EUROPA E NA ÁSIA CENTRAL

Governos de todo o leste da Europa Oriental e da Ásia Central continuaram a respaldar a repressão e a discriminação, promovendo e recorrendo a uma interpretação discriminatória dos chamados "valores tradicionais". Valores que consistiam em interpretações xenófobas, misóginas e homofóbicas dos valores culturais. No Tajiquistão, esse discurso e sua aplicação foram utilizados para punir a população LGBTI por comportamento "amoral", e para impor "normas" para o código de vestimenta, a língua e a religião, voltadas, principalmente, contra mulheres e minorias religiosas, inclusive por meio de novas leis. No Cazaquistão e na Rússia, verificou-se um número crescente de processos penais e outras formas de perseguição de

minorias religiosas, por razões arbitrárias e com base na legislação de “combate ao extremismo”. Essa interpretação dos “valores tradicionais” atingiu uma dimensão sinistra com a tortura secreta e o assassinato de homens gays na Tchetchênia por parte de autoridades.

DIREITOS DAS MULHERES

Após as acusações de assédio sexual contra o produtor estadunidense de Hollywood Harvey Weinstein e outros da indústria do entretenimento, milhões de mulheres em todo o mundo usaram a *hashtag* #MeToo para quebrar o silêncio sobre suas experiências como vítimas da violência sexual. Isso se tornou uma bandeira de luta para contestar a culpabilização das vítimas e responsabilizar os abusadores. O ano também viu os movimentos de mulheres e feministas mobilizarem milhares de pessoas – inclusive durante as Marchas das Mulheres de janeiro, em toda a Europa, e nos protestos da Segunda-feira Negra na Polônia, que pressionaram com êxito o governo a não restringir ainda mais o acesso ao aborto seguro e legal. No entanto, em toda a região da Europa e Ásia Central, mulheres e meninas continuaram a sofrer violações e abusos sistêmicos de direitos humanos, incluindo tortura e outros maus-tratos, negação do direito à saúde e da autonomia sobre seu próprio corpo, desigualdade de oportunidades e violência de gênero disseminada.

O aborto continuou criminalizado na maioria das circunstâncias na Irlanda e na Irlanda do Norte, sendo seriamente limitado na prática. Na Polônia, barreiras sistêmicas impediam o acesso a abortos seguros e legais. Em Malta, o aborto continuou criminalizado em todas as circunstâncias.

A UE e a Moldávia assinaram a Convenção do Conselho da Europa sobre a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica (Convenção de Istambul). A Convenção foi ratificada por Chipre, Estônia, Geórgia, Alemanha, Noruega e Suíça – elevando para 28 o número de Estados ratificantes. A Ucrânia assinou a Convenção em 2011, mas ainda não a ratificou.

Apesar das proteções legais cada vez mais fortes, a violência de gênero contra as mulheres prevaleceu na região, particularmente na Albânia, na Croácia e na Romênia. Na Rússia, sob o pretexto da narrativa dos “valores tradicionais”, e sem enfrentar muitas críticas públicas, o Parlamento aprovou uma legislação que despenaliza algumas formas de violência doméstica, a qual foi sancionada pelo Presidente Putin. Na Noruega e na Suécia, a violência de gênero, inclusive a violência sexual, continuou sendo um grave problema social com resposta estatal insuficiente.

DIREITOS DAS MINORIAS

A discriminação e a estigmatização das minorias continuaram disseminadas por toda a Europa e a Ásia Central, com vários grupos submetidos a assédio, violência e obstáculos à sua efetiva participação na sociedade.

A discriminação contra os ciganos continuava generalizada na Eslováquia. A Comissão Europeia deu seguimento ao processo contra a Eslováquia e a Hungria pela discriminação e segregação sistemáticas de crianças ciganas nas escolas. Acampamentos segregados, discriminação no acesso à moradia social e remoções forçadas continuaram a ser uma realidade cotidiana para milhares dos cerca de 170 mil ciganos que se calcula viverem em toda a Itália – dos quais aproximadamente 40 mil em acampamentos precários. A Comissão Europeia ainda não adotou medidas eficazes para pôr fim à discriminação contra os ciganos.

Os muçulmanos foram discriminados especialmente ao procurar emprego, no trabalho, e ao acessar serviços públicos ou privados como os de educação e saúde.

Na Áustria, uma nova lei proibiu qualquer forma de cobertura completa do rosto em espaços públicos, restringindo excessivamente os direitos à liberdade de expressão e de religião ou crença. As autoridades do Tajiquistão forçaram milhares de mulheres a remover seus véus islâmicos (*hijabs*) em lugares públicos para cumprir uma lei sobre tradições.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

A população LGBTI enfrentou abusos e discriminações crescentes em todo o leste da região, inclusive violência, prisões arbitrárias e detenções. No Azerbaijão, mais de 100 pessoas LGBTI foram presas arbitrariamente em um só dia na capital, Baku. No Uzbequistão e no Turcomenistão, o sexo consensual entre homens continuava sendo um crime punível com prisão. A nova Constituição da Geórgia restringiu a definição de casamento para excluir casais do mesmo sexo. O Parlamento da Lituânia aprovou uma legislação discriminatória contra as pessoas LGBTI. Na Rússia, a "lei da propaganda gay" continuou a ser usada, apesar de ter sido julgada discriminatória pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

Em abril, surgiram denúncias de que as autoridades tchetchenas estariam detendo, torturando e matando homens gays, de forma secreta e arbitrária. Em resposta ao clamor internacional, as autoridades alegaram que não havia homens gays na Tchetchênia, enquanto o governo federal se omitia em realizar uma investigação efetiva.

Ocorreram também eventos positivos e exemplos de coragem e solidariedade humanas. A rede russa LGBT criou uma linha direta e facilitou a evacuação de pessoas LGBTI da Tchetchênia e de outros países do norte do Cáucaso para locais seguros. Realizou-se a maior Parada do Orgulho Gay da Ucrânia. O parlamento de Malta aprovou uma lei reconhecendo o casamento entre pessoas do mesmo sexo e estendeu todos os direitos conjugais aos casais do mesmo sexo. A Alemanha concedeu direitos matrimoniais a todos, independentemente do seu gênero ou orientação sexual, e direitos iguais de adoção para pessoas casadas.

PESSOAS TRANSGÊNERO E PESSOAS COM VARIAÇÕES DE CARACTERÍSTICAS SEXUAIS

Na Europa e na Ásia Central, as pessoas transgênero enfrentaram obstáculos ao buscar o reconhecimento legal de sua identidade de gênero. Crianças e adultos com variações das características sexuais continuaram a enfrentar violações de direitos humanos, perpetradas no decorrer de intervenções médicas não emergenciais, invasivas e irreversíveis, que muitas vezes tiveram consequências nocivas para sua saúde física e psicológica, especialmente para as crianças. Em 18 países europeus, pessoas transgênero foram obrigadas a se submeter a esterilização e, em 35 países, tiveram que receber um diagnóstico de saúde mental para mudar sua identidade de gênero.

Ocorreram avanços na Bélgica e na Grécia, que foram os mais recentes Estados europeus a abolir as exigências de esterilização e diagnóstico de saúde mental, embora, em ambos os países, as reformas legais para reconhecimento da identidade de gênero ainda não tenham estabelecido um procedimento administrativo rápido, transparente e acessível.

PANORAMA REGIONAL: ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

Jornalistas e defensores de direitos humanos foram alvos da repressão de governos, e manifestações na internet foram fortemente controladas em diversos países. Em alguns lugares, ativistas da sociedade civil conseguiram evitar que se intensificassem ainda mais as restrições à liberdade expressão. A liberdade de religião e de crença sofreu ataques de grupos armados e de governos. A luta dos movimentos de direitos das mulheres alcançou êxitos, com a alteração de leis que promoviam a discriminação e a violência contra mulheres em alguns países. Contudo, a discriminação sistemática persistiu na lei e na prática em toda a região e as mulheres continuaram sem proteção suficiente contra a violência de gênero. Em alguns países, as autoridades prenderam e processaram pessoas por sua orientação sexual, real ou percebida, e as relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo continuaram criminalizadas em muitos outros – em alguns casos, estando sujeitas à pena de morte. Em alguns países, os sindicatos foram submetidos a severas restrições e os trabalhadores migrantes continuaram a sofrer exploração e abuso. Em outros, no entanto, reformas proporcionaram aos trabalhadores migrantes maior proteção no trabalho. Conflitos armados impuseram pesados danos à população civil apossada, e caracterizaram-se por violações graves, que incluíram o uso de armas proibidas, cercos ilegais e ataques diretos contra a população e a infraestrutura civil. Vários países da região impuseram sentenças de morte e centenas de execuções foram levadas a cabo. A impunidade para crimes históricos e recentes persistiu; todavia, alguns avanços foram observados no sentido de garantir a verdade e a justiça para as vítimas.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO

Os governos do Oriente Médio e do Norte da África reprimiram as manifestações da sociedade civil tanto na internet como fora dela, na tentativa de evitar ou de punir denúncias sobre violações de direitos humanos ou outras críticas dirigidas a eles ou seus aliados, muitas vezes com o pretexto de estar combatendo ameaças à segurança nacional ou à corrupção. Também usaram força excessiva na tentativa de sufocar os movimentos de protesto que haviam tomado as ruas.

ATOS REPRESSIVOS NO EGITO E NA ARÁBIA SAUDITA

Em alguns países, a intensificação das restrições acompanhou uma tendência global em que déspotas tentavam legitimar-se perante a comunidade internacional. No Egito do presidente Abdel Fattah al-Sisi, as autoridades continuaram a barrar como nunca o trabalho de defensores de direitos humanos, fechando ONGs ou congelando seus bens. Uma nova lei draconiana foi promulgada conferindo ao governo amplos poderes para dissolver ONGs e prevendo pena de cinco anos de prisão por publicação de pesquisas sem autorização do governo. As autoridades egípcias também condenaram a penas de prisão pelo menos 15 jornalistas com base em acusações relacionadas unicamente às suas matérias, por publicarem o que as autoridades consideravam "informações falsas". Mais de 400 sites, entre os quais os de jornais independentes e de organizações de direitos humanos, foram

bloqueados. Ao mesmo tempo, as forças de segurança prendiam centenas de pessoas em razão de sua adesão, real ou percebida, à Irmandade Muçulmana. Para punir opositores políticos, as autoridades utilizaram-se de prisão preventiva prolongada, muitas vezes por períodos de mais de dois anos, submeteram presos a confinamento solitário prolongado e por tempo indeterminado, e sujeitaram muitos dos libertados a períodos de liberdade condicional em que eles eram forçados a passar até 12 horas por dia em uma delegacia de polícia, o que equivale à privação arbitrária de liberdade.

A Arábia Saudita testemunhou a promoção de Mohammed bin Salman ao papel de Príncipe Herdeiro, em junho, como parte de uma ampla reestruturação do cenário político. Nos meses que se seguiram, as autoridades intensificaram sua repressão à liberdade de expressão, detendo mais de 20 líderes religiosos, escritores, jornalistas, acadêmicos e ativistas, em uma única semana de setembro. Também levaram a julgamento defensores de direitos humanos, por acusações relacionadas ao seu ativismo pacífico, perante o Tribunal Penal Especializado criado para julgar casos relacionados ao terrorismo. No final do ano, apesar de o palácio querer exibir a imagem de um país mais tolerante, a maioria dos defensores de direitos humanos da Arábia Saudita estava na prisão ou enfrentava julgamentos extremamente injustos.

ATAQUES CONTRA JORNALISTAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Em outros países, a defesa dos direitos humanos e o jornalismo voltado para esse tema, bem como as críticas às instituições oficiais, levaram a processos e prisão e, em alguns casos, campanhas de difamação orquestradas pelo governo ou por seus apoiadores.

No Irã, as autoridades encarceraram dezenas de críticos pacíficos, entre os quais ativistas dos direitos das mulheres, dos direitos das minorias e ambientais, sindicalistas, advogados e pessoas que buscavam verdade, justiça e reparação para as execuções em massa da década de 1980.

No Bahrein, o governo deteve arbitrariamente defensores de direitos humanos e críticos do governo e submeteu outros a proibições de viagem ou à perda de sua nacionalidade; dissolveu o jornal independente *Al-Wasat* e o grupo político de oposição *Waad*; manteve a proibição de manifestações na capital, Manama, e usou força desnecessária e excessiva para dispersar protestos em outros lugares.

No Marrocos e no Saara Ocidental, as autoridades processaram e prenderam vários jornalistas, blogueiros e ativistas que criticaram autoridades ou relataram violações de direitos humanos, corrupção ou protestos populares, como os que ocorreram na região norte do Rif, onde as forças de segurança efetuaram prisões em massa de manifestantes em grande parte pacíficos, entre os quais crianças; e, algumas vezes, fizeram uso de força excessiva ou desnecessária.

As autoridades do Kuwait aprisionaram diversos críticos ao governo e ativistas digitais, mediante dispositivos legais que criminalizam comentários considerados ofensivos ao Emir ou prejudiciais às relações com Estados vizinhos.

Na região do Curdistão iraquiano, vários jornalistas e ativistas digitais foram submetidos a prisões arbitrárias, ameaças de morte e campanhas de difamação – um padrão que se intensificou às vésperas de um referendo de independência, em setembro, lançado pelo Presidente da região.

No Iêmen, o grupo armado Huti prendeu arbitrariamente e deteve críticos, jornalistas e defensores de direitos humanos na capital, Sanaa, e em outras áreas controladas pelo grupo.

Enquanto isso, as autoridades israelenses proibiram a entrada em Israel ou nos Territórios Palestinos Ocupados de pessoas que apoiam ou trabalham para organizações que emitiram ou divulgaram declarações consideradas pelas autoridades como um chamado a boicotar Israel ou entidades israelenses, incluindo os assentamentos; perseguiram ONGs de direitos

humanos, tanto palestinas como israelenses, movendo campanhas para enfraquecer seu trabalho; e empregaram forças de segurança que usaram balas de metal revestidas de borracha e munição letal contra manifestantes palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, matando pelo menos 20 e ferindo milhares.

REPRESSÃO ON-LINE

Além do Egito, outros governos esforçaram-se por aumentar seu controle sobre as publicações na internet. O Estado da Palestina adotou a Lei de Crimes Eletrônicos em julho, permitindo a detenção arbitrária de jornalistas, denunciadores de irregularidades e outros que criticam as autoridades nos meios digitais. A lei prevê penas de prisão e sentenças de até 25 anos de trabalhos forçados para os considerados subversores da "ordem pública", da "unidade nacional" ou da "paz social". Vários jornalistas e defensores de direitos humanos palestinos foram processados criminalmente.

A Jordânia continuou bloqueando o acesso a determinados sites, inclusive fóruns on-line. O Omã bloqueou a publicação digital do jornal *Mowaten*; e as consequências dos julgamentos contra o jornal *Azamn* e alguns de seus jornalistas, após terem publicado, em 2016, denúncias de corrupção no governo e no judiciário, ainda reverberam. No Irã, membros do judiciário tentaram bloquear o popular aplicativo de mensagens Telegram, mas não conseguiram, devido à oposição do governo; outras mídias sociais populares, como Facebook, Twitter e YouTube, continuaram bloqueadas.

CRISE POLÍTICA NO GOLFO

A crise política no Golfo – desencadeada em junho, quando Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos (EAU), Bahrein e Egito cortaram relações com o Catar, acusando o país de financiar e abrigar terroristas e de interferir nos assuntos domésticos de seus vizinhos – teve um impacto para além da paralização do Conselho de Cooperação do Golfo. Bahrein, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos anunciaram que tratariam as críticas às medidas tomadas contra o Catar ou a manifestação de simpatia a esse país ou seu povo como crime, punível com pena de prisão.

RESISTÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil, no entanto, empreendeu esforços significativos para conter a onda de medidas que tentam restringir a liberdade de expressão. Na Tunísia, ativistas frearam um novo projeto de lei que poderia reforçar a impunidade das forças de segurança, com a criminalização das críticas sobre a conduta policial e a concessão de imunidade processual aos policiais pelo uso desnecessário de força letal. Na Palestina, as autoridades concordaram em alterar a Lei de Crimes Eletrônicos, após forte pressão da sociedade civil.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E CRENÇA

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Grupos armados atacaram minorias religiosas em vários países. O grupo armado autodenominado Estado Islâmico (EI) e outros grupos armados mataram e feriram dezenas de civis no Iraque e na Síria, em atentados suicidas e outros ataques mortais que visaram santuários religiosos xiitas e outros espaços públicos, em bairros predominantemente xiitas. A ONU informou, em janeiro, que quase 2.000 mulheres e crianças yazidis continuavam cativas do EI no Iraque e na Síria. Elas foram escravizadas e submetidas a estupros, espancamentos e outras formas de tortura. No Egito, o EI reivindicou responsabilidade pelo bombardeio de duas igrejas, que deixou pelo menos 44 mortos, em abril, e militantes não identificados lançaram

uma bomba e dispararam contra uma mesquita na província de Sinai do Norte, durante as preces de sexta-feira, em novembro, matando mais de 300 fiéis muçulmanos sufis – o ataque mais mortal de um grupo armado no Egito, desde 2011.

No Iêmen, os hutis e seus aliados submeteram membros da comunidade bahá'í a prisões e detenções arbitrárias.

RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELOS GOVERNOS

Na Argélia, as autoridades empenharam-se em uma nova onda de repressão contra o movimento religioso ahmadi. Ao longo do ano, mais de 280 ahmadis foram processados por causa de suas crenças e práticas religiosas.

Em outros países, as restrições governamentais seguiram um padrão similar. Na Arábia Saudita, as autoridades discriminaram os membros da minoria muçulmana xiita por causa de sua fé, limitando seu direito à expressão religiosa e seu acesso à Justiça, e restringindo arbitrariamente seu direito ao trabalho e ao acesso a serviços públicos. Ativistas xiitas continuaram a enfrentar detenções, encarceramento e, em alguns casos, pena de morte após julgamentos injustos.

No Irã, a liberdade de religião e de crença foi sistematicamente violada, na lei e na prática. Continuaram ocorrendo ataques sistemáticos e generalizados contra a minoria religiosa bahá'í. Tais ataques incluíram prisões arbitrárias, detenções prolongadas, tortura e outros maus-tratos, fechamento forçado de empresas de baha'ís, confisco de suas propriedades, proibição de empregos no setor público e negação de acesso a universidades. Outras minorias religiosas não reconhecidas na Constituição, como os yarsanitas (Ahl-e Haq), também enfrentaram discriminação sistemática, inclusive na educação e no trabalho, e foram perseguidas em razão da prática de sua fé. O direito de mudar de crenças religiosas ou de renunciar a elas continuou sendo violado. Diversos cristãos convertidos receberam sentenças de prisão que variavam de 10 a 15 anos.

DIREITOS DAS MULHERES

Lutas de longa data dos movimentos de direitos das mulheres resultaram em alguns avanços durante o ano.

Leis foram alteradas na Jordânia, no Líbano e na Tunísia para impedir que estupradores escapem de processos (ou se beneficiem de penas reduzidas) caso casem com a vítima. Em muitos outros países, porém, a legislação manteve essa brecha. A Jordânia também eliminou um dispositivo que possibilitava penas reduzidas para homens culpados de matar uma mulher de sua família em um "ataque de raiva causado por um ato ilegal ou perigoso por parte da vítima", mas manteve outra que concede clemência por assassinatos em defesa da "honra" de mulheres da família, quando essas são encontradas em uma "situação de adultério". O parlamento da Tunísia aprovou a Lei sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, que trouxe várias garantias para a proteção de mulheres e meninas contra a violência de gênero. Além disso, o presidente do país revogou um decreto que proibia o casamento de uma mulher tunisiana com um homem não muçulmano.

No Catar, foi aprovado um projeto de lei que garante direitos de residência permanente para filhos e filhas de mulheres catarianas casadas com homens não catarianos, mas a discriminação persistiu, pois as mulheres não podem transmitir sua nacionalidade e cidadania para os filhos.

Na Arábia Saudita, em setembro, foi emitida uma ordem real permitindo às mulheres dirigir, com vigência a partir de meados de 2018, embora persistissem dúvidas sobre como isso seria implementado na prática. Em abril, outra ordem real instruiu todas as agências governamentais a não negarem o acesso de mulheres aos serviços do governo caso elas não

tivessem o consentimento de um guardião homem, a menos que os atuais regulamentos assim o exigissem. No entanto, a ordem pareceu manter em vigor regulamentos que exigem explicitamente a aprovação de um guardião, como no caso de a mulher querer viajar ao exterior, obter um passaporte ou casar.

Apesar dos avanços, a discriminação enraizada contra as mulheres, na lei e nas práticas – especialmente em se tratando de casamento e divórcio, herança e custódia dos filhos – persistiu nesses e em muitos outros países da região. As mulheres não receberam proteção adequada contra a violência sexual e de gênero, tampouco contra casamentos forçados e precoces.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Embora as questões de orientação sexual e de identidade de gênero estejam cada vez mais presentes nas agendas dos principais movimentos de direitos humanos na região, os governos continuaram a restringir fortemente o usufruto de direitos por pessoas LGBTI, na lei e na prática.

No Egito, na mais severa repressão em mais de uma década, as autoridades cercaram e processaram pessoas por sua orientação sexual percebida, depois que uma bandeira do arco-íris foi exibida em um show no Cairo, em setembro, da banda libanesa Mashrou Leila, que havia sido proibida de se apresentar na Jordânia no início do ano. As forças de segurança prenderam pelo menos 76 pessoas e submeteram pelo menos cinco a exames anais, uma prática que equivale a tortura. Os tribunais condenaram pelo menos 48 pessoas a penas entre seis meses a seis anos de prisão, por acusações tais como “hábitos de libertinagem”. Em outubro, parlamentares propuseram uma lei profundamente discriminatória que criminalizava explicitamente as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo e qualquer promoção pública de reuniões, símbolos ou bandeiras LGBTI.

Países como Marrocos e Tunísia continuaram a prender pessoas e condená-las a penas de prisão com base em leis que criminalizam as relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo. Na Tunísia, enquanto a polícia submetia homens acusados de tais relações a exames anais forçados, o governo aceitava uma recomendação no âmbito do processo de Revisão Periódica Universal da ONU, em setembro, para pôr fim à essa prática. Em outros lugares, inclusive em países como o Irã e a Arábia Saudita, alguns atos sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo continuaram puníveis com pena de morte.

DIREITO AO TRABALHO

SINDICATOS

Alguns governos restringiram fortemente os direitos sindicais.

No Egito, as autoridades submeteram dezenas de trabalhadores e sindicalistas à prisão, julgamento militar, demissão e uma série de medidas disciplinares, unicamente por exercerem seu direito de greve e de formar sindicatos independentes. Em dezembro, o parlamento aprovou uma lei triplicando o número de membros (de 50 para 150) requeridos para que sindicatos independentes obtivessem reconhecimento legal.

Na Argélia, as autoridades continuaram a negar o registro à Confederação Autônoma Geral dos Trabalhadores Argelinos – que submeteu sua primeira solicitação de registro em 2013 – e banuiu o Sindicato Autônomo Nacional de Eletricidade e Gás, cancelando seu registro.

DIREITOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES

Em todo o Golfo e em outros países, como a Jordânia e o Líbano, os trabalhadores migrantes, inclusive os domésticos e dos setores de construção e outros, continuaram a enfrentar exploração e abusos. No entanto, observaram-se alguns avanços. No Catar, o governo aprovou duas novas leis em agosto. Uma delas estabeleceu um mecanismo de resolução de disputas trabalhistas, que pode tratar de alguns obstáculos ao acesso à Justiça por parte dos trabalhadores migrantes. A outra garantiu, pela primeira vez, proteção legal aos direitos trabalhistas dos trabalhadores domésticos, incluindo férias pagas e um limite para as horas de trabalho. No entanto, a lei deixava uma porta aberta para abusos, em vista de um inciso que permitiria aos empregados domésticos trabalhar além do limite legal se "concordassem" com isso. Em outubro, o governo do Catar anunciou novos planos de reforma, inclusive com um salário mínimo e um fundo para pagar trabalhadores não remunerados. A Organização Internacional do Trabalho publicou detalhes de um pacote acordado com o Catar para reformar o *kafala*, sistema de monitoramento que impede trabalhadores migrantes de mudar de emprego ou deixar o país sem a permissão de seus empregadores.

Nos Emirados Árabes Unidos, uma lei entrou em vigor em setembro limitando o horário de trabalho, proporcionando férias remuneradas e o direito de manter a posse de documentos pessoais.

DIREITOS À MORADIA, ÁGUA E SAÚDE

ISRAEL E TERRITÓRIOS OCUPADOS DA PALESTINA

O ano marcou o 50º aniversário da ocupação Israelense dos Territórios Palestinos e o 10º aniversário de seu bloqueio ilegal à Faixa de Gaza. As autoridades israelenses intensificaram a expansão dos assentamentos e de suas infraestruturas em toda a Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, e realizaram um grande número de demolições de propriedade palestinas, removendo à força mais de 660 pessoas. Muitas dessas demolições ocorreram nas comunidades beduínas e pastorais que as autoridades israelenses planejavam transferir forçadamente.

O bloqueio aéreo, terrestre e marítimo de Israel sobre a Faixa de Gaza perpetuou as prolongadas restrições à circulação de pessoas e de bens, punindo coletivamente toda a população de Gaza, de aproximadamente 2 milhões de habitantes. Combinado com o fechamento quase total pelo Egito da passagem na fronteira de Rafah e com as medidas punitivas das autoridades da Cisjordânia, o bloqueio de Israel desencadeou uma crise humanitária, com cortes de energia que reduzem o acesso à eletricidade a poucas horas por dia, afetando o abastecimento de água potável e o saneamento, e reduzindo o acesso a serviços de saúde.

Em outros lugares da região, refugiados palestinos, dentre os quais muitos antigos residentes, continuavam sujeitos a leis discriminatórias. No Líbano, eles continuavam excluídos de muitos tipos de trabalho, sendo impedidos de possuir ou herdar propriedades e de acessar serviços públicos de educação e saúde.

ÁGUA, SANEAMENTO E SAÚDE

A sociedade civil ingressou com várias ações perante o judiciário libanês com relação a violações do direito à saúde e à água potável. As ações incluíam casos relacionados à venda de medicamentos vencidos nos hospitais públicos e à má gestão de resíduos.

Na Tunísia, a escassez de água tornou-se aguda. O governo admitiu que não tinha uma estratégia nacional de distribuição de água, o que tornava impossível garantir um acesso

equitativo. As regiões marginalizadas foram afetadas desproporcionalmente por cortes de água, provocando protestos locais ao longo do ano.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Graves violações de direitos humanos acompanharam medidas de combate ao terrorismo em vários países.

No Egito, onde mais de 100 membros das forças de segurança foram mortos em ataques de grupos armados, principalmente no Sinai do Norte, a Agência Nacional de Segurança continuou fazendo desaparecer e executando extrajudicialmente pessoas suspeitas de violência política. O Ministério do Interior alegou que mais de 100 pessoas foram mortas em trocas de tiros com as forças de segurança ao longo do ano. No entanto, em muitos desses casos, as pessoas mortas já estavam sob custódia do Estado, depois de terem desaparecido à força. A tortura e outros maus-tratos seguiram sendo rotina nas instalações de detenção e foram sistemáticos nos centros de detenção administrados pela Agência Nacional de Segurança. Centenas de pessoas foram condenadas, inclusive à morte, após julgamentos coletivos extremamente injustos.

No Iraque, suspeitos processados por acusações de terrorismo tiveram negado seu direito a um prazo e aos serviços adequados para preparar sua defesa, a não se incriminarem ou confessarem culpa e a questionarem as testemunhas da acusação. Os tribunais continuaram a admitir como prova "confissões" extraídas mediante tortura. Após esses julgamentos injustos e precipitados, muitos dos réus foram condenados à morte. As forças governamentais e as milícias iraquianas e curdas também perpetraram execuções extrajudiciais de homens adultos e adolescentes suspeitos de serem afiliados ao EI.

Em países como Bahrein, Israel e Kuwait, houve denúncias de tortura sob custódia de réus acusados de crimes relacionados à segurança nacional. Essas denúncias geralmente não foram investigadas. A Arábia Saudita introduziu uma nova lei de combate ao terrorismo que admite a pena de morte para alguns crimes. Na Tunísia, o governo continuou a restringir a liberdade de circulação através de ordens restritivas arbitrárias e por tempo indeterminado que confinaram centenas de pessoas à província em que residiam, sob justificativa de evitar que tunisianos viajassem para se juntar a grupos armados.

PENA DE MORTE

Irã, Iraque e Arábia Saudita continuaram entre os mais prolíficos usuários da pena de morte em todo o mundo, levando a cabo, considerados os três países, centenas de execuções, muitas delas após julgamentos injustos. No Irã, a Anistia Internacional conseguiu confirmar a execução de quatro pessoas que tinham menos de 18 anos quando o crime foi cometido, mas várias execuções de outros jovens infratores foram adiadas no último minuto devido à pressão pública. As autoridades iranianas continuaram a descrever campanhas pacíficas contra a pena de morte como "não-islâmicas", perseguindo e prendendo ativistas que pedem o fim da pena de morte. Na Arábia Saudita, os tribunais continuaram a impor sentenças de morte por crimes relacionados a drogas e por condutas que, segundo as normas internacionais, não deveriam ser criminalizadas, como "feitiçaria" e "adulterio". No Iraque, a pena de morte continuou sendo usada como retaliação em resposta ao clamor público, após ataques reivindicados pelo EI.

Bahrein e Kuwait retomaram as execuções em janeiro – as primeiras desde 2010 e 2013, respectivamente. Ambas as sentenças de morte foram impostas para homicídios. Egito, Jordânia, Líbia e a administração de fato do Hamas na Faixa de Gaza também efetuaram

execuções. Com exceção de Israel e Omã, todos os demais países da região deram continuidade a uma longa prática de impor sentenças de morte sem, porém, aplicá-las.

CONFLITO ARMADO

Impulsionado pelo comércio internacional de armas, o conflito na região continuou a arruinar as vidas de milhões de pessoas, particularmente no Iêmen, na Líbia, na Síria e no Iraque. Em cada conflito, várias das partes cometeram crimes de guerra e outras violações graves do direito internacional, inclusive ataques indiscriminados que mataram e feriram civis, ataques diretos contra a população ou contra a infraestrutura civil. Na Síria e no Iêmen, o governo e as forças aliadas usaram armas proibidas internacionalmente, como munições de fragmentação e, no caso da Síria, armas químicas.

CONFLITO NO IÊMEN

A situação no Iêmen, o país mais pobre do Oriente Médio e do Norte da África mesmo antes do início do conflito, em março de 2015, tornou-se a pior crise humanitária do mundo, segundo a ONU, com três quartos da população de 28 milhões necessitada de ajuda. O país enfrentou a maior epidemia de cólera em tempos atuais, exacerbada pela falta de combustível para as estações de bombeamento de água, e estava à beira da mais severa crise de fome no mundo em décadas. O conflito destruiu os sistemas de água, educação e saúde. A coalizão liderada pela Arábia Saudita, que apoia o governo iemenita reconhecido internacionalmente, deteve remessas de alimentos, combustível e medicamentos. Em novembro, a coalizão bloqueou completamente os portos do norte do Iêmen por mais de duas semanas. Os ataques aéreos da coalizão atingiram cerimônias fúnebres, escolas, mercados, áreas residenciais e barcos civis. As forças rebeldes Huti se aliaram às forças leais ao ex-presidente Ali Abdullah Saleh até que as cisões entre elas levaram a seu assassinato em dezembro, bombardearam indiscriminadamente áreas residenciais na cidade de Taiz e fizeram disparos de artilharia contra a fronteira da Arábia Saudita, matando e ferindo civis.

RESPOSTA INTERNACIONAL AO ESTADO ISLÂMICO

Tanto na Síria como no Iraque, uma coalizão internacional liderada pelos EUA redirecionou sua atenção ao combate ao EI, responsável por sérios abusos. Centenas de civis foram mortos em consequência dessas ações. Em Mosul, a segunda maior cidade do Iraque, o EI deslocou à força milhares de civis para zonas de conflito ativo, na tentativa de proteger seus próprios combatentes, e matou deliberadamente civis que fugiam do confronto, suspendendo seus corpos em áreas públicas como um aviso aos outros. Na luta para expulsar o EI do oeste de Mosul, as forças iraquianas e da coalizão lançaram uma série de ataques indiscriminados com efeitos devastadores; centenas de civis foram mortos. As forças iraquianas usaram sistematicamente armas explosivas que atingiam grandes áreas, como munições improvisadas lançadas de foguetes, que não podem ser direcionadas com precisão contra objetivos militares, e cujo uso é ilegal em áreas civis densamente povoadas.

Na Síria, o EI perdeu o controle da província de Raqqa, após uma ação militar das Forças Democráticas da Síria, composta por grupos armados sírio-curdos e árabes e pela coalizão liderada pelos EUA. O EI impediu que os moradores fugissem e usou civis como escudos humanos, além de realizar ataques indiscriminados e outros atentados diretos contra a população civil, matando e ferindo muitas pessoas. Os ataques aéreos da coalizão também causaram centenas de mortes de civis. As forças do governo sírio, apoiadas por combatentes iranianos e do Hizbolá em terra, e pela força aérea russa nos ares, capturaram outras áreas previamente ocupadas pelo EI e por outros grupos armados. Nesse processo, mataram e

feriram civis em ataques indiscriminados, bem como em ataques diretos contra a população e alvos civis, incluindo casas, hospitais e instalações médicas.

CERCOS E DESLOCAMENTOS DE CIVIS NA SÍRIA

O governo sírio continuou a fazer prolongados cercos de áreas predominantemente civis, privando aproximadamente 400 mil pessoas do acesso a cuidados médicos, a outros bens e serviços básicos e à assistência humanitária, enquanto as submetia a ataques aéreos repetidos, bombardeios de artilharia e outros ataques. Grupos armados de oposição também foram responsáveis por sitiar milhares de civis e realizar ataques indiscriminados com foguetes e morteiros em bairros controlados pelo governo, matando e ferindo civis. Milhares de pessoas sofreram o impacto severo do deslocamento forçado, após acordos de "reconciliação" na segunda metade de 2016 e no início de 2017. Essas pessoas eram apenas algumas das 6,5 milhões deslocadas na Síria entre 2011 e 2017. Mais de meio milhão de pessoas fugiram da Síria durante o ano, elevando o número total de refugiados sírios para mais de 5 milhões.

REGIÃO DO CURDISTÃO NO IRAQUE

As forças governamentais responderam ao referendo de independência da região do Curdistão no Iraque lançando uma operação que retomou rapidamente a cidade disputada de Kirkuk, bem como a maior parte do território tomado pelas forças curdas peshmergas na luta contra o EI. Em outubro, dezenas de milhares de civis tiveram que abandonar suas casas quando violentos conflitos eclodiram entre forças do governo iraquiano, apoiadas por milícias afiliadas, e forças peshmergas na cidade multiétnica de Tuz Khurmatu; pelo menos 11 civis foram mortos em ataques indiscriminados.

A LÍBIA SEM LEI

Três governos rivais e centenas de milícias e grupos armados continuaram a disputar o poder e o controle sobre territórios, rotas comerciais lucrativas e locais estratégicos na Líbia. Milícias e grupos armados realizaram ataques indiscriminados em áreas densamente povoadas, causando mortes de civis; executaram combatentes capturados de grupos rivais; e sequestraram e detiveram ilegalmente centenas de pessoas, incluindo ativistas políticos e de direitos humanos, em razão de sua origem ou opiniões, de suposta afiliação política ou riqueza. Cerca de 20 mil refugiados e migrantes foram detidos de forma arbitrária e por tempo indefinido em centros de detenção superlotados e insalubres, e submetidos à tortura, trabalhos forçados, extorsão e homicídios ilegais nas mãos das autoridades e de milícias que administravam os centros. A assistência prestada pelos Estados-Membros da UE, especialmente a Itália, à Guarda Costeira da Líbia e aos centros de detenção de migrantes, tornou esses Estados cúmplices dos abusos.

IMPUNIDADE

A impunidade por violações graves do passado ainda preocupa.

Vítimas de crimes cometidos em conflitos recentes e nos que ainda estão em curso costumavam se defrontar com uma impunidade enraizada no contexto nacional. No Iraque, as autoridades anunciaram investigações de algumas denúncias de violações graves cometidas por forças iraquianas e milícias pró-governo – como tortura, execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados. Contudo, os resultados dessas investigações deixaram sistematicamente de ser divulgados. Na Líbia, o sistema judicial foi paralisado por sua própria inépcia, com os magistrados, muitas vezes, deixando de buscar a responsabilização por abusos, com medo de represálias. Na Síria, o sistema judicial carecia de independência e

deixou de investigar e processar crimes praticados por forças do Estado. No Iêmen, a Comissão Nacional de Apuração de Denúncias de Violações de Direitos Humanos, estabelecida pelo governo, não conduziu investigações consistentes com as normas internacionais sobre supostas violações cometidas por todas as partes em conflito no país.

PROGRESSO LENTO

O único mecanismo nacional de justiça transicional ativo na região, a Comissão de Verdade e Dignidade da Tunísia – instituída para tratar das violações de direitos humanos cometidas entre julho de 1955 e dezembro de 2013 – realizou 11 audiências públicas, durante as quais vítimas e perpetradores prestaram testemunho de diversas violações, incluindo fraude eleitoral, desaparecimento forçado e tortura. No entanto, não houve avanço no sentido de um acordo para encaminhar os casos a câmaras judiciais especializadas, e as agências de segurança continuaram a não fornecer à Comissão as informações solicitadas para suas investigações.

No âmbito internacional, algumas medidas significativas tiveram continuidade, mas avançaram lentamente. O Gabinete da Promotora do Tribunal Penal Internacional seguia com o exame preliminar de supostos crimes contra o direito internacional cometidos nos Territórios Ocupados da Palestina, desde 13 de junho de 2014, inclusive durante o conflito Gaza-Israel de 2014. Na Líbia, o Gabinete ampliou suas investigações, do foco sobre líderes políticos e militares para a análise geral dos maus-tratos sistemáticos de migrantes.

Outras iniciativas tiveram aspectos positivos, mas foram obscurecidas ou prejudicadas. O Conselho de Segurança da ONU aprovou, em setembro, uma resolução voltada a assegurar a responsabilização por crimes de guerra e abusos de direitos humanos cometidos pelo EI no Iraque, mas cometeu a falha crucial de não incluir dispositivos para assegurar a responsabilização por crimes cometidos pelas forças e milícias iraquianas, e pela coalisão liderada pelos EUA. O Mecanismo de Investigação Conjunta da ONU e a Organização para a Proibição de Armas Químicas avançaram na determinação da responsabilidade pelo uso de armas químicas na Síria, mas a extensão de seu mandato foi vetada pela Rússia no Conselho de Segurança.

Dois avanços trouxeram esperanças de verdade e justiça, no longo prazo, para vítimas de violações em dois conflitos atuais aparentemente inextricáveis. O Mecanismo Internacional Imparcial e Independente para auxiliar na investigação e julgamento de crimes graves contra o direito internacional cometidos na Síria, desde março de 2011, tomou forma durante o ano, após seu estabelecimento formal em dezembro de 2016, pela Assembleia Geral da ONU. E o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou, em setembro, uma resolução para estabelecer um comitê de especialistas para investigar abusos cometidos por todas as partes no conflito do Iêmen. Ambos os avanços decorreram de ações de *advocacy* coordenadas por organizações de direitos humanos.

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2017/18

PAÍSES DE A-Z



AFEGANISTÃO

República Islâmica do Afeganistão

Chefe de Estado e de governo: **Muhammad Ashraf Ghani**

A população civil foi submetida a abusos generalizados de direitos humanos em consequência do persistente conflito no país. A violência resultante do conflito provocou mortes, ferimentos e deslocamentos. O número de mortes de civis continuou elevado; a maioria foi morta ou ferida por grupos insurgentes armados, e uma minoria significativa por forças pró-governo. O número de pessoas deslocadas internamente pelo conflito subiu para mais de 2 milhões; aproximadamente 2,6 milhões de refugiados afegãos viviam fora do país.

A violência de gênero contra mulheres e meninas persistiu, cometida por atores estatais e não estatais. Registrou-se um aumento na quantidade de mulheres castigadas em público por grupos armados, com base na lei islâmica (sharia). Defensores dos direitos humanos receberam ameaças tanto de atores estatais quanto não estatais; jornalistas foram alvo de violência e censura. Sentenças de morte continuaram sendo impostas; cinco pessoas foram executadas em novembro. Membros da minoria hazara, assim como os xiitas, continuaram sendo vítimas de hostilidades e crescentes ataques, principalmente de grupos insurgentes armados.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em março, o Conselho de Segurança da ONU renovou por mais um ano o mandato da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA), sob a liderança de Tadamichi Yamamoto.

Gulbuddin Hekmatyar, líder do segundo maior grupo insurgente do país, o Hezb-i Islami, uniu-se ao governo afegão. Em 4 de maio, após dois anos de negociações, o projeto do acordo de paz firmado em

setembro de 2016 entre o governo e Gulbuddin Hekmatyar foi finalizado, conferindo-lhe anistia pelos delitos praticados no passado, como crimes de guerra, e possibilitando a libertação de alguns integrantes do Hezb-i Islami que estavam presos.

Até o fim de junho, a UNAMA havia documentado 12 incidentes de lançamento de bombas da fronteira do Paquistão para o Afeganistão, que resultaram em 10 civis mortos e 24 feridos. Foi um aumento substancial com relação ao mesmo período de 2016.

O governo emendou o Código Penal. Algumas disposições do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional foram incorporadas ao direito nacional, e alguns delitos que anteriormente eram passíveis de pena de morte tornaram-se puníveis com prisão perpétua.

CONFLITO ARMADO

Proseguiu o conflito armado não internacional entre “elementos antigoverno” e forças pró-governo. O Talibã e o grupo armado Estado Islâmico eram alguns desses “elementos antigoverno”, enquanto mais de 20 grupos armados atuavam dentro do país. O Talibã e outros grupos armados de oposição foram responsáveis pela maioria das fatalidades civis (64%) nos primeiros nove meses do ano, segundo a UNAMA.

Até o fim de setembro, a UNAMA havia documentado 8.019 fatalidades civis (2.640 mortos e 5.379 feridos), uma pequena redução no número total se comparado ao mesmo período de 2016, embora o número de mulheres mortas ou feridas tenha aumentado em 13%. Aproximadamente 20% das fatalidades foram atribuídas às forças pró-governo, como as forças de segurança nacionais afegãos, a polícia local afegã, grupos armados pró-governo e forças militares internacionais.

Apesar de reconhecer que as forças do governo afegão fizeram alguns esforços para mitigar as fatalidades civis, especialmente durante os combates terrestres, a UNAMA também observou que o número de civis

mortos ou feridos em ataques aéreos aumentou cerca de 50% em 2016 – dois terços dos quais eram mulheres e crianças.

ABUSOS COMETIDOS POR FORÇAS PRÓ-GOVERNO

Em janeiro, segundo a UNAMA, na província de Paktika, a Polícia Nacional de Fronteira Afegã abusou sexualmente de um menino de 13 anos, atirando nele depois; o menino morreu mais tarde em consequência dos ferimentos. Os suspeitos da autoria do crime foram processados pela promotoria da Polícia Nacional Afegã e condenados a seis anos de prisão por homicídio.

Segundo a UNAMA, mais de uma dezena de civis foi atingida por tiros em postos de controle. Em um desses incidentes, no dia 16 de março, a polícia afegã atirou contra um homem e sua mãe, tendo-os confundido com insurgentes; os dois ficaram feridos. Em abril, a Polícia Nacional Afegã atirou em um homem de 65 anos que tinha ido alimentar suas vacas; ele faleceu mais tarde em um hospital. Em maio, um soldado do Exército Nacional Afegão matou a tiros um menino de 13 anos quando ele coletava pasto próximo a um posto de controle na província de Badghis.

Em junho, segundo a UNAMA, três crianças foram mortas dentro de sua casa no distrito de Saydebad por um morteiro disparado pelo Exército Nacional Afegão. No mesmo mês, forças do governo que realizavam uma patrulha mataram a tiros um pai e seus dois filhos, de cinco e 12 anos, em frente à fábrica de tijolos em que trabalhavam; quando isso aconteceu, não havia qualquer atividade militar conhecida naquela área. A UNAMA solicitou ser informada sobre quaisquer investigações ou providências tomadas nesses casos, mas, até julho, não havia recebido nenhuma informação do Ministério do Interior.

Nos primeiros seis meses do ano, segundo a UNAMA, 95 civis, a metade dos quais crianças, foram mortos em ataques aéreos.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Em janeiro, na província de Badakhshan, cinco homens armados arrastaram uma mulher grávida de dentro de sua casa e a mataram diante de seu marido e de seus seis

filhos. Testemunhas disseram que os agressores a acusaram de apoiar o governo. Em 8 de março, homens armados invadiram o hospital do exército nacional afegão no centro da capital, Cabul, matando pelo menos 49 pessoas, inclusive pacientes. Em agosto, grupos armados atacaram o vilarejo de Mirza Olang, na província de Sar-e-Pul, matando pelo menos 36 pessoas, inclusive civis.

Ataques suicidas cometidos por grupos armados em áreas civis deixaram pelo menos 382 pessoas mortas e 1.202 feridas. Em um desses ataques, ocorrido em dezembro, pelo menos 41 pessoas, inclusive crianças, foram mortas em um atentado suicida à bomba contra uma organização cultural xiita em Cabul.

Em 25 de agosto, uma mesquita xiita em Cabul foi atacada pelo Estado Islâmico, matando pelo menos 28 pessoas e ferindo várias dezenas. Em 20 de outubro, ocorreram ataques similares contra outras duas mesquitas xiitas – uma na zona oeste de Cabul e outra na província de Ghor – deixando mais de 60 pessoas mortas e dezenas feridas.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

O Ministério das Mulheres do Afeganistão informou que os casos de violência de gênero contra as mulheres aumentaram no país, especialmente nas áreas controladas pelo Talibã.

No primeiro semestre do ano, a Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão registrou milhares de casos de violência contra mulheres e meninas em todo o país, como espancamentos, homicídios e ataques com ácido. Em meio a um cenário de impunidade para esses crimes e da ausência de investigações, esses casos ainda eram muito pouco denunciados, em função de práticas tradicionais, da estigmatização e do medo das consequências para as vítimas.

Grupos armados praticaram violência motivada por gênero, tortura, maus-tratos e outros abusos de direitos humanos, impondo castigos físicos a mulheres que mantinham

relações sexuais fora do casamento ou que eram trabalhadoras do sexo. Segundo a UNAMA, alguns homens espancaram brutalmente uma mulher em sua casa, no distrito de Darah-i-Suf Payin, província de Samangan, depois de acusá-la de ter relações sexuais fora do casamento e de cobrar por sexo.

A UNAMA observou também que os grupos armados tentaram restringir o acesso das meninas à educação. Em fevereiro, ameaças levaram ao fechamento de escolas de meninas em diversos vilarejos da província de Farah, privando temporariamente de ensino mais de 3.500 estudantes. Quando as escolas reabriram, 10 dias mais tarde, a grande maioria das meninas tinha medo de voltar às aulas.

A chefe do departamento de questões da mulher em Badakhshan afirmou que, em março, o Talibã açoitou um homem e matou uma mulher por apedrejamento, tendo-os acusado de manter relações sexuais fora do casamento, no distrito de Wardoj, nessa província do nordeste do país.

Em agosto, uma mulher chamada Azadeh foi morta a tiros por talibãs na província de Jawzjan. Segundo um porta-voz do governo, alguns meses antes, para escapar da violência doméstica, a mulher havia se refugiado em um abrigo de mulheres na cidade de Sheberghan. Após um processo local de mediação, ela voltou para casa, de onde mais tarde foi arrastada por talibãs que a mataram a tiros.

REFUGIADOS E PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

Em 2017, aproximadamente 2,6 milhões de refugiados afegãos viviam em mais de 70 países de todo o mundo. Cerca de 95% haviam se instalado em apenas dois países, o Irã e o Paquistão, onde enfrentavam discriminação, agressões raciais, falta de comodidades básicas e o risco de deportação em massa.

Entre 2002 e 2017, mais de 5,8 milhões de afegãos regressaram para suas casas, muitos deles de forma involuntária, por imposição de outros governos.

O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) informou que aproximadamente 437.907 pessoas foram deslocadas pelo conflito somente em 2017, elevando para mais de 2 milhões o número de pessoas deslocadas internamente (PDIs). Apesar das promessas feitas por sucessivos governos afegãos, essas pessoas continuaram privadas de moradia, comida, água e serviços de saúde adequados, além de oportunidades de educação e emprego. A maioria se via forçada a percorrer longas distâncias todos os dias para buscar água, esforçando-se para ter pelo menos uma refeição diária. A maioria das PDIs não tinha acesso a serviços básicos de saúde. Os serviços de saúde privados eram inacessíveis para a maioria delas, e os centros de saúde móveis, administrados por ONGs ou pelo governo, só funcionavam esporadicamente.

As PDIs também sofriam repetidas ameaças de remoção forçada, tanto por parte do governo quanto de atores privados.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Os defensores dos direitos humanos enfrentavam constantes ameaças contra sua vida e segurança. Em junho, pelo menos quatro pessoas foram mortas quando a polícia abriu fogo contra manifestantes que protestavam pela deterioração da situação de segurança em Cabul, depois que um atentado com a explosão de um caminhão, em 31 de maio, matou mais de 150 pessoas. Ao que parece, não houve qualquer investigação sobre os disparos da polícia. Posteriormente, os familiares das vítimas organizaram protestos pacíficos por várias semanas em Cabul, interrompidos à força pela polícia. Uma pessoa foi morta e pelo menos outras cinco teriam sido detidas arbitrariamente em uma residência particular, onde foram interrogadas por agentes à paisana antes de serem soltas no dia seguinte. Em julho, o governo propôs diversas emendas às leis sobre associações, greves e manifestações, que restringiam ainda mais os direitos à liberdade de associação e de expressão, ao introduzir

novas restrições à organização de manifestações e de greves. As emendas propostas também dariam maiores poderes à polícia para interromper ou impedir greves ou manifestações, prejudicando ainda mais o direito à manifestação pacífica.

As defensoras dos direitos humanos continuaram sendo ameaçadas e intimidadas, tanto por atores estatais quanto não estatais, em todo o Afeganistão. A maioria dos casos não era denunciada à polícia por falta de confiança nos órgãos de segurança, que quase nunca investigavam ou se ocupavam desses casos. As que decidiram denunciar as ameaças não receberam qualquer apoio ou proteção.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Uma série de ataques violentos e intimidações contra jornalistas, inclusive homicídios, evidenciaram ainda mais a constante erosão da liberdade de expressão.

Ao longo do ano, a organização afegã de observação da mídia Nai registrou mais de 150 casos de ataques contra jornalistas, profissionais e órgãos de imprensa. Foram homicídios, espancamentos, detenção, incêndios criminosos, ataques, ameaças e outras formas de violência tanto por atores estatais quanto não estatais.

Em março, um repórter da TV Ariana, na província Sar-e-Pul, foi espancado pela polícia ao tentar registrar o uso de força excessiva contra civis. Os policiais confiscaram sua câmara e outros equipamentos, e ele teve que se refugiar no gabinete do governador.

Em agosto, um destacado repórter da província de Zabul recebeu ameaças de morte dos talibãs, depois de sofrer atentados contra sua vida. Os agentes de segurança pouco fizeram para protegê-lo quando ele denunciou o incidente, e ele teve que sair da província por sua segurança.

Em novembro, combatentes do El atacaram a estação de televisão Shamshad em Cabul, matando um funcionário e deixando outros feridos.

A Nai informou que, em 2016, encaminhou às autoridades pelo menos 240 casos de

violência contra profissionais da imprensa, como repórteres e jornalistas. Um ano depois, o governo não havia tomado qualquer providência com relação às denúncias e ninguém foi levado à Justiça.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em todo o país, os afegãos corriam o risco de sofrer tortura e outros maus-tratos, com poucos avanços no sentido de conter a impunidade. O Comitê da ONU contra a Tortura constatou a “aceitação e legitimação generalizadas da tortura no seio da sociedade afegã”.

Muitas pessoas suspeitas de responsabilidade penal continuaram a deter cargos executivos oficiais, inclusive no governo. O Comitê constatou também que pessoas detidas pelo Diretório Nacional de Segurança, pela Polícia Nacional Afegã e pela Polícia Local Afegã foram submetidas a “espancamentos, choques elétricos, suspensões, ameaças, abusos sexuais e outras formas de abuso físico e mental”. Investigadores da UNAMA e do ACNUDH que entrevistaram 469 indivíduos detidos informaram que 39% deles fizeram relatos confiáveis de tortura e outros maus-tratos durante sua prisão e interrogatório.

Em março, o governo promulgou uma Lei Antitortura, que criminalizava a tortura, mas não previa reparação ou indenização às vítimas.

Grupos armados como o Talibã continuaram a cometer crimes de direito internacional, como homicídios, torturas e outros abusos, para punir o que consideravam como crimes ou ofensas. As execuções e os castigos severos impostos pelo sistema de justiça paralelo constituíam atos criminosos de acordo com a lei, podendo em alguns casos configurar crimes de guerra.

PENA DE MORTE

Conforme uma revisão do Código Penal, a pena de prisão perpétua substituiu a pena de morte para alguns delitos.

Cinco execuções foram realizadas em novembro na penitenciária de Pul-e-Charki em Cabul. O Ministério do Interior informou

que os cinco indivíduos haviam sido condenados em 2016 por homicídio e sequestro, e que eles foram executados apesar de suas sentenças estarem sendo reexaminadas por três tribunais de apelação.

ÁFRICA DO SUL

República da África do Sul

Chefe de Estado e de governo : **Jacob G. Zuma**

Desigualdades profundas continuaram a minar os direitos econômicos, sociais e culturais, inclusive com relação ao acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva. As deficiências do sistema de justiça criminal impediram que vítimas de crimes de ódio e de violência de gênero tivessem acesso à Justiça. A conduta policial em relação ao uso excessivo da força durante manifestações estava sendo investigada.

INFORMAÇÕES GERAIS

Ocorreram protestos generalizados contra a corrupção. As tensões políticas foram acirradas em março, quando o Presidente Zuma fez importantes mudanças em seu governo, como a destituição do ministro da Fazenda, Pravin Gordhan.

Embora os investimentos públicos em saúde, educação e serviços essenciais tenham aumentado, o órgão nacional de estatísticas informou que o país não conseguiu reduzir a pobreza e a desigualdade.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

O Departamento Independente de Investigação Policial registrou um aumento nos casos de abuso de poder por parte da polícia, inclusive 394 mortes resultantes de ação policial e 302 mortes em custódia da polícia no período 2016/2017, números mais altos que os do ano anterior para ambas as ocorrências. O órgão também registrou 173 casos de tortura, 112 de estupro por policiais – 35 deles cometidos por agentes em serviço – e 3.827 de agressões da polícia. No fim do ano, o departamento concluiu sua

investigação sobre o caso do jornalista Godknows Nare, morto a tiros pela polícia de Joanesburgo em abril, encaminhando o caso para a chefia do Ministério Público. Os policiais teriam atirado em Godknows Nare, por supostamente pensarem que ele havia roubado um carro, quando o jornalista saiu de seu automóvel com as mãos para o alto.

Em 23 de maio, Leonaldo Peterson, de 17 anos, foi alvejado pela polícia com balas de borracha disparadas a curta distância, em sua casa, na província de Gauteng, enquanto um protesto acontecia na vizinhança. Ele precisou passar por várias cirurgias na mão.

Em 27 de maio, Samuel Mabunda, migrante de Moçambique, morreu em consequência de traumatismos decorrentes do espancamento que sofreu da empresa de segurança privada “Formigas Vermelhas”, contratada pela polícia para executar a remoção dos moradores de Ivory Park, em Joanesburgo. Uma investigação policial ainda estava em curso no fim do ano.

Em 12 de setembro, Ona Dubula, de 14 anos, foi atingido no rosto e nas costas por balas de borracha disparadas pela polícia a curta distância, em um assentamento informal na localidade de Hout Bay, província do Cabo Ocidental, durante a realização de protestos sobre licenças de pesca; as lesões o deixaram com dificuldade para falar. No fim do ano, o Departamento ainda investigava o caso.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

O Departamento de Polícia afirmou que continuaram acontecendo assassinatos de vereadores, assim como homicídios e tentativas de homicídio no conjunto de albergues Glebelands em Durban – com várias prisões decorrentes desses crimes. Uma Comissão de Inquérito sobre as reais causas dos assassinatos políticos na província de KwaZulu-Natal realizou suas primeiras audiências em março, devendo se estender até março de 2018.

VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO

A violência contra mulheres e meninas continuou generalizada, inclusive os

homicídios motivados por gênero. Mais de 39.000 casos de estupro foram denunciados à polícia entre abril de 2016 e março de 2017, embora se acredite que inúmeros outros casos jamais sejam denunciados. Em setembro, o Conselho de Pesquisa Médica afirmou que apenas 8,6% dos processos por estupro abertos pela polícia em 2012 resultaram em condenação, apontando a falta de recursos e de formação dos policiais, bem como as deficiências na investigação dos crimes e na coleta de provas periciais.

Em maio, o Departamento de Justiça publicou o relatório da Comissão de Reforma Legislativa da África do Sul sobre prostituição de adultos. A Comissão recomendou que a compra e venda de serviços sexuais continue sendo criminalizada, contrariando os testemunhos e recomendações de ativistas e trabalhadoras do sexo, da Comissão Sul-Africana de Igualdade de Gênero, bem como de especialistas em saúde pública e direitos humanos. Em junho, Zwelethu Mthethwa foi condenado a 18 anos de prisão pelo assassinato da trabalhadora do sexo Nokuphila Kumalo em 2013. O caso chamou atenção para os desafios que caracterizam o acesso desses profissionais à Justiça.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O acesso das mulheres a serviços de saúde sexual e reprodutiva continuou extremamente desigual, com menos de 7% dos 3.880 centros de saúde do país oferecendo serviços de aborto. O governo se omitiu em tratar da recusa dos profissionais da saúde em proporcionar serviços de aborto ou prestar informações sobre onde esses serviços estão disponíveis, contrariando as normas internacionais de direitos humanos. A falta de acesso a direitos e informações sobre saúde sexual e reprodutiva – inclusive saber como e onde ter acesso a abortos legais –, assim como as desigualdades no acesso a esses serviços para grupos de mulheres e meninas marginalizadas, agravaram as dificuldades existentes para que se façam abortos seguros.

DIREITO À SAÚDE

Estatísticas oficiais indicaram que quase um terço dos meninos e um quarto das meninas padecem de distúrbios do crescimento.

Apesar das políticas de saúde voltadas a reduzir a contaminação por HIV, as taxas de incidência permaneceram bastante altas entre mulheres e meninas, com cerca de 2.000 novas infecções por HIV acontecendo a cada semana entre mulheres e meninas na faixa dos 15 aos 24 anos.

Em setembro, num pronunciamento ao Parlamento, o ministro da Saúde salientou que a politização e a má gestão dos departamentos de saúde provinciais resultaram na “escassez de médicos, remédios, equipamentos e outras necessidades médicas” nos centros de saúde pública. A presidente do Comitê Parlamentar sobre Administração e Serviços Públicos teria recebido ameaças de morte em março, após investigar o precário desempenho dos centros de saúde da província de Mpumalanga. Em junho, a Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos (SAHRC, na sigla em inglês) constatou que o Departamento de Saúde da província de KwaZulu-Natal havia violado o direito dos pacientes de câncer à vida, à saúde e à dignidade humana, devido à falta de oncologistas e de equipamentos funcionais para examinar e tratar os pacientes.

Em outubro, teve início uma audiência de arbitragem relativa às mortes de mais de 118 pacientes com distúrbios mentais que faleceram depois que o Departamento de Saúde da província de Gauteng transferiu mais de 1.300 pacientes da unidade de saúde Life Esidimeni para outras unidades administradas por ONGs, devido à falta de verbas. A SAHRC enfatizou ainda que “[todas] as 27 ONGs para as quais os pacientes foram transferidos careciam de licença e de recursos, bem como da capacidade para assumir pacientes com problemas mentais”. Em fevereiro, o Ouvidor da Saúde constatou que a transferência violou os direitos dos pacientes e de suas famílias, inclusive o direito à vida e à dignidade humana.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

Em 6 de julho, a Câmara de Instrução do Tribunal Penal Internacional concluiu que a África do Sul deveria ter cumprido o mandado de prisão contra o presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, quando ele esteve no país em junho de 2015. O Supremo Tribunal de Recursos da África do Sul decidiu, em março de 2016, que a omissão do governo em prender o Presidente Al-Bashir foi ilegal.¹

Após a conclusão do processo legal interno da África do Sul, a Câmara de Instrução realizou uma audiência em abril de 2017.

Um projeto para revogar a lei que incorporava o Estatuto de Roma ao direito doméstico foi apresentado ao Parlamento no começo de dezembro, sinalizando a intenção do governo de prosseguir com sua decisão de deixar o TPI.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em 7 de julho, a Corte Superior de South Gauteng concedeu ao Fórum Nacional dos Editores da África do Sul (SANEF) e a 11 jornalistas uma medida liminar contra o partido político Black First Land First (BLF) e Andile Mngxitama, seu presidente, depois que os jornalistas que investigavam denúncias de corrupção envolvendo o Presidente Zuma e a família Gupta, de origem indiana, relataram ter sofrido ameaças e hostilidades. Em 17 de julho, Micah Reddy, jornalista do Centro de Jornalismo Investigativo amaBhungane, afirmou ter sido hostilizado por um grupo de apoiadores e membros do BLF, depois de ter participado de um painel de debates com Mngxitama na rede de televisão South African Broadcasting Corporation.

Em 27 de julho, o amaBhungane organizou um evento público em Joanesburgo para debater os e-mails vazados no “GuptaLeaks”, que expunham a suposta corrupção da elite política. O encontro foi interrompido por membros do BLF e um grupo de aproximadamente 20 pessoas que se acredita pertencerem à Fundação MK Inkululeko, uma associação de veteranos. Em 11 de agosto, a Corte Superior de South Gauteng constatou que o BLF e Mngxitama

havam desacatado uma ordem judicial de 7 de julho, decorrente de uma demanda dos jornalistas Sam Sole e Ferial Haffajee, juntamente com a SANEF. A Corte determinou que a medida liminar fosse estendida de modo a cobrir todos os jornalistas. Em 29 de setembro, Mngxitama e o BLF entraram com um recurso, que foi contestado pelos jornalistas e pela SANEF.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

A população LGBTI continuou sendo submetida a hostilidade, discriminação e violência.

Em 4 de abril, o corpo carbonizado de Matiisetso Alleta Smous, uma mulher lésbica, foi encontrado em Kroonstad, província de Free State. Uma testemunha relatou que ela foi estuprada, esfaqueada no peito e queimada até a morte. Três suspeitos foram presos em 5 de abril e liberados naquele mesmo mês por insuficiência de provas contra eles. Uma investigação sobre o homicídio estava em curso no fim do ano.

Em 15 de maio, o corpo de Lerato Moloji, uma mulher lésbica, foi encontrado numa área de campo em Soweto, província de Gauteng. O exame post mortem mostrou que ela foi estuprada e esfaqueada no pescoço. Dois suspeitos foram presos em maio. A Promotoria Nacional remeteu o caso à Corte Superior de Joanesburgo, onde uma audiência foi marcada para outubro.

Em 11 de agosto, a Corte Superior de Potchefstroom sentenciou David Shomolekae à prisão perpétua por ter matado Lesley Makousa, um estudante gay de 16 anos, por estrangulamento, em agosto de 2016. Shomolekae foi condenado por homicídio, roubo e arrombamento.

O projeto de Lei de Prevenção e Combate aos Crimes e Discursos de Ódio, inclusive crimes de ódio homofóbicos, que foi apresentado em outubro de 2016, ainda tinha que ser aprovado por membros do governo antes de ser votado pela Assembleia Nacional.

Em 6 de setembro, a Corte Superior da província do Cabo Ocidental decidiu que a recusa do Departamento do Interior em permitir que pessoas transgênero que fizeram a transição depois de se casar mudassem os marcadores de gênero em seus documentos oficiais infringia o direito dos casais à igualdade e à dignidade humana. O Departamento estava exigindo que os casais transgênero se divorciassem antes de poder alterar os marcadores de gênero em seus documentos oficiais.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Persistiram a discriminação e as violações dos direitos humanos de refugiados, requerentes de asilo e migrantes.

Em 29 de junho, a Corte Constitucional declarou que a seção 34(1)(b) e (d) da Lei de Imigração N 13 de 2012 – inclusive a previsão de se manter um “estrangeiro ilegal” em custódia por até 120 dias sem audiência judicial – era incompatível com as seções 12(1) e 35(2)(d) da Constituição, sendo, portanto, inválida. A declaração, porém, foi suspensa por dois anos, prazo concedido para que o Parlamento corrija a legislação.

Em julho, o Departamento do Interior publicou um documento técnico sobre migrações internacionais a fim de embasar uma atualização da política de migração. O documento propunha a criação de centros de detenção nas fronteiras da África do Sul, que abrigariam requerentes de asilo enquanto suas solicitações estiverem sendo processadas, limitando seu direito de circulação e trabalho enquanto aguardam uma decisão. Propunha ainda a criação de um Serviço de Gestão de Fronteiras – um órgão centralizado de controle fronteiriço – constituído por agentes policiais e alfandegários. O projeto de lei referente ao Serviço de Gestão de Fronteiras foi aprovado pela Assembleia Nacional em 8 de junho, e tramitava no Conselho Nacional das Províncias, a câmara alta do parlamento sul-africano.

Em julho, a Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos condenou enfaticamente

os comentários do vice-ministro da Polícia, classificando-os de “irresponsáveis” e “xenófobos”, depois de ele ter afirmado que a maioria dos estrangeiros em Joanesburgo estavam envolvidos em vários crimes.

Em 29 de setembro, a Suprema Corte de Apelações declarou que a decisão tomada pelo Departamento do Interior em 2012, de fechar o Centro de Recepção aos Refugiados da Cidade do Cabo, era ilegal, tendo ordenado que o centro fosse reaberto até março de 2018.

Em 30 de novembro, um projeto de lei para emendar a legislação sobre refugiados foi aprovado pela Assembleia Nacional. O projeto alterava a Lei de Refugiados N 130 de 1998, restringindo o direito dos refugiados a buscar e desfrutar de asilo contra a perseguição. Em dezembro, o Presidente Zuma deu parecer favorável à emenda da Lei de Refugiados (N 11 de 2017).

-
1. ICC rules against South Africa on shameful failure to arrest President Al-Bashir (News story, 6 July)

ALEMANHA

República Federal da Alemanha

Chefe de Estado: **Frank-Walter Steinmeier (substituiu Joachim Gauck em março)**

Chefe de governo: **Angela Merkel (em exercício desde outubro)**

O Parlamento aprovou uma lei concedendo direito de matrimônio a casais de mesmo sexo. As autoridades continuaram a deportar para o Afeganistão requerentes de asilo cujos pedidos foram negados, apesar da situação de segurança no país ter piorado. O Parlamento federal ampliou os poderes policiais de conduzir atividades de vigilância para impor medidas administrativas a indivíduos identificados como “agressores potenciais”.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

Em março, setembro e novembro, mais de 22 cidadãos sírios residentes na Alemanha encaminharam quatro ações penais ao

Ministério Público Federal contra 27 agentes sírios a serviço da polícia militar e de diferentes serviços de inteligência, por seu suposto envolvimento em tortura como crime de guerra e crime contra a humanidade. Os crimes teriam sido cometidos em Saydnaya e outros presídios militares, bem como em prisões da Inteligência da Força Aérea em Damasco e outros locais na Síria. Em maio, o procurador-geral federal realizou audiências com testemunhas sírias. As investigações prosseguiram no fim do ano.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Em abril, o Parlamento nacional aprovou uma emenda ampliando os poderes de controle da Polícia Federal Criminal para impor medidas administrativas contra “potenciais agressores”, como tornazeleiras eletrônicas, designação de vigilância residencial e de telecomunicações. Tais “potenciais agressores” são definidos de forma vaga como “indivíduos que poderiam futuramente se envolver com a prática de delito relacionado ao terrorismo”.

Em maio, o Parlamento nacional aprovou uma lei que facilitava a detenção de pessoas que representassem uma “ameaça significativa à segurança” da sociedade, até que fossem deportadas. A lei também concedeu poderes ao Departamento Federal de Migração e Refugiados para confiscar os dispositivos eletrônicos de requerentes de asilo que não possuem documentos de identificação.

Em julho, o estado da Bavária aumentou de 14 dias para até três meses o período de detenção policial administrativa sem acusação para “potenciais agressores”.

DIREITO À PRIVACIDADE

Em junho, o Parlamento Federal aprovou uma lei concedendo às autoridades policiais poderes para usar novas técnicas de vigilância, que incluem a instalação de programas de vigilância em computadores e telefones.

Também em junho, um tribunal superior administrativo decidiu, num processo de

caráter urgente, que a retenção indiscriminada de dados prevista por uma lei que passaria a vigorar plenamente a partir de julho descumpria a legislação da UE. A lei só entraria em vigor após uma decisão final.

Ainda em junho, uma comissão parlamentar de inquérito – criada em 2013 após as revelações de Edward Snowden sobre a vigilância dos EUA a seus aliados, entre os quais a Alemanha – concluiu que o Serviço Federal de Inteligência havia se valido de uma interpretação demasiado ampla das leis de vigilância, tendo aplicado medidas de vigilância, como o monitoramento em grande escala das comunicações estrangeiras, sem base legal ou supervisão suficientes.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Até o fim de novembro, foram registradas 184.796 novas solicitações de asilo, uma queda de 74% em comparação a 2016, e as decisões de quase 75.660 solicitações estavam pendentes.

O direito à reunificação familiar para os beneficiários de proteção subsidiária permaneceu suspenso por todo o ano. Isso teve um impacto especialmente negativo para os refugiados sírios que, cada vez mais, recebiam proteção subsidiária em vez do pleno reconhecimento da condição de refugiados, o que lhes proporcionava menos direitos.

Apesar da situação de segurança no Afeganistão ter piorado, as autoridades continuaram a devolver à força para o país cidadãos afegãos cujos pedidos de asilo haviam sido recusados, em violação ao princípio de *non-refoulement*. Até o fim do ano, 121 cidadãos afegãos foram devolvidos à força.

Em março, o Conselho Federal rejeitou a minuta de uma lei formulada pelo governo, que pretendia classificar a Argélia, o Marrocos e a Tunísia como países de origem “seguros”, criando um procedimento de execução acelerada para determinar a condição de refugiado dos requerentes desses países.

Até o fim de dezembro, a Alemanha havia transferido cerca de 9.100 requerentes de asilo provenientes da Itália e da Grécia. A Alemanha também reassentou quase 280 refugiados do Egito e do Líbano, e aproximadamente 2.700 refugiados sírios vindos da Turquia como parte do acordo entre a UE e a Turquia.

DISCRIMINAÇÃO – CRIMES DE ÓDIO

Em junho, a segunda Comissão de Inquérito – criada pelo Parlamento em 2015 para tratar do fato de as autoridades não terem investigado os crimes racistas cometidos pelo grupo de extrema-direita Clandestinidade Nacional-Socialista (Nationalsozialistischer Untergrund, NSU) entre 2000 e 2007 – concluiu que as autoridades tinham que definir regras claras para infiltrar movimentos “extremistas de ultra-direita”, oferecer financiamento de longo prazo às iniciativas da sociedade civil de combate ao racismo e prestar auxílio às vítimas de crimes racistas. As autoridades ainda não haviam dado início a uma investigação oficial sobre a possibilidade de que o racismo institucionalizado esteja por trás da omissão do governo alemão em investigar os crimes cometidos pelo NSU.

Nos primeiros nove meses do ano, o Ministério do Interior registrou 1.212 delitos penais contra refugiados e requerentes de asilo, e 210 delitos contra locais que abrigavam requerentes de asilo. As autoridades federais e estaduais continuaram sem implementar uma estratégia de avaliação detalhada para investigar os riscos de ataques contra os abrigos para refugiados, com vistas a proporcionar proteção policial adequada quando necessário.

Em junho, após uma ampla consulta com organizações da sociedade civil, o governo federal adotou um Plano de Ação Nacional contra o racismo e outras formas de discriminação, inclusive contra a homofobia e a transfobia.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Nem as autoridades federais nem as estaduais criaram qualquer mecanismo de

queixas independente para investigar os casos de maus-tratos pela polícia.

As organizações da sociedade civil continuaram a denunciar abordagens policiais discriminatórias para verificação da identidade de membros de minorias étnicas ou religiosas.

Em novembro, a unidade central de investigação de Hamburgo estava investigando denúncias apresentadas contra 109 policiais pelo uso supostamente ilegal da força durante as manifestações contra a reunião do G20 na cidade em julho.

Em oito estados federais, os policiais continuavam não tendo qualquer obrigação legal de usar crachás de identificação. Em outubro, o Parlamento recém-eleito da Renânia do Norte-Vestfália revogou uma exigência adotada recentemente de que os agentes da lei nesse estado federal usassem crachás de identificação.

Em outubro, autoridades judiciais arquivaram as novas investigações abertas em maio sobre a morte em custódia de Oury Jalloh, cidadão serra-leonês que morreu durante um incêndio na cela de uma delegacia de polícia de Dassau em 2005. Em novembro, reportagens jornalísticas revelaram que, meses antes das investigações terminarem, especialistas em incêndios reunidos em fevereiro foram unânimes em descartar a possibilidade de que Oury Jalloh tivesse atado fogo ao próprio corpo. Em dezembro, o ministro da Justiça da Alta Saxônia havia encaminhado a investigação ao procurador-geral de Naumburg.

COMÉRCIO DE ARMAS

O sistema de controle seletivo pós-exportação para monitorar armas de pequeno porte exportadas pela Alemanha, a fim de assegurar a conformidade com os certificados de utilização final, entrou na fase piloto. Em maio, uma primeira missão de controle sobre o destino de fuzis de precisão exportados para a Índia foi conduzida em comum acordo com as autoridades indianas.

O governo federal continuou concedendo licenças para exportação de armas e outros

equipamentos militares a países como a Índia e a Turquia, onde há forte risco de que essas armas sejam usadas para cometer ou facilitar graves violações de direitos humanos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Em março, o Parlamento aprovou uma lei implementando uma Diretiva da UE de 2014 relativa a relatórios não financeiros, a qual requeria que algumas empresas de grande porte informassem a respeito dos impactos de suas operações globais sobre os direitos humanos. A lei, entretanto, era mais limitada que a Diretiva, requerendo que as empresas tivessem apenas que informar sobre riscos “com grande probabilidade de provocar consequências muito negativas” sobre os direitos humanos, e somente na medida necessária ao esclarecimento de suas atividades empresariais.

Continuou não havendo qualquer mecanismo de caráter compulsório requerendo que empreendimentos empresariais apliquem a devida diligência para garantir que os direitos humanos sejam respeitados em todas as suas operações e cadeias de distribuição. O acesso ao sistema de justiça para vítimas de abusos dos direitos humanos cometidos por empresas ou com seu envolvimento permaneceu bastante oneroso.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Em julho, o Parlamento Federal aprovou uma lei concedendo aos casais de mesmo sexo o direito de casamento e de adoção.

Crianças e adultos cujas características sexuais apresentam variações continuaram a sofrer violações de direitos humanos. Procedimentos médicos invasivos e irreversíveis continuaram sendo realizados em crianças com características sexuais distintas, com efeitos prejudiciais permanentes. As orientações para o tratamento de pessoas que apresentem variações de características sexuais, elaboradas por ativistas intersexo e por

profissionais da área médica, geralmente não foram implementadas.

Em novembro, um Tribunal Constitucional Federal decidiu que, até o fim de 2018, as pessoas deverão ter o direito de optar por outro gênero legal além de masculino e feminino.

ANGOLA

REPÚBLICA DE ANGOLA

Chefe de Estado e de governo : **João Manuel Gonçalves Lourenço (substituiu José Eduardo dos Santos em setembro)**

Megaprojetos de agronegócio desalojaram comunidades de suas terras. Embora a restritiva lei das ONGs tenha sido revogada, o espaço para que as pessoas exerçam seus direitos civis e políticos continuou a encolher. Manifestantes pacíficos foram tratados com repressão violenta; críticos do governo foram processados criminalmente por difamação. As tentativas do Parlamento de criminalizar o aborto em todas as circunstâncias foram derrotadas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Eleições históricas ocorreram em 23 de agosto. João Lourenço, do situacionista Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), foi eleito Presidente. Segundo a Comissão Eleitoral, o MPLA conquistou 61% dos votos, porcentagem menor que os 81% registrados em 2012. Os partidos de oposição – a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) – argumentaram que os resultados da eleição eram ilegítimos, mas assumiram suas cadeiras no Parlamento.

A contínua crise econômica precipitou o descontentamento popular com o MPLA. Devido à crise econômica, o governo adotou um modelo econômico para favorecer megaprojetos de agronegócio, aquisição de terras em grande escala e expropriação de

comunidades rurais, pondo em risco os meios de vida das comunidades.

A intolerância política estava cada vez mais normalizada, em parte, pela indiferença do governo frente à violência sectária em Monte Belo, na província de Benguela. Após a assinatura de um acordo de paz em 2002 entre o governo e a UNITA, a área se tornou um enclave de conflito político cada vez mais violento e polarizado entre apoiadores do MPLA e da UNITA. Os moradores de Monte Belo continuaram a sofrer perseguições, violência, ameaças de morte, intimidação e saques motivados pela suspeita de que fossem aliados de um ou outro partido político. Apesar dos protestos da sociedade civil, o governo permitiu que uma cultura de impunidade e uma violenta intolerância política prosperassem.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Para silenciar os críticos, principalmente jornalistas e acadêmicos, as autoridades se valeram de leis de difamação e outras, restringindo a liberdade de expressão e o acesso à informação. O uso indevido do sistema de justiça e de outras instituições do Estado para silenciar os críticos era prática comum. Em janeiro, foi aprovado no Parlamento o “Pacote Legislativo da Comunicação Social” com cinco projetos de lei: a Lei de Imprensa, a Lei sobre o Estatuto do Jornalista, a Lei sobre o Exercício da Atividade de Radiodifusão, a Lei sobre o Exercício da Atividade de Televisão e a Lei da Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana.

Essas leis continham diversas disposições que restringiam a liberdade de expressão, sobretudo a liberdade de imprensa, por meio de uma série de regulações proibitivas da comunicação social e da criação de um órgão regulador das comunicações com competências de supervisão, inclusive com poder de determinar se uma comunicação específica satisfaz ou não as boas práticas jornalísticas, algo que configura censura prévia e dificulta o livre fluxo de ideias e opiniões.

A maioria dos integrantes do órgão regulador foi nomeada pelo MPLA, o partido com mais cadeiras na Assembleia Nacional, causando preocupação com a independência e imparcialidade do órgão.

Em 20 de junho, Rafael Marques de Morais, jornalista investigativo e editor do site Maka Angola, e Mariano Brás Lourenço, jornalista e editor do jornal *O Crime*, foram acusados formalmente de “difamação de autoridade pública” e de causar “ultraje a um órgão soberano” com relação a um artigo que publicaram questionando a aquisição de terras públicas pelo Procurador Geral da República.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

As autoridades com frequência negavam autorização para manifestações pacíficas, apesar de nenhuma autorização prévia ser requerida por lei. Quando as manifestações chegavam a acontecer, a polícia costumava prender e deter de modo arbitrário, além de maltratar, os manifestantes pacíficos. Não foi aberta, porém, qualquer investigação sobre as ações policiais.

Em 24 de fevereiro, a polícia reprimiu com violência dois protestos pacíficos do Movimento Revolucionário de Angola, que aconteciam simultaneamente na capital Luanda e em Benguela. Os manifestantes pediam a renúncia de Bornito de Sousa, ministro da Administração Territorial, responsável pelo registro eleitoral nas eleições de agosto e, ao mesmo tempo, candidato à vice-presidência pelo MPLA. Considerava-se que acumular essas duas funções caracterizava conflito de interesses e uma violação da legislação eleitoral. Depois de algar o manifestantes e forçá-los a deitar no chão, a polícia os espancou com cassetetes.

Em 24 de junho, as forças de segurança dispersaram com violência uma manifestação pacífica organizada pelo Movimento do Protetorado Lunda Tchokwe, que demanda a autonomia das regiões leste e sudeste da província de Lunda Norte. As forças de segurança utilizaram munições reais contra os manifestantes, matando um

transeunte e ferindo 13 participantes. Setenta pessoas foram presas; em 28 de junho, cada uma delas foi sentenciada a 45 dias de prisão e multa de 22.000 kwanzas (US\$135). As que pagaram as multas tiveram a sentença suspensa e foram libertadas imediatamente, enquanto que as outras tiveram que cumprir a totalidade da pena. Os manifestantes pediam, entre outras coisas, o fim das perseguições e prisões arbitrárias de seus membros, e a libertação dos presos políticos da penitenciária de Kakanda, em Lunda Norte.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Persistiu a repressão do direito à liberdade de associação. O espaço para que defensores dos direitos humanos, ativistas políticos, profissionais da imprensa e organizações da sociedade civil pudessem exercer seus direitos civis e políticos foi cada vez mais restringido. Em 11 de julho, contudo, o Tribunal Constitucional derrubou a Lei das ONGs, que havia sido adotada em 2015 por meio do decreto presidencial N° 74/15. A lei restringia o marco legal dentro do qual as ONGs podiam operar, concedendo poderes à Procuradoria Geral para suspender as atividades de ONGs nacionais e internacionais por suspeita de lavagem de dinheiro ou de atos ilegais ou danosos à “soberania e integridade de Angola”. O decreto impunha vários encargos às organizações da sociedade civil, como exigências excessivas e procedimentos complicados para o registro das ONGs, controle excessivo da atividade das ONGs; sanções e restrições ao financiamento.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Em 25 de setembro, seis pessoas, cinco das quais haviam passado um ano detidas provisoriamente, foram levadas a julgamento no Tribunal Provincial de Luanda acusadas de “organizar terrorismo”. Entretanto, no mesmo dia, o julgamento foi adiado porque o promotor de justiça não compareceu ao tribunal alegando questões de saúde. O tribunal acatou um pedido do promotor substituto e concedeu mais tempo para que

ele pudesse se familiarizar com o caso. No fim do ano, cinco dos acusados permaneceram detidos, e um sexto, a esposa de um deles, continuava em prisão domiciliar.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em março, o governo propôs uma emenda à lei do Código Penal que descriminalizaria o aborto quando a gravidez resultasse de estupro ou quando a saúde da mulher estivesse em risco. O Parlamento rejeitou a proposta. A votação final da lei foi remarcada para o final daquele mês, sendo depois adiada por tempo indeterminado após uma onda de protestos contra a rejeição do Parlamento à proposta do governo de liberalizar as leis relativas ao aborto.

DISPUTAS POR TERRA

As constantes aquisições de terras por parte de empresas, principalmente nas províncias sulistas de Cunene e Huíla, continuaram a devastar as comunidades locais que dependem da terra para sua subsistência.

Em abril e maio, o governo de Huíla apresentou seu Projeto de Transumância, que incluía a apropriação de uma fonte de água usada pela comunidade de Capela de Santo Antônio, na região de Kahila, município de Gambos. Aproximadamente 600 famílias habitam o local e dependem dessa fonte de água para beber, criar seus animais e irrigar suas culturas. A comunidade não foi consultada sobre os planos e as autoridades não realizaram estudos de impacto ambiental. O governo de Huíla continuava determinado a expulsar a comunidade do local, em violação à Constituição e a legislações como a Lei de Terras e a Lei Ambiental.

Em junho, foi revelado que o governo de Angola havia autorizado o megaprojeto agroindustrial Horizonte 2020 a se apropriar de 76.000 hectares de terras férteis sem o consentimento livre, prévio e informado das comunidades afetadas. As terras estão localizadas a oeste do município de Ombadja e a sul do município de Curoca, ambos na província de Cunene. Ali, às margens do Rio

Cunene, vivem 39 comunidades formadas por 2.129 famílias com 10.675 crianças. Historicamente, elas dependem da agricultura e da criação de animais para sua subsistência. Até o fim do ano, a vegetação de 15.000 hectares havia sido destruída, inclusive as árvores usadas para alimentação ou lenha, a grama em que o gado pastava e locais de sepultamento. Dezenove famílias foram expulsas da área e forçadas a vagar pela região, com escassez de água e de comida.

ARÁBIA SAUDITA

Reino da Arábia Saudita

Chefe de Estado e de governo: **King Salman bin Abdul Aziz Al Saud**

As autoridades restringiram severamente as liberdades de expressão, associação e manifestação. Muitos defensores de direitos humanos e críticos do governo foram detidos, alguns sendo sentenciados a longas penas de prisão após julgamentos injustos. Vários ativistas xiitas foram executados e muitos foram sentenciados à morte depois de julgamentos flagrantemente injustos perante o Tribunal Penal Especializado. A tortura e outros maus-tratos de pessoas detidas continuou sendo prática comum. Apesar de algumas reformas limitadas, as mulheres sofreram discriminação na lei e na prática, e não foram adequadamente protegidas contra a violência sexual e outras violências. As autoridades fizeram amplo uso da pena de morte, levando a cabo dezenas de execuções. A coalizão liderada pela Arábia Saudita continuou cometendo graves violações do direito internacional no Iêmen.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em junho, a Arábia Saudita, o Bahrein, o Egito e os Emirados Árabes Unidos romperam relações com o Catar, afetando negativamente milhares de cidadãos e trabalhadores migrantes.

No mesmo mês, o Rei Salman rearranjou o cenário político e de segurança, reduzindo consideravelmente os poderes do Ministério do Interior. Em 17 de junho, o Rei destituiu o Ministério de seus poderes para investigar e processar crimes, transferindo tais competências à Promotoria Pública, que ele subordinou à sua autoridade direta. Em julho, o mandato do Ministério foi reduzido ainda mais, quando um decreto real criou a Presidência da Segurança do Estado, incumbida de tratar de todas as questões de segurança do Estado, inclusive “terrorismo”, reportando-se diretamente ao Rei. Nesse período, ocorreram várias mudanças nos postos do alto escalão do reino; porém, a mais significativa delas aconteceu em 21 de junho, quando o Rei Salman nomeou seu sobrinho Mohammed bin Salman como Príncipe Herdeiro, depondo seu outro sobrinho Mohammed bin Naif Al Saud.

Em maio, o relator especial da ONU sobre direitos humanos e combate ao terrorismo concluiu que a legislação antiterrorista da Arábia Saudita não cumpria as normas internacionais, e exortou o governo a “parar de processar pessoas, como defensores de direitos humanos, escritores e blogueiros, simplesmente por manifestarem opiniões não violentas”.

O presidente Donald Trump visitou a Arábia Saudita em maio para participar da Cúpula de Riad, com a presença de representantes de mais de 55 Estados, quase todos majoritariamente árabes ou muçulmanos. Durante a visita, foi anunciada uma negociação de armas entre os EUA e a Arábia Saudita no valor de 300 bilhões de dólares.

A coalizão militar liderada pela Arábia Saudita, que apoia o governo do Iêmen, reconhecido internacionalmente, continuou a bombardear as áreas controladas ou disputadas pelas forças huthis e seus aliados, matando e ferindo civis. Alguns dos ataques constituíam crimes de guerra. Um relatório da ONU publicado em setembro constatou que a coalizão encabeçada pela Arábia Saudita continuou sendo a principal causa de fatalidades civis no conflito. (Ver a

seção do lêmen). Em outubro, o secretário-geral da ONU incluiu a coalizão liderada pela Arábia Saudita em seu relatório anual sobre Crianças e Conflitos Armados, mas criou uma nova categoria concebida para limitar as críticas à coalizão.

DISCRIMINAÇÃO – MINORIA XIITA

Integrantes da minoria muçulmana xiita continuaram sendo discriminados por causa de sua fé, limitando seu direito de expressar suas crenças religiosas e seu acesso à Justiça, e restringindo arbitrariamente outros direitos, como o direito ao trabalho e o direito a ter acesso aos serviços prestados pelo Estado. Ativistas xiitas continuaram sendo presos, encarcerados e condenados à morte após julgamentos injustos. Quatro homens xiitas sentenciados à morte por delitos relacionados a protestos foram executados em julho.

Entre maio e agosto, as forças de segurança começaram a evacuar o distrito de al-Masoura, na cidade de a-Awamiyah, na Província Oriental, onde os xiitas são a maioria da população, para a construção de novos empreendimentos comerciais. Confrontos armados com uso de bombas e artilharia pesada eclodiram entre as forças de segurança e homens armados que resistiam a abandonar o bairro, matando e ferindo dezenas de moradores, e causando grandes danos à cidade. As autoridades os acusaram de “atividades terroristas” e outros delitos penais, prometendo responder com repressão. Os moradores relataram que as autoridades proibiram que ambulâncias e socorro médico chegassem àquela área, e muitas famílias que permaneceram no local ficaram sem comida, água, cuidados médicos e outros bens essenciais. Dezenas de pessoas teriam sido presas e detidas no curso dessa operação, inclusive ativistas.

Por exemplo, o defensor dos direitos humanos Ali Shaaban foi preso em 15 de maio depois de postar no Facebook mensagens de solidariedade aos moradores de al-Awamiyah. Ele continuava detido no fim do ano.

Em julho, as famílias de 15 homens xiitas, acusados de espionar para o Irã e condenados à morte após um julgamento coletivo totalmente injusto, tomaram conhecimento de que a corte de apelações do Tribunal Penal Especializado havia confirmado suas sentenças. Em dezembro, alguns familiares foram informados de que as sentenças foram confirmadas após uma revisão do Supremo Tribunal, indicando que os condenados poderiam ser executados a qualquer momento.

O Tribunal Penal Especializado continuou a julgar ativistas xiitas por suposta participação nos protestos de 2011 e 2012. Sentenças de morte continuaram sendo utilizadas contra oponentes políticos. Pelo menos 38 homens xiitas ainda corriam risco de execução, inclusive dois que foram sentenciados à morte por participarem dos protestos em 2012, quando tinham menos de 18 anos de idade.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE MANIFESTAÇÃO

As autoridades continuaram a reprimir ativistas e opositores pacíficos, hostilizando escritores, comentadores da internet e outras pessoas que exerciam seu direito à liberdade de expressão ao manifestar opiniões contrárias às políticas governamentais.

Após o anúncio da decisão de romper relações com o Catar, as autoridades sauditas advertiram a população para não manifestar simpatia com o Catar nem criticar as ações do governo, afirmando que isso seria considerado um delito punido com base no artigo 6 da Lei de Combate aos Crimes Cibernéticos. Todas as reuniões públicas, inclusive manifestações pacíficas, continuaram proibidas por uma ordem expedida pelo Ministério do Interior em 2011.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Dois anos depois da aprovação da lei sobre associações, nenhuma nova organização independente de direitos humanos foi instituída com base em suas disposições. As organizações independentes de direitos humanos que foram fechadas à força, como a Associação Saudita de Direitos Civis e

Políticos (ACPRA), a União de Direitos Humanos, o Centro Adala de Direitos Humanos e o Monitor dos Direitos Humanos na Arábia Saudita, permaneceram inativas. Quase todos os seus integrantes foram condenados e sentenciados, fugiram do país ou foram levados a julgamento perante o Tribunal Penal Especializado.

Em outubro, as autoridades aprovaram uma nova Lei de Combate ao Terrorismo, em substituição à lei de fevereiro de 2014, introduzindo punições específicas para crimes “terroristas”, inclusive a pena de morte. A lei continuou a usar uma definição vaga e excessivamente ampla de atos de terrorismo, possibilitando que fosse utilizada como ferramenta de supressão da liberdade de expressão e dos defensores de direitos humanos.

As autoridades continuaram a prender, processar e sentenciar defensores de direitos humanos por acusações de caráter vago, que se baseavam em grande medida na Lei de Combate ao Terrorismo de fevereiro de 2014. Por exemplo, todos os 11 membros fundadores da ACPRA, fechada em 2013 pelas autoridades, foram sentenciados a penas de prisão.

Em setembro, Abdulaziz al-Shubaily, defensor dos direitos humanos e membro fundador da ACPRA, foi detido para começar a cumprir sua pena de oito anos de prisão, seguida por oito anos de proibição de viagens e da proibição de escrever em mídias sociais, sentença que foi confirmada pelo tribunal de apelações. Ele foi condenado, entre outras acusações, por “ofender a integridade do sistema judicial e dos juizes” e por “violiar o artigo 6 da Lei de Combate aos Crimes Cibernéticos” ao “incitar a opinião pública contra os mandatários deste país e assinar declarações publicadas na internet pedindo que as pessoas se manifestassem”.

No início de janeiro, o engenheiro de computação e ativista de direitos humanos Essam Koshak foi convocado para interrogatório e questionado repetidamente sobre sua conta no Twitter. Em 21 de agosto, ele começou a ser julgado pelo Tribunal

Penal Especializado, Por várias acusações relativas a seu ativismo on-line.

Também em 21 de agosto, no mesmo tribunal, teve início o julgamento do defensor dos direitos humanos Issa al-Nukheifi. As acusações se relacionavam a postagens feitas no Twitter. Ele havia sido preso em 18 de dezembro de 2016, e permanecia detido na Penitenciária Geral de Meca no fim de 2017.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Autoridades da área de segurança continuaram a efetuar prisões e detenções arbitrárias sem acusação ou julgamento, por períodos prolongados, sem que as pessoas detidas fossem encaminhadas aos tribunais competentes, em violação ao Código de Processo Penal. Durante os interrogatórios, os detidos com frequência eram mantidos em regime de incomunicabilidade e privados de acesso a advogados, o que infringia as normas internacionais para julgamentos justos. Em fevereiro, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenções Arbitrárias concluiu que Ali al-Nimr, Abdullah al-Zaher e Dawood al-Marhoon, três jovens presos acusados de participação em protestos, que estavam sob risco iminente de execução, foram detidos de modo arbitrário. O Grupo de Trabalho afirmou que os três haviam sido privados de liberdade sem qualquer fundamento legal para isso, pois foram processados e sentenciados com base em leis que só foram promulgadas dois anos depois de sua prisão, contrariando o direito internacional.

Em setembro, as autoridades realizaram uma onda de prisões que deteve mais de 20 importantes religiosos, escritores, jornalistas e acadêmicos.

Em novembro, as autoridades detiveram centenas de pessoas que haviam ocupado ou ainda ocupavam posições de autoridade, assim como empresários, sem revelar detalhes das acusações que lhes foram imputadas. Posteriormente, algumas delas foram libertadas, segundo informações, após acordos financeiros.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos de pessoas detidas continuou sendo prática comum e disseminada. Os tribunais continuaram a condenar pessoas e a confirmar sentenças de morte com base em “confissões” controversas obtidas antes dos julgamentos. Agentes da área de segurança continuaram a torturar e maltratar as pessoas detidas com absoluta impunidade.

Em julho, as famílias de 14 homens condenados à morte por acusações relacionadas a protestos tomaram conhecimento por meio de telefonemas que as sentenças de seus familiares haviam sido confirmadas. Documentos dos tribunais mostraram que os 14 indivíduos foram mantidos longo tempo em detenção provisória, e que eles denunciaram terem sido torturados e maltratados durante os interrogatórios, com a intenção de fazê-los “confessar”. Em suas sentenças, o Tribunal Penal Especializado parece ter se baseado sobretudo nessas “confissões” como prova contra eles, sem investigar suas denúncias de tortura.

DIREITOS DAS MULHERES

Mulheres e meninas continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática, apesar das promessas de reformas do governo. As mulheres precisavam obter permissão de um guardião homem – pai, marido, irmão ou filho – para se matricularem no ensino superior, procurarem emprego, viajarem ou casarem. Além disso, continuaram não sendo protegidas adequadamente contra a violência sexual ou de outros tipos.

Em abril, o Rei Salman emitiu um decreto real pedindo que os órgãos governamentais se abstivessem de requerer autorização de um guardião homem para a prestação de serviços, a menos que isso fosse estipulado nos regulamentos. O decreto também determinava que as entidades governamentais reavaliassem seus regulamentos e preparassem uma relação de procedimentos que requeressem autorização de um guardião. O decreto poderia dar mais liberdade para que as mulheres

controlassem sua própria vida; porém, até o fim do ano ainda não havia sido implementado. Em abril, a Arábia Saudita foi eleita como membro da Comissão da ONU sobre a Condição da Mulher.

Em setembro, o Rei emitiu outro decreto real permitindo que as mulheres dirigissem, o qual entraria em vigor a partir de 23 de junho de 2018. O decreto previa que sua implementação se daria segundo os “regulamentos legais estabelecidos”, sem esclarecer a que isso se referia, levantando suspeitas sobre quando o decreto seria realmente posto em prática. Após o anúncio, as ativistas pelos direitos das mulheres que fizeram campanha contra a proibição de dirigir relataram ter recebido telefonemas que as advertiam a não fazer comentários públicos sobre o assunto, ou poderiam ser chamadas para interrogatório.

Maryam al-Otaibi, uma ativista de 29 anos que participou ativamente da campanha para pôr fim ao sistema de tutela masculina, foi presa e detida na capital Riad, em 19 de abril, depois de ter conseguido fugir de um ambiente doméstico abusivo em al-Qassim. Ela foi interrogada depois que seu pai – e guardião legal – interpôs uma ação judicial contra sua partida de casa. Em 30 de julho, ela foi libertada mediante o pagamento de fiança. No fim do ano, seu caso continuava pendente no tribunal, e ela corria o risco de ser detida novamente.

Loujain al-Hathloul, uma conhecida defensora dos direitos humanos que havia sido detida por desafiar a proibição de dirigir, foi novamente presa e detida em 4 de junho assim que desembarcou no aeroporto de Dammam. Ela foi interrogada sobre seu ativismo e libertada quatro dias depois. As condições de sua libertação não foram esclarecidas.

DIREITOS DOS TRABALHADORES – TRABALHADORES MIGRANTES

As autoridades continuaram a reprimir trabalhadores migrantes em situação irregular, prendendo, detendo e deportando milhares de pessoas. Em março, o Ministério do Interior lançou uma campanha chamada

“Uma Nação sem Violações”, dando 90 dias para que os trabalhadores migrantes regularizassem sua situação ou deixassem o país sem sofrer sanções.

PENA DE MORTE

Os tribunais continuaram a impor sentenças de morte para uma série de crimes, como delitos relacionados a drogas ou comportamentos que, segundo as normas internacionais, não deveriam ser criminalizados, como “bruxaria” e “adultério”. Muitos réus foram condenados à morte depois de julgamentos injustos, por tribunais que os condenaram sem investigar adequadamente as denúncias de que suas “confissões” foram obtidas mediante coação, inclusive tortura. As autoridades geralmente não informavam as famílias sobre a iminente execução de seus membros, ou não as informavam logo após as execuções acontecerem.

Em 11 de julho, Yussuf Ali al-Mushaikhass, pai de dois filhos, foi executado junto com outros três homens por delitos de terrorismo, relacionados aos protestos contra o governo ocorridos na Província Oriental entre 2011 e 2012. Sua família tomou conhecimento da execução somente depois de levada a cabo, quando viram um anúncio do governo na televisão. Ao que parece, o tribunal baseou sua condenação sobretudo em “confissões” que Yussuf al-Mushaikhass afirmou ao tribunal terem sido extraídas por meio de tortura e outros maus-tratos.

Said al-Sai’ari foi executado em 13 de setembro. Ele havia sido condenado à morte pelo Tribunal Geral de Najran em 2013, apesar de a corte ter concluído não haver provas suficientes para condená-lo. Para pronunciar seu veredicto, o tribunal se baseou nos depoimentos prestados sob juro pelo pai da vítima, que acreditava que Said al-Sai’ari era o responsável pela morte de seu filho, embora o pai não tivesse presenciado o crime.

ARGENTINA

República Argentina

Chefe de Estado e de governo: **Mauricio Macri**

Mulheres e meninas enfrentaram obstáculos para ter acesso a abortos legais. Povos indígenas continuaram sendo criminalizados e discriminados. Os direitos de migrantes tiveram obstáculos significativos.

INFORMAÇÕES GERAIS

A situação dos direitos humanos na Argentina foi examinada pelo processo de Revisão Periódica Universal da ONU e pelo Comitê contra a Tortura da ONU. O Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenções Arbitrárias (WGAD), o Perito Independente da ONU sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero e o Relator sobre a Argentina da Comissão Interamericana de Direitos Humanos visitaram a Argentina no decorrer do ano.

Em novembro, o Congresso aprovou uma legislação nacional sobre igualdade de gênero.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Mulheres e meninas continuaram enfrentando obstáculos para realizar abortos legais quando a gravidez apresentava riscos à sua saúde ou quando era resultado de estupro. A descriminalização total do aborto ainda não havia sido decidida pelo parlamento.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Segundo informações da sociedade civil, ocorreram pelo menos 254 feminicídios entre janeiro e novembro. O Instituto Nacional das Mulheres e o Plano de Ação relativo ao período 2017-2019 para Prevenção, Assistência e Erradicação da Violência contra as Mulheres pareciam não contar com os recursos necessários à sua implementação integral.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A maioria das comunidades indígenas ainda não havia obtido o reconhecimento legal de seu direito à terra, apesar de os direitos às terras ancestrais e aos recursos naturais serem reconhecidos na Constituição.

Em janeiro, a Gendarmaria Nacional Argentina (GNA) – uma polícia federal militarizada – bloqueou todos os pontos de acesso à terra indígena habitada pela comunidade Mapuche Pu Lof em Resistencia, na província de Chubut. A comunidade relatou ter sofrido ataques por parte da polícia, inclusive com espancamento de seus integrantes e intimidação de crianças.¹ Pelo menos 10 membros e apoiadores da comunidade foram presos. Em agosto, a GNA fez uma incursão ilegal na mesma comunidade, durante a qual Santiago Maldonado – um apoiador não indígena da comunidade Mapuche – desapareceu. Seu corpo foi encontrado em outubro em um rio no território. No fim do ano, estava em curso um inquérito judicial sobre sua morte.

O governo provincial de Neuquén, a indústria e os sindicatos petroleiros elaboraram um plano de investimentos para o campo petrolífero de Vaca Muerta, em parte localizado nas terras da comunidade indígena de Lof Campo Maripe, sem a participação da comunidade.

As autoridades intimidaram os povos indígenas por meio de procedimentos legais como acusações de sedição, resistência à autoridade, roubo, tentativas de homicídio e de agressão. Agustín Santillán, liderança indígena do povo Wichí da província de Formosa, passou 190 dias em detenção provisória, desde abril até outubro, com mais de 28 processos criminais contra ele.

DIREITOS DE REFUGIADOS E MIGRANTES

Esquivando-se do debate parlamentar, o governo modificou a Lei de Migração de 2014, limitando os direitos de entrada e residência, e potencialmente acelerando o processo de deportações.

A Lei de Asilo ainda não havia sido plenamente regulamentada, 11 anos após sua adoção, e o Comitê Nacional para os Refugiados não contava com rubrica orçamentária específica. O sistema de recepção a solicitantes de asilo continuou lento e insuficiente, sem que houvesse um plano de integração para ajudar os refugiados e requerentes de asilo a acessar direitos básicos como educação, trabalho, serviços de saúde e ensino de idioma.

Apesar de a Argentina ter se comprometido em 2016 a receber 3.000 refugiados sírios, nenhum programa de reassentamento foi criado. Menos de 400 refugiados sírios se beneficiaram de um patrocínio privado e de um esquema de vistos humanitários.

IMPUNIDADE

Crimes contra a humanidade cometidos durante o regime militar de 1976-1983 continuaram a ser julgados por tribunais civis. Entre 2006 e maio de 2017, 182 sentenças foram proferidas, perfazendo um total de 756 condenações e 74 absolvições.

Em julho, o Tribunal Federal de Mendoza expediu uma decisão histórica, na qual quatro ex-integrantes do Judiciário foram sentenciados à prisão perpétua e impedidos de exercer funções públicas por terem contribuído com a prática de crimes contra a humanidade durante o regime militar.

A Suprema Corte decidiu, no caso Luis Muiña – condenado por crimes contra a humanidade – que um dia cumprido em detenção provisória deve ser considerado como dois, caso a pessoa tenha sido detida por mais de dois anos sem ter sido sentenciada. O Congresso então aprovou uma lei esclarecendo que a chamada “fórmula 2x1” não se aplica a casos de crimes contra a humanidade, genocídio e crimes de guerra.²

Prosseguiram as audiências públicas referentes ao acobertamento das investigações sobre o atentado contra o prédio da Associação Mutual Israelita Argentina em 1994. Um decreto governamental emitido em abril de 2017 transferiu documentos sigilosos do Ministério

Público para o Ministério da Justiça, comprometendo a independência da investigação e restringindo o acesso dos denunciantes às provas.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE MANIFESTAÇÃO

No dia 8 de março, durante uma manifestação pelo Dia Internacional da Mulher, ocorreram várias detenções indiscriminadas. Muitas mulheres relataram terem sido maltratadas, detidas e humilhadas pela polícia; algumas afirmaram terem sido forçadas a se despir totalmente.

Em abril, professores foram reprimidos com violência quando protestavam por salários justos. Participantes disseram que a polícia usou gás lacrimogêneo e espancou os manifestantes sob a vista dos militares. Pelo menos quatro professores foram detidos.

Em setembro, 31 pessoas foram detidas de forma violenta e encarceradas por mais de 48 horas em diversas delegacias de polícia da capital, Buenos Aires, por participarem de uma grande manifestação realizada após o desaparecimento de Santiago Maldonado. Os detidos contaram que foram espancados e algumas mulheres foram forçadas a se despir.

Em dezembro, muitos manifestantes saíram às ruas de Buenos Aires para manifestar sua insatisfação com as reformas legislativas propostas pelo governo. A polícia usou força excessiva e houve denúncias de prisões arbitrárias durante as manifestações.³

O apelo feito pelo WGAD às autoridades nacionais para que libertassem imediatamente a líder social e ativista Milagro Sala não foi atendido. Em agosto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos requereu que a Argentina disponibilizasse a Milagro Sala prisão domiciliar ou outras alternativas à prisão. A solicitação foi aplicada apenas parcialmente, pois suas condições não cumpriam as normas domésticas nem as internacionais.

1. Argentina: Urgent Action: Violent repression of Mapuche Peoples (AMR 13/5477/2017)

2. Argentina: Amnistía Internacional repudia la aplicación del 2x1 a delitos de lesa humanidad y estará presente en Plaza de Mayo (News story, 9 May)
3. Argentina: Autoridades deben garantizar protesta pacífica e investigar violaciones a derechos humanos tras represión frente al Congreso de la Nación (News story, 15 December)

BOLÍVIA

Estado Plurinacional da Bolívia

Chefe de Estado e de governo: **Presidente Evo Morales Ayma**

Uma Comissão da Verdade foi criada para investigar graves violações de direitos humanos cometidas nos governos militares (1964-1982). Houve avanços na proteção dos direitos das pessoas transgênero e dos direitos sexuais e reprodutivos. Os direitos dos povos indígenas e as ameaças e hostilidades contra organizações de direitos humanos continuaram sendo motivo de preocupação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em novembro, o Tribunal Constitucional deliberou pela suspensão dos limites para candidatos presidenciais disputarem a reeleição, permitindo assim que o Presidente Morales concorra à Presidência pelo quarto mandato consecutivo em 2019.

O escritório nacional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos foi fechado em 31 de dezembro devido à decisão do governo de não renovar seu mandato.

IMPUNIDADE

Em agosto, uma Comissão da Verdade foi criada para investigar graves violações de direitos humanos cometidas durante os governos militares de 1964 a 1982. A Comissão deverá apresentar seu relatório num período de dois anos. As forças armadas criaram um grupo de trabalho composto por militares para prestar apoio à Comissão, inclusive permitindo acesso a seus arquivos.

PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS

Em agosto, a Assembleia Legislativa Plurinacional aprovou uma lei para facilitar a inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho e oferecer assistência financeira para os portadores de deficiências graves. Há anos os ativistas pelos direitos das pessoas com deficiências demandam que elas recebam uma pensão mensal, que ainda não foi concedida.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em agosto, o Presidente promulgou a Lei 969, que permite a construção de uma estrada cortando o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS), uma das principais reservas de água do país, habitada por cerca de 14.000 pessoas, principalmente de comunidades indígenas. Essa lei revogou a legislação que estabelecia o TIPNIS como área de proteção, o que poderia abrir caminho para novas obras de infraestrutura e projetos de mineração naquela área.

DIREITOS DE LÉSBIÇAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Em junho, o Tribunal Superior Eleitoral concedeu às pessoas que alteraram legalmente seu gênero o direito de contrair matrimônio civil. No entanto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo ainda não era reconhecido. Nesse mesmo mês, o Ouvidor propôs uma emenda ao Código Penal para tipificar como delito os crimes de ódio contra pessoas LGBTI. Na última década, as autoridades se omitiram em responsabilizar por seus crimes os indivíduos que assassinaram pessoas LGBTI.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Os abortos inseguros continuaram sendo uma das principais causas de mortalidade materna. Em dezembro, um novo Código Penal foi promulgado, descriminalizando o aborto até a oitava semana de gravidez para “estudantes, meninas, adolescentes”, bem como para quem tivesse que cuidar de

idosos, para pessoas com deficiências e para crianças.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Em 6 de fevereiro, lideranças da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia ocuparam por várias horas a Assembleia Permanente dos Direitos Humanos da Bolívia (APDHB) na capital, La Paz, e exigiram a destituição de seu presidente. Naquele momento, organizações de direitos humanos e lideranças indígenas faziam uma coletiva de imprensa na Assembleia, anunciando que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos havia solicitado que o governo prestasse informações sobre o pedido de medidas cautelares feito pela Comissão. As organizações encaminharam a requisição em nome dos povos indígenas que vivem em isolamento voluntário, cuja sobrevivência as entidades argumentam estar em risco devido aos projetos para exploração de petróleo em seus territórios.

Em março, o Centro de Documentação e Informação Bolívia (CEDIB), uma ONG estabelecida na Universidad Mayor de San Simon, uma universidade pública de Cochabamba, informou que o reitor da universidade havia hostilizado o CEDIB e o ameaçado de despejo. Apesar de o diretor do CEDIB ter solicitado garantias de segurança para seus funcionários e arquivos, ele não recebeu qualquer resposta das autoridades. Em novembro, o CEDIB comunicou que suas contas bancárias foram congeladas por causa de um processo administrativo judicial interposto pelo reitor.

BRASIL

República Federativa do Brasil
Chefe de Estado e de governo: **Michel Temer**

Diversas propostas que ameaçavam direitos humanos e retrocediam adversamente as leis e políticas existentes avançaram em sua tramitação no processo legislativo. A violência e os homicídios aumentaram,

afetando principalmente os jovens negros. Conflitos por terras e recursos naturais resultaram em dezenas de mortes. Os defensores dos direitos humanos não foram protegidos efetivamente. A polícia respondeu à maioria dos protestos com força excessiva e desnecessária.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS E INSTITUCIONAIS

Quase 200 propostas diferentes de emendas constitucionais, novas leis e modificações da legislação existente ameaçavam uma série de direitos humanos. Entre essas medidas retrógradas, estavam propostas que reduziam para menos de 18 anos a idade em que crianças podem ser julgadas como adultos; alteravam ou revogavam o Estatuto do Desarmamento, facilitando o licenciamento e a compra de armas de fogo; restringiam o direito de manifestação pacífica e criminalizavam os protestos sociais; impunham a proibição absoluta do aborto, violando os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas; mudavam o processo de demarcação de terras e a exigência do consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas e das comunidades quilombolas; e diminuía a proteção aos direitos trabalhistas e o acesso à previdência social.

A Lei N 13.491/2017, assinada pelo Presidente Temer em 13 de outubro, estabelecia que violações de direitos humanos, inclusive homicídio ou tentativa de homicídio, cometidas por militares contra civis seriam julgadas por tribunais militares.¹ Esta lei viola o direito a um julgamento justo, uma vez que os tribunais militares no Brasil não oferecem garantia de independência judicial.

Apesar desses retrocessos, uma nova lei de migração (Lei N 13.445/2017) passou a vigorar em maio, com melhoras para os direitos dos migrantes.

MONITORAMENTO INTERNACIONAL

A situação dos direitos humanos no Brasil foi examinada pela terceira vez de acordo com o processo de Revisão Periódica Universal da

ONU.² O Brasil recebeu 246 recomendações, entre outras: com relação aos direitos dos povos indígenas à terra; aos homicídios cometidos por policiais; à tortura e às condições degradantes nas prisões; e à proteção aos defensores de direitos humanos. O Brasil aceitou todas as recomendações, com exceção de quatro. Porém, com a adoção de leis e políticas retrógradas durante o ano, a aplicação dessas recomendações causava preocupação.

Em maio, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu uma sentença contra o Brasil por sua omissão em fazer justiça pelos homicídios de 26 pessoas, cometidos pela polícia na favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 1994 e maio de 1995.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

As Forças Armadas foram cada vez mais designadas a cumprir funções policiais e de manutenção da ordem pública.

As autoridades não adotaram medidas para reduzir a taxa de homicídios, que permaneceu alta para jovens negros. O número de homicídios aumentou nas grandes cidades, sobretudo no Nordeste. Estatísticas nacionais compiladas e publicadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelaram que 61.619 pessoas foram mortas em 2016, das quais 4.657 eram mulheres. As políticas de segurança pública continuaram a se basear em intervenções policiais altamente militarizadas, motivadas principalmente pela chamada política de “guerra às drogas”.

Em janeiro, o Ministério da Justiça anunciou um Plano Nacional de Segurança Pública que deveria se concentrar na redução dos homicídios, no enfrentamento do tráfico de drogas e numa revisão do sistema prisional. Entretanto, um plano detalhado e abrangente jamais foi apresentado ou implementado, e a situação da segurança pública se deteriorou durante o ano.

Os casos de “homicídios múltiplos” (evento único com mais de três vítimas) e de “chacinas” (homicídios múltiplos com

características de execuções) aumentaram em diversas cidades; geralmente, sem que as autoridades investigassem adequadamente. Em 5 de fevereiro, oito indivíduos foram mortos por um grupo de homens armados em Porto Seguro, na Bahia. Em 3 de junho, seis homens foram mortos no interior de uma casa por homens armados encapuzados na região de Porto das Dunas, em Fortaleza, no Ceará. Em 6 de junho, quatro homens e uma mulher foram mortos e outras nove pessoas ficaram feridas quando um grupo de 10 pistoleiros encapuzados entrou atirando em um bar de Belém, no Pará. Em 22 de setembro, seis jovens entre 16 e 23 anos foram mortos na região metropolitana de Natal, no Rio Grande do Norte. No bairro Bom Jardim, em Fortaleza, no Ceará, no dia 20 de fevereiro, cinco pessoas foram mortas e três ficaram feridas; no dia 8 de outubro, quatro jovens entre 14 e 20 anos foram mortos dentro de uma casa. Na maioria dos casos, os autores não foram identificados.

As operações policiais em favelas e áreas marginalizadas geralmente resultaram em tiroteios intensos e mortes. Os dados sobre pessoas mortas pela polícia continuaram imprecisos, pois os estados mantêm registros precários e utilizam metodologias diferentes; entretanto, os números oficiais apontaram um aumento desse tipo de mortes em todo o Brasil. Segundo estatísticas oficiais, policiais em serviço mataram 494 pessoas no estado de São Paulo até setembro, 1.035 no estado do Rio até novembro e 148 no Ceará até novembro.

Em 13 de fevereiro, durante uma incursão policial na favela do Chapadão, na cidade do Rio de Janeiro, quatro pessoas foram mortas por policiais militares e várias ficaram feridas.

Em fevereiro, uma greve de 21 dias da Polícia Militar do Espírito Santo deixou o estado em situação de caos. As Forças Armadas e a Força Nacional de Segurança Pública foram convocadas para fazer o policiamento do estado.

Em 12 de julho, um homem em situação de rua foi morto por um policial militar no bairro Pinheiros, na cidade de São Paulo.

Em agosto, pelo menos sete pessoas foram mortas pela polícia durante uma série de incursões policiais que se prolongaram por vários dias na favela do Jacarezinho, na cidade do Rio de Janeiro. Os moradores relataram que os policiais agiram com violência e cometeram diversos abusos, como agressões, buscas policiais ilegais em residências e homicídios ilegais. Essas incursões podem ter sido uma represália pela morte de um policial militar naquela área.

Em 3 de setembro, 10 homens foram mortos por policiais civis durante uma ação policial para impedir um roubo armado no bairro do Morumbi, na cidade de São Paulo.

No começo do ano, policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora efetuaram buscas em diversas casas na favela do Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. Essas ações ilegais da polícia prosseguiram mesmo com uma ordem judicial determinando que a polícia deixasse aquela área. As pessoas que denunciaram as violações policiais foram ameaçadas e intimidadas. Após meses de mobilizações, o Ministério Público ofereceu denúncia contra dois policiais que estavam no comando da operação e eram responsáveis pela área.

Em 11 de novembro, sete homens foram mortos durante uma operação de segurança conjunta da Polícia Civil e do Exército em São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro. Autoridades civis afirmaram não ter competência para investigar as mortes depois que uma nova lei ampliou a competência dos tribunais militares para julgar crimes cometidos por militares. O Exército negou ter usado armas de fogo e não informou se havia aberto uma investigação sobre as mortes.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

O sistema prisional continuou superlotado e os presos eram mantidos em condições degradantes e desumanas. A população carcerária era de 727.000 pessoas, das quais 55% tinham entre 18 e 29 anos e 64% eram afrodescendentes, segundo o Ministério da Justiça. Uma parcela significativa dos internos – 40% no âmbito nacional – estava

detida provisoriamente, situação em que costumam permanecer por vários meses até serem julgados.

Em janeiro, aconteceram rebeliões nas penitenciárias de vários estados, com pelo menos 123 mortes: 64 no Amazonas, 31 em Roraima, 26 no Rio Grande do Norte e duas na Paraíba.³

Em maio, 32 pessoas fugiram da penitenciária de Pedrinhas, no Maranhão; dois fugitivos foram mortos pelos agentes penitenciários.

Em consequência da superlotação extrema nas prisões do Rio Grande do Sul, algumas pessoas detidas pela polícia foram mantidas por mais de 48 horas em locais impróprios nas delegacias de polícia e dentro de veículos, enquanto esperavam vagas no sistema prisional.

Em outubro, um homem morreu depois de ter passado um dia e uma noite detido em uma cela do tipo gaiola ao ar livre numa delegacia de polícia em Barra do Corda, no Maranhão. A cela não tinha qualquer proteção contra o sol ou temperaturas excessivamente altas, deixando os detidos vulneráveis à desidratação e outras consequências perigosas da exposição ao calor.

No estado do Rio de Janeiro, as condições prisionais desumanas foram ainda mais degradadas pela crise financeira, pondo em risco o abastecimento de comida, água e medicamentos para mais de 50.800 presos. A tuberculose e as doenças de pele atingiram proporções epidêmicas nas prisões do estado.

No dia 2 de outubro, transcorreu o 25 aniversário do massacre do Carandiru, em que 111 homens foram mortos pela polícia na Casa de Detenção de São Paulo, conhecida por Carandiru. Os responsáveis pelo massacre ainda não haviam sido responsabilizados.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

Em 31 de março, nas maiores cidades do país, milhares de pessoas participaram de manifestações contrárias às reformas propostas para a legislação trabalhista e as

políticas de previdência social. Em 28 de abril, movimentos sociais, estudantes e sindicatos convocaram uma 'greve geral', e dezenas de milhares de pessoas protestaram por todo o país depois que as reformas trabalhistas foram aprovadas. Em muitos locais, como na cidade do Rio de Janeiro, a polícia usou força desnecessária e excessiva contra manifestantes pacíficos.

Em 24 de maio, pelo menos 49 pessoas ficaram feridas, entre as quais oito policiais militares e um homem atingido por arma de fogo, depois que a polícia usou a força de modo excessivo contra manifestantes na capital, Brasília. Dezenas de milhares de pessoas protestaram contra o Presidente Temer em uma manifestação que acabou em choques com a polícia e danos a edifícios públicos. Nos dias seguintes, o governo federal convocou o Exército para fazer o policiamento da área.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Defensores de direitos humanos, principalmente nas áreas rurais, continuaram a ser ameaçados, atacados e assassinados. O Pará e o Maranhão estavam entre os estados nos quais os defensores corriam maior perigo. Segundo o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, uma coalizão da sociedade civil, 62 defensores foram mortos entre janeiro e setembro, mais do que no ano anterior. A maioria foi morta em conflitos por terras e recursos naturais. Cortes no orçamento e falta de vontade política para priorizar a proteção aos defensores de direitos humanos resultaram no desmonte do Programa Nacional de Proteção, deixando centenas de pessoas expostas a um alto risco de ataques.

CONFLITOS POR TERRA

Em 20 de abril, pelo menos nove homens foram mortos e vários ficaram feridos no município de Colniza, no Mato Grosso, quando homens armados atacaram os trabalhadores rurais do assentamento de Taquaruçu do Norte. Ataques frequentes e violentos cometidos por pistoleiros contratados por grandes proprietários de

terras e madeireiros ilegais compõem a dinâmica que persiste há mais de uma década na região.

Em 24 de maio, 10 trabalhadores rurais que estavam acampados às margens da fazenda Santa Lúcia, em Pau D'Arco, no Pará, foram mortos a tiros durante uma operação conjunta das polícias civil e militar. Em 7 de julho, um dos líderes do grupo de trabalhadores rurais, Rosenildo Pereira de Almeida, foi morto a tiros. Depois dos assassinatos, os sobreviventes do massacre continuaram a temer por suas vidas.

Em setembro, um grupo de garimpeiros armados ameaçou pequenos agricultores do Projeto de Assentamento Agroextrativista Montanha e Mangabal, localizada na região do Rio Tapajós, município de Itaituba, no Pará.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Prosseguiram os conflitos por terras e as invasões de garimpeiros e madeireiros ilegais nos territórios dos povos indígenas, resultando em vários episódios de violência contra os indígenas. Estruturas institucionais e políticas nacionais foram minadas pelo governo e pelos tribunais, que atrasaram ainda mais o já demorado processo de demarcação de terras, agravando os conflitos fundiários nos territórios indígenas. Dados divulgados pelo Conselho Indigenista Missionário durante o ano revelaram que pelo menos 118 indígenas foram mortos em 2016.

Em janeiro, o Ministério da Justiça emitiu um decreto alterando o processo de demarcação de terras, tornando-o ainda mais lento e vulnerável às pressões dos proprietários rurais.

Em abril, pelo menos 22 indígenas da etnia Gamela foram atacados por homens armados no município de Viana, no Maranhão; alguns foram atingidos por tiros, outros foram espancados e dois tiveram as mãos decepadas.

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), duas instituições

independentes criadas pelo governo para proteger os direitos dos povos indígenas e promover o acesso à terra, apresentou seu relatório final, que foi aprovado em maio pela Câmara dos Deputados. O relatório era um claro ataque aos direitos dos povos indígenas, com a intenção direta de criminalizar (inclusive requerendo dezenas de indiciamentos penais) as lideranças indígenas, as organizações da sociedade civil e os órgãos técnicos governamentais que trabalham pelos direitos dos povos indígenas. Os cortes feitos no orçamento da FUNAI prejudicaram seu trabalho de proteção dos direitos dos povos indígenas.

Os indígenas do Vale do Javari, no Amazonas, relataram que membros de grupos indígenas isolados que habitam a área foram mortos durante o ano. As mortes não foram investigadas. As terras indígenas demarcadas no Vale do Javari foram alvo de invasões de garimpeiros.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Segundo o Grupo Gay da Bahia, 277 pessoas LGBTI foram assassinadas no Brasil entre 1 de janeiro e 20 de setembro, o maior número registrado desde que o grupo começou a compilar esses dados em 1980.

Em 15 de fevereiro, Dandara dos Santos, uma mulher transgênero, foi espancada até a morte no bairro de Bom Jardim, em Fortaleza. De acordo com as investigações, pelo menos 12 pessoas participaram do homicídio. Durante o ano, dois homens foram presos por participação no crime.

Em setembro, um juiz da Vara Federal do Distrito Federal autorizou que psicólogos aplicassem práticas antiéticas e prejudiciais, conhecidas como “terapias de conversão”, para tentar modificar a orientação sexual das pessoas. A decisão ignorou uma resolução do Conselho Federal de Psicologia confirmando que psicólogos não podem exercer qualquer atividade de “patologização da homossexualidade”. A decisão do juiz contribuiu para aumentar o estigma e a violência sofridos pela população LGBTI.

Diversas propostas foram apresentadas nos níveis municipal, estadual e federal para proibir que questões relativas a gênero e orientação sexual fossem incluídas em materiais pedagógicos.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E CRENÇA

Durante todo o ano, locais de culto (terreiros) das religiões de matriz africana, como a Umbanda e o Candomblé, no estado do Rio de Janeiro foram alvos de vários ataques cometidos por particulares, por gangues criminosas e por integrantes de outras religiões. Em agosto e setembro, pelo menos oito centros religiosos foram atacados e destruídos, a maioria na cidade do Rio de Janeiro e nos municípios da Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

As unidades do sistema socioeducativo continuaram superlotadas e os internos eram submetidos a condições desumanas e degradantes.

No Ceará, a tortura era praticada de forma rotineira por funcionários do Estado nessas instituições. No decorrer do ano, aconteceram pelo menos 20 rebeliões e 37 fugas das unidades do estado. De 200 denúncias formais de tortura de adolescentes nas unidades do sistema socioeducativo do Ceará entre 2016 e setembro de 2017, somente duas resultaram na abertura de inquérito formal pelo estado, para mais investigações. As denúncias sobre a situação caótica do sistema socioeducativo do Ceará motivaram uma visita formal do Conselho Nacional de Direitos Humanos em setembro.

No início do ano, o estado do Espírito Santo detinha 1.198 adolescentes em conflito com a lei em um sistema com capacidade para apenas 754, um índice de superlotação maior que 39%. Das 13 unidades do sistema socioeducativo do estado, somente quatro funcionavam dentro da capacidade adequada.

Em 3 de junho, quatro adolescentes entre 15 e 17 anos foram mortos por outros adolescentes detidos durante uma rebelião

em uma unidade do sistema socioeducativo de Lagoa Seca, na Paraíba.

Em 13 de novembro, quatro adolescentes foram mortos por homens encapuzados que invadiram a unidade do sistema socioeducativo em que eles estavam detidos.

1. Brazil: Law leading to military impunity sanctioned (AMR 19/7340/2017)
2. Brazil: Police killings, impunity and attacks on defenders: Amnesty International submission for the UN Universal Periodic Review – 27th session of the UPR working group, May 2017 (AMR 19/5467/2016)
3. Brasil: Mais de 90 homens mortos durante rebeliões em prisões brasileiras (AMR 19/5444/2017)

CATAR

Estado do Catar

Chefe de Estado: **Xeique Tamim bin Hamad bin Khalifa Al Thani**

Chefe de governo: **Xeique Abdullah bin Nasser bin Khalifa Al Thani**

O rompimento de relações com o Catar por parte de vários de seus vizinhos regionais impôs ao país restrições arbitrárias que resultaram em violações de direitos humanos. O governo continuou cerceando indevidamente a liberdade de expressão. Medidas foram adotadas para melhorar o acesso às indenizações para os trabalhadores migrantes vítimas de abusos. O governo se comprometeu a revisar suas leis e reformar o sistema de patrocinadores, como parte de um acordo com a Organização Internacional do Trabalho. Após anos de atrasos, os direitos trabalhistas dos trabalhadores migrantes domésticos receberam proteção legal pela primeira vez, apesar das falhas da nova lei. A discriminação contra as mulheres continuou arraigada na lei e na prática. Os tribunais impuseram sentenças de morte; nenhuma execução foi registrada.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 5 de junho, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Bahrein e o Egito acusaram o Catar de financiar e abrigar

“terroristas”, além de interferir nas questões internas de seus vizinhos. A Arábia Saudita fechou a única fronteira terrestre com o Catar, enquanto os outros quatro países bloquearam seu espaço aéreo para voos do Catar. De modo arbitrário, a Arábia Saudita, o Bahrein e os Emirados Árabes Unidos proibiram seus cidadãos de visitar o Catar e de residir no país, e deram 14 dias para os catarianos deixarem seus respectivos países, sob risco de multas ou outras consequências não especificadas. Apesar das declarações em resposta aos protestos internacionais, não ficou claro que medidas práticas os três Estados adotaram para mitigar os impactos negativos da decisão sobre as famílias e sobre as pessoas que estavam estudando ou fazendo tratamento médico. Em consequência da disputa, as forças catarianas foram expulsas da coalizão liderada pela Arábia Saudita no Iêmen (ver seção sobre o Iêmen) e de uma missão da ONU no Djibuti. Enquanto isso, o governo acelerava seus esforços para aumentar sua capacidade militar, inclusive por meio de cooperação militar com a Turquia e outros Estados. Em julho, o Emir emitiu um decreto emendando algumas disposições da lei de combate ao terrorismo de 2004, que incluíam a redefinição de alguns termos e a possibilidade de que pessoas e grupos acusados de “atividades terroristas” pudessem recorrer aos tribunais. Em novembro, o Emir anunciou que as primeiras eleições legislativas do emirado ocorreriam em 2018, e nomeou quatro mulheres para o Conselho Consultivo (Majlis al-Shura).

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

As autoridades mantiveram restrições aos direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica, incompatíveis com as normas e leis internacionais. As autoridades não permitiam a existência de partidos políticos independentes, e associações de trabalhadores só eram autorizadas para cidadãos catarianos caso satisfizessem critérios rigorosos. Foram mantidas as leis

que criminalizavam manifestações consideradas ofensivas ao Emir.

Em janeiro, o governo impôs uma proibição de viagem arbitrária ao advogado de direitos humanos Najeeb al-Nuaimi, que foi inicialmente informado da medida por meio de mensagem de texto. Mohamed al-Qahtani continuava em Guantánamo no final do ano.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em 25 de maio, apesar do risco de tortura, o governo devolveu à força o ativista de direitos humanos saudita Mohammad al-Otaibi para a Arábia Saudita, onde foi submetido a julgamento. Ele havia chegado ao Catar em fevereiro de 2017. Em 24 de maio, ele viajaria com sua esposa para a Noruega, onde havia recebido asilo, quando foi detido pelas autoridades catarianas no aeroporto de Doha.

Ronaldo Lopez Ulep, cidadão filipino, cuja condenação por espionagem foi confirmada em 2016, continuou detido apesar de submetido a um julgamento injusto e das denúncias de que sofreu tortura.

DIREITOS DOS TRABALHADORES – TRABALHADORES MIGRANTES

Em janeiro, o Emir assinou uma emenda à nova lei catariana sobre patrocinadores, que vigorava desde dezembro de 2016. A Lei Nº1 de 2017 confirmou que os trabalhadores migrantes continuariam a depender da autorização de seu empregador para deixar o país, e exigia que os trabalhadores “notificassem” o empregador. Em outubro, uma nova emenda sobre permissão de saída teria sido aprovada em nível ministerial, embora não tenha sido publicada durante o ano.

A denúncia da Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra o Catar foi arquivada em 8 de novembro após o governo ter se comprometido a revisar suas leis em consonância com as normas trabalhistas internacionais e a orientação de especialistas da OIT. Caso integralmente aplicado, o acordo possibilitará a proteção aos direitos trabalhistas dos migrantes.

Em 18 de agosto, o Emir aprovou a criação de um novo Comitê de Resolução de Disputas Trabalhistas (Lei Nº 13 de 2017), gerido por juízes, para solucionar litígios laborais num prazo de três meses após a apresentação de uma queixa por parte do trabalhador. Caso opere de modo justo e eficaz, o novo comitê poderá enfrentar alguns dos obstáculos que impedem o acesso dos trabalhadores migrantes à Justiça. Até o fim do ano, os tribunais de resolução de disputas ainda não estavam em funcionamento.

Pela primeira vez, foi aprovada uma lei que oferecia proteção legal aos direitos dos trabalhadores domésticos. A Lei Nº 15 de 2017 previa um limite de horas diárias de trabalho, pelo menos 24 horas consecutivas de folga por semana e três semanas de férias pagas por ano. Entretanto, a lei não oferecia salvaguardas adequadas para limitar possíveis abusos de uma cláusula que permitia que os empregados domésticos trabalhassem além do limite legal caso eles “concordassem” com isso.

Audidores terceirizados notaram alguns progressos com relação às obras para a Copa do Mundo de futebol de 2022, mas identificaram abusos contra os trabalhadores migrantes em todas as 10 empreiteiras investigadas.

Os conflitos com países vizinhos afetaram alguns trabalhadores migrantes. Os trabalhadores com baixa remuneração foram mais fortemente impactados pelo aumento dos gêneros alimentícios. Trabalhadores dos setores de turismo e hotelaria relataram serem forçados a sair de folga por períodos prolongados sem receber pagamento. Alguns trabalhadores estrangeiros tiveram suas férias anuais canceladas e suas permissões de saída revogadas.

DIREITOS DAS MULHERES

As mulheres continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática. As leis de status pessoal continuaram discriminando as mulheres no que se refere a casamento, divórcio, herança, custódia dos filhos, nacionalidade e liberdade de circulação.

Em junho, o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança exortou as autoridades a investigar os crimes relacionados à violência de gênero e levar os responsáveis à Justiça. O Comitê pediu que as autoridades emendassem a Lei de Nacionalidade para permitir que as mulheres tivessem os mesmos direitos que os homens catarianos de passar sua nacionalidade aos filhos. Apesar da aprovação de um projeto de lei prevendo direito de residência permanente para filhos de mulheres catarianas casadas com homens não catarianos, a discriminação persistiu, pois as mulheres não podiam transmitir aos filhos sua nacionalidade e sua cidadania.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

Em junho, o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança manifestou preocupação com a discriminação de gênero sofrida pelas crianças, com a violência contra crianças no ambiente escolar e doméstico, e com as leis que limitam o direito à nacionalidade de crianças nascidas no Catar. O Comitê pediu que fossem adotadas medidas para pôr fim a essas práticas. Pediu também o fim dos matrimônios precoces e a elevação da idade mínima de responsabilidade penal, que continuava sendo aos 17 anos, em contravenção às normas internacionais. O Comitê reiterou suas preocupações com a discriminação aos filhos de trabalhadores migrantes, recomendando a abolição “sem demora” do sistema *kafala* de patrocinadores.

PENA DE MORTE

Os tribunais teriam imposto ao menos duas novas sentenças de morte, que foram confirmadas pelo Tribunal de Cassação, a mais alta corte do Catar. Nenhuma execução foi registrada.

CHILE

República do Chile

Chefe de Estado e de governo: **Michelle Bachelet Jeria**

A impunidade para violações atuais e passadas de direitos humanos permaneceu preocupante. A polícia continuou usando força excessiva, principalmente contra os povos indígenas Mapuche. A Lei Antiterrorismo foi usada contra indígenas Mapuche, mesmo violando as normas internacionais sobre as garantias ao devido processo legal. Entrou em vigor uma lei que descriminaliza o aborto em três circunstâncias específicas; nas demais, o aborto permanece criminalizado.

INFORMAÇÕES GERAIS

Eleições presidenciais e legislativas foram realizadas entre novembro e dezembro, confirmando na Presidência Sebastián Piñera Echenique. O presidente eleito e os novos congressistas iniciariam seu mandato em março de 2018.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Tramitava no Congresso um projeto de lei proposto pelo Executivo para uma nova lei de imigração.

As primeiras 14 famílias sírias (66 pessoas) chegaram em outubro como parte de um programa de reassentamento anunciado em 2014.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

Houve constantes denúncias de uso excessivo da força policial.

Em junho, a polícia usou gás lacrimogêneo muito próximo a uma escola da comunidade Mapuche Temuicui onde crianças estavam tendo aula. O Supremo Tribunal considerou que a ação foi “proporcional”.

Em novembro, uma juíza de Collipulli, na província de Malleco, abriu uma investigação contra um policial que, em dezembro de 2016, atirou em Brandon Hernández, de 17 anos; o jovem tinha mais de 100 marcas de

esferas de chumbo nas costas. A audiência teve que ser remarcada três vezes porque o policial acusado não compareceu ao tribunal.

O Supremo Tribunal reabriu o caso de Alex Lemún, morto a tiros por um policial em Ercilla, província de Malleco, em 2002. Um tribunal militar havia arquivado o caso em 2004 sem apontar um responsável.

IMPUNIDADE

Vítimas de violações de direitos humanos durante o regime militar no Chile continuaram a exigir verdade, justiça e reparação. Embora os tribunais tenham julgado centenas de casos, a maioria dos condenados não cumpriu penas de prisão, e muitas das vítimas ainda não tinham acesso aos mecanismos institucionais para demandar reparação.

O Congresso debateu um projeto de lei que disponibilizaria as informações que foram coletadas por antigas comissões da verdade ao ministério público e às partes nos processos judiciais pertinentes.

Em maio, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei criando um Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em junho, o governo anunciou um Plano de Reconhecimento e Desenvolvimento da Araucanía, para promover a participação dos povos indígenas, o desenvolvimento econômico e a proteção às vítimas da violência.

A Presidente Bachelet estendeu um pedido formal de desculpas ao povo Mapuche pelos “erros e horrores” cometidos pelo Estado contra eles. Um projeto de lei que previa a criação de um Ministério de Assuntos Indígenas estava em tramitação.

Como parte do processo de elaboração de uma nova Constituição, prevista para 2018, conduziu-se uma pesquisa com representantes dos povos indígenas. O processo constitucional foi criticado por alguns deles, por não incluir questões fundamentais propostas pelos povos indígenas.

O Ministério Público e o governo continuaram a usar indevidamente a Lei Antiterrorismo para processar indígenas Mapuche, violando as garantias ao devido processo legal. Em 2014, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou que aplicações similares de leis antiterrorismo contra ativistas Mapuche, no caso *Norín Catrín et al v. Chile*, violavam a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Em outubro, foram absolvidos 11 indígenas Mapuche, entre os quais a *machi* (xamã) Francisca Linconao, que haviam sido acusados de “terrorismo” por um incêndio em que morreram os fazendeiros Werner Luchsinger e Vivian Mackay, em janeiro de 2013. Os 11 réus foram mantidos 18 meses em detenção provisória ou prisão domiciliar. Por um recurso interposto pelo Ministério Público em dezembro, o julgamento e a absolvição foram declarados inválidos. Um novo julgamento seria realizado em 2018.

O governo e o Ministério Público também processaram por “terrorismo” quatro homens Mapuche por conta de um incêndio que destruiu uma igreja na cidade de Padre las Casas em junho de 2016. Não houve feridos no incêndio. Os quatro indígenas foram presos, detidos e indiciados no mesmo dia do incidente, e permaneciam detidos provisoriamente no fim de 2017. Depois que os quatro réus fizeram uma longa greve de fome, o governo solicitou a reclassificação do crime. O Ministério Público, porém, decidiu prosseguir com a acusação de terrorismo.

Em setembro, o governo lançou a “Operação Furacão”, que prendeu e indiciou oito pessoas por conspiração para cometer atos terroristas, por envolvimento num incêndio e num plano para incendiar dezenas de veículos de carga. Ninguém se feriu nos incidentes. Os oito réus ficaram detidos provisoriamente até outubro, quando o Supremo Tribunal declarou que sua detenção era ilegal, ordenando que fossem libertados, pois o juiz não havia justificado suficientemente a necessidade de detenção provisória. A investigação dos supostos crimes estava em andamento.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Em abril, Rodrigo Mundaca e outros líderes do Movimento de Defesa da Água, da Terra e do Meio Ambiente (MODATIMA) na província de Petorca receberam ameaças de morte. Está em curso uma investigação sobre as hostilidades e intimidações que os líderes do MODATIMA têm sido submetidos por vários anos.

Em maio, o ministério público de Temuco anunciou o arquivamento do inquérito sobre o sequestro e a tortura de Víctor Queipul Hueiquil, um *lonko* (autoridade tradicional da comunidade) Mapuche da Comunidade Autônoma de Temucucui, em junho de 2016. Ele foi ameaçado de morte caso prosseguisse com seu trabalho como líder e apoiador do povo Mapuche. O ministério público afirmou que a investigação não podia ser levada adiante porque Víctor Queipul não estava colaborando. Em maio, o Instituto Nacional de Direitos Humanos impetrou uma nova ação judicial sobre a tortura de Víctor Queipul; a investigação do segundo caso estava em andamento.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Entrou em vigor em setembro uma lei descriminalizando o aborto em três circunstâncias: quando a gravidez põe em risco a vida ou a saúde da gestante; quando o feto não é viável; ou quando a gravidez resulta de estupro. A lei também previa o direito à objeção de consciência para os profissionais e instituições da área médica que optem por não realizar abortos mesmo nessas circunstâncias. As diretrizes para aplicação da lei foram aprovadas em dezembro. O aborto continuou criminalizado em todas as outras circunstâncias.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Em agosto, uma ação penal impetrada contra um juiz que permitiu a mudança dos marcadores de nome e gênero de uma menina transgênero foi arquivada, e todas as acusações foram retiradas.

Em junho, o Senado aprovou a Lei de Identidade de Gênero, prevendo que pessoas maiores de 18 anos tinham direito ao reconhecimento de sua identidade de gênero, e mudando os marcadores de nome e gênero em seus documentos oficiais por meio de processo administrativo, sem necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou atestado médico. No fim do ano, o projeto de lei ainda tramitava no Congresso.

Em agosto, o governo enviou ao Senado um projeto de lei prevendo direitos igualitários de casamento e adoção para casais de mesmo sexo e de sexos diferentes.

CHINA

República Popular da China

Chefe de Estado: **Xi Jinping**

Chefe de governo: **Li Keqiang**

A pretexto de “segurança nacional”, o governo continuou a formular e promulgar novas leis que ameaçam seriamente os direitos humanos. Liu Xiaobo, ganhador de um prêmio Nobel da Paz, morreu em custódia. Ativistas e defensores de direitos humanos foram detidos, processados e sentenciados com base em acusações vagas e demasiado amplas, como “subverter o poder do Estado” e “provocar discórdia e criar tumulto”. A polícia encarcerou defensores dos direitos humanos fora de centros de detenção formais, às vezes mantendo-os incomunicáveis por longo tempo, o que aumentava o risco de que fossem submetidos a tortura e outros maus-tratos. Os controles sobre a internet foram reforçados. Aumentaram os impedimentos às atividades religiosas fora das igrejas autorizadas pelo Estado. A repressão imposta por meio de ações “antisseparatistas” ou de “combate ao terrorismo” continuou severa na Região Autônoma Uigur de Xinjiang e nas áreas de população tibetana. A liberdade de expressão em Hong Kong foi ameaçada quando o governo recorreu a acusações

vagas e excessivamente amplas para processar ativistas pró-democracia.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS E INSTITUCIONAIS

Leis e regulamentos de segurança nacional de grande abrangência continuaram sendo elaborados e promulgados, conferindo às autoridades maiores poderes para silenciar as divergências, censurar informações e hostilizar e processar defensores de direitos humanos.

Em 1º de janeiro, entrou em vigor uma lei sobre a gestão de ONGs estrangeiras, cujas disposições dificultavam o funcionamento independente das ONGs registradas. ONGs estrangeiras que continuassem a operar na China sem se registrar poderiam ter suas contas bancárias congeladas, suas instalações interditadas, seus bens confiscados, suas atividades suspensas e seus funcionários detidos. Em junho, uma Lei de Inteligência Nacional foi aprovada e entrou em vigor. Essas leis eram parte de uma arquitetura jurídica de segurança nacional introduzida em 2014 – incluindo também a Lei Antiespionagem, a Emenda (nº 9) à Lei Penal, a Lei de Segurança Nacional, a Lei Antiterrorista e a Lei de Segurança Cibernética – que representava uma séria ameaça à proteção dos direitos humanos. A Lei de Segurança Nacional usava conceitos de segurança nacional similarmente vagos e muito amplos, concedendo poderes praticamente ilimitados às instituições nacionais de inteligência, com funções e responsabilidades pouco claras. Todas essas leis careciam de salvaguardas contra detenções arbitrárias e de proteções ao direito à privacidade, à liberdade de expressão e a outros direitos humanos.¹

O projeto de Lei de Supervisão, que entrou na fase de consultas em novembro, caso aprovado criará uma nova forma de detenção arbitrária, chamada *liuzhi*, formando um sistema extrajudicial com vastos poderes e considerável potencial para infringir direitos humanos.²

As autoridades continuaram a utilizar “vigilância domiciliar em local designado”,

uma forma de detenção secreta em regime de incomunicabilidade, que permitia à polícia manter pessoas encarceradas por até seis meses fora do sistema formal de detenção, sem acesso a assistência jurídica de sua escolha, a suas famílias ou outras pessoas, expondo-as ao risco de tortura e outros maus-tratos. Essa forma de detenção foi usada para coibir as atividades de defensores dos direitos humanos como advogados, ativistas e religiosos.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Em 13 de julho, Liu Xiaobo, ganhador de um prêmio Nobel da Paz, morreu na prisão devido a um câncer de fígado. As autoridades negaram os pedidos feitos por Liu e sua família para que ele buscasse tratamento médico no exterior.³ No fim do ano, sua esposa, Liu Xia, continuava em “prisão domiciliar” ilegal e sendo vigiada, desde que seu marido foi premiado com o Nobel da Paz em 2010. Pelo menos 10 ativistas foram detidos por prestar-lhe homenagem.

Em novembro, o escritor e crítico do governo Yang Tongyan, que passou mais da metade da vida detido, morreu logo após ser posto em liberdade condicional por razões de saúde.

Dos quase 250 indivíduos identificados como alvo de interrogatório ou detenção por agentes de segurança do Estado, após a onda de repressão governamental sem precedentes contra advogados e outros ativistas de direitos humanos desencadeada em julho de 2015, nove foram condenados por “subverter o poder do Estado”, “incitar a subversão do poder do Estado” ou “provocar discórdia e criar tumulto”. Desses, três receberam sentenças com pena suspensa e um foi “isentado de pena criminal”, permanecendo sob vigilância, enquanto cinco continuaram detidos. Em abril, o advogado Li Heping, de Beijing, detido desde que começou a onda de repressão, recebeu sentença de prisão de três anos com pena suspensa, por “subverter o poder do Estado”. Ele afirmou ter sido torturado enquanto detido provisoriamente, sendo inclusive

obrigado a ingerir remédios. Yin Xu'an foi sentenciado em maio a três anos e meio de prisão. Wang Fang foi sentenciada em julho a três anos de prisão. O advogado pequinês Jiang Tianyong, que desapareceu em novembro de 2016 e que, num julgamento em agosto, “confessou” ter forjado a denúncia de que o advogado Xie Yang foi torturado pela polícia, confessando também ter participado de oficinas no exterior para discutir a mudança do sistema político chinês, foi sentenciado em novembro a dois anos de prisão por “incitar a subversão do poder do Estado”. Hu Shigen e Zhou Shifeng, condenados em 2016, permaneceram presos. O advogado de direitos humanos pequinês Wang Quanzhang, detido em regime de incomunicabilidade desde o início da onda de repressão, foi processado por “subverter o poder do Estado” e ainda não havia sido julgado até o fim do ano. Em janeiro, foi publicada uma entrevista em que Xie Yang afirmava ter sido torturado e submetido a outros maus-tratos enquanto esteve detido. Em maio, após seu julgamento, ele foi libertado mediante o pagamento de fiança, sem que um veredicto fosse pronunciado. Em 26 de dezembro, o tribunal anunciou sua condenação por “incitar a subversão do poder do Estado”, mas decidiu que ele seria “isentado de pena criminal”. Ele permaneceu sob vigilância.

Em julho, a advogada pequinesa Wang Yu, cuja detenção em 9 de julho de 2015 marcou o começo da onda de repressão, escreveu em um artigo publicado na internet que sofreu maus-tratos no período em que ficou detida. Em meados de 2016, ela foi libertada com o pagamento de fiança, mas continuou sendo vigiada de perto. Os advogados Li Shuyun, Ren Quanni e Li Chunfu, assim como o ativista Gou Hongguo, denunciaram terem sido drogados durante a detenção.

Além das 250 pessoas identificadas como alvos, o ativista Wu Gan, que trabalhava num escritório de advocacia que mais tarde também foi atingido pela repressão, foi julgado em agosto, a portas fechadas, por “subverter o poder do Estado”, após quase

27 meses de detenção provisória. Em 26 de dezembro, ele foi sentenciado a oito anos de prisão.

Em março, a ativista cantonesa Su Changlan foi sentenciada a três anos de prisão por “incitar a subversão do poder do Estado”, por causa das críticas que fez na internet ao Partido Comunista Chinês e ao sistema socialista da China. Ela foi detida em 2014 depois de manifestar apoio ao movimento pró-democrático ocorrido nesse ano em Hong Kong conhecido como Revolução dos Guarda-Chuvas. Em outubro, ela foi libertada depois de cumprir a totalidade da pena, mas com problemas de saúde agravados pelas condições precárias em que ficou detida.

Em 19 de março, Lee Ming-Cheh, diretor de uma ONG taiwanesa, foi detido por agentes de segurança do Estado quando entrou no território continental da China vindo de Macau. Em setembro, ele foi julgado na província de Hunan por “subverter o poder do Estado”, sendo sentenciado em novembro a cinco anos de prisão.

Em junho, pelo menos 11 ativistas foram detidos por rememorar a repressão de 1989 na Praça da Paz Celestial; a maioria foi processada por “provocar discórdia e criar tumulto”. Li Xiaoling e Shi Tingfu permaneciam detidos, e Ding Yajun foi sentenciada em setembro a três anos de prisão.

Em agosto, o advogado Gao Zhisheng desapareceu de um vilarejo isolado, na província de Shaanxi, onde estava vivendo sob rigorosa vigilância desde que foi libertado da prisão em 2014. Sua família soube mais tarde que ele estava em custódia das autoridades, mas sua situação e paradeiro não foram revelados.

A advogada Li Yuhan foi detida em outubro e afirmou ter sido submetida a tortura e maus-tratos durante a detenção.

DIREITOS DOS TRABALHADORES

Em maio, os ativistas sindicais Hua Haifeng, Li Zhao e Su Heng foram detidos na província de Jiangxi quando faziam uma investigação sobre as condições de trabalho

nas fábricas de calçados do grupo Huajian. Em junho, os ativistas foram libertados mediante o pagamento de fiança, mas continuaram sendo vigiados de perto.

Em julho, um tribunal de Guangzhou sentenciou o ativista sindical Liu Shaoming a quatro anos e meio de prisão, por ele ter publicado suas reflexões sobre o envolvimento que teve com o movimento pró-democracia e sobre sua filiação ao primeiro sindicato independente da China em 1989, bem como suas experiências durante a repressão daquele ano na Praça da Paz Celestial.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – INTERNET

Milhares de sites e serviços de mídias sociais, como Facebook, Instagram e Twitter, continuaram bloqueados. Em 1º de junho, a Lei de Segurança Cibernética entrou em vigor, tornando obrigatório que as empresas de internet que operam na China censurem conteúdos dos usuários. Em agosto, a Administração do Ciberespaço da China e a Administração do Ciberespaço da Província de Cantão abriram uma investigação sobre os provedores de acesso Tencent (WeChat), Sina Weibo e Baidu Tieba, por essas plataformas abrigarem contas de usuários que “divulgam informações que ameaçam a segurança nacional, a segurança pública e a ordem social, inclusive com violência e terror, além de informações e rumores falsos e pornografia”. Em setembro, o WeChat, principal serviço de mensagens da China, adotou novos termos de serviço para a coleta de uma série de informações pessoais, e disponibilizou ao governo os dados de seus mais de 900 milhões de usuários.

Huang Qi, cofundador do site 64tianwang.com, que informa e documenta protestos ocorridos na China, foi acusado de “vazar segredos de Estado”. Somente oito meses depois de detido ele teve permissão de se encontrar com seu advogado, quando afirmou ter sofrido maus-tratos durante a detenção. No fim de 2017, 10 jornalistas do 64tianwang.com estavam presos: Wang Jing, Zhang Jixin, Li Min, Sun Enwei, Li Chunhua,

Wei Wenyuan, Xiao Jianfang, Li Zhaoxiu, Chen Mingyan e Wang Shurong.

Liu Feiyue, fundador do site de direitos humanos Observatório dos Direitos Civis e Meios de Subsistência, foi detido no fim de 2016 e processado por “incitar a subversão do poder do Estado”. Seu advogado afirmou que as acusações se referiam principalmente às opiniões que ele manifestou publicamente e que postou no site.

Em agosto, Lu Yuyu, que documentou protestos acontecidos na China no Twitter e num blog, foi condenado por “provocar discórdia e criar tumulto” e sentenciado a quatro anos de prisão.

Em setembro, Zhen Jianghua, diretor executivo da plataforma on-line Campanha por Direitos Humanos na China, foi detido criminalmente por suspeita de “incitar a subversão do poder do Estado”, sendo posteriormente colocado sob vigilância domiciliar em local designado. A polícia confiscou vários documentos relacionados ao site, que continham informações sobre ativistas de base que atuavam na defesa de direitos.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E CRENÇA

Em junho, o Conselho de Estado aprovou uma revisão dos Regulamentos sobre Questões Religiosas, que vigorariam a partir de 1º de fevereiro de 2018. Foi codificado em lei um profundo controle do Estado sobre todos os aspectos da prática religiosa, com a ampliação dos poderes das autoridades de todos os níveis de governo para monitorar, controlar e potencialmente punir práticas religiosas. A legislação revisada, que enfatizava a segurança nacional, com o objetivo de coibir “infiltração e extremismo”, podia ser usada para suprimir ainda mais o direito à liberdade de crença e religião, especialmente dos budistas tibetanos, dos muçulmanos uigures e das igrejas não reconhecidas oficialmente.⁴

Os praticantes de Falun Gong continuaram sendo perseguidos, detidos de forma arbitrária, submetidos a julgamentos injustos e à tortura e outros maus-tratos. Chen Huixia permanecia detida desde 2016 por suspeita

de “usar um culto maligno para prejudicar a aplicação da lei”. Em maio, seu julgamento foi adiado depois que seu advogado solicitou que o tribunal excluísse provas obtidas por meio de tortura.

PENA DE MORTE

Em março, o presidente da Suprema Corte do Povo anunciou que, nos últimos 10 anos, desde que o tribunal recuperou a autoridade para revisar e aprovar todas as sentenças de morte, a pena capital “estava sendo rigorosamente controlada e prudentemente aplicada”, sendo adotada apenas “para um número muito baixo de criminosos e para delitos extremamente graves”. No entanto, o governo continuou ocultando a real extensão do uso da pena de morte, apesar de organismos da ONU e a comunidade internacional solicitarem há mais de quatro décadas maiores informações sobre a prática, e a despeito das promessas das próprias autoridades chinesas de promover uma maior abertura no sistema de justiça criminal.⁵

REGIÃO AUTÔNOMA DO TIBETE E ÁREAS DE POPULAÇÃO TIBETANA EM OUTRAS PROVÍNCIAS

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Em julho, no relatório que apresentou sobre a visita à China em 2016, o relator especial da ONU sobre pobreza extrema e direitos humanos afirmou que, embora as conquistas alcançadas para diminuir a pobreza fossem, de modo geral, “impressionantes”, a situação dos tibetanos e dos uigures era extremamente problemática, e que “a maioria das minorias étnicas da China eram expostas a graves dificuldades em matéria de direitos humanos, como índices de pobreza mais elevados, discriminação étnica e realocação forçada”.

Tashi Wangchuk, advogado tibetano para questões de ensino, permaneceu detido no fim do ano enquanto aguardava julgamento, sem acesso a sua família. Ele havia sido levado em custódia no início de 2016, por ter concedido uma entrevista ao *New York Times*

manifestando temor pela extinção gradual da língua e cultura tibetanas.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A população de etnia tibetana continuou a sofrer discriminação e restrições de seus direitos à liberdade de crença e religião, de opinião e de expressão, de associação e manifestação pacífica.

Ao longo do ano, pelo menos seis pessoas atearam fogo ao próprio corpo nas áreas habitadas pelos tibetanos em protesto contra políticas repressoras, elevando para 152 o número de autoimolações desde fevereiro de 2009. Em 18 de março, Pema Gyaltzen ateou fogo ao próprio corpo na Prefeitura Autônoma Tibetana de Ganzi (Kardze, em tibetano), na província de Sichuan. Fontes tibetanas disseram acreditar que ele ainda estava vivo quando foi levado pela polícia. Seus familiares foram detidos e espancados quando perguntaram às autoridades onde ele estava. ONGs tibetanas no exterior afirmaram que Lobsang Kunchok, um monge tibetano detido depois de sobreviver a uma tentativa de autoimolação em 2011, foi libertado da prisão em março.⁶ Em 26 de dezembro, o cineasta tibetano Dhondup Wangchen pôde se encontrar com sua família nos EUA, quase 10 anos depois de ter sido detido pela primeira vez na China por produzir um documentário independente sobre o que pensavam os tibetanos comuns no período que antecedeu as Olimpíadas de Pequim em 2008.

REGIÃO AUTÔNOMA UIGUR DE XINJIANG

Sob a liderança do novo secretário regional do Partido Comunista, Chen Quanguo, as autoridades da Região Autônoma Uigur de Xinjiang (RAUX) colocaram nova ênfase na “estabilidade social” e em maior segurança. Reportagens publicadas na imprensa indicavam que várias unidades de detenção haviam sido abertas na RAUX, denominadas por vezes “centros de combate ao extremismo”, “centro de estudos políticos” ou “centros de educação e transformação”, nas quais as pessoas eram detidas de modo arbitrário e por tempo indeterminado, sendo

obrigadas a estudar as leis e políticas chinesas.

Em março, a RAUX emitiu uma “Normativa sobre Desextremização” que proibia uma ampla gama de comportamentos classificados de “extremistas”, como divulgar “ideias extremistas”, depreciar programas de rádio ou televisão públicas ou se negar a assisti-los, usar burcas, ter uma barba “anormal”, resistir às políticas nacionais e publicar, baixar, armazenar ou ler artigos, publicações ou materiais audiovisuais “com conteúdo extremista”.

Em abril, o governo publicou uma lista de nomes proibidos, a maioria de origem islâmica, exigindo que todas as crianças menores de 16 anos mudassem de nome se fosse esse seu caso.

Segundo matérias publicadas na imprensa em maio, as autoridades chinesas da RAUX iniciaram uma política para forçar os uigures que estudavam no exterior a voltar para a China. Seis uigures que haviam estudado na Turquia e retornaram à RAUX receberam sentenças de prisão que variavam de 5 a 12 anos, por acusações indefinidas. Em abril, as autoridades chinesas detiveram os parentes de vários estudantes que estavam no Egito para forçá-los a voltar para casa até maio. Há relatos de que alguns dos estudantes que voltaram foram torturados. Em julho, as autoridades egípcias começaram a rastrear centenas de cidadãos chineses que viviam no Egito, principalmente uigures. Dos que foram apanhados, pelo menos 22 uigures foram repatriados à força para a China.

Buzainafu Abudourexiti, uma mulher uigur que retornou à China em 2015 depois de estudar por dois anos no Egito, foi detida em março e sentenciada em junho a sete anos de prisão após um julgamento secreto.⁷

Em agosto, a imprensa internacional divulgou que autoridades da área de ensino haviam emitido uma ordem em junho, na Prefeitura de Hotan, onde a maioria da população é uigur, proibindo o uso da língua uigur nas escolas, inclusive em “atividades coletivas, atividades públicas e trabalhos de gestão escolar”. As reportagens afirmavam que as famílias da região tiveram que

entregar às autoridades cópias do Corão e outros itens religiosos que possuíam para não serem punidas.

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE HONG KONG

Uma série de ações tomadas durante o ano pelas autoridades de Hong Kong aumentaram os temores de que a liberdade de expressão e de manifestação pacífica estivessem em risco.

Em março, os criadores da campanha Occupy Central – Benny Tai, Chan Kin-man e o reverendo Chu Yiu-Ming – foram processados por delitos relativos à “perturbação pública”, passíveis de pena máxima de até sete anos de prisão, por sua participação no Movimento dos Guarda-Chuvas.

Em julho, a Corte Superior desqualificou quatro parlamentares pró-democracia que haviam sido eleitos – Nathan Law, Leung Kwok-hung, Lau Siu-lai e Yiu Chung-yim – por eles não cumprirem as exigências especificadas, conforme a interpretação do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo, da Lei Fundamental de Hong Kong, quando fizeram seu juramento de posse em outubro de 2016.

Em agosto, o Tribunal de Recursos condenou Joshua Wong, Alex Chow e Nathan Law a seis, sete e oito meses de prisão, respectivamente, por sua participação em uma manifestação estudantil em setembro de 2014 que desencadeou o Movimento dos Guarda-Chuvas. Joshua Wong e Alex Chow haviam sido condenados em 2016 por “participar de uma manifestação ilegal”, e Nathan Law por “incitar outros a participar de uma manifestação ilegal”. Um tribunal de primeira instância originalmente determinou o cumprimento de serviços comunitários ou sentenças com pena suspensa, mas os promotores recorreram com êxito para aumentar as punições.⁸ Joshua Wong e Nathan Law foram libertados em outubro, mediante o pagamento de fiança, e Alex Chow foi libertado em novembro, até que seus recursos sejam julgados.

Em fevereiro, o Tribunal Distrital sentenciou sete policiais a dois anos de prisão pela agressão ao manifestante Ken Tsang durante os protestos do Movimento dos Guarda-Chuvas. Após a sentença, porta-vozes do governo chinês iniciaram uma campanha orquestrada de ataques ao Judiciário de Hong Kong. Havia recursos pendentes no fim do ano.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Em abril, um tribunal de primeira instância decidiu que a recusa do governo em estender benefícios trabalhistas ao esposo do mesmo sexo de um funcionário público consistia em discriminação por motivo de orientação sexual.

Em setembro, o Tribunal de Recursos decidiu que a recusa do Departamento de Imigração de conceder um visto de dependente para a parceira civil do mesmo sexo de uma profissional estrangeira que tinha visto de trabalho no país era discriminatória. Em ambos os casos, o governo recorreu das decisões.

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

Em agosto, o governo de Macau impediu quatro jornalistas de Hong Kong de entrarem em Macau para cobrir a destruição e os trabalhos de limpeza que se seguiram ao tufão Hato, que os meios de comunicação informaram ter causado 10 mortes. Em dezembro, o parlamento de Macau votou pela suspensão do legislador Sulu Sou e pela perda de sua imunidade parlamentar. Ele foi eleito em setembro e processado em novembro por ter participado de um protesto pacífico, em maio de 2016, contra o governador de Macau.

-
1. China: Submission on the draft “National Intelligence Law” (ASA 17/6412/2017)
 2. China: Submission on the draft “Supervision Law” (ASA 17/7553/2017)
 3. Liu Xiaobo: A giant of human rights who leaves a lasting legacy for China and the world (Press release, 13 July)
 4. Why China must scrap new laws that tighten the authorities’ grip on religious practice (News story 31 August)

5. China's deadly secrets (ASA 17/5849/2017)
6. China: Disclose the whereabouts of two Tibetans who attempted self-immolation (ASA 17/6098/2017)
7. China: Uighur women incommunicado after secret trial – Buzainafu Abudourexiti (ASA 17/7168/2017)
8. Hong Kong: Freedom of expression under attack as scores of peaceful protesters face “chilling” prosecutions (News story, 26 September)

COLÔMBIA

República da Colômbia

Chefe de Estado e de governo: **Juan Manuel Santos Calderón**

A população civil, especialmente os povos indígenas, as comunidades afrodescendentes e de agricultores, e os defensores de direitos humanos continuaram sendo as principais vítimas do prolongado conflito armado no país. As estatísticas oficiais indicaram uma redução no número de civis mortos em ações militares envolvendo as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e as forças de segurança da Colômbia desde que começaram as negociações para a assinatura do Acordo de Paz em 2016, mas o conflito armado persistiu em 2017, aparentando ter se intensificado em certas partes do país. Mantiveram-se as preocupações com a impunidade pelos crimes cometidos durante o conflito armado. As forças de segurança usaram força excessiva, às vezes provocando a morte de civis. A violência contra as mulheres persistia, principalmente a violência sexual.

CONFLITO ARMADO INTERNO

PROCESSO DE PAZ

Em 11 de outubro, a Corte Constitucional endossou o Acordo de Paz ratificado pelo governo colombiano e o grupo guerrilheiro FARC em 24 de novembro de 2016. Entretanto, no fim de 2017, a legislação relativa à maioria dos pontos do acordo ainda não havia sido implementada.

Em negociações separadas realizadas em Quito, no Equador, entre o grupo guerrilheiro

Exército de Libertação Nacional (ELN) e o governo da Colômbia, as partes declararam, em 4 de setembro, que um cessar-fogo bilateral estaria em vigor de 1º de outubro ao início de 2018. O cessar-fogo foi declarado, em princípio, para um período de quatro meses, e logo após o governo colombiano e o ELN começariam a discutir um possível acordo de paz. No entanto, desde outubro, houve vários relatos de ataques do ELN contra civis, contrariando o acordo de cessar-fogo. O ELN admitiu um desses ataques: o assassinato de Aulio Isaramá Forastero, um líder indígena de Chocó, por membros do grupo, em 24 de outubro. As organizações da sociedade civil do departamento de Chocó lançaram um apelo por um “Acordo Humanitário Já”, dirigido ao governo nacional e aos guerrilheiros do ELN, para que ações humanitárias concretas sejam aplicadas para impedir que as comunidades étnicas de Chocó continuem ameaçadas pelos combates em seus territórios.

Entre 28 de janeiro e 18 de fevereiro, 6.803 guerrilheiros das FARC se transferiram para 26 zonas de desmobilização com o apoio da Missão de Monitoramento e Verificação da ONU na Colômbia, criada pela resolução 2261 (2016) do Conselho de Segurança da ONU. O processo de verificação do desarmamento das FARC, que deveria ser concluído em 180 dias, teve início em 1º de março. Em 27 de junho, encerrou-se o processo de entrega de armas particulares e, em 15 de agosto, completou-se o processo de remoção das armas e munições que estavam nos 26 campos das FARC. Conforme o Acordo de Paz, o Conselho de Segurança da ONU adotou a resolução 2377 (2017) aprovando uma segunda missão de verificação da reintegração política, econômica e social dos membros das FARC, que começou em 22 de setembro.

Apesar do que foi estipulado no “Capítulo Étnico” do Acordo de Paz, ocorreram queixas sobre a falta de garantias para a participação efetiva dos povos indígenas e das comunidades afrodescendentes na implementação do Acordo. Em 21 de setembro, membros da Mesa Permanente de

Coordenação com os Povos e Organizações Indígenas declararam manterem-se em estado de emergência e em assembleia permanente para exigir que se cumpram integralmente as disposições do Acordo de Paz.

VÍTIMAS CIVIS DO CONFLITO ARMADO

A Unidade de Atenção e Reparação às Vítimas (UARIV), criada em 2011 por meio da Lei 1148, registrou um total de 8.532.636 vítimas nas cinco décadas de duração do conflito armado. Entre essas, 363.374 vítimas de ameaças, 22.915 vítimas de delitos sexuais, 167.809 vítimas de desaparecimento forçado, 7.265.072 vítimas de deslocamento forçado e 11.140 vítimas de minas antipessoais. Os crimes contra 31.047 vítimas do conflito armado foram registrados pela primeira vez entre janeiro e outubro de 2017.

Nos departamentos de Chocó, Cauca, Antioquia, e Norte de Santander, entre outros, persistiam os crimes de direito internacional e as violações de direitos humanos, como homicídios seletivos de membros de comunidades afrodescendentes e de povos indígenas, deslocamentos coletivos forçados, confinamento de comunidades dentro de seus territórios (restringindo sua liberdade de circulação e seu acesso a alimentos e serviços essenciais), recrutamento forçado de crianças, violência sexual e uso de minas antipessoais.

Apesar da assinatura do Acordo de Paz, o conflito armado se intensificou em algumas áreas da Colômbia em consequência dos confrontos armados entre guerrilheiros do ELN, grupos paramilitares e forças do Estado, que tentavam preencher o vazio de poder deixado com a desmobilização dos guerrilheiros das FARC. Em 27 de novembro, 13 pessoas foram mortas em um confronto entre dissidentes das FARC e membros do ELN em Magüi Payán, no departamento de Nariño. Houve queixas sobre a fraca presença do Estado nas áreas historicamente controladas pelas FARC, o que facilitou as incursões de grupos armados e seu controle das áreas, deixando em perigo as

comunidades afrodescendentes e de pequenos agricultores, bem como os povos indígenas.

Estruturas paramilitares continuaram operando em várias partes do país, apesar de sua suposta desmobilização, conforme os termos da Lei 975, aprovada em 2005. Houve relatos de ataques e ameaças dos paramilitares contra lideranças da Comunidade de Paz de San José de Apartadó, no departamento de Antioquia.¹ Em 29 de dezembro, homens armados tentaram matar Germán Graciano Poso, representante legal da comunidade. Outros membros da comunidade conseguiram desarmá-los, ferindo-se no processo. A Comunidade de Paz buscou se distanciar do conflito armado, recusando-se formalmente a permitir que as forças de segurança, os grupos guerrilheiros ou os paramilitares entrassem em seu território. Apesar de seus esforços para permanecer neutros, os moradores de San José de Apartadó continuaram sendo vítimas de ataques, torturas, abusos sexuais e deslocamento forçado nas mãos de todas as partes no conflito.

Houve denúncias de incursões paramilitares no departamento de Chocó, no noroeste da Colômbia, afetando principalmente as comunidades afrodescendentes e os povos indígenas. Em 8 de fevereiro, um grupo de paramilitares das Autodefesas Gaitanistas da Colômbia (AGC) adentrou a zona humanitária de Nueva Esperanza en Dios, na bacia do Rio Cacarica, departamento de Chocó, procurando por várias pessoas que eles diziam estar numa “lista de morte”.² Em 6 de março, foi relatada na localidade de Peña Azul, município de Alto Baudó, em Chocó, uma investida paramilitar que resultou no deslocamento de famílias em grande escala e no confinamento de muitas pessoas dentro de suas comunidades, nos arredores de Peña Azul.³ Em 18 de abril, os moradores de Puerto Lleras, no território coletivo de Jiguamiandó, em Chocó, relataram ter recebido ameaças, e que uma incursão paramilitar havia acontecido na zona humanitária de Pueblo

Nuevo, colocando em risco a vida de toda a população local.⁴

Os povos indígenas e as comunidades afrocolombianas continuaram sujeitos ao perigo das minas antipessoais em seus territórios; a colocação dessas minas é uma grave violação do direito internacional humanitário. Em 11 de julho, Sebastián Carpio Maheche, da comunidade indígena Wounaan de Juuin Duur, da reserva Embera Wounaan Katio de Quiparadó, no município de Riosucio, em Chocó, foi ferido por uma mina antipessoal que explodiu.⁵

Os choques entre os guerrilheiros do ELN, as forças de segurança e os grupos paramilitares põem em grave perigo os povos indígenas e as comunidades afrocolombianas.⁶ Segundo a Organização Nacional Indígena da Colômbia, entre 1º de novembro de 2016 e 31 de julho de 2017, 3.490 indígenas foram vítimas de deslocamentos forçados em massa, 827 foram submetidos a confinamento forçado, 115 receberam ameaças e 30 foram assassinados, inclusive líderes comunitários.

Em 19 de junho, o ELN sequestrou dois jornalistas holandeses na região de El Tarra, Norte de Santander. Ambos foram libertados em 24 de junho. Segundo a Defensoria Pública, a tomada de reféns por parte dos guerrilheiros do ELN prosseguiu.

REPARAÇÃO PARA AS VÍTIMAS

O Ponto 5 do Acordo de Paz criou o Sistema de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição (SVJR), que incluía uma Jurisdição Especial para a Paz (JEP) e mecanismos judiciais tais como uma unidade de investigação e desmantelamento das organizações criminosas que sucederam o paramilitarismo. O Ponto 5 também definiu um posicionamento relativo às reparações para as vítimas do conflito armado. Nesse contexto, as vítimas do conflito demandaram garantias de acesso à Justiça, bem como garantias do direito à verdade e à reparação e, principalmente, de não repetição dos abusos, como deslocamento forçado e violência sexual, cometidos contra comunidades indígenas, afrodescendentes e de pequenos agricultores que correm esses

riscos. Essas demandas ainda não haviam sido atendidas, e a viabilidade do Acordo de Paz no longo prazo estava ameaçada pelo fato de os perpetradores de crimes de direito internacional, como crimes de guerra, crimes contra a humanidade e abusos de direitos humanos, não serem levados à Justiça.

Em abril, a Lei Nº 1 de 2017 foi adotada para assegurar que o Congresso aprovasse uma legislação para implementar o Ponto 5 do Acordo de Paz. Uma de suas cláusulas previa tratamento diferenciado – e privilegiado – dos agentes do Estado perante a lei, em detrimento dos direitos das vítimas dos crimes cometidos pelo Estado no contexto do conflito armado. A lei também previa a possibilidade de que, em determinados casos, o Estado não procedesse com ações penais – apesar de não estar claro como isso seria feito –, potencialmente violando a obrigação do Estado de investigar, processar e punir violações graves de direitos humanos, comprometendo o direito das vítimas à verdade e à reparação integral. Em 27 de novembro, o Congresso aprovou a Jurisdição Especial para a Paz.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

Houve denúncias de homicídios deliberados cometidos pelas forças do Estado e denúncias de uso excessivo da força por agentes do Esquadrão Móvel Antidistúrbios (ESMAD) durante manifestações nos departamentos de Chocó, Valle del Cauca, Cauca e Catatumbo.

Os habitantes de Buenaventura, na costa do Pacífico, denunciaram a repressão policial às manifestações pacíficas realizadas como parte da “Greve Cívica” declarada em 16 de maio para demandar que o governo da Colômbia garantisse os direitos econômicos, sociais e culturais, e o direito dos moradores da cidade de participar da implementação do Acordo de Paz com as FARC. Agentes da polícia, do exército e da marinha estavam no local. Os participantes relataram que gás lacrimogênio foi lançado contra manifestantes pacíficos. A Defensoria Pública informou que aproximadamente 205

crianças, além de 10 mulheres grávidas e 19 idosos tiveram complicações de saúde em consequência do gás. No total, 313 pessoas relataram problemas de saúde por exposição ao gás lacrimogênio, e 16 apresentaram ferimentos por arma de fogo ou trauma por objetos contundentes. A “Greve Cívica” foi encerrada em 7 de junho.

Segundo informações, um homem indígena, Felipe Castro Basto, foi morto no município de Corinto, Norte de Cauca, quando o ESMAD abriu fogo contra uma manifestação com cerca de 200 indígenas.

A Associação dos Conselhos Comunitários Mira, Nulpe e Mataje (Asominuma) informou que, em 5 de outubro, as forças de segurança mataram nove agricultores quando atiraram indiscriminadamente contra uma manifestação pacífica em Tumaco, departamento de Nariño.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Defensores dos direitos humanos continuaram sendo vítimas de ameaças e de homicídios seletivos. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos informou que pelo menos 105 defensores dos direitos humanos foram mortos na Colômbia durante o ano. Houve constante preocupação com o aumento no número de ataques contra defensores, principalmente líderes comunitários, pessoas que defendiam a terra, o território e o meio ambiente, assim como aqueles que defendiam a assinatura do Acordo Final com as FARC. A quantidade de ataques contra os defensores dos direitos dos povos indígenas e dos afrodescendentes, dos pequenos agricultores e das mulheres continuou alarmante, pondo em dúvida a implementação do Acordo de Paz.

Segundo a organização Somos Defensores, os homicídios de defensores tiveram um aumento de 31% no primeiro semestre do ano, quando comparado ao mesmo período de 2016. Os homicídios de mulheres que exerciam alguma função de liderança aumentaram em comparação com 2016, com o registro de sete assassinatos desse tipo no primeiro semestre de 2017.

Homicídios de lideranças afrodescendentes foram registrados. Em 8 de junho, Bernardo Cuero Bravo, defensor dos direitos humanos afrodescendente, da Associação Nacional de Afrocolombianos Desalojados, em Malambo, Bolívar, foi morto. Ele havia sido ameaçado e atacado várias vezes por causa de seu trabalho em favor da comunidade, como defensor das pessoas que tinham sido deslocadas à força. Apesar de seus reiterados pedidos, a Unidade Nacional de Proteção não lhe concedeu qualquer tipo de proteção.

Em novembro e dezembro, dois líderes que reivindicavam terras dos territórios coletivos afrodescendentes foram mortos por paramilitares das Autodefesas Gaitanistas da Colômbia. Há relatos de que pelo menos outras 25 lideranças foram ameaçadas por paramilitares nessas áreas durante o ano.

Muitas ameaças de morte contra defensores de direitos humanos e outros ativistas foram atribuídas a grupos paramilitares; porém, na maioria dos homicídios, era difícil identificar os grupos responsáveis. No entanto, pela natureza do trabalho realizado pelas vítimas, muitas das quais eram líderes comunitários ou ativistas de direitos fundiários e ambientais, é possível supor que muitas foram assassinadas devido ao seu trabalho de direitos humanos. Além disso, denunciar abusos parece ser considerado uma ameaça aos interesses econômicos e políticos regionais e locais, e também a vários grupos armados, como os paramilitares.⁷

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Os esforços das organizações de mulheres asseguraram que o Acordo de Paz determinasse que indivíduos suspeitos de cometer crimes de violência sexual teriam que comparecer perante tribunais de justiça transicional. Ademais, o Acordo confirmou que esses crimes não estariam sujeitos a anistias ou perdões, embora os grupos de direitos humanos tivessem sérias dúvidas sobre a real aplicação dessas disposições.

As estatísticas oficiais não indicaram qualquer avanço no acesso à Justiça para as mulheres sobreviventes de violência sexual, mesmo diante das denúncias recorrentes das organizações de mulheres sobre casos graves de violência sexual cometidos durante o ano. Segundo a organização Sisma Mujer, entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de julho de 2017, o Defensor Público emitiu 51 declarações de advertência sobre o risco de violência sexual, inclusive seis relatórios e notas relacionadas a mulheres defensoras/líderes, nas quais ele chamava atenção para os riscos extraordinários enfrentados pelas mulheres defensoras dos direitos humanos e em posições de liderança.

Pela debilidade dos mecanismos de proteção, o risco de violência baseada em gênero era muito maior, principalmente a violência doméstica contra a mulher, no contexto da transição para a paz. As estatísticas oficiais atestaram que, após a desmobilização das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) em 2005 houve um aumento de 28% nos casos de violência sexual nas comunidades em que ex-combatentes das AUC foram reintegrados. Contudo, o governo ainda não havia posto em prática mecanismos de prevenção e outros que assegurassem cuidados, assistência, proteção e acesso à Justiça para as mulheres sobreviventes de violência sexual, sobretudo nas comunidades onde os guerrilheiros das FARC seriam reintegrados ao longo do ano. A situação de precariedade também se verificava com relação aos mecanismos para assegurar que sobreviventes de violência sexual fossem ouvidas e pudessem participar em condições de igualdade de todos os órgãos responsáveis por implementar o Acordo de Paz.

-
1. Colombia: Paramilitary build-up in peace community (AMR 23/5614/2017); Colombia: Spike in attacks against peace community shows conflict still alive (News story, 21 March)
 2. Colombia: Paramilitary incursion in humanitarian zone (AMR 23/5685/2017)
 3. Colombia: Over 300 displaced due to paramilitary incursion (AMR 23/5826/2017)

4. Colombia: Further information: Continued paramilitary presence in Chocó (AMR 23/6082/2017)
5. Colombia: Wounaan Indigenous community in danger (AMR 23/6774/2017)
6. Colombia: Recent collective displacements and violence indicate the lack of non-repetition guarantees for Chocó's Indigenous Peoples and Afro-Colombian communities (AMR 23/6946/2017)
7. The human rights situation in Colombia – Amnesty International's written statement to the 34th Session of the UN Human Rights Council (27 February–24 March 2017) (AMR 23/5573/2017)

COREIA DO NORTE

República Popular Democrática da Coreia

Chefe de Estado: **Kim Jong-un**

Chefe de governo: **Pak Pong-ju**

Embora o governo tenha dado alguns passos positivos para cooperar com os mecanismos internacionais de direitos humanos, não houve qualquer avanço concreto na situação do país. Quase 120.000 pessoas permanecem detidas arbitrariamente em campos penitenciários de caráter político, onde as condições estavam muito aquém das normas internacionais. As restrições aos direitos à liberdade de expressão e de circulação continuaram severas. Os trabalhadores enviados ao exterior foram submetidos a condições rigorosas de trabalho.

INFORMAÇÕES GERAIS

A República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) realizou um teste nuclear no dia 3 de setembro, o sexto em sua história, testando ainda vários mísseis de médio e longo alcance no decorrer do ano. As provocações militares resultaram em sanções de rigor sem precedentes por parte da ONU. As trocas de ameaças militares e políticas entre as autoridades da Coreia do Norte e dos EUA exacerbaram ainda mais as tensões. As preocupações com os riscos dos testes nucleares aumentaram em vista de reportagens na imprensa sobre deslizamentos de terra próximos a um local de testes e sobre pessoas que viviam nas proximidades e apresentaram sinais de possível exposição à radiação. O assassinato

de Kim Jong-nam, meio irmão do líder Kim Jong-un, na Malásia em 13 de fevereiro, por duas mulheres que teriam usado agentes químicos, levantou suspeitas do possível envolvimento de agentes da Coreia do Norte.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Prosseguiram as violações brutais, sistemáticas e generalizadas dos direitos humanos; quase 120.000 pessoas ainda estavam detidas nos quatro campos para presos políticos de que se tem conhecimento, onde eram submetidas a trabalhos forçados, tortura e outros maus-tratos. Algumas das violações configuravam crimes contra a humanidade; não se tem notícia de qualquer medida tomada durante o ano para apurar responsabilidades. Muitas das pessoas que vivem nos campos nunca foram condenadas por qualquer delito penal reconhecido internacionalmente. Elas foram detidas de modo arbitrário por terem relações com pessoas consideradas uma ameaça ao Estado ou por “culpa por associação”.

Cidadãos estrangeiros continuaram sendo presos e detidos por períodos prolongados. Tony Kim e Kim Hak-song, ambos cidadãos estadunidenses e acadêmicos da Universidade de Ciência e Tecnologia de Pyongyang, entidade que recebe fundos estrangeiros, foram presos em 22 de abril e 6 de maio, respectivamente, por “atos hostis contra o país”. Em junho, um diplomata dos EUA teve permissão para se reunir com eles. Autoridades norte-coreanas afirmaram estar investigando seus supostos crimes, com veredictos e sentenças pendentes nos tribunais. Os dois homens continuavam detidos no fim do ano.

O cidadão estadunidense Otto Warmbier, preso em 2016 por roubar um pôster de propaganda, morreu em 19 de junho, seis dias depois de retornar, em coma, para os EUA. As autoridades norte-coreanas não ofereceram explicações adequadas sobre as causas de seu péssimo estado de saúde. O laudo da autópsia, divulgado em 27 de setembro em Ohio, seu estado de origem, não notou quaisquer sinais de tortura ou

outros maus-tratos, tampouco descartou essa possibilidade.

Lim Hyeon-soo, um pastor canadense sentenciado em 2015 à prisão perpétua com trabalhos forçados, foi libertado em 9 de agosto por “razões humanitárias”, após mais de dois anos detido, período em que foi privado de tratamento médico adequado.¹

DIREITOS DOS TRABALHADORES – TRABALHADORES MIGRANTES

As autoridades continuaram a enviar trabalhadores para outros países, como a China e a Rússia. Embora fosse difícil calcular a quantidade de trabalhadores encaminhados ao exterior, acreditava-se que este número estivesse diminuindo, uma vez que países como a China, o Kuwait, a Polônia, o Catar e o Sri Lanka pararam de renovar ou emitir vistos de trabalho para os norte-coreanos, a fim de acatar as novas sanções decretadas pela ONU às atividades econômicas da Coreia do Norte no exterior. Parte das receitas públicas da Coreia do Norte provinha desses trabalhadores, que não recebiam seus pagamentos diretamente dos empregadores, mas do governo após significativas deduções. As autoridades norte-coreanas mantinham rigoroso controle da comunicação e da circulação dos trabalhadores, sonhando-lhes informações sobre direitos trabalhistas nos países anfitriões.

Os trabalhadores que permaneceram nesses países continuaram sendo submetidos a jornadas de trabalho excessivas, sem proteção em matéria de segurança e saúde ocupacionais. Conforme divulgado nos meios de comunicação, alguns trabalhadores morreram enquanto trabalhavam na Rússia, país que acolheu pelo menos 20.000 norte-coreanos. Em maio, dois operários da construção civil morreram na capital russa, Moscou, depois de se queixarem de problemas respiratórios; acredita-se que tenham sofrido insuficiência cardíaca aguda. Uma empreiteira contratada para obras num estádio da Copa do Mundo em São Petersburgo, onde um operário morreu por insuficiência cardíaca em

novembro de 2016, afirmou em entrevista à imprensa que muitos trabalhadores eram acometidos de fadiga severa por cumprirem longas jornadas diárias de trabalho, por vários meses consecutivos, sem dias de folga.

LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO

Ao longo do ano, 1.127 norte-coreanos saíram do país e se estabeleceram na Coreia do Sul (República da Coreia), a menor quantidade desde 2002. A segurança reforçada em ambos os lados da fronteira entre a China e a Coreia do Norte poderia ser um dos possíveis motivos dessa diminuição. Algumas mulheres norte-coreanas conseguiram negociar sua saída do país com traficantes de pessoas. Porém, assim que chegaram ao lado chinês da fronteira, viram-se submetidas a abusos físicos e sexuais ou a condições de trabalho exploradoras.

Durante o ano, um número crescente de norte-coreanos foi detido na China ou devolvido à força para a Coreia do Norte, onde estariam sujeitos a trabalhos forçados ou ao risco de tortura e outros maus-tratos.² Os meios de comunicação também informaram que o governo norte-coreano estava ativamente requerendo que a China repatriasse pessoas suspeitas de sair da Coreia do Norte sem aprovação prévia.

Diversas fontes, como o relator especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia, relataram casos de norte-coreanos que haviam saído do país, mas que retornaram ou manifestaram desejo de retornar depois de chegarem à Coreia do Sul. Algumas das pessoas que retornaram apareceram na imprensa estatal contando sobre as dificuldades que tiveram de enfrentar fora da Coreia do Norte. Uma vez que não havia clareza sobre os procedimentos requeridos para que essas pessoas voltassem à Coreia do Norte, seu aparecimento suscitou especulações sobre o retorno ter sido voluntário ou se foram trazidas de volta ao país depois de terem sido sequestradas, e, ainda, se foram persuadidas

pelas autoridades norte-coreanas a forjar suas declarações.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O governo continuou a impor severas restrições à troca de informações entre os norte-coreanos e o resto do mundo. Todos os serviços postais, de telecomunicações e de telerádiodifusão continuaram nas mãos do Estado, não havendo quaisquer jornais, outros meios de comunicação ou organizações da sociedade civil de caráter independente. Com exceção de alguns poucos membros da classe dominante, a população não tinha acesso à internet e a serviços internacionais de telefonia móvel.

Apesar do risco de detenção e prisão, pessoas próximas à fronteira chinesa continuaram fazendo contato com indivíduos no exterior, ao se conectarem à rede de telefonia móvel da China, usando celulares contrabandeados. Segundo informaram os meios de comunicação, as autoridades intensificaram os esforços para rastrear atividades de telefonia celular nas redes chinesas e para bloquear os sinais móveis por meio da instalação de novos detectores de radar nas áreas de fronteira.

MONITORAMENTO INTERNACIONAL

Após a ratificação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em dezembro de 2016, o relator especial sobre os direitos das pessoas com deficiências fez uma visita oficial à Coreia do Norte entre os dias 3 e 8 de maio. Foi a primeira visita ao país de um especialista independente designado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU.

O Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher e o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança examinaram a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte em 2017. A Coreia do Norte apresentou seus relatórios de Estado-parte aos Comitês, após intervalos de 14 e nove anos, respectivamente, e respondeu às questões formuladas nas sessões. Na sua apreciação, o Comitê sobre os Direitos da Criança observou a que as crianças norte-

coreanas não podiam se comunicar regularmente com pais ou familiares que vivem em outros países.³ O Comitê também verificou a exclusão de crianças com 16 e 17 anos de idade da Lei de Proteção aos Direitos da Criança, e a exigência de que algumas crianças realizassem grande quantidade de trabalhos exaustivos.

1. North Korea: Pastor Lim Hyeon-soo released after more than two years of imprisonment (ASA 24/6921/2017)
2. China: Eight North Koreans at risk of forcible return (ASA 17/6652/2017)
3. North Korea: Amnesty International's submission to the United Nations Committee on the Rights of the Child (ASA 24/6500/2017)

CUBA

República de Cuba

Chefe de Estado e de governo: **Raúl Castro Ruz**

Detenções arbitrárias, demissões discriminatórias de cargos públicos e hostilidades contra profissionais autônomos continuaram sendo usadas para silenciar as críticas. Os avanços na educação foram comprometidos pela permanente censura na internet e fora dela. Cuba permaneceu em grande medida fechada aos monitores independentes de direitos humanos.

INFORMAÇÕES GERAIS

O fim das restrições de viagens para os cubanos em 2013, a suspensão dos limites para o recebimento de remessas de dinheiro e a atração de países que não requerem visto de entrada continuaram sendo elementos impulsionadores da emigração cubana. Grande número de cubanos continuou deixando o país, apesar das mudanças na diplomacia internacional, em razão dos salários excepcionalmente baixos e dos estritos controles impostos à liberdade de expressão.

Em junho, o governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reverteu quase completamente os princípios da política dos EUA com relação a Cuba. Essa mudança diminuiu as chances do Congresso

dos EUA aprovar uma legislação para suspender o embargo econômico a Cuba, que continuou a prejudicar os direitos econômicos, sociais e culturais na ilha.

Pelo menos 12 advogados da organização de direitos humanos Cubalex receberam asilo nos EUA depois de terem sido hostilizados, intimidados e ameaçados de prisão por seu trabalho pacífico de direitos humanos.

Cuba não ratificou o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos nem o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos firmados em fevereiro de 2008, tampouco o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

Em dezembro, o governo anunciou que o presidente Raul Castro deixaria o cargo em abril de 2018.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Muitos ativistas políticos e de direitos humanos continuaram sendo hostilizados, intimidados e detidos de modo arbitrário. A Comissão Cubana de Direitos Humanos e Reconciliação Nacional (CCDHRN), uma ONG cubana sem reconhecimento oficial do Estado, registrou 5.155 detenções arbitrárias em 2017, comparadas a 9.940 em 2016.

O grupo Damas de Branco, formado por mulheres familiares de pessoas detidas por motivos políticos, continuou sendo um dos principais alvos de repressão das autoridades. Durante sua detenção, as mulheres costumavam sofrer agressões físicas de policiais e agentes de segurança do Estado vestidos à paisana.

Em janeiro, Danilo Maldonado Machado, conhecido como El Sexto, foi libertado de uma prisão de segurança máxima. Ele havia sido preso em novembro de 2016, poucas horas após o anúncio da morte de Fidel Castro, por ter escrito “Foi-se” (*Se fue*) em muro na capital, Havana.¹

Em agosto, Yulier Perez, um grafiteiro conhecido por suas pinturas em paredes danificadas de Havana, foi detido de forma arbitrária, após meses de intimidações e hostilidades das autoridades, por se expressar livremente através de sua arte.²

PRISONEIROS DE CONSCIÊNCIA

Eduardo Cardet Concepción, líder do grupo pró-democrático Movimento Cristiano de Libertação, permaneceu na prisão, depois de ter sido sentenciado em março a uma pena de três anos por criticar Fidel Castro publicamente.³

Uma família de quatro defensores de direitos humanos foi detida na cidade de Holguín, sudeste de Cuba, por supostamente terem saído de casa durante o período de luto oficial pela morte de Fidel Castro em 2016. Os três irmãos receberam sentença de um ano de prisão por “difamação das instituições, organizações, heróis e mártires da República de Cuba” e “perturbação da ordem pública”.⁴ Sua mãe foi posta em prisão domiciliar. Em 2 de abril, após uma prolongada greve de fome, os três irmãos foram colocados em liberdade condicional, mas continuaram sendo intimidados pelas autoridades.

Jorge Cervantes, do grupo político de oposição União Patriótica de Cuba (UNPACU), foi detido por aproximadamente três meses entre maio e agosto. Semanas antes, a UNPACU havia publicado um vídeo em seu canal no YouTube chamado “Horrores do cárcere”, no qual Jorge Cervantes entrevista um homem que supostamente teria sido maltratado numa prisão cubana, além de uma série de vídeos sobre a suposta corrupção de funcionários públicos.⁵

As autoridades continuaram a engendrar acusações de crimes comuns como forma de hostilizar e deter adversários políticos, o que pode levar a crer que o número de prisioneiros de consciência seja maior que o documentado.

DIREITOS DOS TRABALHADORES

O Estado continuou a usar seu controle – na condição de maior empregador do país e regulador do setor privado – como meio de sufocar até mesmo as críticas mais sutis ao governo.⁶ Demissões discriminatórias e por motivos políticos continuaram sendo usadas contra quem critica o modelo político e econômico de governo. Funcionários que

perderam seus empregos no setor público por se expressarem livremente muitas vezes continuavam enfrentando hostilidades depois de entrarem no setor de trabalho autônomo, que, apesar de emergente, era altamente regulado.

A proibição de fato dos sindicatos independentes limitou a capacidade dos trabalhadores se organizarem de forma independente e de recorrerem de demissões discriminatórias. A forte influência do Executivo sobre o Judiciário e os advogados restringiu a eficácia dos recursos judiciais.

DIREITO À EDUCAÇÃO

Na esteira de décadas de censura fora da internet, vieram restrições indevidas à informação e à liberdade de expressão na internet, comprometendo os avanços alcançados por Cuba na área da educação.

Entre maio e meados de junho, o Observatório Aberto de Interferência na Rede (OONI, na sigla em inglês) fez a testagem de uma amostra de sites de Cuba e encontrou 41 deles bloqueados pelas autoridades. Todos os sites bloqueados manifestavam críticas ao governo cubano, informavam sobre questões de direitos humanos ou debatiam técnicas de contornar a censura.

Embora o governo tenha continuado a expandir o acesso à internet, priorizou-se o acesso à intranet nacional, com conteúdos selecionados pelo governo e fortemente censurada. O acesso à rede mundial de computadores continuava tendo um custo proibitivo para a maioria dos cubanos.⁷

MONITORAMENTO INTERNACIONAL

Em abril, o relator especial sobre o tráfico de pessoas realizou uma visita a Cuba e, em julho, o país recebeu o especialista independente da ONU sobre direitos humanos e solidariedade internacional.

A maioria das organizações independentes de direitos humanos continuou tendo acesso negado ao país e a suas prisões. Cuba continuou sendo o único país das Américas a proibir a entrada da Anistia Internacional.

1. Cuban graffiti artist released (AMR 25/5545/2017)
2. Urban artist at risk in Cuba (AMR 25/7000/2017)
3. Cuba: Activist sentenced to three years in jail after criticizing Fidel Castro (News story, 21 March)
4. Cuba: Prisoners of conscience on hunger strike (AMR 25/6001/2017)
5. Cuba: Opposition activist in maximum security prison (AMR 25/6671/2017)
6. Cuba: "Your mind is in prison" – Cuba's web of control over free expression and its chilling effect on everyday life (AMR 25/7299/2017)
7. Cuba's internet paradox: How controlled and censored internet risks Cuba's achievements in education (News story, 29 August)

EGITO

República Árabe do Egito

Chefe de Estado: **Abdel Fattah al-Sisi**

Chefe do governo: **Sherif Ismail**

A crise de direitos humanos no Egito não se aplacou. As autoridades empregaram impunemente tortura, outros maus-tratos e desaparecimento forçado contra centenas de pessoas, e dezenas foram executadas extrajudicialmente. A repressão sobre a sociedade civil aumentou, com funcionários de ONGs sendo submetidos a novos interrogatórios, proibições de viagens e congelamento de ativos. Prisões e detenções arbitrárias seguidas de julgamentos claramente injustos contra pessoas críticas ao governo, manifestantes pacíficos, jornalistas e defensores dos direitos humanos foram rotineiras. Julgamentos coletivos injustos perante tribunais civis e militares continuaram sendo realizados, com dezenas de condenados à morte. As mulheres continuaram submetidas à violência sexual e de gênero, sendo discriminadas na lei e na prática. As autoridades moveram ações criminais por difamação da religião e por "hábitos de libertinagem", com base na orientação sexual real ou suposta das pessoas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em junho, o Presidente al-Sisi cedeu à Arábia Saudita a soberania de duas ilhas

desabitadas no Mar Vermelho, provocando críticas generalizadas. Em julho, as reuniões do Conselho da Associação UE-Egito foram retomadas pela primeira vez, desde 2011, e as prioridades da Associação foram concluídas.

Em fevereiro, um membro do parlamento propôs uma emenda constitucional para ampliar o mandato presidencial de quatro para seis anos. Em abril, o Presidente al-Sisi aprovou um novo conjunto de alterações legislativas que enfraquecia as garantias de julgamentos justos e facilitava as detenções arbitrárias, as detenções preventivas por tempo indeterminado, os desaparecimentos forçados e a execução de mais sentenças. As alterações também permitiram aos tribunais penais cadastrar pessoas e entidades em "listas de terrorismo" com base apenas em informações policiais. Também em abril, o Presidente al-Sisi aprovou a Lei dos Órgãos Judiciais (Nº 13 de 2017), que lhe concedeu autoridade para nomear os chefes de órgãos judiciais, incluindo o Tribunal de Cassação e o Conselho de Estado, dois tribunais que até então eram considerados os mais independentes órgãos judiciais para a prestação de contas do executivo.¹

Pelo menos 111 agentes de segurança foram mortos, principalmente em Sinai do Norte. O grupo armado Willayet Sinai, afiliado ao grupo armado Estado Islâmico (EI), assumiu a responsabilidade pela maioria dos ataques em todo o país, com atentados menores reivindicados por outros grupos armados, como Hasm, Liwaa al-Thawra e Ansar al-Islam. Em abril, o Estado Islâmico reivindicou a responsabilidade pelos bombardeios de duas igrejas, em Tanta e Alexandria, que deixaram pelo menos 44 mortos. Em outubro, ao menos 16 funcionários do Ministério do Interior morreram em uma emboscada no deserto ocidental, em um raro atentado no continente. Em uma mudança significativa no alvo dos grupos armados, um ataque a uma mesquita em Sinai do Norte, durante as preces de sexta-feira, matou pelo menos 300 pessoas em novembro.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

As autoridades continuaram a conter o trabalho dos defensores dos direitos humanos de uma forma sem precedentes como parte de incansáveis esforços para silenciar todas as vozes críticas. Em fevereiro, as autoridades fecharam o Centro El-Nadeem, uma ONG que oferecia apoio a sobreviventes de tortura e violência. As investigações criminais sobre o chamado "Caso 173" contra defensores de direitos humanos e ONGs estavam em andamento; os juízes de instrução convocaram pelo menos mais 28 defensores de direitos humanos e funcionários de ONGs para interrogatório durante o ano, aumentando para 66 o número total de pessoas convocadas ou investigadas no caso desde 2013. Essas pessoas foram questionadas em relação a acusações que incluíam "receber financiamento estrangeiro para prejudicar a segurança nacional egípcia" nos termos do artigo 78 do Código Penal, que prevê uma sentença de até 25 anos de prisão. Os juízes de instrução também determinaram mais três proibições de viagem, elevando para 25 o número de defensores dos direitos humanos proibidos de deixar o Egito. Em janeiro, um tribunal ordenou o congelamento dos ativos das ONGs Nazra para Estudos Feministas, e Organização Árabe para a Reforma Penal e de seus diretores.

Em maio, o Presidente al-Sisi assinou uma nova lei draconiana que confere às autoridades amplos poderes para negar o registro de ONGs, dissolver ONGs e exonerar seus conselhos de administração. A lei também prevê cinco anos de prisão para pesquisas publicadas sem autorização do governo². Até o fim do ano, o governo não havia regulamentado a lei, a fim de que fosse implementada.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO

Entre janeiro e maio, os tribunais condenaram pelo menos 15 jornalistas a sentenças que variaram de três meses a cinco anos de prisão, por acusações relacionadas unicamente a suas reportagens,

incluindo difamação e a publicação do que as autoridades consideravam "informações falsas". Em 25 de setembro, um tribunal condenou o ex-candidato presidencial e proeminente advogado de direitos humanos Khaled Ali a três meses de prisão por "violar o decoro público", devido a uma fotografia em que celebrava uma decisão do tribunal ordenando a suspensão da entrega de duas ilhas para a Arábia Saudita³. A partir de maio, as autoridades bloquearam pelo menos 434 sites, incluindo os de jornais independentes, como o *Mada Masr*, e organizações de direitos humanos, como a Rede Árabe para os Direitos Humanos. Em março, o ministro da Justiça encaminhou dois juízes, Hisham Raouf e Assem Abdelgabar, a uma audiência disciplinar por participarem de uma oficina organizada por um grupo egípcio de direitos humanos para elaborar uma lei contra a tortura.

As forças de segurança prenderam ao menos 240 ativistas políticos e manifestantes, entre abril e setembro, sob acusações relativas a postagens on-line, que as autoridades consideraram "ofensivas" ao Presidente ou por participarem de protestos não autorizados. Em abril, um tribunal penal condenou à revelia o advogado e ativista Mohamed Ramadan a 10 anos de prisão nos termos da lei draconiana de combate ao terrorismo. Em dezembro, um tribunal de Alexandria condenou o juiz de direitos humanos Mahinour El-Masry a dois anos de prisão por sua participação pacífica em um protesto⁴.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

As forças de segurança continuaram a prender centenas de pessoas com base na sua adesão ou na percepção de que pertenciam à Irmandade Muçulmana, arrancando-as de suas casas ou locais de trabalho ou, em um caso, de uma estação de férias.

As autoridades usaram a detenção preventiva prolongada, muitas vezes por períodos de mais de dois anos, como meio de punir os oponentes. Em outubro, um juiz renovou a detenção preventiva do defensor

de direitos humanos Hisham Gaafar, apesar de ele estar detido por mais de dois anos, prazo limite permitido pela lei egípcia. O fotógrafo Mahmoud Abu Zeid, conhecido como Shawkan, já havia passado dois anos em prisão preventiva quando seu julgamento começou, em agosto de 2015. Durante todo o ano de 2017, permaneceu na prisão ao lado de 738 corréus, enquanto prosseguia o julgamento.

Após a libertação, os ativistas políticos foram frequentemente obrigados a cumprir períodos de liberdade condicional de até 12 horas por dia em uma delegacia de polícia local, o que equivale à privação arbitrária de liberdade.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS E DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

As forças do Ministério do Interior continuaram sujeitando pessoas suspeitas de envolvimento em violência política a desaparecimento forçado e execução extrajudicial. De acordo com a Comissão Egípcia para os Direitos e Liberdades, as forças de segurança submeteram pelo menos 165 pessoas ao desaparecimento forçado, entre janeiro e agosto, por períodos que variaram de sete a 30 dias.

O Ministério do Interior alegou que mais de 120 pessoas foram mortas em trocas de tiros com as forças de segurança durante o ano. No entanto, em muitos desses casos, as pessoas mortas já estavam sob custódia do Estado depois de terem sido submetidas a desaparecimento forçado. Em maio, o Ministério anunciou a morte do professor Mohamed Abdelsatar "em uma troca de tiros com a polícia". No entanto, seus colegas testemunharam sua prisão um mês antes em seu local de trabalho. Em abril, um vídeo vazado mostrou forças militares em Sinai do Norte executando extrajudicialmente seis homens desarmados e um adolescente de 17 anos.

DETENÇÃO

A tortura e outros maus-tratos permaneceram rotineiros nos locais oficiais de detenção e foram sistemáticos em centros

de detenção administrados pela Agência Nacional de Segurança. Em julho, um homem copta foi preso e detido na delegacia de polícia de Manshyet Nasir, na capital do Cairo, em razão de um pequeno delito; 15 horas depois, ele estava morto. Os familiares declararam que viram hematomas na parte superior de seu corpo, e o laudo oficial da autópsia afirmou que sua morte resultou de um "ato criminoso suspeito".

As autoridades penitenciárias, inclusive da prisão de segurança máxima de Tora e da prisão de Wadi el-Natrun, puniram os internos detidos por razões políticas, colocando-os em confinamento solitário indefinido e prolongado. Em fevereiro, o Ministério do Interior modificou os regulamentos prisionais para permitir que o isolamento fosse estendido para até seis meses, uma prática que pode configurar tortura ou outros maus-tratos. O ativista político Ahmed Douma passou seu terceiro ano em regime de isolamento na prisão de Tora, confinado em sua cela pelo menos 22 horas por dia. O porta-voz da Irmandade Muçulmana, Gehad el-Hadad, permanece detido por tempo indefinido em regime de isolamento no presídio de segurança máxima de Al Aqrab, desde a sua prisão em 17 de setembro de 2013.

Outras formas de maus-tratos e negligência médica nas prisões continuaram; dezenas de presos morreram, muitas vezes devido à recusa das autoridades penitenciárias em transferi-los a um hospital para tratamento médico. Em setembro, o ex-líder da Irmandade Muçulmana, Mohamed Mahdi Akef, morreu na prisão de câncer no pâncreas

JULGAMENTOS INJUSTOS

Centenas foram condenados, alguns à morte, depois de julgamentos coletivos extremamente injustos. Em setembro, um tribunal penal do Cairo condenou 442 pessoas à prisão, com sentenças de cinco a 25 anos, no caso dos protestos ocorridos na mesquita de al-Fateh em agosto de 2013, após um julgamento claramente injusto de 494 réus. Os tribunais continuaram a basear

suas sentenças primariamente nos relatórios da Agência de Segurança Nacional e em provas inconsistentes, inclusive confissões obtidas sob tortura. Os civis continuaram enfrentando julgamentos injustos perante tribunais militares; pelo menos 384 civis foram encaminhados para julgamentos militares durante o ano.

PENA DE MORTE

Os tribunais ordinários e militares continuaram a proferir sentenças de morte depois de julgamentos coletivos flagrantemente injustos. Em junho, o Tribunal de Cassação confirmou as sentenças de morte de sete homens, em dois casos diferentes após julgamentos injustos. Pelo menos seis dos homens haviam sido submetidos a desaparecimento forçado e foram torturados para "confessar". O tribunal baseou-se fortemente nessas confissões coagidas para seu veredicto e condenação. Também em junho, o Tribunal Superior Militar confirmou sentenças de morte contra quatro homens, na sequência de julgamentos extremamente injustos, em que o tribunal se baseou em "confissões" obtidas mediante tortura durante 93 dias de prisão em regime de incomunicabilidade⁵. Em 26 de dezembro, as autoridades executaram 15 homens que haviam sido condenados por um tribunal militar por matar nove militares em Sinai do Norte em 2013.

DIREITO DAS MULHERES

Mulheres e meninas continuaram sendo insuficientemente protegidas contra a violência sexual e de gênero, enfrentando a discriminação de gênero na lei e na prática. A ausência de medidas para garantir a privacidade e a proteção das mulheres que denunciavam violência sexual e de gênero continuou sendo um dos principais fatores que levam muitas mulheres e meninas a não denunciarem esses crimes. Várias das que os denunciaram sofreram perseguição e retaliação por parte dos perpetradores ou de suas famílias. Em alguns casos, funcionários do Estado e deputados culpavam as vítimas pela violência sexual sofrida e atribuíram os

incidentes a sua "vestimenta reveladora". Em março, uma jovem estudante foi atacada e violentada sexualmente por uma turba na cidade de Zagazig, na província de Al Sharkia. Em lugar de prender os perpetradores e levá-los à Justiça, a Direção de Segurança do governo de Al Sharkia emitiu uma declaração mencionando que, "por usar um vestido curto", a vítima "provocou o ataque do bando".

As mulheres continuaram a enfrentar discriminação no sistema judiciário. Algumas mulheres que tentaram candidatar-se ao Conselho de Estado a fim de serem designadas juízas não receberam os documentos necessários para protocolar seus pedidos. Uma mulher ingressou com uma ação contra o Conselho de Estado alegando discriminação.

DIREITO DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Requerentes de asilo e refugiados continuaram a ser presos, detidos e deportados por entrar ou sair do país de forma irregular. Entre janeiro e abril, autoridades de imigração deportaram pelo menos 50 requerentes de asilo da Eritreia, Etiópia e Sudão, entre os quais crianças pequenas, para seus países de origem, sem lhes dar acesso à representação legal ou ao ACNUR, a agência de refugiados da ONU. A devolução forçada de solicitantes de asilo da Eritreia, bem como de cidadãos etíopes e sudaneses com temores justificados de perseguição, configuraram *refoulement*. Em julho, as autoridades rastreamentaram estudantes chineses, quase todos da minoria étnica uigur, detendo pelo menos 200 pessoas e deportando ao menos 21 homens e uma mulher para a China, em violação às obrigações do Egito de *non-refoulement*.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Na pior repressão em mais de uma década, as autoridades em todo o Egito realizaram batidas policiais e processaram pessoas com base no que presumiam ser sua orientação

sexual, depois que uma bandeira do arco-íris foi exibida em um show no Cairo, em 22 de setembro. Os processos causaram indignação pública. As forças de segurança prenderam pelo menos 76 pessoas e realizaram ao menos cinco exames anais, uma prática que equivale à tortura. Os presos incluíam um homem e uma mulher que foram detidos por três meses por carregar a bandeira do arco-íris no concerto, bem como pessoas que expressaram apoio ao ato na internet. Muitos dos detidos foram presos por forças de segurança depois de caírem em armadilhas de encontros marcados pela internet. Os tribunais sentenciaram ao menos 48 pessoas a penas que variavam entre três meses e seis anos de prisão, por acusações que incluíam "hábitos de libertinagem". As outras pessoas presas permaneceram detidas e sendo interrogadas pelos promotores.

No final de outubro, um grupo de parlamentares propôs uma lei altamente discriminatória que criminalizava as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo e qualquer promoção pública de reuniões, símbolos ou bandeiras LGBTI. O projeto de lei propunha penas de até cinco anos de prisão, ou 15 anos de prisão para uma pessoa condenada por múltiplas acusações.

LIBERDADE DE CRENÇA E RELIGIÃO

As autoridades continuaram a infringir o direito à liberdade de religião discriminando os cristãos. Em agosto, as forças de segurança impediram que dezenas de cristãos coptas rezassem em uma casa na aldeia de Alfor, na província de Minya, citando motivos de segurança. Persistiu a impunidade dos ataques sectários contra comunidades cristãs, e o governo continuou a contar com arranjos e acordos de conciliação mediados por autoridades locais e líderes religiosos. Em meio à impunidade, a violência praticada por agentes não estatais contra os cristãos aumentou significativamente. Em Sinai do Norte, grupos armados mataram sete cristãos coptas entre 30 de janeiro e 23 de fevereiro, provocando um deslocamento interno sem precedentes

de pelo menos 150 famílias coptas que vivem naquela província⁶. As autoridades não ofereceram a proteção necessária ou compensação adequada a essas pessoas. Em dezembro, o Estado Islâmico reivindicou a responsabilidade pelos disparos contra 10 pessoas num atentado contra uma igreja em Helwan, no sul do Cairo.

Em novembro, um ataque a uma mesquita em Sinai do Norte, durante as preces de sexta-feira, matou pelo menos 300 fiéis. Nenhum grupo reivindicou responsabilidade pelo atentado.

DIREITO DOS TRABALHADORES

As autoridades submeteram dezenas de trabalhadores e sindicalistas à prisão, julgamento militar, demissão e uma série de medidas disciplinares, unicamente pelo exercício do direito à greve e pela criação de sindicatos independentes. Em junho, um Tribunal de Apelação Penal do Cairo condenou 32 trabalhadores da empresa privada Tora Cement Company a dois meses de prisão, depois de serem acusados de participar de um protesto não autorizado e de "agredir as forças de segurança", apesar da natureza pacífica de sua manifestação, um protesto sentado de 55 dias em protesto contra demissões. Em dezembro, o Tribunal Militar em Alexandria retomou o julgamento de 25 trabalhadores da Alexandria Shipyard, um estaleiro militar. O julgamento começou em maio de 2016, com acusações que incluem "incitar os trabalhadores à greve". Tanto o governo quanto a Federação Sindical oficial do Egito tentaram privar os sindicatos independentes do reconhecimento *de facto* que eles obtiveram em 2011 com uma declaração emitida pelo então ministro do Trabalho. As autoridades continuaram a negar seu reconhecimento legal e a dificultar seu funcionamento através de uma série de medidas⁷. Em 5 de dezembro, o parlamento aprovou uma nova lei sindical, em substituição à Lei 35 de 1976, criando requisitos excessivos de que os sindicatos tenham pelo menos 150 membros para obter o reconhecimento legal, do contrário serão dissolvidos automaticamente.

Direito dos povos indígenas

Apesar de um dispositivo constitucional explícito reconhecendo o direito dos povos indígenas nubianos de retornarem às suas terras tradicionais, o governo continuou a negar aos indígenas deslocados o direito de ter acesso às terras, o que representa uma ameaça à preservação de sua identidade cultural, histórica e linguística. Em 3 de setembro, ativistas nubianos realizaram um protesto pedindo às autoridades para revogar um decreto presidencial de 2014, que classificou 16 aldeias localizadas em terras nubianas tradicionais como zonas militares e proibiu os moradores de viverem naquele local. A polícia prendeu 25 ativistas e os deteve por três meses⁸.

1. New legislation threatens judicial independence in Egypt ([Press release](#), 27 April)
2. Egypt: NGO law threatens to annihilate human rights groups ([Press release](#), 30 May)
3. Egypt: Former presidential candidate given jail term in bid to stop him running in 2018 election ([Press release](#), 25 September)
4. Egypt: 10-year prison term for insulting President an outrageous assault on freedom of expression ([Press release](#), 13 April)
5. Egypt: Seven men facing imminent execution after being tortured in custody ([Press release](#), 16 June), Egypt: Four men facing imminent executions after grossly unfair military trial ([MDE 12/6590/2017](#))
6. Egypt: Government must protect Coptic Christians targeted in string of deadly attacks in North Sinai ([Press release](#), 1 March)
7. Egypt: On Labour Day – relentless assault on labour rights ([MDE 12/6154/2017](#))
8. Egypt: Release 24 Nubian activists detained after protest calling for respect of their cultural rights ([Press release](#), 12 September)

EL SALVADOR

República de El Salvador

Chefe de Estado e de governo: **Salvador Sánchez Cerén**

Índices elevados de violência motivada por gênero continuaram a fazer de El Salvador um dos países mais perigosos para as mulheres. A proibição total do aborto se manteve, e mulheres foram condenadas por homicídio qualificado depois de sofrerem interrupção involuntária da gestação ou outras emergências obstétricas. Para

combater a violência, o governo implementou uma série de medidas de segurança que não estão de acordo com as normas de direitos humanos. Algumas medidas foram tomadas para enfrentar a impunidade por abusos históricos; entretanto, os poderes executivo e legislativo admitiram estar descumprindo uma sentença de 2016 da Suprema Corte declarando que a Lei de Anistia de 1993 é inconstitucional.

INFORMAÇÕES GERAIS

El Salvador continuou tendo uma das taxas de homicídios mais altas do mundo, apesar do número de homicídios ter diminuído de 5.280 em 2016 para 3.605 em 2017. Os dados de 2017 registraram a ocorrência de 429 feminicídios.

DIREITOS DAS MULHERES

O aborto continuou proibido em todas as circunstâncias, com punição criminal tanto para as mulheres quanto para as prestadoras dos serviços de saúde. Consequentemente, as mulheres de baixa renda foram afetadas de modo desproporcional.

Em março, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) admitiu uma petição no caso de Manuela, uma mulher condenada por homicídio depois de sofrer uma interrupção involuntária da gestação. Ela faleceu em consequência de um câncer enquanto cumpria pena na prisão.

Em 5 de julho, Evelyn Beatriz Hernández Cruz foi sentenciada a 30 anos de prisão, depois de condenada por homicídio doloso em razão de ter sofrido complicações obstétricas que resultaram em um aborto espontâneo. Em 13 de dezembro, um tribunal negou a libertação de Teodora del Carmen Vásquez; em 2007, ela teve um parto com feto natimorto, sendo posteriormente sentenciada a 30 anos de prisão por homicídio doloso.

Em agosto, um deputado da Aliança Republicana Nacionalista, um partido de oposição, apresentou uma nova proposta para descriminalizar o aborto em duas circunstâncias: quando a vida da mulher

estiver em risco ou quando a gravidez for resultado do estupro de uma pessoa menor de idade. A proposta ainda tramitava no Parlamento. Em 2016, outras propostas de descriminalização parcial do aborto haviam sido apresentadas, porém, sem êxito.

Em agosto, o Congresso aprovou uma lei proibindo os casamentos precoces, sem exceção.

Em novembro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos admitiu uma petição no caso de “Beatriz”, uma mulher que teve um aborto negado em 2013, apesar de sua vida estar em risco em função da gestação, e cujo feto foi diagnosticado com uma condição fatal da qual não sobreviveria após o parto.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Em junho, a casa da defensora dos direitos humanos Sonia Sánchez Pérez foi revista ilegalmente por agentes da Polícia Civil Nacional. Em 2015, a Ouvidoria de Direitos Humanos lhe havia outorgado medidas cautelares por causa de seu trabalho de proteção ambiental.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Em outubro, Karla Avelar, defensora dos direitos humanos e fundadora da primeira associação de pessoas trans de El Salvador, anunciou que buscaria asilo na Europa porque não estava recebendo proteção das autoridades, mesmo depois de sofrer várias ameaças e incidentes contra sua segurança, além de extorsão de grupos criminosos. Entre janeiro e setembro, a Associação Comunicando e Capacitando Mulheres Trans em El Salvador (COMCAVIS TRANS) registrou 28 atentados graves, a maioria homicídios, cometidos contra pessoas LGBTI.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Em setembro, o Instituto de Direitos Humanos da Universidade Centroamericana José Simeón Cañas (IDHUCA) e a ONG Serviço Social Passionista (SSPAS) relataram perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos que as Forças Armadas e

a Polícia Civil Nacional foram responsáveis por perpetrar execuções extrajudiciais.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

Em novembro, o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos exortou El Salvador a pôr fim às medidas de segurança extraordinárias adotadas desde 2016 para combater a violência das gangues e do crime organizado, as quais não cumpriam com as normas internacionais de direitos humanos. As medidas incluíam detenção prolongada em regime de isolamento, em condições desumanas, e suspensão prolongada de visitas familiares aos presos.

PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

Nos dias 6 e 13 de outubro, pela primeira vez, a Câmara Constitucional da Corte Suprema de Justiça expediu dois mandados judiciais (*amparos*) para proteger pessoas deslocadas dentro do país. Os mandados incluíam medidas protetivas para uma família que havia sido deslocada por ter sido vítima de estupro, ameaças, espancamentos e hostilidades por parte de uma gangue. A decisão foi acolhida positivamente pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pelo relator especial da ONU sobre os direitos humanos das pessoas deslocadas internamente.

IMPUNIDADE

Medidas de âmbito nacional e internacional foram adotadas para reparar crimes de direito internacional e punir perpetradores de violações de direitos humanos cometidas durante o conflito armado ocorrido entre 1980 e 1992 em El Salvador.

Em maio, um tribunal ordenou a reabertura do caso do monsenhor Oscar Arnulfo Romero y Galdámez, arcebispo de São Salvador, assassinado em 1980 por um esquadrão da morte enquanto celebrava uma missa.

Após uma sentença da Suprema Corte em 2016 considerando a Lei de Anistia de 1993 inconstitucional, a Corte realizou uma audiência em julho para determinar que providências o governo havia tomado para

cumprir a sentença. Na audiência, tanto o poder Executivo quanto o Legislativo admitiram não estar acatando a sentença.

Em setembro, o governo criou uma comissão com o propósito de procurar pessoas submetidas a desaparecimento forçado durante o conflito armado.

Em novembro, a Suprema Corte dos EUA abriu a possibilidade de que o coronel Inocente Orlando Montano Morales seja processado na Espanha pela acusação de ter conspirado para o assassinato de seis padres jesuítas, de sua governanta e sua filha, em 1989 em El Salvador.

EQUADOR

República do Equador

Chefe de Estado e de governo: **Lenín Boltaire Moreno Garcés** (substituiu **Rafael Vicente Correa Delgado** em maio)

Lideranças indígenas, defensores dos direitos humanos e funcionários de ONGs enfrentaram perseguições e hostilidades, em meio a constantes limitações dos direitos à liberdade de expressão e de associação. O direito dos povos indígenas ao consentimento livre, prévio e informado continuou sendo restringido. Um projeto de Lei para Prevenir e Eliminar a Violência contra as Mulheres aguardava revisão da Assembleia Nacional.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 24 de maio, Lenín Moreno Garcés assumiu a Presidência. Em seguida, convocou um referendo e uma consulta popular, marcados para fevereiro de 2018, a fim de que os equatorianos decidam sobre questões tais como uma emenda à Constituição para eliminar a possibilidade de reeleição por tempo indefinido, a proibição de mineração em áreas protegidas e a redução da área de exploração petrolífera no Parque Nacional Yasuní.

MONITORAMENTO INTERNACIONAL

Em maio, a situação dos direitos humanos no Equador foi avaliada segundo o processo de Revisão Periódica Universal da ONU. O Equador aceitou as recomendações para adotar um plano de ação nacional sobre empresas e direitos humanos, criar um mecanismo de consulta efetivo para os povos indígenas, ajustar as leis nacionais sobre liberdade de expressão e de associação às normas internacionais, garantir a proteção de jornalistas e defensores dos direitos humanos, e assegurar a proteção contra a discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero. O Equador se comprometeu a coordenar a criação de um instrumento internacional juridicamente vinculante relativo a corporações transnacionais e direitos humanos. O país recebeu um total de 182 recomendações, das quais 159 foram aceitas, 19 observadas e quatro reservadas para mais apreciações.

Em julho, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) realizou audiências sobre a violência e a hostilidade enfrentadas pelos defensores dos direitos humanos, e sobre a indústria de extração de recursos e o direito à identidade cultural dos povos indígenas no Equador. A Comissão manifestou preocupação com a ausência de representantes do Estado em ambas as audiências.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO

Em janeiro, o Ministério do Meio Ambiente rejeitou uma demanda proposta pelo Ministério do Interior para fechar a ONG Corporación Acción Ecológica, por falta de provas que ligassem a ONG à violência ocorrida em 2016 na província de Morona Santiago.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Em novembro, a Assembleia Nacional aprovou o projeto da Lei para Prevenir e Eliminar a Violência contra as Mulheres. O Presidente Moreno vetou parte do projeto e propôs uma série de modificações, que no

fim do ano estavam sendo examinadas pela Assembleia Nacional.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em julho, organizações indígenas e de direitos humanos denunciaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos intrusões do Estado em território do povo Sapara, visando à futura exploração de petróleo no local. As organizações também denunciaram a abertura de licitações para exploração de petróleo no território do povo Kichwa de Sarayaku, sem seu consentimento livre, prévio e informado, apesar de uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos determinando que o povo Kichwa deve ser consultado.

Em abril, Agustín Wachapá, líder indígena Shuar, foi posto em liberdade condicional, depois de passar quatro meses em detenção provisória, acusado de incitação à violência em Morona Santiago em 2016. O povo Shuar continuou a enfrentar uma disputa relativa à instalação de duas minas de cobre em seu território.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Organizações não governamentais denunciaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a falta de um sistema de proteção adequado ou de uma instituição especializada responsável por investigar ataques contra defensores dos direitos humanos e sua criminalização. Elas também denunciaram o frequente mau uso da acusação de agressão ou resistência à autoridade com a intenção de processar defensores dos direitos humanos.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

O Comitê para Desaparecimentos Forçados da ONU observou em março que não se estabeleceu qualquer responsabilidade penal nos 17 casos de desaparecimento forçado identificados pela Comissão da Verdade, ocorridos de 1984 a 2008, e que o paradeiro de 12 das vítimas continuava desconhecido.

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Emirados Árabes Unidos

Chefe de Estado: **Xeique Khalifa bin Zayed Al Nahyan**

Chefe de governo: **Xeique Mohammed bin Rashed Al Maktoum**

As autoridades continuaram a restringir de forma arbitrária as liberdades de expressão e de associação, usando leis penais de difamação e combate ao terrorismo para deter, processar, condenar e encarcerar pessoas críticas ao governo, inclusive um destacado defensor dos direitos humanos. Dezenas de indivíduos, inclusive prisioneiros de consciência, sentenciados após julgamentos injustos, permaneceram presos. As autoridades mantinham pessoas detidas em condições que podiam configurar tortura, não tendo investigado denúncias de tortura feitas em anos anteriores. As mulheres continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática. Trabalhadores migrantes eram vulneráveis à exploração e abuso. Os tribunais seguiram impondo sentenças de morte; uma execução foi registrada.

INFORMAÇÕES GERAIS

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) continuaram integrando a coalizão internacional liderada pela Arábia Saudita, envolvida no conflito armado no Iêmen. Junto com a Arábia Saudita, os EAU treinaram, financiaram e apoiaram forças no Iêmen, algumas das quais se reportavam diretamente ao país. Essas forças se engajaram em práticas de detenção arbitrárias e ilegais, como em Aden, onde perpetraram uma campanha de detenções arbitrárias e desaparecimentos forçados (ver a seção sobre o Iêmen). Juntamente com a Arábia Saudita, o Bahrein e o Egito, os EAU também romperam relações com o Catar (ver a seção sobre o Catar).

Em setembro, o Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD)

reiterou seu apelo para que os EAU criassem uma instituição de direitos humanos, de acordo com os Princípios de Paris. As autoridades ou rejeitaram ou não tomaram qualquer providência com relação às declarações e recomendações dos órgãos de direitos humanos da ONU, inclusive àquelas publicadas conjuntamente pelos mecanismos de procedimentos especiais, pelo Alto Comissariado para os Direitos Humanos e pelo Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias.

Em junho, um tribunal da Bélgica condenou à revelia oito mulheres de Abu Dhabi pertencentes à família Al Nahyan, que governa os emirados, por tráfico de pessoas e tratamento degradante de até 23 trabalhadoras domésticas.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO

As autoridades continuaram a restringir de forma arbitrária as liberdades de expressão e de associação, usando o Código Penal e leis de combate ao terrorismo e aos crimes cibernéticos, que criminalizam críticas pacíficas a políticas e funcionários do Estado. Pelo menos 13 pessoas foram presas ou processadas com base nessas leis. Em Dubai, dois homens foram presos por se “vestirem de modo feminino”, em violação ao seu direito à liberdade de expressão.

Em março, o governo anunciou a criação de uma Promotoria Pública Federal para Crimes de Tecnologia da Informação, cujo mandato para investigar e processar crimes incluía as expressões pacíficas. Em agosto, as autoridades de Dubai suspenderam por um mês o site de notícias Arabian Business, por publicação de “informações falsas” sobre projetos imobiliários não exitosos.

Também em agosto, o proeminente defensor dos direitos humanos Ahmed Mansoor foi preso. Até o fim do ano, ele não tivera acesso a um advogado. Ahmed era mantido em regime de isolamento e incomunicável, exceto por duas visitas familiares, em violação à proibição da tortura e de outros maus-tratos.

Em março, o Tribunal Federal de Recursos da capital, Abu Dhabi, confirmou a sentença de 10 anos de prisão de Nasser Bin Ghaith, um prisioneiro de consciência. Em 2015, ele foi detido de forma arbitrária e, durante seu julgamento, afirmou ter sido torturado. Em abril, ele iniciou uma greve de fome em protesto por não ter podido ver o veredicto do tribunal de recursos nem se reunir com seu advogado.

Em junho, o procurador-geral dos EAU anunciou que quem manifestar solidariedade com o Catar estará sujeito a 15 anos de prisão e multas. Em julho, Ghanim Abdallah Matar foi detido por postar na internet um vídeo em que se solidarizava com o povo catariense.

O Supremo Tribunal Federal confirmou uma pena de três anos de prisão, multa de Dh 500.000 (US\$136.135) e sentença de deportação contra o jornalista jordaniano e prisioneiro de consciência Tayseer al-Najjar. Ele estava detido desde dezembro de 2015 por ter feito postagens no Facebook consideradas “prejudiciais [à] reputação e prestígio do Estado dos emirados”.

O defensor dos direitos humanos e prisioneiro de consciência Mohammad al-Roken continuou na prisão, cumprindo uma pena de 10 anos imposta em 2013 após um julgamento coletivo injusto (conhecido como o julgamento dos “94 dos EAU”). Em maio, ele recebeu o prêmio internacional de direitos humanos Ludovic Trarieux.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

As denúncias de tortura e outros maus-tratos de pessoas detidas, inclusive de negação de cuidados médicos, continuaram comuns. Nenhuma investigação independente sobre essas denúncias foi realizada.

Em maio, detentos da Penitenciária al-Razeen em Abu Dhabi, entre os quais Imran al-Radwan, entraram em greve de fome para protestar contra as revistas íntimas obrigatórias, supostos assédios sexuais e outros maus-tratos por parte dos agentes penitenciários.

SISTEMA DE JUSTIÇA

As autoridades se recusaram a libertar pelo menos cinco presos cujas penas já haviam sido cumpridas, entre eles, Osama al-Najjar, prisioneiro de consciência detido em 2014. As autoridades prisionais da Penitenciária al-Razeen, onde estavam detidas as pessoas condenadas no caso dos “94 dos EAU”, costumavam assediar os familiares dos presos e impedir suas visitas.

DIREITOS DAS MULHERES

As mulheres continuaram sendo submetidas à discriminação na lei e na prática, principalmente em questões relativas a casamento e divórcio, herança e custódia dos filhos. Elas não tinham proteção adequada contra a violência sexual ou praticada dentro da família.

DIREITOS DOS TRABALHADORES – TRABALHADORES MIGRANTES

Os trabalhadores migrantes, que compunham a vasta maioria da mão-de-obra privada, continuaram a ser explorados e a sofrer abusos. Eles permaneceram atrelados a seus empregadores por meio do sistema de patrocinadores *kafala*, sendo privados do direito de negociação coletiva. Os sindicatos continuaram banidos, e os trabalhadores migrantes que participassem de greves podiam ser deportados e proibidos de retornar aos EAU por um ano.

Em setembro, entrou em vigor a Lei Federal Nº 10 de 2017, que limita as horas de trabalho, além de prever folga semanal e férias remuneradas de 30 dias por ano, bem como o direito de que a pessoa retenha seus documentos pessoais. Ao que parece, a lei possibilita que os empregados terminem seu contrato de trabalho caso o empregador infrinja algum de seus termos, e determina que as disputas sejam decididas por tribunais ou varas especializadas. No entanto, os trabalhadores continuaram vulneráveis às acusações dos empregadores referentes a crimes definidos de forma demasiado ampla ou vaga como “não proteger os segredos dos empregadores”,

com multas de até Dh 100.000 (US\$27.225) ou penas de seis meses de prisão.

Em setembro, o Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial manifestou preocupação com a falta de supervisão e aplicação das medidas destinadas a proteger os trabalhadores migrantes, bem como com os obstáculos que impedem os trabalhadores migrantes de acessar a Justiça, como sua relutância em apresentar queixas por medo de represálias.

PENA DE MORTE

Os tribunais impuseram sentenças de morte; uma execução foi levada a cabo em 23 de novembro.

ESPANHA

Reino da Espanha

Chefe de Estado: **Rei Felipe VI de Borbón**

Chefe de governo: **Mariano Rajoy**

Os direitos à liberdade de expressão e de manifestação pacífica dos apoiadores da independência catalã foram restringidos de modo desproporcional. Dezenas de pessoas foram processadas por “glorificar o terrorismo” e “humilhar vítimas” nas mídias sociais. Agentes de aplicação da lei usaram força excessiva contra manifestantes pacíficos que apoiavam o referendo de independência da Catalunha. A Espanha realocou menos requerentes de asilo do que havia se comprometido a fazer com base no programa de recolocação da UE, tendo também reassentado menos refugiados do que o prometido. Milhares de pessoas continuaram sendo submetidas a remoções forçadas. As autoridades mantiveram arquivadas as investigações sobre crimes de direito internacional cometidos durante a Guerra Civil e o regime de Franco.

INFORMAÇÕES GERAIS

Dois atentados violentos aconteceram em agosto na Catalunha, deixando 16 pessoas mortas e várias feridas. O grupo armado Estado Islâmico (EI) reivindicou

responsabilidade. Seis pessoas que se acreditava serem responsáveis pelos ataques foram mortas pelas forças de segurança; outras quatro foram presas e processadas por participação nos atentados e pertencimento ao grupo que executou os atentados.

Em 1º de outubro, o governo da Catalunha, uma região autônoma no Nordeste da Espanha, realizou um referendo sobre a independência da região, desafiando diversas decisões do Tribunal Constitucional. Em 17 de outubro, o Tribunal Constitucional suspendeu o referendo, pois a consulta se fundamentava numa lei regional que era inconstitucional. A Corte confirmou a medida cautelar que havia adotado em 7 de setembro, ordenando que o referendo fosse suspenso. Em 27 de outubro, os grupos políticos pró-independência no parlamento regional catalão declararam unilateralmente a independência da Catalunha. No mesmo dia, o Senado autorizou o governo espanhol a tomar as medidas previstas no artigo 155 da Constituição Espanhola, efetivamente suspendendo a autonomia da região e impondo o comando direto do governo nacional. O governo espanhol dissolveu o governo regional e o parlamento catalães. Em 21 de dezembro, foram realizadas novas eleições regionais na Catalunha. A maioria das cadeiras no legislativo local foi conquistada por partidos pró-independência.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE MANIFESTAÇÃO PACÍFICA

Após a decisão do Tribunal Constitucional em 7 de setembro suspendendo o referendo catalão, algumas autoridades restringiram desproporcionalmente os direitos à liberdade de expressão e de manifestação pacífica. Tribunais de Madri e de Vitória, no País Basco, proibiram duas manifestações públicas em apoio ao referendo. O município de Castelldefels, na Catalunha, aplicou uma proibição total ao uso de espaços públicos para manifestações contrárias ou favoráveis ao referendo.

Em 16 de outubro, o juiz de um tribunal superior ordenou a detenção provisória de

Jordi Cuixart e Jordi Sánchez, presidentes de duas organizações pró-independência da Catalunha. Eles foram detidos e acusados de sedição, um delito definido de forma bastante ampla, em função dos protestos que organizaram em Barcelona nos dias 20 e 21 de setembro para, segundo o juiz, oporem-se a uma ação legal da polícia. Em novembro, o Tribunal Supremo se incumbiu dos processos contra Jordi Sánchez e Jordi Cuixart. A Corte ampliou o escopo da investigação contra eles para incluir o delito de rebelião.

Dezenas de pessoas foram processadas por “glorificar o terrorismo” e “humilhar vítimas” nas mídias sociais. Em muitos casos, as autoridades processaram criminalmente indivíduos por manifestar opiniões que não eram incitação a delitos relacionados ao terrorismo, e que constituíam formas de expressão permitidas de acordo com o direito internacional dos direitos humanos. No decorrer do ano, 22 pessoas foram condenadas. Em março, Cassandra Vera recebeu uma sentença condicional com pena de um ano de prisão por “humilhar vítimas de terrorismo”. Ela havia feito postagens satíricas no Twitter sobre o assassinato de Carrero Blanco, primeiro-ministro no regime de Franco, pelo ETA em 1973.

Em janeiro, um juiz de instrução arquivou as acusações de incitação ao ódio contra Alfonso Lázaro de la Fuente e Raúl García Pérez, dois marionetistas profissionais que, em fevereiro de 2016, foram detidos provisoriamente por cinco dias acusados de “glorificar o terrorismo” e incitar o ódio. As acusações de “glorificar o terrorismo” foram arquivadas em 2016.

Sanções administrativas continuaram sendo impostas a particulares, ativistas de direitos humanos e jornalistas com base na Lei de Segurança Pública. Tais sanções podem constituir restrições ilegais aos direitos à liberdade de expressão, de manifestação pacífica e de informação.

Mercé Alcocer, jornalista da Rádio Catalunha, foi multada em €601 por desobedecer uma ordem da polícia. Ela

cruzou uma linha policial não demarcada para tentar entrevistar uma testemunha, quando fazia a cobertura de um caso de corrupção investigado por um tribunal superior. A jornalista recorreu, argumentando que havia retrocedido quando recebeu ordens para isso, e que sua versão dos fatos poderia ser corroborada pelas gravações das câmaras de segurança. As gravações, porém, não foram admitidas como prova, e seu recurso ainda estava pendente no fim do ano.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em setembro, o Tribunal Superior arquivou o pedido de extradição de Nekane Txapartegi da Suíça. O prazo para aplicar a condenação imposta a ela em dezembro de 2009 expirou. Em abril, o relator especial sobre a tortura instou as autoridades suíças a negarem a extradição. Nekane Txapartegi afirmou ter sido submetida a tortura e outros maus-tratos quando ficou detida por cinco dias em regime de incomunicabilidade numa delegacia de polícia de Madri em 1999. Ela havia sido presa por suspeita de cometer delitos relacionados ao terrorismo e de pertencer ao ETA. As investigações sobre sua denúncia de tortura não foram conduzidas de modo cuidadoso anteriormente.

Em maio, o Tribunal Constitucional acolheu um recurso apresentado pelo governo contra uma lei do parlamento basco sobre reconhecimento e reparação às vítimas de violações de direitos humanos no País Basco.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Os agentes da lei responsáveis pelo policiamento dos protestos de 1º de outubro na Catalunha usaram força excessiva contra manifestantes pacíficos que se opunham a uma operação policial. A polícia disparou cartuchos sem projéteis e balas de borracha, ferindo gravemente uma pessoa, que perdeu a visão de um olho.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

A Espanha não cumpriu seu compromisso de realocar 15.888 requerentes de asilo,

conforme o programa de recolocação emergencial da UE. Até o fim do ano, 1.328 pessoas haviam sido realocizadas, das quais 592 de nacionalidade síria. A Espanha tampouco manteve seu compromisso de reassentar 1.449 refugiados do Oriente Médio e do Norte da África. Até 31 de dezembro, foram reassentados 1.360 refugiados, todos de nacionalidade síria, com exceção de um da Palestina

Entre janeiro e dezembro, 25.853 solicitações de asilo foram apresentadas, e 34.655 continuavam pendentes até o fim de outubro. Requerentes de asilo continuaram a enfrentar atrasos nas decisões de seus pedidos. Para muitos deles, o período em que tinham direito a receber auxílio do governo, enquanto seus pedidos de asilo eram examinados, acabava muito antes que seu caso fosse resolvido.

Segundo a FRONTEX, a agência de fronteiras da UE, aconteceram até setembro 21.663 travessias irregulares de fronteira através da rota do Mediterrâneo Ocidental, mais que o dobro que no mesmo período de 2016.

Em outubro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos considerou que a devolução imediata para o Marrocos de imigrantes da África subsaariana que tentavam entrar em território espanhol por Melilla em 2014 correspondia a uma expulsão coletiva de cidadãos estrangeiros.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Autoridades judiciais continuaram a usar as leis de combate ao terrorismo de modo desproporcional. Três das sete pessoas detidas acusadas de delitos relacionados ao terrorismo por sua suposta participação em um atentado contra dois guardas civis fora de serviço e suas parceiras num bar de Alsasua (Navarra), em outubro de 2016, estavam detidas provisoriamente enquanto aguardavam uma audiência prevista para abril de 2018.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

De acordo com o Ministério da Saúde, Políticas Sociais e Igualdade, 48 mulheres (e oito crianças) foram mortas por seus parceiros ou ex-parceiros.

Em setembro, o Parlamento aprovou um plano de combate à violência motivada por gênero, abrangendo uma revisão da legislação e outras medidas para dar cumprimento às obrigações consagradas na Convenção de Istambul sobre violência contra a mulher.

DIREITO À MORADIA

Milhares de pessoas foram removidas à força, sem as garantias judiciais adequadas nem disponibilização de acomodações alternativas por parte do Estado. Entre essas remoções, registraram-se 26.767 despejos por não pagamento de aluguel e 16.992 despejos hipotecários. Os investimentos públicos em habitação continuaram diminuindo, embora a demanda por moradias de interesse social acessíveis permanecesse alta. Mães solteiras e sobreviventes de violência de gênero eram especialmente afetadas pela falta de moradias alternativas de baixo custo. Em julho, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU confirmou uma denúncia contra a Espanha porque o país não disponibilizou moradia alternativa a uma família que havia sido despejada.

IMPUNIDADE

As autoridades espanholas continuaram arquivando as investigações sobre crimes de direito internacional cometidos durante a Guerra Civil e o regime de Franco. Alegaram que não seria possível investigar os crimes denunciados, como desaparecimentos forçados e torturas, devido, entre outras coisas, à Lei de Anistia e à prescritibilidade dos crimes. As autoridades ainda não haviam tomado qualquer medida para localizar e identificar os restos mortais de vítimas de desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais, deixando a cargo das famílias e das organizações interessadas a tarefa de

exumar os corpos, sem apoio algum do Estado.

Em fevereiro, a Procuradoria Geral da República do México abriu uma investigação sobre o caso dos “bebês roubados”, fazendo do México o segundo país a investigar os crimes de direito internacional cometidos na Espanha durante a Guerra Civil e o regime de Franco. A investigação examinou o caso de uma mulher nascida na Espanha em 1968 e entregue a uma família mexicana, supostamente após ter sido sequestrada de sua família. Em setembro, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários afirmou que esse caso oferecia uma nova oportunidade para que a Espanha cooperasse integralmente com as investigações conduzidas por outros países sobre os desaparecimentos forçados que aconteceram na Espanha.

As emendas de 2014 à legislação sobre jurisdição universal foram invocadas pelo Judiciário espanhol para não investigar crimes de direito internacional, como desaparecimentos forçados e torturas, cometidos contra cidadãos espanhóis na Síria e na Venezuela em 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Estados Unidos da América

Chefe de Estado e de governo: **Donald Trump**
(substituiu Barack Obama em janeiro)

As ordens executivas que suspenderam as viagens de vários países de maioria muçulmana para os Estados Unidos provocaram contestações judiciais que se estenderam por todo o ano. Houve sérios ataques aos direitos das mulheres e das meninas. Dezoito detentos foram transferidos da base naval dos EUA em Guantánamo, Cuba; 41 indivíduos continuaram detidos na base, enquanto transcorriam os procedimentos que precedem os julgamentos por comissões militares. A violência com de armas de fogo

se manteve em níveis elevados. Sentenças de morte foram proferidas e execuções foram consumadas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 20 de janeiro, Donald Trump tomou posse na Presidência, após uma campanha eleitoral em que fez comentários e anunciou políticas discriminatórias ou que contrariavam os princípios internacionais de direitos humanos.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Várias ordens executivas que afetavam migrantes, requerentes de asilo e refugiados foram assinadas pelo Presidente Trump durante o ano. Duas ordens com data de 25 de janeiro determinavam a construção de um muro na fronteira entre o México e os EUA, permitiam o *refoulement* (devolução forçada) e mais detenções de requerentes de asilo e suas famílias, aumentavam as funções e o número de agentes da lei nos setores de imigração e alfândega, priorizavam a deportação de migrantes, principalmente se suspeitos de crimes, e cancelavam as verbas para as chamadas “cidades santuário”, que não cooperavam com as autoridades federais na apreensão de migrantes irregulares.

Uma terceira ordem executiva, assinada em 27 de janeiro, proibia a entrada no país de pessoas de nacionalidade iraniana, iraquiana, líbia, somali, sudanesa, síria e iemenita por um período de 90 dias, suspendia o Programa de Admissão de Refugiados (USRAP) por 120 dias, reduzia o número de refugiados aptos a entrar no país no ano fiscal de 2017 de 110.000 para 50.000, e impunha a proibição por tempo indeterminado do reassentamento de refugiados da Síria. A ordem logo provocou confusão, protestos e contestações judiciais por discriminar contra os muçulmanos. Uma semana depois, um juiz federal emitiu uma decisão temporária para todo o território nacional, que foi confirmada após recursos. Em 6 de março, o governo expediu uma versão revisada da ordem, novamente suspendendo o USRAP por 120 dias,

renovando o limite de 50.000 refugiados e impondo a proibição de entrada nos EUA por 90 dias a cidadãos de seis países (os sete originais, menos o Iraque). Juízes federais dos estados de Maryland e Havaí emitiram decisões com efeito em todo o território nacional suspendendo temporariamente a aplicação da ordem. Em 26 de junho, a Suprema Corte permitiu que uma versão limitada da ordem entrasse em vigor. A Corte decidiu também que a proibição podia ser aplicada aos refugiados que estavam recebendo apoio de agências de reassentamento.

Uma segunda revisão da ordem, assinada em 24 de setembro, proibia indefinidamente a imigração para os EUA de cidadãos de sete países: Chade, Irã, Líbia, Coreia do Norte, Somália, Síria e Iêmen. A ordem também proibia a emissão de certos tipos de vistos não relacionados à imigração para cidadãos do Chade, do Irã, da Líbia, da Coreia do Norte e do Iêmen, e proibia especificamente a concessão de vistos para funcionários venezuelanos de determinados órgãos governamentais e suas famílias. Em 17 de outubro, juízes federais do Havaí e de Maryland novamente tomaram decisões contrárias às medidas, impedindo o governo de aplicá-las contra cidadãos de seis países. Em 13 de novembro, uma junta de tribunais federais permitiu que a terceira proibição entrasse em vigor para pessoas sem vínculos legítimos com os EUA.

Em 24 de outubro, o Presidente Trump emitiu uma ordem executiva para retomada do USRAP, “com procedimentos de veto reforçados”. Em 4 de dezembro, a Suprema Corte acatou o pedido do governo para permitir temporariamente que a chamada “proibição de muçulmanos” fosse aplicada integralmente até a conclusão do litígio.

Em 16 de agosto, o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos encerrou o Programa de Refugiados para Menores Centro-Americanos. O programa possibilitava que pessoas com menos de 11 anos de idade fugindo da violência em El Salvador, na Guatemala e em Honduras, cujos pais estivessem regularmente

estabelecidos nos EUA, pudessem participar das entrevistas para reassentamento de refugiados antes de viajar aos EUA. Crianças desses países que não se qualificavam à condição de refugiadas e que não tinham outros meios de se reunir com os pais também podiam se inscrever no programa.

Em 5 de setembro, o governo anunciou que encerraria o programa de Ação Diferida para os Chegados na Infância (DACA) num prazo de seis meses caso o Congresso não encontrasse uma solução legislativa com relação à condição migratória dos participantes do programa, expondo mais de 800.000 pessoas ao risco de deportação. O DACA visava a proteger da deportação os jovens migrantes que haviam chegado aos EUA na infância e que satisfaziam determinados critérios para ingressar no programa. O Congresso introduziu a Lei DREAM (acrônimo em inglês para a lei de fomento ao desenvolvimento, assistência e educação para menores estrangeiros) com o intuito de proporcionar aos beneficiários do DACA os meios de regularizar sua situação migratória. Até o fim do ano, a lei não estava em vigor.

Mais de 17.000 crianças desacompanhadas e 26.000 pessoas viajando em família foram apreendidas depois de cruzarem de modo irregular a fronteira com o México entre janeiro e agosto. As famílias permaneciam detidas por vários meses, muitas sem acesso adequado a cuidados médicos e assistência jurídica, enquanto reivindicavam permissão para entrar nos EUA.

DIREITOS DAS MULHERES

Os ataques aos direitos das mulheres e das meninas foram extensos e multifacetados. O governo do Presidente Trump reverteu políticas que obrigavam as universidades a investigar episódios de violência sexual e discriminação de gênero, e suspendeu as iniciativas sobre remuneração igualitária que ajudavam as mulheres a identificar se estavam recebendo menos que seus colegas homens. Os ataques contra a saúde e os direitos reprodutivos das mulheres foram

especialmente agressivos. Tanto o governo quanto o Congresso tentaram por várias vezes suspender o financiamento da Federação de Paternidade Planejada da América (Planned Parenthood) – uma organização que oferece cuidados vitais de saúde reprodutiva e outros serviços de saúde, principalmente para mulheres de baixa renda. O governo editou regras que eximem os empregadores de oferecer cobertura de seguro-saúde para contracepção, caso isso não esteja de acordo com seus preceitos morais ou religiosos, colocando milhões de mulheres em risco de perder o acesso a serviços contraceptivos. As mulheres indígenas continuaram experimentando grande desigualdade em termos de cuidados pós-estupro, como no acesso a exames, a equipamentos usados em perícias médicas e a outros serviços de saúde essenciais. O governo também adotou a chamada “lei da mordaza global”, proibindo toda a assistência financeira dos EUA a qualquer hospital ou organização que preste informações sobre abortos seguros e legais ou que disponibilize esses procedimentos.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Aumentou o número de homicídios de pessoas LGBT durante o ano, num contexto de constante discriminação contra essa população nas legislações estaduais e federais. As medidas discriminatórias do governo contra a população LGBT foram expandidas. Os EUA ainda não contavam com proteções federais contra a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero no local de trabalho, no âmbito doméstico ou nos serviços de saúde. As pessoas transgênero eram particularmente marginalizadas. O governo do Presidente Trump revogou as diretrizes que protegiam os estudantes transgênero de escolas públicas que usassem as dependências correspondentes a sua identidade de gênero. Em agosto, o Presidente Trump ordenou a revogação de

uma política anunciada em 2016 que permitiria o alistamento militar de pessoas declaradamente transgênero, que vigoraria a partir de 1 de janeiro de 2018. Em 30 de outubro, uma juíza federal emitiu uma decisão preliminar suspendendo a aplicação da ordem oficial.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Em 28 de novembro, um júri federal da cidade de Washington condenou por terrorismo Ahmed Abu Khatallah, de nacionalidade líbia, por ligação com o atentado contra o complexo diplomático dos EUA em Bengazi, na Líbia, em 2012, quando quatro cidadãos estadunidenses foram mortos. O júri o absolveu da acusação de homicídio. Em agosto, o juiz havia decidido que quaisquer declarações prestadas por Ahmed Abu Khatallah enquanto esteve detido incomunicável por quase duas semanas em uma embarcação da marinha dos EUA, depois de capturado por forças dos EUA na Líbia, não poderiam ser usadas como provas. Em 29 de outubro, as forças estadunidenses capturaram outro homem de nacionalidade líbia, Mustafa al-Imam, na Líbia. Ele foi levado em um voo para os EUA e compareceu perante um juiz federal em 3 de novembro, depois de passar cinco dias em regime de incomunicabilidade. No fim do ano, ele estava sendo julgado por terrorismo com relação ao atentado de Bengazi.

Depois do atentado em Nova York em 31 de dezembro, quando oito pessoas morreram e 12 ficaram feridas, Sayfullo Habibullaevic Saipov, de nacionalidade uzbeque, foi acusado e seria processado num tribunal federal, apesar de dois conhecidos senadores terem pedido que ele fosse transferido à custódia militar como “combatente inimigo”, e do Presidente Trump ter comentado que pensava enviá-lo a Guantánamo. Em uma série de postagens que fez no Twitter pedindo a pena de morte para Sayfullo Saipov, o Presidente Trump zombou do princípio de presunção de inocência.

Em janeiro, ainda no governo do presidente Barack Obama, 18 pessoas que estavam detidas na base de Guantánamo foram transferidas para Omã, para a Arábia Saudita e para os Emirados Árabes Unidos. A maioria dos 41 detidos que permaneceu em Guantánamo não foi formalmente acusada nem julgada. O Presidente Trump havia feito uma promessa de campanha de não fechar esse centro de detenção e de aumentar o número de pessoas ali mantidas. Durante o ano, nenhum detento foi transferido para Guantánamo ou de lá para outro lugar.

A recusa da Suprema Corte, em outubro, de julgar dois recursos jurisdicionais permitiu a continuidade dos procedimentos das comissões militares na base de Guantánamo, contrariando as normas internacionais para julgamentos justos.

Em outubro, Ahmed Mohammed Ahmed Haza al-Darbi, de nacionalidade saudita, foi sentenciado por uma comissão militar a 13 anos de prisão, depois de ter se declarado culpado, em 2014, de conspiração, terrorismo e outros delitos. Ele havia sido preso em 2002 no Afeganistão, e entregue a agentes estadunidenses dois meses depois.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em 25 de janeiro, durante uma entrevista, o Presidente Trump manifestou apoio à tortura ao afirmar que iria “confiar” ao Secretário de Defesa, ao diretor da CIA (Agência Central de Inteligência) e a outros a decisão sobre os EUA usarem ou não essa prática. Nenhuma medida foi tomada para acabar com a impunidade por violações sistemáticas de direitos humanos, como torturas e desaparecimentos forçados, cometidas no programa de detenções secretas operado pela CIA após os ataques de 11 de setembro de 2001.

Pelo menos três pessoas que teriam participado do programa secreto de detenções foram nomeadas pelo Presidente Trump para altos cargos governamentais: Gina Haspel foi escolhida em fevereiro para o cargo de vice-diretora da CIA; Steven Bradbury foi nomeado conselheiro-geral do Departamento de Transportes, e Steven Engel

foi nomeado chefe do Gabinete de Assessoria Jurídica do Departamento de Justiça. Segundo se acredita, Gina Haspel foi dirigente da CIA na Tailândia em 2002, onde a agência mantinha uma prisão clandestina em que pelo menos duas pessoas foram submetidas a tortura e desaparecimento forçado. Posteriormente, ela foi chefe de gabinete do diretor do Centro de Contraterrorismo, a divisão da CIA que administrava o programa de detenções secretas. Como procurador-geral assistente no Gabinete de Assessoria Jurídica entre 2005 e 2009, Steven Bradbury redigiu diversos memorandos da CIA que conferiam suporte jurídico a métodos de interrogação e condições de detenção que violam a proibição internacional da tortura e outros maus-tratos. Como vice-procurador-geral assistente no Gabinete de Assessoria Jurídica em 2007, Steven Engel também participou da redação de um desses memorandos. Em 7 de novembro, o Senado confirmou sua nomeação por 51 votos a 47. Em 14 de novembro, por 50 votos a 47, o Senado confirmou a nomeação de Steven Bradbury. A nomeação de Gina Haspel não requeria aprovação do Senado.

O julgamento por tribunal do júri de James Mitchell e John “Bruce” Jessen, dois psicólogos contratados pela CIA que tiveram participação decisiva no programa de detenção da agência, tinha início previsto para o dia 5 de setembro. Em agosto, porém, foi arranjado um acordo extrajudicial.

Em 19 de junho, a Suprema Corte se pronunciou sobre um processo contra dois ex-agentes dos EUA, impetrado por indivíduos de ascendência árabe ou asiática que estavam entre as centenas de cidadãos estrangeiros presos nos EUA logo após os atentados de 11 de setembro de 2001. Depois dos ataques, essas pessoas passaram vários meses detidas em condições cruéis, e relataram uma série de abusos. A Suprema Corte afirmou que, se as denúncias fossem verdadeiras, então o que aconteceu a essas pessoas “foi trágico”, e “nada neste parecer deverá ser interpretado como justificando o tratamento a que elas afirmam ter sido

submetidas”. A Corte, contudo, decidiu que o processo não poderia ser levado adiante integralmente, confirmando assim um padrão recorrente de impedimento de recursos judiciais nos casos que envolvem violações de direitos humanos cometidas no contexto de combate ao terrorismo desde os atentados de 2001.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

As autoridades ainda não mantinham registro do número exato de pessoas mortas por agentes da lei em todo o país. Dados coletados pelo jornal *The Washington Post* indicavam que um total de 987 indivíduos foram mortos durante o ano por agentes da lei usando armas de fogo. Segundo esses dados, indivíduos afrodescendentes – que eram 13% da população – compreendiam quase 23% das vítimas em 2017. Entre os mortos, 24% reconhecidamente apresentavam distúrbios mentais. Uma proposta do Departamento de Justiça de criar um sistema para monitorar esses óbitos, com base na Lei de Registro de Mortes em Custódia, não era compulsória para os órgãos da lei, havendo risco de subnotificação desses casos. Não foi informado se o processo de registro já havia iniciado durante o ano.

Pelo menos 40 pessoas em 25 estados morreram depois que a polícia fez uso de armas de eletrochoque contra elas, elevando para 802 o número desse tipo de mortes desde 2001. A maioria das vítimas não estava armada e não parecia constituir ameaça de morte ou lesão grave quando as armas de eletrochoque foram usadas.

Em setembro, a absolvição do ex-policial que matou a tiros Anthony Lamar Smith em 2011 provocou uma onda de protestos por várias semanas na cidade de St. Louis, estado de Missouri, com centenas de prisões. Organizações locais de direitos civis denunciaram que a polícia deteve pessoas ilegalmente, e que o modo com que irritantes químicos foram usados contra os manifestantes configurou excesso no uso da força. A polícia de St. Louis usou indumentária pesada de choque, além de

armas e equipamentos militares, para fazer o policiamento das manifestações. Em agosto, o Presidente Trump anulou as restrições estabelecidas pelo governo anterior para limitar a transferência de certos tipos de equipamentos de uso militar aos órgãos de aplicação da lei.

VIOLÊNCIA COM ARMAS DE FOGO

Em outubro, um atirador utilizou acessórios que modificam armas de fogo – fazendo que disparem com rapidez semelhante à de fuzis automáticos – para abrir fogo contra uma multidão que assistia a um festival de música em Las Vegas, no estado de Nevada, matando 58 pessoas. Em resposta ao massacre, o Congresso discutiu legislação e regulamentos para proibir esses acessórios, mas nenhuma medida foi promulgada. Em novembro, uma lei distinta que visava prevenir a violência com armas de fogo tramitou no Congresso, mas não foi aprovada.

No fim do ano, estavam para ser aprovadas duas leis federais que facilitariam a aquisição de silenciadores para armas de fogo e o porte oculto de armas. Vigora desde 1996 uma legislação que impede a destinação de verbas para que o Centro de Controle e Prevenção de Doenças, o principal instituto nacional de saúde pública dos EUA, realize ou financie pesquisas sobre as causas ou a prevenção da violência com armas de fogo.

O governo do Presidente Trump pretendia atenuar as restrições às exportações de armas de fogo, como munições e fuzis de combate, transferindo a responsabilidade pelo processamento das vendas internacionais de armas de fogo de uso não militar do Departamento de Estado para o Departamento de Comércio. A manobra comprometeria seriamente a supervisão do comércio de armas, e poderia aumentar o fluxo de armas de fogo para países já afetados por níveis críticos de violência armada.

PENA DE MORTE

Vinte e três homens foram executados em oito estados, elevando para 1.465 o número

total de execuções no país desde que a Suprema Corte aprovou as novas leis sobre pena capital em 1976. Cerca de 39 novas sentenças de morte foram proferidas. Aproximadamente 2.800 pessoas continuavam no corredor da morte no fim do ano.

O estado de Arkansas realizou sua primeira execução desde 2005. O estado de Ohio retomou as execuções após um intervalo de mais de três anos. A Flórida realizou sua primeira execução desde janeiro de 2016, quando a Suprema Corte considerou inconstitucional a legislação que regulava a pena de morte no estado. A decisão da Suprema Corte da Flórida de que a sentença somente se aplicava de forma retroativa a cerca de metade das pessoas que estavam no corredor da morte permitiu que o estado retomasse as execuções dos indivíduos que considerava não se beneficiarem da decisão. As primeiras sentenças de morte do ano foram proferidas com base na nova legislação.

Durante o ano, quatro presos foram absolvidos dos crimes pelos quais foram originalmente condenados à morte, nos estados de Delaware, Flórida, Arkansas e Louisiana, elevando para 160 o número desses casos desde 1973.

FILIPINAS

República das Filipinas

Chefe de Estado e de governo: **Rodrigo Roa Duterte**

Milhares de homicídios ilegais cometidos por policiais e por outros indivíduos armados continuaram ocorrendo no âmbito da campanha governamental de combate às drogas. Defensores dos direitos humanos críticos da campanha foram marcados e perseguidos pelo Presidente e seus aliados. Foi declarado um estado de lei marcial, prorrogado por duas vezes na ilha de Mindanao, suscitando temores de novos abusos de direito humanos. As tentativas de reintroduzir a pena de morte ficaram paralisadas no Senado, depois de o projeto

de lei ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS E HOMICÍDIOS SUMÁRIOS

As mortes deliberadas, ilegais e generalizadas de milhares de pessoas suspeitas de crimes relacionados a drogas pareciam ser sistemáticas, planejadas, organizadas e encorajadas pelas autoridades, podendo ter configurado crimes contra a humanidade. A maioria das pessoas mortas era de comunidades urbanas pobres.¹ Apesar das evidências de que a polícia e homens armados ligados à polícia mataram ou pagaram outros para matar supostos criminosos ligados às drogas, numa onda de execuções extrajudiciais, as autoridades continuaram a negar quaisquer homicídios ilegais. Em janeiro, o Presidente suspendeu durante um mês a violenta campanha antidrogas, após o assassinato de um cidadão da República da Coreia em custódia policial. Em março, reiniciaram os homicídios ilegais de suspeitos de crimes vinculados às drogas em operações policiais, assim como os homicídios relacionados a drogas por parte de outros indivíduos armados. Em agosto, em um único dia, foram cometidos 32 assassinatos em operações antidrogas da polícia. A polícia continuou a se basear em listas não verificadas de pessoas que supostamente usavam ou vendiam drogas. Em setembro, os assassinatos de três adolescentes em poucas semanas provocaram um clamor nacional. Gravações de câmaras de segurança e declarações de testemunhas desmentiram os relatos da polícia sobre o assassinato de um dos três adolescentes, Kian de los Santos, de 17 anos, que, segundo especialistas forenses e testemunhas, parecia ter sido executado extrajudicialmente.²

Em outubro, o Presidente Duterte anunciou que a Agência Filipina de Controle de Drogas assumiria a campanha antidrogas da Polícia Nacional das Filipinas. No entanto, menos de dois meses depois foi anunciado que a polícia retomaria as operações antidrogas, apesar das questões não resolvidas. Não

houve investigações significativas sobre os assassinatos de pessoas suspeitas de envolvimento em crimes relacionados às drogas, nem se tem notícia de que algum policial tenha sido responsabilizado. Parentes das vítimas continuaram a temer represálias caso apresentassem queixas contra a polícia.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Os defensores dos direitos humanos, em particular os críticos do governo, enfrentaram ameaças e intimidações. Jornalistas trabalharam em ambientes perigosos e às vezes mortais. Em agosto, o radialista Rudy Alicaway e o colunista Leodoro Diaz foram mortos a tiros nas províncias de Zamboanga del Sur e Sultan Kudarat, respectivamente. O radialista Christopher Iban Lozada foi morto por homens armados não identificados em Surigao del Sur, em outubro.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Os ataques contra defensores dos direitos humanos aumentaram, enquanto o Presidente encorajava a polícia a "atirar" em defensores que estivessem "obstruindo a justiça". Em fevereiro, a senadora Leila de Lima, ex-secretária de Justiça e ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos das Filipinas, foi presa, acusada de tráfico de drogas. No fim do ano, ela continuava detida na sede da Polícia Nacional das Filipinas na capital, Manila, podendo receber uma pena que variaria entre 12 anos de prisão e prisão perpétua caso fosse condenada. As acusações parecem ter sido politicamente motivadas, sugerindo que ela tenha sido alvo deliberado do governo, já que emergiu como a crítica mais proeminente da "guerra às drogas".³ Os ataques contra a Comissão de Direitos Humanos também se intensificaram, pois legisladores acusaram a comissão de "alinhar-se com suspeitos de crimes" na campanha antidrogas, e causaram ultraje ao aprovar um orçamento de apenas US\$20, decisão posteriormente anulada no Senado. Grupos de direitos humanos manifestaram preocupação com o aumento no número de prisões e detenções arbitrárias, bem como de execuções extrajudiciais de ativistas políticos

e outras pessoas aliadas com a esquerda, depois que a lei marcial foi declarada na ilha de Mindanao e que as negociações de paz entre os rebeldes comunistas, o Novo Exército Popular e o governo se romperam.

PENA DE MORTE

Grupos internacionais pediram ao governo que desistisse de seu plano, proposto em 2016, de reintroduzir a pena de morte, citando as obrigações internacionais das Filipinas, particularmente como Estado-parte do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), que visa à abolição da pena de morte. Um projeto de lei para reintroduzir a pena capital foi aprovado pela Câmara dos Deputados em março, mas travou no Senado depois de enfrentar oposição.

CONFLITO ARMADO INTERNO

O Presidente Duterte decretou lei marcial na ilha de Mindanao em 23 de maio. eclodiram combates na cidade de Marawi entre as forças governamentais e o grupo Maute, que prometeu fidelidade ao grupo armado Estado islâmico (EI). O conflito terminou em outubro, quando os militares mataram vários líderes militantes.⁴ Militantes aliados ao EI atacaram civis cristãos e foram acusados dos piores abusos, como pelo menos 25 execuções extrajudiciais, tomada de reféns em massa e saques generalizados de propriedades, que podem configurar crimes de guerra. As Forças Armadas filipinas detiveram e maltrataram civis em fuga, e também estiveram envolvidas em saques. Os extensos bombardeios nas áreas controladas por militantes na cidade de Marawi dizimaram bairros inteiros e mataram civis, evidenciando a necessidade de uma investigação sobre infrações ao direito humanitário internacional. Em resposta, as forças armadas filipinas comprometeram-se a averiguar as denúncias de crimes de guerra. Em dezembro, a lei marcial foi prorrogada pela segunda vez, em meio a temores de que o regime militar viesse a possibilitar novos abusos de direitos humanos.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em abril, uma cela de detenção secreta foi encontrada numa delegacia de polícia em Manila. A Comissão de Direitos Humanos das Filipinas encaminhou a descoberta, juntamente com denúncias de tortura e outros maus-tratos, à Ouvidoria Geral do governo filipino para investigação.

As forças de segurança foram acusadas de tortura e execuções extrajudiciais de indivíduos sitiados durante os cinco meses de luta entre as forças armadas filipinas e o grupo Maute em Marawi.

Um projeto de lei para estabelecer um Mecanismo Nacional de Salvaguardas, em conformidade com as obrigações assumidas pelas Filipinas em virtude do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura não havia sido aprovado até o final do ano.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

O Presidente Duterte se comprometeu a reduzir a idade mínima de responsabilidade penal, gerando ampla reprovação por parte da ONU e das organizações que cuidam dos direitos das crianças. Um projeto de lei para alterar a Lei de Justiça e Bem-estar Juvenil, aprovada em 23 de maio pela Subcomissão de Reformas Correccionais, manteve a idade penal mínima de 15 anos, mas introduziu dispositivos que colocavam crianças a partir dos nove anos em reformatórios superlotados e muitas vezes insalubres, para reabilitação ou aguardo de decisão judicial. Outro projeto de lei, apresentado por um legislador no fim do ano, buscava reduzir a idade penal mínima para 12 anos, mas estava pendente de análise.

DIREITO À SAÚDE

A campanha nacional de combate às drogas prejudicou o direito das pessoas de usufruir do mais alto padrão possível de saúde física e mental. Muitos usuários de drogas foram forçados a participar de iniciativas de tratamento e reabilitação compulsórias e inadequadas, que os impediam de acessar serviços de saúde essenciais e programas de redução de danos.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em janeiro, o Presidente Duterte assinou uma portaria para fortalecer a implementação da Lei de Saúde Reprodutiva de 2012, prometendo proporcionar maior acesso aos serviços de planejamento familiar e controle de natalidade.

1. "If you are poor, you are killed": Extrajudicial executions in the Philippines', war on drugs' (ASA 35/5517/2017)
2. Philippines: State hearing highlights deadly consequences for children in ,war on drugs' (News story, 24 August)
3. Philippines: Impending arrest of Senator politically motivated (ASA 35/5772/2017)
4. Philippines: Human rights must not be ignored during martial law (News story, 22 July)

FRANÇA

República Francesa

Chefe de Estado: **Emmanuel Macron** (substituiu François Hollande em maio)

Chefe de governo: **Édouard Philippe** (substituiu Bernard Cazeneuve em maio)

O estado de emergência, decretado em 2015, foi finalmente suspenso. Uma nova lei ampliou o poder do Estado para impor medidas de combate ao terrorismo com justificativas vagas e sem plena supervisão judicial. As autoridades seguiram repatriando cidadãos afegãos para o Afeganistão, violando o princípio de *non-refoulement*. Entrou em vigor uma nova lei que impunha às grandes empresas a obrigação de supervisão.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Em julho, o Parlamento aprovou a proposta do governo para estender o estado de emergência até 1º de novembro e então encerrá-lo. O estado de emergência estava em vigor desde os ataques ocorridos na capital, Paris, em 13 de novembro de 2015.

Em outubro, o Parlamento aprovou um projeto de lei do governo para introduzir novas medidas de combate ao terrorismo na legislação. A lei ampliou os poderes do

ministro do Interior e dos prefeitos para impor medidas administrativas às pessoas, nos casos em que não há evidências suficientes para abrir uma investigação criminal. As medidas incluem restrições à liberdade de circulação, buscas domiciliares, fechamento de locais de culto e estabelecimento de zonas de segurança onde policiais teriam mais poderes para deter e revistar as pessoas. A lei determina que os prefeitos obtenham autorização judicial apenas com relação a buscas e apreensões.

Em setembro, a relatora especial da ONU sobre a promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais no combate ao terrorismo mostrou-se preocupada pelo fato de a lei incluir uma definição vaga do que constitui uma ameaça para a segurança nacional e por transpor medidas de emergência para a legislação ordinária.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

Os prefeitos continuaram a recorrer a medidas de emergência para restringir o direito à liberdade de manifestação pacífica. Eles adotaram uma série de medidas que restringem a liberdade de circulação de indivíduos, a fim de impedi-los de participar de manifestações públicas. As autoridades impuseram essas medidas por razões vagas e contra indivíduos sem conexão evidente com qualquer crime associado ao terrorismo. Prefeitos impuseram 17 medidas para impedir pessoas de participar das manifestações públicas que clamavam pela responsabilização da polícia depois que um jovem relatou ter sido estuprado por um policial em 2 de fevereiro. O Chefe do Departamento de Polícia de Paris impôs 10 medidas para impedir as pessoas de participar da manifestação pública prevista para o Dia Internacional do Trabalho, em 1º de maio.

Em 5 de janeiro, um policial foi indiciado por lançar uma granada multiimpacto de efeito moral que cegou de um olho o manifestante Laurent Théron. O julgamento do policial ainda transcorria no fim do ano. A investigação sobre a suposta utilização

excessiva da força pela polícia contra dezenas de manifestantes que participaram das manifestações públicas organizadas em 2016 contra a reforma das leis trabalhistas ainda estava em curso no final do ano.

Em março, entrou em vigor uma nova lei sobre o uso da força e de armas por parte de policiais. A lei permitia o uso de algumas armas, incluindo projéteis de impacto cinético, em situações que não atendem plenamente as normas internacionais, como, por exemplo, quando os policiais não puderem defender sua posição.

Em junho, o Tribunal Constitucional decidiu que uma medida de emergência que permitia aos prefeitos restringir a liberdade de circulação era inconstitucional. No entanto, em julho, o Parlamento incluiu a mesma medida na lei que prolongava o estado de emergência. Os prefeitos impuseram 37 medidas desse tipo entre 16 de julho e 30 de outubro.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Entre janeiro e julho, autoridades do departamento dos Alpes Marítimos detiveram 28.000 refugiados e migrantes que haviam atravessado a fronteira da Itália. As autoridades enviaram 95% deles de volta à Itália, inclusive menores desacompanhados, sem conceder-lhes o direito de tentar asilo na França.

Entre janeiro e agosto, as autoridades colocaram mais de 1.600 cidadãos afegãos em centros de detenção, visando devolvê-los a outros países europeus sob o Regulamento de Dublin III – mecanismo de alocação da responsabilidade pelo exame dos pedidos de asilo entre os Estados membros da UE – ou ao Afeganistão. No mesmo período, de acordo com organizações da sociedade civil, as autoridades devolveram cerca de 300 migrantes afegãos para outros países da UE e expulsaram pelo menos 10 deles para o Afeganistão. No total, em 2016, as autoridades devolveram 640 pessoas ao Afeganistão. Todas as devoluções para o Afeganistão violavam o princípio de *non-refoulement* – segundo o qual os Estados são

obrigados a não devolver uma pessoa a um país onde ela correria o risco de sofrer violações de direitos humanos – dada a instável situação de segurança e dos direitos humanos no Afeganistão.

Na esteira de uma ação de despejo do assentamento informal de Calais, conhecido como "A Selva", em novembro de 2016, as autoridades instauraram medidas punitivas contra as centenas de migrantes e refugiados que, depois da remoção, haviam regressado a Calais. Foram intensificadas as operações de abordagem e revista policial, o que suscitou preocupações em relação à estigmatização étnica. Em março, as autoridades municipais proibiram as organizações humanitárias de distribuir refeições a migrantes e solicitantes de asilo na cidade. No final de março, um tribunal julgou que a proibição constituía um tratamento desumano e degradante e revogou-a. As autoridades municipais recusaram-se a cumprir plenamente a decisão judicial e só permitiram a distribuição de uma refeição por dia. Em junho, o defensor público de direitos humanos manifestou preocupação com as violações de direitos humanos vivenciadas por migrantes e requerentes de asilo em Calais. Ele exortou as autoridades a assegurar o respeito por seus direitos sociais e econômicos, especialmente o acesso à água e à moradia adequada, e a proporcionar-lhes oportunidades efetivas de busca de asilo na França.

As autoridades continuaram a processar e condenar pessoas que auxiliavam migrantes e refugiados a entrar ou permanecer de forma irregular na França, por exemplo, fornecendo-lhes alimento ou abrigo. Em agosto, um tribunal de apelação condenou Cédric Herrou, um agricultor que vivia perto da fronteira franco-italiana, a uma sentença com pena suspensa de quatro meses por ajudar os migrantes e refugiados a atravessar a fronteira para a França e lhes dar abrigo.

DISCRIMINAÇÃO

Em janeiro, entrou em vigor uma lei prorrogando a moratória das remoções de

assentamentos informais durante o inverno. As autoridades continuaram a remover à força pessoas que viviam em assentamentos informais, muitas das quais eram migrantes romanis. As organizações da sociedade civil informaram que as autoridades haviam despejado 2.689 pessoas no primeiro semestre do ano.

Em 14 de Março, o Tribunal de Justiça da UE falhou em proteger os direitos das mulheres muçulmanas à não discriminação, ao decidir que uma empresa privada francesa não havia violado a lei antidiscriminação da UE ao demitir uma mulher por usar véu.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Em março, entrou em vigor uma lei impondo às grandes empresas o "dever de supervisão". A lei exige que as empresas estabeleçam e implementem um "plano de supervisão" para evitar graves abusos de direitos humanos e danos ambientais, resultantes direta ou indiretamente de suas próprias atividades, de suas subsidiárias ou de parceiros de negócios. Vítimas de abusos de direitos humanos resultantes da omissão das empresas em cumprir a lei podem demandar indenização em um tribunal francês.

COMÉRCIO DE ARMAS

O governo continuou a autorizar transferências de armas para governos que poderiam utilizá-las para cometer graves violações das leis internacionais de direitos humanos e do direito internacional humanitário. O governo continuou autorizando transferências de armas para integrantes da coalizão liderada pela Arábia Saudita no Iêmen e para o Egito.

Em maio, o Senado recomendou o uso de drones armados nas forças armadas para melhorar a eficácia das operações militares. A ministra da Defesa confirmou planos concretos de empregar esses dispositivos a partir de 2019. As autoridades ainda teriam que articular e implementar políticas claras sobre a utilização e a transferência dos drones.

GRÉCIA

República Helênic

Chefe de Estado: **Prokopis Pavlopoulos**

Chefe de governo: **Alexis Tsipras**

Milhares de migrantes e requerentes de asilo permaneceram encurralados nas ilhas gregas em péssimas condições. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que a Grécia se omitiu em impedir o tráfico de pessoas no caso de 42 trabalhadores migrantes de Bangladesh. Foi adotada uma nova legislação que alterou o reconhecimento legal da identidade de gênero.

INFORMAÇÕES GERAIS

A taxa de desemprego diminuiu, mas permaneceu alta, principalmente na faixa etária dos 15 aos 24 anos. Em julho, o índice geral de desemprego era de 20,5%, enquanto que entre os jovens era de 39,5%. Nesse mês, a Grécia retornou ao mercado de títulos internacionais após uma ausência de três anos.

Segundo o Índice de Desigualdade de Gênero de 2017, o país ocupava a última posição entre os Estados da UE em termos de igualdade de gênero. Em novembro, o ministro da Justiça apresentou um projeto de lei para ratificação da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Quase 47.000 requerentes de asilo permaneceram encurralados na Grécia devido ao fechamento da rota de migração dos Balcãs e à implementação do acordo entre a UE e a Turquia em março de 2016. Até o fim do ano, 29.716 pessoas haviam chegado à Turquia por via marítima. Em 2016, foram 173.450. Entretanto, a Grécia continuou sendo um dos principais pontos de entrada de refugiados e migrantes na Europa.

ACORDO DE MIGRAÇÃO ENTRE A UE E A TURQUIA

A expectativa de que todos que chegassem às ilhas gregas de forma irregular, inclusive os requerentes de asilo, seriam devolvidos à Turquia conforme o acordo firmado entre a Turquia e a UE em março de 2016, continuou condenando muitas pessoas a procedimentos de asilo prolongados enquanto permaneciam presas em condições de recepção deploráveis nas ilhas.

Em setembro, o Conselho de Estado grego, o mais alto tribunal administrativo do país, indeferiu os recursos finais de dois refugiados sírios contra decisões anteriores que consideraram inadmissíveis seus pedidos de asilo pelo fato de a Turquia ser um terceiro país seguro. Dessa decisão, poderiam decorrer as primeiras devoluções forçadas de requerentes de asilo sírios baseadas no acordo UE-Turquia.

Até o fim do ano, 684 pessoas foram devolvidas das ilhas gregas para a Turquia (1.485 no total, desde que o acordo EU-Turquia entrou em vigor). Dessas, cinco tinham nacionalidade síria e se encontravam detidas, não tendo contestado sua devolução depois que suas demandas foram consideradas inadmissíveis em segunda instância.

Em outubro, algumas ONGs, como a Anistia Internacional, documentaram situações em que requerentes de asilo sírios foram detidos automaticamente ao chegarem, pois as autoridades esperavam que logo fossem devolvidos à Turquia conforme os termos do acordo.

As autoridades gregas discriminaram os requerentes de asilo de certas nacionalidades. Devido ao acordo UE-Turquia, muitas pessoas com nacionalidade de países que se presumia originarem “migrantes econômicos” em vez de “refugiados” foram detidas automaticamente para serem devolvidas à Turquia.

PROGRAMA DE RELOCALIZAÇÃO DA UE

O programa de relocalização da UE continuou sendo uma das poucas opções formais disponíveis para que as pessoas (com as devidas qualificações) deixassem a Grécia em segurança e se mudassem para

outros lugares na Europa. Ainda assim, requerentes de asilo que chegaram à Grécia depois que o acordo entrou em vigor foram ilegalmente excluídos do programa. Foram realocados da Grécia para outros países da Europa 21.703 solicitantes de asilo, de um total de 66.400 que o programa previa realocar.

CONDIÇÕES DE RECEPÇÃO

A segurança continuou sendo um dos principais motivos de preocupação nos demais campos de refugiados, sobretudo nos superlotados centros de recepção inicial das ilhas.

Em junho, os três campos de refugiados do bairro de Elliniko, na capital, Atenas, – que abrigavam cerca de 1.000 refugiados e migrantes, muitos deles crianças – foram evacuados. A maioria dos refugiados e migrantes foi transferida para campos alternativos. As condições nos campos de Elliniko, instalados em dois locais que serviram às competições olímpicas e no terminal de chegada de um aeroporto que estava ocioso, eram extremamente precárias e inseguras. Algumas ONGs levantaram sérias preocupações com relação à segurança em Elliniko, especialmente para mulheres e meninas. Muitas mulheres relataram agressões verbais e o risco de sofrer violência sexual e de gênero.

Em janeiro, três homens morreram no período de uma semana no campo Moria, na ilha de Lesbos. Suspeitava-se que as mortes estivessem relacionadas a envenenamento por monóxido de carbono emanado dos aquecedores improvisados usados para esquentar as barracas. A investigação sobre os óbitos ainda não estava concluída no fim do ano.

Após as mortes, as autoridades gregas transferiram milhares de requerentes de asilo em situação de vulnerabilidade das ilhas para o território continental. Em agosto, porém, um número crescente de pessoas chegou às ilhas e os centros de recepção voltaram a ficar superlotados. Até o fim do ano, as autoridades não haviam conseguido proporcionar condições de recepção nas

ilhas que cumprissem os critérios mínimos da legislação da UE.

Aumentou o uso de acomodações urbanas, sobretudo apartamentos, para abrigar requerentes de asilo. Até o fim do ano, cerca de 18.000 solicitantes de asilo e refugiados estavam alojados em apartamentos e outras moradias urbanas em vez de campos. A maioria dos que viviam em habitações urbanas estava no território continental da Grécia; menos de 1.000 requerentes de asilo viviam em apartamentos nas ilhas.

CRIANÇAS DESACOMPANHADAS

Em setembro, o Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura criticou as detenções prolongadas e rotineiras de crianças migrantes e refugiadas desacompanhadas. Até 15 de dezembro, 2.256 crianças desacompanhadas aguardavam serem colocadas em abrigos, inclusive 74 que se encontravam detidas em delegacias de polícia.

TRABALHO FORÇADO E ESCRAVIDÃO

Em uma sentença histórica pronunciada em março no caso *Chowdury e Outros v. Grécia*, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que 42 trabalhadores migrantes de Bangladesh haviam sido submetidos a trabalho forçado e tráfico de pessoas enquanto trabalhavam em uma plantação de morangos no vilarejo de Manolada. O Tribunal concluiu também que a Grécia se omitiu em impedir o tráfico de pessoas e conduzir uma investigação efetiva sobre os delitos praticados.

OBJETORES DE CONSCIÊNCIA

Objetores de consciência continuaram sendo presos, processados repetidamente, julgados em tribunais militares e multados. Em junho, um objeto de consciência de 53 anos, processado por ter se recusado a alistar-se em 1990, foi julgado em um tribunal militar, porém, absolvido.

Segundo informações de 2016 da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Grécia e da Agência Europeia de Objeção de Consciência, a duração do serviço civil alternativo para certas categorias de

objetores de consciência ainda não estava de acordo com a Carta Social Europeia. Em julho, o Comitê Europeu de Direitos Sociais solicitou mais informações à Grécia.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Prosseguiram as denúncias de maus-tratos e de uso excessivo da força por agentes da lei. As vítimas dos incidentes denunciados, em sua maioria, eram refugiados e migrantes encurralados nas ilhas Egeias em consequência do acordo UE-Turquia.

Houve denúncias de que a polícia usou força excessiva contra requerentes de asilo durante uma operação para prender manifestantes que haviam entrado em confronto com a polícia no campo de Moria, em Lesbos, em 18 de julho. A polícia também teria maltratado algumas das pessoas presas e detidas na principal delegacia de polícia da ilha após os confrontos. Em julho, um promotor local determinou a abertura de inquérito sobre as denúncias. A investigação prosseguia no fim do ano.

RACISMO

Um grande número de atentados motivados por ódio foi registrado durante o ano. Entre agosto de 2016 e o fim de 2017, mais de 50 ataques teriam acontecido na cidade de Aspropyrgos, onde grupos de jovens locais agrediram trabalhadores migrantes do Paquistão. Em junho, representantes de ONGs nacionais protocolaram uma denúncia e as autoridades abriram um inquérito criminal. Em outubro, a polícia prendeu três jovens suspeitos de participação nos ataques violentos.

Sessenta e nove pessoas ligadas ao partido Aurora Dourada, inclusive o presidente e deputados do partido, foram a julgamento em 2015 pelo assassinato do cantor antifascista Pavlos Fyssas, em 2013, e por integrarem uma organização criminosa. Em outubro, o Tribunal de Recursos de Atenas concluiu as audiências de todas as testemunhas convocadas pela promotoria para depor no processo.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Refugiados e migrantes confinados às ilhas Egeias também foram alvo de crimes de ódio. Algumas das vítimas eram mulheres transgênero e homens gays.

Em outubro, em meio a reações transfóbicas dentro e fora do Parlamento, o governo aprovou uma nova lei alterando o reconhecimento legal da identidade de gênero. A Lei 4491/2017 declarava expressamente que pessoas transgênero poderiam mudar seus documentos de identidade sem a exigência de intervenção médica, testes e avaliações psiquiátricas. Entretanto, a nova legislação também continha várias falhas, como a exigência de que os requerentes fossem solteiros e a validação do reconhecimento de gênero por um tribunal local. Embora o procedimento esteja disponível para pessoas com mais de 15 anos de idade, restrições coletivas por idade foram mantidas, e adolescentes de 15 a 16 anos que buscassem reconhecimento legal de gênero enfrentavam o obstáculo adicional de ter de passar por uma avaliação psicomédica.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Em outubro, o Parlamento aprovou uma emenda legislativa voltada a executar três sentenças do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. As sentenças tratavam de infrações à liberdade de associação, relativas à recusa das autoridades em registrar associações de minorias nacionais da Grécia em 2007, 2008 e 2015. As novas disposições alteraram o Código de Processo Civil de modo a permitir a possibilidade de reabertura de processos nesses casos. A ONG Greek Helsinki Monitor manifestou preocupação com as limitações estabelecidas pela lei com relação à reabertura desses processos, inclusive por alegações de segurança nacional e manutenção da ordem pública.

GUATEMALA

República da Guatemala

Chefe de Estado e de governo: **Jimmy Morales Cabrera**

Milhares de pessoas continuaram a abandonar o país para escapar da profunda desigualdade e da violência. Defensores de direitos humanos, principalmente os que atuam em questões relacionadas à terra, territórios e meio ambiente, correram maiores riscos e enfrentaram campanhas de difamação. A impunidade e a corrupção persistiram, minando a confiança da população nas autoridades locais e prejudicando o acesso à Justiça. Avanços recentes para consolidar o sistema de justiça criminal e o Estado de direito foram contestados. Processos de grande repercussão sobre crimes de direito internacional cometidos no passado continuaram estagnados.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS E INSTITUCIONAIS

Em agosto, Augusto Jordan Rodas assumiu o cargo de Ouvidor de Direitos Humanos. Em novembro, os últimos dispositivos penais relativos à pena de morte foram declarados inconstitucionais.

JUSTIÇA TRANSICIONAL

Apesar dos avanços no processamento judicial de alguns crimes contra a humanidade cometidos durante o conflito armado interno (1960-1996), as iniciativas para obtenção de justiça, verdade e reparação continuaram sendo obstruídas, e a vasta maioria dos casos continuou sofrendo revezes e atrasos indevidos. Cinco ex-militares, entre os quais o ex-chefe do Alto Comando do Exército da Guatemala, foram levados a julgamento acusados de crimes contra a humanidade e do estupro de Emma Guadalupe Molina Theissen, bem como do desaparecimento forçado de seu irmão mais novo, Marco Antonio Molina Theissen.

Continuavam paralisados os processos criminais contra ex-militares acusados de

vários casos de desaparecimentos forçados e homicídios ilegais cometidos em uma base militar hoje conhecida como Creompaz, na região de Alta Verapaz. Os recursos interpostos contra decisões que afetaram os direitos das vítimas estavam pendentes, enquanto vários oficiais continuavam em liberdade. Em ambos os casos, vítimas e defensores dos direitos humanos foram intimidados e hostilizados dentro e fora dos tribunais, e também na internet. Após sucessivas tentativas fracassadas desde 2015, os julgamentos do ex-comandante militar José Efraín Ríos Montt e do ex-chefe do serviço de inteligência Rodríguez Sánchez foram retomados em outubro.

IMPUNIDADE

Juízes e promotores continuaram a enfrentar intimidações e pressões. As iniciativas de combate à impunidade corriam sério risco de retrocesso devido à resistência de certos atores políticos. Uma reforma constitucional apresentada no Congresso em novembro de 2016, que visava a consolidar os esforços relativos à justiça e à prestação de contas, bem como a reforçar a independência do Judiciário, ainda não havia sido aprovada no fim do ano. Grandes manifestações foram realizadas em agosto e setembro, e o país se defrontou com uma crise política quando diversos integrantes do governo renunciaram em setembro, em resposta à tentativa do Presidente Morales de expulsar o chefe da Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (um órgão independente criado pela ONU e pelo governo da Guatemala em 2006 para fortalecer o Estado de direito no período pós-conflito).

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Os defensores de direitos humanos enfrentaram constantes ameaças, recriminações, intimidações e ataques.

A ONG guatemalteca Unidade de Proteção a Defensoras e Defensores na Guatemala afirmou que os defensores que atuam em questões ligadas à terra, ao território e ao meio ambiente sofreram o maior número de ataques. Em janeiro, Sebastián Alonso Juan

foi morto durante um protesto pacífico contra a construção de hidrelétricas na região de Ixquisil, em San Mateo Ixtatán.

Além disso, os defensores de direitos humanos costumavam ser submetidos a campanhas de difamação para estigmatizar e desqualificar a eles e a seu trabalho, numa tentativa de forçá-los a abandonar suas atividades legítimas. Desde o fim de junho, integrantes do Centro de Ação Legal, Ambiental e Social da Guatemala (CALAS) estavam sendo alvo de campanhas de difamação, depois que contestaram a licença concedida à Mineradora San Rafael, no município de San Rafael Las Flores. O sistema de justiça foi regularmente utilizado de modo abusivo para perseguir e hostilizar defensores dos direitos humanos, com a intenção de desmantelar os movimentos e as organizações, silenciando os defensores.

Uma normativa geral do Ministério Público contendo orientações sobre como investigar efetivamente os ataques contra defensores dos direitos humanos estava há meses sendo examinada para aprovação. Apesar de alguns avanços, o processo de criar, em consulta com a sociedade civil, uma política pública abrangente para a proteção dos defensores de direitos humanos ainda não havia sido concluído no fim do ano.

DISPUTAS POR TERRA

Em setembro, o Supremo Tribunal reconheceu a falta de consulta prévia ao povo indígena Xinca de Santa Rosa e Jalapa, que foi negativamente afetado pelas atividades da mina de San Rafael Las Flores. O Tribunal ordenou que o ministro de Minas e Energia realizasse uma consulta, mas também permitiu que a empresa prosseguisse com suas atividades mineradoras. Em consequência, um recurso foi interposto ao Tribunal Constitucional, o qual ainda estava pendente.

Em setembro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ordenou que a Guatemala protegesse os direitos de aproximadamente 400 pessoas, inclusive idosos e crianças, que se encontravam confinados na fronteira norte com o México,

desde o início de junho, em condições insalubres. Eles abandonaram a comunidade em que viviam, em Laguna Larga, horas antes de uma remoção em massa ser executada. Até o fim do ano, as autoridades não haviam facilitado seu retorno.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Milhares de guatemaltecos migraram para os Estados Unidos passando pelo México, num esforço de tentar escapar da situação de profunda desigualdade e violência que atinge os grupos marginalizados. O ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados, afirmou que, entre janeiro e outubro, 18.764 guatemaltecos buscaram asilo em outros países. Crianças desacompanhadas da Guatemala compunham o maior grupo de pessoas apreendidas na chegada à fronteira dos EUA. Apesar do grande número de pessoas que continua sendo devolvido à força para a Guatemala, não existiu qualquer mecanismo ou protocolo para tratar das necessidades das pessoas que foram devolvidas às mesmas condições e perigos dos quais haviam fugido.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

Em março, 41 meninas morreram em um incêndio no abrigo público Virgen de la Asunción, no município de San José Pinula, quando se encontravam trancadas dentro de uma sala de aula. A tragédia trouxe à tona a ausência de medidas satisfatórias e adequadas para proteger os direitos das crianças na Guatemala. Diversos servidores públicos foram indiciados, mas havia informações de que as investigações estavam sofrendo atrasos.

O alto índice de gravidez precoce continuou sendo motivo de especial preocupação. O Observatório de Saúde Reprodutiva registrou 69.445 nascimentos de gestantes meninas e jovens entre 10 e 19 anos no período de janeiro a setembro.

HAITI

República do Haiti

Chefe de Estado: **Jovenel Moïse (substituiu Jocelerme Privert em fevereiro)**

Chefe de governo: **Jack Guy Lafontant (substituiu Enex Jean-Charles em março)**

Persistiu a violência contra mulheres e meninas, principalmente a violência sexual. Legisladores tentaram aprovar leis explicitamente discriminatórias contra a população LGBTI.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em fevereiro, Jovenel Moïse assumiu a Presidência depois de ter sido eleito em novembro de 2016, na esteira de uma crise eleitoral; um novo primeiro ministro foi nomeado.

Em março, o mandato do perito independente sobre a situação dos direitos humanos no Haiti foi encerrado por intervenção do governo haitiano.

Em outubro, com base na resolução 2350 do Conselho de Segurança da ONU, o mandato da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH) foi encerrado depois de 13 anos. Os soldados da força de paz deixaram o país após anos de controvérsias sobre sua suposta responsabilidade pela epidemia de cólera em 2010 e inúmeras denúncias de violência sexual. Essa força foi substituída pela Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), com mandato para fortalecer o Estado de direito.

As autoridades tomaram medidas para restabelecer o Exército, dissolvido em 1995. Não estava claro que procedimentos de verificação de antecedentes seriam adotados para o recrutamento de novos soldados após as denúncias generalizadas de violações de direitos humanos cometidas pelas forças anteriores.

PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) informou que, até junho,

37.867 pessoas estavam deslocadas dentro do país devido ao terremoto de 2010, a maioria vivendo em campos improvisados.

DISCRIMINAÇÃO – PESSOAS APÁTRIDAS

Em março, o Parlamento aprovou a adesão às Convenções da ONU sobre Apátrida de 1954 e 1961, após as recomendações formuladas durante o processo de Revisão Periódica Universal da ONU em 2016, que examinou a situação do Haiti.¹ Até o fim de 2017, o Haiti não havia assinado ou ratificado as Convenções.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Em julho, o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU (OCHA) comunicou um aumento nos casos de deportação na fronteira entre o Haiti e a República Dominicana.

Apesar de o governo haitiano ter solicitado em outubro uma nova prorrogação, o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos anunciou em novembro sua decisão de terminar o Status de Proteção Temporária (TPS) de quase 60.000 haitianos que corriam o risco de ser deportados dos EUA. O TPS para pessoas de nacionalidade haitiana expirará em janeiro de 2018, com possibilidade de adiamento do prazo por até 18 meses, o que, segundo o Departamento, “permitirá uma transição ordeira antes da data limite de 22 de julho de 2019”. O TPS é concedido a cidadãos de países que não podem retornar com segurança para seu país devido às condições locais.

DIREITO À SAÚDE – EPIDEMIA DE CÓLERA

Entre janeiro e junho, foram registrados 7.623 novos casos de suspeita de cólera e 70 mortes relacionadas, uma redução de mais de 60% em comparação ao mesmo período de 2016. Desde o surto de 2010, mais de 800.000 pessoas foram infectadas e quase 10.000 morreram, segundo as autoridades.

A “nova abordagem à questão da cólera no Haiti”, sistema da ONU apresentado em 2016, carecia seriamente de recursos. Não foram realizadas consultas com os sobreviventes da cólera, conforme havia sido planejado. Consequentemente, a assistência individual foi suspensa. Advogados das vítimas contestaram o procedimento, argumentando que era incompatível com o direito a um remédio efetivo.

Segundo o governo, quase 70% da população haitiana não tinha acesso a serviços de saúde.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A violência sexual contra mulheres e meninas ocorria de forma generalizada, embora não fosse suficientemente documentada.

Em abril, o governo apresentou ao Parlamento uma abrangente reforma do Código Penal. O projeto continha novos dispositivos para enfrentar a violência sexual, como a criminalização do estupro no casamento. Em julho, a ONG Médicos Sem Fronteiras informou que 77% das sobreviventes de violência sexual e de gênero que haviam sido tratadas em seu centro de saúde especializado na capital, Porto Príncipe, entre maio de 2015 e março de 2017, tinham menos de 25 anos de idade; 53% tinham menos de 18.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

O Senado apoiou projetos de lei que discriminavam a população LGBTI; no fim do ano, eles ainda não haviam sido aprovados pela Câmara de Deputados. Em julho, o Senado aprovou a emissão de certificados que garantiriam a “boa moral” de uma pessoa, condição que excluiria qualquer pessoa considerada “homossexual”. Em agosto, o órgão aprovou uma lei tornando ilegal a união civil entre pessoas do mesmo sexo e o apoio ou a defesa públicos da “homossexualidade”.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Os defensores dos direitos humanos David Boniface e Juders Ysemé disseram temer por sua vida após a morte súbita, em março, de seu colega Nissage Martyr. Ele morreu um dia depois de os três defensores ajuizarem uma ação nos EUA contra Jean Morose Viliena – ex-prefeito de Les Irois, sua cidade natal no Haiti – por graves violações de direitos humanos. Viliena havia fugido do Haiti para os EUA em 2009. Eles afirmaram ter recebido repetidas ameaças de morte e sofrido violentas agressões de parte ou em nome do ex-prefeito desde 2007. No entanto, as autoridades não aplicaram medidas protetivas adequadas, apesar de a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ter outorgado em 2015 medidas cautelares para garantir sua segurança.²

Sanièce Petit Phat relatou ter recebido ameaças de morte por causa de seu trabalho em defesa dos direitos das mulheres e das meninas.³

DIREITO À EDUCAÇÃO

Em junho, o Grupo Consultivo Ad Hoc do Conselho Econômico e Social da ONU sobre o Haiti criticou a ineficiência do setor educacional. O órgão observou que a maioria das escolas eram particulares, “fazendo da educação um sistema caro e baseado no lucro”, que muitas famílias haitianas não tinham condições de custear. Mais de 50% das pessoas maiores de 15 anos são analfabetas.

1. Following political crisis Haiti must urgently advance human rights agenda (AMR 36/5899/2017)
2. Haiti: Human rights defenders' lives in danger (AMR 36/6045/2017)
3. Haiti: Women's rights defender threatened with death: Sanièce Petit Phat (AMR 36/7598/2017)

HONDURAS

República de Honduras

Chefe de Estado e de governo: **Juan Orlando Hernández Alvarado**

Os níveis de insegurança e violência permaneceram altos. A impunidade generalizada continuou a minar a confiança da população nas autoridades e no sistema de justiça. Os protestos ocorridos após as eleições presidenciais foram brutalmente reprimidos pelas forças de segurança. Honduras continuou sendo um dos países mais perigosos das Américas para defensores de direitos humanos, sobretudo para aqueles que atuam na proteção da terra, do território e do meio ambiente. O governo anunciou a criação de um Ministério dos Direitos Humanos e da Justiça, que iniciaria os trabalhos em 2018.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Os protestos de grandes proporções que eclodiram por todo o país a partir de 29 de novembro, para denunciar a falta de transparência nas eleições presidenciais, foram brutalmente reprimidos pelas forças de segurança. Centenas de pessoas foram presas ou detidas, e um toque de recolher de 10 dias foi imposto em dezembro. As forças de segurança usaram a força de modo excessivo contra os manifestantes, empregando inclusive armas letais. Pelo menos 31 pessoas foram mortas, com inúmeros relatos de espancamentos violentos e de ferimentos por armas de fogo pelas forças de segurança. Em alguns casos, essas agressões podem ter configurado tortura ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Defensores de direitos humanos, principalmente ativistas que lutavam pelo direito à terra e ao meio ambiente, continuaram em risco de sofrer abusos de direitos humanos. Eles foram submetidos a

campanhas de difamação, tanto por atores estatais quanto não estatais, que buscavam desacreditar seu trabalho, e foram alvos frequentes de intimidações, ameaças e ataques. Em junho, três integrantes do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH) foram atacados por agressores armados quando retornavam de carro de uma reunião. ONGs locais relataram que o sistema de justiça continuou sendo usado indevidamente para hostilizar e desencorajar defensores de direitos humanos. Informaram também que as forças de segurança usaram força excessiva em manifestações pacíficas.

A grande maioria dos atentados registrados contra defensores de direitos humanos continuou impune, em consequência dos múltiplos obstáculos às investigações e aos processos. Pouco progrediu a investigação sobre o assassinato de Berta Cáceres, defensora indígena do meio ambiente e cofundadora do COPINH, em março de 2016. As audiências públicas de oito pessoas detidas por suspeita de ligação com o homicídio foram adiadas em várias ocasiões. Especialistas independentes apontaram a falta da devida diligência nas investigações, inclusive o fato de outros indivíduos potencialmente envolvidos com o crime não terem sido processados. Não havia qualquer informação sobre possíveis progressos do ministério público na identificação dos responsáveis por planejar seu assassinato.

Embora tenha havido alguns avanços na proteção aos defensores dos direitos humanos, por meio do Mecanismo Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Jornalistas, Comentadores Sociais e Servidores da Justiça, as iniciativas para garantir sua efetiva proteção ainda eram insuficientes.

As novas disposições do Código Penal sobre terrorismo e delitos penais relacionados, aprovadas pelo Congresso em fevereiro e setembro, foram definidas de forma excessivamente ampla e vaga, contrariando o princípio da legalidade. Tais disposições poderiam levar à aplicação arbitrária e inadequada do Código contra manifestantes

pacíficos e defensores de direitos humanos, o que pode criminalizar ainda mais seu trabalho e impossibilitar a atuação dos movimentos sociais.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Diversos povos indígenas continuaram denunciando que seus direitos ao consentimento livre, prévio e informado foram violados no contexto de projetos que visam a explorar e usar os recursos naturais de seus territórios. Foram registrados assassinatos, agressões e abusos do sistema de justiça contra pessoas que defendem os povos indígenas.

Um projeto de lei sobre a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas foi alvo de críticas, inclusive pela escassa participação das comunidades indígenas e garifunas (afrodescendentes) no processo.

As medidas de reparação ordenadas em 2015 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em dois casos nos quais Honduras havia violado os direitos coletivos à terra das comunidades garifunas ainda não haviam sido aplicadas.

DISPUTAS POR TERRA

Persistiram os conflitos pela falta de segurança na posse de terras. Níveis elevados de violência foram relatados no Vale de Aguán, onde antigas disputas por terras permanecem sem solução. Segundo o Movimento Unificado Campesino de Aguán, as medidas cautelares outorgadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos para proteger a vida e a integridade das lideranças do Vale do Aguán não foram adequadamente aplicadas.

VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO

Mulheres, meninas e pessoas LGBTI continuaram a enfrentar níveis elevados de violência motivada pelo gênero. Entre janeiro e outubro, 236 mortes violentas de mulheres foram registradas pelo Centro de Direitos das Mulheres. Segundo a Rede Lésbica Cattrachas, os homicídios de LGBTIs também aumentaram, com um total de 35 pessoas assassinadas. A impunidade nesses

casos permaneceu alta, pois as autoridades não tinham capacidade nem recursos para investigar, processar e punir os responsáveis.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Continuou não havendo proteção aos direitos das mulheres e das meninas, nem garantia de acesso a abortos legais e seguros em todas as circunstâncias. Apesar das recomendações de órgãos e mecanismos internacionais de direitos humanos, em abril o Congresso decidiu manter a proibição do aborto em todas as circunstâncias no novo Código Penal.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

A violência generalizada em toda Honduras continuou sendo um dos principais fatores que forçaram as pessoas a migrar do país. Segundo o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, entre janeiro e outubro, 14.735 hondurenhos buscaram asilo em outros países, a maioria no México e nos EUA. No entanto, um grande número de hondurenhos continuou sendo devolvido à força desses países, para retornar às mesmas situações potencialmente fatais das quais originalmente tentaram escapar. Até então, não existia qualquer mecanismo ou protocolo abrangentes para detectar e atender, de modo sistemático, as necessidades de proteção das pessoas deportadas.

HUNGRIA

Hungria

Chefe de Estado: **János Áder**

Chefe de governo: **Viktor Orbán**

Prosseguiu a repressão sistemática aos direitos de refugiados e migrantes. Universidades e ONGs que recebem financiamento do exterior enfrentaram restrições sob uma nova legislação.

INFORMAÇÕES GERAIS

O governo enfrentou protestos domésticos e foi objeto de atenção internacional pelo

contínuo desmantelamento dos direitos humanos e pelo descumprimento da legislação da UE. A Comissão Europeia iniciou e levou adiante quatro procedimentos formais de infração depois da adoção de uma legislação considerada incompatível com as liberdades estabelecidas na UE. Em maio, o Parlamento Europeu aprovou uma abrangente resolução manifestando espanto com a situação dos direitos humanos no país. Mais de um quarto da população continuava em risco de entrar em uma situação de pobreza e de exclusão social, e 16% passavam por sérias privações materiais.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

A Hungria continuou restringindo severamente o acesso de refugiados e requerentes de asilo ao país, limitando a admissão a duas “zonas de trânsito” em funcionamento na fronteira, onde somente 10 novas solicitações de asilo podiam ser apresentadas a cada dia útil. Em consequência, entre 6.000 e 8.000 pessoas tiveram que permanecer na Sérvia, sob condições inadequadas, em assentamentos precários, e correndo risco de ficar sem teto ou de serem devolvidas para países mais ao sul, como a Macedônia e a Bulgária.

Em março, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu no caso *Ilias e Ahmed v. Hungary* que o confinamento de requerentes de asilo em “zonas de trânsito” – assentamentos fortemente vigiados, compostos de contêineres, nas fronteiras externas da Hungria – consistia em privação arbitrária de liberdade. O Tribunal também concluiu que, devido às condições precárias em que os requerentes de asilo eram mantidos por várias semanas e à falta de recursos jurídicos disponíveis contra essa forma de detenção, a Hungria não oferecia proteção contra o risco concreto de tratamento desumano e degradante.

No mesmo mês, um pacote de emendas a cinco leis de migração e asilo foi aprovado pela Assembleia Nacional, prevendo a detenção automática, sem revisão judicial, de todos os requerentes de asilo nas “zonas de

trânsito” fronteiriças, inclusive menores desacompanhados entre 14 e 18 anos de idade. As emendas previam ainda a detenção dos requerentes de asilo por todo o período que durassem seus procedimentos de asilo, inclusive durante a apelação, bem como a expulsão sumária de todos os migrantes irregulares encontrados em território húngaro do lado de fora das extensas cercas ao longo da fronteira.

Consequentemente, a maioria dos requerentes de asilo na Hungria ou evadia o procedimento ou ficava detida por tempo indefinido nas “zonas de trânsito”. No fim do ano, quase 500 requerentes de asilo estavam detidos ilegalmente na fronteira. As autoridades húngaras negavam ou concediam acesso extremamente limitado aos observadores de direitos humanos e às ONGs que prestam assistência jurídica. Originalmente, essas medidas draconianas deveriam supostamente se aplicar a uma “situação de crise causada por imigração em massa”. No entanto, a “situação de crise” vinha sendo continuamente invocada desde setembro de 2015, tendo sido estendida em agosto até março de 2018, apesar da falta de bases legais ou factuais para sua prorrogação.

A Hungria reforçou a presença policial nas cercas na fronteira sul do país. Mais de 20.000 pessoas foram devolvidas de forma sumária e por vezes violenta para a Sérvia, ou foram impedidas de entrar na Hungria sem que tivessem acesso a procedimentos de asilo justos e eficientes, ou a um exame de suas necessidades de proteção. Em março, o jornal *Magyar Nemzet* revelou que, ao contrário das declarações do governo refutando denúncias de abuso, mais de 40 investigações foram abertas sobre casos de uso excessivo da força pela polícia na fronteira num período de 18 meses; a maioria das investigações foi arquivada sem que qualquer ação fosse tomada.

Em setembro, a Hungria perdeu um processo interposto no Tribunal de Justiça da União Europeia, o qual determinou que o país não poderia se abster de participar do Programa de Realocação Emergencial da UE

para realocar requerentes de asilo da Grécia e da Itália para outros Estados-membros da UE. A Hungria continuou se recusando a realocar qualquer fração de sua quota mínima de 1.294 requerentes de asilo, ou a participar de outros mecanismos regionais de solidariedade. Até o fim do ano, ninguém havia sido reassentado ou realocado.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Em abril, a aprovação de emendas à Lei Nacional do Ensino Superior, num procedimento acelerado, provocou protestos e críticas generalizadas de especialistas acadêmicos e do público em geral. A lei, que a maioria dos observadores considerava ter em vista o funcionamento especificamente da Universidade Centro-Europeia (UCE), introduziu novas exigências para universidades estrangeiras que operam na Hungria, a serem cumpridas em prazo extremamente exíguo – como a exigência de um acordo bilateral entre Estados – colocando em risco a operação dessas instituições. No mesmo mês, a Comissão Europeia contestou legalmente a Hungria ao dar início a procedimentos de infração. Na avaliação da Comissão, a lei era incompatível com as liberdades fundamentais da UE, como a liberdade de prestar serviços, a liberdade de estabelecimento e a liberdade de ensino. Em outubro, a Assembleia Nacional aprovou a prorrogação por um ano letivo dos prazos a serem cumpridos segundo as novas exigências. Até o fim do ano, o governo não havia chegado a um acordo com o estado de Nova York para permitir a continuidade das operações da UCE.

Em junho, a Assembleia Nacional aprovou uma lei que efetivamente estigmatizava as ONGs que recebiam financiamento estrangeiro. De acordo com a lei sobre a transparência das organizações que recebem verbas do exterior, as ONGs que obtêm mais de €24.000 de financiamento estrangeiro direito ou indireto teriam que se registrar novamente na condição de “organização cívica financiada do exterior” e estampar este rótulo em todas as suas publicações. Além

disso, a lei exigia que as ONGs revelassem a identidade de seus financiadores e apoiadores que contribuísem além de um limite de aproximadamente €1,650. Essa lei foi adotada em meio a uma campanha de comunicação patrocinada pelo governo com a intenção de desacreditar as ONGs, acusando muitas delas de prejudicar a segurança e a soberania nacional. Por contemplar apenas certos tipos de organizações da sociedade civil, a lei discriminava essas organizações e impunha limites a seu direito de associação, inclusive ao direito de buscar, receber e utilizar recursos. Em meados de julho, a Comissão Europeia notificou a Hungria de outro procedimento de infração, com base na avaliação de que essa lei impunha medidas contraditórias com o direito à liberdade de associação, bem como restrições injustificadas e desproporcionais ao livre fluxo de capitais, causando preocupações relativas à obrigação de proteger a vida privada e os dados pessoais.

Em agosto, uma coalizão de mais de 20 ONGs apresentou uma queixa ao Tribunal Constitucional requerendo a anulação da lei.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Em junho, um tribunal de recursos da cidade sulista de Szeged anulou a condenação de Ahmed H, cidadão sírio sentenciado a 10 anos de prisão por supostamente cometer “atos de terror” quando participava de uma rebelião de refugiados e migrantes na fronteira entre a Sérvia e a Hungria em setembro de 2015. Na apelação, o tribunal entendeu que as provas apresentadas não haviam sido devidamente avaliadas e determinou um novo julgamento. Em agosto, o procurador geral recorreu à Curia (o supremo tribunal da Hungria) contra essa decisão. Em novembro, a Curia considerou que o tribunal de recursos deveria ter proferido uma sentença vinculativa em vez de ordenar um novo julgamento; isso, porém, não afetava os procedimentos em curso. No fim do ano, o caso de Ahmed H tramitava no

novo tribunal de primeira instância designado para julgá-lo.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Em outubro, denúncias de abusos cometidos por homens em posições de poder suscitaram um debate nacional sobre o reconhecimento e a instauração de processos judiciais por estupro e outras formas de violência sexual. A Hungria ainda não havia ratificado a Convenção do Conselho da Europa sobre Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher e à Violência Doméstica, e o processamento judicial desses crimes continuava limitado.

IÊMEN

República do Iêmen

Chefe de Estado: **Abd Rabbu Mansour Hadi**

Chefe de governo: **Ahmed Obeid bin Daghr**

Todas as partes no persistente conflito armado cometeram crimes de guerra e outras sérias violações do direito internacional, enquanto as medidas de prestação de contas eram incapazes de assegurar justiça e reparação às vítimas. A coalizão militar liderada pela Arábia Saudita, que apoia o governo iemenita reconhecido internacionalmente, continuou a bombardear infraestruturas civis e a efetuar ataques indiscriminados, matando e ferindo civis. As forças Huti-Saleh bombardearam áreas residenciais civis de forma indiscriminada na cidade de Taiz e fizeram disparos indiscriminados de artilharia através da fronteira em direção à Arábia Saudita, ferindo e matando civis. O governo iemenita, as forças Huti-Saleh e as forças iemenitas alinhadas aos Emirados Árabes Unidos (EAU) engajaram-se em práticas de detenção ilegais, como desaparecimentos forçados, e em torturas e outros maus-tratos. Mulheres e meninas continuaram submetidas à discriminação e a outros abusos arraigados, como violência doméstica e casamentos forçados e

precoces. A pena de morte permaneceu em vigor; nenhuma informação foi disponibilizada publicamente sobre execuções e sentenças de morte.

INFORMAÇÕES GERAIS

As divisões e os controles territoriais do Iêmen se entrincheiraram ainda mais com a continuação do conflito entre o governo internacionalmente reconhecido do Presidente Hadi, apoiado pela coalizão liderada pela Arábia Saudita, e os hutis e forças aliadas, que incluíam unidades do exército leais ao ex-presidente Ali Abdullah Saleh. As autoridades Huti-Saleh continuaram controlando grandes áreas do país, inclusive a capital Sanaa, enquanto o governo do Presidente Hadi controlava oficialmente áreas ao sul do Iêmen, inclusive as províncias de Lahj e Aden. Em 4 de dezembro, Ali Abdullah Saleh foi morto por forças hutis, que consolidaram seu controle sobre Sanaa.

Enquanto isso, facções armadas rivais proliferavam e competiam para impor seu controle em um cenário de colapso econômico e total ausência da lei, sem instituições públicas funcionando.

A autoridade do Presidente Hadi, débil ou inexistente em grande parte do país, continuou diminuindo e enfrentando desafios por parte de diversos atores e entidades. Por meio de seu Conselho Político Supremo, a aliança Huti-Saleh assumiu, nas áreas sob seu controle, responsabilidades e funções do Estado, como a formação de um governo, a designação de governantes e a emissão de decretos governamentais.

Em maio, o ex-governador de Aden, Aidarous al-Zubaydi, e Hani bin Brik, ex-ministro de Estado, formaram um Conselho de Transição Sulista composto por 26 membros. O Conselho, que manifestou a aspiração de um Iêmen do Sul independente e que contava com o apoio da população, realizou vários encontros e estabeleceu sua sede na cidade de Aden.

O continuado conflito criou um vácuo político e de segurança, que propiciou um refúgio seguro para milícias e grupos

armados, com a assistência de Estados estrangeiros. Algumas dessas forças eram treinadas, financiadas e apoiadas pelos EAU e pela Arábia Saudita. Algumas forças de segurança locais, como as Forças de Elite Hadrami e as Forças do Cinturão de Segurança, eram armadas, treinadas e subordinadas diretamente aos EAU. Essas forças se caracterizavam por conflitos internos e interesses divergentes.

O grupo armado Al Qaeda na Península Arábica (AQPA) continuou controlando partes do sul do Iêmen e realizando ataques com bombas nas províncias de Aden, Abyan, Lahj e al-Bayda. Os ataques aéreos e os ataques com dispositivos teleguiados (drones) das forças dos Estados Unidos contra a AQPA triplicaram. As forças dos EUA também efetuaram pelo menos dois assaltos terrestres. O grupo armado Estado Islâmico (EI) continuava atuante em algumas partes do país, porém em menor escala.

Não houve qualquer progresso em termos de negociações políticas ou de interrupção das hostilidades ao longo do ano. Uma vez que os confrontos e as operações militares prosseguiram nas cidades portuárias de Mokha e Hodeidah e em seus arredores, todas as partes no conflito se recusaram a cooperar com o processo conduzido pela ONU, em diferentes momentos, em função de suas conquistas militares no terreno.

CONFLITO ARMADO

Segundo o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 5.144 civis, entre os quais mais de 1.184 crianças, foram mortos, e mais de 8.749 foram feridos desde o início do conflito, em março de 2015, até agosto de 2017. O Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU informou que mais de dois terços da população necessitava de ajuda humanitária, e que pelo menos 2,9 milhões de pessoas haviam abandonado suas casas. A Organização Mundial da Saúde comunicou que mais de 500.000 pessoas poderiam ter contraído cólera devido à falta de água potável e de acesso a serviços de saúde. Desde o começo

do surto de cólera em 2016, quase 2.000 pessoas já morreram em consequência da doença. O conflito em curso no país era um dos principais fatores responsáveis pela prevalência de cólera no Iêmen.

VIOLAÇÕES COMETIDAS PELAS FORÇAS HUTI-SALEH E MILÍCIAS PRÓ-GOVERNO

As forças hutis e seus aliados, inclusive muitas unidades do exército leais ao ex-presidente Saleh, continuaram empregando táticas que aparentavam violar a proibição de ataques indiscriminados. Elas fizeram disparos com munições explosivas de amplo raio de alcance, inclusive usando morteiros e projéteis de artilharia, contra áreas residenciais controladas ou disputadas por forças adversárias, matando e ferindo civis. A cidade de Taiz foi especialmente atingida, com a intensificação desses ataques em momentos específicos, como em janeiro e maio. A ONU informou que uma série de ataques ocorridos entre 21 de maio e 6 de junho, das forças hutis e das forças adversárias, mataram pelo menos 26 civis e feriram 61. Os hutis e seus aliados também continuaram a instalar minas terrestres antipessoais que causaram fatalidades civis. Em 15 de setembro, a ONU registrou uma nova série de ataques aparentemente indiscriminados das forças Huti-Saleh em Taiz, inclusive o bombardeio de uma casa no bairro de Shab al-Dhuba e do mercado de al-Sameel, matando três crianças e ferindo outras sete.

Os hutis e as forças aliadas, assim como as forças pró-governo, continuaram a recrutar e utilizar crianças soldados.

VIOLAÇÕES COMETIDAS PELA COALIZÃO LIDERADA PELA ARÁBIA SAUDITA

A ONU informou que a coalizão encabeçada pela Arábia Saudita para apoiar o governo do Presidente Hadi continuou sendo a principal causa de fatalidades civis no conflito. A coalizão seguiu cometendo sérias violações das leis internacionais de direitos humanos e do direito internacional humanitário com impunidade.

Aeronaves da coalizão efetuaram ataques com bombas em áreas controladas ou disputadas por forças hutis e seus aliados,

principalmente nas províncias de Sanaa, Taiz, Hajjah, Hodeidah e Sada, matando e ferindo milhares de civis. Muitos dos ataques da coalizão visavam alvos militares, mas outros eram indiscriminados, desproporcionais ou dirigidos contra civis ou bens civis, como funerais, escolas, mercados, áreas residenciais e embarcações civis.

Em março, um helicóptero atacou um barco que levava 146 imigrantes e refugiados somalis, na costa da cidade portuária de Hodeidah, matando 42 civis e ferindo outros 34. Outro ataque, em agosto, em um bairro residencial na zona sul de Sanaa, matou 16 civis e feriu 17, em sua maioria crianças.

As forças da coalizão usaram munições imprecisas em alguns ataques, inclusive bombas de grande porte com amplo raio de efeito, que causaram fatalidades e destruição muito além de seu local de impacto. Além disso, continuaram a usar munições de fragmentação em ataques na província de Sanaa, apesar de essas munições serem largamente proibidas internacionalmente por sua natureza inerentemente indiscriminada. Munições de fragmentação espalham fragmentos explosivos sobre áreas extensas e apresentam um risco constante, pois muitas vezes não detonam no impacto inicial. Em fevereiro, a coalizão disparou foguetes de fabricação brasileira contendo munições de fragmentação proibidas sobre áreas residenciais e de cultivo agrícola na cidade de Sada, ferindo dois civis e causando danos materiais.

BLOQUEIO AÉREO E NAVAL

A coalizão continuou a impor um bloqueio aéreo e marítimo parcial, que foi intensificado em novembro, presumidamente em cumprimento ao embargo de armas sancionado pela ONU às forças alinhadas com os hutis e com Saleh. Ao longo de todo o ano, esses bloqueios restringiram a circulação de pessoas e mercadorias, agravando a crise humanitária provocada pelo conflito e contribuindo para violações do direito à saúde e a um padrão de vida adequado, inclusive no que se refere à alimentação. O bloqueio colaborou com o

aumento da insegurança alimentar e com o que se tornou a pior epidemia de cólera do mundo. Em março, a ONG Save the Children informou que a coalizão impediu que três de seus carregamentos com ajuda humanitária chegassem ao porto de Hodeidah, obrigando-os a retornar para Aden e atrasando por três meses a entrega das mercadorias. Em agosto, o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU informou que quatro navios com mais de 71.000 toneladas de combustível foram impedidos pela coalizão de aportar em Hodeidah. Em novembro, 29 navios carregados de suprimentos de primeira necessidade foram proibidos pela coalizão de chegar a Hodeidah, segundo o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

As forças Huti-Saleh, o governo iemenita e as forças iemenitas alinhadas com os EAU engajaram-se na prática de detenções arbitrárias e ilegais. A Anistia Internacional documentou alguns casos, em Sanaa e Marib, de civis que foram detidos apenas para serem usados em futuras trocas de prisioneiros, o que equivale à tomada de reféns, em violação ao direito internacional humanitário.

Em Sanaa e outras áreas sob seu controle, os hutis e seus aliados continuaram a prender e deter arbitrariamente seus críticos e adversários, bem como jornalistas, pessoas comuns, defensores de direitos humanos e membros da comunidade bahá'í, submetendo dezenas deles a desaparecimento forçado. No fim do ano, cinco homens bahá'í permaneciam detidos. Um deles estava detido havia quase quatro anos, tendo sido acusado pelos hutis de apostasia, delito passível de pena de morte no lêmen.

As forças iemenitas apoiadas pelos EAU em Aden desencadearam uma onda de detenções arbitrárias e desaparecimentos forçados. A Anistia Internacional documentou 13 casos de detenções arbitrárias durante o ano; algumas das pessoas detidas foram mantidas incomunicáveis ou submetidas a

desaparecimento forçado. Membros da comunidade bahá'í também foram presos de modo arbitrário no Aeroporto Internacional de Aden por forças alinhadas aos EAU, e foram detidos por nove meses sem acusações.

O professor e político Mustafa al-Mutawakel foi preso de forma arbitrária pelas forças do governo iemenita internacionalmente reconhecido em Marib, em 27 de abril. Ele permanecia detido sem acusações.

IMPUNIDADE

Desde o início do conflito, todas as partes cometeram sérias violações do direito internacional humanitário, assim como violações e abusos das leis de direitos humanos, com absoluta impunidade.

Desde que começou a funcionar em setembro de 2015, a Comissão Nacional para Investigar Denúncias de Violações de Direitos Humanos, criada pelo governo iemenita, não foi capaz de conduzir investigações céleres, imparciais e eficazes, condizentes com as normas internacionais, sobre denúncias de violações de direitos humanos cometidas por todas as partes no conflito do lêmen. De modo similar, o mecanismo investigativo da coalizão liderada pela Arábia Saudita parecia ainda carecer da imparcialidade e independência necessárias para realizar seu trabalho com credibilidade.

Com a proliferação de grupos armados e forças de segurança sem comando ou controle, e com a falta de controle efetivo do governo central sobre suas forças e territórios, o terreno para a impunidade ficava cada vez mais fértil. Em seu relatório intercalar, o Comitê de Especialistas da ONU sobre o lêmen manifestou preocupação de que os Estados membros da coalizão estavam claramente se esquivando de prestar contas e de sua responsabilidade individual ao se esconderem detrás da fachada da coalizão.

Em uma ação positiva, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou em setembro uma resolução que incumbia um grupo de especialistas de investigar os abusos cometidos por todas as partes no lêmen. Essa iniciativa foi um primeiro passo

em direção à justiça para as vítimas de abusos dos direitos humanos e de graves violações do direito internacional.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO

Os hutis e seus aliados, bem como as facções armadas em Taiz, Aden e Sanaa, empreenderam uma campanha contra jornalistas e defensores de direitos humanos, restringindo a liberdade de expressão nas áreas sob sua administração de fato.

Os hutis e suas forças aliadas continuaram detendo pelo menos nove jornalistas sem acusações; eles estavam detidos de modo arbitrário havia mais de dois anos. Enquanto isso, em Aden e Taiz, grupos armados e forças de segurança assassinaram, hostilizaram, intimidaram, detiveram e, em alguns casos, torturaram defensores de direitos humanos e jornalistas, obrigando alguns deles a se autocensurar e outros a abandonar o lêmên.

A coalizão liderada pela Arábia Saudita e o governo iemenita impediram jornalistas de entrar no lêmên, proibindo inclusive que a ONU embarcasse jornalistas em seus voos para o país, minimizando a cobertura e efetivamente impondo um bloqueio informativo. Em maio, essa proibição foi estendida para organizações de direitos humanos.

DIREITOS DAS MULHERES

O prolongado conflito exacerbou a discriminação e a desigualdade vividas pelas mulheres e meninas no país, levando à adoção de mecanismos de defesa negativos, tais como os casamentos precoces, principalmente nas províncias de Taiz, Hajjah, Hodeidah, Ibb e Sanaa. Os mecanismos sociais e legais de proteção, ainda que inadequados, se desintegraram. Em consequência, as mulheres e as meninas contavam com menor proteção e menos meios de reparação contra a violência sexual e de outros tipos, como a mutilação genital feminina, os casamentos forçados e outros abusos.

PENA DE MORTE

A pena de morte permaneceu em vigor para muitos delitos; nenhuma informação foi disponibilizada publicamente sobre execuções e sentenças de morte. Em 12 de abril, as autoridades Huti-Saleh em Sanaa condenaram o jornalista Yahya al-Jubaihi à pena de morte por espionagem. Foi a primeira vez que as autoridades Huti-Saleh sentenciaram alguém à pena capital. Em setembro, ele foi libertado.

ÍNDIA

República da Índia

Chefe de Estado: **Ram Nath Kovind** (substituiu Pranab Mukherjee em julho)

Chefe de governo: **Narendra Modi**

Grupos religiosos minoritários, principalmente muçulmanos, foram cada vez mais demonizados por grupos hindus radicais, pelos meios de comunicação pró-governo e por algumas autoridades públicas. As comunidades adivasi continuaram sendo removidas por projetos industriais, e os crimes de ódio contra os dalits ainda eram amplamente praticados. As autoridades criticaram publicamente defensores e organizações de direitos humanos, alimentando um clima de hostilidade. Os episódios de violência coletiva se intensificaram, inclusive por parte de grupos justiceiros de proteção às vacas. A liberdade de imprensa e a livre expressão nas universidades foram ameaçadas. A Índia não cumpriu os compromissos de direitos humanos assumidos perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU. A Suprema Corte e as Cortes Superiores proferiram várias sentenças progressistas, mas algumas decisões prejudicaram os direitos humanos. A impunidade por abusos de direitos humanos persistiu.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Em janeiro, três homens que trabalhavam na construção de uma estrada foram mortos num atentado contra um campo militar, perpetrado por supostos membros do grupo armado Jamaat-ud-Dawa, em Akhnoor, no estado de Jammu e Caxemira. A Frente Unida de Libertação de Assam (Independente) reivindicou a responsabilidade pela explosão de sete bombas no estado de Assam em 26 de janeiro; nenhuma fatalidade foi registrada. Em julho, supostos integrantes do grupo armado Lashkar-e-Taiba atacaram um ônibus que levava peregrinos hindus, em Botengoo, no estado de Jammu e Caxemira, matando oito pessoas e ferindo 17.

Supostos membros de grupos armados de Jammu e Caxemira ameaçaram e atacaram políticos, além de saquearem as casas de policiais locais. Nos estados do Nordeste, grupos armados eram suspeitos de realizar sequestros e homicídios ilegítimos. O Partido Comunista da Índia (maoísta), um grupo armado, era suspeito de assassinar supostos “informantes” da polícia em diversos estados.

VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO POR CASTA

Estatísticas oficiais divulgadas em novembro mostraram que mais de 40.000 crimes contra ‘castas reconhecidas’ foram registrados em 2016. Foram relatados vários incidentes em que membros de castas dominantes atacaram dalits por sua presença em espaços públicos e sociais, ou pelo que entendiam como sendo transgressões de casta.

Em maio, dois homens dalits foram mortos, muitos ficaram feridos e dezenas de residências dalits foram incendiadas por homens de castas dominantes em Saharanpur, no estado de Uttar Pradesh, após um confronto entre membros das comunidades. Em agosto, S. Anitha, uma adolescente dalit de 17 anos, que fazia campanha contra a adoção de um exame nacional padronizado para admissão nas

faculdades de medicina, cometeu suicídio, provocando protestos no estado de Tamil Nadu. Os manifestantes argumentavam que o exame prejudicaria os estudantes das camadas marginalizadas.

Ativistas disseram que pelo menos 90 dalits que trabalhavam na limpeza manual de esgotos morreram durante o ano, apesar de esta prática ter sido proibida. Muitos dos trabalhadores mortos haviam sido contratados ilegalmente por órgãos governamentais. Em agosto, o governo estadual de Déli afirmou que processaria por homicídio quem empregasse limpadores manuais de fossas. Em novembro, o relator especial da ONU sobre água potável e saneamento manifestou preocupação de que a ênfase do governo na construção de novos sanitários, como parte do programa Missão Índia Limpa, poderia prolongar essa prática.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

Em novembro, foram divulgadas estatísticas mostrando que mais de 106.000 casos de violência contra crianças foram registrados em 2016. Em junho, a Índia ratificou duas convenções fundamentais da OIT sobre trabalho infantil. Ativistas continuaram criticando as emendas às leis sobre trabalho infantil que permitiam que crianças trabalhassem em empresas familiares.

Segundo os dados de uma pesquisa nacional divulgada em março, quase 36% das crianças com menos de cinco anos estavam abaixo do peso, e mais de 38% estavam abaixo da estatura para sua idade. Em agosto, 70 crianças morreram em um hospital de Gorakhpur, em Uttar Pradesh, supostamente por uma interrupção no fornecimento de oxigênio. Os investimentos públicos em saúde continuaram baixos: apenas 1,2% do PIB. Os investimentos em programas governamentais de educação infantil e nutrição para crianças menores de seis anos permaneceram inadequados.

VIOLÊNCIA ÉTNICA E INTERCOMUNITÁRIA

Dezenas de crimes de ódio contra muçulmanos foram cometidos em todo o

país. Pelo menos 10 homens muçulmanos foram linchados e vários feridos por grupos justiceiros de proteção às vacas, muitos dos quais pareciam operar com apoio de integrantes do partido nacionalista hindu Bharatiya Janata (BJP), atualmente no poder. Houve algumas prisões, mas sem registro de qualquer condenação. Em setembro, a polícia do estado de Rajastão inocentou seis homens suspeitos de matar Pehlu Khan, criador de gado leiteiro, que antes de morrer nomeou quem seriam os agressores. Algumas autoridades do BJP deram declarações que pareciam justificar esses ataques. Em setembro, a Suprema Corte afirmou que os governos estaduais tinham a obrigação de compensar as vítimas da violência de grupos justiceiros defensores das vacas.

Uma equipe especial de investigação criada em 2015 para reinvestigar os casos arquivados relativos ao massacre de sikhs em 1984 encerrou 241 processos e prosseguiu com outros 12. Em agosto, a Suprema Corte criou uma comissão formada por dois ex-juizes para examinar as decisões de encerrar os processos.

Em março, multidões realizaram impunemente uma série de ataques racistas contra estudantes de origem africana em Grande Noida, no estado de Uttar Pradesh. Em junho, três pessoas foram mortas em Darjeeling, Bengala Ocidental, em confrontos violentos entre a polícia e manifestantes que demandavam a criação do estado de Gorkhaland.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Os jornalistas e a liberdade de imprensa foram alvos de crescentes ataques. Em setembro, a jornalista Gauri Lankesh, crítica vigorosa do nacionalismo hindu e do sistema de castas, foi morta a tiros diante de sua casa em Bangalore por atiradores não identificados. No mesmo mês, o jornalista Shantanu Bhowmick foi espancado até a morte próximo a Agartala, quando fazia a cobertura de conflitos políticos violentos. Em setembro, o repórter fotográfico Kamran Yousuf foi preso no estado de Jammu e

Caxemira por supostamente instigar pessoas a atirar pedras nas forças de segurança; a prisão se baseou numa lei que não segue as normas internacionais de direitos humanos. Em novembro, o jornalista Sudip Datta Bhowmik foi morto a tiros, supostamente por um paramilitar, num campo paramilitar próximo a Agartala. Em dezembro, um cineasta francês que fazia pesquisa para um documentário sobre o conflito da Caxemira foi detido por três dias em Jammu e Caxemira, supostamente por infringir as regras de vistos.

Jornalistas continuaram sendo processados criminalmente por difamação, tanto por políticos quanto por empresas. Em junho, o poder legislativo de Karnataka sentenciou dois jornalistas a um ano de prisão cada por supostamente terem escrito artigos difamatórios sobre membros da legislatura estadual.

Leis repressoras foram usadas para sufocar a liberdade de expressão. Em junho, 20 pessoas foram presas por subversão nos estados de Madhya Pradesh e Rajastão, após denúncias de que haviam comemorado a vitória do time de críquete do Paquistão sobre a Índia. Em julho, 31 ativistas dalits foram presos e detidos por um dia em Lucknow, por organizarem uma coletiva de imprensa sobre violência por razões de casta. Governos estaduais proibiram livros, e o órgão central de certificação de filmes proibiu a exibição cinematográfica de certas obras, com argumentos de caráter vago e excessivamente amplo. Em novembro, cinco governos estaduais proibiram a exibição do filme de época *Padmaavat*, em hindi, alegando que poderia “ferir os sentimentos comunitários”.

A liberdade de expressão nas universidades continuou sob ataque. A agremiação estudantil da organização nacionalista hindu Rashtriya Swayamsevak Sangh usou ameaças e violência para impedir a realização de eventos e palestras em algumas universidades. Em junho, oito estudantes da Universidade de Lucknow foram presos e detidos por 20 dias por protestarem contra o governador do estado

de Uttar Pradesh. Em setembro, policiais de Uttar Pradesh agrediram com bastões os estudantes, principalmente mulheres, que protestavam contra as agressões sexuais na Universidade Hindu de Banaras.

Em agosto, a Suprema Corte da Índia proferiu uma sentença histórica determinando que o direito à privacidade era parte do direito constitucional à vida e à liberdade pessoal.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Em janeiro, o ministro do Interior disse ter se recusado a renovar a licença de financiamento estrangeiro da ONG indiana People's Watch porque a organização teria retratado de forma negativa a situação dos direitos humanos na Índia para um público internacional.

Em março, o ativista e acadêmico GN Saibaba foi condenado à prisão perpétua, juntamente com outras quatro pessoas, em um tribunal de Maharashtra, por pertencer e dar apoio a um grupo maoísta proibido. A condenação se baseou principalmente em cartas, panfletos e vídeos, e recorreu às disposições da Lei de Prevenção de Atividades Ilícitas, que não observa normas internacionais de direitos humanos.

No mesmo mês, o ativista adivasi Jailal Rathia faleceu em Raigarh, estado de Chhattisgarh, após ter sido supostamente envenenado por integrantes de uma máfia rural que ele contestava. Em abril, Varsha Dongre, funcionária da Penitenciária Central de Raipur em Chhattisgarh, foi transferida depois de postar no Facebook que ela havia visto policiais torturando meninas adivasis.

Em maio, quatro homens foram presos em Chennai e detidos administrativamente por mais de três meses, por tentarem prestar uma homenagem aos tãmeis mortos na guerra civil do Sri Lanka. No mesmo mês, a polícia do estado de Odisha prendeu a ativista adivasi Kuni Sikaka, que se opunha à extração de bauxita nas colinas de Niyamgiri, libertando-a somente depois de apresentá-la à imprensa como uma maoísta que havia se rendido.

Em agosto, a ativista Medha Patkar e outras três pessoas que protestavam contra a indenização inadequada para as famílias atingidas pelo projeto da barragem de Sardar Sarovar (ver abaixo) foram presas com base em acusações forjadas e detidas por mais de duas semanas.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Estatísticas publicadas em novembro mostraram que mais de 6.500 crimes foram cometidos contra as Tribos Reconhecidas em 2016. As comunidades indígenas adivasis continuaram sendo removidas por projetos industriais. O governo adquiriu terras para mineração de carvão por meio de uma lei especial, sem buscar o consentimento livre, prévio e informado dos adivasis. Em julho, uma comissão do Ministério do Meio Ambiente afirmou que as minas de carvão que quisessem aumentar sua capacidade produtiva em até 40% não precisariam consultar as comunidades atingidas.

Em setembro, ativistas protestaram contra a inauguração da represa de Sardar Sarovar em Gujarat, lembrando que cerca de 40.000 famílias desalojadas, muitas delas adivasis, não haviam recebido indenizações adequadas. Em junho, 98 adivasis de Raigarh em Chhattisgarh, tentaram propor ações penais baseadas na Lei de Prevenção de Atrocidades contra as Castas e Tribos Reconhecidas pela Constituição, argumentando terem sido forçados a vender suas terras para representantes de empresas privadas, por meio de intimidação e coação. A polícia acolheu as queixas, mas se recusou a iniciar ações penais.

JAMMU E CAXEMIRA

Em abril, oito pessoas foram mortas pelas forças de segurança, algumas com uso de força excessiva, após os protestos ocorridos durante uma eleição parcial para uma cadeira legislativa. O eleitor Farooq Ahmad Dar foi espancado pelos militares e amarrado na dianteira de um jipe do exército, que circulou com ele à frente por aproximadamente cinco horas, aparentemente para advertir outros

manifestantes. Em maio, o oficial que se acredita ter sido responsável pelo ato foi condecorado pelo exército por seu trabalho em operações de contra-insurgência. Em julho, a Comissão de Direitos Humanos do Estado de Jammu e Caxemira pediu que o governo estadual indenizasse Farooq Dar em 100.000 INR (cerca de US\$1.500). Em novembro, o governo do estado se recusou a pagar.

A impunidade por abusos de direitos humanos persistiu. Em junho, um tribunal militar subordinado às forças paramilitares que atuam na segurança de fronteiras absolveu dois soldados pelo homicídio de Zahid Farooq Sheikh, de 16 anos, em 2010. As forças haviam conseguido impedir que o processo fosse julgado em um tribunal civil. Em julho, a Suprema Corte se recusou a reabrir 215 casos sobre mais de 700 membros da comunidade pândita da Caxemira que foram mortos em Jammu e Caxemira em 1989, alegando que muito tempo havia se passado. No mesmo mês, um tribunal militar de recursos suspendeu as sentenças de prisão perpétua de cinco militares condenados por uma corte marcial pelas execuções extrajudiciais de três homens em Machil em 2010. Em novembro, a Comissão Estadual de Direitos Humanos renovou uma diretiva expedida em 2011 para que o governo estadual investigasse mais de 2.000 sepulturas clandestinas.

Durante manifestações, as forças de segurança continuaram a usar espingardas que disparam pequenas esferas de chumbo, armas intrinsicamente imprecisas, cegando e ferindo muitas pessoas. Com frequência, as autoridades interrompiam os serviços de internet alegando preocupações de ordem pública.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

Em janeiro, quatro mulheres adivasi de Dhar, em Madhya Pradesh, disseram ter sido estupradas por um grupo de policiais. Em março, moradores do vilarejo adivasi de Sukma, em Chhattisgarh, acusaram membros das forças de segurança do estupro coletivo de uma menina adivasi de

14 anos. Dois paramilitares foram presos em setembro por suspeita de terem matado uma mulher e de terem estupro e jogado ácido numa amiga que estava com ela, em julho, na localidade de Mizoram.

Em abril, um oficial graduado das Forças de Polícia da Reserva Central, uma força paramilitar, declarou por escrito a seus comandantes que vários órgãos de segurança haviam matado dois indivíduos suspeitos de pertencer a grupos armados numa execução extrajudicial em Assam. O oficial que fez a denúncia foi transferido. Em julho, a Suprema Corte orientou o Escritório Central de Investigações a investigar mais de 80 suspeitas de execuções extrajudiciais cometidas pela polícia e pelas forças de segurança em Manipur entre 1979 e 2012. A Corte considerou que esses casos não deveriam deixar de ser investigados apenas em função do tempo decorrido desde que aconteceram.

Em junho, a polícia de Madhya Pradesh matou a tiros cinco produtores agrícolas que participaram dos protestos em Mandasaur demandando melhores preços para seus cultivos. Em agosto, pelo menos 38 pessoas foram mortas em Haryana, algumas por uso de força excessiva, quando a polícia atirou contra elas durante os protestos que se seguiram à condenação de um conhecido guru indiano por estupro.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Aproximadamente 40.000 rohingyas que viviam na Índia corriam risco de expulsão em massa. Desses, mais de 16.000 haviam sido reconhecidos como refugiados pelo ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados. Em agosto, o ministro do Interior escreveu aos governos estaduais pedindo que identificassem “imigrantes ilegais”, como os rohingya. Em setembro, o ministro afirmou que todos os rohingya na Índia eram “imigrantes ilegais”, e disse ter evidências de que alguns rohingya tinham ligação com organizações terroristas. Em outubro, em resposta a uma petição apresentada por dois

refugiados rohingyas, a Suprema Corte adiou temporariamente as expulsões.

Em setembro, o ministro do Interior afirmou que concederia cidadania a cerca de 100.000 refugiados chakma e hajong que fugiram de Bangladesh para a Índia na década de 1960.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Entre janeiro e agosto, foram registradas 894 mortes em custódia judicial e 74 mortes em custódia policial. Em fevereiro, Uma Bharti, ministra do governo indiano, disse que, quando foi governadora de Madhya Pradesh, ordenou que indivíduos suspeitos de estupro fossem torturados. Em agosto, Manjula Shetye, presa na penitenciária de Byculla em Mumbai, morreu depois de ser supostamente espancada e agredida sexualmente pelos agentes penitenciários quando reclamou da comida da prisão. Uma equipe de parlamentares que visitou a penitenciária de Byculla informou que os internos eram espancados rotineiramente. Em novembro, um comitê criado pela Corte Superior de Déli relatou que 18 internos da penitenciária de Tihar em Nova Déli foram espancados depois de contestar a retirada das fronhas de seus travesseiros.

Em setembro, durante o processo de Revisão Periódica Universal da Índia perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU, o governo aceitou pela terceira vez as recomendações de ratificar a Convenção da ONU contra a Tortura, assinada pelo país em 1997. A Comissão Jurídica da Índia publicou um relatório em outubro recomendando que o governo ratificasse a Convenção e promulgasse uma lei criminalizando a tortura.

DIREITOS DAS MULHERES

Em novembro, foram divulgadas estatísticas mostrando que mais de 338.000 crimes contra mulheres foram registrados em 2016, dos quais, mais de 110.000 eram casos de violência praticada por esposos ou familiares. Em resposta às petições que tramitam nos tribunais para criminalizar o estupro marital, o governo central afirmou que isso

“desestabilizaria a instituição do matrimônio”.

Em agosto, a Suprema Corte proibiu a prática de ‘tripla talaq’ (divórcio instantâneo islâmico), declarando-a arbitrária e inconstitucional. Em outros casos, porém, as decisões da Corte comprometeram a autonomia das mulheres. Em agosto, a Suprema Corte enfraqueceu uma lei formulada para proteger a mulher na esfera do casamento, ao requerer que as denúncias sejam avaliadas inicialmente por “comitês de bem-estar da família” formados pela sociedade civil. Em outubro, a Corte sugeriu que iria rever sua decisão. No mesmo mês, a Suprema Corte decidiu que o intercuro sexual entre um homem e sua esposa menor de 18 anos será considerado estupro.

Várias sobreviventes de estupro, inclusive meninas, recorreram aos tribunais para obter permissão de interromper a gestação depois de 20 semanas, em vista do que requer a lei indiana. Os tribunais aprovaram alguns abortos e negaram outros. Em agosto, o governo central orientou os estados a criar juntas médicas permanentes para resolver esses casos com mais rapidez.

INDONÉSIA

República da Indonésia

Chefe de Estado e de governo: **Joko Widodo**

A Indonésia não lidou com violações de direitos humanos passadas. Os direitos à liberdade de expressão, manifestação pacífica e associação continuaram a ser restringidos arbitrariamente. Dispositivos legais sobre blasfêmia foram usados para aprisionar pessoas que exerceram pacificamente seus direitos à liberdade de religião e de crença. Pelo menos 30 prisioneiros de consciência continuavam detidos por exercer pacificamente seus direitos à liberdade de expressão ou de crença e religião. As forças de segurança perpetraram homicídios ilegítimos e usaram força excessiva durante protestos e operações de segurança. Dois homens

foram açoitados em público em Aceh, depois de condenados por um tribunal local de sharia por manterem relações homossexuais consensuais.

INFORMAÇÕES GERAIS

O histórico de direitos humanos da Indonésia foi examinado em maio, no âmbito do processo de Revisão Periódica Universal (RPU) das Nações Unidas. Embora a Indonésia tenha aceitado 167 de 225 recomendações, o país rejeitou, entre outras coisas, as solicitações para investigar violações de direitos humanos passadas e para revogar as disposições sobre blasfêmia contidas em leis e regulamentos. Entre estas, estão várias cláusulas do Código Penal e da Lei n. 1/PNPS/1965, que impõem restrições às liberdades de expressão, e de religião e de crença.¹

IMPUNIDADE

Apesar dos compromissos assumidos pelo Presidente, a Indonésia se omitiu em tratar de violações passadas de direitos humanos. Em fevereiro, o tribunal administrativo da capital, Jacarta, anulou uma decisão da Comissão de Informação Pública que ordenava ao governo publicar um relatório sobre o assassinato do defensor de direitos humanos Munir Said Thalib, em 2004, que implicaria altos funcionários dos serviços de inteligência. A decisão do Tribunal baseou-se no argumento de que o governo atual não recebera o relatório do governo anterior. Em agosto, o Supremo Tribunal confirmou a decisão do Tribunal Administrativo.

Durante a RPU, a Indonésia prometeu que o procurador-geral finalizaria uma investigação criminal sobre denúncias de graves violações de direitos humanos em Wasior, em 2001, e em Wamena, em 2003, ambas na região de Papua, e encaminharia o caso para o Tribunal de Direitos Humanos, estabelecido pela Lei n. 26/2000. No entanto, até o final do ano, isso não havia ocorrido.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO, ASSOCIAÇÃO E EXPRESSÃO

As autoridades continuaram a processar pessoas que participavam de atividades políticas pacíficas, especialmente em áreas com um histórico de movimentos pró-independência, como Papua. O prisioneiro de consciência Oktovianus Warnares permaneceu detido, pois se recusou a assinar um documento declarando sua fidelidade ao Estado da Indonésia, apesar de ter servido dois terços de sua pena e estar apto a receber liberdade condicional. Oktovianus Warnares foi condenado por "rebelião" (*makar*) em 2013, depois de participar de atividades que marcaram pacificamente o 50º aniversário da entrega de Papua ao governo indonésio pela Autoridade Executiva Temporária da ONU.

Em agosto, Novel Baswedan, um investigador da Comissão de Erradicação da Corrupção, foi denunciado à polícia pelo diretor de investigação da Comissão, nos termos do artigo 27(3) da Lei de Informação e Transações Eletrônicas (ITE), que diz respeito à difamação on-line. A denúncia de difamação se referia a um e-mail enviado por Novel Baswedan, na qualidade de representante do sindicato de trabalhadores da Comissão, criticando a gestão do diretor. Novel Baswedan sofrera um ataque com ácido, em Jacarta, no dia 11 de abril, que danificou gravemente suas córneas. Na época do ataque, ele estava conduzindo uma investigação sobre a apropriação indevida de fundos para um projeto de cartões de identificação eletrônicos por parte de altos funcionários do governo.

Em 10 de julho, o Presidente Widodo assinou o Decreto Governamental (Perppu) n. 2/2017, que altera a Lei de 2013 sobre Organizações Sociais, para remover salvaguardas judiciais nos processos de banimento de ONGs e de outras organizações. A nova legislação, promulgada pelo Parlamento em outubro, impõe restrições aos direitos à liberdade de associação, expressão, religião e crença, que são ainda mais abrangentes do que as que estavam vigentes na Lei sobre Organizações

Sociais. A lei já reprimia a ação dos defensores dos direitos humanos e refletia atitudes discriminatórias em relação a determinados grupos.²

Forças de segurança e grupos de justiceiros interromperam discussões a portas fechadas e eventos públicos que tratavam das graves violações de direitos humanos cometidas em 1965. Em 1 de agosto, a polícia local e as forças armadas de Jacarta Oriental interromperam um *workshop* em Jacarta sobre as conclusões do *International Peoples Tribunal 1965*, uma iniciativa da sociedade civil para aumentar a conscientização internacional sobre as violações massivas dos direitos humanos naquele ano.

Em 16 de setembro, a polícia proibiu um seminário fechado na sede do Instituto de Assistência Jurídica da Indonésia e Jakarta, que apresentava um debate com vítimas das violações de 1965. Na noite de 17 de setembro, uma multidão de cerca de mil pessoas, que afirmavam serem "anticomunistas", cercou o prédio, encurralando dezenas de artistas e ativistas que participavam de um evento sobre a recente repressão aos direitos à liberdade de expressão e de manifestação pacífica. No início da manhã seguinte, a multidão jogou pedras no prédio e destruiu a cerca ao redor dele. Centenas de policiais usaram gás lacrimogêneo para dispersar a multidão.³

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE CRENÇA

As disposições sobre blasfêmia nos artigos 156 e 156(a) do Código Penal e no artigo 28(2) da Lei n. 19/2016 sobre Transações Eletrônicas e de Informação foram utilizadas para prender pessoas que exerceram pacificamente seus direitos à liberdade de crença e de religião. Pelo menos 11 pessoas foram condenadas com base em leis de blasfêmia. Pessoas adeptas a religiões ou credos minoritários foram com frequência alvos de processos. Em 9 de maio, o governador de Jacarta, Basuki Tjahaja Purnama, um cristão de etnia chinesa conhecido como Ahok, foi condenado a dois anos de prisão por "insultar o Islã" em um vídeo postado na internet. Ahok foi a primeira

autoridade governamental de alto escalão a ser condenada por blasfêmia.⁴

Em 7 de março, Ahmad Mushaddeq, Mahful Muis Tumanurung e Andry Cahya, líderes do movimento religioso dissolvido Fajar Nusantara, conhecido como Gafatar, foram condenados por blasfêmia pelo Tribunal distrital de Jacarta Oriental. A condenação foi confirmada pelo Tribunal Superior de Jacarta em 3 de julho.

No final do ano, pelo menos 30 prisioneiros de consciência permaneciam detidos por exercer pacificamente seu direito à liberdade de expressão ou de crença religiosa.

Em 4 de junho, o governo local de Depok, em Java Ocidental, fechou uma mesquita pertencente à minoria religiosa ahmadi, considerada por muitos grupos islâmicos como "herética e não islâmica". As autoridades impediram os ahmadis de usar a mesquita durante o Ramadã. O prefeito de Depok justificou o fechamento da mesquita com base em um decreto ministerial e um regulamento provincial que proíbem os membros da comunidade ahmadi de promover suas atividades e difundir seus ensinamentos religiosos. O prefeito também afirmou que era necessário proteger a comunidade ahmadi em Depok de ataques violentos de outros grupos na área.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

Grupos de direitos humanos relataram homicídios ilegais e outras violações graves dos direitos humanos pelas forças de segurança, principalmente por uso excessivo da força durante grandes manifestações ou operações de segurança. Não se tem notícia de que algum perpetrador tenha sido responsabilizado, particularmente pelos inúmeros incidentes em Papua.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Entre setembro de 2016 e janeiro de 2017, forças policiais e militares realizaram operações conjuntas de segurança no distrito de Dogiyai, província de Papua, durante os preparativos para as eleições locais de 2017. Em 10 de janeiro, policiais prenderam arbitrariamente Otis Pekei, quando ele se recusou a entregar uma faca em um posto

de controle policial, e o detiveram na delegacia do sub-distrito de Moanemani. Mais tarde naquele dia, a polícia entregou o corpo de Otis Pekei na casa de sua família; a família acusou a polícia de torturá-lo durante a detenção. Não se tem conhecimento de que alguma investigação tenha sido conduzida sobre o fato.

Em 1 de agosto, no distrito de Deiyai, província de Papua, policiais abriram fogo arbitrariamente contra uma multidão de manifestantes, sem aviso, ferindo pelo menos 10 pessoas, inclusive crianças. Nove policiais foram submetidos a ações disciplinares; não há informação sobre a abertura de qualquer processo criminal.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

O número de homicídios de suspeitos de tráfico de drogas cometidos por policiais aumentou drasticamente, de 18 em 2016 para pelo menos 98 em 2017. Alguns dos policiais envolvidos nos incidentes foram apoiados pela Agência Nacional de Narcóticos. A polícia afirmou que todos os homicídios foram em legítima defesa, ou porque os suspeitos tentaram fugir. Não se conhecem investigações independentes sobre esses homicídios. O número de mortes disparou depois que várias autoridades indonésias de alto escalão, incluindo o presidente, defenderam durante o ano medidas mais severas para combater crimes relacionados a drogas, prevendo inclusive a aplicação de força letal irrestrita contra suspeitos de tráfico.

MORTES EM CUSTÓDIA

Mortes em custódia e tortura por parte de agentes da polícia foram denunciadas por organizações de direitos humanos.

Em 27 de agosto, Rifzal Riandi Siregar foi preso na delegacia de polícia de Batang Toru, na província de Sumatra do Norte, depois de se envolver em uma briga com um policial. Quando seus parentes o visitaram na delegacia de polícia de Batang Toru, ele disse que havia sido espancado na delegacia por quatro policiais, inclusive por aquele com quem havia brigado. Em 3 de setembro, Rifzal Riandi Siregar foi encontrado morto na

delegacia de polícia. Por exigência de sua família, a polícia transferiu seu corpo para um hospital policial em Medan, onde foi feita uma autópsia. A polícia prometeu entregar o laudo da autópsia à família dentro de uma semana. Até o final do ano, eles não o haviam recebido.

PUNIÇÕES CRUÉIS, DESUMANAS OU DEGRADANTES

Pelo menos 317 pessoas foram açoitadas em Aceh durante o ano, por delitos como adultério, jogos de azar e consumo de álcool, bem como por relações sexuais consensuais com pessoa do mesmo sexo.

Em maio, dois homens foram açoitados 83 vezes em público, depois de terem sido condenados pelo tribunal de sharia de Banda Aceh por manter relações homossexuais consensuais (*liwath*), segundo o Código Penal islâmico de Aceh. Embora os dispositivos da sharia tenham estado em vigor em Aceh desde a promulgação da Lei Especial de Autonomia da província, em 2001, e serem aplicados pelos tribunais islâmicos, esta foi a primeira vez que homens gays foram açoitados com base na lei sharia na província.⁵

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

No dia 25 de maio, 141 homens foram presos no norte de Jacarta pela polícia local, depois de participarem do que a polícia descreveu como uma "orgia gay". No dia seguinte, a polícia liberou 126 homens, mas acusou 10 deles com base na Lei n. 44/2008 sobre pornografia, de serem provedores de "serviços de pornografia". No dia 6 de outubro, 51 pessoas, incluindo sete estrangeiros, foram presas em uma sauna em Jacarta Central. A maioria dos clientes da sauna foi liberada no dia seguinte; cinco funcionários continuavam detidos no final do ano. A polícia acusou seis pessoas de prestar serviços de pornografia e prostituição.⁶

Com exceção de Aceh, as relações consensuais com pessoa do mesmo sexo não

são criminalizadas pelo o Código Penal indonésio.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS – DIREITO À ÁGUA

Em 10 de outubro, o Supremo Tribunal ordenou ao governo que pusesse fim a um plano de privatização da água em Jacarta. O Tribunal acolheu um recurso interposto pela Coalizão dos Residentes de Jacarta contra a Privatização da Água, alegando que o fornecedor privado “deixara de assegurar o direito à água” dos moradores. A Corte ordenou que o governo revogasse imediatamente seus contratos com duas empresas privadas de abastecimento de água.

1. Indonesia: Human Rights Council must ensure strong recommendations at human rights review (ASA 21/6156/2017)
2. Indonesia: Amendments to the mass organizations law expand threats to freedom of association (ASA 21/6722/2017)
3. Indonesia: Offices of human rights defenders attacked (ASA 21/7113/2017)
4. Indonesia: Blasphemy conviction demonstrates intolerance - Basuki Tjhaia Purnama (Ahok) (ASA 21/6213/2017)
5. Indonesia: Revoke conviction and caning sentence for gay men in Aceh (ASA 21/6279/2017)
6. Indonesia: Arrest of 51 people fuels hostile environment for LGBTI people (ASA 21/7289/2017)

IRÃ

República Islâmica do Irã

Chefe de Estado: **Ayatollah Sayed Ali Khamenei (Guia Supremo da República Islâmica do Irã)**

Chefe de governo: **Hassan Rouhani (Presidente)**

As autoridades suprimiram rigorosamente os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica, bem como a liberdade de religião e de crença, e encarceraram dezenas de pessoas que manifestaram divergências. Os julgamentos foram sistematicamente injustos. Tortura e outros maus-tratos eram generalizados e cometidos com impunidade. Açoitamentos, amputações e outras punições cruéis foram aplicadas. As autoridades endossaram a

violência e a discriminação disseminadas baseadas no gênero, nas opiniões políticas, nas crenças religiosas, na etnia, nas deficiências, na orientação sexual e na identidade de gênero das pessoas. Centenas de pessoas foram executadas, às vezes em público, e milhares permaneciam no corredor da morte. Entre essas, algumas que tinham menos de 18 anos à época do crime.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU renovou o mandato da relatora especial sobre a situação dos direitos humanos no Irã; as autoridades iranianas continuaram negando a entrada desta e de outros peritos da ONU no país.

Em maio, o Presidente Rouhani foi eleito para um segundo mandato, após um processo eleitoral que discriminou centenas de candidatos ao desqualificá-los com base em gênero, crença religiosa e opinião política. A indicação de indivíduos supostamente envolvidos em graves violações de direitos humanos para cargos ministeriais suscitou críticas públicas.

A UE e o Irã agiram para renovar um diálogo bilateral de direitos humanos, enquanto vários defensores dos direitos humanos cumpriam penas de prisão impostas por eles terem se comunicado com funcionários da UE e da ONU. Diversos governos, como o da Austrália, da Suécia e da Suíça, também começaram diálogos de direitos humanos bilaterais com o Irã.

No fim de dezembro, milhares de iranianos saíram às ruas para protestar contra a pobreza, a corrupção e a repressão política, nas primeiras manifestações dessa magnitude contra o sistema desde 2009.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE MANIFESTAÇÃO

As autoridades continuaram reprimindo duramente os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica, encarcerando dezenas de críticos pacíficos, com base em acusações espúrias relativas à segurança nacional. Entre as

pessoas visadas estavam dissidentes políticos pacíficos, jornalistas, profissionais das novas mídias, estudantes, cineastas, músicos e escritores, assim como defensores dos direitos humanos, inclusive ativistas pelos direitos das mulheres, ativistas pelos direitos ambientais e das minorias, sindicalistas, ativistas contra a pena de morte, advogados e pessoas que buscavam justiça e reparação pelas execuções em massa e desaparecimentos forçados da década de 1980.

Muitos prisioneiros de consciência iniciaram greves de fome em protesto contra sua prisão injusta.

As autoridades prenderam centenas de manifestantes após os protestos contra o sistema, que eclodiram por todo o país no fim de dezembro. Surgiram relatos de que as forças de segurança mataram e feriram manifestantes desarmados, com uso de armas de fogo e emprego de força excessiva. Em 31 de dezembro, o ministro da Informação e Tecnologia de Comunicações bloqueou o acesso ao Instagram e ao popular aplicativo de mensagens Telegram, usados pelos ativistas para promover e apoiar os protestos.

No começo do ano, as autoridades judiciais também pressionaram de modo persistente o Ministério da Informação e Tecnologia de Comunicações para requerer que o Telegram transferisse seus servidores para o Irã e fechasse dezenas de milhares de canais do Telegram, que, segundo o Judiciário, “ameaçavam a segurança nacional” ou “ofendiam valores religiosos”. Em setembro, o procurador-geral de Teerã anunciou que foram impetradas ações penais contra o CEO do Telegram, Pavel Durov.

Outros sites populares de mídias sociais, como Facebook, Twitter e YouTube, permaneceram bloqueados.

Jornalistas e profissionais das novas mídias foram submetidos a mais uma onda de interrogatórios rigorosos e prisões arbitrárias no período anterior às eleições presidenciais de maio. Pessoas que usaram o Telegram foram alvos de duras penas de prisão, algumas de mais de uma década.

A liberdade de expressão musical continuou restrita. As mulheres foram proibidas de cantar em público e as autoridades continuaram a forçar o cancelamento de vários espetáculos. Em agosto, centenas de artistas pediram que o Presidente Rouhani acabasse com essas restrições.

As autoridades continuaram a realizar autuações violentas em festas particulares frequentadas simultaneamente por homens e mulheres, prendendo centenas de jovens e sentenciando muitos deles a açoitamentos.

Prosseguiu a censura de todos os tipos de mídia e a obstrução dos canais de televisão estrangeiros por satélite. As autoridades judiciais intensificaram seu assédio aos jornalistas que trabalham com o serviço de televisão da BBC Persa, congelando os bens de 152 atuais ou ex-jornalistas da BBC, e proibindo-os de realizar transações financeiras.

A Associação dos Jornalistas permaneceu suspensa.

Dezenas de estudantes continuaram sendo impedidos de cursar o ensino superior em represália por seu ativismo pacífico, apesar de o Presidente Rouhani ter prometido em campanha acabar com essa proibição.

Os sindicatos independentes permaneceram proibidos, e vários sindicalistas foram presos injustamente. As forças de segurança continuaram a suprimir com violência os protestos pacíficos de trabalhadores, inclusive no Dia Internacional do Trabalho.

Dezenas de ativistas ambientais foram intimados para interrogatório, detidos e processados por participar de manifestações pacíficas contra a poluição atmosférica, o desaparecimento de lagos, projetos de transposição de rios e práticas de descarte.

Os líderes opositores Mehdi Karroubi e Mir Hossein Mousavi, bem como a esposa deste, Zahra Rahnavard, permaneceram em prisão domiciliar, sem acusação ou julgamento, desde 2011.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos continuaram sendo prática corriqueira, principalmente em

interrogatórios. Pessoas detidas pelo Ministério da Inteligência e pela Guarda Revolucionária eram rotineiramente submetidas a regimes de isolamento prolongados que configuravam tortura.

Não investigar denúncias de tortura e aceitar “confissões” obtidas mediante tortura como provas contra suspeitos continuaram sendo práticas sistemáticas.

As autoridades continuaram a privar de cuidados médicos adequados as pessoas detidas por motivos políticos. Em muitos casos, isso era usado como castigo ou para extrair ‘confissões’, o que equivale à tortura.

Os presos eram submetidos a condições de detenção cruéis e desumanas, como superlotação, restrição de água aquecida, alimentação inadequada, falta de leitos, pouca ventilação e infestação de insetos.

Entre julho e setembro, mais de uma dezena de presos políticos da penitenciária de Rajai Shahr em Karaj fizeram uma longa greve de fome para protestar contra suas brutais condições de detenção. Em represália, alguns foram privados de cuidados médicos, colocados em regime de isolamento e sofreram novas ações penais.

PUNIÇÕES CRUÉIS, DESUMANAS E DEGRADANTES

As autoridades judiciais continuaram a impor e aplicar, às vezes em público, punições cruéis e desumanas que configuram tortura.

Dezenas de pessoas, inclusive crianças, foram submetidas a até 100 chibatadas por roubo e assalto, bem como por atos que, segundo o direito internacional, não deveriam ser criminalizados – como ter relações extraconjugais, participar de festas mistas com homens e mulheres, alimentar-se em público durante o Ramadã ou participar de protestos pacíficos.

Em janeiro, na cidade de Najaf Abad, província de Isfahan, o jornalista Hossein Movahedi foi submetido a 40 chibatadas depois que um tribunal o condenou por ter reportado de forma inexata o número de motocicletas confiscado pela polícia na cidade. Em agosto, um tribunal penal da província de Markazi sentenciou o sindicalista Shapour Ehsanirad a 30 chibatadas e seis meses de prisão por ele ter

participado de uma manifestação contra condições injustas de trabalho.

Em fevereiro, o Supremo Tribunal confirmou uma sentença de cegamento proferida por um tribunal penal da província de Kohkiluyeh e Buyer Ahmad contra uma mulher por ela ter cegado outra mulher.

Dezenas de sentenças de amputação foram impostas e posteriormente confirmadas pelo Supremo Tribunal. Em abril, autoridades judiciais de Shiraz, na província de Fars, amputaram a mão de Hamid Moinee e o executaram 10 dias depois. Ele havia sido condenado por roubo e homicídio. Pelo menos outras quatro sentenças de amputação por roubo foram aplicadas.

As autoridades também administraram punições degradantes. Em abril, três homens acusados de sequestro e outros crimes tiveram que desfilar pelas ruas de Dehloran, na província de Ilam, com as mãos amarradas e baldes usados na lavagem de banheiros pendurados no pescoço. Em julho, oito homens foram submetidos a humilhações semelhantes em Pakdasht, na província de Teerã.

Em maio, uma mulher presa por manter um relacionamento extraconjugal íntimo foi sentenciada por um tribunal penal da capital, Teerã, a uma pena de 74 chibatadas e dois anos lavando cadáveres. Seu parceiro foi condenado a 99 chibatadas.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Os julgamentos, inclusive quando resultavam em sentenças de morte, foram sistematicamente injustos. Não havia mecanismos independentes para assegurar a prestação de contas dentro do Judiciário. Continuou causando grave preocupação o fato de juízes, principalmente os que presidiam Tribunais Revolucionários, serem nomeados com base em suas opiniões políticas e ligações com órgãos de inteligência, e carecerem de qualificações legais.

Os dispositivos do Código de Processo Penal de 2015 relativos a julgamentos justos, como os que garantem o acesso a um advogado desde o momento da prisão e

durante as investigações, eram rotineiramente ignorados. As autoridades continuaram a invocar o artigo 48 do Código de Processo Penal para impedir que pessoas detidas por motivos políticos possam ser representadas por um advogado de sua escolha. Os advogados eram informados de que seu nome não constava da lista aprovada pelo chefe do poder Judiciário, embora não houvesse qualquer lista oficial de conhecimento público.

Os julgamentos, sobretudo perante os Tribunais Revolucionários, continuaram ocorrendo a portas fechadas e eram extremamente breves, às vezes durando não mais que alguns minutos.

Os cidadãos estrangeiros e os iranianos com dupla nacionalidade continuaram sendo submetidos a prisões e detenções arbitrárias, julgamentos flagrantemente injustos e encarceramentos prolongados. As autoridades alegavam estarem combatendo “projetos de infiltração” orquestrados do estrangeiro. Na verdade, esses indivíduos costumavam ser acusados de delitos vagos relacionados à segurança nacional, que tinham relação com o exercício pacífico de seu direito à liberdade de expressão e de associação.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E CRENÇA

As liberdades de religião e de crença foram violadas de forma sistemática, na lei e na prática. As autoridades continuaram a impor códigos de conduta pública baseados numa interpretação estrita do islamismo xiita para pessoas de todas as fés. Muçulmanos não xiitas eram proibidos de concorrer à Presidência ou de deter cargos políticos importantes.

Ataques generalizados e sistemáticos continuaram sendo praticados contra a minoria bahá'í. Entre esses, prisões arbitrárias, encarceramentos prolongados, tortura e outros maus-tratos, fechamento forçado de empresas cujos proprietários eram bahá'ís, confisco de bens de bahá'ís, proibição de emprego no setor público e negação de acesso às universidades. As autoridades periodicamente incitavam o ódio

e a violência, difamando os bahá'ís ao acusá-los de serem “hereges” e “imundos”.

Aumentaram as preocupações de que crimes de ódio pudessem ser cometidos com impunidade depois que dois homens que admitiram ter matado Farang Amiri por causa de sua fé bahá'í foram libertados em junho mediante o pagamento de fiança.

Outras minorias religiosas não reconhecidas na Constituição, como os yarsanitas (Ahl-e Haq) também sofriam discriminação sistemática, inclusive no trabalho e na educação, sendo perseguidos por praticarem sua fé.

O direito de mudar ou renunciar a crenças religiosas continuou sendo violado. Pessoas convertidas ao cristianismo receberam sentenças severas, com penas que variavam entre 10 e 15 anos de prisão em diversos casos. Prosseguiram as batidas policiais em residências e igrejas.

Os dervixes de Gonabadi foram alvos de ataques e prisões em seus locais de culto. Vários deles foram despedidos arbitrariamente de seus empregos e tiveram sua matrícula em universidades negada.

Pessoas que professavam o ateísmo corriam risco de sofrer prisões e detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos, além de pena de morte por “apostasia”.

Muçulmanos sunitas continuaram a relatar discriminação, como restrições à prática de orações separadas para as comemorações de Eïd al-Fitr e exclusão de cargos mais graduados.

Em um ato não previsto no direito iraniano, o Tribunal de Justiça Administrativa suspendeu em outubro a participação de Sepanta Niknam, adepto do zoroastrismo, no Conselho Municipal de Yazd, com base em uma opinião do chefe do Conselho dos Guardiões do Irã, que disse que a governança de não muçulmanos sobre muçulmanos contrariava a lei sharia.

Pelo menos duas pessoas foram sentenciadas à morte por exercer pacificamente seu direito à liberdade de religião e de crença (ver abaixo).

DISCRIMINAÇÃO – MINORIAS ÉTNICAS

Minorias étnicas, como os árabes ahwazi, os turcos azerbaijanos, os balúquis, os curdos e os turcomanos, continuaram submetidos à discriminação arraigada, restringindo seu acesso à educação, ao emprego, à moradia adequada e a cargos políticos.

O constante abandono econômico das regiões de população minoritária aprofundou sua situação de pobreza e marginalização. Na província do Sístão-Baluquistão, os moradores de muitos vilarejos relataram a falta de acesso à água, eletricidade, escolas e serviços de saúde. Essa província empobrecida apresentava índices elevados de analfabetismo entre as meninas e alta taxa de mortalidade infantil.

O idioma persa continuou sendo a única língua de instrução no ensino primário e médio, contribuindo para os altos índices de evasão escolar nas áreas de população minoritária.

A ausência de medidas para assegurar a autogestão das minorias foi constante motivo de críticas.

Membros de minorias que denunciavam as violações de seus direitos tornavam-se alvo de prisões arbitrárias, tortura e outros maus-tratos, julgamentos totalmente injustos, prisão e pena de morte. Os órgãos de inteligência e de segurança com frequência acusavam os ativistas pelos direitos das minorias de apoiar “correntes separatistas”, ameaçando a integridade territorial do Irã.

Os guardas de fronteira iranianos continuaram a atirar para matar, de modo ilegal e com total impunidade, dezenas de homens curdos desarmados conhecidos como kulbars, que trabalham como carregadores na divisa entre o Iraque e o Curdistão iraniano. Em setembro, as forças de segurança suprimiram com violência as manifestações realizadas nas cidades de Baneh e Sanandaj em protesto pela morte a tiros de dois kulbars, detendo mais de uma dezena de pessoas.

Em setembro, houve forte presença policial em toda a província do Curdistão, quando membros da minoria curda iraniana realizaram comícios em defesa de um

referendo de independência na região curda ao norte do Iraque. Segundo informações, mais de uma dezena de pessoas foi presa.

Em junho, as forças de segurança foram posicionadas em Ahwaz, no período que antecedeu o feriado de Eid al-Fitr, para impedir os encontros planejados em solidariedade às famílias de árabes ahwazi encarcerados ou executados por razões políticas. Mais de dez pessoas foram presas arbitrariamente e detidas, e muitas outras foram intimadas para interrogatório. O defensor dos direitos humanos árabe ahwazi Mohammad Ali Amouri permaneceu no corredor da morte.

DISCRIMINAÇÃO – MULHERES E MENINAS

As mulheres continuaram sendo submetidas à discriminação arraigada na lei e na prática, inclusive com relação ao acesso ao divórcio, a empregos, a direitos de herança igualitários e à ocupação de cargos políticos, bem como na família e no direito penal.

Atos de violência contra mulheres e meninas, como a violência doméstica e os casamentos precoces e forçados, eram praticados de forma generalizada e com impunidade. As autoridades não criminalizaram a violência motivada por gênero; um projeto de lei está pendente de aprovação desde 2012. A idade de consentimento legal para o casamento de meninas continuou sendo aos 13 anos de idade, mas o pai ou avô poderiam obter permissão dos tribunais para que as meninas se casassem ainda mais cedo.

Todas as 137 mulheres que se registraram como candidatas à Presidência foram desqualificadas pelo Conselho dos Guardiões. Apesar das demandas da sociedade civil, o Presidente Rouhani não incluiu nenhuma mulher como ministra de seu governo.

A obrigatoriedade do uso do véu (hijab) permitiu que a polícia e as forças paramilitares hostilizassem e detivessem mulheres que deixassem aparecer mechas de cabelo por baixo dos lenços, que estivessem muito maquiadas ou que

usassem roupas justas. Campanhas de difamação aprovadas pelo Estado foram lançadas para atingir as mulheres que se mobilizaram contra o uso compulsório do hijab.

O Código Civil do Irã continuou a negar às mulheres iranianas casadas com homens não iranianos o direito de transmitir sua nacionalidade aos filhos, direito usufruído pelos homens iranianos casados com esposas estrangeiras.

As autoridades resistiram à constante pressão popular para que as mulheres pudessem entrar como espectadoras nos estádios de futebol.

As mulheres tiveram menos acesso a métodos contraceptivos modernos e acessíveis, pois as autoridades não restabeleceram os cortes aplicados em 2012 ao orçamento dos programas públicos de planejamento familiar. Em outubro, o Parlamento aprovou uma lei que impôs severas restrições ao compartilhamento de informações sobre contracepção.

As autoridades continuaram a monitorar e restringir as viagens das ativistas pelos direitos das mulheres ao exterior. Em agosto, Alieh Motalebzadeh foi sentenciada a três anos de prisão por participar de uma oficina sobre “Empoderamento feminino e eleições” na Geórgia.

DISCRIMINAÇÃO – PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E PESSOAS VIVENDO COM O HIV

Em março, o Comitê da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência examinou a situação dos direitos humanos no Irã. O Comitê condenou a discriminação e a violência estatais contra pessoas com deficiências físicas e intelectuais; a aplicação precária das normas de acessibilidade; e a negação de acomodações razoáveis no local de trabalho. O Comitê também manifestou apreensão com os relatos de institucionalização forçada de pessoas com deficiências, e com os tratamentos médicos não consentidos de pessoas que se presume terem deficiências, inclusive em razão de identidade de gênero e orientação sexual. Em

dezembro, o Parlamento aprovou a proposição de uma Lei de Proteção aos Direitos das Pessoas com Deficiências que, se implementada integralmente, melhoraria a acessibilidade e o acesso à educação, à moradia, à saúde e ao emprego.

Em agosto, o Ministério da Educação adotou critérios discriminatórios para desqualificar candidatos a vagas de ensino. Os motivos de eliminação incluíam doenças, estrabismo, marcas no rosto, baixa estatura e sobrepeso. Em consequência da indignação pública, o Ministério prometeu revisar os critérios, mas afirmou que pessoas vivendo com HIV seriam excluídas, pois careciam de “qualificações morais”.

PENA DE MORTE

As autoridades continuaram a executar centenas de pessoas após julgamentos injustos. Algumas execuções ocorreram em público.

As autoridades continuaram a descrever as mobilizações pacíficas contra a pena de morte como “anti-islâmicas”, tendo hostilizado e encarcerado os ativistas contrários à pena capital.

A maioria das execuções foi por delitos não letais relacionados a drogas. Uma nova lei adotada em outubro aumentou a quantidade de drogas necessária para que se imponha a pena de morte, mas manteve a obrigatoriedade das sentenças capitais para uma ampla gama de delitos ligados às drogas. Embora estivesse prevista a aplicação retroativa da lei, não estava claro como as autoridades pretendiam ministrá-la de modo a comutar as sentenças de morte das pessoas que já estavam no corredor da morte.

Foi possível confirmar a execução de quatro pessoas que tinham menos de 18 anos à época que cometeram o crime e os casos de outros 92 infratores juvenis que permaneciam à espera de execução. É provável que os números reais sejam muito maiores. Várias execuções que estavam programadas foram adiadas no último minuto devido a mobilizações públicas. Novos julgamentos de infratores juvenis com base

no artigo 91 do Código Penal Islâmico de 2013 continuaram resultando na renovação de sentenças de morte após avaliações arbitrárias de sua “maturidade” à época do crime.

A pena de morte foi mantida para delitos de formulação vaga tais como “ofender o Profeta”, “animosidade contra Deus” e “disseminar a corrupção na Terra”.

Em agosto, o líder espiritual e prisioneiro de consciência Mohammad Ali Taheri foi sentenciado à morte pela segunda vez por “disseminar a corrupção na Terra” ao criar o grupo espiritual Erfan-e Halgheh; em outubro, o Supremo Tribunal anulou a sentença de morte. Ele permaneceu em regime de isolamento.

A prisioneira de consciência Marjan Davari foi condenada à morte em março por “disseminar a corrupção na Terra”, em função de sua participação no grupo religioso Eckankar e por ter traduzido seus materiais. A Suprema Corte posteriormente revogou a sentença de morte e remeteu o caso novamente ao Tribunal Revolucionário em Teerã para novo julgamento.

O Código Penal Islâmico ainda previa o apedrejamento como método de execução.

Algumas relações sexuais consentidas entre pessoas do mesmo sexo continuaram sendo punidas com a morte.

IRAQUE

República do Iraque

Chefe de Estado: **Fuad Masum**

Chefe de governo: **Haider al-Abadi**

Forças iraquianas e curdas, milícias paramilitares, forças de coalizão e o grupo armado Estado Islâmico (EI) cometeram violações do direito internacional humanitário, crimes de guerra e abusos brutais dos direitos humanos no conflito armado. Os combatentes do EI deslocaram civis e forçaram seu envolvimento no conflito armado, usaram civis como escudos humanos em grande escala, mataram deliberadamente os civis que tentavam fugir

das hostilidades, e recrutaram e usaram crianças soldados. Forças iraquianas e curdas, assim como milícias paramilitares, executaram extrajudicialmente combatentes capturados e civis que escapavam do conflito, além de destruírem moradias e outros bens de caráter civil. Forças iraquianas e curdas, bem como autoridades do governo, prenderam de modo arbitrário, submeteram a desaparecimento forçado e torturaram civis suspeitos de pertencer ao EI. Os tribunais sujeitaram indivíduos suspeitos de fazer parte do EI e de cometer delitos terroristas a julgamentos injustos, sentenciando-os à morte com base em “confissões” extraídas mediante tortura. Execuções continuaram sendo praticadas em um grau alarmante.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em dezembro, o governo iraquiano, as forças curdas, as milícias paramilitares e as forças da coalizão liderada pelos EUA haviam reconquistado o território e os centros populacionais sob domínio do EI, como o leste de Mossul em janeiro, o oeste de Mossul em julho, Tel Afar em agosto e Hawija em outubro. Até novembro, mais de 987.648 pessoas haviam sido deslocadas internamente na província de Ninive em consequência das operações militares para recapturar Mossul e áreas vizinhas. Mais de 3 milhões de pessoas continuaram deslocadas dentro do Iraque.

Em 25 de setembro, o Governo Regional do Curdistão (GRC) realizou um referendo sobre independência na região do Curdistão iraquiano (RC-I) e nas “áreas em disputa” no Iraque, como algumas partes das províncias de Ninive, Kirkuk, Salah al-Din e Diyala. Segundo os resultados preliminares, cerca de 93% dos votos foram favoráveis à independência. O governo do Iraque declarou que o referendo era ilegal e inconstitucional. Após a consulta, forças do governo iraquiano e forças pró-governo, como as Unidades de Mobilização Popular (UMP), retomaram o controle da província de Kirkuk e de áreas das províncias de Ninive, Salah al-Din e Diyala.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

O EI cometeu abusos brutais de direitos humanos e graves violações do direito internacional humanitário, algumas das quais configuram crimes de guerra. O grupo deslocou à força milhares de civis para as zonas de hostilidades ativas, numa tentativa de usá-los como escudo para seus próprios combatentes. O EI deliberadamente matou civis que tentavam fugir dos combates, dependurando seus corpos em áreas públicas como advertência para outros que pensassem em escapar. O grupo eliminou seus adversários por meio de execuções e recrutou e utilizou crianças soldados. Em Mossul, o EI costumava negar cuidados médicos aos civis, enquanto seus combatentes ocupavam vários hospitais e centros médicos para evitar serem pegos pelas forças iraquianas e da coalizão.

Em todo o Iraque, o EI matou e feriu civis em atentados a bomba e outros ataques mortais dirigidos especificamente contra civis em locais como mercados, templos religiosos xiitas e outros espaços públicos. Em 2 de janeiro, bombardeios do EI no bairro predominantemente xiita de Sadr City, na capital Bagdá, mataram pelo menos 35 pessoas e feriram mais de 60. No dia 30 de maio, atentados suicidas diante de uma sorveteria e de um edifício do governo em Bagdá mataram pelo menos 27 pessoas e feriram ao menos 50. Um ataque do EI a um restaurante frequentado por peregrinos xiitas em Nassíria, no dia 14 de setembro, matou pelo menos 84 pessoas e feriu 93.

Em outubro, a ONU informou que até 1.563 mulheres e crianças yazidis permaneciam cativas do EI no Iraque e na Síria. Elas foram submetidas a estupros e outras torturas, bem como agressões e escravidão. As que conseguiram escapar ou foram libertadas depois que seus parentes pagaram resgates não receberam reparações adequadas, inclusive o apoio e cuidado necessários para ajudá-las a reconstruir suas vidas. A ONU afirmou em agosto que pelo menos 74 valas de sepultura coletiva foram descobertas em áreas antes controladas pelo EI no Iraque.

CONFLITO ARMADO – VIOLAÇÕES COMETIDAS POR FORÇAS DO GOVERNO, FORÇAS DA COALIZÃO E MILÍCIAS

Forças do governo, milícias paramilitares e forças da coalizão cometeram repetidas violações do direito internacional humanitário, algumas das quais podem configurar crimes de guerra. A oeste de Mossul, forças iraquianas e da coalizão lançaram uma série de ataques desproporcionais e indiscriminados. Em um deles, em 17 de março, no bairro de al-Jadida, em Mossul, pelo menos 105 civis foram mortos em um ataque aéreo dos EUA cujo alvo seriam dois franco-atiradores do EI.

Também no oeste de Mossul, forças iraquianas utilizaram constantemente armas explosivas com amplo raio de ação, como as munições improvisadas com assistência de foguetes (IRAMs), que por não acertarem com precisão um alvo militar, não podem ser usadas legalmente em áreas de população civil. A leste de Mossul, centenas de civis foram mortos em ataques aéreos lançados por forças da coalizão e iraquianas contra suas casas ou contra os locais em que tentavam se abrigar, pois seguiam as instruções do governo iraquiano de não sair às ruas durante os confrontos.

Forças governamentais iraquianas e curdas, bem como milícias paramilitares, executaram extrajudicialmente homens e meninos suspeitos de afiliação ao EI. Nas semanas finais da batalha de Mossul, entre maio e julho, surgiram relatos consistentes de que as forças iraquianas, inclusive a Divisão de Resposta Emergencial, a Polícia Federal e as Forças de Segurança do Iraque, haviam detido, torturado e executado extrajudicialmente homens e meninos que tentavam escapar dos combates.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Milhares de homens e meninos em idade considerada apta para combate (aproximadamente dos 15 aos 65 anos) que fugiam dos territórios controlados pelo EI foram submetidos a revistas pelas forças de segurança iraquianas, pelas forças curdas e pelas milícias paramilitares em centros de

recepção temporários ou em locais de detenção improvisados. Homens suspeitos de afiliação ao EI eram detidos por vários dias ou meses, geralmente em condições severas, ou eram transferidos para outros lugares. Forças iraquianas, forças curdas e milícias paramilitares, inclusive as Unidades de Mobilização Popular, prenderam outros milhares de pessoas suspeitas de “terrorismo”, sem qualquer mandato judicial, tirando-as de suas casas, em postos de controle e em campos para pessoas deslocadas internamente (PDIs).

TORTURA E DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Homens e meninos suspeitos de pertencerem ao EI foram submetidos a desaparecimento forçado – sem contato com familiares ou com o mundo externo – em unidades controladas pelos ministérios iraquianos do Interior e da Defesa, bem como pelo Governo Regional do Curdistão, e em centros de detenção secretos. Os detidos eram interrogados por agentes de segurança, sem a presença de advogados, e eram rotineiramente torturados. As formas mais comuns de tortura incluíam espancamentos na cabeça e no corpo com hastes e cabos de metal, suspensão do corpo pelos braços ou pernas em posturas de tensão, choques elétricos e ameaças de estupro contra familiares mulheres. O acesso dos detidos a cuidados médicos era limitado, acarretando amputações e mortes em custódia. Eles também eram submetidos a condições cruéis, como superlotação severa, falta de ventilação e de acesso a chuveiros ou privadas.

JULGAMENTOS INJUSTOS

O sistema de justiça criminal no Iraque continuou profundamente problemático. Os réus, sobretudo os suspeitos de “terrorismo”, eram regularmente privados do direito de dispor do tempo e dos meios adequados para preparar sua defesa, de não se incriminarem ou confessarem culpa, e de questionarem as testemunhas da acusação. Os tribunais continuaram a admitir como provas “confissões” extraídas mediante tortura. Muitas pessoas condenadas nesses

julgamentos injustos e apressados foram sentenciadas à morte.

Entre julho e agosto, as autoridades iraquianas expediram mandados de prisão contra pelo menos 15 advogados que defendiam indivíduos suspeitos de pertencer ao EI, acusando-os de também fazer parte do grupo. Em vista dessas prisões, outros advogados passaram a temer serem presos pelo fato de defenderem supostos integrantes do EI.

PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

Mais de 3 milhões de pessoas continuaram deslocadas em todo o Iraque. Elas buscaram abrigo em comunidades de acolhimento, em campos de PDIs, em assentamentos informais e em edifícios em construção. Até novembro, mais de 987.648 pessoas haviam sido deslocadas na província de Nínive em consequência das operações militares em Mossul. As agências humanitárias relataram fortes quedas no financiamento internacional.

Os civis abrigados nos campos para PDIs padeciam com a falta de comida, de água, de remédios e de outras necessidades básicas. A liberdade de circulação nesses locais era extremamente limitada, e seus ocupantes contaram que civis, inclusive crianças, foram recrutados nos campos para participar de milícias paramilitares – mesmo contra sua vontade –, e que alguns de seus familiares desapareceram à força quando estavam nas áreas comuns dos campos ou dentro de suas tendas. As famílias ficavam separadas por vários dias ou meses por causa dos procedimentos de triagem nos centros temporários de recepção. Mulheres chefes de família que estavam abrigadas nos campos de PDIs – principalmente aquelas cujos maridos eram suspeitos de pertencer ao EI – disseram terem sido estupradas e submetidas a outros abusos sexuais e exploração, além de sistemática discriminação, como acesso limitado à comida, água e outros suprimentos essenciais.

DESLOCAMENTO FORÇADO E DESTRUIÇÃO DE PROPRIEDADES

No contexto do conflito armado envolvendo o EI, tanto as forças do governo iraquiano quanto as milícias paramilitares forçaram o deslocamento de civis e destruíram suas casas em grandes quantidades. No começo do ano, por exemplo, milícias tribais sunitas que integravam as Unidades de Mobilização Popular, conhecidas como Hashad al-Ashari, em conjunto com as forças do governo iraquiano deslocaram à força pelo menos 125 famílias da província de Salah al-Din que se acreditava serem afiliadas ao EI, após um decreto emitido por autoridades locais autorizando seu deslocamento. As famílias foram então mantidas contra sua vontade em um campo de PDIs que funcionava como um centro de detenção próximo a Tikrit.

COMÉRCIO DE ARMAS

Façções das Unidades de Mobilização Popular, que vinham cometendo crimes de guerra e outras sérias violações nas regiões centro e norte do Iraque desde 2014, beneficiaram-se da transferência de armas de uma série de países, como os Estados Unidos, a Rússia e o Irã. Veículos blindados e equipamentos de artilharia, assim como uma ampla variedade de armas de pequeno porte, foram algumas das armas transferidas às fações. A gestão precária dos estoques de armas e um próspero comércio ilícito dentro do país e através de suas fronteiras contribuíram para armar as milícias, prejudicando ainda mais a segurança.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – REGIÃO DO CURDISTÃO IRAQUIANO

Jornalistas e ativistas digitais da Região do Curdistão Iraquiano (RC-I) foram submetidos a prisões arbitrárias, espancamentos, vigilância, ameaças de morte e campanhas de difamação voltadas a prejudicar sua reputação e a de seus familiares. A tendência de interferir na liberdade de expressão de jornalistas e ativistas digitais pareceu aumentar no período que antecedeu o referendo de independência na RC-I; a Anistia Internacional documentou 12 casos

de prisões arbitrárias, espancamentos e intimidações de ativistas digitais entre os meses de junho e setembro.

Em 14 de março, forças de segurança, como a polícia de choque da RC-I e combatentes sírios sob o comando do governo regional do Curdistão (“Rojava Peshmerga”), utilizaram bombas de gás lacrimogêneo e atiraram com munição letal para dispersar manifestantes yazidis. Os manifestantes pediam que as forças Rojava Peshmerga deixassem aquela área, após os confrontos entre os Rojava Peshmerga e a Unidade de Resistência Sinjar no começo daquele mês. Manifestantes e testemunhas relataram que Nazeah Nayef Qawal, uma mulher yazidi, foi morta durante a dispersão violenta dos protestos.

IMPUNIDADE

Em resposta às denúncias de sérias violações do direito internacional humanitário e de crimes de guerra cometidos pelas forças iraquianas e pelas milícias pró-governo – como tortura, execuções extrajudiciais e desaparecimento forçado – as autoridades iraquianas criaram comitês para avaliar as provas disponíveis e iniciar investigações. Esses comitês jamais divulgaram publicamente suas constatações e tampouco as comunicaram a organizações não governamentais nacionais ou internacionais. Mais de um ano depois do sequestro e desaparecimento forçado de 643 homens e meninos de Saqlawiya, na província de Anbar, pelas milícias das Unidades de Mobilização Popular, o comitê criado pelo Gabinete do Primeiro Ministro em 5 de junho de 2016 não havia divulgado publicamente qualquer conclusão.

Em 21 de setembro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução unânime visando a garantir a prestação de contas por crimes de guerra e abusos de direitos humanos cometidos pelo EI. A resolução, porém, cometeu o erro crucial de não incluir qualquer disposição para garantir a prestação de contas por crimes cometidos pelas forças iraquianas, por milícias paramilitares como as Unidades de

Mobilização Popular, pela coalizão liderada pelos EUA e outros que cometeram violações graves do direito internacional, como crimes de guerra, durante o conflito.

PENA DE MORTE

O Iraque continuou sendo um dos maiores usuários da pena de morte no mundo. Dezenas de pessoas foram sentenciadas à morte por tribunais, após julgamentos injustos, e executadas por enforcamento. A pena de morte continuou sendo usada como instrumento de resposta à indignação pública que se seguia aos atentados reivindicados pelo EI. Em janeiro, dezenas de homens foram enforcados por suposta participação na morte de 1.700 cadetes xiitas no campo militar de Speicher, próximo a Tikrit, em 2014. Essas pessoas, que tiveram suas “confissões”, segundo denúncias confiáveis, extraídas mediante tortura, foram condenadas após julgamentos apressados e profundamente controversos. As execuções em massa ocorridas nesse ano foram similares às de agosto de 2016, igualmente relacionadas ao massacre de Speicher. Em 25 de setembro, dezenas de homens foram executados por acusações de “terrorismo”. Essa execução em massa aconteceu 11 dias depois de um atentado suicida do EI em Nassíria, no dia 14 de setembro, que matou pelo menos 84 pessoas.

ISRAEL E TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS

Estado de Israel

Chefe de governo: **Benjamin Netanyahu**

Chefe de Estado: **Reuven Rivlin**

Junho marcou os 50 anos da ocupação dos Territórios Palestinos por Israel e o início do 11 ano de seu bloqueio ilegal à Faixa de

Gaza, que sujeita cerca de 2 milhões de habitantes a punições coletivas e a uma crescente crise humanitária. As autoridades israelenses intensificaram a expansão dos assentamentos e de sua infraestrutura em toda a Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, e restringiram severamente a liberdade de circulação dos palestinos. As forças israelenses mataram arbitrariamente civis palestinos, inclusive crianças, e prenderam arbitrariamente em Israel milhares de palestinos dos Territórios Palestinos Ocupados (TPO), mantendo centenas em detenção administrativa sem acusação ou julgamento. A tortura e outros maus-tratos das pessoas detidas, inclusive crianças, continuaram sendo praticados amplamente e com impunidade. Israel seguiu demolindo casas palestinas na Cisjordânia e em aldeias palestinas dentro de Israel, forçando o deslocamento de pessoas. Objetores de consciência ao serviço militar foram presos. Milhares de requerentes de asilo africanos foram ameaçados de deportação.

INFORMAÇÕES GERAIS

As autoridades israelenses intensificaram a expansão dos assentamentos e a apropriação de terras nos TPO. Os esforços internacionais e dos EUA em particular para reabrir as negociações fracassaram, e as relações israelo-palestinas continuaram tensas. Em janeiro, o governo de Israel aprovou a chamada “lei da regularização”, que legalizou retroativamente a tomada de milhares de hectares de terras palestinas de propriedade privada e cerca de 4.500 casas de colonos. Além disso, as autoridades israelenses anunciaram e lançaram oferta de dezenas de milhares de novas unidades residenciais para assentamentos em Jerusalém Oriental e em todo o resto da Cisjordânia.

Os palestinos fizeram ataques à faca, depredaram carros, efetuaram disparos e outros ataques contra israelenses na Cisjordânia e em Israel. Esses ataques, em sua maioria praticados por indivíduos não vinculados a grupos armados, mataram 14 israelenses e uma mulher estrangeira. As

forças israelenses mataram 76 palestinos e um homem estrangeiro. Alguns foram mortos de forma ilegal, uma vez que não apresentavam ameaça à vida.

Em março, a Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia Ocidental publicou um relatório que qualificava Israel como "culpado do crime de apartheid" contra os palestinos. O relatório foi posteriormente revogado. Em maio, uma resolução da UNESCO reafirmou o status de território ocupado de Jerusalém Oriental e criticou a conduta de Israel na cidade. Depois que palestinos mataram dois policiais israelenses, Israel instalou em julho detectores de metal para revistar fiéis muçulmanos que ingressam no Monte do Templo (Haram al-Sharif). As novas medidas de segurança aumentaram as tensões e provocaram grandes protestos de palestinos, inclusive com orações coletivas, em toda a Cisjordânia. Os protestos com orações, muitas vezes reprimidos com força excessiva, terminaram quando os detectores de metal foram removidos.

Em setembro, a administração de fato do Hamas em Gaza e o governo de "consenso nacional" na Cisjordânia iniciaram um processo de reconciliação, que foi rejeitado por Israel.

Em dezembro, o presidente dos EUA, Donald Trump, reconheceu Jerusalém como a capital de Israel, violando o direito internacional e provocando protestos generalizados nos TPO e em todo o mundo.

LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO – BLOQUEIO EM GAZA E RESTRIÇÕES NA CISJORDÂNIA

O bloqueio ilegal – aéreo, terrestre e marítimo – imposto por Israel à Faixa de Gaza entrou em seu 11º ano, dando continuidade às prolongadas restrições à circulação de pessoas e de bens dentro e fora dessa área, e infligindo um sofrimento coletivo a toda a população de Gaza. Combinado com o fechamento quase total do Posto de Fronteira de Rafah e com as medidas punitivas das autoridades da Cisjordânia, o bloqueio de Israel desencadeou uma crise humanitária, com cortes de energia que reduziram o

acesso à eletricidade de uma média de oito horas por dia para apenas duas a quatro horas por dia, prejudicando o abastecimento de água potável e o saneamento, e reduzindo o acesso aos serviços de saúde, fazendo de Gaza um lugar cada vez mais "inabitável", conforme a ONU. A economia de Gaza se deteriorou ainda mais e a reconstrução da infraestrutura civil após o conflito foi gravemente comprometida. Desde o conflito de 2014, cerca de 23.500 palestinos continuam deslocados. Muitos pacientes com doenças graves não conseguiram fazer tratamento fora de Gaza devido às restrições israelenses e aos atrasos, de parte das autoridades da Cisjordânia, em dar andamento aos encaminhamentos. As forças israelenses mantiveram uma "zona militar fechada" na fronteira de Gaza com Israel e usaram munição letal contra palestinos que entravam ou se aproximavam dela, ferindo os agricultores que trabalhavam na área. As forças israelenses também atiraram contra pescadores palestinos dentro ou perto da "zona de exclusão" estabelecida ao longo da costa de Gaza, matando pelo menos um deles e ferindo outros.

Na Cisjordânia, Israel manteve uma série de postos de controle militares, desvios de estradas e zonas militares e de tiro, restringindo o acesso e as viagens palestinas. Israel criou novas barreiras e postos de controle, especialmente em Jerusalém Oriental. Em resposta aos ataques palestinos aos israelenses, o exército impôs punições coletivas; revogou permissões de trabalho dos parentes dos agressores e fechou aldeias e áreas inteiras, incluindo Silwad, Deir Abu Mishal e Beit Surik.

Em Hebron, as antigas proibições que limitam a presença palestina, tornadas mais rígidas em outubro de 2015, continuaram vigentes. No bairro de Tel Rumeida, em Hebron, uma "zona militar fechada", as forças israelenses submeteram os residentes palestinos a buscas opressivas e impediram a entrada de outros palestinos, ao mesmo tempo em que permitiam a livre circulação de colonos israelenses. Em maio, Israel ergueu um novo posto de controle e uma

nova cerca de proteção na área H2 de Hebron, confinando arbitrariamente o bairro palestino de Gheith e segregando uma rua que margeia a área.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Israel deteve ou manteve presos milhares de palestinos dos TPO, principalmente nas prisões de Israel, em violação ao direito internacional. Muitas famílias de detidos, particularmente as de Gaza, não tiveram permissão de entrar em Israel para visitar seus familiares.

As autoridades continuaram a substituir a detenção administrativa por processos penais, detendo centenas de palestinos, inclusive crianças, líderes da sociedade civil e trabalhadores de ONGs, sem acusação nem julgamento, com base em ordens renováveis e sonogando informações aos detidos e seus advogados. Mais de 6.100 palestinos, homens e mulheres, entre os quais 441 detidos administrativamente, estavam encarcerados em prisões israelenses no final do ano. As autoridades israelenses também colocaram seis cidadãos palestinos de Israel em detenção administrativa.

Em abril, cerca de 1.500 palestinos presos e detidos iniciaram uma greve de fome de 41 dias para exigir melhores condições, visitas familiares, fim do regime de isolamento e da detenção administrativa e acesso à educação. O Serviço Penitenciário israelense puniu os detidos em greve de fome com regime de isolamento, multas e negação de visitas familiares.

Os palestinos da Cisjordânia acusados de crimes relacionados a protestos e outros delitos foram submetidos a julgamentos militares injustos, enquanto os tribunais civis israelenses julgavam palestinos de Jerusalém Oriental ou da Faixa de Gaza emitindo sentenças severas mesmo para delitos menores.

Em abril, a Suprema Corte de Justiça de Israel emitiu recomendação de que se reduza a penalização excessiva de palestinos sob o sistema judicial militar e ordenou uma mudança na legislação para que se apliquem

penas mais curtas a partir de maio de 2018. Apesar da decisão, as sentenças continuaram mais severas do que as do sistema judicial civil israelense.

Khalida Jarrar, uma integrante do Conselho Legislativo Palestino e do conselho da ONG Addameer, e Salah Hammouri, membro da Addameer, continuavam sob detenção administrativa no final do ano.

O julgamento de Mohammed al-Halabi, um trabalhador humanitário de Gaza, teve início no tribunal do distrito de Beer Sheva, por acusações de desfalque da ONG *World Vision* com o objetivo de financiar o Hamas. Nem o exame pelo governo australiano das contas da *World Vision Gaza*, nem uma auditoria interna da ONG encontrou qualquer evidência que fundamentasse as acusações. Mohammed al-Halabi declarou ao tribunal ter sido torturado durante o interrogatório e a detenção.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Soldados e policiais israelenses e agentes da Agência de Segurança de Israel submetem impunemente detentos palestinos, inclusive crianças, a torturas e outros maus-tratos, particularmente durante a prisão e o interrogatório. Os métodos relatados incluíam pancadas, bofetadas, contenção com algemas em posições dolorosas, privação de sono, uso de posições de estresse e ameaças. Em mais de 1.000 denúncias apresentadas desde 2001, nenhuma investigação criminal foi aberta. Denúncias de tortura e outros maus-tratos infligidos pela polícia israelense contra requerentes de asilo e membros da comunidade etíope foram frequentes.

Em dezembro, a Suprema Corte de Justiça de Israel aceitou a decisão do procurador-geral de não abrir inquérito criminal sobre as denúncias de tortura de Asad Abu Ghosh, apesar de evidências substantivas, consentindo, assim, com o uso continuado da prática de submissão em posições dolorosas e de privação de sono contra detidos palestinos por interrogadores israelenses.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

Soldados, policiais e guardas de segurança israelenses mataram pelo menos 75 palestinos dos TPO, inclusive em Jerusalém Oriental, e cinco palestinos com cidadania israelense. Alguns dos mortos foram abatidos ao atacar israelenses ou por serem suspeitos de planejar um ataque. Muitos outros, inclusive crianças, foram alvejados e mortos arbitrariamente quando não apresentavam ameaça imediata à vida. Alguns desses homicídios, como o de Yacoub Abu al-Qi'an, alvejado em seu carro pela polícia, em Umm al-Hiran, em janeiro, aparentam ter sido execuções extrajudiciais.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

As forças israelenses, inclusive as unidades à paisana, empregaram força excessiva e às vezes letal ao usar balas de metal revestidas de borracha e munição real contra manifestantes palestinos nos TPO, matando pelo menos 20 pessoas e ferindo milhares. Muitos manifestantes jogaram pedras ou outros projéteis, mas não ofereciam ameaça à vida dos bem protegidos soldados israelenses quando foram baleados. Em julho, em resposta às tensões sobre o Monte do Templo/Haram al-Sharif, as autoridades mataram 10 palestinos e feriram mais de 1.000 durante a dispersão de protestos, tendo feito pelo menos duas incursões violentas no hospital al-Makassed em Jerusalém Oriental. Em dezembro, o cadeirante Ibrahim Abu Thuraya foi morto com um tiro na cabeça disparado por um soldado israelense, quando estava junto a um grupo de manifestantes perto da cerca que separa Gaza de Israel.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE MANIFESTAÇÃO

As autoridades usaram uma série de medidas, tanto em Israel como nos TPO, para atacar defensores de direitos humanos que criticavam a continuada ocupação israelense.

Em março, o Knesset (parlamento) aprovou uma emenda à Lei de Entrada em Israel, que proíbe a entrada no país ou nos TPO de

qualquer pessoa que apoie ou trabalhe para uma organização que tenha emitido ou promovido um boicote a Israel ou a entidades israelenses, incluindo aos assentamentos. As autoridades continuaram a obstruir as tentativas dos agentes de direitos humanos de documentar a situação, negando a entrada nos TPO até mesmo ao relator especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos nos TPO. Um membro da equipe da Anistia Internacional foi impedido de entrar depois de ser questionado sobre o trabalho da organização em relação aos assentamentos.

Recorrendo a leis de ordem pública em Jerusalém Oriental e a ordens militares no resto da Cisjordânia, as autoridades israelenses proibiram e reprimiram protestos de palestinos, e prenderam e processaram manifestantes e defensores de direitos humanos. Em julho, tiveram início os julgamentos militares dos defensores palestinos de direitos humanos Issa Amro e Farid al-Atrash por acusações relacionadas ao seu papel na organização de protestos pacíficos contra as políticas de assentamento de Israel. As autoridades israelenses continuaram a perseguir outros ativistas de direitos humanos baseados em Hebron, entre os quais Badi Dweik e Imad Abu Shamsiya, e não os protegeram contra os ataques de colonos.

De maio a agosto, as autoridades israelenses detiveram administrativamente por três meses o prisioneiro de consciência e escritor Ahmad Qatamesh, unicamente por causa de seus escritos e de suas atividades políticas não violentas.

As ONGs palestinas de direitos humanos, como a Al-Haq, a Al Mezan e a Addameer, enfrentaram crescente perseguição das autoridades israelenses. O governo israelense abriu inquérito fiscal contra Omar Barghouti, proeminente defensor da campanha de boicote, desinvestimento e sanções, no que parece ser um esforço para silenciar suas atividades.

Várias organizações israelenses de direitos humanos, como Breaking the Silence, Gisha, B'tselem e Anistia Internacional Israel,

também foram alvo de campanhas governamentais para minar seu trabalho, tendo enfrentado campanhas de difamação, estigmatização e ameaças.

DIREITO À MORADIA – REMOÇÕES FORÇADAS E DEMOLIÇÕES

Na Cisjordânia, inclusive em Jerusalém Oriental, as autoridades israelenses realizaram inúmeras demolições de propriedades palestinas, incluindo 423 casas e estruturas construídas sem a permissão israelense – cuja obtenção se tornou praticamente impossível aos palestinos –, expulsando à força mais de 660 pessoas. Muitas dessas demolições ocorreram em comunidades beduínas e de pastores, que as autoridades israelenses planejavam transferir pela força. As famílias dos palestinos que realizaram ataques contra israelenses foram punidas coletivamente pelas autoridades de Israel, que demoliram ou tornaram inabitáveis suas casas, expulsando à força aproximadamente 50 pessoas.

Oito membros da família Shamasneh foram removidos à força de sua casa em Sheikh Jarrah, Jerusalém Oriental, pelas autoridades israelenses, que permitiram que colonos judeus ocupassem a residência. As autoridades também demoliram dezenas de casas palestinas dentro de Israel, alegando terem sido construídas sem permissão, inclusive em cidades palestinas e aldeias no Triângulo, na Galileia e em aldeias beduínas "não reconhecidas" na região de Negev/Naqab. Em janeiro, a polícia israelense demoliu a aldeia beduína de Umm al-Hiran, para começar a construir uma cidade judaica em seu lugar. Em abril, o Knesset aprovou uma lei que elevava as multas por construção não autorizada, cobrando taxas de demolição punitivas das pessoas cujas casas foram demolidas, e limitava a possibilidade de recurso judicial aos que quisessem impugnar as ordens de demolição ou despejo. Em agosto, as autoridades demoliram a aldeia Al Araqib no Negev/Naqab pela 116ª vez. Os residentes foram condenados a compensar o Estado em 362 mil shekels novos (aproximadamente

US\$100.000) pelo custo da demolição e custas judiciais.

IMPUNIDADE

Mais de três anos após o fim do conflito Gaza-Israel de 2014, no qual cerca de 1.460 civis palestinos foram mortos, muitos dos quais em ataques claramente ilícitos que incluíram crimes de guerra, as autoridades haviam indiciado apenas três soldados por saque e por obstrução de uma investigação.

Em janeiro, em uma ação rara, um tribunal militar israelense condenou por homicídio culposo Elor Azaria, um soldado que foi filmado quando aparentemente executava extrajudicialmente um palestino ferido em Hebron. Sua condenação e pena de prisão de 18 meses – confirmada na apelação, mas reduzida em quatro meses pelo chefe de gabinete militar de Israel em setembro – não refletiu a gravidade do crime. As autoridades israelenses deixaram de investigar ou de concluir investigações sobre casos de homicídios ilegais de palestinos que teriam sido cometidos pelas forças israelenses em Israel e nos TPO.

O procurador do Tribunal Penal Internacional continuava realizando o exame preliminar dos supostos crimes contra o direito internacional cometidos nos TPO desde 13 de junho de 2014.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Houve novas denúncias de violência contra mulheres, principalmente nas comunidades palestinas em Israel. Em junho, a relatora especial sobre a violência contra as mulheres emitiu recomendações instando as autoridades israelenses a realizarem reformas legislativas e políticas de modo a integrar os princípios da CEDAW, a combaterem e prevenirem a violência contra as mulheres em Israel e nos TPO, e a investigarem os abusos denunciados.

PRIVAÇÃO DA NACIONALIDADE

Em 6 de agosto, o Tribunal Distrital de Haifa confirmou a revogação da cidadania de Alaa Zayoud, por ordem do ministro do Interior,

após sua condenação por tentativa de assassinato, tornando-o apátrida. Um recurso contra a decisão estava pendente no Supremo Tribunal no fim do ano. As autoridades também revogaram a cidadania de dezenas de beduínos palestinos moradores da região do Negev/Naqab, sem processo ou direito a recurso, deixando-os como residentes apátridas.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

As autoridades continuaram a negar aos requerentes de asilo, mais de 90% dos quais eram da Eritreia ou do Sudão, o acesso a um processo justo e rápido de determinação do status de refugiado. Mais de 1.200 requerentes de asilo estavam detidos no centro de detenção de Holot e na prisão de Saharonim, no deserto do Negev/Naqab no final do ano. Segundo ativistas, havia mais de 35.000 requerentes de asilo em Israel; 8,588 pedidos de asilo estavam em processo de análise. Em dezembro, o Knesset aprovou uma emenda à lei anti-infiltração, que forçaria solicitantes de asilo e refugiados a aceitar sua transferência para países da África ou enfrentar a prisão. Dezenas de milhares estavam em risco de deportação.

OBJETORES DE CONSCIÊNCIA

Pelo menos seis israelenses objetores de consciência ao serviço militar foram presos: Tamar Zeevi, Atalia Ben-Abba, Noa Gur Golan, Hadas Tal, Mattan Helman e Ofir Averbukh. As autoridades israelenses reconheceram Tamar Zeevi como objetora de consciência e a dispensaram do alistamento depois que ela cumpriu 100 dias de prisão.

ITÁLIA

República Italiana

Chefe de Estado: **Sergio Mattarella**

Chefe de governo: **Paolo Gentiloni**

A Itália cooperou com autoridades líbias e com atores não estatais para restringir a migração irregular na região central do Mediterrâneo. Em consequência, os

refugiados e migrantes desembarcavam e ficavam retidos na Líbia, onde eram submetidos a violações e abusos de direitos humanos. Os ciganos continuaram sendo removidos à força e segregados em campos com condições de vida precárias. A Comissão Europeia não tomou qualquer ação decisiva contra a Itália pela discriminação praticada contra os ciganos no acesso à moradia adequada. Uma legislação criminalizando a tortura foi adotada; porém, a nova lei não cumpria os requisitos da Convenção contra a Tortura.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Calcula-se que mais de 2.800 refugiados e migrantes tenham morrido no mar ao tentarem chegar à Itália a partir da Líbia, em embarcações superlotadas e impróprias à navegação marítima. Em 2016, foram registradas mais de 4.500 mortes nessas circunstâncias. Mais de 119.000 pessoas sobreviveram à travessia e chegaram à Itália; em 2016, 181.000 conseguiram chegar.

Em maio, a revista italiana *L'Espresso* publicou novas informações sobre o naufrágio ocorrido em 11 de outubro de 2013, na região central do Mediterrâneo, com responsabilidade maltesa de busca e resgate. Mais de 260 pessoas morreram, a maioria refugiados da Síria, entre as quais cerca de 60 crianças. Segundo uma gravação das conversas telefônicas obtida pela revista, no período que antecedeu a capotagem do barco com os imigrantes, a marinha italiana e os guardas costeiros hesitaram em enviar o navio de guerra *Libra*, o mais próximo da embarcação em perigo, apesar dos reiterados apelos das autoridades maltesas para que o navio fosse enviado. Em novembro, um juiz do tribunal de Roma ordenou o indiciamento de dois oficiais graduados, um da marinha italiana e outro da guarda costeira, e a realização de novas investigações sobre a conduta da capitã do *Libra*. As acusações contra outros quatro oficiais da marinha e da guarda costeira foram arquivadas. O julgamento transcorria no fim do ano.

O governo ainda não havia emitido os decretos requeridos para abolir o crime de “entrada e permanência ilegais”, apesar de ter sido instruído pelo parlamento a fazê-lo em abril de 2014.

COOPERAÇÃO COM A LÍBIA PARA CONTROLAR AS MIGRAÇÕES

Em fevereiro, para reduzir a quantidade de pessoas que chegavam ao país, a Itália assinou com a Líbia um memorando de entendimento, comprometendo-se a prestar apoio às autoridades líbias responsáveis pelos centros oficiais de detenção de imigrantes. A tortura e outros maus-tratos continuaram sendo largamente praticados nesses centros. A Itália prosseguiu com a implementação de medidas objetivando aumentar a capacidade da guarda costeira líbia de interceptar refugiados e migrantes e de devolvê-los à Líbia. Tais medidas continuaram a ser aplicadas mesmo diante das crescentes evidências de que a guarda costeira líbia estava agindo de forma violenta e temerária durante as intercepções de barcos, e de seu envolvimento em violações de direitos humanos. Em maio, a Itália forneceu quatro lanchas de patrulhamento à guarda costeira líbia. A Itália também seguiu oferecendo treinamento a oficiais da marinha e da guarda costeira líbias como parte das operações da Força Naval Mediterrânea da União Europeia (EUNAVFOR Med). Em julho, após solicitação do governo líbio, a Itália enviou uma missão naval às águas territoriais da Líbia para combater a migração irregular e o contrabando de refugiados e migrantes.

Em novembro, uma embarcação da guarda costeira líbia interferiu numa operação de resgate que estava acontecendo em águas internacionais. Várias pessoas se afogaram. A embarcação líbia – uma das que fora doada pela Itália – foi gravada em vídeo partindo em alta velocidade, ignorando as pessoas que estavam na água, e com um homem ainda agarrado às cordas que os guardas líbios haviam lançado da lancha.

Entre agosto e dezembro, a cooperação da Itália com autoridades líbias foi criticada por vários especialistas e órgãos da ONU, inclusive o Alto Comissariado da ONU para

os Direitos Humanos, bem como pelo comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa. O Comitê contra a Tortura manifestou preocupação com a falta de garantias de que a cooperação com a guarda costeira líbia ou com outros atores do setor de segurança líbio fosse examinada à luz de violações de direitos humanos.

OPERAÇÕES DE BUSCA E RESGATE POR ONGS

Muitas das pessoas que conseguiram chegar à Itália por mar – mais de 45.400 – foram resgatadas por ONGs. Em julho, a Itália, com apoio da UE, impôs um código de conduta às ONGs que operavam no mar, limitando sua capacidade de resgatar pessoas e desembarcá-las na Itália. Durante o ano, ONGs de resgate foram alvo da perseguição de algumas autoridades que alegaram que elas estariam encorajando as pessoas a saírem da Líbia. Ações criminais por incentivo à migração irregular foram impetradas contra algumas ONGs e estavam em curso no fim do ano.

PROCEDIMENTOS DE ASILO

Até o fim do ano, quase 130.000 pessoas buscaram asilo na Itália, um aumento de 6% com relação às quase 122.000 solicitações de 2016. Em todo o ano, mais de 40% dos requerentes receberam alguma forma de proteção em primeira instância.

Em abril, foi introduzida uma legislação para acelerar os procedimentos de concessão de asilo e para combater a migração irregular, inclusive reduzindo as salvaguardas procedimentais nos recursos contra pedidos de asilo recusados. A nova lei não esclareceu adequadamente a natureza e a função do sistema de centros de registro (“hotspots”) conveniado pela UE e pelo governo após os acordos de 2015. Esses centros são unidades estabelecidas para fazer a recepção inicial, a identificação e o registro de requerentes de asilo e migrantes que chegam à UE por via marítima. Em seu relatório de maio, o Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura salientou a constante falta de fundamentação legal e de normas aplicáveis que regulem a detenção das pessoas nesses locais.

Também em maio, o Comitê de Direitos Humanos da ONU criticou a detenção prolongada de refugiados e de migrantes nesses centros. Criticou ainda a falta de salvaguardas contra a classificação incorreta dos requerentes de asilo como migrantes econômicos, e a ausência de investigações sobre denúncias de uso excessivo da força durante os procedimentos de identificação. Em dezembro, o Comitê contra a Tortura da ONU manifestou preocupação com a falta de salvaguardas contra a devolução forçada de pessoas para países em que possam correr risco de sofrer violações de direitos humanos.

Em setembro, teve início na cidade de Perugia o julgamento penal de sete agentes envolvidos na expulsão ilegal para o Cazaquistão de Alma Shalabayeva e Alua Abyazova, esposa e filha do político opositor cazaque Mukhtar Abyazov, em maio de 2013. Entre os réus – acusados de sequestro, falso testemunho e abuso de poder – estavam três agentes graduados da polícia e o juiz que validou a expulsão.

CRIANÇAS DESACOMPANHADAS

Quase 16.000 crianças desacompanhadas chegaram à Itália por via marítima. Em abril, foi adotada uma nova lei para reforçar sua proteção, prevendo acesso a serviços e introduzindo salvaguardas contra expulsões. No entanto, as autoridades responsáveis continuaram tendo dificuldades para garantir que sua recepção seja realizada de acordo com as normas internacionais.

PROGRAMAS DE REALOCAÇÃO E REASSENTAMENTO

Dos 40.000 requerentes de asilo que seriam transferidos a outros países da UE com base no programa de realocação da UE, somente 11.464 haviam deixado a Itália até o fim do ano, enquanto outros 698 estavam prestes a serem transferidos.

A Itália continuou concedendo acesso humanitário às pessoas transferidas por meio de um programa financiado pelas entidades religiosas Comunidade de Santo Egídio, Federação das Igrejas Evangélicas e Tavola Valdese. Desde seu início, em 2016, mais de 1.000 pessoas foram acolhidas em virtude do programa.

No fim de dezembro, a Itália também concedeu acesso a 162 refugiados em situação de vulnerabilidade que haviam sido evacuados da Líbia para a Itália pelo ACNUR, a agência da ONU para os refugiados.

DIREITO À MORADIA E REMOÇÕES FORÇADAS

Os ciganos continuaram submetidos a discriminação sistemática no acesso à moradia adequada. A Comissão Europeia ainda não havia tomado qualquer medida decisiva contra a Itália por infração da legislação da UE pela prática de discriminação ao negar o direito à moradia, inclusive com a falta de salvaguardas contra remoções forçadas e a contínua segregação dos ciganos em campos.

Em abril, centenas de ciganos que viviam no assentamento informal de Gianturco, em Nápoles, foram removidos à força, sem que as autoridades fizessem qualquer consulta relevante com as famílias afetadas. A única alternativa oferecida pelas autoridades foi o realojamento de 130 pessoas em um novo campo de segregação autorizado. Os demais adultos e crianças foram deixados sem moradia. Desses, cerca de 200 se abrigaram na área de um antigo mercado em Nápoles, e ali permaneceram, em risco de nova remoção forçada.

Em agosto, as autoridades removeram à força centenas de pessoas, muitas delas crianças, de um edifício no centro de Roma. Muitas haviam sido reconhecidas como refugiadas, e viviam e trabalhavam naquela área por vários anos. As autoridades não disponibilizaram alternativas de moradia adequadas, e dezenas de pessoas tiveram que dormir ao relento por vários dias, até serem removidas com violência pela polícia de choque. Diversas pessoas ficaram feridas por golpes de cassetetes e com o impacto dos canhões de água usados pela polícia. Algumas famílias acabaram sendo realojadas temporariamente fora de Roma.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em julho, a Itália finalmente adotou uma legislação criminalizando a tortura, depois de

ter ratificado a Convenção contra a Tortura em 1989. Em dezembro, porém, o Comitê contra a Tortura observou que a definição de tortura contida na nova lei não estava de acordo com a Convenção. Além disso, a nova lei não previa a implementação de outras disposições fundamentais, como a revisão das políticas de interrogatório e a prescrição de reparação às vítimas.

Em setembro, o Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura publicou o relatório da visita que fez à Itália em abril de 2016. O Comitê recebeu denúncias de maus-tratos, como o uso excessivo da força por policiais e agentes penitenciários, em praticamente todas as unidades que visitou. O órgão observou ainda que, apesar das recentes reformas, a superlotação persistia.

Em outubro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que o tratamento dispensado pela polícia e por profissionais da área médica a 59 pessoas durante sua detenção, após os protestos contra a Cúpula do G8 em Gênova, em 2001, configurou tortura.

Também em outubro, 37 policiais que atuavam na região de Lunigiana, no norte da Toscana, foram acusados por envolvimento em vários casos de lesões corporais e outros abusos. Muitos desses abusos foram cometidos contra cidadãos estrangeiros, em duas ocasiões com bastões de eletrochoque. O processo ainda estava em curso no fim do ano.

MORTES EM CUSTÓDIA

Em julho, após um segundo inquérito policial iniciado em 2016, cinco policiais foram processados por participação na morte em custódia de Stefano Cucchi, ocorrida em 2009. Três policiais foram acusados de homicídio e dois de calúnia e falso testemunho. O processo ainda transcorria no fim do ano.

JAMAICA

Jamaica

Chefe de Estado: **Rainha Elizabeth II, representada por Patrick Linton Allen**

Chefe de governo: **Andrew Michael Holness**

Homicídios ilegais – alguns dos quais podem configurar execuções extrajudiciais – continuaram a ser praticados pela polícia com impunidade. Estava em curso uma reformulação da legislação nacional relacionada a crimes sexuais, violência doméstica, assistência e proteção à criança. As ONGs manifestaram preocupação em relação ao direito à privacidade, por causa de propostas para a adoção de carteiras de identidade nacionais. Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática. Prisioneiros homossexuais e bissexuais continuaram enfrentando risco elevado de contrair o HIV.

INFORMAÇÕES GERAIS

Apesar de ter-se comprometido com a criação de um órgão nacional de direitos humanos, até o final do ano a Jamaica não havia instituído o mecanismo.

O país seguiu apresentando uma das mais altas taxas de homicídios nas Américas. Entre os meses de janeiro e junho, segundo a polícia, o número de homicídios aumentou em 19% em comparação com o mesmo período em 2016.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

Entre janeiro e março, o mecanismo de controle da polícia, a Comissão Independente de Investigações (INDECOM), recebeu 73 novas queixas de agressão e documentou 42 homicídios praticados por policiais. No decorrer do ano, 168 pessoas foram mortas por policiais, em comparação com 111 em 2016.

Mulheres familiares de indivíduos supostamente mortos pela polícia seguiram lutando contra um sistema judicial moroso e

carente de verbas, na busca por justiça, verdade e reparação.¹

Mais de um ano depois de uma Comissão de Inquérito publicar suas conclusões sobre os eventos ocorridos em Western Kingston durante o estado de emergência de 2010, que deixou um saldo de pelo menos 69 mortos, o governo ainda não havia dado uma resposta oficial sobre como planejava implementar as recomendações, nem se desculpado perante a sociedade. Em junho, a Força Policial da Jamaica concluiu uma auditoria administrativa interna sobre a conduta dos agentes mencionados no relatório da Comissão. No entanto, a auditoria não identificou qualquer má conduta ou responsabilidade por violações de direitos humanos durante o estado de emergência.

Em junho, foi aprovada legislação que cria "zonas de operações especiais", como parte de um plano de prevenção do crime.

A INDECOM organizou uma Conferência Caribenha sobre Uso da Força, visando a desenvolver na região uma Política de Uso da Força consistente com as melhores práticas em direitos humanos. Agentes responsáveis pela aplicação da lei de toda a região participaram do fórum, juntamente com especialistas em policiamento e direitos humanos.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Em março, movimentos de mulheres e de vítimas de violência sexual e de gênero saíram às ruas da capital, Kingston, para protestar contra a impunidade da violência sexual.

ONGs jamaicanas fizeram uma série de recomendações à Comissão Parlamentar Conjunta encarregada de revisar a legislação nacional relacionada a crimes sexuais, violência doméstica, assistência e proteção à criança. Tais recomendações incluíram, entre outras coisas, a revogação de exceções para relações forçadas dentro do casamento contidas na Lei dos Crimes Sexuais, para proteger as mulheres contra o estupro, independentemente de situação conjugal.

DIREITO À PRIVACIDADE

A ONG Jamaicans for Justice (JFJ) manifestou preocupação com a Lei da Autoridade Nacional de Identificação e Registro, que pode prejudicar a privacidade, e cujo artigo 41, particularmente, pode limitar o acesso a serviços e bens públicos.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

A JFJ fez uma série de recomendações à Comissão Parlamentar Mista, no sentido de fortalecer a Lei de Proteção e Assistência à Criança. Entre outras coisas, a JFJ recomendou ampliar a lista de autoridades perante as quais uma pessoa pode fazer uma denúncia formal de abusos contra crianças e adolescentes, de modo a facilitar as denúncias.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRANSGÊNEROS

Persistiu a ausência de proteção legal contra a discriminação baseada em identidade de gênero ou orientação sexual, real ou percebida. Assim, pessoas LGBT continuaram enfrentando situações de assédio e violência.

O sexo consensual entre homens permaneceu criminalizado, e houve escassa proteção contra a violência entre parceiros íntimos em relacionamentos do mesmo sexo. As ONGs recomendaram que as leis fossem revisadas para garantir que o estupro seja tratado como um crime que pode ser praticado tanto contra homens quanto contra mulheres.

Como as pessoas transgênero continuaram impedidas de alterar seu nome civil e seu gênero, as organizações LGBTI manifestaram o temor de que o novo sistema de identificação nacional proposto possa pôr em risco a privacidade dessas pessoas e expô-las ao estigma e à discriminação, inclusive por parte de potenciais empregadores.

A terceira parada anual do Orgulho Gay da Jamaica ocorreu em agosto, e seguiu ampliando a visibilidade da comunidade LGBTI, além de criar oportunidades para a interação com a sociedade em geral.

DIREITO À SAÚDE

Em junho, a ONG *Stand up for Jamaica* lançou o *Barriers Behind Bars* (Barreiras detrás das Barras), um relatório que analisou o alto risco de violência sexual, violações de direitos humanos e, conseqüentemente, de infecção por HIV, enfrentado por homens gays e bissexuais na Penitenciária Geral de Kingston, onde homens gays e bissexuais são segregados da população prisional geral. O relatório visava a provocar a discussão sobre as melhores práticas para a redução da incidência de HIV nas prisões.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

A Jamaica, mais uma vez, deixou de ratificar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, assinado pelo país em setembro de 2000, e tampouco aderiu à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura ou à Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados.

1. Jamaica: A thank you from Shackelia Jackson (*News story*, 15 December 2017)

MÉXICO

Estados Unidos Mexicanos

Chefe de Estado e de governo: **Enrique Peña Nieto**

A violência aumentou em todo o México. As forças armadas continuaram a exercer regularmente funções de polícia.

Defensores dos direitos humanos e jornalistas foram ameaçados, atacados e assassinados; vigilância e ataques digitais foram bastante comuns. Detenções arbitrárias generalizadas continuaram sendo praticadas, resultando em tortura e outros maus-tratos, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais. Persistiu a impunidade para violações de direitos humanos e crimes de direito internacional. O México teve um número recorde de pedidos de asilo, a maioria de cidadãos de El Salvador, Honduras, Guatemala e Venezuela. A violência contra as mulheres

continuou sendo uma grave preocupação; novos dados mostraram que dois terços das mulheres sofreram violência de gênero no curso de suas vidas. Os direitos à moradia e à educação foram prejudicados por dois grandes terremotos.

INFORMAÇÕES GERAIS

No começo do ano, um aumento no preço do gás provocou perturbação social, com bloqueio de estradas, saques e protestos por todo o país, ocasionando centenas de prisões e algumas mortes. Durante todo o ano, as forças de segurança efetuaram diversas operações para reprimir uma série de roubos de gasolina. Pelo menos uma dessas operações de segurança resultou numa provável execução extrajudicial pelo exército em maio. A Comissão Nacional de Direitos Humanos manifestou preocupação com a precariedade das medidas de segurança nas penitenciárias, o que afetava os direitos das pessoas privadas de liberdade. Ocorreram rebeliões nas prisões, como nos estados de Nuevo León e Guerrero, e uma greve de fome na penitenciária federal de segurança máxima de Puente Grande, no estado de Jalisco.

O novo sistema de justiça penal adversarial, em plena operação desde junho de 2016, continuou a replicar os problemas do antigo sistema acusatório, como violações à presunção de inocência e o uso de provas obtidas em violação aos direitos humanos, bem como de outras provas ilícitas. Foram apresentados ao Congresso projetos de lei que enfraqueceriam as garantias de julgamentos justos e ampliariam o escopo das detenções provisórias compulsórias sem a avaliação de cada caso por um juiz.

Tardiamente, o Congresso aprovou leis de combate à tortura e outros maus-tratos, bem como contra os desaparecimentos forçados praticados por atores estatais e os desaparecimentos cometidos por atores não estatais. Reformas legais passaram a permitir o uso da cannabis para fins medicinais. Constantes debates foram realizados durante o ano sobre a transformação da Procuradoria Geral da República, responsável pela

condução de processos judiciais e pela aplicação da lei, em um órgão independente. Em agosto, organizações da sociedade civil e líderes de opinião apresentaram uma proposta de como seria estruturada essa instituição.

Em outubro, o procurador-geral interino removeu o promotor especial para crimes eleitorais, considerado por diferentes partidos políticos como uma figura independente, depois que ele comunicou publicamente ter sido submetido a pressão política para relevar um notório caso de corrupção.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

Houve um aumento acentuado na quantidade de homicídios. Nacionalmente, foram registrados 42.583, o maior número anual de homicídios compilado pelas autoridades desde o início do mandato presidencial em 2012. O número real deve ser mais alto, pois alguns crimes não foram denunciados à polícia e nem todos os que foram deram origem a ações oficiais.

Em dezembro, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Interna, que previa o emprego prolongado das forças armadas em funções regulares de policiamento, sem quaisquer dispositivos efetivos relativos a transparência, prestação de contas ou supervisão civil.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Prisões e detenções arbitrárias continuaram sendo práticas generalizadas, com frequência levando a novas violações de direitos humanos como tortura e outros maus-tratos, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais. As prisões arbitrárias seguidamente envolviam provas plantadas pelos agentes da lei – geralmente armas e drogas ilícitas. Ao que parece, as autoridades perseguiram especialmente as pessoas que sofrem discriminação histórica, sobretudo jovens em situação de pobreza.

Durante e depois das prisões, os policiais rotineiramente descumpriam suas obrigações. Geralmente não informavam as pessoas dos motivos da prisão ou de seus direitos, como o direito à assistência judiciária e a se comunicar com a família.

Atrasos injustificados para que uma pessoa detida fosse levada à presença das autoridades competentes eram comuns e, muitas vezes, ocasionavam outras violações de direitos humanos. Os registros policiais das prisões costumavam ter erros críticos, informações forjadas e outras falhas graves, inclusive incorreções nos registros da data e hora das prisões.

As prisões arbitrárias tinham motivos variados, entre eles: extorquir dinheiro dos detidos; deter uma determinada pessoa para receber recompensa de terceiros; razões políticas; e investigar outro crime ao qual a pessoa estaria ligada, detendo-a por alguma falta leve que geralmente ela não cometeu.

Não havia um registro unificado e acessível de detenções, condizente com as normas e leis internacionais de direitos humanos, no qual toda detenção efetuada por um agente da lei é registrada em tempo real.¹

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em fevereiro, o relator especial da ONU sobre a tortura publicou um relatório de seguimento relativo à sua prévia visita ao México em 2014; o documento concluiu que a tortura e outros maus-tratos continuavam generalizados, inclusive com o uso alarmante de violência sexual como método de tortura.

Em junho, entrou em vigor uma nova lei geral sobre a tortura, que substituiu as leis estaduais e federais existentes pela aplicação desta em todo o território nacional.

Organizações da sociedade civil consideraram que, comparada à legislação anterior, a lei era um avanço positivo que incorporava melhor as normas internacionais. A Unidade Especializada na Investigação do Delito de Tortura da Procuradoria Geral da República informou haver 4.390 casos de tortura sob revisão no âmbito federal, sendo 777 dessas investigações iniciadas com base no novo sistema de justiça adversarial. As autoridades federais não anunciaram quaisquer novas ações penais contra agentes públicos, nem forneceram qualquer informação sobre prisões efetuadas pelo crime de tortura. No estado de Quintana Roo,

um juiz federal sentenciou um ex-policia! a cinco anos de pris!o pelo crime de tortura.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Desaparecimentos forçados com a participação do Estado e desaparecimentos cometidos por atores não estatais continuaram sendo comuns, e os responsáveis gozavam de quase total impunidade. O Registro Nacional de Dados de Pessoas Perdidas ou Desaparecidas, um cadastro oficial, mostrou que o destino ou paradeiro de 34.656 pessoas (25.682 homens e 8.974 mulheres) permaneciam desconhecidos. Os números reais eram muito maiores, pois as estatísticas oficiais excluíram os casos ocorridos antes de 2014 no âmbito federal e aqueles classificados como outros delitos penais, como tomada de reféns e tráfico de pessoas.

As investigações dos casos de pessoas desaparecidas continuaram precárias e as autoridades, de modo geral, não iniciavam imediatamente as buscas pelas vítimas. A impunidade por esses crimes se manteve, inclusive no caso dos 43 estudantes do curso de magistério da Escola Normal Rural Ayotzinapa, no estado de Guerrero, vítimas de desaparecimento forçado em 2014. As investigações sobre o caso pouco avançaram no decorrer do ano. Em março, numa audiência perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os representantes do estado reafirmaram a versão dos eventos dada pelo governo, de que os estudantes foram mortos e enterrados em um depósito de lixo nas imediações – uma teoria que o Grupo Interdisciplinar de Peritos Independentes designado pela Comissão provou ser cientificamente inviável.

Em outubro, o Congresso aprovou uma lei geral sobre desaparecimentos, que tipificava esse crime de acordo com o direito internacional e previa mecanismos para prevenir e processar esse delito. Esperava-se que nos próximos anos uma verba suficiente fosse destinada à implementação dessa lei.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Casos de execuções extrajudiciais não foram devidamente investigados e os responsáveis continuaram a gozar de impunidade. Pelo quarto ano consecutivo, as autoridades não divulgaram o número de pessoas mortas ou feridas em confronto com as forças policiais e militares. Não foi disponibilizada qualquer informação sobre ações criminais referentes aos casos ocorridos em Tlatlaya, no estado do México, quando soldados mataram 22 pessoas em 2014; em Apatzingán, no estado de Michoacán, onde a polícia federal e outras forças de segurança mataram pelo menos 16 pessoas em 2015; e em Tanhuato, estado de Michoacán, onde as forças de segurança mataram 43 pessoas durante uma operação em 2015.

Em 3 de maio, os militares efetuaram operações de segurança pública na localidade de Palmarito Tochapan, estado de Puebla, informando que sete pessoas morreram, quatro delas soldados. Alguns dias depois, foram publicadas na internet gravações em vídeo das câmaras de segurança instaladas no local. Em um dos vídeos, uma pessoa em traje militar aparecia claramente matando a tiros um homem que estava deitado no chão. A Anistia Internacional providenciou uma verificação independente do vídeo e concluiu haver motivos suficientes para crer que se tratou de execução extrajudicial.²

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Um total de 8.703 solicitações de asilo foram requeridas entre janeiro e agosto, quantidade similar à verificada em todo o ano de 2016. A percentagem de solicitações que resultaram na concessão da condição de refugiado diminuiu de 35% em 2016 para 12% em 2017. A maioria dos pedidos de asilo era de pessoas de nacionalidade hondurenha e venezuelana. Pela primeira vez, o número de refugiados e requerentes de asilo da Venezuela ultrapassou o de El Salvador e da Guatemala.

Entre janeiro e novembro, 88.741 migrantes irregulares foram detidos e 74.604

deportados, na maioria das vezes, sem que tivessem a oportunidade de contestar sua deportação. Dos deportados, 94% eram de Honduras, Guatemala e El Salvador, países que registraram os maiores índices mundiais de homicídio nos últimos anos, e 20% das pessoas deportadas para esses países eram crianças. Em fevereiro, o ministro do Exterior do México anunciou que o país não iria receber os cidadãos estrangeiros devolvidos dos EUA em razão do Decreto Lei sobre Controle de Fronteiras anunciado pelo presidente estadunidense Donald Trump em 25 de janeiro.

Em junho, o governo mexicano se reuniu com governos das Américas do Norte e Central, pretensamente para tratar das causas primárias da crise de refugiados na região; porém, não se divulgou qualquer acordo a que tivessem chegado.

A Unidade de Investigação de Crimes contra Migrantes da Procuradoria Geral da República completou dois anos de funcionamento, ainda maculada por dificuldades institucionais de operação e por problemas de coordenação com outras autoridades. Essas adversidades limitaram o progresso de investigações criminais, como nos casos de massacres de migrantes, que continuaram envoltos em impunidade.

Em agosto, um órgão consultivo civil publicou um estudo demonstrando o envolvimento do Instituto Nacional de Migração em uma série de violações de direitos humanos contra as pessoas privadas de liberdade nos centros de detenção de migrantes administrados pelo Instituto. As violações incluíam superlotação, falta de acesso a serviços médicos adequados, regime de isolamento usado como castigo, denúncias de tortura e outros maus-tratos. As autoridades negaram as denúncias de que torturas tivessem sido praticadas pelo Instituto, apesar de a Comissão Nacional de Direitos Humanos também já ter confirmado em ocasiões anteriores as evidências de tortura.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS E JORNALISTAS

Defensores dos direitos humanos e jornalistas continuaram a ser ameaçados, hostilizados, atacados e assassinados.

Pelo menos 12 jornalistas foram mortos, o maior número registrado no período de um ano desde 2000. Entre eles, o premiado jornalista Javier Valdez, fundador do jornal *Ríodoce*, assassinado em 15 de maio no estado de Sinaloa. Muitos dos homicídios de jornalistas aconteceram à luz do dia e em lugares públicos. As autoridades não fizeram qualquer progresso significativo na investigação desses crimes. A Promotoria Especial para Atenção aos Crimes contra a Liberdade de Expressão se omitiu em investigar se o trabalho que os jornalistas vinham desenvolvendo poderia ser o possível motivo da maioria dos atentados. O Mecanismo de Proteção para Defensores dos Direitos Humanos e Jornalistas deixou os defensores dos direitos humanos e os jornalistas sem proteção adequada.

Isidro Baldenegro López, ganhador de um prêmio Goldman, e Juan Ontiveros Ramos, dois indígenas do povo Raramuri (Tarahumara), defensores dos direitos humanos, foram assassinados em janeiro e fevereiro, respectivamente. Em maio, Miriam Rodríguez, defensora dos direitos humanos que liderava as buscas por sua filha e outras pessoas desaparecidas em Tamaulipas, foi assassinada. Em julho, Mario Luna Romero, líder do povo indígena Yaqui no estado de Sonora e beneficiário de medidas protetivas do mecanismo federal de proteção, teve sua casa invadida por homens não identificados que atearam fogo ao carro de sua parceira.

Em janeiro, soube-se que uma rede de pessoas estava usando a internet para assediá-las e ameaçar defensores dos direitos humanos e jornalistas em todo o México.³ Em junho, surgiram evidências de que jornalistas e defensores dos direitos humanos estavam sendo vigiados por meio de um programa que o governo havia adquirido. O Mecanismo de Proteção para Defensores dos Direitos Humanos e Jornalistas não formulou qualquer estratégia para reagir aos ataques

digitais e à vigilância ilegal contra pessoas que estavam recebendo medidas protetivas.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A violência de gênero contra mulheres e meninas era amplamente disseminada. A maioria dos casos não era investigada de modo adequado e os responsáveis gozavam de impunidade. Não havia dados suficientes e atualizados sobre homicídios motivados por gênero. Entretanto, os dados oficiais referentes a 2016 foram divulgados, indicando que, até que se fizessem mais investigações, 2.668 mulheres eram consideradas vítimas de homicídio.

Em agosto, o Instituto Nacional de Estatística e Geografia publicou uma pesquisa estimando que 66,1% das meninas e mulheres com mais de 15 anos haviam sofrido violência de gênero pelo menos uma vez na vida, e que 43,5% das mulheres haviam sofrido violência de gênero nas mãos de seus parceiros.

Mecanismos conhecidos como “alertas de violência de gênero contra as mulheres” estavam em operação em 12 estados. Criados com a Lei Geral de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência, os mecanismos de alerta se baseiam em iniciativas coordenadas para confrontar e erradicar a violência contra mulheres e meninas. Até o fim do ano, esses mecanismos não haviam conseguido diminuir a violência de gênero.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Casais do mesmo sexo podiam se casar na Cidade do México e em 11 estados sem necessidade de procedimentos judiciais. Nos estados em que as leis ou práticas administrativas não permitiam o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os casais tinham que ajuizar uma demanda constitucional (*amparo*) num tribunal federal para ter seu caso examinado e seus direitos reconhecidos.

As decisões da Suprema Corte continuaram assegurando os direitos dos casais de mesmo sexo a se casar e adotar crianças sem sofrer discriminação com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero. Em março, a Suprema Corte considerou inconstitucional a Lei do Instituto de Previdência e Serviço Social dos Trabalhadores do Estado, que protegia somente os direitos dos casais de sexo diferente.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Em setembro, dois terremotos causaram grave impacto em extensas áreas do país, principalmente no centro e no sul do México. Mais de 360 pessoas morreram; na Cidade do México, a maioria dos mortos era de mulheres. Segundo os números oficiais, mais de 150.000 domicílios foram atingidos, e pelo menos 250.000 pessoas ficaram desabrigadas.

O governo implementou ações de resgate de sobreviventes e de atendimento emergencial com a participação de civis e de militares, e com apoio da comunidade internacional. Entretanto, surgiram diversos relatos sobre a falta de coordenação das autoridades, sobre informações incorretas e tardias para socorro e resgate de corpos, sobre apropriação ilegal de comida e serviços essenciais destinados aos sobreviventes, e sobre o fornecimento insuficiente de ajuda para muitas áreas devastadas, principalmente nas comunidades menores e mais carentes.

Avaliações preliminares de peritos divulgadas pela imprensa sugeriam que algumas das estruturas que desmoronaram poderiam ter descumprido os regulamentos para edificações. Não houve qualquer estratégia abrangente para garantir que se oferecesse aos desabrigados alguma opção de moradia segura e adequada. Em 6 de outubro, o Presidente Peña Nieto pediu que as famílias atingidas se organizassem para que elas mesmas reconstruíssem suas casas.

Os serviços educacionais, inclusive muitas escolas primárias, foram interrompidos por

várias semanas e até meses, enquanto transcorriam as avaliações de segurança e os trabalhos de reconstrução das escolas. Milhares de monumentos nacionais e outros edifícios públicos de importância cultural foram destruídos ou danificados pelos terremotos.

1. False suspicions: Arbitrary detentions by police in Mexico (AMR 41/5340/2017)
2. Mexico: Open letter to the President on a possible extrajudicial execution by the military (AMR 41/6347/2017)
3. Mexico's misinformation wars: How organized troll networks attack and harass journalists and activists in Mexico (News story, 24 January)

MIANMAR

República da União de Mianmar

Chefe de Estado e de governo: **Htin Kyaw**

A situação dos direitos humanos se deteriorou de forma dramática. Centenas de milhares de rohingyas fugiram de crimes contra a humanidade do estado de Rakhine para o vizinho Bangladesh; os que permaneceram seguiram vivendo num sistema análogo ao apartheid. O exército cometeu extensas violações do direito internacional humanitário. As autoridades continuaram restringindo a ajuda humanitária em todo o país. A liberdade de expressão permaneceu cerceada. Aumentou a intolerância religiosa e os sentimentos antimuçulmanos. Prevaleceu a impunidade para violações de direitos humanos passadas e presentes.

INFORMAÇÕES GERAIS

O governo de caráter civil, comandado, de fato, pela Conselheira de Estado Aung San Suu Kyi, completou em março seu primeiro ano no poder. As reformas econômicas estagnaram, e o processo de paz – que pretendia acabar com décadas de conflito armado interno – estava paralisado. Os militares retiveram considerável poder político e se mantiveram desobrigados da supervisão civil. Em 6 de outubro, Mianmar

ratificou o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que vigoraria a partir de 6 de janeiro de 2018.

CRIMES DE DIREITO INTERNACIONAL – CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

O estado de Rakhine mergulhou numa crise quando as forças de segurança deflagraram uma campanha de violência contra a minoria étnica rohingya, predominantemente muçulmana, na região norte do estado, depois que o Exército de Salvação Rohingya de Arakan (ESRA, em birmanês), no fim de agosto, efetuou uma série de ataques coordenados contra cerca de 30 postos policiais. Os ataques começaram poucas horas depois que uma comissão liderada pelo ex-secretário-geral da ONU Kofi Annan apresentou suas recomendações de “impedir a violência, manter a paz e fomentar a reconciliação” no estado.

Os militares, frequentemente operando em conjunto com a Guarda de Fronteiras e com grupos justiceiros locais, matou inúmeras mulheres, homens e crianças rohingyas; torturou ou maltratou mulheres e meninas rohingyas, inclusive com estupros e outras formas de violência sexual; instalou minas terrestres e incendiou centenas de vilarejos rohingyas, no que foi descrito pelo Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos como um “exemplo clássico de limpeza étnica”. A conduta das forças de segurança configurou a prática de crimes contra a humanidade.¹

Mais de 655.000 rohingyas fugiram para Bangladesh em consequência da violência. Outras comunidades de minorias étnicas também foram atingidas, com cerca de 30.000 pessoas deslocadas temporariamente para outras partes do estado de Rakhine. Houve denúncias de abusos cometidos pelo ESRA, inclusive assassinatos de informantes e desaparecimentos forçados de camponeses de etnia rakhine e mro.

Os rohingyas que permaneceram no estado de Rakhine continuaram a viver em um sistema análogo ao apartheid, que restringia com rigor praticamente todos os aspectos de suas vidas, segregando-os do restante da

sociedade.² Seus direitos à nacionalidade, à liberdade de circulação, ao mais elevado padrão de saúde, à educação, ao trabalho, à alimentação, à liberdade de crença e de religião e à participação na vida pública foram rotineira e sistematicamente violados por razões discriminatórias.

O governo refutou as acusações de violações de direitos humanos e ignorou os apelos por investigação e prestação de contas. Um acordo foi assinado com Bangladesh para o repatriamento de refugiados, que seriam submetidos a um processo de verificação; o governo anunciou que trabalharia para implementar as recomendações de Kofi Annan e promover o desenvolvimento do estado de Rakhine.

CONFLITO ARMADO INTERNO

Os combates entre o exército de Mianmar e grupos étnicos armados se intensificou ao norte do país. O exército cometeu extensas violações de direitos humanos contra civis de minorias étnicas, como execuções extrajudiciais e outros homicídios ilegais, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos e trabalhos forçados. Nos confrontos com grupos étnicos armados, o exército disparava morteiros e projéteis de artilharia que frequentemente atingiam áreas civis. Em maio, uma idosa de 81 anos foi morta quando um morteiro explodiu próximo a sua casa no vilarejo de Namhkan, no estado de Shan.³ É provável que muitas dessas violações constituam crimes de guerra.

Grupos étnicos armados cometeram violações do direito internacional humanitário, como desaparecimentos forçados, recrutamento forçado e extorsões. Tanto o exército de Mianmar quanto os grupos étnicos armados instalaram minas terrestres antipessoais ou outras armas similares. Muitos deslocados, por isso, temiam retornar a suas casas.

RESTRIÇÕES À AJUDA HUMANITÁRIA

Tanto o governo civil quanto os militares continuaram a restringir de forma severa e

arbitrária o acesso humanitário, colocando centenas de milhares de pessoas em risco.

No estado de Rakhine, as autoridades restringiram a ajuda humanitária nos dias que se seguiram aos ataques do ESRA em agosto, suspendendo-a totalmente no norte do estado. Posteriormente, as autoridades permitiram que a Cruz Vermelha e o Programa Alimentar Mundial (PAM) operassem naquela área. Entretanto, seu acesso foi limitado e insuficiente para suprir as necessidades. Em outras regiões do estado de Rakhine, o acesso foi adicionalmente prejudicado pelas tensões locais e pelas hostilidades contra os grupos de assistência internacional.⁴

As autoridades restringiram ainda mais o acesso às populações deslocadas no norte de Mianmar, principalmente às pessoas que viviam em áreas não controladas pelo governo. Em fevereiro, o exército de Mianmar impediu a entrega de 200 “kits dignidade” com a marca da ONU – contendo produtos básicos de higiene – para mulheres e meninas deslocadas nas áreas controladas pela Organização da Independência de Kachin.

REFUGIADOS E PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

Os deslocamentos de civis ocorreram em consequência de conflitos, violências e desastres naturais. Mais de 98.000 pessoas permaneciam deslocadas internamente pelos conflitos no norte de Mianmar.

Aproximadamente 120.000 pessoas, a maioria rohingyas, continuaram a viver em condições deploráveis nos campos para desalojados do estado de Rakhine, onde haviam sido confinadas cinco anos antes, depois dos episódios de violência de 2002.

Até o fim do ano, mais de 655.000 refugiados rohingyas haviam fugido para Bangladesh em consequência das operações militares ilegais e desproporcionais executadas no norte do estado de Rakhine. Em novembro, Mianmar e Bangladesh assinaram um acordo para repatriar refugiados para Mianmar, mesmo com pessoas ainda tentando escapar pela

fronteira entre os dois países. A persistência de um regime equivalente ao apartheid no estado de Rakhine impossibilitava qualquer retorno digno ou seguro.

Cerca de outros 100.000 refugiados de Mianmar continuavam vivendo em campos na Tailândia, onde recebiam cada vez menos ajuda humanitária. Muitos deles se disseram preocupados em voltar para Mianmar, mencionando a atual instabilidade no país, a militarização nas regiões de minorias étnicas e a falta de acesso a serviços essenciais.

PRISIONEIRO DE CONSCIÊNCIA

Apesar dos indultos de presos ocorridos em abril e maio, os prisioneiros de consciência permaneceram detidos. As autoridades continuaram usando uma série de leis redigidas de forma vaga, que restringiam os direitos à liberdade de expressão, de associação e de manifestação pacífica, com o objetivo de prender e encarcerar as pessoas simplesmente por exercerem seus direitos de forma pacífica.

O prisioneiro de consciência Lahpai Gam, um agricultor de etnia kachin, continuou encarcerado, mesmo com sua saúde gravemente debilitada. Quando foi preso em 2002, ele foi submetido a tortura.

O governo não proporcionou compensação a ex-prisioneiros de consciência e a suas famílias, fosse em forma de indenização, auxílio no acesso à educação e a oportunidades de trabalho, ou outros tipos de reparação.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE MANIFESTAÇÃO PACÍFICA

Os direitos à liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica continuaram sendo severamente restringidos. Houve um aumento acentuado no número de pessoas acusadas de “difamação on-line” com base na seção 66(d) da Lei de Telecomunicações de 2013.⁵ Em consequência de pressões nacionais e internacionais, o Parlamento introduziu pequenas emendas à lei. Entretanto, a

“difamação on-line” continuou tipificada como delito penal.

Defensores de direitos humanos, advogados e jornalistas – sobretudo os que tratavam da situação dos rohingyas, da intolerância religiosa e das violações cometidas pelos militares – foram alvo de vigilância, intimidações e ataques. Em 29 de janeiro, o advogado Ko Ni foi morto a tiros no Aeroporto Internacional de Yangon quando retornava de uma conferência inter-religiosa na Indonésia. Os processos de quatro suspeitos estavam em andamento no fim do ano, e um quinto suspeito estava foragido. Em novembro, o pastor de etnia kachin Dumdaw Nawng Lat e seu assistente Langjaw Gam foram presos por prestar auxílio a jornalistas que cobriam os ataques aéreos dos militares próximo à cidade de Monekoe, no fim de 2016. Ambos foram sentenciados a dois anos de prisão com base na Lei de Associações Ilegais. Dumdaw Nawng Lat recebeu pena adicional de dois anos por “difamação”.

As operações dos veículos de imprensa independentes sofreram cada vez mais restrições, com casos de jornalistas processados criminalmente por desempenhar seu trabalho. Em julho, três profissionais da imprensa foram presos acusados de contatar uma “associação ilegal”, depois que retornaram de uma área controlada por um grupo étnico armado que atua no norte de Mianmar. Eles foram libertados em agosto, quando as acusações contra eles foram retiradas.⁶ Em dezembro, dois repórteres da Reuters foram detidos com base na Lei de Segredos Oficiais, em função de seu trabalho de informar sobre a situação no estado de Rakhine. Ambos foram mantidos incomunicáveis por duas semanas, e continuavam detidos no fim do ano.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E CRENÇA

Houve um aumento acentuado da intolerância religiosa e do sentimento antimuçulmano nos dias que se seguiram aos ataques de agosto no estado de Rakhine. O governo exacerbou a situação, não só permitindo como também produzindo

diretamente discursos de ódio, ao incitar a discriminação e a violência nos meios impressos e na internet. Os meios de comunicação estatais publicaram artigos depreciativos contra os rohingyas, e autoridades governamentais fizeram postagens inflamatórias nas mídias sociais.

Ao longo do ano, as minorias religiosas, sobretudo os muçulmanos, continuaram sendo discriminadas. Em abril, duas madrassas (escolas religiosas) na capital, Yangon, foram fechadas por autoridades locais e pela polícia, após a pressão de uma multidão de nacionalistas radicais budistas. Em setembro, autoridades do estado de Kayin emitiram um decreto requerendo que todos os muçulmanos do estado se reportassem às autoridades locais antes de viajar. Embora o governador do estado de Kayin tenha mais tarde afirmado que o decreto foi um “erro administrativo”, as restrições de viagens, segundo informações, continuavam em vigor no fim do ano.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Milhares de famílias que vivem nos arredores na mina de cobre Letpadaung, na região de Sagaing, continuavam em risco de perder suas casas e áreas de cultivo por conta dos planos de expansão do projeto de mineração.⁷ As pessoas que moram próximas à mina continuaram a protestar contra o projeto. Em março, pelo menos 10 pessoas ficaram feridas quando a polícia atirou com balas de borracha contra um grupo de moradores que protestava contra o impacto dos caminhões que transportam materiais para a mina. Segundo as autoridades locais, seis policiais foram feridos por manifestantes que usaram catapultas.⁸

Em agosto, o ministro da Defesa rejeitou uma proposta para mudar o local da fábrica que produz ácido sulfúrico para a mina. A comunidade que vive nas proximidades foi exposta a graves perigos de saúde. Até o fim do ano, as preocupações ambientais e de direitos humanos relativas ao projeto ainda não haviam sido atendidas.

PENA DE MORTE

Os tribunais continuaram a impor sentenças de morte com base em disposições legais que permitem a imposição de pena capital. Nenhuma execução foi levada a cabo.

AUSÊNCIA DE RESPONSABILIZAÇÃO

Persistiu uma arraigada cultura de impunidade para violações de direitos humanos cometidas pelas forças de segurança. Muitos dos autores de violações passadas e atuais de direitos humanos, incluindo crimes previstos no direito internacional, não tiveram de prestar contas por seus atos.

O governo não investigou adequadamente nem cobrou responsabilidade dos perpetradores de graves violações de direitos humanos no estado de Rakhine, inclusive crimes contra a humanidade. Em agosto, uma comissão de inquérito instituída pelo Presidente para investigar os ataques de outubro de 2016 e os eventos subsequentes publicou um resumo de suas conclusões, reconhecendo fatalidades, destruição de edifícios, perda de propriedades e desalojamentos. A comissão, porém, não determinou a responsabilidade por esses atos, nem informou se alguma ação foi tomada para processar os autores. Tais investigações careciam de independência.⁹ Em novembro, um inquérito militar concluiu que nenhuma violação de direitos humanos foi cometida no estado de Rakhine após os ataques do ESRA, em 25 de agosto, e durante as ações militares que se seguiram.

MONITORAMENTO INTERNACIONAL

Em março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU constituiu uma missão de investigação internacional independente com o propósito de “determinar os fatos e circunstâncias” relativos a violações e abusos de direitos humanos ocorridos principalmente no estado de Rakhine. O Conselho solicitou que a missão apresentasse suas conclusões em setembro de 2018. O procedimento foi fortemente rechaçado pelo governo, que se desvinculou

da investigação e proibiu a entrada da equipe no país.

Depois dos ataques de agosto, a atenção internacional se concentrou mais detidamente na crise do estado de Rakhine. Em 6 de novembro, o Conselho de Segurança da ONU publicou uma declaração presidencial pedindo o fim da violência e das restrições à ajuda humanitária. Também em novembro, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar. Em dezembro, o Conselho de Direitos Humanos realizou uma sessão especial sobre a situação dos rohingyas e de outras minorias. A UE e os EUA suspenderam os convites a oficiais do alto escalão militar.

A relatora especial da ONU sobre a situação dos direitos em Mianmar enfrentou crescentes restrições de acesso, que culminaram com a proibição de sua entrada no país até o fim de seu mandato. Ela havia levantado preocupações sobre a deterioração da situação no país.

1. "My world is finished": Rohingya targeted by crimes against humanity in Myanmar (ASA 16/7288/2017)
2. "Caged without a roof": Apartheid in Myanmar's Rakhine State (ASA 16/7484/2017)
3. "All the civilians suffer": Conflict, displacement and abuse in northern Myanmar (ASA 16/6429/2017)
4. Myanmar: Restrictions on international aid putting thousands at risk (News story, 4 September)
5. Myanmar: Repeal Section 66(d) of the 2013 Telecommunications Law (ASA 16/6617/2017)
6. Myanmar: Release journalists immediately (News story, 26 June)
7. Mountain of trouble: Human rights abuses continue at Myanmar's Letpadaung mine (ASA 16/5564/2017)
8. Myanmar: Investigate police use of force against protesters at troubled mine (ASA 16/5983/2017)
9. Myanmar: National efforts to investigate Rakhine State violence are inadequate (ASA 16/5758/2017)

MOÇAMBIQUE

República de Moçambique

Chefe de Estado e de governo: **Filipe Jacinto Nyusi**

Os empréstimos tomados de modo sigiloso pelo governo levaram o país a uma crise econômica. A insegurança alimentar se aprofundou devido às aquisições de terra em grande escala para mineração, o que retirou as pessoas das terras das quais dependiam para sua subsistência. Pessoas que manifestassem opiniões críticas ou divergentes continuaram a sofrer ataques e intimidações de indivíduos não identificados ou das forças de segurança. Aproximadamente 30.000 pessoas com albinismo enfrentaram discriminação e temeram por suas vidas; pelo menos 13 foram mortas. A violência contra mulheres e meninas continuou generalizada.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Tribunal Administrativo e a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação da dívida pública afirmaram em 2016 que as garantias sobre os empréstimos de US\$ 2,2 bilhões contraídos de forma sigilosa pelo governo para serem usados em segurança e defesa eram ilegais e inconstitucionais. Os empréstimos secretos foram revelados em abril de 2016; estimava-se que elevariam a dívida pública para 135% do PIB em 2017. Houve substancial desvalorização da moeda e subida de preços, situação agravada pelo fato de o país ser altamente dependente de importações.

Funcionários de alto escalão do governo obstruíram uma auditoria forense dos empréstimos, que era uma demanda dos doadores internacionais para restabelecer a confiança e retomar a assistência financeira. Consequentemente, os financiadores suspenderam o auxílio enquanto aguardam a cooperação do governo e a plena revelação das ações.

A trégua acordada em dezembro de 2016 entre o governo, liderado pela Frente de Libertação de Moçambique, e o principal

partido de oposição, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), foi mantida no decorrer de 2017, após três anos de confrontos violentos. Prosseguiram as negociações de paz relativas à descentralização dos poderes governamentais. As relações entre os líderes das duas partes continuaram tensas; Afonso Dhlakama, da RENAMO, acusou o Presidente Nyusi de não retirar as tropas do governo da região de Gorongosa dentro do prazo estipulado.

DISPUTAS POR TERRA

Empresas mineradoras adquiriram terras que eram utilizadas pelas pessoas que ali moravam, agravando a situação de insegurança alimentar que afetava mais de 60% da população das áreas rurais, que dependia da terra para sua subsistência, alimentação e suprimento de água.

Em 2013, a empresa mineradora de carvão Vale Moçambique começou a cercar a terra que os moradores locais usavam para seus animais pastarem e para recolher lenha, inclusive na área de Nhanchere, distrito de Moatize, na província de Tete. Em 13 de junho de 2017, Hussen António Laitone foi morto a tiros pela polícia em Nhanchere, durante um protesto pacífico da comunidade contra a compra das terras para mineração; ele não havia participado do protesto.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO

Continuaram as intimidações, hostilidades e agressões contra pessoas que manifestavam opiniões críticas ou divergentes.

No dia 17 de maio, o jornalista e ativista de direitos humanos Armando Nenane foi violentamente espancado pela polícia de choque na capital, Maputo. Ele foi atacado por suas opiniões sobre o chamado G40, um grupo supostamente criado no governo do Presidente Guebuza para desacreditar oponentes e favorecer o governo. Antes do espancamento, Armando Nenane recebeu ameaças de morte anônimas por telefone. Até o fim do ano, ninguém havia sido responsabilizado pela agressão.

Em 4 de outubro, Mahamudo Amurane, prefeito da cidade nortista de Nampula, foi morto a tiros diante de sua casa por um atirador não identificado. Após desentendimentos com a liderança do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), Mahamudo Amurane havia anunciado sua intenção de deixar o partido para fundar um partido próprio e concorrer à reeleição no pleito municipal de outubro de 2018.

Em 2 de dezembro, em Nampula, um homem armado ameaçou de morte Aunício da Silva, jornalista investigativo e editor do semanário *Ikweli*. O agressor o acusou de publicar artigos que prejudicavam a imagem de Carlos Saíde, candidato a prefeito de Nampula pelo MDM.

DISCRIMINAÇÃO – PESSOAS COM ALBINISMO

Cerca de 30.000 pessoas com albinismo sofreram discriminação e foram relegadas ao ostracismo; muitas temiam por suas vidas. Os incidentes de perseguição aumentaram; sabe-se que pelo menos 13 pessoas com albinismo foram mortas, mas esse número é provavelmente maior. Os homicídios foram estimulados por superstição ou pelos mitos sobre os poderes mágicos das pessoas com albinismo. A maioria dos assassinatos aconteceu nas províncias das regiões norte e centro, as mais pobres do país.

Em 31 de janeiro, um menino de sete anos com albinismo foi morto por quatro homens não identificados que invadiram sua casa e o sequestraram enquanto a família dormia, no distrito de Ngaúma, província de Niassa. Em 28 de maio, um grupo de agressores não identificados sequestrou um menino de três anos que estava com sua mãe no distrito de Angónia, província de Tete. Em 13 de setembro, um adolescente de 17 anos foi morto e teve partes de seu corpo e órgãos retirados, na área de Benga, distrito de Moatize, província de Tete. Os criminosos removeram seu cérebro, cabelo e ossos dos braços. Até o fim do ano, nenhum dos responsáveis por essas mortes foi preso ou levado à Justiça.

Apesar da comoção pública, o governo pouco fez para enfrentar o problema. Embora uma estratégia tenha sido elaborada para impedir essas mortes, ela não foi implementada, supostamente por falta de recursos.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

O índice de homicídios de mulheres foi elevado, geralmente tendo como perpetradores homens que elas conheciam bem ou com quem mantinham relações íntimas. Em vários casos, os agressores tentaram justificar suas ações alegando que as vítimas usaram feitiçaria contra eles.

Em 10 de janeiro, um homem de 31 anos matou sua esposa de 27 com uma faca de cozinha no bairro de Inhagoia, na periferia de Maputo. Em fevereiro, no distrito de Vanduzi, província de Manica, um homem de 27 anos decapitou sua mãe com um facão, dizendo que ela se recusou a lhe servir comida. Em maio, um homem matou sua mãe no distrito de Guru, província de Manica, alegando que ela havia feito um feitiço para torná-lo impotente. Em agosto, dois irmãos mataram sua avó de 70 anos em Messano, distrito de Bilene, província de Gaza, após terem-na acusado de lançar sobre eles um feitiço de má sorte. Em setembro, no bairro Centro Hípico, na periferia de Chimoio, província de Manica, um homem matou sua mãe de 80 anos com uma barra de ferro depois de acusá-la de tê-lo enfeitado.

Apesar de os suspeitos em todos esses casos terem admitido serem os responsáveis pelas mortes, as autoridades não elaboraram, financiaram ou implementaram qualquer estratégia efetiva para combater a violência contra as mulheres.

NICARÁGUA

República da Nicarágua

Chefe de Estado e de governo: **Daniel Ortega Saavedra**

Os assassinatos motivados pelo gênero se tornaram cada vez mais brutais. Persistiram

os ataques contra defensores dos direitos humanos. O aborto continuou sendo absolutamente proibido. Perpetradores de violência contra os povos indígenas permaneceram impunes. As autoridades continuaram negando um processo de consulta genuíno e efetivo às comunidades provavelmente afetadas pela construção do Grande Canal Interoceânico.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em janeiro, Daniel Ortega tomou posse na Presidência pelo terceiro mandato consecutivo. Rosario Murillo, sua esposa, assumiu pela primeira vez a Vice-Presidência.

DIREITOS DAS MULHERES

Entre janeiro e dezembro, segundo a ONG Católicas pelo Direito de Decidir, 55 mulheres foram vítimas de homicídio motivado pelo gênero. A ONG constatou que os crimes foram mais brutais que em anos anteriores, sendo frequentemente cometidos por indivíduos que agiam em grupos.

Em junho de 2017, a Assembleia Nacional aprovou uma emenda à Lei Integral sobre a Violência contra as Mulheres, reduzindo o escopo da definição de feminicídio aos atos ocorridos na esfera privada, limitando o crime às relações entre cônjuges e parceiros. Críticos afirmaram que a nova definição negava a realidade dos feminicídios, que também eram cometidos em espaços públicos.

O aborto permaneceu proibido em todas as circunstâncias. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas, a Nicarágua continuou apresentando os mais altos índices de gravidez na adolescência e de mortalidade materna da região das Américas.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A impunidade persistiu para crimes como assassinatos, estupros, sequestros, desaparecimentos forçados, ameaças de morte e deslocamento forçado de povos indígenas na Região Autônoma do Atlântico Norte, apesar de tanto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos quanto

a Corte Interamericana de Direitos Humanos terem ordenado em 2015 que a Nicarágua adotasse todas as medidas necessárias para investigar esses crimes.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Prosseguiram os atentados contra defensoras dos direitos humanos, conforme relatado durante uma audiência pública perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em setembro. Organizações de mulheres da sociedade civil relataram ter recebido ameaças de morte, além de serem agredidas e detidas de forma arbitrária, com a cumplicidade ou consentimento de autoridades públicas.

Em março, a Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu a sentença do caso *Acosta et al. v. Nicaragua*, concluindo que o Estado fora responsável por violar os direitos ao acesso à justiça, à verdade e à integridade física da defensora de direitos humanos María Luisa Acosta, após o assassinato de seu marido, Francisco García Valle.¹ As autoridades ainda não haviam tomado as medidas necessárias para dar cumprimento à sentença, principalmente para acabar com a impunidade em torno do caso e assegurar os direitos de María Luisa Acosta à justiça e à verdade.

Em agosto, a Corte Interamericana de Direitos Humanos outorgou medidas cautelares a Francisca Ramírez e sua família, depois que sofreram ameaças de morte, hostilidades e ataques por causa de seu ativismo em oposição à construção do grande Canal Interoceânico.

GRANDE CANAL INTEROCEÂNICO

Continuou não havendo qualquer processo de consulta genuíno e efetivo às pessoas que provavelmente serão atingidas pela construção do Grande Canal Interoceânico, em violação aos princípios internacionais de direitos humanos.²

Segundo o Centro de Assistência Legal aos Povos Indígenas, o direito ao consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas e afrodescendentes Rama Kriol, com relação ao projeto, não foi assegurado, apesar de

vários recursos judiciais impetrados nos tribunais. Organizações da sociedade civil observaram que a escala do projeto, que incluiria um oleoduto e dois portos, entre outras obras de infraestrutura, afetaria centenas de milhares de pessoas, pondo-as em risco de expulsão.

Organizações de direitos humanos e comunidades de pequenos agricultores continuaram pedindo a revogação da Lei Nº 840, que regula as obras do Canal, por oferecer garantias insuficientes para a proteção dos direitos dos povos indígenas. Suas demandas continuaram sendo recusadas, e as autoridades ainda não haviam estabelecido qualquer canal de comunicação significativo com as comunidades que seriam provavelmente afetadas pela construção do canal.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE MANIFESTAÇÃO

Em novembro, as eleições municipais transcorreram em um ambiente de violência, com relatos de que pelo menos cinco pessoas teriam sido mortas e 30 feridas em seis municípios.

Também houve relatos de uso desnecessário e excessivo da força pela polícia contra pessoas que se manifestavam pacificamente contra a construção do Canal, bem como informações sobre detenções arbitrárias de manifestantes. Defensores dos direitos humanos também teriam sido hostilizados e intimidados por se oporem ao projeto.

-
1. Nicaragua: The state must uphold, without delay, the judgment issued by the Inter-American Court of Human Rights (AMR 43/6173/2017)
 2. Danger: Rights for sale – the Interoceanic Grand Canal project in Nicaragua and the erosion of human rights (AMR 43/6515/2017)

NIGÉRIA

República Federal da Nigéria

Chefe de Estado e de governo: **Muhammadu Buhari**

O grupo armado Boko Haram continuou a realizar ataques que resultaram em centenas de mortes. Persistiram os relatos de execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, torturas e outros maus-tratos que, em alguns casos, levaram à morte das pessoas sob custódia. As condições de detenção militar eram deploráveis. A violência intracomunitária se disseminou pelo país. Milhares de pessoas foram removidas à força de suas casas.

CONFLITO ARMADO

BOKO HARAM

O Boko Haram praticou pelo menos 65 ataques, com 411 mortes entre a população civil, e sequestrou pelo menos 73 pessoas. Dezesesseis mulheres, incluindo 10 policiais, foram sequestradas em junho, quando o Boko Haram emboscou um comboio escoltado pelo exército na estrada Maiduguri-Dambova. Em julho, o Boko Haram emboscou uma equipe de técnicos de exploração de petróleo em uma aldeia em Magumeri. Três trabalhadores foram sequestrados e pelo menos 40 pessoas foram mortas, inclusive soldados e membros da Força-Tarefa Conjunta Civil. Em 6 de maio, 82 meninas estudantes de Chibok, sequestradas em 2014, foram libertadas por combatentes do Boko Haram, em um acordo de troca; 113 outras jovens continuavam cativas. Em novembro, seis agricultores da aldeia de Dimge, em Mafa, foram sequestrados e decapitados.

PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

Pelo menos 1,7 milhão de pessoas continuavam deslocadas internamente nos estados de Borno, Yobe e Adamawa, no nordeste do país; 39% delas estava vivendo em acampamentos ou instalações similares, e 61% em comunidades anfitriãs. A ONU afirmou que 5,2 milhões de pessoas no

nordeste do país continuavam necessitando urgentemente de ajuda alimentar; 450 mil crianças com menos de cinco anos precisavam com urgência de nutrição. Em julho, a organização Médicos sem Fronteiras relatou que 240 crianças haviam morrido por desnutrição no estado de Borno.

Em 17 de janeiro, a Força Aérea Nigeriana bombardeou um campo de deslocados internos em Rann, sede do governo local de Kala Balge, no estado de Borno, matando pelo menos 167 civis, muitos deles crianças. O exército disse que o bombardeio foi acidental, pois Rann não estava identificado como um campo de ajuda humanitária.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Os militares detiveram e prenderam arbitrariamente milhares de jovens, mulheres e crianças em centros de detenção em todo o país. Os detidos foram privados de acesso a advogados e familiares. Em abril, o exército libertou 593 pessoas detidas, e em outubro 760.

Até abril, a unidade de detenção militar no quartel de Giwa, em Maiduguri, mantinha mais de 4.900 pessoas em celas totalmente superlotadas. Grassavam doenças, desidratação e fome, e pelo menos 340 pessoas detidas morreram. Pelo menos 200 crianças, com idades a partir de quatro anos, estavam detidas em uma cela infantil superlotada e insalubre. Algumas crianças nasceram em detenção.

Os militares detiveram ilegalmente centenas de mulheres sem acusação, algumas porque se acreditava terem vínculos com membros do Boko Haram. Dentre elas, estavam mulheres e meninas que alegavam terem sido vítimas do Boko Haram. As mulheres relataram condições desumanas de detenção, incluindo a falta de cuidados de saúde para as mulheres que deram à luz nas celas.

Em 24 de setembro, o ministro da Justiça anunciou que o julgamento coletivo de suspeitos de pertencerem ao Boko Haram, mantidos em diferentes centros de detenção, havia começado. A primeira fase dos julgamentos foi conduzida por quatro juizes,

em segredo, entre 9 e 12 de outubro. Cinquenta réus foram sentenciados a penas de prisão com diferentes extensões. Um relatório preliminar do Procurador Geral de Justiça informava que 468 suspeitos foram libertados e que o julgamento dos demais foi adiado para janeiro de 2018.

FALTA DE TRANSPARÊNCIA

Em junho, a Comissão de Inquérito Especial instituída para investigar denúncias de graves violações dos direitos humanos, estabelecida pelo Chefe do Estado Maior do Exército, apurou que o quartel Giwa encontrava-se superlotado ao extremo, em péssimas condições sanitárias e com ventilação insuficiente, fatores que resultaram na morte de detentos. A comissão isentou de responsabilidade os altos oficiais militares, acusados de violação das normas de direito internacional.

Em agosto, o presidente interino Yemi Osinbajo constituiu um comitê presidencial de investigação para averiguar alegações de violações dos direitos humanos praticadas por militares. Entre 11 de setembro e 8 de novembro, o comitê estabeleceu-se na capital, Abuja, e nas cidades de Maiduguri, Enugu, Port Harcourt, Lagos e Kaduna.

Em seu relatório preliminar de dezembro, o Gabinete da Procuradora do Tribunal Penal Internacional anunciou que continuaria a avaliar a admissibilidade de oito possíveis crimes previamente identificados que supostamente teriam sido cometidos na Nigéria.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Tortura e outros maus-tratos, assim como detenções ilegais por parte da polícia e do Serviço de Segurança do Estado (SSS) continuaram ocorrendo. Em fevereiro, Nonso Diobu e outros oito homens foram presos e detidos por agentes do Esquadrão Especial Antirroubo (SARS) em Awkuzu, estado de Anambra. Eles foram torturados e todos eles, exceto Nonso Diobu, morreram em custódia. Nonso foi acusado de roubo e libertado quatro meses após a prisão.

Em maio, o Supremo Tribunal de Justiça determinou que o SSS libertasse Bright Chimezie, membro da organização Povos Indígenas de Biafra (IPOB). Em vez disso, o SSS incluiu seu nome em outro processo. Até o final do ano, Bright Chimezie ainda não havia comparecido perante um tribunal; o SSS o mantinha em detenção incomunicável havia mais de um ano.

Ibrahim El-Zakzaky, líder do Movimento Islâmico da Nigéria (IMN), e sua esposa permaneciam detidos incomunicáveis, sem julgamento, desde sua prisão em dezembro de 2015 – apesar de um tribunal ter ordenado que fossem libertados e indenizados.

Em setembro, a polícia nigeriana lançou a Ordem Compulsória N 20, que visava a reduzir o uso excessivo da prisão preventiva, fornecendo assessoria jurídica gratuita aos suspeitos nas delegacias de polícia. Em dezembro, foi transformado em lei o projeto de Lei Antitortura, destinado a proibir e criminalizar o uso da tortura.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

Pelo menos 10 membros do IPOB foram mortos e outros 12 foram feridos por soldados em Umuahia, no estado de Abia, em 14 de setembro. Os militares alegaram que os membros foram mortos ao tentar resistir à prisão do líder Nnamdi Kanu em sua casa. Testemunhas dizem que, além dos mortos, pelo menos outros 10 membros do IPOB foram baleados e levados pelos soldados. O governo, posteriormente, banuiu o IPOB.

Em 9 de março, um tribunal de Abuja condenou dois policiais à morte por participação na execução extrajudicial de seis comerciantes em Apo, Abuja, em 2005. Outros três policiais, inclusive o líder da equipe policial, foram absolvidos. Em 2005, uma Comissão Judicial de Inquérito havia indiciado seis policiais pelos assassinatos, recomendando que fossem a julgamento, bem como uma indenização para as famílias das vítimas. Um deles supostamente escapou da prisão em 2015.

Em setembro, o Tribunal Superior de Port Harcourt condenou cinco policiais do SARS pelas execuções extrajudiciais de Michael Akor e Michael Igwe, em 2009. O tribunal também concedeu 50 milhões de naira (US\$ 143.000) em compensação às famílias das vítimas.

Em dezembro, depois de intensa pressão nas mídias sociais, o Inspetor Geral de Polícia aceitou reformar o SARS.

VIOLÊNCIA COMUNITÁRIA

A violência intercomunitária relacionada aos persistentes confrontos entre comunidades de pastores e de agricultores resultou em mais de 549 mortes e no deslocamento de milhares de pessoas em 12 estados. Em fevereiro, 21 aldeãos foram mortos em um ataque cujos suspeitos são pastores, em três comunidades de Atakad, no distrito de Kaura, estado de Kaduna. Testemunhas disseram que os pastores mataram, saquearam e queimaram as casas dos aldeãos. Em junho, um confronto entre comunidades no Planalto de Mambilla, no estado de Taraba, deixou vários mortos, principalmente pastores e suas famílias. Em setembro, pelo menos 20 pessoas foram mortas, quando supostos pastores invadiram a aldeia de Ancha, no distrito de Miango, em Jos, estado de Plateau, depois de um desentendimento entre aldeãos e pastores residentes na comunidade.

Em outubro, 27 pessoas foram mortas por supostos pastores numa sala de aula onde se abrigavam, após três dias de ataques na comunidade Nkyie-Doghwo de Bassa, no estado de Plateau. Em dezembro, pastores atacaram pelo menos cinco aldeãos em Demsa LGA, no estado de Adamawa, para vingar o massacre de cerca de 57 pessoas, na maioria crianças, em novembro, nas proximidades da comunidade Kikan. Os moradores da comunidade relataram terem sido atacados por um caça e um helicóptero militar quando tentavam fugir. Pelo menos 86 pessoas foram mortas pelos pastores e por bombardeios aéreos.

DIREITO À MORADIA E REMOÇÃO FORÇADA

As autoridades nos estados de Lagos, Imo e Rivers continuaram a remover à força milhares de moradores, sem conceder aviso prévio, compensação ou prover acomodação e reassentamento alternativos.

No estado de Lagos, pelo menos 5.000 pessoas foram removidas à força das comunidades costeiras de Otodo-Gbame e Ilubirin, entre março e abril, em violação às ordens anteriores do Tribunal Superior do Estado de Lagos. As ordens impediam as autoridades estaduais de demolir as casas das comunidades afetadas, que somavam pelo menos 300.000 habitantes, e determinavam que os moradores deveriam ser consultados. Em março, o governo do estado de Lagos retirou-se do processo de consultas dizendo que a demanda das comunidades para o reassentamento não era razoável.

Durante a remoção forçada da comunidade de Otodo-Gbame, em 9 de abril, pelo menos duas pessoas foram baleadas, uma fatalmente, quando a polícia disparou contra residentes desarmados. Não houve investigações sobre os tiroteios. Em 13 de junho, as autoridades do estado de Lagos removeram à força centenas de pessoas da comunidade de Ijora-Badia.

Em 15 de junho, as autoridades do estado de Rivers removeram à força centenas de pessoas da comunidade costeira de Ayagologo, em Port Harcourt.

Em 15 de novembro, a polícia de Lagos prendeu e deteve 158 residentes, incluindo seis mulheres que protestavam contra as remoções forçadas no estado. Uma delas estava grávida.

Em 2 de fevereiro, o Tribunal Superior de Abuja declarou ilegais as ameaças de remoções forçadas sem a prévia notificação prevista em lei. O tribunal instou as autoridades estatais a adotarem medidas para assegurar segurança de posse aos moradores afetados. A decisão impediu as autoridades de Abuja de remover forçosamente centenas de milhares de residentes da comunidade de Mpape. Em 21

de junho, o Tribunal Superior do Estado de Lagos definiu que as remoções forçadas e sua ameaça eram inconstitucionais e equivaliam a tratamentos cruéis, desumanos e degradantes.

DIREITOS DAS MULHERES

O Parlamento Federal da Nigéria e os estados de Adamawa e Gombe continuavam debatendo o projeto de lei sobre Gênero e Igualdade de Oportunidades. Em outubro, a Corte da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) considerou que a Nigéria violara o direito à dignidade de três mulheres, ao acusá-las erroneamente de serem trabalhadoras do sexo, prendê-las ilegalmente e abusar verbalmente delas.

Entre as pessoas deslocadas internamente (PDIs), mulheres e meninas relataram violência de gênero, incluindo estupro e exploração sexual, muitas vezes em troca de comida e outras necessidades básicas, por parte de soldados do exército e de membros da Força-Tarefa Conjunta Civil no Nordeste. Famílias chefiadas por mulheres relataram discriminação no acesso à assistência alimentar e oportunidades de subsistência em algumas localidades.

Um grupo de mulheres que estiveram confinadas no acampamento para PDIs de Bama fez uma campanha pela libertação de seus maridos, em detenção militar, e por justiça pelo estupro e outros abusos que sofreram no campo de deslocados entre 2015 e 2016. Havia informações de que o chefe do Estado Maior do Exército teria ordenado, em junho, uma investigação sobre a má conduta de soldados no campo.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Os defensores dos direitos humanos continuaram a sofrer intimidação em razão de seu trabalho. Estava em discussão no Parlamento um projeto de lei para regulamentar e restringir o trabalho das ONGs. Se aprovado, estabeleceria uma Comissão Reguladora das ONGs autorizada a manter um registro de todas essas organizações, coordenar suas atividades e monitorar seus orçamentos e financiamentos.

Uma audiência pública sobre o projeto de lei foi realizada em dezembro.

Em 19 de julho, a polícia prendeu e deteve durante seis dias Maurice Fangnon, por ele ter solicitado investigações sobre os supostos assassinatos e assaltos contra moradores da comunidade Otodo-Gbame. Ele voltou a ser preso em 12 de dezembro, juntamente com Bamidele Friday; ambos foram libertados sob fiança em 22 de dezembro. Raymond Gold enfrentou acusações criminais passíveis de pena de até três anos de prisão por exigir que uma empresa petroleira realizasse uma Avaliação de Impacto Ambiental em atividades que prejudicavam o meio ambiente. Em 6 de junho, policiais hostilizaram, agrediram e feriram Justus Ijeoma, no Comando de Área de Onitsha. Em outubro, ele recebeu por escrito um pedido de desculpas do Comando de Área.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Jornalistas foram hostilizados, intimidados e presos. Em 19 de janeiro, a polícia invadiu os escritórios do *Premium Times* e deteve o editor Dapo Olorunyomi e a correspondente Evelyn Okakwu, por várias horas, depois que o chefe do Estado Maior do Exército acusou o jornal de fazer publicações ofensivas.

Em 19 de abril, a polícia do estado de Kaduna prendeu e deteve Midat Joseph, um jornalista do jornal *Leadership*, por um comentário seu no WhatsApp. Ele foi levado ao tribunal no dia seguinte, acusado de conspiração criminosa, incitação à desordem e calúnia. Em 31 de julho, o tribunal rejeitou o caso por falta de um processo diligente.

Em 19 de setembro, a polícia estadual de Katsina prendeu três blogueiros, Jamil Mabai, Bashir Dauda e Umar Faruq, por criticarem o governador. Bashir Dauda e Umar Faruq foram libertados após uma semana, e Jamil Mabai ficou detido por 22 dias.

Em 27 de outubro, Audu Maikori, que foi preso acusado de publicar informações falsas na internet, recebeu 40 milhões de naira (US\$ 112.700) como compensação por sua prisão e detenção ilegais.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO E DE ASSOCIAÇÃO

As forças de segurança interromperam protestos e assembleias pacíficos, em alguns casos com violência e força excessiva.

A polícia continuou a negar ao Movimento Islâmico na Nigéria (IMN) – que foi banido pelo governo do estado de Kaduna em 2016 – o direito a realizar protestos pacíficos. Em 25 de janeiro, a polícia de Abuja prendeu nove membros do IMN em razão de um protesto pacífico que exigia a libertação de Ibrahim El-Zakzaky.

Em 25 de julho, a polícia da cidade de Kano impediu um grupo de mulheres de protestarem contra os contínuos estupros de mulheres e crianças no estado. Em 8 de agosto, a polícia dispersou violentamente manifestantes pacíficos que exigiam o retorno do Presidente Buhari, que se encontrava no Reino Unido para tratamento médico.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Em junho, as viúvas de quatro homens da região de Ogoni, no Delta do Níger, executadas após um julgamento injusto em 1995, ingressaram com uma ação judicial nos Países Baixos contra a Shell, exigindo indenização e uma desculpa pública. Elas acusaram a Shell de cumplicidade na prisão e detenção ilegais de seus maridos, durante a repressão brutal por parte das autoridades militares da época ao Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni. Organizações internacionais pediram que a Shell fosse investigada por envolvimento nesses crimes.

A poluição ambiental ligada à indústria do petróleo continuou a prejudicar os direitos econômicos, sociais e culturais das comunidades do Delta do Níger.

As medidas governamentais para lidar com a poluição na região Ogoni no Delta do Níger, conforme recomendado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 2011, foram limitadas. As comunidades locais expressaram frustração com o lento progresso da iniciativa, e porque as operações no terreno ainda não haviam

começado. A Shell não cumpriu algumas das principais recomendações do PNUMA.

Em setembro, operações de limpeza da poluição causada por dois grandes derramamentos de petróleo, ocorridos em 2008, tiveram início na comunidade de Bodo, na região de Ogoni.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Detenção, humilhação pública, extorsão e discriminação contra indivíduos por causa de sua orientação sexual foram relatadas em várias partes do país. Em abril, a polícia nigeriana acusou 53 homens em um tribunal de primeira instância de Zaria, estado de Kaduna, de conspiração e reunião ilegal, e de pertencerem a uma sociedade ilegal. Eles foram acusados de participar de um casamento gay e foram libertados mediante fiança.

Em agosto, cerca de 42 homens e meninos entre 12 e 28 anos foram presos num hotel em Lagos, enquanto participavam de um programa de prevenção do HIV, organizado por uma ONG. Eles foram acusados de "engajar-se em atividades gays". A polícia exibiu as vítimas aos meios de comunicação.

PENA DE MORTE

Sentenças de morte continuaram a ser impostas; nenhuma execução foi registrada. Em julho, no Conselho Econômico Nacional, os governadores concordaram em assinar mandados de execução ou comutar sentenças de morte, como forma de tratar da superlotação nas prisões. Os presos no corredor da morte relataram que estruturas para enforcamento estavam sendo montadas para as execuções nos presídios de Lagos e Benin.

Em agosto, o governo do estado de Ogun anunciou que não manteria mais o compromisso informal de se abster de autorizar execuções.

Em setembro, o Senado aprovou um projeto de lei que prevê a pena de morte para o crime de sequestro.

PALESTINA

Estado da Palestina

Chefe de Estado: **Mahmoud Abbas**

Chefe de governo: **Rami Hamdallah**

As autoridades palestinas na Cisjordânia e o governo *de facto* do Hamas na Faixa de Gaza intensificaram suas restrições à liberdade de expressão. Em ambos os locais, as forças de segurança torturaram ou maltrataram pessoas detidas com impunidade. As autoridades da Cisjordânia adotaram medidas punitivas contra o governo do Hamas, que restringiram ainda mais o acesso da população civil a serviços vitais, exacerbando a crise humanitária causada pelo bloqueio militar de Israel a Gaza. Nas duas áreas, as mulheres continuaram a sofrer discriminação e violência. Os tribunais de Gaza impuseram sentenças de morte e o Hamas realizou execuções públicas; na Cisjordânia, não houve qualquer execução.

INFORMAÇÕES GERAIS

Gaza permaneceu sob o bloqueio aéreo, marítimo e terrestre de Israel, em vigor desde junho de 2007. As constantes restrições às exportações paralisaram a economia e agravaram a situação de pobreza generalizada em que vivem os dois milhões de habitantes de Gaza. O Egito continuou impondo o fechamento quase total da passagem de Rafah na fronteira com Gaza, intensificando os efeitos do bloqueio israelense.

As divisões entre o governo de “consenso nacional” em Ramallah e o governo *de facto* do Hamas em Gaza persistiram por quase todo o ano. Num aparente esforço para retomar o controle da Faixa de Gaza, as autoridades palestinas introduziram uma série de medidas punitivas contra o Hamas, que continuavam em vigor no fim do ano.

Em outubro, o governo de “consenso nacional” realizou uma reunião ministerial em Gaza, mediada por autoridades egípcias, depois que o Hamas anunciou estar pronto

para dismantelar a comissão que administra Gaza, e convocou eleições legislativas e presidenciais na Cisjordânia e em Gaza. Ainda em outubro, os dois partidos políticos rivais Hamas e Fatah assinaram um acordo de reconciliação no Cairo, Egito, para pôr fim à divisão de mais de uma década entre a Cisjordânia e Gaza administrada pelo Hamas. Em novembro, o governo de “consenso nacional” assumiu o controle da passagem na fronteira entre Gaza e o Egito, bem como os postos de controle próximos às passagens para Israel.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

Enquanto prosseguiam as rivalidades políticas internas, as autoridades da Cisjordânia e de Gaza usaram ameaças e intimidações contra ativistas e jornalistas com o propósito de suprimir a liberdade de expressão pacífica, inclusive críticas e reportagens jornalísticas. Segundo a ONG Centro Palestino para o Desenvolvimento e a Liberdade de Imprensa, as autoridades palestinas na Cisjordânia foram responsáveis por 147 ataques à liberdade de imprensa durante o ano. Entre esses, prisões arbitrárias, maus-tratos em interrogatórios, confisco de equipamentos, agressões físicas, proibições de reportagens e a interdição de 29 sites que criticavam as autoridades da Cisjordânia. As autoridades do Hamas em Gaza foram responsáveis por 35 desses ataques.

Em janeiro, as forças de segurança de Gaza dispersaram com violência um protesto que acontecia no campo de refugiados de Jabalia contra a má gestão do Hamas para uma crise de energia (ver abaixo). Ativistas e organizadores foram detidos e ameaçados, tendo sido em alguns casos torturados por organizar as manifestações. O ativista Mohammad al-Talawli foi preso em três ocasiões durante o ano por participar da organização de protestos, além de receber ameaças de morte.

Jornalistas que trabalhavam para meios de comunicação ligados às autoridades da Cisjordânia foram impedidos de trabalhar

livremente em Gaza. O correspondente da TV Palestina Fouad Jaradeh foi preso pelas Forças de Segurança Interna do Hamas no dia 6 de junho, sendo julgado em um tribunal militar por “colaboração com Ramallah”. Em agosto, ele foi libertado.

Em julho, foi adotada a Lei de Crimes Eletrônicos (Lei 16 de 2017), que permitia a detenção arbitrária de jornalistas, denunciantes de irregularidades e outros que criticassem as autoridades na internet. A lei previa penas de prisão e até 25 anos de trabalhos forçados para quem fosse considerado culpado de ter perturbado a “ordem pública”, a “unidade nacional” e a “paz social”. Um projeto de emenda propunha a remoção de diversas disposições repressoras, mas mantinha outras que permitiam restrições arbitrárias aos direitos à liberdade de expressão, à privacidade e à proteção de dados. A proposta não havia sido tornada pública até o fim do ano.

Em agosto, seis jornalistas palestinos foram processados com base na Lei de Crimes Eletrônicos. Em junho e julho, pelo menos 10 jornalistas foram intimidados para interrogatório pelas Forças de Segurança Preventiva por terem publicamente criticado a lei. Defensores dos direitos humanos foram submetidos a interrogatórios, hostilidades e ameaças por causa de seu trabalho de direitos humanos, inclusive por criticarem a Lei de Crimes Eletrônicos.

O reputado defensor dos direitos humanos Issa Amro foi detido por uma semana em setembro, sendo acusado de diversos delitos previstos na Lei de Crimes Eletrônicos e no Código Penal da Jordânia de 1960, que ainda vigorava na Cisjordânia.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos de pessoas detidas continuaram sendo comuns e praticadas com impunidade, tanto pela polícia e pelas forças de segurança palestinas na Cisjordânia, quanto pela polícia e pelas forças de segurança do Hamas em Gaza. A Comissão Independente de Direitos Humanos, a instituição nacional de direitos humanos da Palestina, recebeu centenas de

denúncias de tortura e outros maus-tratos de pessoas detidas na Cisjordânia e em Gaza.

Em setembro, um adolescente de 16 anos e outro detido morreram em circunstâncias não esclarecidas em centros de detenção controlados pelo Hamas na cidade de Gaza. O Ministério Público de Gaza anunciou que abriria um inquérito; até o fim do ano a investigação não havia sido concluída.

Pelo menos um dos ativistas detidos por participar da organização dos protestos contra a má condução da crise de eletricidade pelo Hamas afirmou ter sido torturado em custódia pelas forças de segurança interna do Hamas. Ele contou que foi espancado com um cano de plástico, teve os olhos vendados e foi forçado a se sentar em posições estressantes com as mãos algemadas por cerca de quatro dias. Outros relataram terem sofrido maus-tratos.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

As forças de segurança usaram força excessiva para dispersar protestos na Cisjordânia e em Gaza.

Em 12 de março, as forças de segurança palestinas usaram excesso de força para suprimir com violência uma manifestação pacífica diante do Tribunal Distrital de Ramallah na Cisjordânia. Pelo menos 13 homens e oito mulheres ficaram feridos; entre eles, quatro jornalistas que cobriam os protestos. Dezesete pessoas foram hospitalizadas. Os feridos apresentavam lesões causadas por golpes severos de cassetetes ou pelo impacto de bombas de gás lacrimogêneo. Farid al-Atrash, advogado, defensor dos direitos humanos e diretor do escritório da Comissão Independente de Direitos Humanos em Belém, relatou ter sido espancado por policiais com cassetetes até cair no chão.

Uma comissão investigadora criada pelo Primeiro Ministro Hamdallah para investigar o incidente concluiu que o uso da força para dispersar o protesto infringiu as normas do governo. A comissão fez uma série de recomendações, inclusive sobre indenizações e medidas de prestação de contas. Apesar de o Primeiro Ministro ter

declarado que se comprometeria a seguir as recomendações, elas não foram implementadas e nenhum dos agentes responsáveis pela violência foi levado à Justiça.

DIREITOS DAS MULHERES

Mulheres e meninas continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática, e não foram adequadamente protegidas contra a violência sexual e outras formas de violência baseada em gênero, como os homicídios que se alega serem em nome da “honra”.

Segundo os registros da sociedade civil, pelo menos 28 mulheres foram assassinadas por parentes homens em nome da “honra”.

Com base no Código Penal Jordânico, os juízes podem se valer de estereótipos da sexualidade feminina para justificar a minimização das sentenças dos indivíduos condenados por esse tipo de crimes.

O artigo 308 do código, que permite aos autores de estupro ou agressão sexual escaparem de punição casando-se com a vítima, continuava em vigor.

Mais de três anos após o Estado da Palestina ter aderido à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a legislação nacional ainda não foi revisada para se ajustar à Convenção. A lei jordânica sobre status pessoal, vigente na Palestina, continuou a discriminar as mulheres em seus direitos relativos a casamento, herança, divórcio, tutela e propriedade.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

O governo palestino sediado em Ramallah impôs várias medidas punitivas contra Gaza com o intuito de pressionar o governo do Hamas a abrir mão do controle de Gaza. Essas medidas impossibilitaram o acesso da população civil à assistência médica e a serviços essenciais como água, luz e educação. Isso contribuiu para que os direitos à saúde, a um padrão de vida adequado e à educação fossem violados.

Em maio, as autoridades da Cisjordânia informaram Israel de que cobririam apenas

70% do custo mensal do suprimento de eletricidade israelense para Gaza uma vez que o Hamas não as estava reembolsando. Em consequência, o acesso à eletricidade em Gaza foi reduzido de uma média de oito horas diárias para entre duas a quatro horas diárias.

As autoridades da Cisjordânia cortaram em 30% os salários de aproximadamente 60.000 servidores públicos de Gaza, comprometendo seu direito a um padrão de vida adequado e provocando grandes protestos.

Segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, em março, as autoridades da Cisjordânia suspenderam os pagamentos para a transferência de pessoas que precisavam de tratamento médico fora de Gaza, atrasando os encaminhamentos de cerca de 1.400 pacientes. Conforme relatos de ONGs, esses atrasos nos procedimentos resultaram na morte de vários pacientes, inclusive bebês. A ONU informou que ocorreram atrasos na transferência de medicamentos essenciais e suprimentos médicos para os hospitais de Gaza, causando danos de longo prazo à saúde dos pacientes. As autoridades do Hamas disseram estar em falta de leite artificial para bebês, e culparam as autoridades da Cisjordânia.

PENA DE MORTE

A pena de morte foi aplicada em Gaza. Seis pessoas foram executadas depois de sentenciadas à morte por tribunais civis e militares, que as condenaram por “colaboração com Israel” ou outros delitos.

Em maio, o Hamas executou três homens em Gaza por terem supostamente assassinado um alto comandante do Hamas. Eles foram sentenciados à morte em um julgamento que durou apenas uma semana e se constituiu somente de quatro breves sessões. As sentenças foram aplicadas em uma praça pública da cidade de Gaza; dois homens foram enforcados e um foi fuzilado por pelotão. As execuções foram transmitidas ao vivo nas mídias sociais.

Na Cisjordânia, ninguém foi sentenciado à morte nem executado.

IMPUNIDADE

Tanto na Cisjordânia quanto em Gaza, persistiu a impunidade por abusos dos direitos humanos, como torturas e homicídios ilegais. Nenhuma investigação criminal foi aberta sobre as aparentes execuções extrajudiciais de Fares Halawa e Khaled al-Aghbar pelas forças de segurança palestinas em Nablus em agosto de 2016, tampouco alguém foi levado à Justiça para responder pela morte sob tortura de Ahmad Izzat Halawa na prisão de Jneid no mesmo mês.

Em Gaza, as autoridades do Hamas tomaram medidas para processar integrantes de suas forças e da ala militar do Hamas, as Brigadas Izz al-Din al-Qassam, por execuções extrajudiciais praticadas em 2014 e 2016.

PAQUISTÃO

República Islâmica do Paquistão

Chefe de Estado: **Mamnoon Hussain**

Chefe de governo: **Shahid Khaqan Abbasi (substituído Muhammad Nawaz Sharif em agosto)**

Intensificou-se a repressão à liberdade de expressão. A Lei de Prevenção dos Crimes Eletrônicos de 2016 foi usada para intimidar, hostilizar e deter de modo arbitrário defensores de direitos humanos por comentários na internet.

Desaparecimentos forçados eram prática disseminada; a impunidade prevalecia. A violência motivada por blasfêmia tirou a vida de um estudante, ocasionando uma rara condenação por parte do governo.

Grandes manifestações foram realizadas em apoio às leis de blasfêmia, usadas para condenar pessoas que expressavam suas opiniões na internet. Jornalistas foram atacados por agressores não identificados.

As minorias continuaram sendo discriminadas no usufruto de direitos econômicos e sociais. As tentativas de restringir os casamentos precoces foram

obstruídas pelo parlamento. Persistiram os assassinatos de mulheres nos chamados crimes de "honra", apesar de uma lei de 2016 criminalizando essa prática.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em julho, a Suprema Corte destituiu o primeiro ministro Nawaz Sharif do cargo por ele não ter revelado uma fonte de renda estrangeira. A autoridade do governo foi gravemente comprometida quando membros da família Sharif e ministros do governo se tornaram alvo de novas investigações de corrupção. O ministro da Lei e Justiça renunciou em novembro, após semanas de protestos que o acusavam de blasfêmia. No período anterior às eleições previstas para o início de 2018 os militares começaram a assumir uma liderança cada vez maior em matéria de política exterior, segurança nacional e governança diária.

O Paquistão acusou a Índia de secretamente desestabilizar a província do Baluquistão, a sudoeste do país, depois que se noticiou a detenção de um espião indiano. As esperanças de conversas de paz diminuíram, com a Índia acusando o Paquistão de apoiar os grupos armados que atuam no território em disputa na Caxemira. As relações entre o Paquistão e o Afeganistão se deterioraram, com os dois países se acusando mutuamente de usar seu território como base de lançamento de ataques armados. A nova política dos EUA para a Ásia Meridional apontou o Paquistão como fonte de instabilidade no Afeganistão. O Paquistão aproximou-se da China, com a expansão do Corredor Econômico China-Paquistão, um projeto de infraestrutura com investimentos de bilhões de dólares.

Em outubro, o Paquistão foi eleito para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. A situação dos direitos humanos no Paquistão foi examinada durante o ano por organismos da ONU: pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, pelo Comitê de Direitos Humanos e pelo processo de Revisão Periódica Universal.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Prosseguiram os ataques à liberdade de expressão, principalmente contra quem postasse comentários na internet. Em janeiro, cinco blogueiros que fizeram comentários anônimos na internet, considerados como sendo críticas aos militares, foram submetidos a desaparecimento forçado. Quatro deles foram libertados posteriormente; dois afirmaram ter sido torturados em custódia dos serviços de inteligência militar. A Lei de Prevenção dos Crimes Eletrônicos de 2016 foi usada para fundamentar várias prisões durante o ano. Em junho, o jornalista Zafarullah Achakzai, repórter do jornal *Daily Qudrat*, foi preso em Quetta e libertado alguns dias depois mediante pagamento de fiança. Nas semanas seguintes, apoiadores de diferentes partidos políticos foram presos por postarem críticas às autoridades nas mídias sociais. Nenhuma providência foi tomada com relação aos perfis de grupos armados que incitam a discriminação e a violência nas mídias sociais.

Várias pessoas foram alvos de ataques, principalmente nas mídias sociais, depois de processadas com base em leis de blasfêmia coercitivas, vagas e excessivamente amplas, que criminalizam a expressão pacífica de opiniões que possam ser consideradas ofensivas às sensibilidades religiosas. Em junho, Taimoor Raza foi condenado à morte por um tribunal antiterrorista da província do Punjab, por postagens supostamente blasfemas no Facebook. Em setembro, Nadeem James, um homem cristão, foi condenado à morte por um tribunal da cidade de Gujrat por compartilhar no WhatsApp um poema supostamente blasfemo.

Acusações de blasfêmia provocaram o assassinato de Mashal Khan, estudante universitário da cidade de Mardan. Em abril, uma multidão de estudantes invadiu o alojamento de Mashal. Eles o despiram, o espancaram repetidamente e o mataram a tiros. O então primeiro-ministro Nawaz Sharif disse que tomaria providências contra quem “usar indevidamente” as leis de blasfêmia.

Seis dias depois, um homem que fazia “curas pela fé” foi acusado de blasfêmia e morto por três agressores dentro de sua casa na cidade de Sialkot. Dois dias após esse crime, na cidade de Chitral, uma multidão atacou um homem acusado de blasfêmia, ferindo os policiais que tentaram protegê-lo. Em maio, na cidade de Hub, no Baluquístão, um menino de 10 anos foi morto e outros cinco ficaram feridos quando uma multidão atacou Prakash Kumar, um homem hindu, por ele ter supostamente postado uma imagem ofensiva na internet.

Autoridades de alto escalão do governo exacerbaram as tensões em torno dos delitos de blasfêmia. Em março, o ministro do Interior, Nisar Ali Khan, declarou que os chamados blasfemadores eram “inimigos da humanidade”. Em fevereiro e março, a Corte Superior de Islamabad ordenou a remoção de conteúdo supostamente blasfemo da internet, e orientou o governo a processar os responsáveis por publicar os conteúdos na rede. Defensores dos direitos humanos informaram ter recebido ameaças graves pela internet, sem qualquer providência das autoridades.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Blogueiros, jornalistas, advogados, ativistas e outros defensores dos direitos humanos foram submetidos a hostilidades, intimidações, ameaças, violências, desaparecimentos forçados e homicídios. Os cinco blogueiros vítimas de desaparecimento forçado e os ativistas que se mobilizaram por sua libertação foram alvos de uma campanha de difamação que os acusava de serem “blasfemadores”, “anti-Paquístão”, “anti-Exército” e “anti-Islã”. Os defensores de direitos humanos criticados na televisão e nas mídias sociais receberam ameaças de morte, e alguns tiveram que se autocensurar e buscar proteção a sua integridade física.

Em maio, Rana Tanveer, um jornalista que cobre questões de abusos contra minorias religiosas, encontrou ameaças de morte pixadas em sua casa na cidade de Lahore. Semanas depois, ele foi intencionalmente atropelado por um carro quando andava em

sua moto, ficando gravemente ferido. Em junho, o jornalista investigativo Baksheesh Elah estava em uma parada de ônibus quando foi morto a tiros por um indivíduo que passou de motocicleta. Em setembro, Matiullah Jan, jornalista que fazia críticas periódicas à interferência dos militares na política, foi atacado por motociclistas que atiraram um pesado bloco de concreto contra o vidro dianteiro do carro em que ele estava com seus filhos. Em outubro, Ahmad Noorani, destemido jornalista de política, foi atacado por motociclistas que pararam seu carro e o espancaram, inclusive com barras de ferro. Até o fim do ano, ao que se sabe, ninguém foi responsabilizado por nenhum desses ataques.

Defensores de direitos humanos continuaram sendo submetidos a desaparecimentos forçados, embora alguns tenham reaparecido. Punhal Sario, ativista que combate os desaparecimentos forçados na província de Sindh, desapareceu em agosto. Em outubro, ele voltou para casa. Zeenat Shahzadi, a primeira jornalista vítima de desaparecimento forçado, foi encontrada em outubro próximo à fronteira com o Afeganistão, 26 meses depois de ter desaparecido em Lahore. Em novembro, ela desapareceu novamente; seu paradeiro ainda era desconhecido no fim do ano. Em outubro e novembro, dezenas de defensores de etnia sindi e balúqui foram submetidos a desaparecimento forçado pelas forças de segurança paquistanesas. Alguns puderam voltar para casa no dia seguinte, outros seguiam desaparecidos no fim do ano.

O espaço para a sociedade civil continuou a encolher, enquanto o ministro do Interior dispunha de amplos poderes para impedir que defensores de direitos humanos e ONGs atuem de forma independente.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Apesar de a taxa de crescimento ter chegado a 5,3%, a maior em uma década, a pobreza persistia em níveis elevados. Estimava-se que 29,5% da população vivia abaixo da linha da pobreza; percentagem que era muito mais

alta para os habitantes das Áreas Tribais sob Administração Federal e do Baluquistão.

O governo não enfrentou a carestia de alimentos; aproximadamente 58% dos domicílios experimentavam insegurança alimentar, segundo a Pesquisa Nacional de Nutrição. Cerca de 44% das crianças ainda apresentavam problemas de desenvolvimento ou eram menores que o esperado para sua idade. Percentagens que também eram maiores nas áreas tribais e no Baluquistão.

O governo não tomou quaisquer medidas contra os responsáveis pelo sistema de servidão por dívida nas áreas rurais. A Lei de Abolição da Servidão por Dívida de 1992 ainda não estava em vigor; entre os motivos, estavam a falta de clareza dos juízes de primeira instância com relação à lei e a cumplicidade das polícias locais, bem como a falta de vontade das autoridades, uma vez que os infratores da lei eram pessoas politicamente influentes.

Trabalhadores de origem pashtun ou afegã eram discriminados pelos empregadores, além de serem hostilizados e vigiados pelas autoridades. Essa situação era agravada pela questão do retorno dos refugiados para o Afeganistão e pela suposição de que os pashtuns pudessem pertencer a grupos armados.

Em sua avaliação de 2017, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU observou que mais de 73% dos trabalhadores atuavam na economia informal, sendo em sua maioria mulheres, sem qualquer proteção trabalhista ou social. O Comitê pediu que o Paquistão se ocupasse do problema da desigualdade salarial entre os gêneros. Em 2008, os salários dos homens eram 34% mais altos que os das mulheres; em 2015, essa diferença subiu para 39%. O Comitê também apontou a necessidade urgente de mais investimentos nas áreas sociais, principalmente em saúde e educação. O órgão da ONU afirmou ainda que medidas adequadas devem ser adotadas para diminuir a desigualdade no número de meninas e meninos matriculados no sistema de ensino.

O setor agrícola, responsável por um quarto do PIB e metade dos empregos do país, continuou altamente vulnerável às mudanças climáticas, com um número cada vez maior de pessoas em risco de enfrentar problemas de falta de comida e água potável.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Os transgêneros obtiveram o direito histórico de serem reconhecidos como “terceiro sexo” nas carteiras de identidade nacionais. Pela primeira vez, foram também incluídos no censo nacional, por ordem da Corte Superior de Lahore.

Apesar dessa vitória simbólica, as pessoas transgênero continuaram sendo hostilizadas e agredidas com violência. Em agosto, uma mulher transgênero de 25 anos chamada Chanda foi morta a tiros em Karachi. Em setembro, cinco homens invadiram a residência alugada por um grupo de mulheres transgênero em Karachi e as submeteram a violência a sexual, inclusive o estupro grupal de duas delas.

DIREITOS DAS MULHERES

Leis fundamentais de proteção dos direitos das mulheres não foram aprovadas nem aplicadas. O projeto de Lei Penal de Sindh (Proteção das Minorias), que criminalizava a conversão forçada de mulheres de grupos religiosos minoritários, ainda não havia sido ratificado. Um projeto de lei sobre casamentos precoces, que teria igualado a idade permitida para o casamento de homens e de mulheres, aumentando de 16 para 18 anos a idade mínima para as mulheres, não foi aprovado na câmara alta do parlamento.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Persistiu a violência contra mulheres e meninas, inclusive homicídios cometidos por familiares, justificados com referência à “honra”. Na província de Khyber Pakhtunkhwa, a noroeste do país, 94 mulheres foram assassinadas por parentes

próximos. Em muitos casos, os crimes não foram investigados e os responsáveis não tiveram que prestar contas.

Sistemas de justiça informais e paralelos continuaram a minar o Estado de direito e a emitir “veredictos” que puniam as mulheres. Em julho, um conselho de aldeia no distrito de Multan ordenou o estupro de uma adolescente como “vingança” por um crime supostamente cometido por seu irmão. Em julho, os corpos de um casal de adolescentes de Karachi foram exumados e revelaram sinais de choques elétricos. Os dois haviam sido sentenciados à morte por um conselho tribal (jirga). Em setembro, um homem da cidade de Peshawar matou suas duas filhas por suspeitar que elas tinham namorados.

Uma lei de 2016 que equiparou as penas para os chamados crimes de “honra” às penas para homicídio mostrou-se ineficaz. Essa lei, que prevê a pena de morte, permite que o juiz decida se o crime foi de “honra”. Em alguns casos ocorridos em 2017, o acusado teve êxito ao alegar que os motivos do crime foram outros, sendo perdoado pela família da vítima com base nas leis de qisas (castigo equivalente ao delito cometido) e diyat (compensação financeira à família da vítima), que aceitam perdão e dinheiro como substitutos da pena.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

A competência de tribunais militares para julgar suspeitos de “terrorismo” civis foi estendida por mais dois anos. Prosseguiram os relatos de envolvimento das forças de segurança em violações de direitos humanos tais como tortura e outros maus-tratos, detenções arbitrárias, execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados. Na ausência de mecanismos independentes e imparciais para investigar e levar os perpetradores à Justiça, prevaleceu a impunidade.

PARAGUAI

República do Paraguai

Chefe de Estado e de governo: **Horacio Manuel Cartes Jara**

Os povos indígenas continuaram sendo privados de seu direito à terra e ao consentimento livre, prévio e informado dos projetos que os afetam. Um projeto de lei sobre a eliminação de todas as formas de discriminação aguardava aprovação no fim do ano. Houve denúncias de que defensores dos direitos humanos e jornalistas foram perseguidos, com violações do direito à liberdade de expressão, e de que a polícia usou força excessiva para reprimir manifestações.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

Em março, os jornalistas Menchi Barriocanal e Oscar Acosta denunciaram em uma reportagem que senadores estavam tentando secretamente emendar a Constituição para permitir a reeleição presidencial. A revelação resultou na elosão de protestos em 31 de março e 1º de abril, com alguns manifestantes ateando fogo ao edifício do Congresso.

O Presidente Cartes e deputados do partido governista acusaram publicamente os dois jornalistas de incitação à violência e ameaçaram prendê-los. Outros profissionais da imprensa que criticaram a reação do governo aos protestos também relataram terem sido hostilizados pelas autoridades.

Em 1º de abril, o ativista de oposição Rodrigo Quintana foi morto pela polícia no contexto dos protestos. Dezenas de pessoas ficaram feridas e mais de 200 foram detidas; organizações locais relataram denúncias de tortura e outros maus-tratos pelas forças de segurança.

Em junho, em resposta às denúncias de que 23 jornalistas foram agredidos pela polícia durante as manifestações de março, a Polícia Nacional adotou um protocolo de

segurança para jornalistas em situação de risco.

MONITORAMENTO INTERNACIONAL

Em setembro, o Comitê da ONU contra a Tortura emitiu observações conclusivas e recomendações relativas ao Paraguai, inclusive para que todas as pessoas privadas de liberdade usufruam de todas as garantias legais desde o momento inicial da detenção. Entre estas, o direito de acesso a um advogado de sua escolha, o direito de serem imediatamente examinadas por um médico, respeitando sua confidencialidade e privacidade, e o direito de consultarem um profissional médico independente caso assim o solicitem.

O Comitê também recomendou investigações prontas, imparciais e efetivas sobre toda denúncia de uso excessivo da força, de detenções arbitrárias e de atos de tortura e outros maus-tratos praticados por agentes da lei, inclusive os relatados durante as manifestações de 31 de março e 1º de abril, além de garantias de que os responsáveis sejam processados e as vítimas recebam reparações adequadas.

Ademais, o Comitê recomendou que uma investigação independente, eficaz, exaustiva e imparcial seja conduzida sobre as denúncias de uso desproporcional da força letal e da prática de tortura e outros maus-tratos durante o confronto de Curuguaty, em 2012, bem como sobre as supostas violações ao devido processo legal no âmbito dos procedimentos judiciais contra 11 agricultores envolvidos no caso.

Em 16 de agosto, o Congresso aprovou uma lei para aplicar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI) e assegurar a cooperação com o Tribunal. Em 23 de agosto, o Executivo enviou para ratificação do Congresso as Emendas de Kampala, sobre o crime de agressão e o artigo 8º do Estatuto de Roma.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Negociações foram iniciadas entre o governo e representantes do povo indígena Ayoreo Totobiosode, que vive em isolamento

voluntário, com vistas a aplicar as medidas cautelares outorgadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos para proteger essas comunidades contra terceiros que tentam entrar em suas terras ancestrais, bem como chegar a um acordo amistoso relativo a um processo que tramita na Comissão sobre a violação de seus direitos.

A comunidade Yakye Axa continuou não tendo acesso a suas terras mesmo com uma sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos ordenando que o governo construa uma via de acesso alternativa. O processo sobre a propriedade das terras expropriadas da comunidade Sawhoyamaxa, similarmente com sentença favorável da Corte Interamericana, também não teve qualquer solução por parte do governo.

DIREITO À MORADIA ADEQUADA – REMOÇÕES FORÇADAS

Em setembro, a Câmara dos Deputados manteve o veto do Executivo a um projeto de lei que teria desapropriado 900 hectares de terras de seus atuais ocupantes para devolvê-las à comunidade campesina Guahory, removida à força daquela área em 2016.

Em outubro, organizações de direitos humanos informaram que, um ano após a remoção forçada da comunidade Avá Guaraní de Sauce, em função da hidrelétrica de Itaipu, não houve qualquer progresso com relação à restituição de suas terras. Em consequência, a comunidade interrompeu o diálogo com as autoridades.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Em setembro, dois meninos detidos em um centro para menores em Ciudad del Este morreram em um incêndio, e outros 12 ficaram feridos. Em 2016, o Mecanismo Nacional para Prevenção da Tortura havia apontado a falta de proteção contra incêndio e de protocolos de evacuação no local.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em julho, o Presidente Cartes vetou o projeto de Lei Nº 5833/2017, que previa a criação de um registro civil de “mortes de concebidos

não nascidos”. Em agosto, a Câmara dos Deputados e o Senado derrubaram o veto e aprovaram a lei, que foi promulgada pelo Presidente no fim do ano. Organizações de direitos humanos alertaram que a lei introduzia a proteção quase absoluta do feto, que poderia prevalecer sobre o direito à vida, à integridade física e à saúde das mulheres e meninas.

Em outubro, o Ministério da Ciência e da Educação aprovou uma resolução proibindo materiais pedagógicos sobre “teoria de gênero”, o que, na prática, restringiu os materiais que tratavam de igualdade de gênero, direitos reprodutivos, sexualidade e não discriminação.

PERU

República do Peru

Chefe de Estado e de governo: **Pedro Pablo Kuczynski Godard**

Direitos relacionados à terra e ao território continuaram sendo ameaçados pela adoção de leis que enfraqueceram a estrutura de proteção dos direitos dos povos indígenas e prejudicam o direito ao consentimento livre, prévio e informado. A violência contra as mulheres e a gravidez na adolescência continuaram aumentando, sem qualquer resposta eficaz por parte do Estado. O indulto presidencial concedido ao ex-presidente peruano Alberto Fujimori por razões humanitárias provocou sérias preocupações com a impunidade e o respeito às garantias ao devido processo legal.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Atores estatais e não estatais continuaram a ameaçar e hostilizar defensores dos direitos humanos, principalmente os que trabalham com questões relativas à terra, ao território e ao meio ambiente, sem que haja qualquer política para sua proteção efetiva e sem reconhecimento público da importância de seu trabalho. Os defensores de direitos humanos foram criminalizados e intimidados

com processos judiciais sujeitos a penalidades severas, geralmente sem dispor de recursos financeiros para custear uma representação legal adequada.

Em maio, o Supremo Tribunal confirmou a absolvição de Máxima Acuña, pondo fim a um processo penal infundado por confisco de terras que durou mais de cinco anos. Máxima Acuña e sua família continuaram a relatar ações de intimidação, enquanto a propriedade das terras em que viviam continua sendo objeto de ação judicial.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A emissão de uma série de regulamentos, relaxando as normas ambientais e os procedimentos para concessão de acesso à terra, voltados a promover projetos de infraestrutura ou exploração de recursos, continuou conflitante com o marco de proteção dos direitos dos povos indígenas.

Os povos indígenas da comunidade de Cuninico, na região de Loreto, e das comunidades de Espinar, na região de Cusco, ainda padeciam com a crise na saúde causada pela contaminação de suas únicas fontes de água com metais tóxicos, enquanto o governo se omitia em tomar as providências necessárias para que eles recebessem atenção médica especializada e acesso à água limpa e segura.

Não houve qualquer progresso significativo no caso das quatro lideranças indígenas Asháninka assassinadas na região de Ucayali, em 2014, depois de denunciarem às autoridades que estavam recebendo ameaças de morte de madeireiros ilegais.

IMPUNIDADE

Um ano depois de aprovado, o Plano Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas ainda não havia sido implementado.

No dia 24 de dezembro, o presidente Kuczynski concedeu indulto humanitário ao ex-presidente Alberto Fujimori, que, desde 2009, cumpria pena de 25 anos de prisão por crimes contra a humanidade. Tratou-se de uma decisão gravemente errônea, por sua falta de transparência, de imparcialidade, de

respeito ao devido processo legal e de participação das vítimas e suas famílias, sobretudo tendo em vista a gravidade dos crimes cometidos à luz do direito internacional.

Em junho, o Supremo Tribunal do Chile confirmou a extensão do pedido de extradição de Alberto Fujimori, de modo a incluir os homicídios de seis moradores do distrito de Pativilca, no departamento de Lima, em janeiro de 1992. Em julho, a Terceira Promotoria Criminal Nacional do Peru acusou Alberto Fujimori de responsabilidade por esse crime, cometido por seus subordinados em cumplicidade com outros. Entretanto, o indulto que lhe foi concedido em 24 de dezembro suspendeu todos os processos criminais contra ele, suscitando temores de que os eventos de Pativilca ficarão impunes.

Em agosto, militares foram condenados pela tortura, desaparecimento forçado e execução extrajudicial de 53 pessoas no quartel militar de Los Cabitos, em Ayacucho, em 1983.

Teve início em setembro o julgamento do ex-integrante da marinha acusado de matar mais de 100 pessoas durante uma rebelião na penitenciária El Frontón em 1986, acusação que pode configurar crime contra a humanidade.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Entre janeiro e setembro, a Procuradoria Geral registrou 17.182 denúncias de “crimes contra a liberdade sexual”, como estupro e outras formas de violência sexual. Somente 2.008 (11%) das denúncias tiveram seguimento no Judiciário. No registro das queixas não constava o gênero do reclamante.

No mesmo período, o Ministério das Mulheres registrou 94 casos de feminicídio.

Não houve qualquer avanço concreto em termos de políticas ou legislação para combater a violência contra mulheres e meninas.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

A incidência de gravidez na adolescência permaneceu alta. Registros oficiais mostraram que pelo menos 12 meninas com menos de 11 anos de idade e 6.516 meninas entre 12 e 17 anos de idade deram à luz entre janeiro e março.

O aborto continuou criminalizado em todas as circunstâncias, exceto quando a saúde ou a vida da mulher ou da menina grávida estavam em risco. Um projeto de lei para descriminalizar o aborto em caso de estupro tramitava no Congresso.

Mais de 5.000 mulheres foram incluídas no Registro de Vítimas de Esterilização Forçada. Apesar disso, não houve qualquer progresso em matéria de justiça ou reparação.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Continuou não havendo no Peru uma legislação específica reconhecendo e protegendo os direitos das pessoas LGBTI, que seguiram enfrentando discriminação e violência motivadas por sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Em maio, o Congresso rejeitou parcialmente o Decreto Legislativo 1323, inclusive a seção que estabelecia a “orientação sexual e a identidade de gênero” como motivos agravantes para certos crimes e como elementos do crime de discriminação.

Pessoas transgênero continuaram sem o reconhecimento social e legal de sua identidade de gênero, e foram privadas de seus direitos à liberdade de circulação, à saúde, ao trabalho, à moradia e à educação, entre outros.

PORTO RICO

Estado Livre Associado de Porto Rico

Chefe de Estado: **Donald Trump**

Chefe de governo: **Ricardo Rosselló Nevares**

O furacão Maria causou mortes e danos generalizados à infraestrutura, moradias e serviços essenciais. As medidas de proteção

para pessoas transgênero e para a liberdade de expressão e de associação sofreram retrocessos. Medidas de austeridade colocaram os direitos humanos em risco. A polícia usou força excessiva para reprimir protestos no Dia Internacional dos Trabalhadores.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 20 de setembro, o furacão Maria causou o maior desastre natural da ilha na história moderna. De acordo com as autoridades, pelo menos 64 pessoas morreram, mas diante das incertezas em relação ao número real, o governador anunciou que haveria uma nova investigação. O furacão destruiu infraestruturas e construções, deixando muitas pessoas sem moradia e sem acesso à água potável, alimentos e serviços essenciais, como tratamento médico e educação. A lenta resposta dos governos local e federal resultou no aprofundamento da crise humanitária causada pelo furacão. Em outubro, especialistas em direitos humanos da ONU observaram que a falta de uma resposta emergencial efetiva ocorreu no contexto de uma “situação atual calamitosa causada por dívidas e medidas de austeridade”. Em dezembro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos manifestou preocupação com os esforços emergenciais e de reconstrução.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Em fevereiro, o Departamento de Educação eliminou do currículo das escolas públicas a abordagem de gênero que fora estabelecida pela administração anterior para garantir a igualdade entre gêneros na educação e em todos os projetos do Departamento de Educação; o novo currículo só terá uma concepção binária de gênero. O Departamento também removeu as diretrizes que permitem aos alunos da escola pública usarem o uniforme escolar de acordo com sua identidade de gênero.

As medidas de proteção para pessoas transgênero sofreram um novo revés quando

o presidente do Senado assinou uma ordem administrativa eliminando medidas de proteção que antes permitiam aos funcionários do legislativo se vestirem e usarem banheiros de acordo com sua identidade de gênero.

Em julho, o governador Rosselló assinou uma portaria para a criação de um conselho consultivo LGBTI para promover e implementar iniciativas para pessoas LGBTI em departamentos governamentais e em colaboração com a sociedade civil.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE MANIFESTAÇÃO

Em 19 de maio, o governador Rosselló promulgou emendas ao Código Penal tornando ilegais certas condutas com bloquear a entrada de obras ou de instituições educacionais – táticas tradicionalmente usadas por manifestantes pacíficos – potencialmente prejudicando os direitos à liberdade de expressão e de manifestação pacífica. As emendas passaram apressadamente pelo Parlamento, com limitadas consultas à sociedade civil, e entraram em vigor imediatamente após sua aprovação, sem o habitual período de espera de 90 dias. As alterações pareciam ser uma tentativa direta do governo de desencorajar protestos pacíficos.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Porto Rico continuou enfrentando uma séria crise financeira resultante de uma gigantesca dívida externa de mais de US \$ 70 bilhões, segundo dados das autoridades.

O Conselho de Supervisão Financeira e de Gestão, criado pelas autoridades dos EUA em 2016, implementou várias medidas de austeridade durante o ano. Essas medidas podem ter consequências negativas para os direitos humanos, especialmente no acesso a serviços de saúde, à moradia, à educação e ao trabalho. Em 9 de janeiro, o especialista independente da ONU sobre dívida externa e direitos humanos expressou publicamente sua preocupação com os efeitos negativos de novas medidas de austeridade sobre o

usufruto dos direitos econômicos, sociais e culturais. O governo de Porto Rico continuou se recusando a fazer uma auditoria completa de sua dívida, apesar dos apelos das organizações locais da sociedade civil.

Em dezembro, o relator especial das Nações Unidas para pobreza extrema e direitos humanos visitou Porto Rico. Ele se manifestou preocupado com a falta de consideração com as proteções sociais na proposta das medidas de austeridade.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Foi relatado o uso excessivo e desnecessário da força pela polícia durante os protestos relacionados à crise fiscal. Em 1 de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, a União Americana pelas Liberdades Cívicas documentou o uso indiscriminado de gás lacrimogêneo contra manifestantes, sem ordem prévia de dispersão, contrariando a lei e as normas internacionais. Observadores coletaram latas que revelavam que o gás lacrimogênio usado estava vencido. Além disso, as evidências registradas em vídeo mostraram o uso de balas de borracha contra manifestantes em sua maioria pacíficos. Outras preocupações foram levantadas em relação à falta de identificação adequada dos policiais que atuaram nos protestos, e aos agentes policiais infiltrados que efetuaram prisões sem se identificar.

PENA DE MORTE

Embora a pena de morte tenha sido abolida em Porto Rico em 1929, essa punição ainda pode ser imposta por crimes contra a lei federal dos EUA que sejam puníveis com pena capital. Em fevereiro, a Promotoria dos EUA para o Distrito de Porto Rico anunciou que novamente buscaria a pena de morte para Alexis Candelario-Santana, em seu novo julgamento previsto para começar em 1 de agosto de 2018. Em 2013, ele foi condenado à prisão perpétua.

QUÊNIA

República do Quênia

Chefe de Estado e de governo: **Uhuru Muigai Kenyatta**

A polícia utilizou força excessiva contra manifestantes de oposição, após as eleições, deixando dezenas de pessoas mortas. O partido do governo fez declarações ameaçando a independência do Judiciário, após a anulação dos resultados das eleições pela Suprema Corte. O Conselho de Coordenação das ONGs ameaçou as organizações que atuam por direitos humanos e governança com fechamento e outras medidas punitivas, depois que elas emitiram críticas ao processo eleitoral. Greves prolongadas de trabalhadores da saúde impactaram o acesso aos serviços de saúde pública, afetando desproporcionalmente os pobres.

INFORMAÇÕES GERAIS

A eleição geral ocorrida no dia 8 de agosto foi disputada entre o partido do governo, o Partido Jubileu, liderado pelo atual presidente, Uhuru Kenyatta, e a coalisão de oposição, a Superaliança Nacional (NASA), liderada pelo ex-primeiro ministro, Raila Odinga. No dia 11 de agosto, a Comissão Independente Eleitoral e de Fronteiras declarou que o Presidente Kenyatta havia ganhado 54% dos votos e Raila Odinga 44%. A NASA rejeitou os resultados presidenciais, citando irregularidades no processo de contagem e na forma como os resultados foram transmitidos. A Aliança ingressou com uma ação contestando os resultados junto à Suprema Corte, no dia 18 de agosto.

Em 1º de setembro, a Corte julgou que os resultados da eleição deveriam ser anulados, pois eram “inválidos, nulos e sem efeito”, e ordenou a realização de uma nova eleição presidencial. A NASA afirmou que não participaria sem que suas exigências fossem aceitas, incluindo, entre outras coisas, a indicação de novos fiscais eleitorais em todos os 291 distritos e o envolvimento de especialistas internacionais independentes

para monitorar o sistema informático eleitoral. No dia 10 de outubro, Raila Odinga anunciou sua retirada da disputa, porque a Comissão não havia feito as reformas necessárias.

O novo processo eleitoral foi programado para 26 de outubro. No dia 30 de outubro, a Comissão declarou o presidente Uhuru Kenyatta vencedor com 98% dos votos, com menos de 40% de comparecimento às urnas – menos da metade dos votantes de agosto. Em 31 de novembro, Raila Odinga convocou um “movimento de resistência nacional” e a formação de uma “assembleia do povo” para reunir grupos da sociedade civil a fim de “restaurar a democracia”.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Membros do alto escalão do Partido Jubileu atacaram verbalmente a Suprema Corte, após a decisão de 1º de setembro que anulou a vitória eleitoral do Presidente Kenyatta em agosto. No dia 2 de setembro, o Presidente Kenyatta anunciou que havia um problema com o Judiciário. Uma gravação de conversas telefônicas de um juiz foi divulgada nos meios de comunicação, levando-o a tomar medidas judiciais por difamação contra o diretor-chefe do setor de Comunicação de Inovação, Digital e da Diáspora do Gabinete Presidencial.

Em 24 de outubro, um atirador não identificado disparou e feriu o motorista da juíza vice-presidente da Suprema Corte na capital, Nairóbi. O incidente ocorreu um dia antes da decisão da Corte de autorizar a nova eleição para o dia 26 de outubro, como planejado.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Nos dias que antecederam a eleição de 8 de agosto, a polícia classificou áreas consideradas redutos da oposição em Nairóbi, incluindo Mathare, como possíveis “pontos focais” de violência relacionada às eleições.

No período que se seguiu à eleição de agosto e à decisão da Suprema Corte de anulá-la, apoiadores de ambos os partidos foram às ruas protestar.

A polícia fez uso excessivo da força, utilizando, inclusive, munição letal e gás lacrimogênio para dispersar manifestantes que apoiavam o partido de oposição e protestavam contra o processo eleitoral. Dezenas de pessoas morreram em razão da violência, incluindo 33 em Nairóbi, entre as quais, duas meninas baleadas pela polícia. Ao mesmo tempo, manifestantes pró-governo puderam protestar sem interferência.

No dia 19 de setembro, partidários do Partido do Jubileu protestaram em frente à Suprema Corte em Nairóbi contra a decisão de anular a eleição; eles acusavam a Corte de estar “roubando” sua vitória.

Os manifestantes bloquearam a avenida principal e queimaram pneus. Protestos desse tipo ocorreram nas cidades de Nakuru, Kikuyu, Nyeri e Eldoret. Os manifestantes, em sua maioria jovens, acusavam os juízes de emitirem uma decisão ilegal.

No dia 28 de setembro, estudantes da Universidade de Nairóbi entraram em confronto com a Unidade de Serviços Gerais (GSU), unidade especializada da polícia nacional do Quênia, durante um protesto no entorno da universidade, contra a prisão de Paul Ongili, membro do parlamento e ex-líder estudantil. Paul Ongili fora preso naquele mesmo dia por supostas afirmações abusivas que teria feito sobre o Presidente Kenyatta com relação às eleições. Após o protesto, a polícia efetuou uma batida nos prédios da universidade e espancou estudantes com cassetetes, ferindo 27 pessoas. O inspetor geral da polícia afirmou que a administração da universidade chamou a polícia para entrar em suas dependências depois que os estudantes que protestavam jogaram pedras em motoristas. No dia 3 de outubro, o Conselho Universitário fechou a universidade, que até o fim do ano ainda não havia sido reaberta.

Após a eleição de 26 de outubro, outras pessoas foram mortas quando a polícia usou munição letal contra manifestantes. Não se conhece o número efetivo de mortes nesse período; os familiares das vítimas não denunciavam as mortes por medo de represálias da polícia.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

As autoridades continuaram se utilizando de medidas legais e administrativas para restringir as atividades de organizações da sociedade civil que atuam por direitos humanos e governança. Em maio, a Suprema Corte de Nairóbi determinou que o governo deveria promulgar a Lei da Organização de Interesse Público (PBO) de 2013. Se implementada, a lei poderia melhorar as condições de atuação para as organizações da sociedade civil e ONGs. A lei contém dispositivos, em consonância com a Constituição, que garantem o direito à liberdade de associação. Todavia, as autoridades continuavam utilizando a Lei da Organização Não Governamental (ONG), que limitava a plena realização desses direitos.

Entre 14 e 16 de agosto, o Conselho de Coordenação das ONGs (vinculado ao Ministério do Interior e Coordenação do Governo Nacional) acusou duas organizações de direitos humanos – a Comissão de Direitos Humanos do Quênia e o Centro Africano pela Governança Aberta (AfriCOG) – de improbidade financeira e administrativa. O órgão requereu à Secretaria da Receita do Quênia, à Direção de Investigações Criminais e ao Banco Central do Quênia que adotassem medidas contra essas organizações, inclusive bloqueando suas contas e prendendo e processando os diretores e membros do conselho da AfriCOG.¹ No dia 16 de agosto, o Conselho de Coordenação das ONGs ameaçou prender os diretores de ambas as organizações, assim como um ex-relator especial da ONU sobre o direito à liberdade de manifestação pacífica e de associação, que também fazia parte do conselho diretor da AfriCOG. No mesmo dia, funcionários da Secretaria da Receita do Quênia, acompanhados pela polícia, tentaram invadir os escritórios da AfriCOG com mandados de busca e apreensão irregulares. Eles interromperam a medida por ordem de uma autoridade do Ministério do Interior e Coordenação do Governo Nacional, que também suspendeu a ameaça de fechamento por 90 dias. A AfriCOG e a Comissão estavam à frente dos

grupos que expunham as irregularidades eleitorais.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

O Quênia continuou abrigando quase 500 mil refugiados, a maioria dos quais residia no campo de refugiados de Daadab, no distrito de Garissa, e no campo de refugiados de Kakuma, no distrito de Turkana. Outros refugiados estavam situados em Nairóbi. A maioria dos refugiados em Daadab vinha da Somália; a maioria dos refugiados em Kakuma era do Sudão do Sul. Até setembro, os apelos por apoio internacional para a crise regional de refugiados feitos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a agência de refugiados da ONU, haviam assegurado apenas 27% do financiamento necessário.

Em fevereiro, a Suprema Corte declarou que a portaria governamental de 2016 que determinava o fechamento do campo de refugiados de Daadab até maio de 2017 violava a Constituição e as obrigações de direito internacional do Quênia, com relação ao princípio de *non-refoulement* (não devolução) e à proibição da discriminação com base na raça ou na etnia. Assim, o campo de refugiados de Daadab permaneceu aberto. A decisão também determinava que a manobra do governo para revogar a presumida condição de refugiados dos somalis que fugiram para o Quênia era inconstitucional e violava direitos garantidos em instrumentos nacionais e internacionais.

As autoridades prosseguiram com a repatriação voluntária de refugiados somalis, iniciada em 2014, com base no Acordo Quadro Tripartite. Entre maio de 2016 e setembro de 2017, mais de 70.000 refugiados foram repatriados de Daadab para a Somália.

Em 17 de fevereiro, a Corte de Apelação sustentou uma decisão de 2013 da Suprema Corte que anulava medidas do governo para recolher todos os refugiados vivendo em áreas urbanas e realocá-los para campos de refugiados, como parte do plano para repatriá-los.

Em 25 de abril, um Tribunal Superior de Garissa ordenou a deportação de 29 requerentes de asilo somalis para a Somália. O grupo havia sido preso em Mwingi, em março, e acusado perante um tribunal de primeira instância de estar no Quênia ilegalmente. O tribunal ordenou que fossem levados para o campo de refugiados de Daadab e registrados pela Secretaria de Assuntos de Refugiados (RAS); contudo, o funcionário da RAS recusou-se a registrá-los. A ordem do tribunal foi enfim anulada pelo Tribunal Superior, e todos os 29, incluindo dez crianças, foram deportados para a Somália em 4 de maio de 2017.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Elias Kimaiyo, líder da comunidade indígena Sengwer e defensor de direitos humanos, teve a clavícula quebrada quando um guarda do Serviço Florestal do Quênia o espancou e disparou tiros de arma de fogo contra ele, na Floresta de Embobut, no dia 5 de abril. Ele foi atacado quando fotografava os guardas queimando cabanas dos Sengwer, em violação a uma ordem restritiva emitida em 2013 pelo Tribunal Superior de Eldoret para suspender as prisões e remoções do povo Sengwer.

No dia 26 de maio, o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos da União Africana julgou que o governo havia removido ilegalmente o povo indígena Ogiek da Floresta Mau, e que não havia conseguido comprovar que a remoção serviria para preservar a floresta.

DIREITO À SAÚDE

A greve de médicos nos hospitais públicos, iniciada em dezembro de 2016, acabou em março de 2017. A paralização se seguiu ao rompimento, após vários anos de negociação entre o governo e o Sindicato de Médicos, Farmacêuticos e Dentistas do Quênia, do Acordo de Negociação Coletiva assinado em 2013. A greve ocorreu no contexto de uma suposta corrupção financeira de grandes proporções no Ministério da Saúde. Essa paralização foi seguida, em junho, por uma greve de enfermeiros dos hospitais públicos,

que durou até novembro, quando o governo e o sindicato dos enfermeiros assinaram o Acordo de 2013.

As greves afetaram os serviços de saúde pública em todo o país, dificultando de modo desproporcional o acesso a serviços de saúde às pessoas que não dispunham de condições para manter planos de saúde privados, especialmente aquelas que vivem em assentamentos informais.

-
1. Kenya: Attempts to shut down human rights groups unlawful and irresponsible (News story, 15 August)

REINO UNIDO

Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Chefe de Estado: **Rainha Elizabeth II**

Chefe de governo: **Theresa May**

Na Irlanda do Norte, as mulheres seguiram enfrentando sérias limitações para realizar abortos. As leis de combate ao terrorismo continuaram a restringir direitos. Os órgãos de inteligência e as forças armadas do Reino Unido não prestaram contas por denúncias de tortura de forma integral.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS E INSTITUCIONAIS

Em março, a Primeira-Ministra acionou o Artigo 50 do Tratado da União Europeia, dando início oficial à retirada do Reino Unido da União Europeia (operação conhecida como 'Brexit'). Em julho, o projeto de Lei (de Retirada) da UE foi lido pela primeira vez na Câmara dos Comuns. A lei ameaçava diminuir de forma significativa as atuais proteções aos direitos humanos. Após a saída do Reino Unido, estariam excluídos do direito doméstico a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (inteiramente) e o direito à interposição de ações por violações dos Princípios Gerais da UE. A lei também concedia extensos poderes para que ministros alterassem a legislação sem o exame apropriado do parlamento, pondo em risco os direitos e as leis de igualdade vigentes.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Em janeiro, o governo se comprometeu a concluir até abril de 2018 o processo de revisão da Lei sobre Sentenças, Penas e Assistência Jurídica aos Infratores, de 2012, no período posterior a sua implementação. Desde que a lei foi adotada, a assistência jurídica em processos civis diminuiu drasticamente. Em outubro, foi publicado um memorando interno de revisão pós-legislativa, com os planos de conclusão da revisão sendo anunciados para meados de 2018.

Em julho, Lady Hale foi escolhida como a primeira mulher a presidir a Suprema Corte. Além dela, havia só mais uma juíza na Corte, e as mulheres constituíam apenas 28% do total de juízes. A representatividade das minorias étnicas entre os juízes também foi motivo de preocupação; somente 7% declararam pertencer a alguma minoria étnica.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Entre março e junho, 41 pessoas foram mortas e muitas outras ficaram feridas nos atentados ocorridos na capital, Londres, e em Manchester. Entre os mortos, os próprios perpetradores dos ataques. Em junho, o governo anunciou que iria rever sua estratégia de combate ao terrorismo, e que encomendaria uma "certificação" das revisões internas feitas pelo Serviço de Segurança (MI5) e pela polícia com relação aos atentados. Em junho, foram anunciados planos para a criação de uma "Comissão de Combate ao Extremismo".

Em maio, o relator especial da ONU sobre os direitos à liberdade de manifestação e de associação pacíficas publicou um relatório alertando que o tratamento dado pelo governo ao "extremismo não violento" ameaçava violar ambas as liberdades.

Em outubro, o governo anunciou sua intenção de propor emendas à seção 58 da Lei sobre o Terrorismo de 2000, relativas à coleta, registro ou posse de informações que possam ser úteis a alguém que queira cometer ou preparar um ato terrorista. As

propostas visavam a ampliar o escopo do delito, de modo a incluir a visualização ou transmissão repetidas de conteúdos na internet, punindo tais visualizações com até 15 anos de prisão. Essa possibilidade aumentada de se impor sentenças discricionárias também foi proposta para o delito de obter informações sobre as forças armadas.

Em setembro, Muhammed Rabbani, diretor do grupo de defesa de direitos CAGE, foi condenado por “intencionalmente obstruir ou tentar frustrar um exame ou busca”, com base no Anexo 7 da Lei sobre o Terrorismo de 2000. Ele se recusou a revelar as senhas de seu laptop e telefone celular à polícia no aeroporto de Heathrow em Londres. Até junho, a polícia havia abordado 17.501 pessoas com base nos poderes previstos no Anexo 7, que não requeriam qualquer suspeita de transgressão para serem aplicados.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

TORTURA NA IRLANDA DO NORTE

O pedido feito em 2014 pelo governo irlandês para revisão da sentença do caso *Irlanda v. Reino Unido*, de 1978, sobre as técnicas de tortura usadas em situações de detenção administrativa na Irlanda do Norte em 1971-72, continuou pendente no Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Em outubro, a Corte Superior da Irlanda do Norte anulou uma decisão do Serviço de Polícia da Irlanda do Norte de arquivar os inquéritos preliminares sobre a tortura dos 14 “encapuzados”, indivíduos submetidos a abusos enquanto detidos na Irlanda do Norte pelo Exército britânico e pela Polícia Real do Ulster em 1971.

EXTRADIÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Em janeiro, a Suprema Corte proferiu uma sentença relativa aos recursos conjuntos dos casos *Belhaj e Outros v. Jack Straw e Outros e Rahmatullah v. Ministério da Defesa e Outro*. A sentença determinou que o governo não poderia se basear nas doutrinas jurídicas de “imunidade soberana” e de “ato de Estado estrangeiro” para se eximir das ações cíveis relativas aos dois casos que

implicavam o governo do Reino Unido em violações de direitos humanos cometidas por governos estrangeiros. O primeiro processo tratava das denúncias do ex-líder da oposição líbia, Abdul-Hakim Belhaj, e de sua esposa, Fatima Boudchar, de que foram submetidos a extradição extrajudicial, tortura e outros maus-tratos, em 2004, pelos governos dos EUA e da Líbia, com o conhecimento e a cooperação de autoridades britânicas. O segundo processo foi impetrado por Yunus Rahmatullah, detido pelas forças britânicas no Iraque em 2004 e depois entregue às forças dos EUA, sendo detido por 10 anos sem acusações e supostamente torturado.

FORÇAS ARMADAS

As denúncias de crimes de guerra cometidos pelas forças armadas britânicas no Iraque entre 2003 e 2008 continuaram sob análise preliminar do Gabinete do Procurador do Tribunal Penal Internacional. Em 3 de dezembro, o Gabinete declarou haver motivos razoáveis para crer que integrantes das forças armadas britânicas cometeram crimes de guerra abrangidos pela competência do Tribunal contra pessoas que se encontravam em sua custódia. Uma avaliação de admissibilidade estava em curso.

Em abril, o Comitê de Defesa da Câmara dos Comuns publicou um relatório no qual propõe a prescrição dos supostos crimes cometidos por soldados e outros agentes das forças de segurança britânicas na Irlanda do Norte antes de 1998.

VIGILÂNCIA

Os processos movidos pela Anistia Internacional e por outros demandantes contestando a legalidade da Lei de Poderes Pré-Investigatórios, do regime de vigilância em massa e das práticas de compartilhamento de informações de inteligência estavam pendentes no Tribunal Europeu de Direitos Humanos. O julgamento ainda estava em curso no fim do ano.

IRLANDA DO NORTE – O “LEGADO”

Em janeiro, o Inquérito sobre Abusos Institucionais Históricos publicou as conclusões referentes à investigação de 22 orfanatos da Irlanda do Norte, abrangendo o período de 1922 a 1995. Constatou-se que o Reino Unido e as instituições envolvidas falharam de modo sistemático no cumprimento de suas obrigações com as crianças sob sua tutela. Até o fim do ano, o governo não havia implementado nenhuma das recomendações.

Ademais, continuou se recusando a custear a execução dos planos do presidente do Judiciário da Irlanda do Norte para resolver o acúmulo de investigações forenses relativas ao “legado”.

O governo também continuou se recusando a abrir um inquérito público independente sobre a morte de Patrick Finucane em 1989, apesar de já ter admitido anteriormente que houve “convivência” no caso.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O aborto seguiu criminalizado em quase todas as circunstâncias na Irlanda do Norte, sendo permitido somente nos casos em que a saúde da mulher ou da menina estivessem em perigo. As mulheres estavam sujeitas a processos penais por usarem medicamentos abortivos aprovados pela OMS. Para poder realizar abortos, 724 mulheres da Irlanda do Norte viajaram até a Inglaterra ou o País de Gales em 2016.

Em junho, no caso de uma adolescente de 15 anos que viajou à Inglaterra para fazer um aborto, acompanhada de sua mãe, a Suprema Corte decidiu que mulheres residentes na Irlanda do Norte não tinham direito a realizar abortos gratuitos no sistema público de saúde. Em setembro, a ameaça de processos contra os profissionais da área médica na Irlanda do Norte que encaminharam mulheres para fazer abortos na Grã Bretanha foi suspensa.

Tramitava na Suprema Corte britânica um processo contestando a lei de aborto da Irlanda do Norte. Examinava-se no processo se a lei infringia os direitos das mulheres ao proibir o aborto em caso de estupro ou

incesto, bem como de malformação grave ou fatal do feto. A decisão era esperada para o início de 2018.

Procedimentos para que mulheres residentes na Irlanda do Norte possam usufruir de serviços gratuitos de aborto na Inglaterra e na Escócia foram confirmados em outubro e novembro, respectivamente.

DISCRIMINAÇÃO

Em janeiro, o governo escocês instaurou um processo de revisão independente das leis sobre crimes de ódio da Escócia.

A Irlanda do Norte continuou sendo a única divisão do Reino Unido que negava aos casais de mesmo sexo o direito de casar. Em julho, milhares de pessoas participaram de uma manifestação em Belfast demandando direitos de matrimônio igualitários.

Em setembro, foi publicado um estudo independente sobre pessoas de minorias étnicas no sistema de justiça criminal da Inglaterra e do País de Gales. Constatou-se que as minorias étnicas estavam desproporcionalmente representadas nas penitenciárias, onde constituíam 25% dos presos (apesar de constituírem apenas 14% da população dos países pesquisados), e que 40% dos jovens em custódia eram de minorias étnicas.

Em agosto, o Comitê da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência criticou severamente o Reino Unido porque o país não assegurou os direitos das pessoas com deficiências à educação, ao emprego, à proteção social e um a padrão de vida adequado, entre outras coisas.

DIREITO À VIDA

Na noite de 13 para 14 de junho, pelo menos 71 pessoas morreram e dezenas ficaram feridas em um incêndio num edifício do conjunto habitacional Grenfell Tower em Londres. Em setembro, foi aberto um inquérito público para investigar as causas do incêndio, a resposta dos serviços de emergência e das autoridades, a construção do edifício e suas modificações, bem como a adequação do marco regulatório pertinente. O incêndio suscitou diversas questões

relativas ao cumprimento, por parte das autoridades e de atores privados, de suas responsabilidades e obrigações de direitos humanos, como a proteção do direito à vida e a garantia de um padrão de vida adequado, inclusive o direito à moradia adequada.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

O governo continuou a estender os controles migratórios para o âmbito da vida pública e privada, coletando dados sobre a nacionalidade e o país de origem das crianças nas escolas, e ampliando a inspeção de nacionalidade e imigração no acesso a serviços de saúde gratuitos.

Em julho, o governo encerrou o chamado programa “Emendas Dubs”, segundo o qual 480 crianças refugiadas desacompanhadas que já estavam na Europa seriam reassentadas no Reino Unido. Nenhuma criança foi reassentada em 2007, embora houvesse 280 lugares disponíveis para elas em entidades públicas. No fim do ano, uma demanda judicial da ONG *Help Refugees* contestando a aplicação limitada do programa pelo governo não teve êxito na Corte Superior e um recurso foi interposto.

Em setembro, alegando necessidade de manter um “controle efetivo da imigração”, o governo adotou um projeto de Lei sobre Proteção de Dados que previa a exclusão de garantias básicas relativas à coleta, ao armazenamento e ao uso de dados pessoais.

Em outubro, a Corte Superior decidiu que a política de “Adultos em Risco” do Ministério do Interior (*Home Office*), sobre a detenção de vítimas de tortura, era ilegal.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Em junho, a Primeira Ministra anunciou planos para a adoção de uma nova Lei sobre Violência e Abuso Doméstico e a nomeação de um inspetor específico para o tema. O governo ainda não havia ratificado a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul), assinada em 2012.

Os cortes nas verbas destinadas a serviços especializados para mulheres que sofreram abuso ou violência doméstica, motivados pela política de austeridade, continuaram causando preocupação.

COMÉRCIO DE ARMAS

O Reino Unido continuou fornecendo armas à Arábia Saudita mesmo diante de constantes violações graves do direito internacional humanitário cometidas pela coalizão liderada pelos sauditas no Iêmen.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

República Democrática do Congo

Chefe de Estado: **Joseph Kabila**

Chefe de governo: **Bruno Tshibala Nzenze (substituiu Samy Badibanga Ntita em abril)**

A situação dos direitos humanos agravou-se ainda mais. A violência na região de Kasai deixou milhares de mortos e pelo menos 1 milhão de deslocados internos, levando mais de 35.000 pessoas a fugir para o país vizinho, Angola. No leste, grupos armados e forças governamentais continuaram a atacar a população civil e a praticar impunemente a exploração ilegal de recursos naturais. A polícia, os serviços de inteligência e os tribunais continuaram a reprimir os direitos à liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica. Defensores de direitos humanos e jornalistas foram perseguidos, intimidados, presos arbitrariamente, expulsos ou mortos.

INFORMAÇÕES GERAIS

O presidente Kabila permaneceu no cargo, embora seu segundo mandato constitucional tenha terminado em 19 de dezembro de 2016. Um acordo político foi assinado em dezembro de 2016, entre a coalizão de governo, a oposição e algumas organizações

da sociedade civil. O acordo previa a permanência do presidente Kabila no poder e a nomeação de um governo de unidade nacional liderado por um primeiro-ministro designado pelo *Rassemblement*, o principal grupo de oposição, com a tarefa de organizar as eleições até dezembro de 2017. O acordo estabeleceu o Conselho Nacional para a Implementação do Acordo e do Processo Eleitoral (CNSA) para monitorar o avanço do processo, presidido pelo líder do *Rassemblement*, Etienne Tshisekedi. O acordo incluía o compromisso do presidente Kabila de aderir ao limite constitucional de dois mandatos e não realizar revisão ou alteração da Constituição. A implementação do acordo foi paralisada por desacertos na nomeação e distribuição dos postos políticos para as instituições de transição. Em fevereiro, Etienne Tshisekedi faleceu. Em abril, o presidente Kabila, de forma unilateral, nomeou Bruno Tshibala como primeiro-ministro; o *Rassemblement* recusou-se a reconhecer a nomeação. Em julho, Joseph Olenghankoy também foi nomeado, de forma unilateral, como presidente do CNSA. Os principais líderes da oposição, a Igreja Católica e a comunidade internacional denunciaram essas nomeações como violações do acordo.

O registro de eleitores no período que antecedeu as eleições sofreu atrasos significativos. Em julho, o presidente da Comissão Eleitoral Nacional Independente anunciou que as eleições não poderiam ser realizadas em dezembro de 2017, por motivos que incluíam as condições de segurança na região de Kasai.

A violência que irrompeu em 2016, reflexo do assassinato do chefe Kamuena Nsapu, disseminou-se por cinco províncias, deflagrando uma crise humanitária sem precedentes. No leste, vários grupos armados redobram seus ataques para expulsar o Presidente Kabila. As forças de segurança da República Democrática do Congo (RDC) e a Missão da ONU de Estabilização na RDC (MONUSCO) não conseguiram lidar com a insegurança e

neutralizar os mais de 40 grupos armados locais ou estrangeiros que seguem atuando.

A taxa de inflação anual aumentou cerca de 50% em 2017, contribuindo para o aprofundamento da pobreza. Ocorreram greves exigindo aumentos salariais para professores do ensino básico, professores universitários, médicos, enfermeiros e funcionários públicos. Uma epidemia de cólera afetou pelo menos 24.000 pessoas; mais de 500 morreram entre janeiro e setembro.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A liberdade de imprensa e o direito à informação foram restringidos. A concessão de vistos e autorizações para correspondentes estrangeiros foram radicalmente limitadas. Pelo menos um jornalista, de nacionalidade belga, foi expulso em setembro; uma francesa e um estadunidense não conseguiram renovar suas autorizações em junho e agosto, respectivamente. Em pelo menos 15 ocasiões, jornalistas congolese e estrangeiros foram intimidados, perseguidos e detidos arbitrariamente ao fazer seu trabalho. Em muitos casos, seus equipamentos foram confiscados ou eles foram obrigados a apagar os dados gravados. O ministro das Comunicações emitiu um decreto em julho com novas normas obrigando os correspondentes estrangeiros a obterem autorização do ministro para viajar para fora da capital, Kinshasa.

Em agosto, um dia antes de um protesto de dois dias organizado pela oposição, que apelava às pessoas de todo o país para que ficassem em casa a fim de pressionar pela divulgação de um calendário eleitoral, a Agência Reguladora de Correios e Telecomunicações ordenou que as empresas de telecomunicações reduzissem drasticamente todas as atividades das mídias sociais e de comunicações.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

As autoridades continuaram a proibir e reprimir as divergências públicas e as manifestações pacíficas coordenadas por

organizações da sociedade civil e pela oposição, especialmente os protestos relacionados à crise política e às eleições. Manifestantes pacíficos da oposição foram intimidados, perseguidos e presos pelas forças de segurança; as manifestações de partidários do governo ocorreram sem interferência das autoridades.

Em 31 de julho, mais de 100 pessoas foram presas, entre as quais 11 jornalistas congolese e estrangeiros, durante manifestações nacionais organizadas pela Luta por Mudança (LUCHA), para exigir a divulgação do calendário eleitoral. Um jornalista foi processado por causa do protesto e continuava detido em Lubumbashi; quatro manifestantes receberam sentenças de prisão. As demais pessoas foram libertadas sem acusação, no mesmo dia ou no dia seguinte.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Manifestações que não aquelas organizadas pelos partidários do governo, com frequência foram tratadas com força excessiva e, às vezes, letal.

Em 15 de setembro, em Kamanyola, o exército e a polícia dispararam contra uma multidão de refugiados burundianos que protestavam pela detenção e deportação de quatro refugiados pelos serviços de inteligência da RDC; 39 manifestantes foram mortos, entre os quais pelo menos oito mulheres e cinco crianças, e pelo menos 100 ficaram feridos. Até o final do ano, não se tinha notícia de qualquer ação legal contra os perpetradores.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Defensores de direitos humanos e jovens ativistas foram alvos das forças de segurança e de grupos armados em razão de sua atuação; entre eles, Alex Tsongo Sikuliwako e Alphonse Kaliyamba, mortos em Kivu-Norte.

Em maio, o Senado aprovou um projeto de lei voltado a fortalecer a proteção aos defensores dos direitos humanos. No entanto, o projeto contém uma definição restritiva do que é um defensor de direitos humanos. Além disso, amplia o controle do

Estado sobre as organizações de direitos humanos e ameaça restringir suas atividades. Em consequência, organizações de direitos humanos poderiam não ser reconhecidas.

CONFLITOS NA REGIÃO DE KASAÏ

A violência na região, que irrompeu em 2016, disseminou-se por cinco províncias, deixando milhares de mortos e, até 25 de setembro, 1 milhão de deslocados internos. Houve destruição generalizada de infraestruturas sociais e de vilarejos. Começaram a surgir milícias que atacavam as pessoas com base em sua etnia, especialmente quando se supunha apoiarem o levante Kamuena Nsapu.

Houve indícios de abusos de direitos humanos por parte dos seguidores de Kamuena Nsapu na região, inclusive o recrutamento de crianças-soldados, estupros, assassinatos, destruição de mais de 300 escolas e de mercados, igrejas, delegacias de polícia e prédios governamentais.

A milícia Bana Mura foi formada por volta do mês de março, reunindo indivíduos dos grupos étnicos Tshokwe, Pende e Tetela, com o apoio de líderes tradicionais locais e de agentes de segurança. A milícia atacou as comunidades de Luba e Lulua, acusando-as de apoiar o levante Kamuena Nsapu. Entre março e junho, houve denúncias de que a Bana Mura e o exército haviam assassinado, no território de Kamonia, cerca de 251 pessoas, das quais 62 eram crianças, 30 delas menores de 8 anos.

VIOLAÇÕES COMETIDAS PELAS FORÇAS DE SEGURANÇA

A polícia e o exército congolese perpetraram centenas de execuções extrajudiciais, estupros, prisões arbitrárias e atos de extorsão. Entre fevereiro e abril, vídeos divulgados na internet mostraram soldados executando supostos seguidores de Kamuena Nsapu, entre os quais crianças pequenas. As vítimas estavam armadas de bastões ou fuzis defeituosos, ou simplesmente estavam usando faixas vermelhas na cabeça. O governo inicialmente

desconsiderou as acusações, alegando serem "forjadas" para desacreditar o exército. No entanto, em fevereiro, o governo reconheceu que haviam ocorrido "excessos", e comprometeu-se a processar os suspeitos de graves violações e abusos de direitos humanos na região, inclusive suas forças de segurança.

FALTA DE TRANSPARÊNCIA

Em 6 de julho, sete soldados do exército foram sentenciados a penas que variavam de um ano de prisão até prisão perpétua, acusados de realizarem execuções extrajudiciais em Mwanza-Lomba, uma aldeia na província de Kasai Oriental. As sentenças foram proferidas após um julgamento em que as vítimas das execuções não foram identificadas nem seus familiares tiveram a oportunidade de testemunhar perante o tribunal ou requerer reparação.

Em 12 de março, Zaida Catalan e Michael Sharp, de nacionalidade sueca e estadunidense, respectivamente, ambos membros do Grupo de Especialistas do Comitê do Conselho de Segurança da ONU sobre a RDC, foram executados durante uma missão de investigação na província de Kasai Central. Seus corpos foram encontrados 16 dias depois, perto da aldeia de Bunkonde. Zaida Catalan foi decapitada. Três dos motoristas e um intérprete que os acompanhavam desapareceram. Em abril, as autoridades mostraram a diplomatas e jornalistas em Kinshasa um vídeo da execução dos dois especialistas; a origem da gravação era desconhecida. O vídeo, que atribuía as execuções aos "terroristas" do Kamuena Nsapu, foi compartilhado na internet e admitido como prova no julgamento dos acusados pelos assassinatos, iniciado em 5 de junho, na cidade de Kananga, por um tribunal militar.

Em junho, o Conselho de Direitos Humanos da ONU iniciou uma investigação internacional independente, à qual o governo da RDC se opôs, com o objetivo de averiguar graves violações de direitos humanos na província de Kasai. Em julho, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos anunciou a nomeação de

uma equipe internacional de especialistas, que iniciou a investigação dos incidentes em setembro e deve apresentar suas conclusões em junho de 2018.

CONFLITOS NO LESTE DA RDC

Os conflitos e a instabilidade crônica continuaram facilitando graves violações e abusos dos direitos humanos. Na região de Beni, civis foram alvejados e mortos. Em 7 de outubro, 22 pessoas foram mortas na estrada Mbau-Kamango por homens armados não identificados.

Em Kivu-Norte, aumentou o número de sequestros; pelo menos 100 casos foram registrados na cidade de Goma. Em Kivu-Norte, Kivu-Sul e Ituri, dezenas de grupos armados e as forças de segurança continuaram cometendo assassinatos, estupros e extorsão, além da exploração ilegal de recursos naturais. O conflito entre os Hutu e os Nande, em Kivu-Norte, resultou em mortes, deslocamentos e destruição, especialmente nas áreas de Rutshuru e Lubero.

Nas províncias de Tanganica e Haut-Katanga, prosseguia a violência intercomunitária entre os Twa e os Luba. Em Tanganica, o número de pessoas deslocadas internamente (PDIs) chegou a 500.000. Entre janeiro e setembro, mais de 5.700 congoleses fugiram para a Zâmbia a fim de escapar do conflito.

Apesar dos problemas de segurança, as autoridades continuaram a fechar os acampamentos de PDIs nos arredores da cidade de Kalemie, forçando as pessoas deslocadas a retornar às suas aldeias ou a viver em condições ainda piores.

DETENÇÃO

Houve um número sem precedentes de fugas da prisão em todo o país; milhares escaparam e dezenas morreram. Em 17 de maio, ocorreu um ataque ao Centro Penitenciário e de Reabilitação de Makala, a principal prisão de Kinshasa. O ataque, que as autoridades atribuíram ao grupo político Bundu dia Congore, resultou na fuga de mais de 4.000 presos. Em 11 de junho, 930

presos escaparam do presídio central de Kangbaya, na cidade de Beni, inclusive dezenas que haviam sido condenados, alguns meses antes, por matar civis na área de Beni. Centenas de outros detidos escaparam de prisões e centros de detenção policial em Bandundu-ville, Kasangulu, Kalemie, Matete (Kinshasa), Walikale, Dungu, Bukavu, Kabinda, Uvira, Bunia, Mwenga e Pweto.

As prisões estavam superlotadas e as condições continuavam péssimas, com suprimento de alimentos e água potável insuficientes e assistência médica precária. Dezenas de presos morreram de fome e de doenças.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Em agosto, o Ministério das Minas aprovou uma Estratégia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil na Mineração. Grupos nacionais e internacionais da sociedade civil tiveram a oportunidade de oferecer sugestões. O governo anunciou que implementaria "progressivamente" muitas de suas recomendações e erradicaria o trabalho infantil até 2025.

RÚSSIA

Federação Russa

Chefe de Estado: **Vladimir Putin**

Chefe de governo: **Dmitry Medvedev**

Novas restrições foram impostas aos direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica. Prosseguiram as hostilidades e intimidações de defensores dos direitos humanos e de ONGs independentes. Os direitos culturais foram reduzidos, inclusive por meio de represálias e autocensura. As minorias religiosas continuaram a enfrentar assédio e perseguições. O direito a um julgamento justo foi violado com frequência. A tortura e outros maus-tratos persistiram; o trabalho dos órgãos de supervisão independentes dos locais de detenção foi dificultado ainda mais. Graves violações de direitos humanos

continuaram ocorrendo no Norte do Cáucaso. A Rússia usou seu poder de veto para bloquear resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a Síria. Migrantes e refugiados tiveram a proteção de seus direitos negada. Algumas formas de violência doméstica foram descriminalizadas. Pessoas LGBTI continuaram a sofrer discriminação e violência; na Tchetchênia, homens gays foram alvo de uma campanha coordenada de sequestros, torturas e assassinatos por parte das autoridades tchetchenas.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS E INSTITUCIONAIS

Em 10 de fevereiro, o Tribunal Constitucional decidiu que o simples fato de realizar uma aglomeração pacífica "não autorizada" não configurava delito penal conforme o artigo 212.1 do Código Penal, que criminalizava as infrações recorrentes das regras para protestos.¹ Em 22 de fevereiro, o ativista Ildar Dadin, que havia recebido uma sentença de prisão por fazer protestos pacíficos, teve sua sentença baseada no artigo 212.1 revisada; o Supremo Tribunal determinou sua libertação.

Em julho, passaram a vigorar dispositivos permitindo que as autoridades revogassem a cidadania russa de pessoas que a haviam obtido enquanto "intencionavam" "ameaçar os fundamentos da ordem constitucional [da Rússia]". Organizações não governamentais criticaram a forma com que a lei foi formulada, argumentando que sua redação dava margem a uma aplicação arbitrária.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Em fevereiro, foi promulgada uma lei descriminalizando a violência doméstica cometida por "parentes próximos" quando provocasse dor, mas não causasse ferimentos nem incapacitasse para o trabalho. A lei ocasionou um aumento dos incidentes de violência, principalmente contra mulheres, em diversas regiões do país.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

Os maiores protestos dos últimos anos foram realizados no país. Centenas de manifestantes pacíficos, transeuntes e jornalistas foram presos; muitos foram submetidos a tratamento cruel, desumano e degradante, bem como a detenções arbitrárias prolongadas e a julgamentos injustos que resultaram em multas e “detenções administrativas” de vários dias.

Em março, comícios anticorrupção foram realizados em pelo menos 97 cidades. Em muitos desses lugares, a polícia dispersou os manifestantes pacíficos com força excessiva e desnecessária. Mais de 1.600 pessoas foram presas, inclusive pelo menos 14 jornalistas que cobriam os protestos. Muitos dos presos foram submetidos a julgamentos injustos por acusações de caráter político, enquanto centenas foram detidos simplesmente por exercer pacificamente seu direito à liberdade de expressão e de reunião. Quatorze funcionários e voluntários da Fundação Anticorrupção, que haviam organizado a transmissão dos protestos pela internet, com grande audiência, foram presos de modo arbitrário em seu escritório na capital, Moscou. Em 27 e 28 de março, 12 deles foram sentenciados a “detenção administrativa”.²

Desde 26 de março, pelo menos oito manifestantes foram condenados criminalmente por delitos violentos, supostamente cometidos quando tentavam proteger a si mesmos ou a outras pessoas da violência policial em Moscou, Petrozavodsk e Volgogrado. Ações penais foram abertas contra outros manifestantes, alguns dos quais imputados de acusações questionáveis.

A maioria dos que participaram das grandes manifestações eram adolescentes e jovens estudantes. As autoridades pressionaram os estudantes nas escolas e universidades, com advertências informais e expulsões, em alguns casos ameaçando contestar a guarda dos pais de manifestantes menores de idade.

Em 7 de fevereiro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos chegou a uma conclusão no caso *Lashmankin e Outros v. Rússia*, que

envolvia 23 demandantes de diferentes regiões. O Tribunal decidiu que restrições relativas a local, modo e hora para a realização de protestos de rua violavam seu direito à liberdade de reunião, sem que lhes fosse disponibilizado qualquer recurso judicial efetivo. As demandas se referiam a eventos transcorridos em 2009-2012, quando as retrições aos protestos eram menos rigorosas que em 2017.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

As ONGs foram afetadas pela lei sobre “agentes estrangeiros”. Treze ONGs que recebiam financiamento do exterior foram adicionadas à lista de “agentes estrangeiros” do Ministério da Justiça. Dezenas de organizações foram removidas da lista porque foram fechadas ou porque suspenderam o financiamento estrangeiro de suas “atividades políticas”, conforme definido pela lei dos “agentes estrangeiros”. Com isso, no fim do ano, 85 organizações permaneciam na lista. No entanto, as ONGs afetadas pela lei dos “agentes estrangeiros”, como algumas importantes entidades de direitos humanos, não consideraram que se tratasse de uma melhora.

Em março, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos unificou e comunicou as ações de 61 ONGs russas contra a lei dos “agentes estrangeiros”, sobre as quais as autoridades russas apresentaram seus comentários em setembro. No fim do ano, o caso ainda estava pendente no Tribunal.

Em 19 de junho, a acusação de “evasão maliciosa” das obrigações decorrentes da lei dos “agentes estrangeiros” – no primeiro e único processo penal desse tipo – contra a defensora dos direitos humanos Valentina Cherevatenko foi arquivada pela ausência de elementos constitutivos de crime.

Outras quatro organizações estrangeiras foram declaradas “indesejáveis”, tornando ilegal que alguém trabalhe para elas ou as apoie na Rússia. No fim do ano, 11 organizações eram consideradas “indesejáveis”.

Entre setembro e novembro, processos administrativos foram abertos contra as

ONGs Centro SOVA, Fundação Andrey Rylkov para a Saúde e a Justiça Social, Centro de Estudos Sociais Independentes e Centro de Parcerias Sociais, por suposta distribuição de materiais de organizações “indesejáveis”. As ONGs não removeram de seus sites os links e as menções às organizações “indesejáveis”. Os processos administrativos contra o Centro SOVA foram arquivados por prescrição. Outras ONGs foram multadas em 50.000 rublos (US\$871) cada uma.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A maior parte da mídia continuou sob controle efetivo do Estado, sendo usada pelas autoridades para fazer campanhas de difamação contra defensores dos direitos humanos, adversários políticos e outras vozes divergentes. Por todo o país, lideranças de protestos e ativistas políticos que apoiavam as vozes críticas foram alvos de hostilidades, processos criminais e administrativos, bem como de violência física por parte de ativistas pró-governo e pessoas “não identificadas” que se acreditava serem agentes de segurança ou outros agindo com sua conivência.

Em uma nova onda de repressão à liberdade de expressão na internet, as autoridades proibiram anonimizadores e redes virtuais privadas, além de aplicar outras medidas restritivas. Em maio, o Presidente aprovou a Estratégia para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação para 2017-2030, que afirmava “a prioridade aos valores espirituais e éticos tradicionais da Rússia” no uso de tecnologias de informação e comunicação.

As leis de combate ao extremismo foram ampliadas e usadas de modo arbitrário para calar vozes cuja liberdade de expressão é assegurada por lei. Em agosto, o Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) manifestou preocupação com o uso dessa legislação para silenciar pessoas de grupos vulneráveis à discriminação, reiterando suas recomendações de que a legislação contenha uma definição legal clara de extremismo e que descarte a Lista Federal de Materiais Extremistas.

Apresentações artísticas foram restringidas por pressão de grupos conservadores que consideraram certas manifestações de arte uma ofensa a suas crenças religiosas. Espetáculos foram cancelados e as pessoas envolvidas com as manifestações artísticas foram hostilizadas e submetidas a violência. Em Moscou, ações penais foram impetradas contra várias pessoas de destaque na área teatral. Seus admiradores largamente consideraram que as ações tinham motivos políticos.

Em novembro, foi promulgada uma lei permitindo que as autoridades designassem como “agentes estrangeiros” os meios de comunicação que eram registrados ou que recebiam financiamento do exterior, o que não só estigmatizava esses veículos como também impunha exigências que restringiam seu trabalho. No fim do ano, nove importantes veículos de comunicação haviam sido designados “agentes estrangeiros”.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E CRENÇA

Grupos religiosos minoritários continuaram sendo hostilizados, inclusive com proibições, fechamentos de sites e inclusão de suas publicações na Lista Federal de Materiais Extremistas.

Em 20 de abril, o Supremo Tribunal banuiu a organização central das Testemunhas de Jeová e todas as suas afiliadas na Rússia, determinando que o grupo formado por 395 organizações locais e 170.000 fiéis era “extremista”. As testemunhas de Jeová que continuaram a expressar sua fé arriscavam-se a ser processadas criminalmente, estando sujeitas a penas de até 12 anos de prisão.

As restrições às atividades missionárias introduzidas em 2016 foram aplicadas de modo arbitrário, abarcando desde a tentativa de processar um instrutor de yoga que proferiu uma aula pública em São Petesburgo, em janeiro, até o confisco de cópias da Bíblia do Exército da Salvação em Vladivostok por elas não conterem a marca oficial da entidade distribuidora, conforme previsto na lei.

Em 11 de maio, um tribunal de Yekaterinburgo impôs ao blogueiro Ruslan

Sokolovsky uma pena de prisão condicional de três anos e meio, reduzida na apelação para dois anos e três meses, por “incitar o ódio” e “ofender os sentimentos dos devotos”, por ele ter postado um vídeo no qual jogava o jogo de realidade aumentada Pokémon Go em uma catedral.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

A discriminação e a perseguição de pessoas LGBTI promovidas pelo Estado prosseguiram com a intensidade habitual e a “lei de propaganda” homofóbica foi imposta rigorosamente. Em 18 de outubro, a ativista Evdokia Romanova foi condenada pela infração administrativa de fazer “propaganda de relações sexuais não tradicionais entre menores através da internet”. Ela foi multada em 50.000 rublos (US\$871) por um tribunal de Samara, por ter compartilhado links do site da ‘Coalizão da Juventude por Direitos Sexuais e Reprodutivos’ nas mídias sociais em 2015 e 2016.³

Em abril, o jornal independente *Novaya Gazeta* informou que, na Tchetchênia, mais de 100 homens que se suspeitava serem gays foram sequestrados e torturados ou maltratados em prisões secretas, e alguns deles foram mortos. Sobreviventes que conseguiram escapar contaram sobre a campanha de violência coordenada pelas autoridades. Testemunhas oculares afirmaram que várias das pessoas capturadas foram assassinadas, e algumas foram entregues a suas famílias para serem mortas por suas mãos, “em nome da honra”, segundo as “tradições” locais.

As autoridades investigativas federais foram lentas para responder a essas denúncias. Elas se recusaram a abrir um inquérito formal, invocando para isso uma morosa investigação prévia que considerou as denúncias mal fundamentadas, apesar dos esforços da defensoria federal em estabelecer e verificar os fatos relevantes. Ao que se sabe, até o fim do ano nenhuma investigação havia sido iniciada.

NORTE DO CÂUCASO

Prosseguiram os relatos de graves violações dos direitos humanos como desaparecimentos forçados, detenções ilegais, tortura e outros maus-tratos de detidos, e execuções extrajudiciais no norte do Cáucaso. A situação na Tchetchênia deteriorou-se ainda mais. Prevaleceu a impunidade para os incidentes violentos cometidos no passado contra defensores dos direitos humanos nessa república.

Em janeiro, Magomed Daudov, presidente do Parlamento tchetcheno, publicou em seu Instagram ameaças pessoais contra Grigory Shvedov, editor-chefe do site de notícias independente ‘Nó Caucásiano’. Em abril, jornalistas do *Novaya Gazeta* receberam ameaças da Tchetchênia pela cobertura que fizeram da campanha antigay na república. Jornalistas da Rádio Ekho Moskvý também receberam ameaças por manifestarem solidariedade aos colegas da *Novaya Gazeta*.⁴

A *Novaya Gazeta* reportou a detenção ilegal de dezenas de pessoas, desde dezembro de 2016, e a execução secreta, em 26 de janeiro, de pelo menos 27 pessoas capturadas pelas forças de segurança. Até o fim do ano, não se tinha conhecimento de que alguém tivesse sido investigado ou responsabilizado por esses incidentes.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Monitores independentes de julgamentos relataram violações sistemáticas do direito a um julgamento justo em audiências criminais e administrativas, inclusive nos processos contra manifestantes pacíficos. A maioria dos julgamentos administrativos se baseava fundamentalmente em relatórios policiais altamente controversos como única prova nos processos. Os julgamentos resultavam em detenções prolongadas e pesadas multas. Geralmente, os julgamentos eram bastante rápidos; após o protesto de 26 de março, o tribunal distrital de Tverskoi, em Moscou, julgou 476 processos em 17 dias úteis.

Em 22 de agosto, Aleksandr Eivazov, ex-secretário do tribunal distrital de Outubro, em São Petersburgo, que denunciou

irregularidades, foi preso por deliberadamente “interferir no trabalho do tribunal”, por ele ter se recusado a assinar e datar retroativamente os registros de uma audiência judicial que outra pessoa havia compilado. Ele testemunhou várias infrações dos procedimentos judiciais, da ética judicial e de direitos trabalhistas no tribunal, tendo enviado denúncias de todas as violações às autoridades e compartilhado as informações nas mídias sociais. Ao que se sabe, suas denúncias não foram investigadas. No fim do ano, ele continuava detido, apesar de sua condição asmática.⁵

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Persistiram as denúncias de torturas e outros maus-tratos nas prisões e centros de detenção de toda a Rússia. As condições durante o traslado dos presos consistiram em tortura e outros maus-tratos, além de, em muitos casos, desaparecimentos forçados.⁶ Alguns presos faziam viagens com um mês ou mais de duração, trasladados em vans e vagões de trem superlotados, passando várias semanas em celas de traslado durante os diversos estágios de sua transferência para colônias penais em lugares remotos. Seus familiares e advogados não eram informados de seu destino e paradeiro.

O prisioneiro de consciência Ildar Dadin foi submetido a desaparecimento forçado por um mês enquanto era transferido a outra penitenciária; seu paradeiro só foi conhecido em janeiro. Em outubro de 2016, ele denunciou a prática de tortura na colônia penal de Segezha e, por isso, as autoridades o transferiram para outra colônia penal. Durante o traslado, as autoridades se recusaram a fornecer qualquer informação sobre seu paradeiro à família e aos advogados, até que ele já tivesse chegado à colônia penal.

Em maio, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos se pronunciou sobre o caso de oito demandantes da Rússia, concluindo que as condições de seu traslado pelo serviço penitenciário configuravam tratamento desumano ou degradante. Entre esses,

estavam os casos de Anna Lozinskaya e Valery Tokarev, transportadas repetidas vezes em compartimentos de vans medindo 0,3m², em que cabiam uma única pessoa.

A função e a eficácia das Comissões de Supervisão Pública, um mecanismo de monitoramento independente para locais de detenção, foram ainda mais enfraquecidas, inclusive por uma prolongada carência de fundos. As regras que regem as nomeações de seus integrantes pelas Câmaras Públicas – órgãos consultivos formados por membros de organizações da sociedade civil indicados pelo governo – foram alteradas. As novas regras acarretaram a diminuição do número de integrantes de algumas comissões, algo que, em certos casos, afetou a independência das comissões, efetivamente inviabilizando que determinados defensores dos direitos humanos se tornassem membros.

Houve relatos de que monitores independentes, inclusive das Comissões de Supervisão Pública e do Conselho de Direitos Humanos da Presidência, tiveram seu acesso a colônias penais negado de forma arbitrária pelos administradores dos estabelecimentos.

CONFLITO ARMADO – SÍRIA

Por cinco vezes a Rússia usou seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU para bloquear resoluções que impunham sanções à produção e ao uso de armas químicas na Síria, que condenavam o que se informou ter sido um ataque com armas químicas na cidade de Khan Shaykhun, que pediam que o governo sírio permitisse o acesso e o direito de investigar quaisquer locais, e que renovavam o mandato do Mecanismo Investigativo Conjunto, criado para determinar os perpetradores do ataque com armas químicas.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

A Rússia continuou a forçar o retorno de requerentes de asilo para países onde correm riscos de sofrer tortura e outros maus-tratos.

Em 1 de agosto, um tribunal de Moscou decidiu que o jornalista de nacionalidade uzbeque Khudoberdi Nurmatov (também conhecido como Ali Feruz) estava violando as leis de imigração da Rússia e deveria ser deportado para o Uzbequistão. Alguns anos antes, ele havia fugido do Uzbequistão para evitar a perseguição dos serviços de segurança por ele ter se recusado a atuar como informante secreto. Ele também seria processado com base numa lei uzbeque que criminaliza a homossexualidade. Após uma decisão do Tribunal Europeu de Direitos Humanos determinando a concessão de medidas cautelares urgentes a Khudoberdi Nurmatov, o Tribunal Municipal de Moscou, no dia 8 de agosto, suspendeu sua deportação, mas o manteve detido provisoriamente num centro para detenção de estrangeiros, onde ele permanecia no fim do ano. Em dezembro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos comunicou sua denúncia.

O registro junto à polícia no seu local de residência continuou sendo um pré-requisito para que os migrantes que vieram ao país por questões de trabalho ou outras pudessem ter acesso a serviços de saúde e educação. Esse registro, porém, era rotineiramente negado por muitos proprietários dos imóveis chamados a dar seu consentimento.

Em setembro, a defensora dos direitos humanos Tatiana Kotlyar foi condenada por ter feito registros fictícios de 167 migrantes em seu endereço, a fim de possibilitar que cumprissem as regras de imigração e tivessem acesso a serviços essenciais. O tribunal sentenciou-a a uma multa de 150.000 rublos (US\$2,619), que acabou sendo anulada devido à prescrição do delito.

5. Russian Federation: Whistle-blower detained on spurious charges – Aleksandr Eivazov (EUR 46/7200/2017)

6. Prison transportation in Russia – travelling into the unknown (EUR 46/6878/2017)

SÍRIA

República Árabe da Síria

Chefe de Estado: **Bashar al-Assad**

Chefe de governo: **Imad Khamis**

As partes no conflito armado cometeram crimes de guerra e outras graves violações do direito internacional humanitário, além de abusos dos direitos humanos, sempre com impunidade. As forças governamentais e as aliadas, como as da Rússia, fizeram ataques indiscriminados e ataques diretos contra civis e bens de caráter civil, com bombardeios aéreos e de artilharia, inclusive com armas químicas e outras proibidas internacionalmente, matando e ferindo centenas de pessoas. Forças do governo sitiaram áreas densamente habitadas por períodos prolongados, restringindo o acesso de milhares de civis à assistência médica e humanitária. Forças governamentais e governos estrangeiros negociaram acordos locais que forçaram o deslocamento de milhares de civis, que já haviam sido submetidos a cercos prolongados e ataques ilegais. As forças de segurança prenderam e mantiveram detidas dezenas de milhares de pessoas, inclusive ativistas pacíficos, trabalhadores humanitários, advogados e jornalistas, submetendo muitos deles a desaparecimento forçado, tortura e outros maus-tratos, que por vezes levaram à morte. Grupos armados de oposição bombardearam áreas civis de forma indiscriminada e mantiveram áreas predominantemente civis sitiadas por longo tempo, restringindo o acesso à assistência médica e humanitária. O grupo armado Estado Islâmico (EI) matou e bombardeou civis de modo ilegal, e usou-os como escudos humanos. As forças da coalizão liderada pelos EUA fizeram ataques contra o EI que mataram e feriram

1. Russia: Court offers "chink of light" in case brought by jailed protester Ildar Dadin (News story, 10 February)
2. Russian Federation: Detained members of corruption watchdog are prisoners of conscience and should be freed immediately (EUR 46/5998/2017)
3. Russia: Homophobic legislation used to persecute activist who shared LGBTI articles on Facebook (News story, 18 October)
4. Russian Federation: Newspaper threatened for reports on abductions (EUR 46/6075/2017)

civis, por vezes violando o direito internacional humanitário. Até o fim do ano, o conflito havia causado a morte de mais de 400.000 pessoas e deslocado mais de 11 milhões de pessoas dentro e fora da Síria.

INFORMAÇÕES GERAIS

O conflito armado na Síria entrou em seu sétimo ano. Forças do governo e seus aliados, inclusive combatentes iranianos e do Hisbolá, conquistaram a maioria das áreas anteriormente em domínio do EI e de outros grupos armados, nas províncias de Homs e Deir el-Zour, além de outras áreas. Essas forças tinham apoio das forças armadas russas, que atacaram o EI e outros grupos armados que combatiam o governo, supostamente matando e ferindo civis. As Forças Democráticas Sírias, formadas por grupos armados sírio-curdos e árabes, conquistaram em outubro a província de Raqqa, que estava em poder do EI. Elas tinham apoio da coalizão internacional de Estados liderada pelos EUA, que lançou ataques aéreos contra o EI nas regiões norte e leste da Síria, matando e ferindo centenas de civis. Outros grupos armados de oposição que combatiam primariamente forças do governo, como o Movimento Islâmico Ahrar al-Sham, o Hay'at Tahrir al-Sham e o Jaysh al-Islam, controlaram ou disputaram áreas das províncias da Zona Rural de Damasco, de Idleb e de Aleppo, às vezes lutando entre si. Vários ataques atribuídos a Israel dentro da Síria tinham como alvos o Hisbolá, posições do governo sírio e outros combatentes.

A Rússia continuou bloqueando as iniciativas do Conselho de Segurança da ONU de viabilizar a justiça e cobrar responsabilidades. Em 12 de abril, a Rússia vetou uma resolução condenando o uso de armas químicas na Síria e requerendo que os responsáveis prestassem contas. Em 17 de novembro, a Rússia vetou uma resolução que prorrogava o mandato da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) e do Mecanismo Investigativo Conjunto da ONU, criado em 2015 pelo Conselho de

Segurança da ONU para investigar ataques com armas químicas e identificar os responsáveis pelo uso de armas químicas na Síria.

As iniciativas de mediação de paz da ONU foram infrutíferas, pois as partes no conflito e seus aliados transferiram os debates diplomáticos para Astana, a capital do Cazaquistão. As conversações diplomáticas patrocinadas pela Rússia, pelo Irã e pela Turquia visavam a fortalecer o acordo de cessar-fogo nacional negociado em dezembro de 2016 e a executar o “roteiro para a paz” traçado na resolução 2254 da ONU de 2015. Em maio de 2017, as conversações mediadas pela Rússia estabeleceram quatro zonas de desescalada (redução progressiva das hostilidades) na Síria, que incluíam as províncias de Idleb, Deraa, Homs e Zona Rural de Damasco.

A Comissão Independente Internacional de Investigação sobre a República Árabe da Síria, criada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2011, continuou a monitorar e reportar violações do direito internacional cometidas pelas partes no conflito, embora continue impedida pelo governo de entrar na Síria.

Em julho, Catherine Marchi-Uhel foi designada a presidir o Mecanismo Internacional Independente e Imparcial criado em dezembro de 2016 pela Assembleia Geral da ONU para auxiliar a investigar e processar os crimes mais graves de direito internacional cometidos na Síria desde março de 2011.

CONFLITO ARMADO – VIOLAÇÕES COMETIDAS POR FORÇAS GOVERNAMENTAIS E ALIADAS, COMO O IRÃ E A RÚSSIA

ATAQUES INDISCRIMINADOS E ATAQUES DIRETOS CONTRA CIVIS E BENS CIVIS

O governo sírio e as forças aliadas continuaram a cometer crimes de guerra e outras graves violações do direito internacional humanitário, como ataques indiscriminados e ataques diretos contra civis e bens civis, como casas, hospitais e unidades de saúde. As forças

governamentais atacaram áreas controladas ou disputadas por grupos armados de oposição, ilegalmente matando e ferindo civis, bem como avariando bens civis, por meio de bombardeios aéreos e de artilharia.

Segundo a ONG Médicos pelos Direitos Humanos, em 19 de setembro, forças do governo fizeram bombardeios aéreos que atingiram três hospitais na província de Idlib, matando um funcionário, destruindo ambulâncias e danificando as instalações. Em 13 de novembro, forças sírias e russas lançaram ataques aéreos diurnos sobre um grande mercado em Atareb, uma cidade sob controle da oposição na província de Aleppo, matando pelo menos 50 pessoas, a maioria civis. Em 18 de novembro, forças do governo lançaram ataques aéreos e de artilharia sobre civis que se encontravam cercados a leste de Ghouta, na Zona Rural de Damasco, matando pelo menos 14 pessoas.

Em 4 de abril, aviões de guerra do governo lançaram um ataque com armas químicas proibidas internacionalmente sobre a cidade de Khan Sheikhoun, na zona rural de Idlib, matando mais de 70 civis e deixando centenas feridos. Em 30 de junho, a Organização para a Proibição de Armas Químicas concluiu que os moradores de Khan Sheikhoun foram expostos ao sarin, um agente neurotóxico, durante o ataque.

SÍTIOS E RESTRIÇÕES À AJUDA HUMANITÁRIA

O governo continuou a manter áreas de predominância civil sob sítio prolongado. O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) informou que, de um total de 419.920 pessoas que se encontravam sitiadas na Síria, quase 400.000 estavam sob sítio das forças governamentais na região leste de Ghouta. As forças governamentais privaram os moradores das áreas sitiadas de acesso a cuidados médicos, a outros bens e serviços e à assistência humanitária, submetendo-os a vários ataques aéreos, bombardeios de artilharia e outros ataques. Em outubro, o UNICEF anunciou que 232 crianças da região leste de Ghouta apresentavam um quadro de desnutrição aguda.

DESLOCAMENTO FORÇADO DE CIVIS

O governo e grupos armados de oposição negociaram quatro chamados acordos de reconciliação, entre agosto de 2016 e março de 2017, que provocaram o deslocamento forçado de milhares de moradores de cinco áreas sitiadas: Daraya, leste da cidade de Aleppo, o bairro de al-Waer na cidade de Homs, e as cidades de Kefraya e Foua. O governo e, em menor medida, os grupos armados de oposição submeteram essas áreas densamente habitadas a sítios prolongados e a bombardeios ilegais, forçando os grupos armados de oposição a se renderem e negociarem um acordo que resultou na evacuação de combatentes e no deslocamento em massa de civis. Os sítios e bombardeios ilegais que provocaram o deslocamento forçado de civis foram parte de um ataque sistemático e generalizado do governo contra civis, configurando crimes contra a humanidade.

CONFLITO ARMADO – ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

ATAQUES INDISCRIMINADOS E ATAQUES DIRETOS CONTRA CIVIS

As forças do El lançaram ataques diretos contra civis e ataques indiscriminados que mataram e feriram civis. Durante uma operação deflagrada na metade do ano pelas Forças Democráticas Sírias e pela coalizão liderada pelos EUA para reconquistar a cidade de Raqqa, as forças do El impediram que os moradores deixassem a cidade e usaram civis como escudos humanos.

O El reivindicou responsabilidade por uma série de atentados suicidas e outros ataques com bombas que visavam diretamente os civis, como o atentado ocorrido em fevereiro na cidade de Aleppo, que matou 50 pessoas, e o ocorrido em outubro na capital, Damasco, matando 17 civis. O Hay'at Tahrir al-Sham reivindicou responsabilidade por dois atentados suicidas com bomba próximos a um local de peregrinação xiita em Damasco, em 11 de março, que mataram 44 civis e deixaram 120 feridos.

Em maio, grupos armados de oposição começaram a lutar entre si na região leste de

Ghouta. Os combates duraram vários dias, com um saldo de mais de 100 mortes entre civis e combatentes. Os grupos armados de oposição no leste de Ghouta também lançaram ataques indiscriminados com foguetes e morteiros contra bairros controlados pelo governo, matando e ferindo várias pessoas ao longo do ano. Em novembro, grupos armados de oposição dispararam foguetes sem precisão contra a cidade de Nubul, sob controle do governo, na província de Aleppo, matando três civis.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

Segundo o Observatório Sírio de Direitos Humanos, o EI executou de forma sumária mais de 100 civis acusados de colaborar com o governo na cidade de al-Qaryatan, província de Homs, antes que as forças do governo reconquistassem a cidade.

SÍTIOS E RESTRIÇÕES À AJUDA HUMANITÁRIA

Grupos armados de oposição mantiveram áreas predominantemente civis sitiadas por longo tempo, restringindo o acesso à assistência médica e humanitária, bem como a outros bens e serviços essenciais. O Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários informou que o Hay'at Tahrir al-Sham e o Movimento Islâmico Ahrar al-Sham sitiaram 8.000 pessoas nas cidades de Kefraya e Foua, na província de Idlib.

CONFLITO ARMADO – ATAQUES AÉREOS DAS FORÇAS LIDERADAS PELOS EUA

A coalizão liderada pelos EUA prosseguiu com sua campanha de ataques aéreos contra o EI. Esses ataques, que em alguns casos violaram o direito internacional humanitário, mataram e feriram civis. Em junho, as forças da coalizão usaram munições com fósforo branco contra bairros civis nos arredores de Raqqa. Em maio, uma série de ataques da coalizão liderada pelos EUA contra uma propriedade rural no nordeste de Raqqa matou 14 membros de uma mesma família – oito mulheres, um homem e cinco crianças – deixando outras duas crianças gravemente feridas. Também em maio, um ataque aéreo contra residências ao norte da cidade de Raqqa matou 31 pessoas. Em julho, um ataque da

coalizão contra um prédio residencial a 100 metros de distância de um alvo do EI matou uma família com três crianças. As forças da coalizão também atingiram embarcações que cruzavam o Rio Eufrates, ao sul de Raqqa, matando dezenas de civis que tentavam fugir dos intensos combates na cidade. A coalizão não investigou adequadamente as denúncias de fatalidades civis, nem as denúncias de violações do direito internacional humanitário.

CONFLITO ARMADO – ABUSOS COMETIDOS PELO GOVERNO AUTÔNOMO LIDERADO PELO PYD

O Governo Autônomo, encabeçado pelo Partido de União Democrática sírio-curdo (PYD), continuou controlando a maior parte das regiões fronteiriças do norte, predominantemente curdas. A administração prendeu e deteve vários ativistas sírio-curdos de oposição, inclusive membros do Conselho Nacional Curdo na Síria. Muitos foram detidos provisoriamente por períodos prolongados, em condições precárias de detenção.

REFUGIADOS E PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

Entre 2011 e 2017, 6,5 milhões de pessoas foram deslocadas dentro da Síria e mais de 5 milhões saíram do país em busca de refúgio, das quais 511.000 se tornaram refugiadas em 2017, segundo o ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados. As autoridades dos vizinhos Turquia, Líbano e Jordânia, países que acolheram quase todos os refugiados (inclusive os palestinos desalojados da Síria), restringiram a entrada de novos refugiados, deixando-os expostos a mais ataques, violações e privações na Síria. A quantidade de outros locais de reassentamento e de rotas seguras e legais para os refugiados, oferecidos pelos Estados europeus e outros, ficou muito abaixo das necessidades identificadas pelo ACNUR.

Algumas das pessoas deslocadas dentro da Síria estavam vivendo em campos improvisados, com acesso limitado à

assistência e a outras necessidades básicas, bem como a oportunidades de se sustentar.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

As forças de segurança sírias mantiveram milhares de pessoas detidas sem julgamento, geralmente em condições que configuravam desaparecimento forçado. Dezenas de milhares de pessoas continuaram submetidas a desaparecimentos forçados, algumas desde o início do conflito em 2011. Entre elas, críticos e adversários pacíficos do governo, além de pessoas que foram detidas no lugar de seus familiares procurados pelas autoridades.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos de detentos pelos órgãos de segurança e de inteligência do governo, bem como nas penitenciárias do Estado, continuaram sendo praticados de forma sistemática e disseminada. Um grande número de pessoas detidas continuou morrendo em consequência de tortura e outros maus-tratos. Por exemplo, muitos indivíduos que estavam detidos no presídio militar de Saydnaya morreram depois de serem repetidamente torturados e sistematicamente privados de comida, água, ventilação, remédios e assistência médica. Seus corpos foram enterrados em covas coletivas.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Forças do governo efetuaram homicídios ilegais de pessoas detidas sob sua custódia no presídio militar de Saydnaya, próximo a Damasco. Quase 13.000 internos do presídio militar de Saydnaya foram executados extrajudicialmente em enforcamentos noturnos em massa ocorridos entre 2011 e 2015. As vítimas, em sua grande maioria, eram civis considerados opositores do governo, que foram executados depois de detidos em condições que correspondiam a desaparecimentos forçados. Antes de serem enforcadas, as vítimas eram condenadas à morte por um tribunal militar de campanha no bairro de al-Qaboun em Damasco, em julgamentos que duravam entre um e três

minutos. O tribunal era notório por realizar procedimentos judiciais a portas fechadas, que não respeitavam as normas internacionais mínimas para julgamentos justos.

Em agosto, a família do programador de software Bassel Khartabil soube que ele havia sido morto em 2015, depois de “julgado” e “condenado à morte” pelo tribunal militar de campanha de al-Qaboun. Ele havia sido preso em 15 de março de 2012 pela Inteligência Militar da Síria, e mantido incomunicável por oito meses antes de ser transferido para a penitenciária de Adra, em Damasco, em dezembro de 2012. Ele permaneceu em Adra até 3 de outubro de 2015, quando foi transferido para um local desconhecido antes de ser executado.

PENA DE MORTE

A pena de morte continuou em vigor para vários delitos. As autoridades revelaram poucas informações sobre sentenças de morte pronunciadas, e nenhuma sobre execuções.

SOMÁLIA

República Federal da Somália

Chefe de Estado: **Mohamed Abdullahi Mohamed** (substituiu **Hassan Sheikh Mohamud** em fevereiro)

Chefe de governo: **Hassan Ali Khayre** (substituiu **Omar Abdirashid Ali Sharmarke** em março)

Chefe da República da Somalilândia: **Muse Bihi Abdi** (substituiu **Ahmed Mohamed Mahamoud Silyano** em novembro)

A seca provocou deslocamentos em massa e elevou a insegurança alimentar a níveis críticos. Há informações de que até três civis teriam sido mortos em ataques aéreos e de drones dos EUA. O Quênia continuou seu programa de repatriamento voluntário de somalis do campo de refugiados de Dadaab e parou de registrar os recém-chegados da Somália. O grupo armado Al Shabab e o governo restringiram em grande medida o trabalho dos jornalistas. Embora as mulheres tenham conseguido pequenos

avanços na esfera política, a violência sexual e de gênero prevaleceu.

INFORMAÇÕES GERAIS

O parlamento da Somália, que representava todas as regiões do país, inclusive a Somalilândia e Puntlândia, elegeu em fevereiro Mohamed Abdullahi Mohamed (também conhecido como Farmajo) para a Presidência. Em fevereiro, o Presidente Mohamed nomeou Hassan Ali Khayre como primeiro-ministro. Alguns candidatos à Presidência foram acusados de usar milhões de dólares do financiamento de campanha para subornar deputados em troca de votos. Os deputados foram eleitos de acordo com um sistema que conferia aos homens mais velhos pertencentes aos quatro principais clãs um voto por pessoa, enquanto os homens mais velhos pertencentes a clãs minoritários tinham meio voto. Essa prática nega aos jovens, às mulheres e aos homens de clãs minoritários direitos iguais de voto. Também ocorreram eleições no território da Somalilândia, onde Muse Bihi Abdi foi eleito Presidente.

As forças de manutenção da paz da Missão da UA na Somália (AMISOM) retiraram-se de locais cruciais no país ao longo do ano, o que permitiu ao Al Shabab retomar o controle de cidades em áreas de conflito, incluindo El Bur, Bardera e Lego, localizadas no sul e centro da Somália.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Pouco depois de assumir o cargo, o Presidente Mohamed declarou que a reforma das forças de segurança e a derrota do Al Shabab estariam entre suas mais altas prioridades. Os ataques do Al Shabab contra a população civil se intensificaram ao longo do ano; o mais grave ocorreu em um hotel na capital, Mogadíscio, no dia 14 de outubro, quando, segundo o governo, mais de 512 pessoas morreram.

Segundo informações da imprensa, o governo dos EUA fez alterações secretas em suas regras sobre o uso de força letal em operações de combate ao terrorismo, e

incluiu a Somália entre as áreas designadas para "hostilidades ativas". Na prática, isso significa que as forças dos EUA estavam autorizadas a disparar contra pessoas suspeitas de serem combatentes do Al Shabab onde quer que estivessem, e independentemente de estarem colocando vidas em risco iminente. Segundo o *Bureau of Investigative Journalism*, uma ONG com sede no Reino Unido, até três civis foram mortos em 31 ataques aéreos e com drones estadunidenses durante o ano.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Em 9 de fevereiro, o Tribunal Superior do Quênia declarou que a normativa de 2016 do governo queniano de fechar o campo de refugiados de Dadaab, no condado de Garissa, era inconstitucional e violava as obrigações do Quênia perante o direito internacional e nacional (ver a seção sobre o Quênia). A maioria dos refugiados alojados naquele campo era da Somália. De janeiro a novembro de 2017, segundo o ACNUR, a agência de refugiados da ONU, 32.478 refugiados somalis foram repatriados voluntariamente do Quênia para Kismayo, Baidoa, Mogadíscio, Luuq e Afmadow, no centro-sul da Somália, no âmbito do Acordo Tripartite entre o Quênia, a Somália e o ACNUR. No final do ano, havia 229.592 somalis registrados como refugiados no campo de Dadaab. No entanto, o Quênia continuou a não registrar novas chegadas da Somália.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O Al Shabab proibiu jornalistas de operarem em áreas sob seu controle. O grupo continuou a deter, ameaçar e assediar profissionais da imprensa em todo o país.

Em julho, o Conselho de Ministros Somali aprovou uma lei repressiva que estabeleceu um órgão regulador estatutário – cujos membros foram nomeados pelo ministro da Informação e que supervisionavam o conteúdo das mídias impressa e radiotelevisiva. A lei estabeleceu uma proibição geral de notícias consideradas

falsas, bem como da publicação de "propaganda", sem fornecer uma definição clara desses termos. A legislação foi redigida em termos vagos e incluía amplas restrições aos jornalistas; conferindo às autoridades poderes discricionários para processar os profissionais da imprensa.

A Associação de Jornalistas da Somalilândia informou que mais de 30 jornalistas foram presos e detidos pelas autoridades da Somalilândia por criticar o governo.

DIREITOS DAS MULHERES

O sistema de cotas eleitorais somali reservou 30% dos assentos para mulheres. Com isso, o nível de representação das mulheres melhorou e subiu para 24% na câmara baixa e 22% na câmara alta.

A violência sexual e a violência de gênero continuaram generalizadas, embora fossem subnotificadas. O Sistema Integrado de Gestão da Somália, uma agência governamental, documentou pelo menos 271 e 312 casos de violência de gênero contra mulheres e meninas dentre a população deslocada, na Somalilândia e em Puntlândia, respectivamente, e pelo menos 400 casos no centro-sul da Somália. A seca fez com que mais mulheres ficassem separadas de suas famílias, colocando-as sob maior risco de violência sexual e de gênero, especialmente por serem vistas como mulheres sem "proteção masculina".

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Uma seca sem precedentes levou a um aumento significativo do número de pessoas deslocadas internamente, que estava estimado em 943 mil até o fim do ano. Mais de 3 milhões de pessoas experimentaram níveis críticos de insegurança alimentar. A desnutrição atingiu níveis emergenciais nas regiões do sul e central, principalmente entre as populações deslocadas, mas também entre os afetados diretamente pelo prolongado conflito. Em agosto, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (ENUCAH) estimou que 388 mil crianças estavam desnutridas e

87 mil precisavam de cuidados emergenciais.

SUDÃO

República do Sudão

Chefe de Estado e de governo: **Omar Hassan Ahmed al-Bashir**

As forças de segurança prenderam arbitrariamente, detiveram e praticaram outros abusos contra membros de partidos de oposição, defensores dos direitos humanos, estudantes e ativistas políticos. Os direitos à liberdade de expressão, associação e manifestação pacífica foram arbitrariamente restringidos. As condições de segurança e humanitária nos estados de Darfur, Nilo Azul e Cordofão do Sul permaneciam calamitosas, com violações generalizadas do direito internacional humanitário e de direitos humanos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em janeiro, o governo dos EUA suspendeu parcialmente as sanções econômicas impostas ao Sudão desde 1997, com o descongelamento de ativos e de transações bancárias, comerciais e de investimento. O governo dos EUA concordou em suspender todas as sanções econômicas em outubro, afirmando que o governo do Sudão demonstrou empenho em alcançar progressos em cinco áreas chaves, entre as quais, a redução acentuada das ofensivas militares, culminando com o compromisso de manter a cessação das hostilidades nas áreas em conflito no Sudão e a melhora do acesso humanitário em todo o país.

Em 15 de Janeiro, o Conselho de Ministros prorrogou o cessar-fogo unilateral em Darfur, Nilo Azul e Cordofão do Sul por mais seis meses. As forças armadas sudanesas e o Movimento Popular de Libertação do Sudão Norte (SPLM-N) trocaram acusações sobre violações do cessar-fogo no estado de Cordofão do Sul em 21 de fevereiro. Em março, o SPLM-N dividiu-se em duas facções rivais que ameaçaram atrasar as

conversações de paz entre o governo e o SPLM-N, deflagrar conflitos maiores e causar novos deslocamentos nas áreas controladas pelo SPLM-N no Nilo Azul. Contudo, em outubro, o governo estendeu o cessar-fogo unilateral até 31 de dezembro, o qual se mantinha no final do ano.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E DE MANIFESTAÇÃO

As atividades das organizações da sociedade civil e dos partidos de oposição foram profundamente restringidas. O Serviço Nacional de Inteligência (NISS) impediu muitas organizações da sociedade civil e vários partidos de oposição de realizarem eventos. Em 17 de fevereiro, por exemplo, o NISS proibiu uma reunião do Comitê Central de Professores na sede do Partido Nacional Umma, na cidade de Omdurman. Também proibiu o Partido Nacional Umma de realizar um evento público em Wad Madani, capital do estado de Al Jazirah, em 18 de março. Em abril, impediu o comitê de Dramaturgos Sudaneses de realizar um evento público para discutir o impacto da ausência de artes dramáticas na sociedade sudanesa. Ainda em abril, o NISS pôs fim a uma cerimônia fúnebre do Partido do Congresso Sudanês em memória de um de seus membros; e a um evento organizado pela iniciativa “Não à opressão das mulheres” na Universidade de Al-Ahfad, sem justificativas. Em maio, o NISS cancelou um simpósio sobre Sufismo, intitulado “Perspectivas Atuais e Futuras” no Friendship Hall, na capital, Cartum. Em junho, a Comissão de Ajuda Humanitária (HAC) suspendeu as atividades da Shari Al-Hawadith, uma organização que prestava assistência médica no estado de Kassala.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Na segunda metade do ano, autoridades confiscaram as tiragens de seis jornais, em 26 ocasiões. Restrições à liberdade de expressão persistiram, com editores de jornais e jornalistas sendo instruídos sistematicamente a não abordar qualquer assunto considerado uma ameaça à segurança. Doze jornalistas foram

repetidamente intimados e investigados pelo NISS, e outros dois foram condenados por reportarem questões consideradas como ameaças à segurança. Por exemplo, em maio, o Tribunal de Imprensa e Publicações de Cartum condenou Madiha Abdala, ex-editora do jornal *Al-Midan*, do Partido Comunista Sudanês, por “disseminação de informações falsas” e a multaram em 10.000 libras sudanesas (cerca de US\$ 1.497), por publicar um artigo sobre o conflito no Cordofão do Sul, em 2015.

Em setembro, Hanadi Alsiddig, editora-chefe do jornal *Akhbar Alwatan*, foi detida por pouco tempo e espancada pelo NISS por cobrir questões de disputa de terras.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Agentes do NISS e outras forças de segurança prenderam e detiveram arbitrariamente, além de submeteram a outros abusos, membros de partidos políticos de oposição, defensores dos direitos humanos, estudantes e ativistas políticos.¹ Três ativistas da oposição foram mantidos em detenção, sem acusação, após serem presos em janeiro e fevereiro pelo NISS, em Cartum, e foram libertados no fim de abril. Eles foram presos porque apoiaram os protestos de desobediência civil em novembro e dezembro de 2016, contra medidas de austeridade econômica.²

O doutor Hassan Karar, ex-presidente do Comitê Central de Médicos Sudaneses (CCSD), foi novamente preso em 20 de abril e detido por quatro dias no gabinete do Promotor de Crimes Contra o Estado do NISS. Ele foi detido por apoiar uma greve de médicos de âmbito nacional em protesto contra a deterioração dos serviços de saúde. O doutor Mohamed Yasin Abdalla, também ex-presidente do CCSD, foi preso e detido em 22 de abril, em Cartum, no gabinete do Promotor de Crimes Contra o Estado. Ele foi liberado sem acusação em 28 de abril. Ambos foram acusados, mas não processados formalmente, de formar uma entidade ilegal e ameaçar o sistema de saúde do país.

Em maio, os ativistas Mudawi Ibrahim Adam e seu colega Hafiz Idris Eldoma foram acusados de seis crimes, dois dos quais puníveis com prisão perpétua ou morte.³ Eles foram presos pelo NISS, juntamente com um terceiro ativista, em 2016, por seu trabalho para a Organização para o Desenvolvimento Social do Sudão – Reino Unido (SUDO-UK), que atua em projetos humanitários e de desenvolvimento em todo o país. Eles foram submetidos a maus-tratos na prisão. Mudawi Ibrahim Adam e Hafiz Idris Eldoma foram libertados em 29 de agosto, após oito meses de prisão ilegal.⁴

Nabil Mohamed El-Niwari, ativista político sudanês e membro do partido de oposição no Congresso Sudanês, foi detido pelo NISS em Cartum, em 5 de setembro, devido a suas atividades políticas.⁵

CONFLITO ARMADO

DARFUR

Houve uma redução do conflito armado entre as forças armadas sudanesas e os grupos armados de oposição no início do ano. No entanto, surgiram relatos de novos combates no estado de Darfur do Norte, em 28 de maio, entre, de um lado, o Movimento de Libertação do Sudão (SLM-MM), liderado por Minni Minawi, e o Conselho de Transição do SLM, e de outro, as Forças Armadas Sudanesas e as Forças de Apoio Rápido (RSF). Não houve progresso evidente com relação ao processo de paz ou aos mecanismos para enfrentar as causas e consequências do conflito de Darfur. Ocorreram pelo menos 87 incidentes de homicídios ilegais de civis, inclusive de deslocados internos (PDIs), principalmente por parte da milícia pró-governo, e houve relatos de saques, estupros e prisões arbitrárias generalizados em Darfur. Em 22 de setembro, o Presidente al-Bashir anunciou uma visita ao campo de PDIs de Kalma, em Darfur do Sul. As forças de segurança sudanesas usaram munição real para dispersar os protestos de PDIs contrários à visita. Cinco pessoas foram mortas e dezenas ficaram feridas. Em junho, o Conselho de Segurança da ONU renovou o

mandato da UNAMID (missão da ONU em Darfur) até 30 de junho de 2018. O mandato incluía também a reestruturação da presença da UNAMID, em duas fases de seis meses, que teve implicações mais amplas para a proteção dos civis em Darfur.

CORDOFÃO DO SUL E NILO AZUL

A Rede de Sistemas de Alerta Prévio contra a Fome (FEWS-NET) informou que a situação humanitária em áreas controladas pelo SPLM-N, no Cordofão do Sul, era calamitosa. A taxa de desnutrição crônica foi estimada em 38,3% devido à persistente privação alimentar e às doenças recorrentes. A FEWS-NET estimou que 39% das famílias no Nilo Azul sofriam de insegurança alimentar grave. Ao mesmo tempo, a inflamada disputa de liderança interna no SPLM-N aumentou a tensão entre os refugiados sudaneses no condado de Maban, no Sudão do Sul, desencadeando violentos confrontos étnicos entre as duas facções rivais do SPLM-N no Nilo Azul, resultando no deslocamento de milhares de pessoas da área controlada pelo SPLM-N para áreas controladas pelo governo no Sudão e para campos de refugiados no Sudão do Sul e na Etiópia.

1. Courageous and resilient: Activists in Sudan speak out (AFR 54/7124/2017)
2. Opposition activists arbitrarily held in Sudan (AFR 54/6000/2017)
3. Sudan: Human rights defender facing death penalty: Dr Mudawi Ibrahim Adam (AFR 54/6300/2017)
4. Sudan: Dr Mudawi released after eight months of wrongful imprisonment (Press Release, 30 August)
5. Sudan: Detained opposition activist denied lawyer visits: Nabil Mohamed El-Niwari (AFR 54/7101/2017)

SUDÃO DO SUL

República do Sudão do Sul

Chefe de Estado e de governo: **Salva Kiir Mayardit**

O conflito armado se expandiu e surgiram novos grupos armados de oposição. Participantes no conflito continuaram a violar o direito internacional e a cometer violações e abusos dos direitos humanos impunemente. Os combates entre forças do

governo e de oposição tiveram um impacto humanitário devastador na população civil. Conflitos e fome desalojaram centenas de milhares de pessoas.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Movimento de Libertação do Povo do Sudão/Exército em Oposição (SPLM/A-IO), principal grupo de oposição, manteve-se dividido entre os leais a Riek Machar e os leais a Taban Deng Gai. Taban Deng Gai substituiu Riek Machar como primeiro vice-presidente em julho de 2016, depois que as batalhas entre as forças do governo e as de oposição na capital, Juba, forçaram Riek Machar a fugir do Sudão do Sul. Novos grupos de oposição surgiram, entre os quais a Frente Nacional de Salvação, liderada pelo general Thomas Cirillo Swaka, ex-subcomandante do Estado-Maior, que renunciou das forças armadas do Sudão do Sul em fevereiro de 2017.

Durante o ano, a legitimidade e a relevância do Acordo de 2015 para a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul diminuíram devido ao seu fracasso em melhorar a situação de segurança. Em junho, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento anunciou que convocaria um fórum de alto nível para atuar no restabelecimento de um cessar-fogo permanente e na implementação do Acordo. Entre agosto e novembro, a Autoridade consultou as partes no Acordo, outros grupos de oposição e os principais interessados – incluindo a sociedade civil – quanto à estrutura do fórum e aos resultados esperados. Um acordo de cessação de hostilidades foi assinado em dezembro, mas sugeriram novos combates logo em seguida, nas proximidades de Yei.

CONFLITO ARMADO INTERNO

As hostilidades entre as forças do governo e as forças de oposição sob o comando de Riek Machar, bem como com outros grupos de oposição armada, atingiram a maior parte do país. As partes no conflito cometeram violações e abusos que infringem a legislação

internacional de direitos humanos e o direito humanitário internacional, incluindo a matança propositada de civis, muitas vezes com base em etnia ou lealdade política presumida; saque e destruição sistemáticos de propriedades, sequestros e crimes de violência sexual.

No Alto Nilo, por exemplo, durante todo o ano, forças do governo, auxiliadas por milícias étnicas de Dinka Padang, realizaram repetidos ataques no território dominado por forças Shilluk alinhadas à oposição, na margem oeste do Nilo Branco. Essas forças atacaram indiscriminadamente cidades e aldeias de população civil, entre as quais Wau Shilluk, Lul, Fashoda, Kodok e Aburoc, e foram responsáveis por homicídios deliberados, saques de propriedades e deslocamento de dezenas de milhares de civis.¹

O combate ao longo do ano na região de Equatória também resultou em numerosas mortes de civis. Foram documentados casos de homicídios deliberados de civis, crimes de violência sexual, saques e destruição de propriedades nos condados de Yei e Kajo Keji, principalmente por parte das forças governamentais.

VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência sexual continuou a ser uma prática comum no conflito. Todos os lados submeteram mulheres, meninas, homens e meninos a estupro, estupro coletivo, escravidão sexual, mutilação sexual, castração e nudez forçada durante ataques a aldeias, revistas em áreas residenciais, nas estradas e em postos de fronteira, assim como após sequestro ou durante detenção. Forças governamentais investiam sobre mulheres e meninas que viviam em campos sob a proteção das forças de paz da ONU no Sudão do Sul (UNMISS), quando elas saíam para fazer compras ou buscar suprimentos básicos, como alimentos e lenha. Vítimas de violência sexual tiveram pouco acesso a cuidados médicos e psicológicos adequados, devido à disponibilidade limitada desses serviços ou porque não conseguiam acessá-los. Os autores de crimes de violência sexual raramente foram responsabilizados.²

Restrições à ajuda humanitáriaO ambiente hostil em que atuaram os trabalhadores humanitários prejudicou significativamente sua capacidade de atender as necessidades de alimentação, assistência médica, educação e abrigo de emergência. As partes no conflito obstruíram sistematicamente o acesso da ajuda humanitária, ameaçando, assediando, detendo ou cometendo atos de violência contra os trabalhadores humanitários; pelo menos 25 deles foram mortos durante o ano, segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA). Em várias ocasiões, os combates entre grupos armados obrigaram os trabalhadores humanitários a se deslocarem de suas áreas de operação e a suspenderem serviços. Suprimentos humanitários foram saqueados por participantes no conflito, inclusive, de acordo com a OCHA, mais de 670 toneladas de alimentos provenientes de armazéns de ajuda humanitária, em junho e julho.

DIREITO À ALIMENTAÇÃO

Estima-se que 4,8 milhões de pessoas, quase metade da população, viviam em situação de grave insegurança alimentar em razão das obstruções ao acesso humanitário, do conflito armado, dos deslocamentos em massa e da crise econômica. Em fevereiro, a fome localizada foi declarada nos condados de Leer e Mayendit, no estado de Unidade. Em junho, a situação havia melhorado, após uma resposta humanitária em grande escala.

Na região de Equatória, antes rica em alimentos, forças governamentais e de oposição impuseram restrições ao acesso da população civil aos alimentos, como forma de controlar seus movimentos ou forçá-la a deixar suas casas e terras.³ Aqueles que ficaram enfrentaram escassez severa de alimentos e níveis elevados de desnutrição.

Em todo o país, o deslocamento e a ameaça de violência dificultaram a agricultura e impediram a população civil de cuidar do gado e de receber ajuda alimentar de forma contínua e adequada.

O agravamento da situação econômica também aprofundou a crise alimentar. As

receitas do governo caíram devido aos preços baixos e à baixa produção de petróleo. A depreciação da moeda local e a escassez de produtos básicos importados fizeram disparar os preços dos alimentos. O governo repetidamente deixou de pagar salários aos servidores.

Refugiados, requerentes de asilo e deslocados internosMais de 3,9 milhões de pessoas – aproximadamente um terço da população – foram deslocadas desde o início do conflito, em dezembro de 2013; 1,9 milhão eram deslocados internos, entre os quais mais de 200.000 estavam vivendo em bases da ONU sob a proteção das forças de paz da UNMISS.

Mais de 640,000 fugiram do país durante o ano, elevando o número total de refugiados do Sudão do Sul para mais de 2 milhões. A maioria deles foi acolhida pelos vizinhos Etiópia, Uganda (ver seção sobre Uganda) e Quênia (ver seção sobre o Quênia), com aproximadamente 1 milhão de refugiados em Uganda.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS, TORTURAS E OUTROS MAUS TRATOS

Em março, o presidente Kiir anunciou planos para libertar todos os presos políticos. Ao menos 30 presos foram libertados durante o ano; no entanto, o Serviço Nacional de Segurança (NSS) e o Departamento de Inteligência Militar continuaram a efetuar prisões arbitrárias e a manter supostos opositores políticos em detenção prolongada sem acusação ou julgamento. Algumas pessoas tiveram negado seu direito a ter sua detenção revisada por um tribunal, e foram, com frequência, submetidas à tortura e a outros maus-tratos. As condições de detenção eram severas; detentos foram sistematicamente privados de acesso a familiares, alimento suficiente e água limpa. Tais condições, inclusive a falta de assistência médica adequada, contribuíram para a morte de alguns detentos.

O NSS libertou 21 presos, sem acusação, de detenção arbitrária prolongada no complexo que sedia o NSS no bairro de Jebel, em Juba; um foi libertado em janeiro,

dois em março, um em abril, dois em maio e 15 em agosto. A maioria havia estado detida por períodos entre dois e três anos. Pelo menos outros cinco permaneceram detidos no complexo, acusados de se comunicarem com a oposição ou de apoiá-la. Um sexto homem, James Gattet, ex-porta-voz do SPLM/A-IO, detido na mesma instalação, foi acusado de incitar a violência, de "traição" e de "publicar ou comunicar declarações falsas prejudiciais ao Sudão do Sul". Ele foi detido depois de ter sido devolvido à força do Quênia para o Sudão do Sul, em novembro de 2016.⁴

Mike Tyson, Alison Mogga Tadeo, Richard Otti e Andria Baambe, também detidos sem acusação por supostos vínculos com a oposição, morreram no mesmo complexo, entre fevereiro e julho, em consequência das condições severas de detenção e do acesso inadequado a cuidados médicos. Eles estavam detidos desde 2014.

O governo não investigou a prática de detenções arbitrárias e as violações associadas a essa prática por parte das agências governamentais de segurança, nem buscou responsabilizar criminalmente os suspeitos dessas práticas, ou ofereceu reparação às vítimas, tais como indenização e reabilitação.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

O NSS e o Departamento de Inteligência Militar submeteram a desaparecimentos forçados pessoas consideradas contrárias ao governo.

Dong Samuel Luak e Aggrey Idri, ambos críticos veementes do governo, desapareceram em 23 e 24 de janeiro, respectivamente, em Nairobi, no Quênia. Eles foram devolvidos à força para o Sudão do Sul e levados para a instalação prisional na sede do NSS, em Juba. Há informações de que tenham sido removidos desta instalação em 27 de janeiro. Sua situação e o seu paradeiro permaneciam desconhecidos.⁵

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Jornalistas, defensores dos direitos humanos, partidários da oposição e outros que se

manifestaram sobre o conflito foram submetidos a perseguição, prisões e detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos. Isso levou à autocensura e a um ambiente político em que as pessoas não conseguiam atuar ou falar livremente.

Em 10 de julho, o NSS prendeu Adil Faris Mayat, diretor da South Sudan Broadcasting Corporation, porque a emissora não transmitiu o discurso do Dia da Independência do Presidente Kiir. Ele foi detido sem acusação por nove dias em uma cela na sede do NSS, em Juba, e posteriormente exonerado do cargo. Em 17 de julho, a Agência Nacional de Comunicação do Sudão do Sul bloqueou os sites de quatro órgãos de imprensa. Segundo os meios de comunicação, o ministro da Informação disse que os sites publicaram informações "hostis" ao governo.

Falta de transparênciaNenhuma investigação fidedigna sobre crimes que infringem o direito internacional e sobre violações ou abusos de direitos humanos foi conduzida; nem foram instaurados processos judiciais contra os suspeitos de perpetrar tais crimes, com julgamentos justos e perante tribunais civis. O exército declarou que alguns crimes cometidos por soldados do governo contra civis foram julgados perante tribunais militares. Isso ocorreu apesar de um dispositivo da Lei SPLA do Sudão do Sul exigir que, se um oficial militar cometer um crime contra um civil, o tribunal civil deverá ter competência sobre o crime. Em maio, por exemplo, teve início perante um tribunal militar especial o julgamento de 12 soldados do governo acusados de estupro, assassinato e saque no hotel Terrain, em Juba, em 2016.

Três órgãos de justiça de transição, previstos no Acordo para a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul, de 2015, não tinham sido criados até o final do ano. Em julho, a Comissão da UA e o governo chegaram a um acordo sobre o conteúdo de um estatuto e de um memorando de entendimento para a criação de um dos órgãos, o Tribunal Híbrido do Sudão do Sul, embora esses documentos não tenham sido formalmente aprovados ou

adotados. Um comitê técnico da Comissão da Verdade, Reconciliação e Reparação iniciou consultas sobre a estrutura e o marco jurídico da Comissão.

A legislação do Sudão do Sul não definia nem criminalizava a tortura, o desaparecimento forçado ou os crimes contra a humanidade.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

A Assembleia Geral dos Juizes decidiu entrar em greve em abril, exigindo aumentos salariais, melhores condições de trabalho e a renúncia do presidente do Supremo Tribunal, por sua fraca liderança. O Presidente Kiir respondeu com um decreto, em 12 de julho, destituindo 14 juizes do cargo e invocando uma cláusula constitucional que permitia que os juizes fossem destituídos por “conduta inadequada”. Em 11 de setembro, os juizes encerraram a greve por motivos que incluíam uma promessa do Presidente de que analisaria suas demandas e reintegraria os juizes demitidos. Até o fim do ano, eles não haviam sido reintegrados. Em novembro, um juiz da Suprema Corte renunciou, alegando falta de independência do Judiciário.

Em outubro, a Assembleia Legislativa Nacional de Transição votou a ratificação do Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África (Protocolo de Maputo).

TURQUIA

República da Turquia

Chefe de Estado: **Recep Tayyip Erdoğan**

Chefe de governo: **Binali Yildirim**

O contínuo estado de emergência instaurou um ambiente favorável às violações de direitos humanos. As divergências foram suprimidas de forma brutal, atingindo jornalistas, ativistas políticos e defensores de direitos humanos. Episódios de tortura continuaram sendo denunciados, mas em quantidade menor que nas semanas seguintes à tentativa de golpe em julho de 2016. Quaisquer esforços efetivos para investigar violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado eram frustrados pela onipresença da impunidade. Grupos armados seguiram praticando abusos, como dois atentados ocorridos em janeiro. Entretanto, não houve novos atentados à bomba contra a população em geral, como seguidamente acontecia em anos anteriores. Nenhuma solução foi encontrada para resolver a situação das pessoas deslocadas no sudeste do país. A Turquia continuou a abrigar uma das maiores populações de refugiados do mundo, com mais de três milhões de refugiados registrados somente da Síria, enquanto os riscos de devolução forçada persistiam.

INFORMAÇÕES GERAIS

O estado de emergência, decretado após uma tentativa de golpe de Estado em julho de 2016, perdurou ao longo do ano. Essa situação abriu caminho para que restrições ilegais fossem impostas aos direitos humanos, e permitiu que o governo aprovasse leis que se furtavam à supervisão efetiva do Parlamento e dos tribunais.

Depois de terem sido presos temporariamente em 2016, nove parlamentares do Partido Democrático dos Povos (HDP), de esquerda e com raízes curdas, inclusive os dois líderes do partido, permaneceram presos por todo o ano.

1. South Sudan: “It was as if my village was swept by a flood”: Mass displacement of the Shilluk population from the West Bank of the White Nile (AFR 65/6538/2017)
2. “Do not remain silent”: Survivors of sexual violence in South Sudan call for justice and reparations (AFR 65/6469/2017)
3. South Sudan: “If men are caught, they are killed. If women are caught, they are raped”: Atrocities in Equatoria Region turn country’s breadbasket into a killing field (AFR 65/6612/2017)
4. South Sudan: Several men arbitrarily held in poor conditions (AFR 65/6747/2017); South Sudan: Fifteen released, five still arbitrarily detained (AFR 65/7144/2017)
5. South Sudan: Fate and whereabouts of two men unknown: Dong Samuel Luak and Aggrey Idri (AFR 65/6298/2017)

Sessenta prefeitos eleitos pelo Partido Democrático das Regiões (DBP), associado ao HDP, representando as regiões de maioria curda a leste e sudeste da Turquia, também continuaram presos. Os representantes que os substituíram sem ter sido eleitos permaneceram nos cargos no decorrer de 2017. Em outubro, seis prefeitos eleitos, entre os quais o da capital Ancara e o de Istambul, não tiveram outra opção além de renunciar, conforme exigiu o Presidente. Em consequência, um terço da população turca não estava sendo representada pelos políticos que elegeram no pleito local de 2016.

Mais de 50.000 pessoas estavam detidas provisoriamente acusadas de participar da “Organização de Terror Gulenista” (FETÖ), que as autoridades responsabilizaram pela tentativa de golpe em 2016. Um número similar foi libertado mediante o pagamento de fiança, tendo que se reportar regularmente às autoridades. Somente uma pequena minoria foi acusada de participar das ações concretas de efetivação do golpe. O Judiciário, desfalcado pela exoneração ou detenção de quase um terço dos núcleos e promotores turcos, continuou sob forte pressão política. Detenções provisórias arbitrárias, prolongadas e punitivas, bem como violações dos princípios para julgamentos justos, continuaram acontecendo de forma rotineira.

Prosseguiram os confrontos armados entre o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e as forças de segurança do Estado. As forças armadas turcas também realizaram operações militares contra grupos armados na Síria e no Iraque. Em setembro, o Parlamento estendeu por mais um ano o mandato para essas operações.

Em abril, emendas constitucionais concedendo extensos poderes à Presidência foram aprovadas em um referendo. Os adversários das emendas propostas reclamaram que tiveram muito menos acesso aos meios de comunicação estatais e que foram impedidos de manifestar publicamente sua oposição. As autoridades descartaram as denúncias de irregularidades na contagem dos votos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Representantes da sociedade civil, assim como a população em geral, praticaram amplamente a autocensura, deletando postagens nas mídias sociais e se abstendo de fazer comentários em público por medo de perder o emprego, ver suas organizações fechadas ou sofrer processos criminais. Milhares de ações penais foram instauradas, inclusive com base em leis que proíbem a difamação e em acusações forjadas de terrorismo, contra pessoas que exerciam pacificamente seu direito à liberdade de expressão. Detenções provisórias punitivas e duradouras eram impostas de forma corriqueira. Detalhes confidenciais de investigações com frequência eram vazados para a imprensa ligada ao governo, e vários estampados nas primeiras páginas dos jornais, enquanto os porta-vozes do governo faziam declarações desfavoráveis sobre os casos investigados. Prosseguiram as ações judiciais contra jornalistas e ativistas políticos, e os processos contra defensores de direitos humanos aumentaram. Jornalistas e meios de comunicação internacionais também foram alvos de ações.

Críticas ao governo praticamente desapareceram da imprensa escrita ou radiotelevisada, fazendo com que as opiniões divergentes se limitassem principalmente à internet. O governo continuou se valendo de ordens administrativas de bloqueio, contra as quais não havia recursos efetivos, como modo habitual de censurar conteúdos na internet. Em abril, as autoridades turcas bloquearam completamente o acesso à Wikipédia, porque uma página da enciclopédia on-line citava matérias publicadas na imprensa denunciando as ligações entre o governo turco e diversos grupos armados que atuam na Síria. A Wikipédia se recusou a editar a página em questão. No fim do ano, o site continuava bloqueado.

JORNALISTAS

Entre os mais de 100 jornalistas e outros profissionais da imprensa que se encontravam detidos provisoriamente no fim do ano, três eram do jornal secular de

oposição *Cumhuriyet*; no decorrer do ano, oito de seus colegas que também haviam sido detidos provisoriamente foram soltos enquanto aguardavam julgamento. Jornalistas de órgãos de imprensa fechados por meio de decretos emitidos durante o estado de emergência continuaram sendo processados, condenados e encarcerados. O ex-editor do jornal *Taraf*, Ahmet Altan, e seu irmão, Mehmet Altan, continuaram em detenção provisória depois de detidos em julho de 2016 por envolvimento com o movimento Gülen, assim como outros 34 profissionais da imprensa que trabalhavam para jornais do grupo Zaman. Zehra Doğan, jornalista da agência de notícias Jinha, formada por mulheres curdas, foi presa em junho depois de condenada a dois anos, nove meses e 22 dias de prisão por fazer propaganda terrorista. İnan Kızılkaya, editor do jornal curdo *Özgür Gündem*, foi libertado em outubro após 440 dias detido provisoriamente, enquanto aguardava a conclusão de seu julgamento por afiliação ao PKK.

Deniz Yücel, correspondente do jornal alemão *Die Welt*, foi preso em fevereiro e, no fim do ano, continuava detido sem acusação, a maior parte do tempo em regime de isolamento. A jornalista Ayla Albayrak, do *Wall Street Journal*, foi condenada por fazer propaganda terrorista e, em outubro, recebeu uma sentença de dois anos e um mês de prisão por um artigo que escreveu em 2015 sobre os confrontos armados entre forças do Estado e jovens pertencentes ao PKK.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Em julho, a polícia interrompeu uma oficina de direitos humanos que acontecia na ilha de Büyükkada, próximo a Istambul, e deteve 10 defensores dos direitos humanos que participavam do evento, inclusive dois cidadãos estrangeiros. Oito pessoas, entre elas a diretora da Anistia Internacional na Turquia, İdil Eser, foram detidas provisoriamente até outubro, quando teve início seu julgamento por acusações forjadas de “pertencimento a uma organização terrorista”, em razão de seu trabalho de defesa dos direitos humanos. O tribunal

decidiu processar também Taner Kılıç, presidente do Conselho da Anistia Internacional na Turquia. Detido em junho, Taner Kılıç foi acusado de “ser membro do FETÖ”, por ele ter baixado em seu celular o aplicativo de mensagens ByLock, que as autoridades alegam ser usado para as comunicações do grupo. Apesar de dois laudos periciais atestando que ele não havia baixado o aplicativo, e sem que qualquer prova consistente fosse apresentada pela promotora, ele continuava detido provisoriamente no fim do ano.

Em agosto, o veterano defensor dos direitos humanos Murat Çelikkan foi encarcerado depois de condenado por fazer propaganda terrorista; a condenação foi por ele ter manifestado solidariedade aos jornalistas do *Özgür Gündem* durante um evento ocorrido em 2016. Ele foi posto em liberdade condicional em outubro, depois de cumprir dois meses de uma pena de 18 meses de prisão. Outros 16 ativistas receberam sentenças com penas suspensas por participarem do ato, enquanto 18 participantes ainda estavam sendo processados.

Em outubro, Osman Kavala, liderança da sociedade civil, foi detido e acusado de “tentar subverter a ordem constitucional” por motivos relacionados à tentativa de golpe de 2016. No final do ano, ele continuava detido provisoriamente, sem ter sido indiciado.

Em novembro, Raci Bilici, vice-presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos (IHD) e presidente da seção da cidade de Diyarbakir, foi a julgamento acusado de pertencer a uma organização terrorista. Mais de 20 outros membros da IDH foram processados por supostos delitos relacionados ao terrorismo.

Cinco representantes da Associação dos Advogados Progressistas (ÇHD), que atuava em casos de direitos humanos e foi fechada por decreto emergencial em 2016, foram mantidos em detenção provisória após a realização de operações policiais em todo o país. Eles haviam sido acusados de delitos que tinham relação com o PKK ou com o Partido da Frente Libertação Popular

Revolucionária (DHKP-C), um grupo armado. Em novembro, Selçuk Kozağaçlı, presidente nacional da ÇHD, foi detido. No fim do ano, ele continuava em detenção provisória.

ATIVISTAS

Ativistas foram perseguidos por criticar as autoridades. Nuriye Gülmen e Semih Özakça foram detidos em maio e mantidos sob custódia com base em ordens judiciais que mencionavam seus protestos pacíficos; eles estavam em greve de fome desde março para protestar contra sua demissão arbitrária por meio de um decreto do estado de emergência. Semih Özakça foi libertado em outubro. Nuriye Gülmen permaneceu detida; em dezembro, ela foi condenada por afiliação ao DHKP-C e aguardava o resultado de um recurso. Semih Özakça foi absolvido dessa acusação. A polícia costumava deter os manifestantes que pediam sua libertação.

Mais de 70 Acadêmicos pela Paz foram indiciados por fazer propaganda do PKK depois que apresentaram uma petição, em janeiro de 2016, pedindo o fim das operações militares no sudeste da Turquia. Os primeiros julgamentos começaram em dezembro. O ativista Barbaros Şansal foi detido em janeiro por postagens que fez nas mídias sociais criticando o governo. Em junho, ele foi condenado por “depreciar a Nação Turca”, com base no artigo 301 do Código Penal, e recebeu uma sentença com pena suspensa de seis meses e 20 dias.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

As manifestações públicas esmoreceram na medida em que os governos provinciais impuseram proibições arbitrárias e genéricas, invocando poderes do estado de emergência, e a polícia usou força excessiva contra um pequeno número de pessoas que protestava apesar dos riscos. A “Marcha da Justiça” promovida pelo Partido Republicano do Povo (CHP), o principal partido de oposição, transcorreu de forma pacífica e se destacou como notável exceção à tendência repressora. As tradicionais comemorações pelo Dia Internacional do Trabalho em Istambul foram realizadas fora da área

central da cidade, com a concordância das maiores centrais sindicais.

A parada anual do Orgulho Gay de Istambul foi proibida pelo terceiro ano consecutivo com base em alegações ilegítimas de segurança. A polícia usou força excessiva e desnecessária, fazendo prisões arbitrárias e atirando com balas de borracha contra pequenos grupos de pessoas que tentavam celebrar a data. Em novembro, as autoridades de Ancara proibiram por tempo indeterminado os eventos organizados por organizações solidárias a lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos, antes da abertura de um festival de cinema de temática LGBTI programado para acontecer na cidade. As autoridades novamente alegaram razões ilegítimas de segurança.

Em junho e julho, mais de 200.000 pessoas participaram da “Marcha da Justiça”, que percorreu mais de 400 quilômetros entre Ancara e Istambul. A caminhada foi anunciada após a condenação a 25 anos de prisão do parlamentar Enis Berberoğlu, do CHP, que foi acusado de espionagem depois de entregar a jornalistas um vídeo que mostraria o envio de armas para a Síria em caminhões dos serviços nacionais de inteligência. Em outubro, um recurso anulou sua condenação e um novo julgamento foi marcado.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Episódios de tortura e outros maus-tratos, sobretudo em custódia da polícia, continuaram sendo relatados, embora em menor proporção do que nas semanas seguintes à tentativa de golpe em julho de 2016. As autoridades turcas continuaram negando permissão para que o Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura publicasse seu relatório sobre as denúncias de tortura posteriores à tentativa de golpe. Não havia no país qualquer mecanismo nacional preventivo incumbido de monitorar locais de detenção, tampouco estatísticas disponíveis sobre investigações de denúncias de tortura. Nada indicava que as denúncias de tortura estavam sendo investigadas efetivamente.

Em agosto, ONGs informaram que soldados e policiais espancaram pelo menos 30 pessoas no vilarejo de Altinsu/Sapatan, na província de Sirnak, a sudeste da Turquia, após um confronto com o PKK, em que dois membros das forças de segurança morreram. Testemunhas relataram que os moradores foram retirados de suas casas, detidos de modo arbitrário e espancados na praça da cidade, e que 10 pessoas foram levadas em custódia da polícia. As imagens dos moradores feridos em consequência dos espancamentos foram compartilhadas nas mídias sociais. Um comunicado do gabinete do governador negou as denúncias de tortura e afirmou que as matérias na imprensa corroborando as denúncias eram “propaganda terrorista”.

IMPUNIDADE

Frente à extrema pressão política, promotores e juízes estavam ainda menos inclinados que em anos anteriores a investigar denúncias de violações de direitos humanos cometidas por agentes da lei ou a levar os responsáveis à Justiça. A intimidação de advogados, com detenções e ações penais contra eles, dissuadiu-os ainda mais de representar ações criminais. Não houve qualquer progresso nas investigações das denúncias de violações generalizadas de direitos humanos durante os toques de recolher ininterruptos decretados no sudeste da Turquia em 2015 e 2016. Mais de cinco anos depois de a Turquia ter ratificado a Convenção de Istambul sobre a violência contra a mulher, sua implementação continuou problemática, e as denúncias de violência contra as mulheres continuaram a aumentar.

Em abril, começou em Istambul o julgamento de um policial acusado de matar Berkin Elvan. Ele veio a falecer devido às lesões sofridas pelo impacto de uma bomba de gás lacrimogêneo durante os protestos do Parque Gezi em junho de 2013. A investigação sofreu sérios atrasos pela demora em obter as gravações das câmaras de segurança locais.

Mais de dois anos depois de Tahir Elçi, advogado de direitos humanos que presidia a Ordem dos Advogados de Diyarbakir, ter sido morto a tiros em 28 de novembro de 2015, nenhum suspeito foi identificado. Mais uma vez, as demoras e as dificuldades para obter as gravações das câmaras de segurança atrapalharam a investigação.

Em julho, o governo prestou informações referentes a 34 processos encaminhados ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos, envolvendo supostas violações do direito à vida, da proibição da tortura e do direito à liberdade e à segurança no sudeste da Turquia, durante os toques de recolher impostos em 2015 e 2016.

A organização ‘Acabaremos com o Femicídio’ informou que os homicídios de mulheres aumentaram, enquanto a atenção da mídia a esses casos diminuiu. A entidade registrou 392 casos de mulheres vítimas de homicídio desde o início do ano até 25 de novembro.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Os grupos armados seguiram cometendo abusos, embora o número de ataques indiscriminados e de atentados contra a população geral tenha sido menor que nos últimos anos.

Em janeiro, 39 pessoas foram mortas e mais de 70 ficaram feridas quando um atirador abriu fogo dentro de uma conhecida casa noturna de Istambul. O grupo armado Estado Islâmico reivindicou responsabilidade pelo atentado.

Ainda em janeiro, duas pessoas foram mortas e 10 ficaram feridas em um atentado contra o tribunal de İzmir. Os Falcões da Liberdade do Curdistão, uma dissidência do PKK, reivindicaram responsabilidade pelo ataque.

Em junho, o PKK assumiu a responsabilidade pela morte do professor Necmettin Yılmaz, sequestrado na província de Tunceli/Dersim, sudeste da Turquia.

DEMISSÕES SUMÁRIAS

Com base em decretos de emergência, servidores públicos continuaram sendo demitidos sumariamente por supostas ligações não especificadas com grupos terroristas. Quase 20.000 funcionários foram demitidos no decorrer do ano, elevando para 107.000 o número total de demissões desde julho de 2016. Muitos trabalhadores foram efetivamente impedidos de exercer suas profissões e tinham que lutar para conseguir outros trabalhos depois de serem rotulados como terroristas por causa das demissões. Em janeiro, as autoridades anunciaram a criação de um comitê de apelações com sete integrantes para examinar as demissões. O comitê só foi criado em julho e, até o fim do ano, havia se pronunciado sobre menos de 100 das mais de 100.000 apelações que teriam sido submetidas. Houve críticas generalizadas de que o comitê carecia da independência e capacidade necessárias para realizar a tarefa. Em junho, declarando o caso *Köksal v. Turquia* inadmissível, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos considerou não haver motivos para se acreditar que o comitê não fosse um recurso jurídico efetivo. A decisão do Tribunal deixou em aberto a possibilidade de uma futura reavaliação por parte dessa corte sobre a eficácia do comitê.

PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

Muitas das cerca de 500.000 pessoas que tiveram que deixar suas casas nas áreas sob toque de recolher, no sudeste da Turquia, ao longo de 2015 e 2016, continuavam sem acesso à moradia adequada e a meios de subsistência. Muitas não podiam retornar porque suas casas foram destruídas durante ou depois das operações militares em que forças de segurança do Estado combateram indivíduos armados afiliados ao PKK. As autoridades não tinham qualquer plano abrangente sobre como os moradores poderiam voltar para casa.

No distrito de Sur, em Diyarbakir, os moradores que já haviam sido levados a abandonar suas casas durante o toque de recolher perderam sua residência pela

segunda vez quando foram removidos à força em função de um projeto de reestruturação que afetava a totalidade do distrito. Em maio, centenas de moradores tiveram o fornecimento de água e eletricidade interrompidos numa aparente tentativa de forçá-los a deixar o local.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

A Turquia continuou a abrigar uma das maiores populações de refugiados do mundo, com mais de 3.300.000 refugiados registrados somente da Síria. Apesar de novas iniciativas para melhorar a situação dos refugiados, muitos ainda não tinham acesso a meios de subsistência, moradia, cuidados de saúde e ensino para seus filhos. Com exceção dos sírios, os refugiados não contavam com procedimentos justos e eficazes para determinar sua condição jurídica. Havia relatos constantes sobre a devolução forçada de refugiados e requerentes de asilo, inclusive para a Síria. As ONGs humanitárias internacionais que trabalham com refugiados viram sua atuação na Turquia ser cada vez mais obstruída pelas restrições impostas pelas autoridades e, em alguns casos, pela suspensão da licença para que operassem no país.

Houve relatos de expulsões coletivas de refugiados e requerentes de asilo sírios e iraquianos, do centro de remoção de Van, no sudeste da Turquia, para seus respectivos países de origem, entre o fim de maio o começo de junho. Segundo os relatos, cerca de 200 iraquianos e 300 sírios foram devolvidos à força depois que os funcionários os fizeram assinar formulários concordando em “retornar voluntariamente”.

UCRÂNIA

Ucrânia

Chefe de Estado: **Petro Poroshenko**

Chefe de governo: **Volodymyr Hroisman**

A investigação da denúncia de que o Serviço Secreto da Ucrânia (SBU) mantinha prisões secretas não fez qualquer progresso.

Os agentes de aplicação da lei continuaram praticando tortura e outros maus-tratos. As autoridades ucranianas pressionaram ainda mais seus críticos e as ONGs independentes, inclusive jornalistas e ativistas anticorrupção. Investigações criminais foram iniciadas e leis foram aprovadas com o propósito de restringir, entre outras coisas, os direitos à liberdade de expressão e de associação. As autoridades de fato dos territórios controlados pelos separatistas continuaram a deter e encarcerar ilegalmente seus críticos. Em novembro, o Supremo Tribunal de fato em Donetsk ordenou a morte de um homem. Na região da Crimeia sob ocupação russa, críticos das autoridades enfrentaram intimidações, hostilidades e ações penais. A marcha do Orgulho LGBTI foi realizada na capital Kiev sob forte proteção policial. O número de ataques contra eventos LGBTI aumentou em todo o país. O governo não lidou adequadamente com a violência sexual e doméstica. As autoridades anunciaram que a Ucrânia congelaria todo o fornecimento de armas para o Sudão do Sul.

INFORMAÇÕES GERAIS

A insatisfação social continuou aumentando. Os crescentes problemas econômicos, a lentidão das reformas e a corrupção generalizada provocaram seguidos protestos em Kiev, que por vezes se tornaram violentos. Alguns dos protestos reuniram centenas de pessoas. Em abril, o Banco Mundial informou que a economia ucraniana não estava mais encolhendo, projetou um crescimento de 2% para o país em 2017 e postulou a necessidade de mais reformas. Em 14 de junho, a UE suspendeu a exigência de visto para os cidadãos ucranianos. O governo promoveu reformas de grandes proporções na saúde e na educação, incluindo pela primeira vez os direitos humanos como parte do futuro currículo escolar.

No leste da Ucrânia, os separatistas e as forças do governo continuaram a se enfrentar, descumprindo o acordo de cessar-

fogo de 2015. As fatalidades seguiram aumentando tanto entre os civis quanto entre as forças combatentes. Segundo a ONU, até 15 de agosto, foram registradas 10.225 mortes, das quais 2.505 eram de civis. Em 27 de dezembro, os dois lados fizeram trocas de prisioneiros, libertando um total de 380 pessoas.

Segundo um relatório publicado em setembro pela Missão de Monitoramento da ONU na Ucrânia, “níveis elevados de pobreza e desemprego combinados com recordes de altas nos preços dos alimentos têm afetado as vidas de 3,8 milhões de pessoas nas áreas atingidas pelo conflito nas regiões de Donetsk e Lugansk, além das dificuldades diárias causadas pelas hostilidades armadas e pelas políticas belicosas impostas por todos os lados”. Leis implementadas em anos anteriores impediram ainda mais o acesso à previdência e a direitos sociais para as pessoas que vivem nas áreas afetadas pelo conflito.

A Criméia permaneceu sob ocupação russa. A Rússia continuou negando o acesso de mecanismos internacionais de direitos humanos à península.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Integrantes dos órgãos de aplicação da lei continuaram a utilizar tortura e outros maus-tratos, além de cometerem outras violações de direitos humanos. Violações passadas e atuais do direito internacional humanitário seguem impunes.

Em 15 de agosto, o Serviço de Segurança da Ucrânia (SBU) apreendeu Daria Mastikasheva, cidadã ucraniana residente na Rússia que estava visitando sua mãe na Ucrânia, e a manteve incomunicável por dois dias. Ela foi acusada de traição e de posse ilegal de armas. Fotografias tiradas por seu advogado diante do tribunal mostravam sinais de espancamento e possível tortura pelos agentes do SBU. Seu advogado relatou também que ela recebeu ameaças de que sua mãe e seu filho seriam mortos, até que ela concordou em ler uma declaração incriminando a si mesma em frente às

câmaras. No fim do ano, ela continuava detida enquanto aguardava o julgamento.

Em 16 de novembro, o chefe do Escritório de Investigação do Estado (SIB), um órgão autônomo criado para conduzir investigações independentemente de outros órgãos de aplicação da lei, foi finalmente nomeado. Até o fim do ano, porém, o SIB ainda carecia de funcionários e não estava em condições de começar a funcionar.

VIOLÊNCIA SEXUAL RELACIONADA AO CONFLITO

Em um relatório publicado em fevereiro, a Missão da ONU de Monitoramento dos Direitos Humanos na Ucrânia documentou casos de violência sexual relacionados ao conflito e criticou o sistema de justiça da Ucrânia por não atender os sobreviventes, destacando a ausência de serviços de cuidado e aconselhamento adequados. A maioria dos casos documentados se referia à violência sexual contra homens e mulheres que haviam sido detidos por forças do governo ou por grupos armados.

DETEÇÃO

A investigação do procurador-chefe militar sobre as denúncias de que o SUB estava detendo pessoas secretamente no leste da Ucrânia foi ineficaz. Evidências publicadas em 2016 por ONGs internacionais mostrando a existência dessa prática foram amplamente ignoradas pelas autoridades.

DETEÇÕES DE CIVIS NAS ZONAS DE CONFLITO

Em 27 de abril, o Subcomitê sobre Prevenção e Combate à Tortura das Nações Unidas (SPT) publicou o relatório da visita que fez à Ucrânia em 2016. O relatório observou que o SBU havia obstruído o mandato do SPT, ao negar o acesso do órgão a algumas unidades, fazendo com que uma visita fosse suspensa em maio de 2016. Quando o SPT fez essa visita em setembro, o órgão “teve a nítida impressão de que algumas salas e espaços haviam sido limpos de modo a parecer que não foram usados para detenção”. As unidades em questão, principalmente na cidade de Kharkiv, estariam sendo utilizadas como prisões secretas, e os presos que ali estavam teriam sido transferidos para outra unidade não

oficial antes que o local fosse aberto à visita.¹ O SPT não teve permissão para acessar unidades de detenção nos territórios controlados pelas autoproclamadas República Popular de Donetsk (RPD) e República Popular de Lugansk (RPL), ambas apoiadas pela Rússia, na região leste da Ucrânia.

As autoridades de fato da RPD e da RPL continuaram a deter e aprisionar seus críticos, além de pessoas suspeitas de apoiar a Ucrânia. Em 4 de maio, um tribunal *de facto* em Donetsk sentenciou o conhecido acadêmico Ihor Kozlovsky a dois anos e oito meses de prisão por acusações forjadas de posse de armas. Ele ficou detido desde janeiro de 2016, e foi libertado em 27 de dezembro em uma troca de prisioneiros.

Em 31 de janeiro, os ativistas e performistas russos Seroe Fioletovoe e Viktoriya Miroshnichenko foram detidos em regime de incomunicabilidade por duas semanas após entrarem em território controlado pela RPD. Após uma campanha internacional por sua libertação, em 14 de fevereiro, o Ministério (*de facto*) de Segurança do Estado os escoltou até a fronteira russa, onde foram libertados.

Em 2 de junho, o jornalista autônomo Stanislav Aseev, que desempenhava seu trabalho de forma anônima a partir da RPD, foi submetido a desaparecimento forçado em Donetsk. Durante semanas, as autoridades de fato negaram que o estivessem detendo; porém, em 16 de julho, um integrante do Ministério de Segurança do Estado contou a sua mãe que o filho estava em custódia do órgão, e que fora acusado de espionagem. No fim do ano, Stanislav Aseev permanecia detido e sendo investigado.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Ativistas da sociedade civil e membros de ONGs, principalmente os que atuam em questões de corrupção, foram regularmente hostilizados e submetidos à violência. Esses incidentes geralmente não eram investigados de modo efetivo, e algumas autoridades, como, em alguns casos, as dos serviços de

segurança, eram fortemente suspeitas de os instigarem.

Uma lei adotada em março obrigava os ativistas anticorrupção, inclusive membros de ONGs e jornalistas, a apresentar declarações anuais de renda – como devem fazer os servidores públicos – ou estariam sujeitos a ações penais e prisão.

Em julho, a Administração Presidencial propôs dois projetos de lei que impunham a apresentação de relatórios financeiros públicos intrusivos e onerosos às ONGs cujo orçamento anual excedesse em 300 vezes o chamado “mínimo de subsistência” – definido em lei e reajustado regularmente, que no fim do ano era de 1.700 grívnia (63 dólares). Exigia-se ainda que as ONGs informassem publicamente sobre todos os pagamentos feitos a seus funcionários ou consultores. O descumprimento dessas imposições acarretava punições severas, como a perda da condição de organização sem fins lucrativos e o congelamento de contas bancárias. No fim do ano, os dois projetos de lei tramitavam no Parlamento ucraniano.

Em 11 de outubro, a polícia fiscal vistoriou os escritórios da Pacientes da Ucrânia e da Rede Ucraniana de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (PLWH), duas ONGs conhecidas por denunciarem esquemas questionáveis no sistema de contratações públicas da área de saúde. As autoridades alegaram que as ONGs haviam feito uso indevido de fundos internacionais – embora ambas tivessem passado por auditorias financeiras independentes – e, segundo documentos do tribunal, acusaram-nas de “apoiar o terrorismo”, por financiarem organizações parceiras que tratam de pacientes na Crimeia.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As investigações sobre os assassinatos dos jornalistas Oles Buzina, em 2015, e Pavel Sheremet, em 2016, não deram qualquer resultado. As autoridades prosseguiram com suas tentativas de limitar o direito à liberdade de expressão ao instigar ações criminais forjadas contra jornalistas que criticaram o

governo por seu fracasso em implementar reformas e políticas no leste da Ucrânia. Em 7 de junho, O Supremo Tribunal Especial da Ucrânia revogou uma decisão de julho de 2016 de um tribunal de recursos, que absolvía o prisioneiro de consciência Ruslan Kotsaba, jornalista que havia sido processado por traição e por prejudicar as forças armadas ucranianas depois de fazer críticas ao conflito no leste da Ucrânia.

Em junho, o escritório do jornal digital *Strana.ua* foi alvo de uma busca policial relacionada à investigação de uma suposta revelação de segredos de Estado. Em agosto, novas buscas foram efetuadas na residência do editor-chefe do jornal, Ihor Guzhva, e de outro jornalista. Em julho, os escritórios da Vesti, empresa controladora de meios de comunicação, foram revistados com relação a uma investigação sobre fraude. Ambos os órgãos de imprensa eram conhecidos por fazerem reportagens criticando as autoridades ucranianas e suas políticas para as áreas afetadas pelo conflito na região de Donbass.

Em três casos distintos em agosto, o SBU expulsou quatro jornalistas internacionais, dois espanhóis e dois russos, por “prejudicar o interesse nacional da Ucrânia”, proibindo-os de retornar à Ucrânia por três anos. A porta-voz do SBU, Olena Gitlyanska, acusou a jornalista russa Anna Kurbatova, expulsa em 30 de agosto, de produzir matérias “prejudiciais ao interesse nacional da Ucrânia”, advertindo-a de que isso aconteceria a quem quer que “ousasse desonrar a Ucrânia”. Em outubro, o SBU suspendeu a proibição de que os jornalistas espanhóis entrassem no país.

Ainda em agosto, o SBU prendeu o jornalista autônomo Vasily Muravitsky na cidade de Zhytomyr. Ele colaborava com vários meios de comunicação russos. O SBU o acusou de preparar e distribuir materiais “antiucranianos” atendendo a ordens de Moscou. Caso condenado, ele poderia ser sentenciado a até 15 anos de prisão. No fim do ano, ele continuava em detenção provisória.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Em 18 de junho, milhares de pessoas participaram da maior manifestação pelo Orgulho LGBTI já realizada em Kiev, a parada Igualdade, assim como de vários protestos contrários a essa manifestação. A polícia protegeu os manifestantes das pessoas que se opunham à parada LGBTI, e não houve registros de incidentes durante o evento. Após a manifestação, porém, integrantes de grupos de ultra-direita atacaram e espancaram vários participantes. De modo geral, o número de ataques violentos contra pessoas LGBTI aumentou em 2017. Em setembro, um grupo de manifestantes de extrema direita espancou brutalmente vários participantes de um festival LGBTI na cidade de Zaporizhhyia.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

O Parlamento ainda não havia ratificado a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul), assinada em 2011.

CRIMEIA

Medidas de restrição dos direitos à liberdade de expressão, associação e manifestação continuaram sendo aplicadas na Crimeia. As autoridades visavam principalmente a comunidade tártara da Crimeia. A proibição arbitrária da Assembleia dos tártaros da Crimeia (Mejlis), um organismo autogestionado que representa este grupo étnico, foi mantida. Os Serviços de Segurança da Rússia fizeram buscas em dezenas de residências dessa etnia, presumidamente a procura de armas ilegais, drogas ou literatura “extremista”, como parte de sua campanha de intimidação dos críticos da ocupação da península. Os poucos advogados dispostos a assumir casos de defesa das vozes críticas na Crimeia enfrentaram a hostilidade das autoridades russas.

Em 26 de janeiro, Emil Kurbedinov foi preso e sentenciado por um tribunal *de facto* da capital da Crimeia, Simferopol, a 10 dias de detenção administrativa. Ele foi acusado de infringir a legislação antiextremista da Rússia com uma postagem que fez numa mídia social antes da ocupação russa da Crimeia. Na postagem, ele compartilhou o vídeo de uma manifestação da organização muçulmana Hizb ut-Tahrir, banida na Rússia, mas não na Ucrânia. Em 8 de agosto, a polícia de Simferopol usou força excessiva para prender Server Karametov, que exibiu um cartaz diante do Supremo Tribunal da Crimeia em protesto pelas retaliações contra os tártaros da Crimeia. Ele foi sentenciado a 10 dias de prisão. Em 22 de setembro, o jornalista ucraniano Mykola Semena foi condenado por “ameaçar [a] integridade territorial da Federação Russa” com suas publicações, sendo sentenciado a uma pena condicional de dois anos e meio de prisão e à proibição de participar de “atividades públicas” por três anos. Em setembro, os líderes tártaros da Crimeia Akhtem Chiygoz e Ilmi Umerov foram condenados à prisão por seu ativismo pacífico. Em 25 de outubro, ambos foram levados de avião para a Turquia, onde foram libertados sem explicações oficiais. Akhtem Chiygoz havia estado detido por 34 meses e Ilmi Umerov estava confinado em uma instituição psiquiátrica desde agosto ou setembro de 2016. Ambos eram prisioneiros de consciência.

COMÉRCIO DE ARMAS

Em 28 de setembro, o secretário do Conselho de Defesa e Segurança Nacional, Oleksandr Turchinov, anunciou que as empresas estatais da Ucrânia haviam decidido congelar as transferências de armas para o Sudão do Sul. O anúncio foi feito alguns dias depois de a Anistia Internacional ter publicado um relatório que continha cópias de contratos e certificados de usuário final mencionando a empresa estatal ucraniana de exportação de armas Ukrinmash como potencial fornecedora de 169 milhões de dólares em armas leves e de pequeno porte para o

Ministério da Defesa do Sudão do Sul.² Em resposta ao relatório, o Serviço Estatal de Controle de Exportações emitiu uma declaração afirmando que o contrato em questão não havia sido executado, e que nenhuma remessa de armas havia sido feita da Ucrânia para o Sudão do Sul. Em anos anteriores, a Ucrânia havia consistentemente informado a exportação de armas pesadas, leves e de pequeno porte para o governo do Sudão do Sul.

A Ucrânia ainda não havia ratificado o Tratado sobre o Comércio de Armas, que assinou em setembro de 2014.

-
1. Put an end to impunity for detention-related abuses in the context of the armed conflict in Ukraine (EUR 50/5558/2017)
 2. From London to Juba, a UK-registered company's role in one of the largest arms deals to South Sudan (ACT 30/7115/2017)

URUGUAI

República Oriental do Uruguai

Chefe de Estado e de governo: **Tabaré Vázquez**

A detenção provisória continuou sendo amplamente aplicada. A impunidade para os crimes cometidos no passado persiste; defensores dos direitos humanos que investigavam esses crimes receberam ameaças de morte. Nas áreas rurais, as pessoas tinham dificuldades para acessar serviços de saúde sexual e reprodutiva, e os adversários dos serviços de aborto continuaram a impedir o acesso a abortos legais.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Sistema de Monitoramento de Recomendações (SIMORE), que, desde dezembro de 2016, coleta informações sobre a implementação pelo Uruguai das recomendações de órgãos internacionais, ainda não contava com um mecanismo efetivo para participação da sociedade civil. A Rede Interinstitucional para Elaboração de Relatórios e Acompanhamento da Implementação de Recomendações e Observações em Matéria de Direitos

Humanos, também criada em 2016, ainda não havia sido plenamente implementada.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

O Instituto Nacional de Direitos Humanos, por meio do Mecanismo Nacional para Prevenção da Tortura, continuou a documentar e denunciar violações de direitos humanos nas prisões, inclusive superlotação e falta de acesso a serviços de saúde e educação.

A detenção provisória continuou sendo imposta na maioria dos casos, e a liberdade condicional durante a espera do julgamento geralmente era negada.

Uma proposta de emenda ao Código da Infância e da Adolescência ameaçava aumentar a proporção de casos sujeitos à obrigatoriedade de detenção provisória e extinguir os limites de prazo dessas detenções, colocando em risco os direitos dos adolescentes no sistema penal de menores.

Pessoas com deficiências psicossociais continuaram sendo internadas em instituições psiquiátricas contra sua vontade e em regime de isolamento.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU fez várias recomendações para o Uruguai, entre as quais, aumentar a aplicabilidade direta desses direitos no sistema judicial, fortalecer a legislação de combate à discriminação, adotar uma lei sobre saúde mental ajustada às normas internacionais, aprovar um projeto de lei abrangente para combater a violência baseada em gênero e garantir o direito ao trabalho para as pessoas portadoras de deficiência.

IMPUNIDADE

Em fevereiro, defensores dos direitos humanos que investigavam violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar (1973-1985) relataram ter recebido ameaças de morte; as origens dessas ameaças não foram investigadas. Em maio,

defensores dos direitos humanos denunciaram esses fatos em uma audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na qual as autoridades uruguaias estiveram ausentes.

O Grupo de Trabalho pela Verdade e a Justiça, implementado em 2015 no Uruguai, não obteve resultados concretos com relação às reparações para vítimas de crimes de direito internacional cometidos no passado.

Em outubro, o Supremo Tribunal decidiu que crimes contra a humanidade estão sujeitos à prescrição, obstruindo o acesso das vítimas à Justiça e impedindo que pessoas suspeitas de responsabilidade penal sejam processadas.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Continuou não havendo qualquer política abrangente de combate à discriminação que protegesse a população LGBTI da violência praticada em escolas e espaços públicos e que assegurasse seu acesso a serviços de saúde.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Segundo dados oficiais, ocorreram 27 feminicídios entre janeiro e novembro. A adoção e a implementação de uma lei abrangente contra a discriminação baseada em gênero, como parte do Plano de Ação 2016-2019 do Uruguai para a violência de gênero, continuava pendente no fim do ano.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Ainda não havia políticas públicas para assegurar o acesso a serviços de saúde nas áreas rurais, enquanto o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva nessas áreas continuava limitado.

As dificuldades de acesso ao aborto persistiram, uma vez que a objeção de consciência por parte de médicos e outros profissionais da saúde não foi regulamentada.

Os índices de gravidez na infância e na adolescência continuaram altos, devido, em parte, à ausência de serviços de saúde

sexual e reprodutiva adequados e de informações para prevenir as gestações não planejadas.

VENEZUELA

República Bolivariana da Venezuela

Chefe de Estado e de governo: **Nicolás Maduro Moros**

A Venezuela permaneceu em estado de emergência, prorrogado repetidamente desde janeiro de 2016. Uma Assembleia Nacional Constituinte foi eleita sem a participação da oposição. O procurador-geral foi destituído em circunstâncias irregulares. As forças de segurança continuaram usando a força de modo excessivo e indevido para dispersar protestos. Centenas de pessoas foram detidas de forma arbitrária. Houve muitas denúncias de tortura e outros maus-tratos, inclusive violência sexual, contra os manifestantes. O sistema judicial continuou a ser utilizado para silenciar opositores, inclusive com uso de competência militar para processar civis. Defensores dos direitos humanos foram hostilizados, intimidados e submetidos a revistas. As condições de detenção eram extremamente rigorosas. A crise alimentar e de saúde continuou a piorar, afetando especialmente as crianças, as pessoas com doenças crônicas e as gestantes. O número de venezuelanos que buscaram asilo em outros países aumentou.

INFORMAÇÕES GERAIS

O ano foi marcado por uma onda crescente de protestos, motivados pelo aumento da inflação e pela escassez de alimentos e suprimentos médicos. O estado de emergência declarado em janeiro de 2016 continuou em vigor, conferindo ao governo poderes especiais para lidar com a situação econômica. Apesar de um processo de diálogo político ter se estabelecido entre o governo e a oposição durante o ano, não houve qualquer avanço concreto com relação às questões de direitos humanos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O escritório do relator especial sobre a liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) manifestou preocupação com o fechamento de 50 estações de rádio pela Comissão Nacional de Telecomunicações. Outros meios de comunicação também corriam risco de ser fechados, apesar de uma decisão de 2015 da Corte Interamericana de Direitos Humanos declarando que esses fechamentos violavam a liberdade de expressão.

Manifestantes contrários ao governo e alguns líderes da oposição foram acusados pelo governo de ameaçar a segurança nacional.

O governo ordenou a retirada de certos canais de notícias estrangeiros, como a CNN, a RCN e a CARACOL, das operadoras de TV a cabo do país. Em setembro, jornalistas do portal de notícias e pesquisas Armando.Info foram ameaçados por agentes não identificados, por suas investigações sobre casos de corrupção administrativa.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

Entre abril e julho, principalmente, grandes manifestações foram realizadas contra e a favor do governo em várias partes do país. O direito à manifestação pacífica não foi garantido. Segundo dados oficiais, pelo menos 120 pessoas foram mortas e mais de 1.177 ficaram feridas – incluindo manifestantes, membros das forças de segurança e transeuntes – durante esses protestos.

A Procuradoria Geral da República também informou que grupos de pessoas armadas, com apoio ou consentimento do governo, realizaram atos de violência contra manifestantes.

Segundo a ONG Fórum Penal Venezuelano, 5.341 pessoas foram presas no contexto dos protestos, das quais 822 foram processadas. Dessas, 726, civis, foram julgadas pela justiça militar e acusadas de crimes militares por protestarem contra o governo. No fim do ano, 216 pessoas continuavam detidas provisoriamente.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Em janeiro, o governo relançou seu programa de segurança pública, previamente denominado Operação Libertação do Povo, com um novo nome: Operação Libertação Humanitária do Povo. Prosseguiram os relatos de uso excessivo da força pelos agentes de segurança.

No contexto das manifestações ocorridas entre abril e julho, o governo anunciou a ativação do “Plano Zamora”, com o objetivo de “garantir o funcionamento [do] país [e] sua segurança”, por meio da mobilização de civis e de forças policiais e militares, com o intuito de “preservar a ordem interna”. Os detalhes do plano, entretanto, não foram divulgados.

A Polícia Nacional Bolivariana e a Guarda Nacional Bolivariana – entre outras forças de segurança civis e militares – continuaram a usar a força de modo excessivo e impróprio contra manifestantes. Entre abril e julho, houve um aumento no emprego das forças militares para reprimir manifestações, resultando no uso excessivo de força menos que letal e no uso impróprio de força letal. Ações tais como lançar gás lacrimogêneo diretamente contra o corpo das pessoas, fazer múltiplos disparos com balas de borracha, praticar espancamentos e usar de armas de fogo põem os manifestantes em risco de lesões graves ou morte.

Segundo a Procuradoria Geral da República, Jairo Johan Ortiz Bustamante morreu ao ser atingido por tiros durante uma manifestação no estado de Miranda, em 6 de abril, e Juan Pablo Pernaletе foi morto devido ao impacto de um tubo de gás lacrimogênio contra seu peito, durante um protesto na capital, Caracas, em 26 de abril. David Vallenilla, Neomar Lander e Rubén Darío González também morreram em decorrência de ferimentos sofridos nos protestos que aconteceram entre abril e julho.

Nesse período, a organização da sociedade civil Micondominio.com registrou pelo menos 47 diligências ilegais em várias comunidades e residências de 11 estados do país. Essas diligências se caracterizavam pelo uso ilegal da força, por ameaças e por prisões

arbitrárias coletivas, sendo frequentemente relacionadas às operações policiais e militares contra as manifestações que ocorriam próximas às comunidades. As ações das forças de segurança durante essas buscas eram ilegais e arbitrárias, e seus efeitos eram indiscriminados. Grupos de pessoas armadas também hostilizaram e intimidaram moradores durante as diligências, com o consentimento das forças de segurança do Estado ali presentes.

Em agosto, o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos publicou um relatório destacando o uso sistemático e generalizado de força excessiva durante os protestos ocorridos entre abril e julho, indicando um padrão recorrente de buscas violentas em residências, bem como de tortura e outros maus-tratos de pessoas detidas. O documento também manifestou preocupação com as dificuldades enfrentadas pelas organizações internacionais para entrar no país e com o medo das vítimas de denunciar abusos.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

A Anistia Internacional documentou 22 casos emblemáticos de pessoas detidas arbitrariamente por razões políticas, por meio da aplicação de vários mecanismos ilegais desde 2014. Tais mecanismos incluem o uso da justiça militar, prisões sem mandato e o uso de definições penais ambíguas e discricionárias, entre outros, que demonstram a existência de um padrão mais abrangente de iniciativas voltadas a silenciar as vozes divergentes.¹ No fim do ano, apenas 12 dessas pessoas obtiveram medidas alternativas à detenção; as outras 10 permaneceram detidas arbitrariamente, embora os tribunais tivessem ordenado que muitas delas fossem soltas.

Entre os casos documentados estão o do deputado Gilber Caro e da ativista Steyci Escalona, ambos integrantes do partido opositor Vontade Popular, detidos de modo arbitrário em janeiro, depois que autoridades do alto escalão do governo os acusaram publicamente de realizar “atividades terroristas”. Apesar de ser necessária uma

licença do Parlamento para processar Gilber Caro, ele permaneceu detido arbitrariamente, e seu caso foi encaminhado a um tribunal militar. Steyci Escalona, que estava detida provisoriamente, foi posta em liberdade condicional em novembro. Até o fim do ano, nenhum dos dois havia sido julgado.

Centenas de pessoas relataram terem sido detidas de forma arbitrária durante os protestos ocorridos entre abril e julho. Muitas foram privadas de cuidados médicos ou de um advogado de sua escolha e, em diversos casos, foram submetidas a tribunais militares. Houve um aumento acentuado no uso da justiça militar para processar civis.

Em dezembro, 44 pessoas detidas arbitrariamente por motivos que ONGs locais consideraram ser políticos foram soltas, com restrições alternativas a sua liberdade.

TORTURA E MAUS-TRATOS

Muitas novas denúncias de tortura e outros maus-tratos foram registradas. Wilmer Azuaje, membro do Conselho Legislativo do estado de Barinas, foi preso em maio. Sua família informou que, enquanto detido, ele foi trancafiado em uma sala com odor desagradável, algemado por períodos prolongados e, às vezes, mantido incomunicável, condições que configuram tratamento cruel. Em julho, a Corte Suprema de Justiça ordenou que ele fosse colocado em prisão domiciliar; entretanto, no fim do ano, Wilmer Azuaje continuava no Centro de Detenção 26 de Julho, sem qualquer acusação contra ele e tampouco melhoras em sua condição de detenção.

Durante as manifestações ocorridas entre abril e julho, houve relatos de maus-tratos durante as prisões de manifestantes por agentes do Estado, como chutes, espancamentos e violência sexual.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Defensores dos direitos humanos e pessoas que buscavam justiça por violações de direitos humanos continuaram sendo submetidas a ataques e campanhas de difamação, numa aparente tentativa de impedir seu trabalho de direitos humanos.

Em fevereiro, o advogado transgênero Samantha Seijas foi ameaçado por um policial quando fazia um boletim de ocorrência em uma delegacia de polícia do estado de Aragua acompanhado de sua filha.²

Em maio, as autoridades fizeram uma busca policial na casa do defensor dos direitos humanos Ehisler Vásquez na cidade de Barquisimeto, estado de Lara. Quando pediu informações sobre os motivos da busca, o ministério público ameaçou-o com uma ação penal.³ No fim daquele mês, nessa mesma cidade, um grupo de pessoas não identificadas invadiu o domicílio dos defensores dos direitos humanos Yonaide Sánchez e Nelson Freitez.⁴

Defensores dos direitos humanos foram intimidados pelos meios de comunicação estatais e por funcionários graduados do governo, que divulgaram publicamente seus nomes e dados de contato, enquanto os acusavam de “terrorismo”.

Advogados que representam pessoas processadas por tribunais militares relataram terem sido hostilizados e intimidados por autoridades governamentais, que exerceram forte pressão sobre quem defendia indivíduos críticos ao governo.

SISTEMA DE JUSTIÇA

O sistema de justiça continuou sujeito à interferência do governo, sobretudo nos casos envolvendo críticos do governo ou pessoas que se acreditava agirem contra os interesses das autoridades. O Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (SEBIN) seguiu ignorando decisões judiciais para transferir ou libertar pessoas em custódia.

Dois policiais do município de Chacao continuaram detidos de forma arbitrária desde junho de 2016, apesar de uma ordem determinando sua libertação ter sido expedida em agosto de 2016. Outros 12 policiais acusados no mesmo processo penal, que também estiveram detidos de forma arbitrária desde junho de 2016, foram soltos em dezembro. Em junho de 2017, os 14 policiais entraram em greve de fome, alguns deles por 23 dias, para exigir que as

autoridades os libertassem em cumprimento à ordem judicial.⁵

Em agosto, quatro políticos de oposição que haviam sido eleitos para cargos públicos foram presos, e outros cinco estavam sob mandado de prisão. Esses mandados foram expedidos pelo Supremo Tribunal em um procedimento não consagrado em lei. Um total de 11 políticos eleitos pelo voto popular foram destituídos do cargo por meio de procedimentos irregulares.

PRISIONEIRO DE CONSCIÊNCIA

Leopoldo López, líder do partido opositor Vontade Popular e prisioneiro de consciência, foi transferido para prisão domiciliar em agosto. Durante sua detenção no Centro Nacional de Processos Militares em Ramo Verde, Caracas, surgiram vários relatos de abusos contra ele, inclusive tortura e privação de visitas familiares e de advogados.

Vilca Fernández, estudante e ativista político do estado de Mérida, prisioneiro de consciência, permaneceu detido de forma arbitrária pelo Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional em Caracas. Por diversas vezes ele foi privado de cuidados médicos urgentes, tendo relatado outros maus-tratos desde que foi detido em janeiro de 2016.⁶

MONITORAMENTO INTERNACIONAL

Em maio, a Venezuela anunciou que estava se retirando da Organização dos Estados Americanos e, por conseguinte, da autoridade da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, limitando ainda mais a proteção às vítimas de violações de direitos humanos na Venezuela.

Decisões e sentenças dos mecanismos internacionais de monitoramento dos direitos humanos ainda não haviam sido implementadas no fim do ano, principalmente com respeito à investigação e punição de indivíduos responsáveis por violações de direitos humanos.

Em novembro, a Venezuela recebeu a visita do perito independente da ONU sobre a promoção de uma ordem internacional

democrática e igualitária. Visitas do relator especial da ONU sobre o direito ao desenvolvimento, bem como do relator especial da ONU sobre o impacto negativo de medidas coercitivas sobre o usufruto dos direitos humanos, foram anunciadas para 2018.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Raúl Isaías Baduel, ex-ministro da Defesa e crítico do governo que atualmente se encontra detido, foi transferido inesperadamente de sua cela no Centro Nacional de Processos Militares em Ramo Verde, Caracas, na manhã de 8 de agosto; ele ficou desaparecido por 23 dias. As autoridades enfim admitiram que ele estava detido nas dependências do Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional em Caracas, onde ficou incomunicável e privado de acesso a familiares e advogados por mais de um mês.⁷

IMPUNIDADE

A maioria das vítimas de violações de direitos humanos continuou sem ter acesso à verdade, à justiça e à reparação. Com frequência, as vítimas e suas famílias foram submetidas a intimidações.

Em abril, dois oficiais da Guarda Nacional Bolivariana foram condenados por terem matado Geraldine Moreno durante manifestações realizadas no estado de Carabobo em 2014. A maioria das vítimas de homicídio, tortura e outras violações cometidas por atores estatais ainda não havia obtido justiça e reparação.

A Procuradoria Geral da República anunciou que abriria investigações sobre as mortes ocorridas no contexto dos protestos realizados entre abril de julho de 2017. A Assembleia Nacional Constituinte, estabelecida em 30 de julho, designou uma Comissão da Verdade para investigar os casos de violações de direitos humanos durante os protestos; havia preocupações sobre sua independência e imparcialidade. Houve relatos de que vítimas e seus familiares foram pressionados pelas autoridades para testemunhar e concordar

com fatos que livrariam agentes do Estado de responsabilidade por essas violações, bem como de obstáculos ao trabalho dos advogados de defesa das organizações de direitos humanos.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Apesar das reformas feitas em 2011 no sistema penitenciário, as condições prisionais continuaram extremamente severas. Nas prisões e outros centros de detenção, prosseguiram a falta de cuidados médicos, de comida e de água potável, as condições insalubres, a superlotação e a violência. Nas situações de confronto dentro dos presídios, o uso de armas de fogo pelos internos continuou comum. Muitos detentos recorreram a greves de fome em protesto por suas condições de reclusão.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos manifestou preocupação com a morte de 37 detentos no Centro de Detenção Judicial do Amazonas em agosto, onde um confronto teria ocorrido quando a Guarda Nacional Bolivariana e a Polícia Nacional Bolivariana tentaram fazer uma revista no local.

DIREITO À ALIMENTAÇÃO

O Centro de Documentação e Análise para os Trabalhadores informou que, em dezembro, a cesta básica para uma família de cinco pessoas, usada para determinar o índice de preços ao consumidor, custava 60 vezes mais que o salário mínimo, tendo aumentado 2.123% desde novembro de 2016. A organização humanitária Cáritas Venezuela constatou que 27,6% das crianças pesquisadas corriam risco de desnutrição, e 15,7% delas apresentavam um quadro médio ou grave de desnutrição.

O governo não reconheceu que a escassez de alimentos piorou devido à crise econômica e social. Em seu relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo em 2017, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) afirmou não contar com dados oficiais confiáveis sobre a Venezuela, e que o aprofundamento da situação de crise

econômica poderia levar a uma maior carência de produtos básicos como comida e suprimentos médicos.

DIREITO À SAÚDE

Depois de quase dois anos sem divulgar quaisquer dados oficiais, o Ministério da Saúde publicou em maio os boletins epidemiológicos semanais relativos a 2016. Segundo revelaram as estatísticas, em 2016 foram registradas 11.466 mortes de crianças com menos de um ano de idade, um aumento de 30,1% em comparação a 2015, quando foram registrados 8.812 óbitos. As causas mais comuns de mortalidade infantil foram sepse neonatal, pneumonia e nascimento prematuro. Além disso, os boletins mostraram que 324 casos de difteria foram registrados em 2016.

DIREITOS DAS MULHERES

Os boletins do Ministério da Saúde apontaram um aumento de 65,8% na incidência de mortalidade materna de 2015 para 2016, com um total de 756 mortes registradas em 2016, 300 a mais que em 2015.

A falta de dados oficiais tornava praticamente impossível o monitoramento do índice de feminicídios e de outros crimes contra as mulheres. Entretanto, a ONG Instituto Metropolitano da Mulher calculou que, entre janeiro e maio, aconteceram pelo menos 48 feminicídios.

Dez anos depois de implementada a Lei Orgânica sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre da Violência, as ONGs locais informaram que promotores, juizes, policiais e outros agentes públicos continuaram mal capacitados para proteger os direitos das vítimas, e que as mulheres com frequência eram revitimizadas em função da violência institucional. Outros obstáculos à implementação da lei incluíam a falta de dados oficiais para planejar e programar políticas públicas de prevenção e erradicação da violência contra a mulher.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

A crise econômica continuou limitando o acesso à contracepção. Em junho, numa pesquisa on-line feita pela ONG AVESA, 72% das participantes responderam não ter tido acesso a qualquer método contraceptivo nos 12 meses anteriores, e 27% disseram não ter condições de adquirir contraceptivos em farmácias.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Houve um aumento acentuado no número de venezuelanos que buscaram asilo no Brasil, na Costa Rica, nos EUA, na Espanha, no Peru e em Trinidad e Tobago. Outros países da região, como a Colômbia e o Equador, também continuaram a receber grande número de venezuelanos em busca de refúgio.

-
1. Silenced by force: Politically motivated arbitrary detentions in Venezuela (AMR 53/6014/2017)
 2. Venezuela: Trans man and daughter threatened by police (AMR 53/5651/2017)
 3. Venezuela: Human rights defender harassed – Ehisler Vásquez (AMR 53/6252/2017)
 4. Venezuela: Defenders' home invaded, safety at risk (AMR 53/6324/2017)
 5. Venezuela: Arbitrary detainees on hunger strike (AMR 53/6758/2017)
 6. Venezuela: Prisoner of conscience needs medical care: Vilca Fernández (AMR 53/7464/2017)
 7. Venezuela: Detainee held incommunicado again: Raúl Isaías Baduel (AMR 53/7051/2017)

ANISTIA INTERNACIONAL –

INFORME 2017/18

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

O *Informe 2017/18 da Anistia Internacional* documenta o estado dos direitos humanos em 159 países e territórios em 2017.

O informe expressa as preocupações e iniciativas de ação da Anistia Internacional, sendo leitura essencial para formuladores de políticas, ativistas e qualquer pessoa interessada em direitos humanos. Para a edição brasileira, selecionamos 57 países que possuem vínculos mais estreitos com o Brasil, ou cuja situação de direitos humanos é mais urgente.

No decorrer de 2017, conflitos, medidas de austeridade e desastres naturais aprofundaram ainda mais a situação de pobreza e insegurança de muitas pessoas; milhões tiveram que fugir de suas casas e buscar refúgio em outros lugares, dentro de seus próprios países ou cruzando fronteiras internacionais. A discriminação predominou em muitas regiões do globo, às vezes com consequências fatais para suas vítimas. Governos de todas as tendências continuaram reprimindo os direitos à liberdade de expressão, associação e manifestação, inclusive atacando e ameaçando jornalistas, defensores de direitos humanos e ativistas ambientais.

Ainda assim, em todas as regiões, a coragem e a determinação humana falaram mais alto, com milhões de pessoas se manifestando contra a injustiça, exigindo que suas vozes fossem ouvidas e seus direitos realizados. Essas pessoas ajudaram a assegurar justiça para os crimes cometidos no passado, lembrando diariamente às autoridades que elas terão de prestar contas por seus atos. Apesar de tudo o que ainda precisa ser feito, os progressos alcançados em muitos países com relação aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais são um bom exemplo do que podemos conquistar quando defendemos os direitos humanos.

anistia.org.br

ANISTIA
INTERNACIONAL

